

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

CAMPUS DE RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ CARLOS DA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL, ESPECULAÇÃO
IMOBILIÁRIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA: O CASO DE
COTIA E ITAPEVI.**

Rio Claro-SP

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

CAMPUS DE RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ CARLOS DA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL, ESPECULAÇÃO
IMOBILIÁRIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA: O CASO DE
COTIA E ITAPEVI.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Espaço, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Rio Claro-SP

2017

910.13 Silva, José Carlos
S586p Patrimônio cultural e ambiental, especulação imobiliária e
formas de resistência: o caso de Cotia e Itapevi / José Carlos
Silva. - Rio Claro, 2017
471 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Geografia urbana. 2. História. 3. Meio ambiente. 4.
Antigos caminhos indígenas. 5. EIA/RIMA. I. Título.

JOSÉ CARLOS DA SILVA

PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA: O CASO DE COTIA E ITAPEVI.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro – IGCE/DEPLAN – UNESP - Rio Claro

Prof. Dr. José Gilberto de Souza – IGCE/DG - UNESP - Rio Claro

Prof^a. Dr^a. Cátia Antônia da Silva – FFP/UERJ - Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza – IGCE/DG – UNESP - Rio Claro

Prof^a. Dr^a. Miriam Cláudia Lourenção Simonetti – DCPE/FFC – UNESP - Marília

Rio Claro, 09 de março de 2017.

Resultado: **Aprovado**

Ao Luan Vitor, motivação central de meu retorno aos estudos, e a meus pais e irmãs que sempre me apoiaram incondicionalmente; à Marília Gruenwaldt e Aziz Ab'Sáber (in memoriam), meus primeiros mestres e orientadores que até hoje me incentivam seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa pesquisa fez-se pela colaboração direta e indireta de muitas pessoas, resultando de um amplo processo de aprendizagem e trocas mútuas entre todos os envolvidos desde o ano de 1990. A todas elas meus protestos de estima, consideração e gratidão.

Agradeço a todos os meus familiares que de forma direta ou indireta apoiaram essa nova caminhada em busca do conhecimento para dirimir dúvidas, pelas quais me enveredei.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa ao longo dessa trajetória no curso de mestrado.

Também minha gratidão a Pró-Reitoria da UNESP (PROEX), ao conceder auxílios financeiros para incursões em congressos e territórios, que marcaram novas aprendizagens, a cooperação e o estreitamento de laços internacionais, quais sejam; o intercâmbio em Santiago de Compostela na Galícia no ano 2011/2012, onde foi possível realizar parte do curso de Geografia na renomada USC - Universidade de Santiago de Compostela.

À minha orientadora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro; que se prontificou em ser minha orientadora desde o primeiro ano de universidade em 2008. Sem ela não conseguiria chegar até aqui. Gratidão eterna pela amizade, as orientações e compreensão nas adversidades da vida acadêmica.

Aos meus primeiros orientadores e incentivadores Marília Gruenwaldt e Aziz Ab'Sáber, responsáveis diretos desse processo todo de busca pelo conhecimento teórico no início dos anos 2000. Agradeço pelos debates, pelas conversas, a amizade constituída, as orientações e direcionamentos.

Juntamente com essas pessoas agradeço ao Mário Rogério Sevilio de Oliveira e ao Jean, duas pessoas excepcionais que chamaram para si a responsabilidade de enfrentar os problemas advindos das discussões referente a área de estudo. Agradecido estou por todas as contribuições, conversas, reuniões e a amizade constituída.

Aos professores Everaldo Batista da Costa e José Gilberto de Souza que fizeram parte da banca de qualificação; gratidão eterna pela orientação atenta.

A professora Dr^a. Cátia Antônia da Silva pelo empenho em fazer parte da banca de defesa dessa dissertação e pela atenção dispensada no Rio de Janeiro quando estive em visita para tratar de futuras discussões e orientações.

À Tassiane Gabriele de Lima e Bruna Rafaele de Lima por todo o apoio, compreensão, carinho, companhia e parceria durante todos esses anos. Minha eterna gratidão a vocês.

À todos os funcionários de todos os departamentos que percorri ao longo desses anos, à todos da biblioteca que sempre se prontificaram em dirimir as dúvidas e ajudaram nas buscas das bibliografias. A Mel sempre atenta e disposta a ajudar nas dificuldades, nas buscas pelas bibliografias, ao Renan, sempre prestativo como todos os demais funcionários da biblioteca. Agradeço também a Mônica pela amizade e as conversas.

Aos funcionários da seção de Graduação (IGCE-UNESP) que sempre foram gentis e eficientes.

À Laura da vice diretoria que sempre nos recebeu bem e soube com carinho e profissionalismo resolver uma série de questões relacionadas ao curso, ao Programa de Bolsa BAEE, aos eventos realizados com a PROEX e uma série de outras atividades desde os tempos da Rua 10 no Santana.

Aos funcionários, membros discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Organização do Espaço (IGCE-UNESP).

Aos Professores e Funcionários do Departamento de Geografia, em especial ao Desenhista Gilberto D. Henrique, o Técnico de Laboratório Carlos A. C. Prochnow e ao Tiago Borguezon por todas as ajudas, conversas e amizade consolidada.

Aos Professores e Funcionários do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento minha mais sincera gratidão. Ao Desenhista Arnaldo Rosalem, o Bira da recepção e ao Álvaro pelo apoio e serviços prestados.

Especialmente gostaria de agradecer aos seguranças patrimoniais que gentilmente sempre colaboraram durante a semana aguardando até o último minuto para fechar o Departamento de Geografia, aos finais de semanas e feriados abrindo o mesmo para que pudéssemos utilizar os laboratórios e desenvolvermos a pesquisa fora de horário de funcionamento da universidade. Também estender meus agradecimentos a todas e todos os funcionários da limpeza e manutenção que sempre mantiveram o ambiente propício para a realização de nossas pesquisas, a todos meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Aos diretores Sebastião Gomes e Sérgio Nobre pelas conquistas que obtivemos na gestão da Moradia Estudantil enquanto fui presidente da mesma.

Aos amigos que fui fazendo durante esses anos de universidade e que me ensinaram muito do que há de melhor no ser humano. Entre eles meu primeiro amigo em Rio Claro, Anderson Akio Shishito (Mizu), que me recebeu com todo o respeito e carinho desde a rodoviária de Rio Claro e depois em sua residência, e até me emprestou uma bicicleta para que eu pudesse me dirigir até o bairro Santana na Rua 10 realizar minha matrícula, parceiro demais esse brother; aos colegas de sala também amigos e irmãos para toda a vida, Alan Peterson Lopes (agradeço também pela ajuda na elaboração do mapa topográfico da área de estudo), Bruno Resende Spadotto – o Pira - (agradeço também pelo abstract), Bárbara Prestes, Jéferson Correa, ao Yuri Gomes, Leide Sena, Israel Brilhante, Lelis e toda a turma 50º da Geografia, turma de 2008 (caracterizada pela turma mais louca que passou pela Unesp de Rio Claro nos últimos anos).

Ao Dirceu do Sujinhos Bar que me concedeu emprego desde o meu primeiro ano em fins de 2008 onde permaneço até hoje. Agradeço ao Orlando, Everaldo e toda a família que me acolheram desde então. Gratidão pela liberdade de poder estudar, participar de Congressos, Eventos e viagens e ainda assim me receber de volta aos trabalhos cotidianos do bar. Agradeço de coração por tudo.

A Rafael Oliveira (o Itu) pelas dicas, leitura e correções do TCC, e ajuda na produção dos mapas, também ao Lucas Coutinho (Kalot) que ajudou na produção de outros mapas relacionados à área de estudo, ao Gilberto Henrique desenhista do departamento na ajuda para elaboração do mapa de localização da área de estudo e na montagem do mapa do Antigo Caminho de Itu nas referências de Custódio de Sá e Faria de 1774, além de inúmeras contribuições e pela amizade sincera.

Ao Edvaldo Guedes Júnior pela ajuda na elaboração dos mapas do Antigo Caminho de Itu e do Antigo Caminho indígena de Paranapiacaba sobreposto em mapa atual além do mapa da área de estudo. Sem essas pessoas eu não conseguiria apresentar esse conjunto de mapas com todas as informações cartográficas. A todos eles meus mais sinceros agradecimentos pela ajuda, parceria e amizade.

Aos amigos dos grupos de estudos, amigos de sala de aula, da moradia, da cidade, do campus em geral; a Beatriz Magalhães, Alisson Henrique (Obama), Mônica Scano Segura, Bruce (Jiripoca), Vinícius (Vinão), Vitão, Replay, Bola e outros tantos. Aos meus antigos amigos da época de infância e época do cursinho pré-vestibular, Jeane Oliveira, Viviane Fernandes, Rodrigo Paraíso (Botinha), José Antônio da Silva, Aninha Pinheiro, Sidnei Carlos Pinheiro e Cláudio Aparecido Pinheiro, ao Grupo Ecológico Calangos da Mata, Cláudio Matos, Mércia, Rogério Negão, Toninho Calango, Guina

mais 3, Guarda Belo, Júlio César Ramos, Fernando Ramos (bruxo), Benedito Vieira (Dito), Levi Stephano (Zebrão), Júlio Patrão, Wallace (Lalinha), Betinho (Cavalo), Lia, Josy, Rodrigo Chaves (Bodão) e tantos outros.

Ao Coletivo 288 Crew e ao Coletivo Vinil Crew nas pessoas de Dirceu Alves, José Eduardo Silva, Pablo Gomes e Otavio Pereira que fazem a cena musical em vinil acontecer em Rio Claro e região. Além destes também agradecer ao Vinícius Genário (Neb) que também participava do coletivo, mas agora segue realizando sua pesquisa no doutorado em Londrina-PR. Ao Felipe Todo que me fez retornar aos toca discos fazendo as festinhas da galera no campus e na cidade (Chá com bolacha).

A todos meu muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa tem como foco a análise da expansão urbana, a questão do patrimônio cultural e ambiental, e a especulação imobiliária em Cotia e Itapevi. O objetivo é demonstrar formas de luta e resistência para preservação do patrimônio cultural e ambiental local. Para isso, serão considerados algumas notas sobre a história de São Paulo, a questão dos aldeamentos, a constituição da rede de caminhos rumo ao interior e o surgimento dos agrupamentos e núcleos populacionais na região. O surgimento das grandes fazendas, os bairros rurais e as vilas servirão de referência para apreender a dinâmica espacial que envolveu a área de estudo, onde serão abordados temas como a apropriação do espaço urbano, transformações do meio físico e a preservação do patrimônio cultural e natural, discussões pertinentes no campo da Geografia. Neste contexto, também refletir sobre as mudanças trazidas pela expansão urbana sobre o modo de vida de populações locais permitindo novas representações sociais sobre o lugar.

Palavras chave: patrimônio cultural e natural; memória e lugar; expansão urbana; Granja Carolina; especulação imobiliária.

RESUMEN

La pesquisa tiene como foco la analise de la expansión urbana, la cuestión del patrimonio cultural y ambiental, y la especulación inmobiliaria en Cotia y Itapevi. Lo objetivo es demostrar las formas de la luta y la resistencia para la preservación del patrimonio cultural y ambiental. Para eso, seran considerados algunas notas sobre la historia de San Pablo, la cuestión de los aldeamentos, la constitución de la rede de caminos rumo a lo interior y lo surgimiento de los agrupamientos y núcleos pobolacionais en la región. Lo surgimiento de las grandes haciendas, los barrios rurales y los pueblos serviran de referencia para apreender la dinámica espaciale que envolveu la área del estudio, donde seran abordados temas como la apropiación del espacio urbano, transformaciones del médio físico y la preservación del patrimonio cultural y natural, discusiones pertinentes en el campo de la Geografia. En este contexto, también reflectir sobre los câmbios traídas por la expansión urbana sobre lo modo de vida de las poboaciones locales, permitiendo nuevas representaciones sobre el hogar.

Palabras clave: patrimonio cultural y natural; memoria y hogar; expansión urbana; Granja Carolina; especulación inmobiliaria.

ABSTRACT

The research focuses on the analysis of urban expansion, the issue of cultural and ambient heritage and real estate speculation in Cotia and Itapevi, state of São Paulo, Brazil. The objective is to demonstrate ways of struggle and resistance for preservation of natural and cultural heritage. With this purpose, will be considered some notes on the history of São Paulo, the issue of indigenous settlements, the establishment of the paths towards the territory and the emergence of groups and nucleus in the region. The emergence of large farms, rural neighborhoods and villages will serve as a reference to understand the spatial dynamics that involved the study area, which will be considered issues such as the appropriation of urban space, the physical environment changes and the preservation of cultural and natural heritage - relevant discussions in the field of Geography. In this context, we also reflect on the changes that the urban expansion brought in the life of local people, allowing new social representations about the place.

Keywords: Cultural and ambient heritage; Memory and place; Urban expansion; Granja Carolina and Real estate speculation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AETEC – Associação dos Arquitetos Engenheiros e Técnicos de Cotia.

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental.

AID – Área de Influência Direta.

AII – Área de Influência Indireta.

AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista.

APA – Área de Preservação Ambiental.

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Urbano.

CEAC-CONSEMA – Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema.

CEAPLA – Centro de Análise e Planejamento Ambiental.

CEMUCAM – Centro Municipal de Campismo.

CETESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo.

CG – Conselho Gestor.

CGPC – Conselho Gestor do Parque CEMUCAM.

CEC – Conferência Estadual das Cidades.

CMC – Conferência Municipal das Cidades.

CNC – Conferência Nacional das Cidades.

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

COMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente.

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista.

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

CPRN – Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais.

CRB – Conselho Regional de Biologia.

DAIA – Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais.

DAP – Diâmetro na Altura do Peito.

DG – Departamento de Geografia.

DEPLAN – Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento.

DER – Departamento de Estrada de Rodagem.

DOESP – Diário Oficial do Estado de São Paulo.

EA – Espaço Animal.

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

EMPLASA – Empresa Metropolitana.

ETA – Estação de Tratamento de Água.

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto.

IB – Instituto de Biociências.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IEA-USP – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

IF – Instituto Florestal.

IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

IG – Instituto Geográfico.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

GECN – Grupo Ecológico Calangos da Noite.

GECM – Grupo Ecológico Calangos da Mata.

GEOMUNDI - Laboratório de Geopolítica, Análise Regional e Teoria Social Crítica.

LADETER - Laboratório de Desenvolvimento Territorial.

LI – Licença de Instalação.

LO – Licença de Operação.

MinC – Ministério da Cultura.

MC – Ministério das Cidades.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MP – Ministério Público.

MPE – Ministério Público Estadual.

MPF – Ministério Público Federal.

MDGV – Movimento em Defesa da Granja Viana.

MSM/Cotia-Itapevi – Movimento Salve a Mata Cotia/Itapevi.

NCN-USP – Núcleo de Consciência Negra na USP.

ONG – Organização Não Governamental.

PA – Polícia Ambiental.

PESM – Parque Estadual da Serra do Mar.

PGESP – Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

PD – Plano Diretor.

PDC – Plano Diretor de Cotia.

PDI – Plano Diretor de Itapevi.

PMNP – Parque Municipal Nascentes de Paranapiacaba.

PMS – Programa Metrôpoles Saudáveis.

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PROAM – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental.

PT – Plano de Trabalho.

PZU – Plano de Zoneamento Urbano.

RAP – Relatório Ambiental Preliminar

RB – Reserva da Biosfera.

REMG – Reserva Estadual do Morro Grande.

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SMT – Secretaria Municipal de Turismo.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação *da Natureza*.

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente.

SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SODEMAP – Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba.

UC – Unidade de Conservação.

UGRH – Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNESP – Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP – Universidade de Campinas.

UNIBAN - Universidade Anhanguera de São Paulo.

USP – Universidade de São Paulo.

ZPA – Zona de Proteção Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação indígena com seus apetrechos de caça e defesa.....	98
Figura 2. Santo André da Borda do Campo em 1500.....	108
Figura 3. Antiga Igreja do Colégio de São Paulo, 1860.....	113
Figura 4. Antigo Caminho de Itu com referências de José Custódio de Sá e Faria de 1774.....	129
Figura 5. Mamelucos e Índios.....	132
Figura 6. Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrat na década de 1950.....	185
Figura 7. Antiga Cooperativa Agrícola de Cotia.....	188
Figura 8. Templo Zu Lai, atrativo religioso oriental de vertente budista.....	200
Figura 9. Templo Odsal Ling, atrativo religioso oriental de vertente budista.....	201
Figura 10. Sítio do Mandú com sua casa grande.....	203
Figura 11. Sítio do Padre Inácio em Cotia.....	211
Figura 12. Jornal O Imparcial da década de 1950 noticiando o resultado do plebiscito realizado em função dos movimentos emancipatórios de Itapevi.....	216
Figura 13. Rua Joaquim Nunes, na região central de Itapevi.....	217
Figura 14. Jornal local de Itapevi homenageia os 56 anos de emancipação da cidade.....	218
Figura 15. Antiga casa da família Nunes que hoje abriga o Paço Municipal de Itapevi e o Gabinete da Prefeitura.....	220
Figura 16. O atual gabinete da prefeitura na Rua Joaquim Nunes nº 65, centro de Itapevi.....	220
Figura 17. Uma visão panorâmica antiga do povoado de Itapevi cercada por caminhos.....	224
Figura 18. A Cidade de Itapevi.....	230
Figura 19. Jornal Itapevi Agora destaca na capa principal as enchentes ocorridas na cidade em 06 de março de 2015.....	244
Figura 20. Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo de Oliver Derby.....	259
Figura 21. Cartaz da Romaria promovida pelo Bairro até o Santuário de Pirapora do Bom Jesus.....	278

Figura 22. Registro de partitura do Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro por Mário Sevilio.....	282
Figura 23. Localização da Fazenda Granja Carolina.....	285
Figura 24. Matas da Granja Carolina, denotando algumas clareiras já desmatadas.....	292
Figura 25. Ilustração de foto aérea na região da Granja Vianna em forma de propaganda comercial dos terrenos.....	297
Figura 26. Propaganda para atrair possíveis interessados em imóveis na região com o discurso convidativo de viver em meio à natureza.....	298
Figura 27. Folheto com propaganda imobiliária distribuída pelos bairros de Cotia e região.....	298
Figura 28. Propaganda de lançamento imobiliário veiculada na Revista Qual Imóvel.....	299
Figura 29. Estrada da Fazendinha, área a ser ocupada pelo Alphaville Carapicuíba.....	306
Figura 30. Imagem da área após a derrubada da mata e antes do condomínio ser instalado.....	307
Figura 31. Análise comparativa de fotografia aérea antes e depois do desmatamento realizado pela Alphaville na Granja Vianna em Carapicuíba.....	307
Figura 32. Imagem aérea do loteamento Alphaville Granja Viana Carapicuíba. Imagem disponibilizada no blog do Movimento em Defesa da Granja Viana.....	308
Figura 33. Rios de lama invadem a Estrada da Fazendinha após o desmatamento da área.....	309
Figura 34. A lama invade os terrenos e casas vizinhas do loteamento.....	309
Figura 35. Alphaville entrega lama para a comunidade ao entorno do empreendimento.....	310
Figura 36. A imagem destaca a enxurrada que transformou a piscina de um vizinho do empreendimento em lama, além de cobrir todo o quintal do mesmo com lama proveniente da área desmatada pela empresa.....	310
Figura 37. Imagem aérea de parte do Espólio Celso Santos na Granja Carolina.....	322
Figura 38. Ilustração com animais em vias de extinção localizados na Granja Carolina de acordo com o primeiro EIA/RIMA produzido pela Scopel/Cipasa no ano de 2000.....	327

Figura 39. Destacando a localização do novo projeto urbanístico.....	335
Figura 40. Área total da gleba a ser loteada.....	339
Figura 41. Imagem indicando a projeção de disposição e esquematização dos lotes propostos.....	339
Figura 42. Imagem total da gleba a ser loteada.....	340
Figura 43. Imagem indica a área a ser desmatada destacada em vermelho.....	340
Figura 44. Ilustração de animais em situação vulnerável nas matas da Granja Carolina de acordo com a Ong Espaço do Animal.....	343
Figura 45. Mapa comparativo da EMPLASA com o mapa do empreendedor.....	345
Figura 46. Sobreposição do mapa do empreendimento e da carta de Aptidão Física da EMPLASA.....	346
Figura 47. Análise comparativa com mapa da EMPLASA.....	347
Figura 48. Área do projeto de loteamento Vila Florestal - Reserva Cotia. Mapa da área a ser devastada.....	349
Figura 49. Certidão de diretrizes de uso e ocupação do solo urbano de Cotia.....	357
Figura 50. Tabela quantificando o número de lotes para o Empreendimento da Alphaville Urbanismo.....	358
Figura 51. Processo CONDEPHAAT número 00849/2003 em sessão ordinária de 22 de junho de 2009.....	361
Figura 52. Parecer do CONDEPHAAT sobre a continuidade dos estudos sobre a área objeto de solicitação de tombamento ocorrida em 2003.....	362
Figura 53. Parecer do setor técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico referente ao processo 00849/2003.....	363

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Aziz Nacib Ab’Sáber.....	33
Foto 2. Barragem da COSIPA no Rio Quilombo, Vale do Quilombo na Serra do mar de Paranapiacaba.....	57
Foto 3. 1º acampamento dos Calangos na Serra do mar em 02 de agosto de 1991.....	59
Foto 4. Cabana improvisada no 1º acampamento do grupo.....	60
Foto 5. 1ª clareira Calangos da Mata na Serra do mar.....	63
Foto 6. Clareira Calangos da Mata na Serra do mar.....	64
Foto 7. Primeiras mudas produzidas no viveiro Calangos da Mata em Cotia.....	66
Foto 8. Primeiras mudas produzidas no viveiro Calangos da Mata em Cotia.,,,,,,.....	66
Foto 9. Reunião do Grupo Calangos da Mata na sede em Cotia.....	67
Foto 10. Poço das Moças.....	67
Foto 11. Recolhimento do lixo nas trilhas da Serra do mar com participação de turistas simpatizantes da causa.....	68
Foto 12. Turismo e recolhimento de lixo com simpatizantes da causa ambiental na Serra do mar.....	69
Foto 13. Turismo e recolhimento de lixo com simpatizantes da causa ambiental na Serra do mar.....	69
Foto 14. Turismo e recolhimento de lixo com simpatizantes da causa ambiental na Serra do mar.....	69
Foto 15. Acampamento Calangos da Mata na Serra do mar.....	70
Foto 16. Acampamento na Serra do mar.....	71
Foto 17. Utensílios e apetrechos utilizados para realizar os acampamentos.....	71
Foto 18. A Bandeira dos Calangos.....	71
Foto 19. Realizando o reflorestamento na Serra do mar.....	72
Foto 20. Realizando o reflorestamento na Serra do mar.....	72
Foto 21. Recolhimento do lixo na Serra de Paranapiacaba.....	73
Foto 22. Recolhimento do lixo na Cachoeira do Morro Grande em Cotia.....	77
Foto 23. Recolhimento do lixo na Cachoeira do Morro Grande em Cotia.....	78
Foto 24. Grupo Calangos da Mata reflorestando Praça no Parque São George em Cotia no ano de 1997.....	80
Foto 25. A mesma praça em 18 de agosto de 2016, resultado de nossa intervenção em 1997.....	81

Foto 26. Reflorestando as clareiras na Serra do Mar em Paranapiacaba no ano de 1997.....	81
Foto 27. Reflorestando as clareiras na Serra do Mar em Paranapiacaba no ano de 1997.....	82
Foto 28. Regando as mudas recém-plantadas na Serra do mar em 1997.....	82
Foto 29. Recolhimento do lixo e deposição do mesmo na caçamba localizada no Vale do Quilombo, próximo à barragem da Cosipa na Serra do mar.....	83
Foto 30. Descendo as trilhas da Serra com os utensílios de acampamento e as mudas de árvores nativas para serem plantadas nas clareiras.....	93
Foto 31. Descendo as trilhas da Serra do mar passando pelo Vale do Quilombo...	93
Foto 32. O aluno Raphael reflorestando uma das clareiras na Serra do mar.....	94
Foto 33. Calangos da Mata com dona Francisca em Paranapiacaba.....	112
Foto 34. Igreja da Matriz no atual centro de Cotia.....	185
Foto 35. Praça da Amizade em 2014.....	203
Foto 36. Praça da Amizade em 2016.....	204
Foto 37. Vista frontal da Praça Japonesa.....	205
Foto 38. Interior da Praça Japonesa.....	205
Foto 39. Monumento da Praça Japonesa.....	206
Foto 40. Banheiros da Praça Japonesa.....	206
Foto 41. Praça Japonesa sendo destruída vista de outro ângulo.....	207
Foto 42. Placa com sinalização sobre a nova obra na Praça Japonesa.....	207
Foto 43. Foto mostrando os trabalhos na Praça Japonesa no dia seguinte com a colocação das guias.....	208
Foto 44. Igreja da Matriz fundada na década de 1950.....	223
Foto 45. Localização da cidade de Itapevi acoplada em um grande vale.....	225
Foto 46. Painel indicando obras de amortecimento de cheias dos Rios Barueri Mirim, Sapientã e Rio Paim em Itapevi.....	241
Foto 47. Avenida Cesário de Abreu e Rua Manoel Mendes em Itapevi.....	242
Foto 48. Alagamento em frente ao Posto de Saúde central de Itapevi.....	242
Foto 49. Enchentes em Itapevi.....	243
Foto 50. Alagamento no Jardim Rainha em Itapevi.....	253
Foto 51. Waldemar Bueno com arado e o Carro de Boi da Família.....	251
Foto 52. Waldemar Bueno com o carro de boi da família, símbolo da cultura imaterial e patrimônio histórico ainda existente nas Quatro Encruzilhadas.....	252

Foto 53. A Fazenda Maracanduva em Itapevi.....	255
Foto 54. Capela Cruz Nova na estrada indo para Vargem Grande Paulista.....	256
Foto 55. Capela da Cruz Grande.....	256
Foto 56. Capela de São Pedro da Comunidade de descendentes de escravos da Fazenda Maracanduva.....	263
Foto 57. Capela de São Pedro, ponto de devoção dos moradores e marco histórico da região em Vargem Grande Paulista.....	264
Foto 58. Interior da Capela de São Pedro.....	264
Foto 59. Terras do Espólio Celso Santos na região das Quatro Encruzilhadas....	267
Foto 60. Altar com duas cruzes no Bairro Quatro Encruzilhadas.....	268
Foto 61. Montagem da terceira cruz, a Cruz da Memória.....	268
Foto 62. Preparativos de enfeites para a Festa das Três Cruzes.....	270
Foto 63. Preparativos de enfeites para a Festa das Três Cruzes.....	270
Foto 64. Missa campal antes da procissão na festa das Três Cruzes no bairro Quatro Encruzilhadas.....	271
Foto 65. Missa campal antes da procissão na festa das Três Cruzes no bairro Quatro Encruzilhadas.....	271
Foto 66. Pai dos irmãos Bueno na Romaria de São Roque.....	274
Foto 67. Pernambuco e Tarcizo Bueno de São João Novo conversando sobre Carro de Boi e suas diferenças.....	274
Foto 68. O Carro de Boi de Roda que Canta do Pernambuco de São João Novo.....	275
Foto 69. Romaria nas Quatro Encruzilhadas em direção a Pirapora do Bom Jesus.....	276
Foto 70. Romaria nas Quatro Encruzilhadas em direção a Pirapora do Bom Jesus.....	276
Foto 71. Romaria à Pirapora do Bom Jesus através dos antigos caminhos que ligam o bairro Quatro Encruzilhadas ao município de Santana de Parnaíba.....	277
Foto 72. Romaria à Pirapora do Bom Jesus através dos antigos caminhos que ligam o bairro Quatro Encruzilhadas ao município de Santana de Parnaíba.....	277
Foto 73. Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro em festa anual comemorativa da Capela São Pedro em Vargem Grande Paulista.....	280
Foto 74. Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro em festa anual comemorativa da Capela São Pedro em Vargem Grande Paulista.....	280

Foto 75. O Grupo Trança Fita em desfile pelas ruas do bairro da Capela São Pedro.....	281
Foto 76. Samba caipira na comunidade da Capela São Pedro.....	281
Foto 77. Samba caipira na comunidade da Capela São Pedro.....	281
Foto 78. Morro do Macaco em Cotia, densamente ocupado.....	289
Foto 79. Matas da Granja Carolina, denotando algumas clareiras já desmatadas.....	290
Foto 80. Condomínio Palos Verdes na região da Granja Viana em Cotia.....	295
Foto 81. Shopping Granja Vianna.....	302
Foto 82. Imagem aérea do empreendimento Alphaville Carapicuíba. Loteamento sendo consolidado após etapa de desmatamento e arruamento.....	311
Foto 83. Entrada do condomínio na Estrada da Fazendinha em Carapicuíba.....	312
Foto 84. Loteamento sendo consolidado após etapa de arruamento.....	312
Foto 85. Urbanização consolidada no entorno das matas da Granja Carolina....	313
Foto 86. Urbanização consolidada no entorno das matas da Granja Carolina....	313
Foto 87. Audiência Pública de 26 de novembro de 2002 no Ginásio de Esportes de Cotia.....	325
Foto 88. Participação dos Calangos na Audiência Pública de 26 de novembro de 2002 no Ginásio de Esportes de Cotia.....	325
Foto 89. Árvore com mais de 5 cm de diâmetro na altura do peito na Fazenda Granja Carolina, maciço florestal na gleba de Cotia.....	328
Foto 90. Matas da Granja Carolina com árvores acima dos 20 metros de altura.....	329
Foto 91. Área de pastos e lagos da Granja Carolina.....	329
Foto 92. Raposo Tavares com trânsito intenso sentido São Paulo.....	351
Foto 93. Trânsito na altura do km 25 da Rodovia Raposo Tavares sentido São Paulo.....	351
Foto 94. Caminhão tombado na Estrada do Pau Furado.....	352

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Densidade demográfica de São Paulo de 1980 a 2016.....	155
Gráfico 2. Grau de urbanização na cidade de São Paulo de 1980 a 2017.....	157
Gráfico 3. Elevação do PIB da cidade de São Paulo.....	157
Gráfico 4. PIB per capita da cidade de São Paulo.....	158
Gráfico 5. Dados da densidade demográfica na RMSP (habitantes por km²).....	160
Gráfico 6. Grau de urbanização na RMSP entre os anos 1980 e 2017.....	160
Gráfico 7. PIB da Região Metropolitana de São Paulo entre 2002 e 2014.....	162
Gráfico 8. PIB per Capita da Região Metropolitana de São Paulo entre os anos 2002 e 2014.....	163
Gráfico 9. Densidade demográfica de Cotia, da RMSP e do Estado de SP.....	197
Gráfico 10. Grau de urbanização em Cotia, RMSP e no Estado de SP.....	197
Gráfico 11. PIB per capita de Cotia, RMSP e do Estado de SP.....	198
Gráfico 12. Renda per capita – censo demográfico de Cotia e RMSP.....	198
Gráfico 13. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Cotia entre 1991 e 2010.....	199
Gráfico 14. Densidade demográfica de Itapevi, da RMSP e do Estado de SP.....	233
Gráfico 15. Grau de urbanização de Itapevi, da RMSP e do Estado de SP.....	233
Gráfico 16. PIB per capita da cidade de Itapevi, da RMSP e do Estado de São Paulo.....	234
Gráfico 17. Renda per capita – Censo demográfico de Itapevi e da RMSP.....	235
Gráfico 18. Índice de Desenvolvimento Humano de Itapevi em 1991, 2000 e 2010.....	235
Gráfico 19. Esgoto sanitário-Nível de atendimento em Itapevi e RMSP.....	237
Gráfico 20. Entrevistas aplicadas na cidade de Itapevi.....	364
Gráfico 21. Entrevistas aplicadas na cidade de Cotia.....	365

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Área de estudo. Localização Regional do Empreendimento.....	35
Mapa 2. Localização do Espólio Celso Santos em Cotia e Itapevi.....	42
Mapa 3. Localização da área de estudo.....	96
Mapa 4. Mapa do Antigo Caminho Indígena de Paranapiacaba destacando, além do caminho, a vila de Santo André da Borda do Campo e o Pátio do Colégio no Planalto de Piratininga.....	111
Mapa 5. Mapa geral de Custódio de Sá indicando o percurso do Antigo Caminho de Itu partindo do Colégio dos Jesuítas.....	128
Mapa 6. Mapa da área de localização do objeto empírico - Cotia/Itapevi.....	154
Mapa 7. Espraçamento metropolitano de São Paulo entre 1988 e 2000.....	159
Mapa 8. Divisão das sedes municipais de São Paulo-Barueri-Embu-Cotia-Itapevi.....	179
Mapa 9. Antigo Caminho de Itu sobreposto em mapa atual, desenhado a mão...182	
Mapa 10. Mapa topográfico de Cotia e Itapevi destacando as cotas altimétricas da região central de Itapevi.....	226
Mapa 11. Antigos Caminhos Indígenas, destacando o Antigo Caminho de Itu, o Pátio do Colégio e a área de estudo.....	228
Mapa 12. Área de Influência direta e indireta do Empreendimento Vila Verde – Reserva Cotia.....	341

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Proprietários e índios cativos em São Paulo e Santana de Parnaíba, 1630-1699.....	133
Quadro 2. Dados gerais sobre a cidade de Cotia.....	195
Quadro 3. Dados gerais sobre a cidade de Itapevi.....	231
Quadro 4. Porcentual de domicílios* com rede pública de esgoto.....	240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População e Taxa de Crescimento Geométrico Anual do Município, Região Metropolitana e Estado de São Paulo e Brasil entre 1872 e 2010.....	156
Tabela 2. Taxa de crescimento anual da RMSP (1970-2007).....	161
Tabela 3. Evolução Populacional de Cotia, São Paulo e Brasil.....	195
Tabela 4. Evolução Populacional de Itapevi, São Paulo e Brasil.....	231
Tabela 5. Características dos projetos apresentados para o Espólio de Celso Santos.....	336

SUMÁRIO

GRUPO ECOLÓGICO CALANGOS DA MATA.....	32
EPÍGRAFE.....	33
INTRODUÇÃO.....	34
CAPÍTULO 1. A MOTIVAÇÃO PELO TEMA E A ÁREA DE ESTUDOS.....	56
1.1. O Grupo Ecológico Calangos da Mata, uma história de reconstrução social.....	56
1.2. A Festa Ecológica no Parque Cemucam.....	74
1.3. O Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA.....	84
1.4. O Núcleo de Consciência Negra na USP e o combate às novas formas de apropriação dos espaços coletivos.....	91
1.5. Agentes propulsores da concentração fundiária: A especulação imobiliária.....	95
CAPÍTULO 2. OS CAMPOS DE PIRATININGA - DE TRILHAS A ALDEAMENTOS: UM PROPÓSITO DE OCUPAÇÃO.....	98
2.1. Os processos emergentes na configuração da vila de Santo André da Borda do Campo e a Guerra dos Tamoios.....	106
2.2. Notas sobre os Aldeamentos e o processo de dominação indígena pela tentativa de evangelização.....	124
2.3. A destruição das populações indígenas e o início da formação da sociedade paulista.....	134
2.4. A evolução da população rural, agrícola e urbana em Piratininga.....	140
CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	147

3.1. A Emergência do Patrimônio Cultural e Ambiental na cidade e o papel do turismo.....	163
3.2. Apropriação, promoção e preservação do patrimônio cultural.....	167
3.3. Notas sobre os processos emergentes na sociedade urbana de Cotia e Itapevi.....	177
3.4. Breve histórico sobre a cidade de Cotia: de pouso de tropeiros à cidade constituída.....	183
3.5. A Formação administrativa de Cotia, seu crescimento pujante e as principais regiões no contexto da reprodução do espaço urbano.....	189
3.6. Principais regiões de Cotia e seus atrativos turísticos.....	200
3.6.1. O Bairro Granja Viana.....	200
3.6.2. Morro Grande/Caucaia.....	209
3.7. Breve histórico sobre a cidade de Itapevi; considerações sobre sua configuração espacial.....	214
3.7.1. Breves considerações sobre a Formação Administrativa de Itapevi.....	219
3.7.2. A história da edificação de Itapevi e sua localização no quadrante oeste da capital.....	229
3.7.3. Elementos da história de ocupação da cidade e as contradições de natureza geográfica.....	237

CAPÍTULO 4. PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL: A CULTURA COMO TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE DE RESISTÊNCIAS.....248

4.1. A luta pela preservação do patrimônio natural e cultural no bairro Quatro Encruzilhada.....	252
4.2. Festa das Três Cruzes: marcadores territoriais da cultura local.....	265
4.3. A música caipira, memória e patrimônio como expressões da cultura local.....	279
4.4. Laranjeira Pequena.....	283

CAPÍTULO 5. A EXPANSÃO URBANA, A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO QUADRANTE OESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....287

5.1. O caso da fazenda Granja Carolina e a Granja Viana como exemplos da apropriação territorial.....	291
5.2. As lógicas da especulação imobiliária nos processos de uso e ocupação do solo.....	300
5.3. Aspectos da paisagem na área da Fazenda Granja Carolina em Cotia.....	313
CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EMPREENDIMENTOS IDEALIZADOS PARA A FAZENDA GRANJA CAROLINA.....	321
6.1. O projeto de Loteamento Granja Carolina.....	323
6.2. O Loteamento Vila Florestal – Reserva Cotia da Alphaville Urbanismo.....	335
6.3. O empreendimento como gerador de impactos negativos.....	350
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	366
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	374
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	381
PESQUISA ELETRÔNICA.....	384
ANEXOS.....	387
ANEXO 1. Pedido de tombamento das matas da Granja Carolina.....	388
ANEXO 2. Jornal que trata sobre a Granja Carolina, Jornal Cotiatododia.....	391
ANEXO 3. Parecer Aziz Ab’Sáber sobre o novo Código Florestal.....	399
ANEXO 4. Incorporadoras e Imobiliárias de Cotia e Região.....	405
ANEXO 5. Parecer Técnico do Biólogo Paulo Auricchio.....	412
ANEXO 6. Parecer digitalizado.....	414

APÊNDICE.....	415
APÊNDICE 1. Ofício do Grupo Calangos da Mata em resposta a solicitação de informações por parte do Ministério Público Federal referente a possível intervenção no meio ambiente da área de estudo pela empresa anterior ao novo projeto urbanístico da Alphaville/S/A.....	416
APÊNDICE 2 – Questionário aplicado.....	417
APÊNDICE 3 – Resolução SMA nº 34, de 27-08-2003.....	418
APÊNDICE 4 – Recortes de jornal noticiando a atuação do antigo Grupo Calangos da Noite e do atual Grupo Ecológico Calangos da Mata.....	422
APÊNDICE 5. Cartas convites ao Grupo Ecológico Calangos da Mata.....	446
APÊNDICE 6. Convocatórias das reuniões do Coletivo de Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA.....	450
APÊNDICE 7. Convocatórias do CONSEMA para participação nas audiências públicas no Estado de São Paulo.....	454
APÊNDICE 8. Modelos de requerimentos para solicitação de vistas a processos.....	456
APÊNDICE 9. Cartaz da Festa Ecológica realizada pelo Grupo Calangos da Noite (atual Calangos da Mata) no Parque CEMUCAM em Cotia no dia 31 de maio de 1996.....	459
APÊNDICE 10. Cópia de um contrato de compromisso de compra e venda de imóvel da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB de Itapevi. Cópia cedida por Viviane Fernandes da Silva que se refere ao imóvel ocupado por seus pais atualmente.....	460
APÊNDICE 11. Ofício do Ministério Público Federal dirigido ao Movimento Salve a Mata informando o arquivamento de nosso documento denunciando as falhas no EIA/RIMA do antigo projeto urbanístico denominado Loteamento Granja Carolina a este órgão.....	466
APÊNDICE 12. Documento do Grupo Calangos da Mata protocolado durante a audiência pública de Cotia no dia 08 de dezembro de 2014 referente ao projeto Vila Florestal Reserva Cotia. Nesse documento estamos solicitando que os	

empreendedores reavaliem e revejam 9 pontos que apontamos como irregulares ou inadequados para a implantação do referido empreendimento.....470

ANEXO FINAL - contra-capa: CD com a sobreposição de mapas.

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material.

Denis E. Cosgrove

GRUPO ECOLÓGICO CALANGOS DA MATA

PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E FORMAS DE RESISTÊNCIA: O CASO DE COTIA E ITAPEVI.

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (Ab'Sáber, 2003, p. 9).

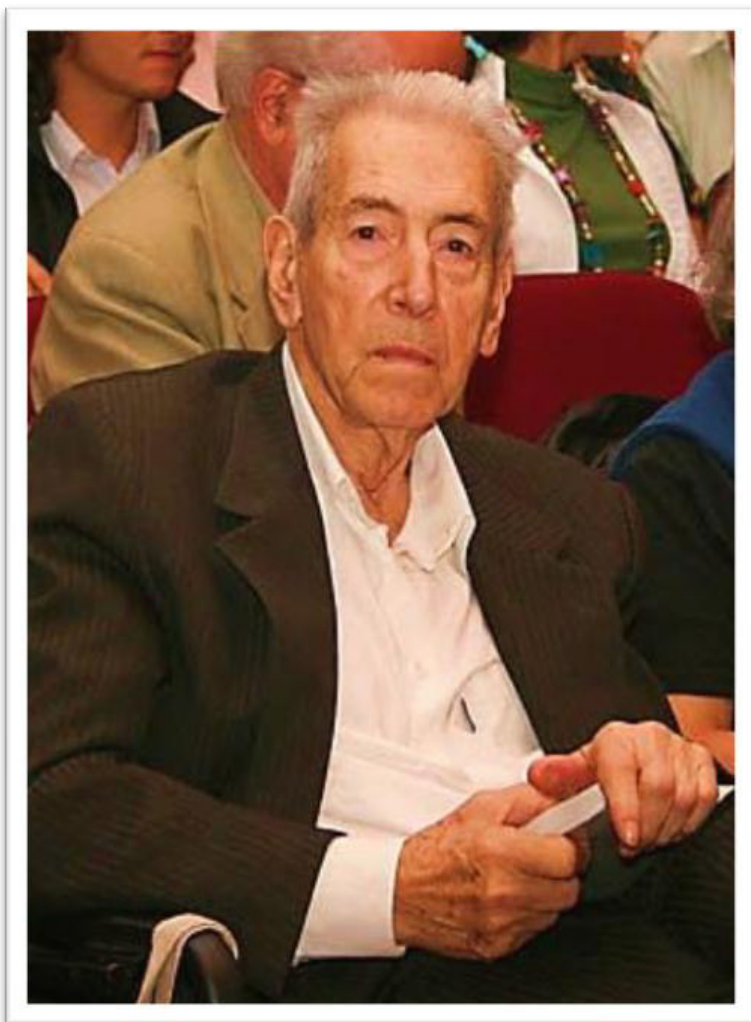


Foto 1. Aziz Nacib Ab'Sáber.
Fonte: Acervo Calangos da Mata¹.

¹ Também disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.htm>.

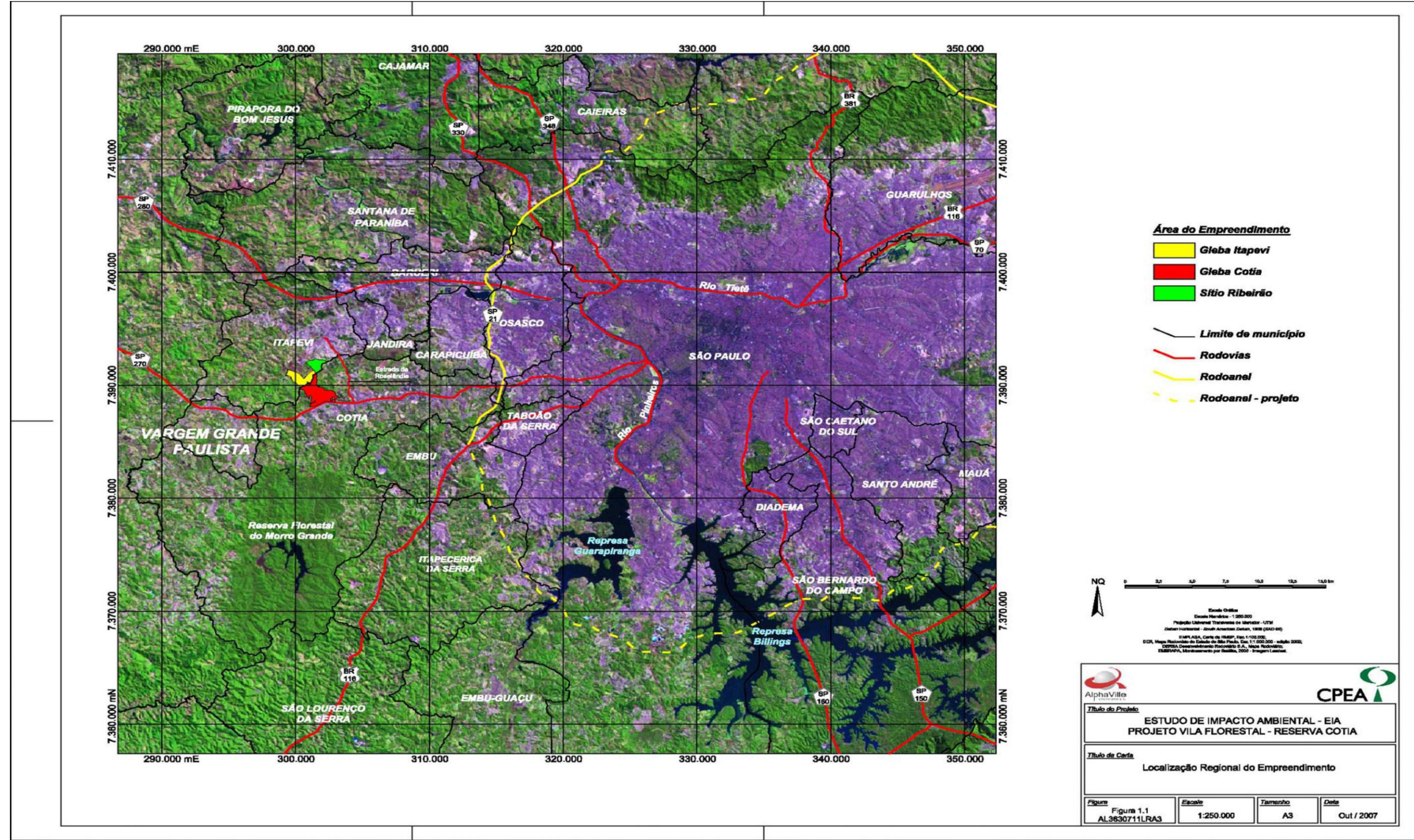
INTRODUÇÃO

Nosso trabalho é em primeiro lugar uma homenagem ao professor Aziz Nacib Ab'Sáber (foto 1 acima) que teve uma importante contribuição no início das discussões referentes ao projeto Granja Carolina de 2000 (processo SMA 13.697/00), no qual o professor em 2003 nos procurou via telefone para saber mais detalhes sobre a área hoje objeto de nosso estudo. Nessa época o Grupo Ecológico Calangos da Mata estava empenhado nas discussões que envolviam a tentativa de implantação de um condomínio na Fazenda Granja Carolina com projeto de loteamento de mesmo nome e o professor Aziz ficou sabendo pelos jornais locais² das atividades de nosso Grupo. Seu interesse pela causa se fez pelas controvérsias que circulavam nos jornais da região sobre o empreendimento em questão. Ao nos contatar e ficar sabendo sobre nosso interesse em solicitar o tombamento da área, Aziz teceu comentários pelo telefone mesmo sobre a problemática ambiental e ditou algumas linhas sobre como fazer tal solicitação³, o que incluímos em nosso documento sem ao menos entender grande parte daquelas palavras e considerações. Assim fizemos e o processo foi encaminhado para o Condephaat. O professor nos convidou em sua residência e nos acompanhou ao Condephaat, tempos depois do protocolo de nosso documento. No Condephaat Aziz solicitou aos diretores e conselheiros do órgão a darem uma maior importância ao caso apresentado e na questão ambiental e social dos municípios envolvidos. Para nós era de extrema importância que o protocolo tramitasse com certa agilidade seguindo os ritos dos procedimentos internos do órgão no sentido de culminar em um parecer antes do processo de licenciamento ser analisado pelo CONSEMA. O professor foi peça fundamental nesse processo todo e tempos depois tivemos conhecimento de várias atribuições suas quando era membro diretor do Condephaat e fez dos estudos profundos sobre a geografia do país as suas armas na defesa dos recursos naturais e do meio ambiente, e não foi diferente no modo de atuação referente à área de estudo (mapa 1) que aqui trataremos. Esse mapa, extraído do EIA/RIMA de 2007, se refere a localização regional do empreendimento que trataremos nesse trabalho.

² Jornal D'Aqui e Revista Circuito da informação, na época os veículos de comunicação que mais deram ênfase à luta dos grupos ambientalistas da região e que mais publicaram artigos e outras notícias sobre o Grupo Calangos da Mata e do Movimento Salve a Mata Cotia/Itapevi. Outros jornais como o Correio D'Oeste, o Cotidiano e o Jornal Comunidade em Destaque também contribuíram se manifestando sobre o empreendimento e publicando as atuações do Grupo Ecológico Calangos da Mata e dos demais movimentos contrários ao projeto de loteamento.

³ Cópia da solicitação encontra-se no anexo 1 ao final deste trabalho.

Mapa 1. Mapa da área de estudo localizando o novo empreendimento proposto e o entorno do objeto empírico de análise.



Fonte: EIA, 2007.

Aziz costumava dizer que é preciso conhecer e respeitar a natureza para manter o equilíbrio do meio ambiente e que “a nossa inovação sempre vai ser na proteção do que a natureza faz”. Ele costumava afirmar isso, para enfatizar que a maior contribuição da ciência para a humanidade seria buscar formas de preservar a natureza e respeitar as pessoas e as comunidades que se inserem nesses ambientes⁴. Durante quase 70 anos dedicou seus estudos à Geografia, se tornando referência do assunto no país e internacionalmente, tendo recebido o Prêmio Unesco para Ciência e Meio Ambiente em 2001, entre outros tantos merecidamente⁵.

Em um dos registros que temos em forma de rascunho, Aziz dizia que as interações sociais, as práticas culturais e as trocas de vivências são características do pretérito que antecede as legislações e as especulações jurídicas da atualidade, o que para nós reforça a ideia sobre a importância da intervenção dos sujeitos na concepção e reprodução social do patrimônio no entendimento subjetivo desses sujeitos. Por isso ressaltamos que nosso trabalho não deve se ater somente no plano material do urbano, mas também no plano subjetivo considerando que os sujeitos “não só produzem historicamente, formas espaciais, mas também reproduzem no seu imaginário subjetivo, as representações simbólicas da cidade”, *de seu cotidiano, de suas percepções⁶ e suas condições de sobrevivência* (COSTA, 2010, p. 20 – grifos nosso). Nesse sentido, cabe ressaltar a iminência de estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais tangíveis e intangíveis, integrando-os às suas vidas e ao seu cotidiano.

Nessa direção, Marília Gruenwaldt realizou um excelente trabalho ao fazer todo o levantamento da cultura material e imaterial da região das Quatro Encruzilhadas que trataremos neste trabalho. Ela fez um levantamento detalhado com as comunidades do entorno estimulando justamente essa apropriação dos sujeitos, de seus bens de natureza material e imaterial. Para Oliven (2009, p. 82), os “bens imateriais” não só são de difícil definição, mas também só tem sentido se significarem uma prática regular. Em nossa concepção, ao fazê-lo, acabam retomando emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e

⁴ Depois do primeiro encontro com o professor, houve outros onde ele tecia considerações sobre a geografia e história, nos ensinando e orientando os passos para combater as políticas que menosprezavam os elementos vinculados à questão ambiental. Anotamos algumas linhas sobre as explicações do professor, mas eram muitas as informações e não foi possível registrar tudo.

⁵ Fonte: <http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html> (acessado em 17/06/2015).

⁶ Para Souza (2016) a palavra percepção se traduz pelas práticas sócio espaciais dos sujeitos. Essas práticas, segundo ele, se encontram nas determinações sociais. Para esse autor, o espaço se expressa em materialidades dadas as determinações territoriais onde as determinações são o “estado” e o “movimento” das lógicas de apropriação espacial *pelos sujeitos* (SOUZA, 2016, p. 57, grifos nossos).

corroboram para a construção das identidades individuais e coletivas no presente, o que para nós, contribui ainda para aflorar afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade. Essa perspectiva de pertencimento é notada de forma bastante evidente na área estudada. De acordo com as pesquisas de Marília Gruenwaldt⁷ realizadas em campo na região estudada, foi possível constatar a grande quantidade de pessoas ligadas à música, tocadores, cantores e alguns compositores. Destacamos um grupo de moradores da Capela de São Pedro, um grupo de Coral no loteamento Vila Verde e instrumentistas diversos na vila das Quatro Encruzilhadas. Nessa vila existe um grande número de instrumentistas diversos, sem formação musical, que exercem a prática musical nas atividades religiosas. Já na Capela de São Pedro em Vargem Grande Paulista, existe um grupo de quase 40 pessoas ligadas a atividades folclóricas da região, o grupo possui repertório e uma organização com presidente e vice-presidente, bem como uniforme com destaque de uma dupla de cantadores e compositores de música raiz “Sereninho e Seresteiro”, representados por José Vitor dos Santos e José Donizete da Silva respectivamente. Na pesquisa de campo, foi possível constatar que antigamente existia no local a prática de uma dança, chamada Cana Verde, dança esta que está sendo resgatada por Mário Rogério Sevilio, regente do coral no loteamento Vila Verde que segundo ele, será um elemento de pesquisa futura.

Para Aziz, quando discutimos patrimônio cultural, uma das premissas implica em decidir se devemos preservar as manifestações da cultura popular ou da cultura erudita, além de definir o que faz parte do patrimônio. Nesse sentido que o professor nos indicava os rumos a seguir no trabalho de levantamento de dados sobre todos os elementos da cultura material e imaterial⁸ considerando as tradições que as comunidades ainda mantinham e a relação dos sujeitos com o meio ambiente. Era preciso entender a dinâmica do mundo presente baseado no pretérito para focar as ações futuras em diferentes tempos. O professor foi peça fundamental quando passou a nos orientar e esclarecer com precisão as mazelas e perversidades do mundo contemporâneo. Nos encontros que tivemos, ele sempre sugeria leituras e enfatizava seu desejo íntimo de ter no futuro próximo um Brasil transformado objetivando melhorias na vida das pessoas, principalmente aquelas mais injustiçadas pelas políticas irresponsáveis de nossos governantes.

Ele enfatizava também que os estudos envolvendo o espaço geográfico

⁷Trabalho intitulado “Projeto Envolvimento Sustentável – Região das Quatro Encruzilhadas – Itapevi – Vargem Grande Paulista – Cotia – São Roque” de 2004. Trabalho não publicado.

⁸ A UNESCO define o patrimônio cultural imaterial ou intangível como: o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integra essa modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais. Muitos desses elementos foram identificados em nossa área de estudo como veremos ao longo do trabalho.

sempre estiveram relacionados com a multidisciplinaridade e isso por si só, contribuía para o fortalecimento da própria geografia de modo que as relações da geografia com outras áreas do conhecimento permite que os pesquisadores possam obter resultados nas pesquisas de modo mais completo e profundo do ponto de vista científico. Claro que não entendíamos nada do que ele estava versando, porém, nos limitávamos a anotar o maior número de explicações possíveis que ele ia proferindo. Hoje, analisando com mais atenção às explicações do professor, avaliamos que nesse tempo de convivência com ele, fomos privilegiados com várias conferências e aulas em cada encontro que tivemos com ele. Cada visita era uma palestra, uma aula, tanto de geografia como de história, de geomorfologia, de antropologia etc.

De acordo com a página visitada do IEA-USP, o professor é considerado o principal Geomorfologista do país, e o mesmo deixou um grande legado de intervenção na política ambiental do Brasil com reconhecimento internacional. Com sérios problemas de saúde morreu em 16 de março de 2012 aos 87 anos, em sua casa na Granja Vianna, Cotia. Ab'Sáber foi autor de estudos e teorias fundamentais para o conhecimento dos aspectos naturais do Brasil. Sua produção em geografia centrou-se, sobretudo em domínios morfoclimáticos e fitogeográficos brasileiros, sertões do Nordeste, estudos amazônicos, superfícies aplainadas do Brasil, Teoria dos Refúgios e na revisão das pesquisas sobre “desertificação” na Campanha Gaúcha de Sudoeste, além de esforços para cruzamento entre o ensino fundamental com uma educação de base regional para o país⁹. Quando da visita em sua residência, Aziz nos contou um pouco sobre sua história de vida, desde pequeno quando seu pai se mudou várias vezes de região e ele, viajando no cesto preso ao lombo de um burrico, ia observando as formas de relevo curioso que era para entender tal dinâmica. Indo para o campo com a família também ficava horas observando a paisagem ao entorno, intrigado com as formas de relevo e os contrastes no modulado setor de morros que se apresentavam a cada viagem que fazia com o pai ou a família. Como era de família pobre, não teve tantos recursos para viajar pelo país após a adolescência como ele gostaria, mas soube aproveitar várias oportunidades de viagens com seus companheiros de escola e também após ingressar na universidade¹⁰.

Ele realizou centenas de pesquisas e tratados de relevância internacional nas

⁹ <http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html> (acessado em 17/06/2015).

¹⁰ Depoimentos do professor em sua residência no ano de 2003, após protocolarmos o pedido de tombamento das Matas da Granja Carolina no CONDEPHAAT.

áreas de ecologia, biologia evolutiva, fitogeografia, geologia, arqueologia e geografia segundo ele mesmo. E segundo o site visitado, sua produção contabiliza mais de 500 trabalhos, entre artigos acadêmicos, teses, capítulos de livros, prefácios e apresentação de livros, resenhas, publicações em jornais, revistas, documentos e relatórios¹¹. Das produções citadas por ele em sua residência, uma que ele considera a mais importante e a que mais ele gostou de fato tendo a sensação de desejo realizado é a obra intitulada o Litoral Brasileiro. Nesse dia ele abriu seu único exemplar ainda lacrado para nos mostrar cheio de orgulho essa obra. Seus olhos brilhavam de felicidade nesse dia, a alegria estava estampada em cada página que ele nos mostrava. Foram momentos únicos àqueles que vivenciamos com o professor e eu particularmente nem sabia ainda quem era de fato aquela figura tão humilde e cheia de sabedoria que se propôs a nos ajudar e se tornou nosso amigo e conselheiro. Não nos presenteou naquele momento com o livro ‘O litoral Brasileiro’ por ser o único exemplar que a editora havia deixado com ele, mas foi logo nos convidando a adquirir um exemplar, pois ele mesmo iria falar na livraria para nos conceder um desconto pela obra adquirida. Nesse dia ele também versou longamente sobre as demais obras sempre sugerindo que tomássemos conhecimento de algumas que ele fez questão de citar com muita ênfase como a obra – “Brasil: Paisagens de Exceção - O litoral e o Pantanal Mato-Grossense Patrimônios Básicos”. Saímos de sua residência radiante nesse dia. Foram momentos inesquecíveis ao lado de uma pessoa tão enigmática e especial. Foi uma perda lastimável para a Geografia do país, mas, com certeza, sua obra continuará sendo referência na produção do conhecimento e na transformação do espaço assim como está sendo referência em nosso presente trabalho.

Cabe ressaltar que este trabalho é fruto de longos anos de atuação do Grupo Ecológico Calangos da Mata nas cidades de Cotia e Itapevi – SP, mas teve uma importante atuação e contribuição do nosso ilustre Geógrafo brasileiro, e em grande parte da artista plástica Marília Gruenwaldt, outra figura de extrema importância para a realização desse trabalho. Ela apresentou inúmeras considerações que somou forças no combate aos ditames políticos locais trazendo para o bojo da discussão todo o seu conhecimento de causa. Marília é moradora da região estudada e contribuiu imensamente com suas pesquisas que, embora não publicadas, aqui versamos em conjunto com o Grupo Ecológico Calangos da Mata, surgido em 02/08/1991.¹² Marília

¹¹ <http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html> (acessado em 17/06/2015).

¹² Na banca de qualificação o Professor Dr. José Gilberto de Souza (Unesp Rio Claro), sugeriu que fosse

Gruenwaldt teve importante atuação na região estudada, contribuindo diretamente na produção de pesquisas nas áreas de cultura e meio ambiente, a qual apresentaremos ao longo dos capítulos. Em 2002 passou a fazer parte do Grupo Ecológico Calangos da Mata e cada vez mais se aprofundou nas atividades e discussões sobre meio ambiente e posteriormente sobre o Plano Diretor de Cotia e Itapevi. Participou ativamente desse processo com proposições pertinentes e decisivas que levaram o Grupo Calangos da Mata a promoverem diversas intervenções na política local a fim de fazer prevalecer os direitos difusos da população frente a inoperância do município e aos ditames das corporações do setor imobiliário. Essas intervenções se deram na forma de representações impetradas no Ministério Público e na Secretaria de Meio Ambiente, além de representações diretamente no CONSEMA, solicitando ação desses órgãos no sentido de se fazer cumprir a legislação ambiental durante o processo de implantação dos projetos idealizados para as cidades de Cotia e Itapevi, especificando como prioridade o Espólio de Celso Santos, que abrange a Fazenda Granja Carolina como apresentado no mapa 2 abaixo, extraído do EIA/RIMA de 2007, delimitando a área do Espólio.

A motivação para tal pesquisa se deu, portanto, no bojo das práticas sociais que vínhamos desenvolvendo com o Grupo Calangos da Mata na Serra de Paranapiacaba, direcionando as ações para a cidade de Cotia e Carapicuíba em um segundo momento e, posteriormente, já fazendo parte do CEAC-CONSEMA¹³, direcionando as discussões acerca do projeto de empreendimento - Loteamento Granja Carolina (processo SMA 13.697/00), arquivado em 2004. Na sequência, ao novo projeto de empreendimento na mesma área denominado Vila Florestal-Reserva Cotia da Alphaville Urbanismo, iniciado em 2007 (processo SMA 13.536/07), atualmente em curso, cuja área de proposta de implantação do projeto urbanístico é a mesma do projeto anterior do Espólio Celso Santos como mostra o mapa 2 abaixo. Embora a área do Espólio seja a mesma, veremos no capítulo 6 que o novo projeto tem como proposta ocupar uma nova gleba do Espólio denominada Sítio Ribeirão, limites que serão apresentados em momento oportuno deste trabalho.

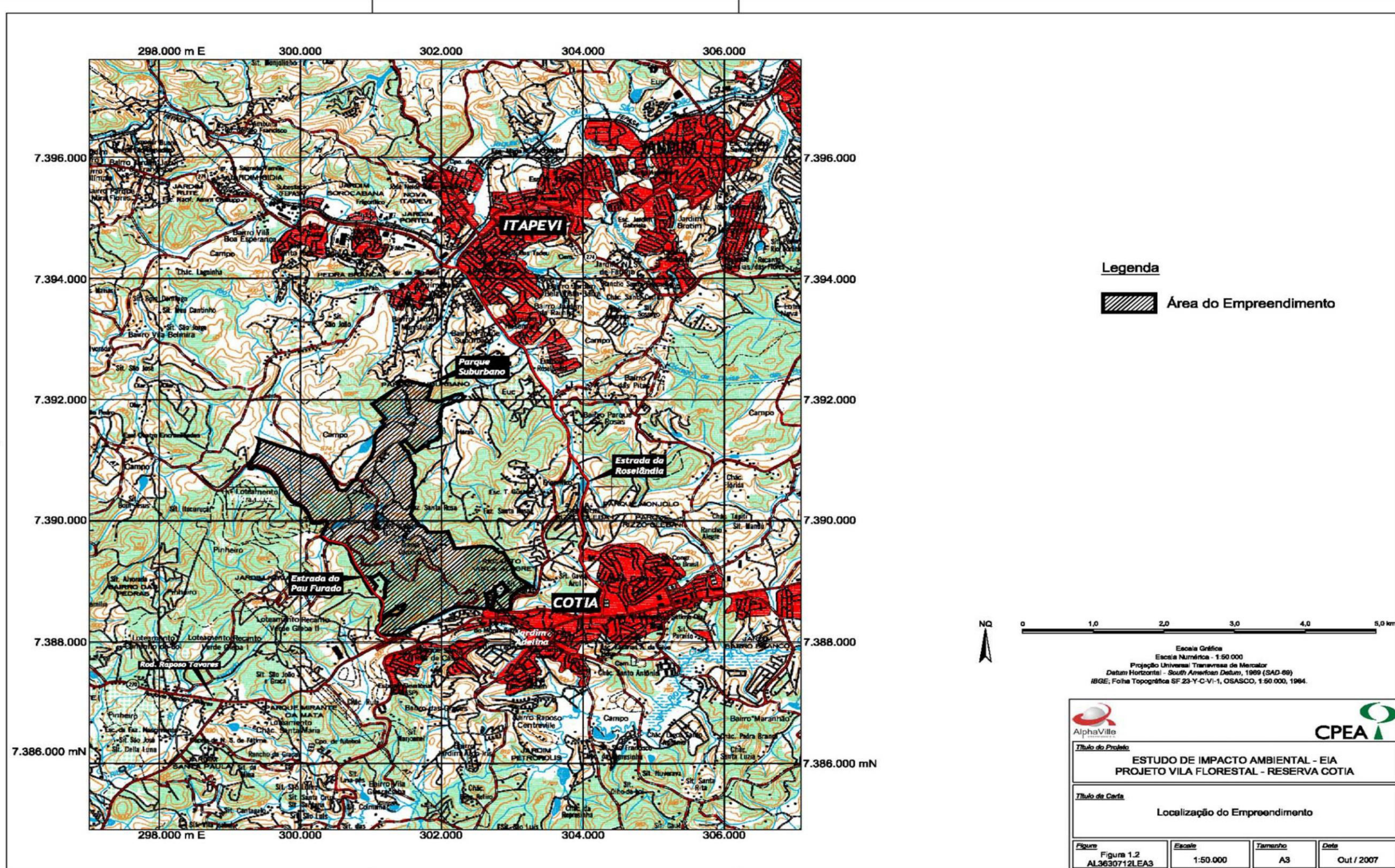
apresentado todo o histórico do Grupo Ecológico Calangos da Mata, inclusive citando os nomes dos sujeitos e toda a trajetória dos Calangos com detalhes para entendermos a evolução do grupo e sua participação nesse processo que deu origem ao presente trabalho. Esse histórico se encontra nesta introdução como sugerido pelo professor, embora não apresentamos todos os detalhes de todas as viagens e acampamentos que realizamos.

¹³ CEAC-CONSEMA: Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Mas, efetivamente, nosso interesse pelo tema deve ser creditado mais uma vez à Marília Gruenwaldt pelas contribuições em todo o processo e ao professor Aziz Ab'Sáber que soube nitidamente nos apresentar uma “geografia histórica” como dizia ele, ou em nosso humilde entendimento, uma “geografia historicizada”, completa, que carrega elementos e fatos imprescindíveis para o entendimento pleno da concepção de sujeitos e atores sociais. O legado do professor despertou em nós não somente a busca pelo conhecimento da geografia em si ou a história em si como ciências separadas, mas sim em conjunto, uma complementando a outra. Para ele, o amor ao solo natal ou pela busca de novos ambientes é sem dúvidas uma geograficidade que imana do ser “como modo de sua existência e de seu destino” como escreveu Dardel¹⁴ (2011, p. 2). Para esse autor a geografia não considera a natureza em si somente, mas a relação dos homens com a natureza, uma relação como dizia Aziz, “existencial” que está baseada na teoria, mas também nas práticas sócio culturais afetivas e simbólica. Identificamos em Aziz como em Dardel uma natureza fenomenológica e nesse segundo autor, parece-nos apontar para uma geografia humanista. A nós interessa nesse trabalho a busca pelos fundamentos básicos da geografia e história, porém, não deixa de perpassar pelos campos da filosofia e da fenomenologia de certa forma. No entanto, é nesse sentido de busca de entendimentos que, para a elaboração deste trabalho, optou-se pela abordagem histórica e exploratória de informações, voltando no tempo e trazendo à tona alguns apontamentos que julgamos importante na constituição de São Paulo e seu espraiamento culminando no recorte empírico do Espólio de Celso Santos em Cotia e Itapevi, recorte este apresentado no mapa 2 abaixo.

¹⁴ Para Eric Dardel a “[...] Geografia é universal e preocupada em compreender o mundo geograficamente, em sua extensão e suas “regiões”, como fonte de forças e horizonte da vida humana. Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes [...]” (DARDEL, 2011, p. 1). In: Dardel, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011. Assim também se posicionava Aziz nos relatando como iniciara sua vontade de busca pelo conhecimento para entender os elementos constituídos ao seu entorno, formas incompreensíveis do relevo, limites do horizonte até então inalcançável pela limitação de sua locomoção. Era preciso ir mais além e assim o fizera o renomado professor em suas inúmeras viagens pelo Brasil interior buscando entender cada detalhe do ambiente, cada história versada pelos senhores das mais distantes comunidades embrenhadas nos recantos e quadrantes do imenso território que se apresentava a ele.

Mapa 2. Localização da área do Espólio Celso Santos em Cotia e Itapevi.



Para tanto, iniciamos as buscas no plano histórico referente à época “cabralina” de ocupação do território, dos conflitos indígenas, a utilização dos antigos caminhos indígenas e a constituição dos aldeamentos. Na sequência, o surgimento de vilas e bairros rurais ao longo desses caminhos, a constituição de cidades e todo o complexo do desenvolvimento urbano até a atualidade. Esses são os elementos históricos e geográficos que permearam a todo o momento as bases conceituais do trabalho na tentativa de suprir as deficiências de informações que ainda perduram na constituição de nossa história. Com base nas concepções do professor Aziz, apresentamos no trabalho os principais elementos que julgamos necessários para embasar nosso recorte empírico, onde questões de preservação ambiental e ao patrimônio de modo geral, das questões ambientais que envolvem a área de estudo e seu entorno foram debatidas¹⁵.

Sobre esses debates, para nós a importante e proeminente necessidade de entendimento dos processos que culminam na produção e reprodução do espaço pelos sujeitos, passa, necessariamente, pelo desenvolvimento cultural desses sujeitos. A questão da proteção ambiental que constantemente assinalamos no percurso do trabalho, visa unicamente, consideradas as dimensões ecológicas, culturais, socioeconômicas, políticas, éticas e morais, contribuir para o esclarecimento dos sujeitos para que os mesmos possam participar ativamente dos processos que transformam seus ambientes de reprodução social e cultural, sem que as decisões sejam tomadas de fora desse ambiente comum a todos. O que assistimos na sociedade contemporânea é a difusão de ideais políticos e econômicos que tendem a homogeneizar as estruturas sociais nos fazendo crer em um mundo dito “globalizado” que não existe de fato. Para nós, as

¹⁵ Cabe ressaltar de imediato que os itens acima referidos, embora foram estudados profundamente, na pesquisa apresentada tecemos considerações de forma bastante resumida em um contexto geral, apenas com o intuito de entender a dinâmica que se deu em torno da história de São Paulo e seu processo de metropolização desde o pretérito até o presente. Mesmo dando um pouco mais de ênfase sobre a Guerra dos Tamoios na tentativa de elucidar e dirimir eventuais dúvidas e/ou equívocos de cunho histórico e geográfico assinalamos que essa pesquisa poderia e deveria ser mais extensa e aprofundada nos demais itens, porém, o tempo de conclusão da mesma e a necessidade da busca de outras fontes documentais restringiram esse trabalho no formato que estamos apresentando. Faltou-nos tempo e recursos para empreendermos uma busca mais completa no Museu Nacional, por exemplo, nas Atas da Câmara de São Paulo e a busca de alguns trabalhos em bibliotecas de outros campos que não circulam e que ainda não estão disponibilizadas digitalmente. No entanto, em nenhum momento a ideia foi esgotar o assunto, pois é fato que a história de São Paulo ainda está em processo muito complexo desde a época pré-cabralina e seus estudos abrangem muito mais elementos, aspectos e considerações do que os apresentados em nossa singela pesquisa. Esclarecemos ainda que muitos dos autores citados devem ser revisitados por nós em seus estudos para que se possa aprimorar cada vez mais as discussões e proposições que estamos apresentando nessa pesquisa. Não se encerra aqui de forma definitiva o que estamos apresentando nessas laudas, portanto, desejamos profundamente que outros interessados deem prosseguimento a partir do que estamos trazendo no sentido de complementar esse trabalho, de complementar a nossa própria história.

decisões devem ser tomadas por todos os envolvidos, dentro de suas realidades cotidianas e não fora delas como de fato veem ocorrendo. Ao apresentarmos as premissas que balizam o direcionamento desse trabalho estamos querendo com isso demonstrar as formas de lutas e resistências dos sujeitos. São eles que vivem as realidades de seu cotidiano local, mesmo considerando o avassalador momento desenvolvimentista que estamos vivendo na era da chamada “globalização do século XXI”, onde querem nos fazer crer que o mundo é homogêneo, o que em nossa concepção, e aí concordando plenamente com Milton Santos, essa “globalização” não passa de uma perversidade mundial que nos enganam a todos. Nas palavras do renomado autor,

[...] De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo como tal ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2000, p. 18).

Como podemos constatar, esses processos globalizantes veem segmentando cada vez mais os grupos sociais de forma verdadeiramente estereotipada, forçando os mesmos a passarem por transformações ou mutações violentas no seu modo de vida em virtude das exigências do urbanismo. Como consequência dessa dinâmica urbana e dessa marcha acelerada no espraiamento da cidade de São Paulo, as periferias da metrópole (no caso, de nosso recorte empírico), veem incorporando todos os problemas comuns às grandes cidades. Assumindo aqui um caráter verdadeiramente angustiante, enquadrando muitas paisagens urbanas periféricas em novos padrões de conformidade com o mercado imobiliário como pudemos constatar em campo na área de estudo e em seguida, na abordagem exploratória que buscamos empreender para o entendimento destas questões conceituais no plano urbano, político e cultural.

Com base no exposto e considerando os objetivos do presente trabalho, essa abordagem exploratória de informações se deu envolvendo o levantamento bibliográfico e documental, além da história oral dos sujeitos envolvidos, sobre as questões apresentadas nesse primeiro momento de investigação. Foram realizadas análises de

diferentes artigos, livros, teses, sites¹⁶ e outros, visando avaliar e situar a bibliografia em relação à temática exposta. Operacionalmente trabalhou-se com fontes primárias e secundárias de modo contextualizado, além das participações em audiências públicas, reuniões, trabalhos de campo, conversas informais e entrevistas com os sujeitos envolvidos. Buscou-se ainda levantamentos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPT, IG, CONSEMA, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, das prefeituras de Cotia e Itapevi, entre outros.

A escolha da área de estudo valorizou, sobretudo, a presença do patrimônio ambiental presente na região e arredores, e cuja população local é o principal agente articulador das ações nas comunidades constituídas no entorno da Fazenda Granja Carolina. Embora nesse trabalho demos bastante ênfase à cidade de Vargem Grande Paulista em determinados momentos, citando inclusive também São Roque, Pirapora do Bom Jesus, Carapicuíba e adjacências, o objeto empírico se limita às cidades de Cotia e Itapevi. A restrição a este limite como “área de estudo” não significou uma perda ou redução nas escalas de análise e no entendimento dos fenômenos que ali ocorrem. Até mesmo porque, como enfatiza Carlos (1996, p. 33),

“os lugares constituem partes integrantes de uma totalidade espacial, o que significa que não são autônomos e dotados de vida própria, mas que se vinculam ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico total” (CARLOS, 1996, p. 33).

Para nós esta área, dentro do que elegemos desenvolver, se mostrou “atrativa” do ponto de vista histórico, geográfico e ambiental, considerando ainda os atributos da cultura material e imaterial (bens intangíveis) presentes nas comunidades ao entorno do objeto empírico. Além disso, constatou-se na região como um todo, a consolidação de vários bairros e a expansão de loteamentos de natureza diversa, além da presença de indústrias (no caso de Cotia principalmente) e a especulação imobiliária através dos agentes hegemônicos, agindo deliberadamente frente à degradação ambiental. Cabe acrescentar que toda essa dinâmica de produção espacial está permeada

¹⁶ Justificamos aqui a necessidade de se apoiar em muitos momentos do trabalho nos sites visitados, principalmente quando se tratava da busca por informações históricas das cidades de Cotia e Itapevi. Percebemos entre eles que os conteúdos se baseavam em compilações, pois apresentavam algumas discordâncias temporais e espaciais, porém, são as informações que temos expostas nas páginas das prefeituras das duas cidades, muitas destas reproduzidas pelos historiadores da cidade ou reproduzidas nos sites através destes historiadores como João Barcellos e Marcos Martinez, citados nas laudas deste trabalho.

por um enorme mosaico de interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. A partir destas constatações, definiu-se a área de estudo. Como se trata de questão que envolve diferentes aspectos temporais e espaciais, elegemos como necessidade voltarmos no pretérito para tentar entender a dinâmica espacial que resultou no presente, às grandes transformações do século XXI.

Pelo exposto acima, esse trabalho traz em seu bojo renomados autores que contribuíram imensamente para o entendimento da evolução paulista desde os tempos de Piratininga até o atual estágio de metropolização em que se encontra a macro metrópole paulista e conseqüentemente, rebatendo essa metropolização para todos os quadrantes da cidade, dos quais elegemos o quadrante oeste representado pelas cidades de Cotia e Itapevi, objeto empírico de nosso estudo. Autores como Maria Luiza Marcílio, Ernani Silva Bruno, Aziz Nacib Ab'Sáber e Aroldo de Azevedo contribuíram no contexto histórico mais geral. Ab'Sáber e Hélio José dos Santos foram fontes importantes para entendermos os processos geomorfológicos da área de estudo. Ao tratarmos da questão do patrimônio no seu sentido mais amplo, autores como Marília Gruenwaldt (trabalho não publicado), Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Regina Abreu, Mário Chagas, Márcia Sant'Anna, Maria Cecília Londres Fonseca, Everaldo Batista da Costa, Amália Inês Geraiges de Lemos, José Reginaldo Gonçalves, Márcia Chuva, Bernadete Ap. Caprioglio de Castro e Françoise Choay, foram as principais referências, embora fomos buscar outras referências não menos importantes para o tratamento dessa questão patrimonial no Brasil e no mundo. Na questão da urbanização Ana Fani Alessandri Carlos, Amália Inês Geraiges Lemos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro nos apresentam uma geografia inovadora onde a modernidade e a pós-modernidade trazem a luz da discussão elementos teóricos protagonizados por David Harvey, Henri Lefebvre, Edward W. Soja, entre tantos outros que balizaram o trabalho com suas pesquisas e contribuições histórica e geográficas. Em suma, vários autores foram referências importantes nas mais diversas áreas do conhecimento das quais elencamos as que mais estão presentes em nosso trabalho como as áreas ambientais, sociológicas, antropológicas, filosóficas, históricas, patrimoniais, políticas, de planejamento etc.

Cabe esclarecer que este trabalho está permeado por relatos/oralidades que registramos ou que participamos em momentos de audiências públicas, seminários, reuniões ou visitas de trabalhos de campo durante o processo de discussão hora em

curso. Nesse sentido, o trabalho denota claramente muitas passagens discursivas em detrimento de uma discussão mais teórica enfatizando autores ou procedimentos metodológicos tão presentes no campo da geografia e da história. Justificamos esses elementos presentes no texto para afirmar que os relatos/oralidades advindos das memórias coletivas dos sujeitos serviram para elucidar inúmeras dúvidas e situar as cidades estudadas no tempo e no espaço, dessa forma, perfazendo os caminhos da geografia abrangendo elementos históricos de reprodução social e espacial no cotidiano dos sujeitos. Para a realização de tal proposta de trabalho baseada entre outros elementos, na postura discursiva do mesmo, o presente trabalho está dividido em 6 capítulos, além da introdução, considerações finais, anexos e apêndices.

No primeiro capítulo buscamos enfatizar a motivação pelo tema pesquisado e a área de estudo. Para esse enfoque iniciamos o conteúdo apresentando a história do Grupo Ecológico Calangos da Mata e toda a sua trajetória, desde o surgimento e início dos trabalhos de reflorestamento e recolhimento do lixo na Serra de Paranapiacaba no início dos anos 1990. Depois, passando a atuar nas cidades de Cotia e Carapicuíba e, conseqüentemente, participando do CEAC-CONSEMA, Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA. Posteriormente, as atividades desenvolvidas nos Conselhos de Turismo e de Meio Ambiente de Cotia fez com que aumentasse nosso rol de contatos com as demais organizações da sociedade civil, o início dos contatos e depois as ações desenvolvidas em conjunto com o professor Aziz Ab'Sáber, a passagem pelo Núcleo de Consciência Negra na USP durante a fase de estudos no cursinho pré-vestibular do Núcleo até as discussões iniciais sobre os agentes propulsores da concentração fundiária. Essa história dos Calangos ao final de todo esse processo que ainda não se encerrou nos dias atuais¹⁷ se configura em uma verdadeira história de reconstrução social. Tanto nesse capítulo como nos demais, nos apoiamos no conceito de memória para podermos resgatar as passagens históricas dos sujeitos, pois para nós a memória está revestida de importância fundamental na construção da identidade social, tanto nos grupos sociais quanto dos sujeitos históricos que em suas narrativas trazem as reminiscências do pretérito.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre a história da ocupação lusa em terras brasileiras onde se ressalta toda a questão de ocupação do Planalto de Piratininga como foi denominado no pretérito, envolvendo a trajetória dos conflitos indígenas nos

¹⁷ O Grupo Calangos completou no último dia 02 de agosto de 2016, 25 anos de existência.

quais autores como Pasquale Petrone, John Manoel Monteiro, Aylton Quintiliano, Beatriz Bueno, Warren Drean, entre outros, foram referência no sentido de entender a dinâmica em torno da chegada dos colonizadores, da criação dos aldeamentos e as tentativas de escravização indígenas para atender a lógica capitalista luso-holandesa e outros povos europeus ao longo do processo histórico de ocupação e consolidação do território paulista. Nesse contexto, apresentamos as discussões e questionamentos sobre a criação, localização e a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo correlacionando os fatos com a guerra dos Tamoios, fatos tão bem elucidados por Quintiliano. Nesse capítulo demos total ênfase na questão da guerra dos Tamoios na tentativa de compreender todo o processo por que passou (na época) o desenvolvimento do Planalto de Piratininga, sua evolução/destruição histórica e cultural. Assinalamos essa dialética da história e cultura de Piratininga para enfatizar a destruição da cultura indígena para consagração da ocupação das paragens do planalto de São Paulo, com isso, constituindo-se de novo processo cultural mesclado aos costumes indígenas e às tradições lusitanas com expressões do catolicismo.

No terceiro capítulo, demonstra-se o processo de expansão urbana de São Paulo e sua Região Metropolitana, emergindo desse processo as questões relacionadas ao patrimônio, sua problemática, evolução e consagração. Na sequência, assinalando as potencialidades turísticas na implantação das políticas públicas voltadas às questões do patrimônio, para logo em seguida enfocar o recorte empírico no setor oeste da RMSP, onde apresentamos algumas notas sobre as cidades de Cotia e Itapevi (nosso objeto de estudo abrangido pela fazenda Granja Carolina e seu entorno), sua origem e desenvolvimento desde o pretérito. Apresentamos nessas notas relacionadas as duas cidades citadas, considerações sobre suas origens, desenvolvimento, localização, formação administrativa, as edificações de cunho histórico e cultural, suas principais regiões e elementos da cultura local como marcos territoriais. Desde já salientamos que muitas das informações encontramos nos sites das prefeituras de Cotia e Itapevi, os quais reproduzimos de forma compilada com grifos nossos apenas para situar melhor o histórico de formação das mesmas. Nota-se claramente que também nesse capítulo nos utilizamos da memória coletiva dos sujeitos aos quais buscamos ouvir durante as visitas de campo ou nos encontros em reuniões, audiências públicas e nas conversas informais.

No quarto capítulo apresentamos as discussões sobre a resistência do patrimônio cultural local e suas interfaces e relações com a natureza baseado nas

atuações dos sujeitos. Assim, destacando as práticas sócio culturais das comunidades dos Bairros e Vilas na produção e reprodução dos marcos territoriais imbuídos de manifestações culturais que envolvem as danças, a música, as romarias e procissões com destaque aos carros de boi e as Capelas existentes na região, enfim, destacando a cultura como território/territorialidade de resistência. Ressaltamos que esse capítulo está estruturado de forma bastante sucinta, e se trata de um conjunto de informações produzido por Marília Gruenwaldt quando realizou um levantamento cultural na região das Quatro Encruzilhadas, um dos locais estudados nesse trabalho. O mesmo é também baseado nas vivências que tivemos em trabalhos de campos e outras visitas nas comunidades envolvidas nesse processo de discussão em tela. Assim nos debruçamos sobre a dinâmica das cidades de Cotia e Itapevi no contexto do espraiamento dos problemas advindos da expansão da RMSP, emergindo na área de nosso recorte empírico as necessidades das lutas pela preservação dos bens culturais e ambientais que se encontram na área de estudo, as crenças das comunidades envolvidas, suas tradições e aspectos religiosos. Tomamos o cuidado de não subjugar as narrativas dos sujeitos, nos detendo no campo teórico apenas (nos moldes acadêmicos atuais), pois, aí sim, julgamos que um direcionamento extremamente acadêmico na condução de um trabalho como o proposto poderia colocar em risco as referências dos sujeitos. Na atualidade muitas referências são perdidas ou abolidas e tudo pode ser qualquer coisa, dependendo apenas do direcionamento e do subjetivismo daquele que narra.

No quinto capítulo identificam-se as principais questões do recorte empírico que embasaram o trabalho quando apresentamos os atores hegemônicos, as atribuições dos poderes legislativos e dos agentes reguladores do território, além das questões de apropriação do território. No sexto capítulo tecemos considerações sobre a especulação imobiliária através dos projetos urbanísticos apresentados e em andamento, na tentativa de implantação de empreendimentos imobiliários na região estudada e demais atributos relacionados à dinâmica de valorização do espaço via mercado de terras. Por fim, nas considerações finais, versamos a respeito de algumas questões que, a nosso ver, deveriam nortear o planejamento urbano das duas cidades, objeto de nossos estudos, considerando todos os aspectos apresentados durante o curso deste trabalho que caracterizam a dinâmica de ocupação do espaço no âmbito das representações sociais.

Nesses termos, o trabalho se constitui numa denúncia que traz à luz do dia os reais interesses das corporações e dos dirigentes políticos que regem as

determinações legais buscando transformar de fato todos os espaços em mercadorias. Assim, este trabalho expõe de forma explícita o histórico da tentativa de implantação dos projetos urbanísticos desde a década de 1970 até a atualidade, quando está em processo no momento a discussão sobre a implantação do empreendimento imobiliário denominado Vila Florestal-Reserva Cotia. No sentido de contribuir para o processo de tomada de decisão sobre o referido empreendimento, o presente estudo procura então verificar aspectos como o grau de ocupação urbana formal e informal nas áreas lindeiras ao empreendimento proposto e a eventual influência deste nessas dinâmicas de urbanização. Assim, as dinâmicas de valorização fundiária e imobiliária eventualmente provocada por esse novo projeto urbanístico, desde seu anúncio no pretérito com outras denominações e diferentes projetos até hoje; a efetivação e a qualidade das medidas mitigadoras e compensatórias propostas no projeto atual que têm interferência direta na dinâmica e na gestão urbana, e assim por diante, também são temas elegidos no presente trabalho.

A proposta é que, face à magnitude do projeto Vila Florestal - Reserva Cotia, possa-se oferecer com este trabalho, elementos que subsidiem, por um lado, uma maior precisão e amplitude nos programas de compensação e reparação de danos para os setores já ocupados das cidades de Cotia e Itapevi e, sobretudo, por outro lado, um aperfeiçoamento desse novo projeto, com vistas a diminuir os impactos previstos nos demais espaços, ainda em discussão, sugerindo diretrizes de planejamento territorial muito mais profundas, integradas e sistêmica diferente do que vem sendo realizado até o momento. Afinal, como podemos pensar o planejamento urbano nos dias atuais através das possibilidades dadas pelos instrumentos legais instituídos (Estatuto da Cidade, Planos Diretores, Orçamento Participativo etc.), mas pensando esse planejamento considerando não apenas a cidade como um “negócio”, mas como um espaço banal onde todos possam viver e reproduzir seu cotidiano? Não pretendemos responder a esse questionamento de forma definitiva, até porque nem temos essa resposta e nem é o objetivo desse trabalho responder em definitivo tais questionamentos. No entanto, busca-se apresentar nossas inquietações frente ao processo avassalador de espraiamento da grande metrópole para as periferias em todos os quadrantes, emergindo daí nosso recorte espacial no quadrante oeste onde se materializa o desenvolvimento das contradições no espaço geográfico, mas não sendo uma materialização sólida e sim carregada de elementos contraditórios e formas de lutas e resistências frente a esse

processo.

Nesse sentido o objetivo principal deste trabalho é demonstrar as formas de luta e resistências dos sujeitos no sentido de preservação do patrimônio natural e cultural local. E nesse contexto, apresentar uma reflexão acerca dos fenômenos acima elencados, observados no processo de expansão urbana das cidades envolvidas, relacionando-os com as áreas a serem afetadas pelo novo empreendimento. Assim, dedicamo-nos a entender a natureza desse fenômeno social, tentando desvendar os processos, sujeitos e contradições que justificaram a formação e expansão da periferia urbana de São Paulo, justificando o recorte empírico à região oeste da RMSP onde se situa os municípios de Cotia e Itapevi; aonde, nas últimas décadas essa expansão vem promovendo a ocupação das áreas do chamado cinturão verde de São Paulo, dos quais esses dois municípios fazem parte. O trabalho identificou que a formação e expansão da periferia urbana no quadrante oeste da Região Metropolitana de São Paulo foi um dos resultados da expansão das vilas e bairros rurais por sobre os diversos caminhos antigos utilizados primeiramente pelos indígenas no pretérito¹⁸. O trabalho demonstrou também que o processo de constituição da maior metrópole do país deu-se assentado em relações sociais contraditórias, resultando numa urbanização sem precedentes que não apenas reforçou as contradições sociais derivadas da introdução das relações capitalistas de produção, como as elevou a patamares superiores, na condição de contradições do espaço.

O resultado dessas contradições do espaço em nossa concepção se materializa no cotidiano das sociedades urbanas trazendo inúmeros problemas sociais de difícil solução. E é nessa direção que pretendemos demonstrar a necessidade de

¹⁸ Lembrando que esse processo de expansão também se deu mais adiante pela instalação das ferrovias quando do avanço do café, da industrialização, abertura de estradas etc., de acordo com os estudos realizados por renomados autores na clássica obra organizada por Azevedo (1958), intitulada “A cidade de São Paulo”, organizada em quatro volumes que apresentam as mais diversas discussões sobre a transformação e evolução de São Paulo nos mais diferentes aspectos, o que não trataremos nesse trabalho com a devida importância e profundidade como gostaríamos, porém cabe considerar que temos consciência dos demais fatores. Assim, espera-se que através desse trabalho, os vários pontos elencados possam ser objetos de estudos futuros por outros pesquisadores. Queremos com isso assinalar que nossas discussões não se encerram nesse trabalho, pelo contrário, esclarecemos que nosso trabalho se resume em breves considerações sobre o tema abordado que requer sem dúvida alguma, estudos mais profundos e comparativos com outras realidades, mas desejamos que esse singelo trabalho seja apenas o início de novos questionamentos e proposições para a continuidade dos debates acerca das questões de planejamento político, ambiental e do patrimônio, assim como da emergência das questões estruturadas sob o fenômeno da extraordinária urbanização pelo qual vem passando as cidades no mundo inteiro, acarretando problemas de difícil solução como esclarecido por Davis (2006).

consolidação de uma política pública estruturada e que contemple aspectos da microescala local, realidade de nosso cotidiano vivenciado nessa trajetória do trabalho, até a macro escala metropolitana. Assim, integrando esferas de poder, em especial os municípios citados e entre as diversas secretarias envolvidas, chegando-se à possibilidade de propor a elaboração de um plano de gestão e controle de uso e ocupação do solo específico para o empreendimento ora apresentado, visto que o mesmo traz a possibilidade real de no mínimo 10.000 mil pessoas¹⁹ a mais que viriam a se instalar na região já bastante adensada²⁰.

A análise das mudanças que ocorreram no entorno da área estudada, no que diz respeito à valorização e à desvalorização imobiliária, procura observar a eventual interferência da instalação desse empreendimento na deriva da expansão urbana, considerando o novo fluxo de pessoas que viriam a ocupar esses espaços; sob esta ótica específica, visto que já observamos vários casos em Cotia, que processos tanto de forte valorização quanto de desvalorização são capazes de induzir decisões de localização de empresas e assentamentos formais, seja pelo marketing que áreas valorizadas oferecem, seja pela oportunidade de investimento das mais desvalorizadas. Aqui não trataremos dessas questões com a devida profundidade, apenas elencamos o que já constatamos em

¹⁹ De acordo com a estimativa da população total teórica apresentada no Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, 2007, p. 12, que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento urbanístico Vila Florestal - Reserva Cotia (Processo SMA 13.536/07).

²⁰ É fundamental observar que este trabalho não é uma pesquisa numérica, matemática ou estatística. Não se sustenta, portanto, na apresentação de dados quantitativos, embora também trabalhe com eles, ou pelo menos apresentamos alguns números nos quadros que organizamos de acordo com as informações do IBGE, por exemplo, como veremos adiante no trabalho. No entanto, por sua trajetória no trato e nas discussões das dinâmicas urbanas e dos assentamentos humanos informais que detectamos na área de estudo, nós, e demais membros do Grupo Ecológico Calangos da Mata observamos que dados aparentemente mais subjetivos, como por exemplo, o contato com a realidade, a visualização das situações urbanas, as entrevistas e conversas com moradores e outros atores envolvidos – muitas vezes feitos informalmente – a busca de informações às vezes confidenciais, são ingredientes primordiais para uma interpretação correta das dinâmicas urbanas, para além da explicação quantitativa, que necessitaria de um tempo de pesquisa significativamente maior para ser realmente exaustiva. É importante ressaltar também que não estamos desconsiderando as equações ou simulações matemáticas, apenas reforçando que essa pesquisa não terá como base esse aspecto quantitativo, embora simulações matemáticas sejam frequentemente utilizadas para interpretações urbanísticas, principalmente quando formos discutir alguns aspectos ao longo da pesquisa, do relatório da CETESB nº 583/15/IE datado de 04/12/2015 e dos EIA/RIMAS propostos para a área de estudo. No entanto, para nós, os aspectos quantitativos apresentados pelos empreendedores, mostram-se limitados face às inúmeras e imponderáveis variáveis que afetam os processos de produção do espaço urbano, mesmo concordando que elas podem ser aceitáveis em situações em que não haja nenhuma referência real possível, em que se trabalhe, portanto, no campo da pura especulação. Não se pretende aqui desqualificar o referido empreendimento, suas quantificações e demais considerações apresentadas, apenas tecemos comentários que uma política urbana da magnitude do antigo projeto Granja Carolina e do atual projeto Vila Florestal - Reserva Cotia, com o significativo impacto que pode representar para a região, não pode basear-se apenas em uma simulação matemática, ignorando a possibilidade de análise comparativa com a situação real já provocada por obra semelhante da própria Alphaville Urbanismo em Carapicuíba, por exemplo, de forma a garantir que os impactos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias decorrentes destes, sejam devidamente dimensionados.

nossa região acerca da valorização/desvalorização do solo urbano, dependendo dos interesses corporativos dos agentes econômicos/hegemônicos.

Assim, podemos inferir que a dinâmica dos agentes econômicos reestrutura o território de forma social e espacial e, conseqüentemente, dinamiza a redistribuição espacial da população. Daremos aqui destaque para as políticas de uso e ocupação do solo na dinâmica da expansão urbana, onde as variações dessas políticas na região estudada estão fortemente sujeitas aos efeitos nocivos da ausência de uma política integrada de gestão urbana que envolva o conjunto dos municípios afetados pelo projeto, mas não somente por esse projeto específico que elegemos para discutir com maior ênfase e sim pelos demais elementos urbanos, atribuídos pelas políticas locais de “desorganização” do espaço. Por isso, busca-se verificar a influência exercida pela presença do empreendimento na formulação de Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo dos municípios da região que, por sua vez, exercem importante papel na dinâmica de expansão urbana. Por fim, busca-se verificar, ainda, se as medidas de mitigação e compensação propostas no projeto, que têm ligação direta com a gestão urbana e com a reintegração do tecido urbano cortado pelo projeto, serão ou não efetivadas, e em que medida poderá gerar resultados qualitativamente satisfatórios, de forma a identificar possíveis implicações urbanísticas de eventuais descompassos ²¹.

Cabe ressaltar que nossa proposta nessas laudas se caracteriza pelos apontamentos dos processos de transformação/apropriação do território a partir do momento que tomamos conhecimento da realidade local de nossa cidade. Antes disso, estávamos envolvidos com outros projetos relacionados à questão ambiental, um processo com formas e dinâmicas totalmente diferentes da realidade atual. Como chegamos nesse contexto é uma longa história que remete ao ano de 1991, quando da formação do antigo Grupo Calangos da Noite ²² que iniciou as atividades de

²¹ Evidentemente, quanto a este último aspecto, a brevidade desta pesquisa faz com que as observações feitas sejam preliminares, indicando processos existentes, mais do que os quantificando exaustivamente para todo o empreendimento caso venha a ser implantado de fato. Isso só reforça a ideia, aqui defendida, de que uma análise completa dos impactos urbanos desse megaprojeto e dos resultados das mitigações demandaria uma pesquisa de prazo bem mais extenso do que a apresentada neste trabalho, considerando também que o referido projeto ainda está em fase de avaliação pelos órgãos ambientais envolvidos no processo de licenciamento devido as intervenções do Grupo Ecológico Calangos da Mata e demais atores sociais ao longo desses últimos 16 anos, quando da tentativa de se implantar o projeto Loteamento Granja Carolina em 2000 e do atual projeto Vila Florestal - Reserva Cotia de 2007 como já mencionamos.

²² Grupo de acampamento que teve seus primeiros vestígios de origem no Colégio “Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Vinícius de Moraes”, localizado na Rodovia Raposo Tavares km 24 como era conhecido. Nesse Colégio estudávamos no antigo colegial que compreendia as séries do 1º ao 3º colegial. Nessa Escola um grupo de amigos de bairros e cidades diferentes (considerando que alguns eram de

recolhimento do lixo na Serra do mar, depois realizando atividades de reflorestamento na serra e mais adiante, atuando diretamente no município de Cotia. O envolvimento com as discussões sobre a expansão urbana, o patrimônio e a especulação imobiliária em Cotia e Itapevi se deram por conta da atuação e trajetória do Grupo Ecológico Calangos da Mata ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, meio que como um projeto de transformação da sociedade.

Este trabalho é, portanto, uma narrativa do processo de amadurecimento e transformação pela qual foi passando o grupo em conjunto com as mudanças da sociedade contemporânea e reflete nossa vivência pessoal dentro desse processo que continua em evolução e transformação. Consequentemente, as formulações e apontamentos deste trabalho e suas análises são provisórias e abertas à contestação. A opinião dentro da comunidade acadêmica está ainda profundamente dividida sobre essa perspectiva da narrativa em detrimento da teorização pura e completa, e o próprio tema que elegemos trabalhar é bastante complexo dentro do campo da geografia. A proteção do patrimônio cultural e ambiental frente aos processos globalizantes possui tendências demasiadamente recentes e ambíguas, talvez ainda incompreendidas dentro da discussão acadêmica e social contemporânea, pois concordando com Harvey (2013, p. 201), “nas práticas sociais e temporais de toda a sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades”. E prossegue o autor

Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre o seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (HARVEY, 2013, p. 201).

Como ocorrem com muitos outros fenômenos históricos, os processos sociais e as novas tendências do pensamento universal, se torna extremamente

Carapicuíba e outros eram de Cotia, mas de bairros distintos) que se prontificaram a realizar um acampamento selvagem na Serra do mar de Paranapiacaba a convite do amigo mais velho Cláudio Matos que se propôs a ser nosso guia e prometeu uma aventura inesquecível. Aqui cabe informar, como também teceremos os devidos comentários explicativos dentro do histórico do grupo, que nesse primeiro acampamento, o autor desse trabalho não participou da referida primeira viagem e que só passou a fazer parte efetivamente do grupo seis meses depois do surgimento do mesmo (com direito a batismo na cachoeira) em março do ano de 1992.

impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas, históricas e culturais que estão sendo apresentadas no corpo do texto. Deve-se ter isso em mente ao ler o restante do trabalho.

CAPÍTULO 1. A MOTIVAÇÃO PELO TEMA E A ÁREA DE ESTUDO.

Minhas primeiras viagens, ainda na infância, feitas por alguém que não pensava que um dia viesse a se tornar geógrafo, adquiriram, posteriormente, uma importância fundamental. Ao longo da vida, cada impressão que tive de paisagem, de clima ou de tempo foi por mim interpretada geograficamente mais tarde, por mais recôndita que estivesse na memória. Aos poucos, atingi a noção da organização natural do espaço em face da (des)organização humana do território (AB'SÁBER, 2013, p. 13).

1.1. O Grupo Ecológico Calangos da Mata, uma história de reconstrução social.

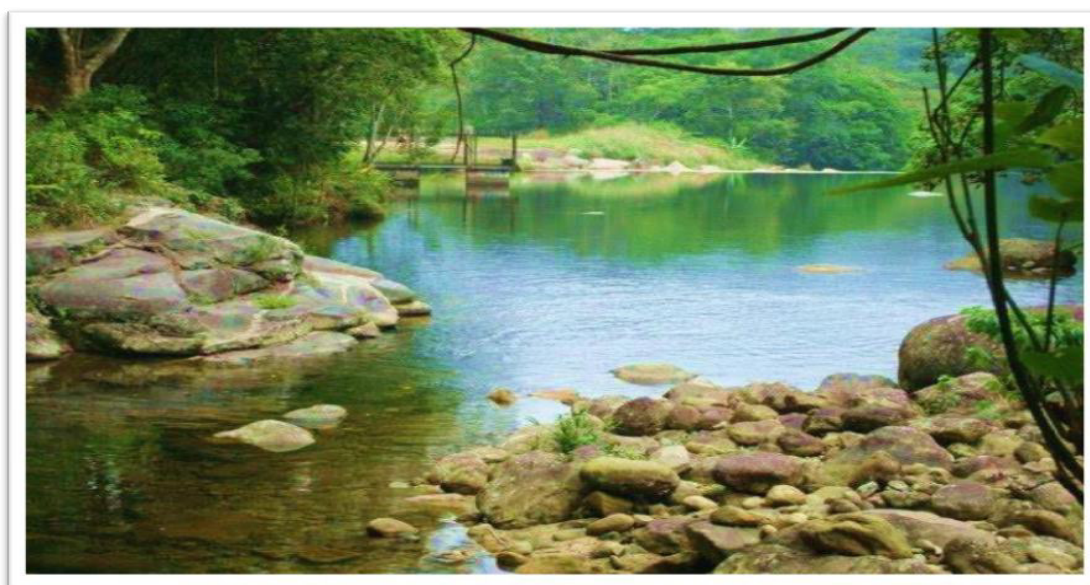
No entanto se faz necessário tecer breves comentários sobre essa trajetória do Grupo Ecológico Calangos da Mata e sua atuação durante o processo de licenciamento dos empreendimentos propostos para parte considerável da área de estudo. Assim, cumpre apontar que em 02 de agosto de 1991 surgiu o Grupo Calangos da Noite (esse foi o primeiro nome oficial do grupo), na Serra do mar em Paranapiacaba. Na verdade, um grupo de alunos do antigo colegial que resolveram ir acampar na Serra do mar entrando pela vila de Paranapiacaba em Santo André, região do ABC. No início de tudo, as primeiras pessoas que se propuseram a ir acampar na Serra do mar, foi o Levi Stephano, Júlio César Ramos, Fernando Ramos, Benedito Vieira, Eliseu e o guia da turma, Cláudio Matos. Era inverno e a temperatura estava em 3 graus segundo os termômetros da época, mas mesmo assim o grupo adentrou a serra e desceram por quatro horas e meia de trilhas até atingirem a base da serra já ao nível do mar.²³ Todos ficaram encantados com tanta beleza que a mata Atlântica esbanjava e por iniciativa do Cláudio Mattos, logo de início houve a preocupação de recolhimento do lixo produzido pelo grupo, além do lixo deixado por outros turistas desavisados.

Esse lixo recolhido, ao término da temporada passada na mata, foi levado por uma trilha que desembocava em uma rua de terra onde havia uma caçamba de lixo e onde o mesmo era depositado. Mais tarde viemos, a saber, pelo senhor Ricardo, proprietário de uma chácara nas imediações do Vale do Quilombo, que essa estrada de terra foi construída nos anos 70 quando a empresa COSIPA (Companhia Siderúrgica

²³ Relatos desta aventura encontra-se em destaque numa edição do Jornal D'Aqui nos anexos.

Paulista) se apropriou do lugar chamado Vale do Quilombo e aproveitando a vazão do Rio Quilombo, construiu uma pequena barragem²⁴ (foto 2 abaixo) e pela estrada de terra que ligava aquele reduto até a Rodovia Piaçaguera-Guarujá, a empresa canalizou com grandes tubulações para desviar parte das águas do rio e utilizar a mesma para resfriar as caldeiras da empresa situada em Cubatão, o que ocorre até a atualidade de acordo com o Sr. Ricardo, nascido e criado no Vale do Quilombo como ele mesmo gosta de frisar sempre.

Foto 2. Ao fundo, Barragem da COSIPA no Rio Quilombo, Vale do Quilombo na Serra do mar de Paranapiacaba.



Fonte: arquivo do Grupo Calangos da Mata, foto: Abbul. Também disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1021543307876510&set=a.1020394941324680.1073741832.100000625517072&type=3&theater>

²⁴ Muitos anos depois dessa informação recebida pelo Sr. Ricardo, em trabalho de campo realizado na Baixada Santista em 2010 com a professora Roseana Grilo, visitamos a AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista- e questionamos de onde vinha a água que abastecia a população de Santos e a resposta imediata foi que a mesma vinha dos reservatórios serra acima de São Paulo. Com essa informação, podemos inferir que mais uma vez fica claro o processo de controle dos bens naturais e ordenamento do território pelos agentes hegemônicos, haja vista que enquanto a empresa COSIPA utiliza a água mais pura e limpa da Serra para resfriar suas caldeiras, toda a população ao entorno bebe água tratada de São Paulo, visto que nossos reservatórios recebem águas contaminadas de vários contribuintes poluídos que, embora passem por um sistema de tratamento e purificação, de acordo com várias reuniões e discussões que participamos enquanto membros do Coletivo de Entidades Ambientais cadastradas no CONSEMA, os especialistas como o professor Paulo Figueiredo de Piracicaba, Carlos Bocuhy da Granja Viana e Mauro Vítor de Guarulhos em inúmeras ocasiões afirmaram que muitos resíduos de metais pesados permanecem na água mesmo após o processo de tratamento. Ou seja, as corporações se apoderam dos recursos naturais e a sociedade usufrui dos restos de toda a cadeia produtiva que remete os lucros às sedes dos atores hegemônicos, sedes muitas vezes estabelecidas em outros países.

Claro que nessa época nem imaginávamos o que significava essa apropriação do território, e nossa responsabilidade até então era recolher nosso lixo e deixar sempre limpo a clareira que foi aberta para a instalação do acampamento. Cabe ressaltar aqui que eu não fui membro fundador do Grupo Calangos, pois não estava presente nesse primeiro acampamento. Fui entrar no grupo seis meses depois, em março de 1992. Nesse primeiro acampamento de 02 de agosto de 1991, logo no primeiro dia surgiu o nome do grupo através de um engraçado ocorrido na primeira noite logo após o jantar, quando o Benedito Vieira estava a brincar com sua lanterna iluminando o dossel da mata e de repente a luz da mesma foi de encontro ao olho de um gambá que perdeu o equilíbrio e se deixou cair sobre um grande lagarto (para nós conhecido como calango), que estava comendo os restos de comida no prato ao lado da cabeça do Levi Stephano que dormia com a cabeça para fora da barraca do lado do prato de comida e nem percebeu que o “calango” estava comendo a comida do seu prato.

O Benê (como era chamado), o Eliseu e o Cláudio acompanharam toda a trajetória do pobre gambá que despencara da árvore e caíra sobre o “calango”, assustando-o. Foi aí que o Levi acordou e ao mesmo tempo o grupo ali reunido entre risos e espanto criou o nome do grupo de acampamento Calangos da Noite, em função do episódio que acabara de ocorrer. Passaram três dias acampados na serra sem nenhuma barraca porque o Benê até hoje é uma pessoa muito brincalhona e aprontava várias “estripulias” com a turma toda. Nesse acampamento ele havia dito a todos para que eles levassem as comidas e bebidas que ele levaria as barracas, lonas e sacos de dormir, porém, ao chegarem ao local de acampamento depois de viajarem o dia inteiro de ônibus e trem, e enfrentarem uma trilha de nível muito difícil por quatro horas e meia descendo as encostas da Serra do mar para ao final se verem em um local totalmente inóspito e selvagem, eles recebem a notícia do Benê que o mesmo só trouxera “cachaça” na mochila e nada de equipamentos de camping como prometido. Assim todos tiveram que cortar umas folhas de palmeiras, galhos e alguns troncos verdes e improvisar uma cobertura para enfrentar a baixa temperatura naquele inverno em meio a mata fria e úmida (ver fotos 3 e 4 abaixo).

Todos levaram na brincadeira a peça que o Benê havia pregado, porém, o Cláudio aproveitou a oportunidade para esclarecer que estavam em uma área selvagem e longe de qualquer cidade ou resquícios de civilização e que o fato de terem que cortar algumas árvores para se protegerem não significava que teria que ser sempre assim. Todos teriam que ter consciência de respeitar a natureza e tentar causar o mínimo de

impacto ao meio ambiente, por isso a importância de recolher o lixo produzido e levar de volta para a cidade. O que facilitou foi a exploração aos arredores de onde estavam e acharam uma trilha que seguiram até dar nessa barragem da COSIPA onde havia a caçamba de lixo. Assim sendo, após os três dias acampados, o grupo recolheu todo o lixo produzido e mais alguns de outras pessoas que haviam deixado lixo espalhado pelas redondezas, levando tudo para a tal caçamba trilha abaixo. Subiram a serra em seis horas (para descer são 4 horas e meia, mas para subir levavam 6 horas pelo nível de dificuldade), com um sentimento muito positivo em relação à experiência vivida e pela ação conjunta em deixar toda a área limpa após a saída. A notícia do ocorrido e a criação do grupo surtiu um efeito positivo nos amigos do colégio, pois muitos se interessaram em acampar com o recém-formado grupo de acampamento “Calangos da Noite”.

Foto 3. 1º acampamento dos Calangos na Serra do mar em 02 de agosto de 1991.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. A foto denota a primeira geração de Calangos a partir do dia 02 de agosto de 1991.

Foto 4. Cabana improvisada no 1º acampamento do grupo.



Cabana improvisada com galhos, folhas e troncos verdes. Na foto, Eliseu, Cláudio Matos, Levi Stephano, Fernando Ramos e Benedito Vieira.
Fonte: acervo Calangos da Mata.

O segundo acampamento com vinte e seis (26) pessoas só viria a ocorrer em março de 1992, seis meses depois do qual também fizemos parte. Entre os participantes do grupo nesse dia estavam o Alexandre Pimentel, o Duende, Ceará²⁵, a Josy, a Márcia, Isabel, a Lia, a Marta, a Mel, entre tantos outros que não temos mais contato e não recordamos os nomes ou apelidos no momento. Foi uma experiência única porque nesse dia a ideia era ir acampar em um lugar diferente, em outra área de mata no extremo sul do estado de São Paulo. Saindo de Carapicuíba de madrugada, o grupo seguiu viagem até Osasco, daí tivemos que fazer baldeação até Santo Amaro e de lá fomos de ônibus até Embu Guaçu. Dessa cidade embarcamos em outro trem sem portas, cheio de passageiros que tinham como destino algumas vilas e sítios nos arredores do extremo sul do estado, mas o destino final do trem seria a cidade de Santos pela linha férrea Sorocabana que passava ao sul da Serra do mar. Porém, com o advento da Eco-92 (nem sabíamos o que era isso nesse primeiro momento), de acordo com as informações

²⁵ Este já não se encontra mais entre nós em vida, infelizmente. Sofreu um acidente de trabalho. Que Oxóssi guie seu espírito pelas matas.

prestadas por um dos responsáveis pela segurança da área, as linhas férreas da Sorocabana que partiam de Mairinque, passando pela Reserva Estadual do Morro Grande em Cotia, descendo para Santos pelo lado sul, estavam interditadas e trens de passageiros não podiam seguir viagem a partir daquele ramal. Essa linha férrea era para trens de carga apenas e por acaso só tínhamos nós no vagão de passageiros, visto que todos os outros haviam desembarcado quilômetros atrás. Todos nós tivemos que encerrar a viagem ali em um lugar desconhecido, chamado Parmatias em plena Serra do mar. Até hoje não sabemos o que de fato ocorreu naquele momento naquelas paragens, porque tivemos que descer do vagão, mas o trem seguiu viagem com o maquinista.

Os responsáveis pela “segurança” do local era o Exército brasileiro e um dos soldados informou que passageiro não podia passar por ali durante o tempo em que estaria ocorrendo a Eco-92 no Rio de Janeiro, porque havia pesquisadores na área que não podiam ser interrompidos ou atrapalhados em suas análises e trabalhos de campo. O mesmo informou ainda que se seguissemos a linha férrea transversal à essa que estávamos, e andando por 9 km sobre os trilhos, chegaríamos a uma vila de nome Barragem, de onde poderíamos embarcar em um ônibus com destino a Santo Amaro. Assim fizemos e seguimos pelos trilhos por um longo período de tempo, quando avistamos vários indígenas andando sobre os mesmos com grandes sacos de mandioca e lenha nas costas indo em direção as suas aldeias. Seguimos com eles até a tal vila da Barragem, onde os indígenas continuaram em frente e nós finalizamos a caminhada nessa vila, onde aguardamos o ônibus que nos levaria até Santo Amaro. De Santo Amaro embarcamos em outro ônibus com destino a Estação da Luz na região central de São Paulo e de lá embarcamos no trem que vinha de Jundiaí com destino a Santos (linha férrea Santos-Jundiaí, antiga São Paulo Railway Company)²⁶, mas que fazia sua última parada serra acima na vila de Paranapiacaba, onde seria nosso próximo destino, visto que fomos impedidos de seguir viagem a partir de Parmatias no outro extremo da cidade.

²⁶ A São Paulo Railway Company (SPR) foi a primeira ferrovia construída em São Paulo, e a segunda no Brasil. Financiada com capital inglês, sua construção foi iniciada em 1860, enfrentando muitas dificuldades técnicas durante a implantação, principalmente no trecho da Serra do mar. A concessionária teve o privilégio de exploração da linha por um período de 90 anos, o que lhe garantiu a condição de maior empresa ferroviária do Brasil e em volume de carga. A inauguração aconteceria em 1867 e a denominação Estrada de Ferro São Paulo Railway Company se manteve até o ano de 1946. A ferrovia, com 159 km, ligava o município de Santos ao de Jundiaí, tendo como ponto de passagem a cidade de São Paulo; cruzava os municípios de Cubatão, Santo André (Paranapiacaba), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, novamente Santo André (área central) e São Caetano do Sul até chegar à capital paulista. In: http://www.metro.sp.gov.br/metro/licenciamento-ambiental/pdf/linha_18_bronze/eia/volume-iii/Arquivo-20.pdf. Acesso em 20/05/2016.

Foi um dia inteiro de viagem muito cansativa e chegamos a Paranapiacaba ao fim da tarde.

Teríamos pela frente ainda as 4 horas e meia de descida da Serra do mar, pois com a mudança de destino, voltaríamos ao mesmo local onde havia surgido o grupo Calangos seis (6) meses antes. Iniciamos então nova caminhada passando pela vila de Paranapiacaba e subindo em direção às antenas de comunicação instaladas no topo da serra e somente de lá é que se iniciaria a trilha que desceria até o nível do mar serra adentro. Como já estava escurecendo, seguimos adiante e em pouco tempo a mata já ocultava o caminho. Não tínhamos lanternas apesar de estarmos em um grupo de 26 pessoas. Ninguém tinha se atentado a isso. Tivemos que descer a trilha com algumas parcas velas que mal permaneciam acesas. Logo de início uma das meninas torceu o pé e teve que descer carregada e /ou apoiada, o que foi atrasando a descida, além da escuridão que se fazia eminente a cada passo.

Levamos mais de 6 horas para descer essa trilha que tinha como nome trilha da Pedra Lisa (que ia até a metade do percurso), e a partir da metade se chamava trilha das pedras, pois realmente era feita de pedras cheia de musgos e muito úmida em função da mata, portanto, escorregadia e perigosa, ainda mais a noite e desconhecida pela maioria do grupo. Além disso, havia vários buracos e deslizamentos pelas encostas da trilha e muitos tropeçavam e caíam buraco abaixo, mas felizmente ninguém saiu ferido, apenas com alguns arranhões e alguns espinhos pelo corpo. Foi uma aventura perigosa, mas emocionante considerando que era a primeira vez para a maioria do grupo que iriam realizar um acampamento ou mesmo enfrentar uma trilha daquela magnitude. Hoje temos conhecimento que a mesma é considerada de nível muito difícil, informação que não tínhamos no início de tudo. De madrugada chegamos ao local do primeiro acampamento dos Calangos no ano anterior e passamos uma semana ali vivenciando toda a beleza da Mata Atlântica. Mas a presença de um grande número de pessoas além de nós, em pouco tempo culminou nos acampamentos seguintes uma triste realidade: o local estava ficando sujo demais, muito lixo espalhado, muitas clareiras abertas na mata, muita destruição causada pelo turismo desavisado e sem controle.

Apesar das imensas dificuldades de se chegar naquele local, a notícia de que o mesmo era um grande paraíso incrustado em plena Serra do mar se espalhou por inúmeras cidades de São Paulo e todos os feriados vinham pessoas dos mais diferentes pontos da cidade para acamparem ali. O local era conhecido como Poço das Moças, pois havia um grande poço formado pelo Rio Quilombo que separava a Serra de

Paranapiacaba e a Serra do Quilombo, formando o Vale do Quilombo (que era o local onde a COSIPA havia instalado a barragem aproximadamente a 1 km abaixo do Poço das Moças – ver foto 2 acima). Com essa realidade nossos esforços no recolhimento do lixo aumentaram, porém, não dávamos conta. Ao mesmo tempo percebemos que as clareiras aumentavam cada vez mais, e o desmatamento já havia chegado a um nível estarrecedor, o que nos fez mudar de lugar e assim subimos um pouco mais para dentro da mata e abrimos uma nova clareira que existe até hoje conhecida como clareira dos Calangos (ver fotos 5 e 6 abaixo). Não demorou muito para que os campistas desavisados começassem a acampar ao lado de nossa nova clareira e assim no ano de 1993 o grupo estava se articulando com as pessoas que acampavam no local para eliminarmos o lixo acumulado, espalhado pela mata e pelas trilhas. Além disso, era preciso recuperar a mata perdida pelo número de clareiras abertas, o que tentamos fazer realizando o processo de reflorestamento.

Foto 5. 1ª clareira Calangos da Mata na Serra do mar.



Júlio Ramos e Abbul cozinhando. Pelo nosso despreparo e desconhecimento da problemática ambiental, no início cortávamos alguns pequenos troncos verdes para servir de suporte às panelas. Apesar de realizar benfeitorias na mata ao recolhermos todo o lixo e iniciar a tentativa de reflorestar as clareiras, ao mesmo tempo também estávamos causando pequenos desmatamentos ao realizar o corte desses troncos para montar o fogão a lenha.

Fonte: Acervo Calangos da Mata.

Foto 6. Clareira Calangos da Mata na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata.

Cabe informar que não tínhamos nenhuma experiência ou conhecimento em reflorestamento, tanto é que as primeiras mudas que produzimos e plantamos em algumas clareiras foram mudas de mamão, araucária, limão, laranja e outras. As mesmas não vingaram e assim tivemos que estudar o que fazer. Para piorar a situação, numa das vezes que descemos a serra para acampar, nos deparamos com um grupo de 40 (quarenta) mulheres e 5 (cinco) homens que estavam realizando testes de sobrevivência na serra (as mulheres eram aeromoças e recebiam treinamento dos cinco comandantes). Constatamos que ao final dos três dias de treinamento que realizaram na mata, deixaram um grande legado de destruição, pois o treinamento incluía o desmatamento de parte do local para a sobrevivência do grupo, simulando a queda de um avião em meio à mata.

Muitos galhos e troncos de árvores verdes foram destruídos e todo o lixo produzido por eles nos três dias ficou amontoado, mas deixado na mata. Tivemos que realizar um grande mutirão de limpeza após a saída do grupo. Tínhamos disposição, mas não tínhamos pessoas suficientes para limpar toda a sujeira dos turistas desavisados e ainda era preciso resolver a questão das clareiras abertas pelos turistas na mata, visto que nossa intervenção com as mudas de frutas não sucedeu com eficácia. Porém, num acampamento que realizamos em janeiro de 1994, percebemos que chovia muito e

assim muitas sementes caíam, o que atraía os animais em busca de alimentos sobre a serrapilheira da mata. Tivemos então a ideia de recolher parte dessas sementes, trazer para São Paulo e criar o viveiro dos Calangos com sementes nativas da Serra do mar (ver fotos 7 e 8 abaixo). Quando as mesmas atingiam certo tamanho, transportávamo-las para o local de acampamento e realizávamos o reflorestamento nos arredores. Essa ideia deu muito certa e com isso recuperamos boa parte das clareiras nos anos que se seguiram, e ainda em 1994 o grupo se organizou e produziu o primeiro regimento interno do grupo que passou a se chamar Grupo Ecológico Calangos da Noite e tivemos nosso registro no cartório da cidade de Cotia no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas de Cotia microfilmado sob o número 031181.

Nesse tempo houve problemas no processo de registro porque o advogado que tivemos contato para realizar os procedimentos legais após a elaboração do regimento interno de nosso grupo e da ata de posse e fundação do mesmo, esse advogado sugeriu cobrar uma mensalidade dos Calangos de R\$ 500,00 reais. O advogado sugeriu que nos filiássemos a alguma empresa para obtermos financiamentos a fim de manter os custos dos projetos, e teríamos que obter um CNPJ sendo também uma espécie de empresa. Declinamos dessa proposta e perdemos o advogado. Conseguimos registrar o grupo com outro advogado sem ter que obter CNPJ e prosseguimos com os projetos na Serra do mar sem vínculos com qualquer tipo de empresa ou firma, o que ocorre até a atualidade. Independente de CNPJ ou qualquer patrocínio, seguimos em frente com os projetos e nos organizamos no sentido de confeccionar os uniformes do grupo. Optamos pelo conjunto de moletom, mais flexível para caminhadas pela mata, o que facilitou nossa locomoção com mudas de plantas e sacos de lixo quando realizávamos os acampamentos. Note-se nas fotografias adiante que levamos o nome do grupo bordado tanto nas calças como nas blusas e camisetas, além de estampar o nome nas barracas e na bandeira do grupo. Fomos construindo dessa forma nossa própria identidade; criamos e desenvolvemos nosso viveiro de mudas, distribuímos as mesmas pelas praças da cidade e aos poucos fomos conquistando nosso lugar no espaço, e nossa trajetória nos permite inferir no presente que foi permeada de representações socioespaciais em nosso cotidiano. Algo como as representações sociais do sujeito ditas nas palavras do Prof. José Gilberto de Souza da Unesp Rio Claro.

Fotos 7 e 8. Primeiras mudas produzidas no viveiro Calangos da Mata em Cotia.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Viveiro de mudas. Da esquerda para a direita: O amigo e simpatizante Peba, os Calangos Júlio César, Levi Stephano, Carmo Vieira, Benedito Vieira e o filho do Júlio César, Lucas.

Numa das reuniões (foto 9) deliberamos que iríamos convidar as pessoas para fazerem trilhas conosco nos finais de semana na serra de Paranapiacaba com o intuito de descer a serra recolhendo lixo (ver foto 11) e ao final da trilha como

recompensa teríamos algumas horas de divertimento no Poço das Moças (foto 10 abaixo), um poço natural em meio ao Rio Quilombo.

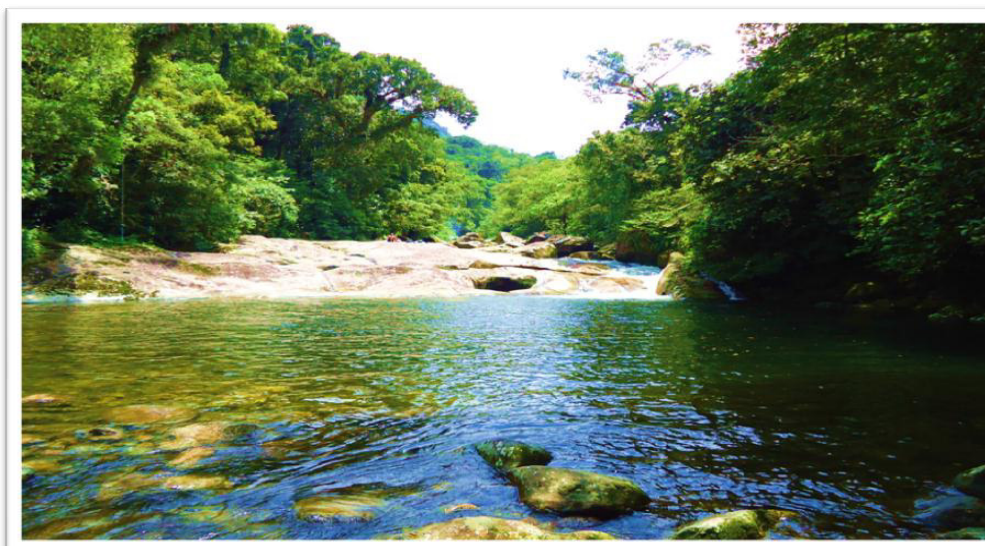
Foto 9. Reunião do Grupo Calangos da Mata na sede em Cotia.



Fonte: Acervo Calangos. Sede dos Calangos da Mata. Foto: Abbul

Na foto da esquerda para a direita: O simpatizante Davi, Levi Stephano, Antônio (Toninho), Kiko, Lia e de costas, Benedito Vieira (Benê).

Foto 10. Poço das Moças, destino final para quem trilhasse os caminhos da Serra do mar via Paranapiacaba.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Esse poço é formado pelas águas do rio Quilombo que ai desembocam, seguindo seu percurso em direção à barragem da Cosipa alguns quilômetros abaixo, para em seguida alcançar o mangue nas imediações de Cubatão.

Foto 11. Recolhimento do lixo nas trilhas da Serra do mar com participação de turistas simpatizantes da causa.



Fonte: Acervo Calangos da Mata.

Elaboramos assim um roteiro de visita ao Museu do Trem e ao Castelinho em Paranapiacaba para os turistas conhecerem um pouco a história daquela vila, seus atributos paisagísticos e seus problemas advindos de um turismo desregulamentado e sem controle. Com isso, além de visitar alguns pontos turísticos na Vila, descíamos a serra recolhendo lixo como mostram as fotos 12, 13 e 14 abaixo.

Fotos 12, 13 e 14. Turismo e recolhimento de lixo com simpatizantes da causa ambiental na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Sidnei Carlos, Levi Stephano, Abbul e convidados, realizando passeio turístico nas trilhas da Serra do mar e recolhendo lixo pelo caminho.

Também confeccionamos alguns uniformes do grupo com o logo do calango em forma de lua e uma barraca ao lado e a partir daí as ideias e ações se multiplicaram, ficamos conhecidos pelos turistas, conquistamos a simpatia dos mesmos no sentido de manter a mata limpa e reflorestada. Assim, cada vez mais realizávamos os acampamentos na Serra do mar com o propósito de recolher o lixo e reflorestar as clareiras numa rotina intensa que se tornou peculiar em nossas vidas. Reproduzíamos um cotidiano na Serra do mar como se de fato vivêssemos na mata. Na sequência de fotos abaixo que vai da foto 15 até a foto 21 fica muito nítido nossa relação com a mata e a inserção cada vez mais profunda com os atributos do meio físico e natural.

Foto 15. Acampamento Calangos da Mata na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Na foto destaca-se a barraca ao fundo com o logo dos calangos e a frente o Toninho cozinhando naturalmente como se estivesse em casa. Note-se que ainda utilizávamos pedaços de madeira verde para o suporte do fogão, o que denota um desconhecimento sobre as práticas corretas de utilização dos atributos da floresta. Tempos depois nos demos conta desse problema e passamos a utilizar apenas pedaços de rochas ou troncos velhos para o suporte da madeira central que sustentava as panelas através dos arames.

Foto 16. Acampamento na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Destaque para a forma como juntamos as barracas de modo a utilizar cada vez menos espaço da clareira para que a vegetação pudesse se regenerar em volta. No primeiro plano destacamos o Toninho cozinhando na clareira Calangos da Mata. Note-se que apesar de ainda utilizarmos arame para pendurar as panelas, houve a tentativa de diminuir a utilização de lenha verde para o suporte das panelas de modo que somente a madeira do meio ainda era necessária usar antes de termos a ideia de usar somente a grelha e as rochas como suporte. As mesmas estariam agora sob a grelha e não mais penduradas por arame no tronco verde.

Foto 17. Utensílios e apetrechos utilizados para realizar os acampamentos na Serra do mar. Foto 18. A bandeira dos Calangos exposta na clareira para designar nossa área de acampamento.



Fonte: Acervo Calangos da Mata.

A foto 17 acima denota o uso de facas, machado e machadinha para a realização de atividades na mata. Materiais imprescindíveis para a permanência em locais inóspitos e selvagens como esse trecho da Serra do mar em meio a Serra de Paranapiacaba. Também utilizamos cordas, cordinhas de varal, elásticos e barbantes para amarrações, além de mala de primeiros socorros. Nas fotos 19 e 20 destacamos o reflorestamento e o recolhimento do lixo durante os acampamentos destacando sempre nossos uniformes padronizados para designar os integrantes do grupo Calangos da Mata, além das barracas e da bandeira exposta em nossa clareira na Serra do mar.

Fotos 19 e 20, realizando o reflorestamento na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Abbul e Aguinaldo (Guina) preparando as mudas para serem plantadas nas clareiras abertas pela mata.

Foto 21. Recolhimento do lixo na Serra de Paranapiacaba.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Abbul e Guina recolhendo lixo nas trilhas da Serra do mar.

Com essas atividades durante os acampamentos viramos referência nacional em relação a Serra do mar, após um trecho na seção de cartas da edição de janeiro de 1995 da antiga revista de ecoturismo “Caminhos da Terra”, onde em resposta ao leitor Alexandre J. Gomes que fazia um convite aos demais leitores para participarem de um projeto de limpeza na Serra de Paranapiacaba, a revista, através de seu editorial respondia que o Grupo Calangos da Noite já realizava essa tarefa desde 1993, além de cuidar do reflorestamento da região²⁷. Após esse pequeno trecho publicado na revista, tivemos alguns artigos de jornais e revistas mencionando nosso trabalho e passamos a receber várias cartas do Brasil inteiro nos parabenizando e solicitando informações sobre o grupo, nos convidando para ir conhecer suas cidades e ajudar a implantar as ideias de reflorestamento e recolhimento do lixo nessas cidades e solicitações de pessoas interessadas em fazerem parte do grupo Calangos²⁸.

²⁷ Cópia das publicações de alguns jornais e revistas da época se encontra em anexo ao final do trabalho.

²⁸ Anexos ao final do trabalho com cópias de algumas publicações referentes à nossa atuação na Serra do mar, em Cotia e Embu, além de atuações enquanto membro do Coletivo de Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA.

Até currículos recebemos de pessoas interessadas que procuravam emprego remunerado, pois acreditavam que o grupo Calangos era financiado por algum agente hegemônico. Está aí uma das várias facetas do sistema capitalista que cria vínculos financeiros de reprodução desse capital em benefício das corporações. Estávamos vivenciando as interfaces do capitalismo e nem tínhamos noção do significado desse processo que está por trás dessa palavra. Uma solução paliativa que passamos a adotar foi a realização de passeios na Vila de Paranapiacaba cobrando uma taxa de R\$ 20,00 por pessoa para visitar algumas cachoeiras e os museus da Vila durante um dia inteiro de passeios e história sobre a constituição da Vila de Paranapiacaba. Essa questão do dinheiro teve influência profunda na organização do grupo, pois realmente os custos para manter nossas atividades aumentavam e a necessidade de manter os projetos culminou na ideia de realizar algumas festas para arrecadar dinheiro.

1.2. A Festa Ecológica no Parque Cemucam.

Organizamos uma grande festa em maio de 1996 no Parque Cemucam²⁹ localizado em Cotia (porém esse Parque é administrado pela prefeitura de São Paulo embora se encontre no município de Cotia), e enviamos ofício para a Prefeitura de Cotia solicitando ajuda na realização da mesma. Fomos até o Conjunto Nacional em São Paulo, localizado na Avenida Paulista, onde efetuamos o pagamento da taxa de locação do salão de festas do Parque Cemucam, protocolamos os ofícios solicitando a presença da Polícia Militar de São Paulo, visto que o Parque pertencia a São Paulo. Mesmo assim, em Cotia também protocolamos os ofícios necessários solicitando a presença da Polícia Militar e da Guarda Civil de Cotia, além de alguns ofícios para as empresas da região solicitando ajuda de custo e para alguns parlamentares, inclusive o candidato a Prefeito na época, Mário Ribeiro, também solicitando ajuda para a realização da 1ª Festa Ecológica no Parque Cemucam que ocorreria no dia 31 de maio de 1996, numa sexta-feira. Não obtivemos ajuda de nenhuma dessas instituições públicas ou privadas, fomos ignorados por todos em todos os sentidos. No dia da festa compareceram mais de 2000

²⁹ O Parque recebe outro nome na atualidade, o que vem gerando discussões e debates por parte da população e dos gestores em função de uma lei que foi aprovada recentemente, mais uma vez sem a participação popular nas decisões do município de Cotia, embora o parque pertença a São Paulo. Mais informações a respeito no link:

<http://www.cotiatododia.com.br/cemucam-agora-e-parque-santos-dumont/>.

(duas mil) pessoas, perdemos o controle da festa, não conseguimos administrar todo aquele movimento de pessoas. Muitos que pagaram se tornaram colaboradores da festa, teríamos durante a noite nada menos que oito bandas musicais³⁰ se apresentando no palco principal do salão de festas do Parque, mais discotecagem de DJs com vinil da Equipe Studio Rap tocando diversas vertentes musicais desde o Reggae até as brasilidades e músicas regionais da cultura local.

A festa foi um “estouro”, onde todas as tribos se encontraram em um só local e durante toda a noite não houve nenhum incidente. Talvez se as polícias solicitadas tivessem comparecido teriam ocorrido incidentes, mas só a comunidade estava presente, pessoas vindas de várias cidades vizinhas com culturas e modos de vida distintos, mas que prestigiaram com muito respeito e alegria nossa festa que até hoje é lembrada pelas pessoas que ainda temos contato. Foi um dos maiores eventos ocorridos em Cotia realizados por um grupo de jovens que ninguém dava valor. Após a festa, devido a propagação dos comentários positivos sobre a mesma, a cidade inteira ficou sabendo de nosso grupo, do evento e como se deu tudo. Numa noite estávamos eu e o Levi Stephano no centro de Cotia quando fomos abordados pelo político candidato a prefeito Mário Ribeiro. Ele nos ofereceu um “maço de dinheiro” para realizarmos outra festa igual a primeira citando o nome dele e apoiando sua candidatura com faixa exposta pelo ambiente da festa. Recusamos a oferta, pois não era esse o intuito do grupo, embora havíamos solicitado ajuda para ele e tantos outros para realizar a primeira festa. Não acreditaram em nós da primeira vez, agora não precisávamos mais desses políticos e de nenhuma corporação para realizar qualquer evento cultural na cidade. Sabíamos o caminho que aprendemos apenas com as relações sociais estabelecidas com a comunidade. Surgiam aí as primeiras discordâncias com os políticos da região.

Depois dessa festa no Cemucam fomos convidados pela Secretaria do Verde do Estado de São Paulo para expor nosso material de divulgação, nossos projetos, fotos e quadros num estande da então tradicional Festa da Primavera na Marquise do Parque Ibirapuera em São Paulo. A exposição se iniciaria a partir do dia 21 de setembro de 1996 e foi muito gratificante poder trocar ideias e informações com outros grupos ambientalistas, tomar conhecimento de outras realidades no estado e no país. As trocas

³⁰ Como atrações na festa tivemos uma grande mesa de frutas no pavilhão de entrada do salão, amostra de slides contando a história dos Calangos, Amostra de quadros também contando a história do grupo, amostra de vídeos sobre a questão ambiental e os grupos musicais: Novo Amanhecer (Samba), Luz Divina (Samba), Ninguém (Rock), Betravers of faces (Rock), Contrário a Morte (Rap), Postura Original (Rap), Renê do Rap & DJ Pelé, além do show de abertura com Os Moleques do Engenho, grupo jovem da região. O cartaz de divulgação dessa festa se encontra nos anexos ao final do trabalho.

foram muito produtivas e algumas parcerias foram estabelecidas como a parceria com o Grupo Ecológico Infantil Ipê Amarelo e o Grupo Ecológico Convocação Verde, com os quais passamos a atuar na produção de sementes (Grupo Infantil Ipê Amarelo) e na limpeza das trilhas do Pico do Jaraguá (Grupo Convocação Verde).

Nosso nome continuava “correndo trecho”, o que chamou a atenção do então candidato a prefeito de Carapicuíba, o Jorge “Poeirinha” como era conhecido, pois diziam os comentários na comunidade que ele era o empresário dono da empresa de ônibus ETT Carapicuíba, conhecida como poeirinha pela população de Carapicuíba. O candidato Jorge Poeirinha enviou três assessores até a sede do Grupo Calangos com a seguinte proposta: Se o candidato fosse vencedor nas eleições, os Calangos teriam uma sala na Aldeia de Carapicuíba com escritório, uma secretária, linha telefônica e computadores, um Jipe para transportarmos nossas mudas de árvores e reflorestar o Parque da Aldeia que seria reformulado, além de um salário mensal para executarmos nossas tarefas de conservação ambiental. Para isso apenas teríamos que transferir nosso título eleitoral para Carapicuíba e apoiar o candidato no palco dos palanques eleitorais que seriam realizados pela cidade de Carapicuíba. Essa proposta também foi recusada porque não queríamos ter vínculo financeiro com empresa nenhuma e nossa sede continuaria no mesmo endereço em Cotia, e sobre as mudas de árvores nos oferecemos a leva-las de carrinho de mão desde Cotia até Carapicuíba e chegando na Aldeia de Carapicuíba convocaríamos a população interessada para realizarmos juntos o plantio necessário para arborizar o Parque da Aldeia. Os assessores saíram indignados com nossa resposta e o candidato Jorge Poeirinha passou a nos odiar. Ele venceu as eleições, deixou Carapicuíba mais abandonada ainda do que já estava com as gestões anteriores. Iniciava-se aí uma nova relação do grupo Calangos com alguns grupos políticos e empresariais da região. Uma relação de distanciamento e inimizades com alguns órgãos.

O Grupo Calangos também passava por sérias dificuldades financeiras e alguns membros centraram suas atividades na realização de algumas festas para arrecadar fundos para o Grupo, porém, essas estratégias foram desvirtuando um pouco nossas premissas ambientais, primeiros e principais objetivos que era o reflorestamento e recolhimento de lixo, além de denúncias aos órgãos públicos e ambientais referente aos maus tratos com o meio ambiente em nossa região. As discussões se tornaram acaloradas após a manipulação de dinheiro dentro do grupo e a quase necessidade de se filiar com partidos políticos para obter benefícios ao grupo. A tensão foi tanta que em outubro de 1996 o grupo se dividiu e tomou duas frentes: uma com o objetivo de

arrecadar fundos financeiros, mas aí se afastando dos projetos iniciais, outro mantendo os objetivos do grupo com os ideais de liberdade, sem vínculos com políticos ou empresas. Surgiu em 30 de outubro de 1996 o Grupo Ecológico Calangos da Mata seguindo a tradição que vinha evoluindo desde o primeiro acampamento no dia 02 de agosto de 1991.

Nessa época, em Cotia fomos convidados para participar de reuniões com outros grupos ambientalistas (éramos ambientalistas e nem sabíamos o significado dessa palavra ainda), com dirigentes da prefeitura e convidados a atuar na nossa região também. Afinal em Cotia era nossa sede e porque não colaborar no reflorestamento também da cidade? Essa era uma crítica que algumas pessoas dos órgãos públicos tinham em relação a nossa atuação na Serra do mar e em nossa cidade não tínhamos esse tipo de atuação. Recebemos essa crítica de forma madura e concordamos com ela. Assim, passamos a atuar numa área da Reserva do Morro Grande (ver fotos 22 e 23 abaixo), onde havia uma cachoeira que servia de área de lazer para os moradores da região, porém, o local estava repleto de lixo pelas trilhas e arredores.

Fotos 22. Recolhimento do lixo na Cachoeira do Morro Grande em Cotia.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Toninho e Levi Stephano.

Foto 23. Recolhimento do lixo na Cachoeira do Morro Grande em Cotia.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Toninho, Levi Stephano e Abbul.

Iniciamos uma campanha de limpeza nessa área e logo recebemos um convite de um dos radialistas da (na época) Rádio Eco para criar um programa aos domingos na rádio com o intuito de dialogar com a população sobre assuntos de meio ambiente e áreas afins. O radialista era o Juarez, simpatizante de nossa luta e ideais. Convencemo-lo a ir conosco na Reserva do Morro Grande recolher lixo com o grupo Calangos, o que nos aproximou cada vez mais da Rádio Eco, porém, não conseguimos nos organizar no sentido de criar um programa semanal como proposto pelo Juarez e aceito pela diretoria da Rádio. Éramos jovens sem muito conhecimento sobre a causa, apenas levados pelo sabor de realizar algo de bom para a cidade e para a Serra do mar, nosso reduto para fugirmos do tempo acelerado da cidade. Ainda não tínhamos malícia para lidar com as mazelas da sociedade, embora nossas intervenções eram de grande impacto na relação com a cidade e com os sujeitos. Só não tínhamos noção disso.

Na cachoeira do Morro Grande entre os dias 2 e 3 de agosto de 1996, após o “aniversário” de 5 anos do Grupo Calangos, em conjunto com a Rádio Eco criamos o projeto “Preserve” que visava não somente a limpeza geral do local, mas também a conscientização e colaboração da população para a preservação do ambiente. O projeto estava estruturado em quatro partes onde a primeira seria o recolhimento de todo o lixo

no entorno imediatamente, pois a situação estava crítica, era muito lixo acumulado e a água adquiria uma coloração escura devido a poluição dos materiais dispersos pelo rio. A segunda parte do projeto seria recolher amostras de água em vários pontos para análise em laboratório no sentido de atestar ou não o uso das águas da cachoeira para banho e consumo dos visitantes. Como a área era utilizada para a realização de práticas culturais por grupos religiosos, a terceira parte do projeto visava a criação de um espaço definido para essas práticas de modo que os resíduos não tivessem como fim as águas da cachoeira e não houvesse conflito com os demais visitantes da área. Estávamos entrando na discussão do campo cultural e também não tínhamos noção alguma do significado das práticas culturais. Por fim, a quarta e última parte do projeto visava o acompanhamento de estudantes e outros interessados em conhecer as matas da região do Morro Grande, a cachoeira e realizar caminhadas divulgando a beleza e a história do lugar que caberia a todos preservar e respeitar.

A proposta caminhou bem até a segunda parte do projeto e quando estávamos finalizando a terceira parte, numa das visitas ao local depois de tudo limpo e organizado pronto para receber os estudantes, nossa quarta parte do projeto não pode ser implementada porque todo o entorno da área que cuidamos com tanto apreço era área particular e o proprietário, o Sr. Sérgio Viana não mostrou interesse em ver realizada esta atividade de ecoturismo em sua propriedade. Ele informou que tomaria as providências no sentido de cercar a área, dotá-la de infraestrutura como bancos, churrasqueiras e praça de alimentação, além de cobrar entrada para os visitantes. Anos depois (em 1999) constatamos que a área continuava abandonada, os grupos que realizavam as práticas culturais foram impedidos de adentrar a área e o local permanecia na espera de uma melhor valorização das terras para no futuro se transformar talvez em algum empreendimento imobiliário. Houve controvérsias, mas não pudemos intervir dentro de uma propriedade privada. A mesma pertence ao Sr. Sérgio Viana e está no nome da ADIR – Administração e Comércio de Imóveis, situada à Av. São Carlos do Pinhal, 79, 20º andar, CEP 01333-001, Bela Vista – SP. A questão é que nosso nome se espalhou por muitas localidades e os jornais nos procuravam para saber mais detalhes sobre essa questão do Morro Grande e sobre nossos projetos e quem eramos de fato. Por sermos jovens demais, muitos dos cidadãos que nos conheciam pessoalmente descreditavam de nossa capacidade de realizar tudo o que fazíamos sem apoio financeiro de nenhuma instituição ou empresa. Ficamos conhecidos como o grupo jovem de ambientalistas da região pela nossa atuação na produção de mudas em nosso

viveiro e o plano de reflorestamento tanto na Serra do mar como nas praças de Cotia e Carapicuíba (ver fotos 24 a 28 abaixo).

Na foto 24 apresentamos a praça no bairro Parque São George em Cotia onde realizamos um reflorestamento, pois era um espaço vazio e sem valorização por parte da comunidade. Na foto 25 visualiza-se a mesma praça em 2016, como resultado de nossa intervenção em 1997, agora mais valorizada pelos antigos e novos moradores da região. Note-se também que as árvores nas calçadas em 1997 não existem mais nas mesmas calçadas em 2016. Ao contrário da praça, não havia árvores em 1997 e as plantadas por nós nesse ano cresceram dando nova aparência na praça, o que a população comenta até hoje.

Fotos 24. Grupo Calangos da Mata reflorestando Praça no Parque São George em Cotia no ano de 1997.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Sidnei Carlos e Abbul. Foto: Levi Stephano, 1997.
Essa Praça se localiza na Rua Salma, no bairro Parque São George, conhecida popularmente como pracinha apenas.

Foto 25. A mesma praça em 18 de agosto de 2016, resultado de nossa intervenção em 1997.



Foto: Abbul, 2016. As árvores atingiram altura e espessura considerável dando outro visual para a antiga pracinha sem árvores em 1997. Um olhar mais atento irá identificar a perda da flora nas calçadas em frente a pracinha. Note-se que em 1997 a calçada possuía árvores e em 2016 as mesmas quase não existem mais. Agora é a pracinha quem dá vida ao lugar.

Fotos 26. Reflorestando as clareiras na Serra do Mar em Paranapiacaba no ano de 1997.



Foto 27. Reflorestando as clareiras na Serra do Mar em Paranapiacaba no ano de 1997.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Sidnei Carlos e Abbul. Foto: Levi Stephano.
Reflorestamento nas clareiras da Serra do mar em Paranapiacaba durante os acampamentos selvagens com vários pernoites em meio à Mata Atlântica.

Foto 28. Regando as mudas recém-plantadas na Serra do mar em 1997.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Foto: Levi Stephano.

Foto 29. Recolhimento do lixo e deposição do mesmo na caçamba localizada no Vale do Quilombo, próximo à barragem da Cosipa na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Guarda Belo e Abbul depositando o lixo na caçamba.

No ano de 1997 o grupo iniciou projetos em parceria com o Grupo Ecológico Convocação Verde que consistia no processo de recolhimento do lixo nas trilhas do Parque Estadual do Jaraguá, marco da história paulista nos tempos dos campos de Piratininga. Nessa época, juntou-se ao grupo Calangos o Grupo feminino de Carapicuíba Summer Girls composto pela Nanã, Cida, Luciana e Flávia. Com elas realizamos em conjunto com o Grupo Convocação Verde, várias etapas de recolhimento do lixo nas trilhas do parque. Numa dessas visitas nos deparamos com um grupo de jornalistas do jornal O Estado de São Paulo, o que rendeu uma pequena reportagem no Suplemento seu Bairro desse jornal. Tempos depois o mesmo ocorreu com jornalistas da TV Bandeirantes, rendendo uma reportagem na rede de TV dessa emissora. Numa terceira etapa a TV Cultura estava presente e mais uma matéria foi transmitida através do programa Repórter Eco. Também nesse ano fizemos parcerias com o Grupo Infantil Ipê Amarelo do bairro da Praça da Árvore em São Paulo. A dona Gonçalina, mãe das meninas do grupo foi quem entrou em contato conosco e solicitou uma visita em sua residência, a que atendemos de imediato. Ela explicou sobre o histórico do grupo

iniciado pelas filhas, ainda duas crianças, mas com grandes convicções e entendimento sobre as questões ambientais. A mãe apenas orientava seus passos, mas as meninas das quais não nos recordamos dos nomes é quem realizavam as atividades de separar e nomear as sementes que seriam distribuídas pelo bairro e pela cidade também reflorestando espaços públicos como jardins e praças. Aprendemos muito com as crianças e a dona Gonçalves. A partir desse encontro, muitos outros foram realizados e cada vez mais produzíamos mudas em nosso viveiro, agora com o apoio e conhecimento de causa de dona Gonçalves que se propôs a nos informar sobre os tipos e atributos das sementes que estávamos manuseando. Recebíamos informações sobre como coletar a semente, armazenar, preparar para o plantio da mesma, a espessura do caule na idade adulta, a composição e tipos das folhas, do caule, da altura etc. Dona Gonçalves imprimia e nos entregava informações sobre as plantas com imagens e detalhes sobre as mesmas. Em 1998 recebemos um convite da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo para participar das discussões acerca dos problemas ambientais da cidade de São Paulo. Assim, nos apresentamos numa das sessões ordinárias do Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA. As reuniões ocorriam numa sala do terceiro andar na Rua da Glória, ao lado da Praça Japonesa na região central da cidade. Nesse dia fizemos uma apresentação do Grupo Calangos, sua trajetória e atuação. Os representantes presentes (cerca de 30 pessoas, cada uma representando uma Entidade Ambientalista), por unanimidade aprovaram a entrada dos Calangos nesse Coletivo ambientalista. Éramos os únicos jovens daquela sala e por muitos anos permanecemos nessa condição, visto que os demais representantes do Coletivo aparentavam idades superiores aos 45/50 anos. No coletivo conhecemos as Entidades das mais diferentes partes da cidade de São Paulo, cada uma com suas lutas específicas em seu território de atuação, mas unidas por um só ideal dentro do Coletivo no CONSEMA.

1.3. O Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA.

A participação do Grupo Calangos dentro do Coletivo rendeu inúmeras discussões bastante promissoras no campo da questão ambiental, o que levou o grupo a iniciar um processo de participação nas audiências públicas por todo o estado, visto que a todo instante recebíamos correspondência do CONSEMA direto do Secretário

Germano Seara Filho, representante máximo do Presidente do CONSEMA, na época o professor Goldemberg. Germano Seara Filho até a atualidade representa o presidente do CONSEMA nas audiências públicas do estado, conduzindo as mesmas do início ao fim dentro dos procedimentos legais atribuídos à realização da audiência pública. Com ele aprendemos todo o rito da audiência pública, sua importância, os meios legais para convocar uma, os modos de participação, de representação e de uso da palavra durante as mesmas. Ao mesmo tempo, durante as reuniões mensais e às vezes extraordinárias do Coletivo, ficávamos a par de todo tipo de projeto sendo discutido³¹, implantado, em ampliação ou renovação das licenças ambientais sejam elas emitidas pelos órgãos vinculados ao CONSEMA, sejam elas vinculados aos órgãos ambientais federais, como o IBAMA por exemplo.

Participamos de inúmeras audiências dando nossa contribuição e sempre aprendendo o rol de legislação ambiental e de planejamento das cidades. Em cada reunião do Coletivo, uma Entidade de alguma localidade de São Paulo apresentava um problema e nos debruçávamos sobre esses problemas, discutindo e deliberando formas de ação em conjunto. Logo no início dos anos 2000 nos envolvemos com uma questão de poluição do Rio Piracicaba, de acordo com a denúncia da SODEMAP, Entidade Ambientalista denominada Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba presidida na época pelo professor Paulo Figueiredo. A denúncia de crime ambiental consistia no problema da população dos bairros próximos ao Rio Piracicaba que apresentavam problemas respiratórios (os mais idosos e as crianças), e as mulheres gestantes não conseguiam segurar o feto durante o processo de gestação, tinham abortos espontâneos. Quando conseguiam concluir a gestação, os recém-nascidos geralmente apresentavam alguma doença degenerativa, algumas nasciam sem cérebro e faleciam logo após o nascimento. Segundo a SODEMAP, alguma coisa estava ocorrendo de

³¹ Para citar apenas algumas das discussões que fazíamos, segue os indicativos propostos nas reuniões do Coletivo; Impactos ambientais da política de produção de etanol para o interior do Estado de São Paulo; Demandas ambientais do movimento ambientalista do interior do Estado de São Paulo; Ações do Coletivo contra a Revisão do Código Florestal pela bancada ruralista no Congresso Nacional; Discussão sobre meios de encaminhamento das reivindicações do Coletivo pela reconstrução do sistema paulista de meio ambiente ao novo secretário de meio ambiente de São Paulo; Encaminhamento das ações judiciais do Coletivo sobre o Rodoanel trecho norte e ampliação do Aeroporto de Viracopos; Assessoria jurídica do Coletivo e participação na coordenação da Procuradoria Ambientalista ONGs Brasil; Proposta de discussão sobre articulação e prioridades da atuação do Coletivo no CONAMA; Situação ambiental da Represa do Jaguari, em Santa Isabel – relato da APASIAN – Associação dos Pescadores Amadores de Santa Isabel; Ampliação do Porto de São Sebastião e sistema viário - Tamoios e alças; Plano Diretor e mega empreendimentos impactantes em São Paulo; Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos co-localizados na Baixada Santista; Impactos do Pré-Sal na Baixada Santista – Audiência Pública e EIA-RIMA; Discussão sobre a base de gás e processos correlatos no litoral norte etc.

obscuro nesses bairros e justamente onde havia maiores concentrações de empresas próximas ao Rio Piracicaba. Deliberamos que o Coletivo faria uma vistoria na área a fim de levantar informações mais precisas para entender tal situação. A primeira empresa a ser flagrada descumprindo a legislação ambiental foi a antiga Belgo Mineira.

Na época, seus representantes legais se recusaram a reconhecer o descumprimento que consistia em depósito de solo e outros materiais contaminados com metais pesados a apenas 4 metros do Rio Piracicaba. A empresa solicitou que provássemos tal condição dos depósitos. O Coletivo em nova reunião deliberou realizar um voo de helicóptero sobre a região e nesse processo foi constatado que nada menos que 18 empresas aproximadamente estavam desrespeitando a legislação ao manterem sem proteção grandes quantidades de material contaminado a menos de 4 metros do rio. Quando chovia, parte desses compostos era levada pelas águas do rio. O vento se encarregava de espalhar parte da poeira contaminada sobre os bairros vizinhos. Outra parte da água era utilizada pelos pequenos agricultores para irrigação de sua produção, consumida pela população local. Estava aí a causa de tantos danos à saúde da população. Com o sobrevoo de helicóptero, os integrantes do Coletivo realizaram um extraordinário levantamento das áreas contaminadas com fotos, filmagens e localização exata em graus de todas as empresas responsáveis.

Esse material devidamente fundamentado foi remetido ao Ministério Público Federal através de representação emitida pelos representantes do Coletivo, o que de imediato foi acatado pelo Ministério Público e encaminhado cópia para a CETESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo), para tomarem conhecimento da atual situação das empresas que esse órgão deveria ter fiscalizado com rigor e isso não ocorreu. Para nós, provavelmente os fiscais regionais de Paulínia, Campinas e região não cumpriam suas funções e atribuições de acordo com o papel da CETESB dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Esse procedimento do Coletivo gerou um grande problema para o órgão ambiental, pois todos os gerentes regionais foram exonerados dos cargos, e o secretário geral da CETESB, na época o Sr. Mauro Arce, teve sua carteira funcional cassada e descontada 30% de seu salário a partir daquele momento até o fim do processo. Foi nessa época que segundo nossa visão, o governador do Estado, o Sr. Alckmin realizou um verdadeiro desmonte na CETESB, preenchendo os cargos exonerados por “cabides de empregos”, pessoas de sua confiança ou amigos para estarem a frente do órgão ambiental, porque o ocorrido gerou um mal-estar no governo do estado.

Para nós, toda essa questão gerou um processo judicial contra as Entidades que assinaram o documento antes do mesmo ser protocolado no Ministério Público, pois apesar do cuidado na linguagem utilizada no documento acompanhada de perto e com revisão do advogado do Coletivo, apenas duas palavras foram suficientes para os mais de trinta advogados da CETESB entrarem com uma representação no Ministério Público contra nós, além de remeter o caso para o 14º Distrito Policial de Pinheiros onde foi registrado Boletim de Ocorrência contra nós. Em meio às entrelinhas, as palavras “ação criminosa” utilizada em nosso documento mencionando a ação da CETESB frente ao papel fiscalizador que lhe cabia e não foi cumprido, o órgão apresentou denúncia afirmando que o Coletivo em nome daqueles que assinaram a petição contra o órgão estavam denegrindo a imagem da instituição perante o estado. Um processo foi aberto contra todas as 15 Entidades presentes na reunião de aprovação da petição contra a CETESB e todas as 15 Entidades foram processadas, inclusive nós. Agora de fato o Grupo Calangos fazia parte do rol de interesses corporativos de usos do território pelos agentes hegemônicos.

O processo durou alguns anos, conseguimos nos defender na justiça, o tal Mauro Arce foi transferido para Brasília para ocupar outro cargo de confiança e nada mais lhe foi imputado. Para nós, resta informar que das centenas de casos que participamos enquanto membros do Coletivo ficaram muito evidentes a forma como são tratados os movimentos sociais nesse país, discriminados e vistos como os verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento da nação como muitas vezes ouvimos das pessoas ligadas diretamente à máquina avassaladora do governo e das instituições. Muitas comunidades foram afetadas com o processo de urbanização, da instalação de empresas, desmatamentos e ocupação de áreas de mangue, assoreamentos de rios e nascentes em detrimento do meio ambiente, de acordo com nossas apurações em diversos municípios que visitamos em função da atuação do Coletivo do CONSEMA. Nesses lugares, culturas foram apagadas para sempre nas comunidades mais simples e o progresso continuou quase livre e desimpedido, não fosse a insistência dos poucos grupos organizados que resistiram aos interesses das empresas e do governo estadual.

Muitas Entidades foram “compradas” pelas empresas, muitos documentos oficiais desapareceram e muitos projetos tramitavam em segredo dentro das corporações com a conivência dos órgãos públicos, como pudemos constatar, por exemplo, na execução das obras do Rodoanel trecho oeste, na tentativa de construção da terceira pista do Aeroporto de Guarulhos, dos inúmeros empreendimentos aprovados em Cotia

(nos anos 2000) sem que a população pudesse emitir opinião. Em 2000 tomamos conhecimento do projeto de Loteamento Granja Carolina e seguimos debatendo o mesmo, principalmente depois de 2002 quando da realização da audiência pública sobre esse projeto. Nessa época já estávamos com assento como titular do Conselho de Meio Ambiente de Cotia, presidido pela Nívea. Em 2003 também como titular no Conselho de Turismo de Cotia, presidido pela Cristina Oka e em 2004 como titular no Conselho do Parque Cemucam, presidido pela esposa do Gilberto, representante da Ong Vis Viva de Cotia. De 2000 a 2005 participamos de inúmeros eventos³² realizados nas cidades de Cotia e Embu principalmente, cidades onde o movimento ambientalista estava mais articulado. Envolvemo-nos totalmente com os problemas de Cotia e região com o advento desse projeto de loteamento e em 2004 fomos procurados por alguns representantes do empreendedor, onde juntamente com a Marília nos reunimos numa das entradas das matas da Granja Carolina para tratar do assunto em tela. O representante do empreendedor se identificou como Marcos e juntamente com uma mulher que o acompanhava, tentou uma última cartada com o Grupo Calangos ao oferecer a nós o cargo de gestores ambientais da área a ser loteada caso retirássemos as representações impetradas no Ministério Público Estadual e Federal, para que o projeto seguisse sem problemas.

O representante enfatizou várias vezes que seríamos uma ONG reconhecida ao se tornarmos membros de uma equipe multidisciplinar que faria a gestão de todo o

³² Participamos, entre tantos outros, do **Fórum Social das águas 2003 – um planeta mais saudável é possível** de 16 a 23 de março de 2003 no Parque Cemucam, coordenado pela Secretaria Executiva do Fórum Social das águas Brasil, pelo Movimento Grito das Águas e pela Coalición Internacional por las Aguas Globales com apoio do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de São Paulo, da Funlago Foundation & Vis Viva Institute e da Folgazã Theater Company (Alfenas – MG); participamos como convidado especial da **Semana do Meio Ambiente da Biblioteca Presidente Kenedy** em Santo Amaro de 02 à 07 de junho de 2003, onde apresentamos um painel fotográfico com imagens dos trabalhos de reflorestamento do Grupo Ecológico Calangos da Mata na Serra do mar de Paranapiacaba, exposição que permaneceu para visitação pública durante todo o mês de junho e no dia 05 de junho proferimos a palestra **“Uma história real de reconstrução”** onde versamos sobre a trajetória do Grupo Calangos como ecologista e ambientalista; no mês seguinte, em 09 de julho de 2003 participamos do **Ato Público “Um ano do Abraço ao Parque”**, realizado no Parque Ecológico, Cultural e de Lazer do Pirajuçara, Santa Tereza e Valo Verde em Embu das Artes, organizado pela IBIOCA Nossa Casa na Terra e pela Casa de Cultura Santa Tereza de Embu das Artes; participamos em 20 de novembro de 2003 do **1º Fórum Regional do Meio Ambiente – A Carta de Embu**, realizado na Câmara Municipal de Embu das Artes e organizado pela IBIOCA Nossa Casa na Terra, SR Team “Corpo em Movimento”, Casa de Cultura Santa Tereza e Comissão Pró Parque Ecológico do Pirajuçara, evento promovido em parceria com a OAB-Embu tendo como apoio Institucional o Grupo Ecológico Calangos da Mata, PROAM – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, Campanha Billings, Eu te quero viva, Movimento Salve a Mata Cotia-Itapevi, AMA Cruz de Itapevi, Núcleo Chico Mendes e pelo Coletivo dos Ambientalistas do Estado de São Paulo. Em 2004 e 2005 participamos de outros eventos organizados pelo nosso Grupo Ecológico Calangos da Mata e pelas Entidades Ambientalistas de Cotia e região proferindo palestras ou promovendo discussões acerca dos problemas advindos das políticas públicas orquestradas pelo estado ou pelo município.

empreendimento na área. Teríamos um salário bastante promissor e muitas regalias, além do papel representativo dentro do quadro de colaboradores da empresa proponente do projeto urbanístico em nossa cidade. A sede do Grupo Calangos poderia ser dentro da área do empreendimento e seríamos referência perante as demais organizações ambientalistas e políticas da cidade. Qual foi a surpresa do representante quando de imediato dissemos não ao seu acordo. Afirmamos que o mais importante era a população da cidade estar ciente do que estava ocorrendo nesse projeto e quais os problemas advindos dele afetariam para sempre o cotidiano daquelas pessoas, principalmente os mais próximos da área de influência direta do empreendimento. O representante questionou com o que trabalhávamos, visto que recusamos seu acordo “financeiro e de status”, o que respondemos de imediato que nos reservaríamos no direito de não lhe responder aquela questão. A mulher que o acompanhava repetiu a pergunta e obteve a mesma resposta que dirigimos ao representante da empresa. Ele insistiu ainda em saber qual era nossa profissão e reafirmou o interesse em nos oferecer o papel de gerenciadores ambientais da área em questão, o que rebatemos em seguida colocando fim naquela reunião. Mais tarde, viemos, a saber, que reunião parecida com outros representantes do empreendimento em conjunto com alguns parlamentares da cidade havia ocorrido um dia antes da nossa, mas como a Marília presenciou tal reunião reservada, os empreendedores acharam por bem realizar outra reunião com o Grupo Calangos, autor de todas as representações impetradas no Ministério Público e nos demais órgãos ambientais.

A partir desse momento vários parlamentares de Cotia passaram a odiar nossa Entidade Ambientalista, inclusive algumas Entidades da região também passaram a nos tratar de forma diferente principalmente após o arquivamento desse projeto de loteamento nas matas da Granja Carolina. Para muitos interessados nesse projeto estávamos travancando o desenvolvimento da cidade. Para o professor Aziz, estávamos apenas exercendo nosso papel de cidadãos conscientes e responsáveis da causa social. Ele insistia para que nos atentasse aos estudos e que sem um curso superior ficaria mais difícil a luta contra as mazelas da vida social nas cidades, cada vez mais envolvidas nas práticas irresponsáveis por parte dos administradores. E ele próprio nos incentivou a buscar algum curso pré-vestibular para galgarmos os degraus necessários até alcançarmos um curso superior. Ele afirmava veementemente que a necessidade de estudar era primordial para discutirmos e compreendermos os problemas e os malefícios da sociedade que nos prejudicava a todos. Aziz enfatizava sempre que o futuro cobraria

impiedosamente as ações e práticas do presente e que nossos embates seriam permanentes, porém, ele acreditava que em algum momento esse jogo poderia mudar.

Não compreendíamos de todo o que o professor tentava nos passar, mas algumas palavras ficaram gravadas na mente, outras anotamos como era de praxe fazer nas reuniões, eventos ou conversas, mesmo que informais. Como exemplo de algumas lembranças sobre as conversas com o professor, temos o legado dos pobres apontados por ele; onde o mesmo dizia que “os pobres estavam indo para as periferias porque o capital imobiliário disputava as terras da primeira periferia e que tudo isso estava ligado ao urbanismo do espetáculo, à valorização imobiliária transformando todos os espaços em mercadorias, ao negócio da cidade, muito lucrativo para alguns, danosos para um grande contingente”. Para entendermos tudo isso era preciso muito estudo e dedicação. Cada palavra estava carregada de significados, de intenções, de provocações por parte do professor. Em função disso, nossa próxima meta era justamente a busca pelo conhecimento, a busca pelo entendimento desses comentários do professor, o que nos permitiria avançarmos em novos campos de debates. Assim, foi realizada a inscrição no cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP ³³.

³³ Fundado em 1987, o Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP) foi criado a partir da necessidade de funcionários, estudantes e professores da Universidade de São Paulo (USP) discutirem o espaço de negros e negras no interior desta instituição acadêmica, em particular, e na sociedade em geral. A organização em torno da temática racial visa, sobretudo, a ampliação do espaço acadêmico e também maior influência e ocupação da estrutura de poder da universidade por grupos historicamente marginalizados. Desde sua formação, o NCN-USP realizou inúmeras atividades acadêmicas e culturais consolidando-se como um centro de referência para as questões que envolvem a negritude assumindo um papel efetivo de grupo de pressão contra as ações discriminatórias e racistas oriundas da própria USP ou da sociedade em geral. Em 2003 foi produzido o livro **“Negras Questões – o negro na sociedade brasileira”**, livro realizado a partir de uma série de debates na semana de 20 de novembro de 2002, rememorando a imortalidade de Zumbi dos Palmares, sendo uma amostra do trabalho que o NCN-USP desenvolve contra o racismo e tantas outras manifestações de desigualdades e intolerância. Excerto extraído da contracapa do referido livro, publicado em 2003, realizado pelo Núcleo de Consciência Negra na USP, na gestão Pretação (2002-2004), com apoio da Universidade de São Paulo tendo como principais realizadores: Adriana Moreira, Andréia Lisboa, Flávia Mateus Rios, Luciane Silva e Marcelo D’Salete. Endereço do NCN-USP: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Travessa 4, Bloco 3, Cidade Universitária – São Paulo.

1.4. O Núcleo de Consciência Negra na USP e o combate às novas formas de apropriação dos espaços coletivos.

Os anos seguintes transcorreram com outras frentes de combate, principalmente a questão do Rodoanel, do Aeroporto de Guarulhos, do aterro da Lagoa de Carapicuíba, e logo depois do desmonte do Coletivo por parte do Estado, da aquisição da área da Granja Carolina pela empresa Alphaville Urbanismo em 2007 e pela discussão sobre a implantação do Alphaville Carapicuíba em 2008/2009, desdobramentos que teceremos considerações nas laudas adiante. Nesse meio tempo seguimos estudando como desejou o professor Aziz em 2003 e, em 2005 ingressando no cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP, nos deparamos com novos problemas.

Dessa vez era uma questão delicada que envolvia desvios de verbas do cursinho para benefício próprio. Como aluno do cursinho, em conjunto com os demais alunos, tivemos um envolvimento profundo com a gestão do mesmo e participando das discussões internas de organização do cursinho e do próprio Núcleo de Consciência Negra, percebemos que as contas não estavam batendo e ao questionarmos tais circunstâncias, percebemos que um dos responsáveis pela organização e gestão do Núcleo, o Newman Nobre Santana não estava prestando as devidas contas e se recusava a fornecer esclarecimentos sobre a real situação desta organização. Ao intervirmos com propostas de criar um núcleo ambientalista dentro das dependências do Núcleo de Consciência Negra, sentimos certo desprezo por parte deste indivíduo que se sentiu ameaçado em suas ações vinculadas à questão financeira do Núcleo. 2005 foi um ano de muitas controvérsias na gestão do Núcleo de Consciência Negra na USP e em função de todos os acontecimentos que estavam afetando o desenvolvimento do papel central do cursinho, intervimos clamando pela realização de assembleia geral para debatermos tal situação.

Embasados pelo aprendizado do professor Aziz, seguimos em frente com nossos questionamentos e o resultado disso foi o início de uma grande discussão interna do Núcleo de Consciência que foi culminando em diversas irregularidades praticadas por um dos coordenadores financeiros do Núcleo. A proposta de criação do núcleo ambientalista dentro do Núcleo foi deixada para momento mais oportuno, pois a questão política no Núcleo exigia profundas reflexões e discussões a respeito de sua estrutura organizativa. Em uma das visitas na sala do coordenador financeiro do Núcleo,

encontramos no lixo nossas fichas de inscrição do cursinho juntamente com nossas fotos (citando os devidos nomes, as inscrições e fotos além da nossa tinha também a do aluno Manuel Rodrigues Pereira (hoje conhecido como Rodrigo Paraíso), que se juntara a nós no combate a corrupção que vinha ocorrendo no Núcleo). Outros alunos como o José Antônio da Silva, o Nelson Martins, a Adriana Novaes, Luciana Rodrigues e Viviane Fernandes da Silva também se juntaram a nós para cobrarmos uma postura dos coordenadores a respeito dos problemas que assolavam o Núcleo de Consciência Negra. Cada vez mais os coordenadores se sentiam ameaçados, porém, identificamos somente um deles como o responsável pelas ações irresponsáveis no Núcleo, os outros dois coordenadores, Luiz Elias e Amadou Diene não tinham forças políticas para combater as práticas do coordenador financeiro e esse levante dos alunos é que deram novo fôlego para eles tomarem a dianteira das discussões.

No início de 2006, Newman Nobre Santana ameaçou nos expulsar do cursinho pré-vestibular, pois estávamos atrapalhando o andamento de sua gerência financeira. Diante dessa nova realidade avançamos com êxito na convocatória de uma assembleia geral, a qual ocorreu no início desse ano de 2006, tendo como pauta única a discussão sobre as contas financeiras do Núcleo de Consciência Negra na USP, o que culminou no desligamento do coordenador Newman Nobre Santana do cursinho. Deliberou-se nessa assembleia que seria criado um Conselho Gestor para dar seguimento nas ações do Núcleo enquanto novas chapas deveriam ser montadas para concorrerem a novas eleições de coordenação do Núcleo, distribuídas nos cargos representativos de coordenação executiva, administrativa e financeira, sendo cada coordenação composta por no mínimo três representantes como constava no regimento interno do Núcleo desde sua criação, mas que não vinha sendo cumprida, ao que nos pareceu na época, desde 2004 quando a gestão do mesmo foi assumida, entre outros coordenadores, pelo Newman Nobre Santana. Nossa intervenção política no cursinho e nas estruturas internas do Núcleo se deu não por questões ambientais como vinha sendo realizadas as discussões na cidade de Cotia, Carapicuíba e de modo mais amplo, como as discussões realizadas no CONSEMA e no Coletivo ambientalista, mas sim pelas inúmeras ações irregulares que estavam ocorrendo nas estruturas organizativas de uma entidade conhecida mundialmente ³⁴.

³⁴ Muitos alunos que passaram pelo Núcleo são hoje representantes de grandes instituições espalhados pelo Brasil e pelo exterior segundo as informações dos coordenadores Luiz Elias, Amadou Diene e de alguns outros antigos alunos que nos visitaram durante alguns eventos que realizamos no Núcleo nessa

Também nessa intervenção nos valem das conversas tidas com o mestre professor Aziz que sempre enfatizava para nós não deixarmos de intervir em quaisquer que sejam as questões que podem pôr abaixo todo tipo de organização social e política. Ele reforçava que nossa responsabilidade social não se restringia somente as lutas ambientais, pois todo o complexo social e político estava imbricado no cotidiano social onde os sujeitos reproduziam dia a dia a sua relação social e política com a cidade, com o urbano, com a paisagem, com a natureza. Era preciso intervir nas irregularidades que assolavam o país e que se espalhavam como um câncer mortal para dentro das estruturas sociais e políticas. Assim fizemos durante a passagem que tivemos pelo Núcleo de Consciência Negra na USP. Porém, não deixamos de organizar os alunos mais interessados em conhecer nosso trabalho na Serra do mar e com eles realizamos alguns acampamentos na serra onde os mesmos puderam ter contato com a terra no projeto de reflorestamento das clareiras em meio à Mata Atlântica como segue nas fotos seguintes.

Fotos 30 e 31. Descendo as trilhas da Serra com os utensílios de acampamento e as mudas de árvores nativas para serem plantadas nas clareiras.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Fotos: Raphael Henrique, aluno do cursinho NCN-USP.

Foto 32. O aluno Raphael reflorestando uma das clareiras na Serra do mar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Foto: Abbul.

De alunos do cursinho passamos a gerir essa organização fazendo parte da coordenação, sendo aluno e consequentemente ministrando aulas aos demais alunos quando faltava algum professor. Éramos alunos, coordenadores e professores ao mesmo tempo. Foi uma experiência única dentro de uma organização como é o Núcleo de Consciência Negra na USP. As contas ficaram em dia, os débitos com o banco foram sanados e as apostilas dos novos alunos foram pagas devidamente. Durante esse tempo em que permanecemos no cursinho do Núcleo, o então ex-coordenador Newman Nobre Santana entrou na justiça e conseguiu um documento assinado pelo Juiz solicitando reintegração de posse do Núcleo, como se o espaço a ele pertencesse. Ao nos apresentar o tal documento solicitando que deixássemos as dependências do Núcleo, respondemos a ele que viesse com o tal Juiz executar a ordem de reintegração de posse. O resultado disso foi uma ação contra nós movida por esse indivíduo.

Não sabemos até então como anda esse processo, mas como houve constantes abusos por parte desse indivíduo, durante o tempo que permanecemos no cursinho, ele foi proibido de adentrar as dependências do Núcleo porquê de outras vezes que ele adentrou, em algumas o mesmo retirou documentos importantes das dependências do Núcleo, em outras ele trocou as fechaduras em feriados prolongados ou em época de final de ano quando não havia ninguém presente no Núcleo. Tivemos

muitos problemas com esse Newman e ainda fomos intimados algumas vezes para comparecer no Fórum do Butantã para prestar depoimentos sobre a questão em tela, mas depois que ingressamos no curso de Geografia não pudemos mais acompanhar de perto o desenrolar dos fatos.

Julgamos necessário versar rapidamente sobre essa passagem pelo Núcleo de Consciência Negra na USP destacando o fato em tela apenas para elencar e reproduzir as ações do professor Aziz, demonstrando que devemos muito a ele nosso aprendizado e situações como essa não poderiam passar sem nossa intervenção como defendia sempre o renomado professor. Continuando a tecer os comentários sobre nossa trajetória, para nossa alegria e também do professor, em 2008 ingressando no curso de Geografia da UNESP de Rio Claro, iniciamos o processo de leituras conceituais sobre todas as práticas sociais que vínhamos desenvolvendo ao longo desses anos atuando no Grupo Calangos da Mata. Nesse mesmo ano de 2008 participamos da audiência pública sobre esse novo projeto que foi denominado de Vila Florestal – Reserva Cotia, ao qual teceremos considerações ao longo do trabalho de acordo com a linha de análise que estamos propondo trabalhar para entender a dinâmica espacial que se deu desde os tempos pretéritos até a atualidade referente à história de São Paulo, os processos de ocupação e sua influência nos dias atuais sobre nossa área de estudo.

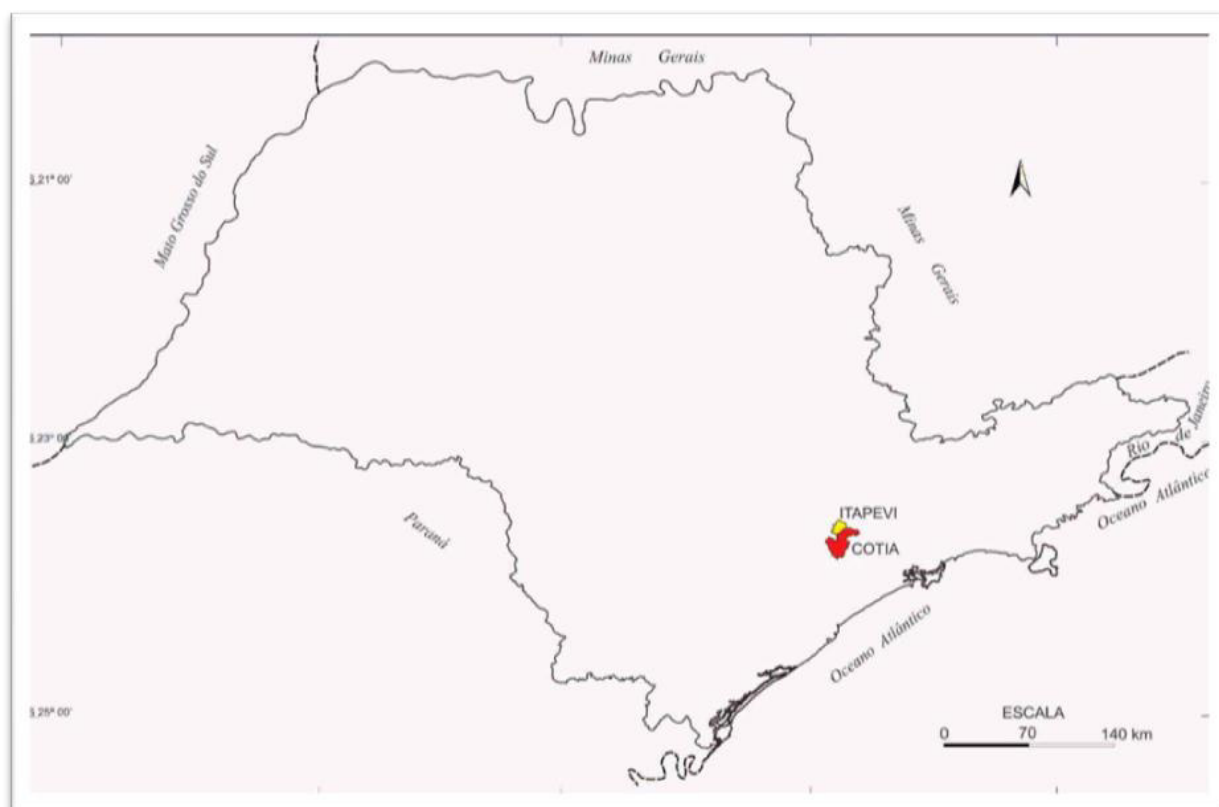
1.5. Agentes propulsores da concentração fundiária - A especulação imobiliária.

A linha de análise que elegemos será pautada nos estudos sobre a história de São Paulo desde os primórdios dos Campos de Piratininga, das trilhas indígenas e a constituição da rede de caminhos rumo ao interior, sobre a questão dos aldeamentos no processo de ocupação no bojo da Guerra dos Tamoios, e o surgimento dos agrupamentos e núcleos populacionais na região. Destacamos nas entrelinhas os processos de ocupação e crescimento dos núcleos populacionais com a consequente destruição de culturas e modos de vida dos sujeitos. Em todas as etapas de desenvolvimento que teceremos considerações nesse trabalho fica evidente esse fato de destruição e até mesmo de extinção dos grupos sociais e suas práticas de reprodução social. Ao assinalarmos passagens sobre os aldeamentos e o surgimento das grandes fazendas, dos bairros rurais e das vilas, estas notas têm a intenção de servir como referência para apreender a dinâmica espacial que envolveu a área de estudo ao

considerarmos seu surgimento e dinamismo sendo fruto do espraiamento da cidade de São Paulo.

Dessa forma serão abordados temas como a apropriação do espaço urbano, transformações do meio físico e a resistência de grupos sociais e do patrimônio cultural apesar dos adventos de ocupação e degradação que trataremos. Nesse sentido, julgamos ser necessário o registro das transformações trazidas pela expansão urbana sobre o modo de vida das populações locais permitindo novas interpretações sobre o lugar. As discussões elencadas trazem à tona a polêmica dos últimos projetos idealizados para as cidades de Cotia e Itapevi desde a década de setenta na área da fazenda Granja Carolina, espólio Celso Santos, que abrange os dois municípios de acordo com o mapa 3 abaixo.

Mapa 3. Localização da área de estudo.



Fonte: Base cartográfica digital IBGE.

Elaborado por Abbul e Gilberto Donizeti Henrique do Departamento de Geografia, Unesp Rio Claro, dezembro de 2012.

Esses projetos ao longo dos anos setenta até a atualidade vêm apresentando atributos que evidenciam os processos de apropriação e ordenamento do território, unindo as questões de ordem cultural junto aos aspectos ambientais, assim também

como das condições estruturais de mobilidade e qualidade de vida, associadas a tais transformações. Denunciando o papel dos interesses corporativos, privados e individuais frente ao público e a coletividade, nosso trabalho apresenta também denúncias à destruição da biodiversidade em razão da renda da terra, apropriação do território e da especulação imobiliária. Fato esse que nos levou a realizar várias representações no Ministério Público Estadual e Federal, além de envolver demais órgãos vinculados à questão do patrimônio cultural e histórico e à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Na pesquisa ficam registrados os esforços de trabalho com a população local, os moradores do Condomínio Vila Verde e do Grupo Ecológico Calangos da Mata junto com o Movimento Salve a Mata Cotia/Itapevi e demais atores sociais, mostrando a preocupação com os problemas apresentados, bem como as alternativas e esforços por um espaço geográfico capaz de condicionar uma vida digna e socialmente justa. Nesse sentido percorremos um caminho via defesa do seu legado natural/cultural com uma participação efetiva dos sujeitos nos processos decisórios do território em que vivem. Para nós, a concretização do direito à cidade e à moradia passa pelo acesso concreto ao lugar, aos aspectos culturais e simbólicos, a terra urbanizada e ao bairro, assuntos que aqui debatemos na tentativa de elucidar questões de planejamento urbano com o diferencial dos serviços públicos das cidades envolvidas, no caso, Cotia e Itapevi. Assim, entendemos que a dotação diferencial dos serviços públicos na cidade conduz à disputa das áreas consideradas melhores entre as diversas classes sociais e de renda. Nesse sentido, o trabalho apresenta e aborda as contradições da expansão urbana na Grande São Paulo que influi diretamente nas cidades vizinhas (Cotia e Itapevi), identificando os agentes propulsores da concentração fundiária – a especulação imobiliária. Apontamos também a segregação socioespacial que vem ocorrendo em antigas áreas de ocupação, causando a expulsão de moradores e destruindo o patrimônio tradicional local – pequena agricultura, artesanato, festas, cerimônias, danças, crenças, símbolos religiosos etc. A contribuição que pretende esse trabalho também se dá no sentido de esclarecer e debater as questões que suscitem políticas públicas de proteção ao patrimônio natural e cultural e trazer a questão da participação popular nos processos decisórios das comunidades envolvidas. Destacamos a importância da participação nas audiências públicas, qual sua função e como utilizar esse mecanismo no processo de discussão e deliberação na construção de um espaço geográfico mais equânime.

CAPÍTULO 2. OS CAMPOS DE PIRATININGA - DE TRILHAS A ALDEAMENTOS: UM PROPÓSITO DE OCUPAÇÃO.

Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p. 1-2).

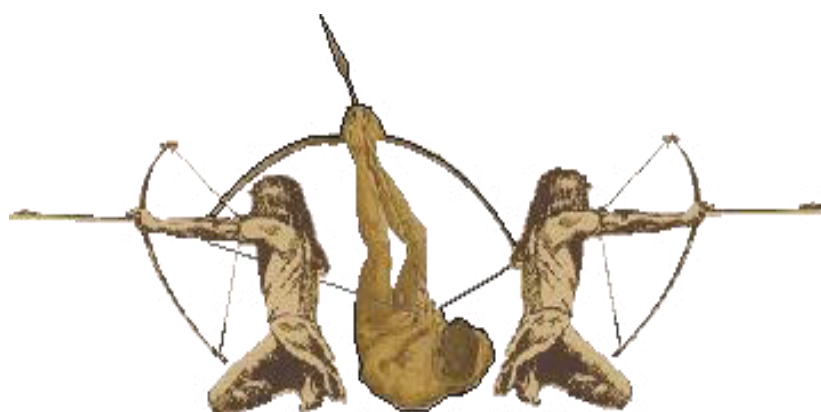


Figura 1. Representação indígena com seus apetrechos de caça e defesa.

Extraída de: <http://www.geocities.ws/terrabrasileira/contatos/guerra1.html>

A Guerra dos Tamoios.

A propósito da discussão sobre as cidades de Cotia e Itapevi, não iniciaremos, entretanto, a narrativa pelo episódio da constituição dessas cidades, seus atributos e a realidade atual das mesmas. Recuaremos no tempo, em benefício da exata compreensão do que representou as primeiras tentativas de ocupação do litoral e do planalto paulista pelos portugueses e da epopeia das tribos indígenas que aqui se encontravam vítimas de uma terrível chacina ocorrida a mais de quinhentos anos de acordo com Quintiliano em seu livro “A Guerra dos Tamoios”. Parece-nos impossível reconstituir com a devida clareza todo esse processo de ocupação/invasão dos povos europeus porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor destas terras. De acordo com Darcy Ribeiro é esse invasor quem nos fala de suas façanhas. “[...] É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador” (RIBEIRO, 1995, p. 30). Informamos de antemão que

traçaremos um percurso o mais coerente possível em relação a data dos principais fatos ocorridos segundo consta em nossa história “copiosíssima”, como escreveu Ribeiro (1995). Faremos uma singela discussão sobre a guerra dos Tamoios destacando nomes que a nossa historiografia parece ter deixado de lado enquanto ao mesmo tempo, determinados nomes foram elevados a patamares que a nosso ver, não mereceram de fato. São coisas da história, se registra o que interessa a determinados grupos sociais e de acordo com o contexto que se quer fazer crer. Para nós, interessa discorrer sobre o processo de ocupação/invasão pelos povos além-mar.

Portanto, se pretendemos versar sobre esse processo de ocupação/invasão para além dos sertões de Piratininga se faz necessário discorrer antes sobre os primórdios da ocupação do planalto paulista na época pré-cabralina onde segundo Bueno (2009), “durante os primeiros séculos, os índios compunham a maior parte da população local, e toda a expansão se fez através de suas velhas trilhas” (BUENO, 2009, n p) ³⁵. A chegada dos europeus no litoral brasileiro na época do chamado “descobrimento” ³⁶ encontrou nessas paragens a constituição de povos indígenas que ocupavam todo o planalto e grandes extensões do interior nos chamados Campos de Piratininga (PETRONE, 1995). Para Warren Drean “foram principalmente os tupis que os europeus encontraram em suas primeiras investidas ao longo da costa” (DREAN, 1996, p. 48). Encontraram na região, diversas tribos indígenas que tinham como propósito a guerra, o cativo e o sacrifício dos prisioneiros, o que constituía as bases de relações entre as aldeias Tupis nesse período pré-colonial (MONTEIRO, 1994, p. 28).

³⁵ Não paginado. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013.

³⁶ Quintiliano ressalta que o acaso na descoberta é tese já inteiramente desprezada pelos historiadores modernos. Cabe ressaltar aqui algumas considerações do autor na íntegra, pois julgamos importante resgatar alguns fatos que vinham ocorrendo na Europa muito antes da epopeia das grandes frotas de navegação tomar os mares em busca de novas terras para expandir suas atividades econômicas. Antes mesmo da época do chamado “descobrimento”, segundo Quintiliano, “[...] do outro lado do Atlântico a Europa vivia o apogeu do Renascimento. Séculos de predomínio do feudalismo e da fé cedia lugar aos novos tempos de predomínio da ciência, da técnica e do capitalismo comercial. As velhas estruturas religiosas, políticas e sociais estavam seriamente abaladas. Os impostos sobre as terras já não rendiam tanto aos príncipes e a Igreja quanto rendiam as transações aos comerciantes. Estes, ajudados pela ciência e pela técnica, queriam novas terras e novos mercados para se expandir. Na verdade, o Velho Mundo tornara-se pequeno demais para tantos príncipes, tantos padres, tantos reformistas e tantos comerciantes (p. 27). [...] a ciência mostrava que a terra não era plana. Nem sustentada por pilasstras no espaço. Era mesmo redonda e poderia ser circunavegada. Tratava-se de uma verdade que não poderia mais ser escondida. Nem mesmo por medo à inquisição (p. 28). [...] daí por diante, o Atlântico foi rota dos aventureiros. Somente em 1500, o venturoso D. Manuel armou uma frota e mandou Cabral ‘descobrir’ o Brasil” (p. 29). Contudo, a nova terra não oferecia condições à prática do escambo, tal como se fazia com as terras do Oriente. Os índios nada produziam de especial, capaz de justificar um tráfico permanente. Não havia vestígios de ouro nem de prata. E apenas uma madeira vermelha, o pau-brasil, que os índios chamavam de **ibirapitanga**, poderia vir a interessar ao comércio lusitano (p. 29).

Segundo Drean (1996), “A guerra ritual era o drama obsessivo da existência tupi”.

Sua cultura de dominação masculina era estruturada pela guerra: seus jovens não tinham permissão para se casar até que tivessem capturado ou um inimigo em batalha ou um temível colega de predação, como uma onça, por exemplo. Honrarias, esposas adicionais e chefias só eram conferidas após ulteriores capturas (DREAN, 1996, p. 48).

Warren Drean faz uma profunda discussão sobre a devastação da Mata Atlântica e inserida nesse contexto, apresenta a trajetória dos indígenas que nessas terras habitavam com suas crenças e culturas antes da chegada dos europeus. A nosso ver, o autor tece considerações importantes sobre as guerras vividas pelas tribos, o que autores como Monteiro (1994) e Petrone (1995) também apresentam em suas obras referentes ao processo de ocupação do Planalto de Piratininga pelos europeus em 1500. Quintiliano (1965)³⁷ por sua vez, nos pareceu o autor que mais se aprofundou na questão das guerras, mas nem tanto pela guerra entre tribos antes da chegada dos invasores, mas sim pelas guerras que surgiram após a chegada dos povos além-mar. Para esse autor,

“Quanto às relações dos Tupinambás com as tribos vizinhas, eram mais ou menos pacíficas. E o fato tem sua explicação: o território era imenso e fértil; rico de caça e de pesca. Apenas os Goitacazes³⁸, que residiam mais para o interior, de quando em vez desciam a serra, originando-se conflitos. Tais conflitos, entretanto, eram mais frequentes entre Goitacazes e Tupiniquins, pelo domínio das cabeceiras do Paraíba, do que propriamente entre aqueles e os Tupinambás. A chegada dos brancos provocou, no entanto, importantes modificações, tanto na vida e nos costumes da tribo, como nas suas relações com as tribos vizinhas” (QUINTILIANO, 1965, p. 24, grifos nossos).

Porém, para Monteiro, as etnias envolvidas em inúmeros conflitos eram os Tupinambás, inimigos mortais da tribo Tupiniquim, os Carijós; os Tamoios que ocupavam a região norte do litoral e ao sul os Guaranis. Aqui julgamos importante também fazermos uma ressalva sobre a questão dos Tamoios, pois Monteiro deixa a

³⁷ Aylton Quintiliano. A Guerra dos Tamoios. Reper Editora, 1965.

³⁸ Aqui o autor assinala a presença dos Goitacazes apresentando a escrita como “goitacases”, o que tomamos como possível erro ortográfico, ao qual tomamos a liberdade de corrigir, porém, assinalando que os grifos foram nossos. Também pode ter havido por parte do autor a reprodução fiel de suas referências nas quais constava a palavra Goitacazes sem o “z” e somente com o “s” e ainda no minúsculo. De qualquer forma nosso corretor automático acusou a palavra correta com a letra “z” com a primeira letra sendo maiúscula, o que consideramos ser o mais correto e de acordo com as novas normas ortográficas atuais. No entanto julgamos necessária essa explicação no sentido de dirimir eventuais dúvidas por parte de nossos leitores.

entender que “os Tamoios que ocupavam a região norte do litoral” se constituíam em uma tribo, o que não se configura como verdade absoluta como veremos a seguir, segundo as análises de Quintiliano (1965). Para isso daremos um rápido salto cronológico em nossa narrativa, mas voltaremos à discussão central na sequência. Esse salto se faz necessário para esclarecer a denominação “Tamoios”. Na obra de Monteiro (1994) dá-se a entender que existia uma tribo com essa denominação, o que o autor Aylton Quintiliano rebate veementemente em sua obra “A Guerra dos Tamoios” onde traça um estudo de respeitável valor histórico sobre as tribos que habitavam a Guanabara no Rio de Janeiro, mas também das demais tribos que habitavam as paragens de Piratininga e todo o sertão na terra de Santa Cruz com seus costumes, suas leis, suas crenças, suas relações de produção e, sobretudo, seu sentimento de liberdade e independência.

Parece-nos que a história geral da formação do Brasil pretérito evoluindo para um Brasil contemporâneo caminha ainda para um entendimento mais claro sobre os principais pontos de vista dos muitos autores que trabalharam essa questão. Os relatos dos europeus são muitas vezes ‘imprecisos e dispersos’ como assinala Warren Dean (1996, p. 48). Darcy Ribeiro também indica que “reconstituir esse processo, entendê-lo em toda sua complexidade”, embora fosse o objetivo de sua obra, o mesmo reconhece que parece ser impossível tal feito devido ao fato de muitas documentações serem meras reproduções das versões relatadas apenas por um dos protagonistas, ou seja, pelos dominadores/colonizadores (RIBEIRO, 1995, p. 30). Ainda há campos ou pontos que precisam ser ligados, pois constatamos haver diferentes visões sobre um mesmo assunto como no caso do termo Tamoio, entre outros que veremos adiante. Quintiliano, ao que nos parece, também compartilha desse sentimento, pois contribui de forma muito esclarecedora assuntos mal abordados em nossa história sobre a colonização portuguesa. A respeito dos Tamoios, o autor apresenta em sua obra com muita segurança que não houve tribo alguma com essa denominação. Segundo ele, Tamoio significa o mais velho do lugar, o nativo. E confederação dos Tamoios foi o nome dado à reunião de povos nativos contra a colonização portuguesa, ou seja, Tamoios “não constituía uma tribo e sim um conjunto de tribos *das mais variadas nações*” (QUINTILIANO, 1965, p. 10, grifos nossos)³⁹.

³⁹ Prefácio de Nelson de Souza Lima, apontando que as tribos do pretérito não eram canibais descritos pela maioria dos historiadores, baseados em depoimentos fantasiosos. Eram ao contrário, segundo Quintiliano, uma confederação de povos nativos que, embora não tendo noção de propriedade privada,

Para esse autor, a Confederação dos Tamoios⁴⁰ foi criada presumivelmente, entre os anos de 1554 e 1555. Subsistiu até 1567 e representou, sem dúvida, a primeira

tinham como direito sagrado a posse coletiva da terra, e um extraordinário amor à liberdade. Sobre esses depoimentos fantasiosos, Quintiliano ressaltava que a própria obra de Hans Staden apresenta elementos fantasiosos em sua narrativa, principalmente quando Staden discorre sobre a antropofagia indígena que segundo Quintiliano não existiu, considerando que os indígenas não sabiam cozinhar em grandes panelas como assinalou Staden em sua obra e como já ouvimos em palestras na escola, época do ginásio escolar na adolescência. Segundo Quintiliano, “[...] Hans Staden saiu do contato com os índios de Cunhambebe em plena integridade física. E ainda se deu ao luxo de publicar um livro onde mistura verdade e fantasia. Diz que assistiu a cenas de antropofagia e, no entanto, passou quase dez meses entre os Tupinambás, sendo inimigo constatado, a quem os selvícolas odiavam por haver liquidado com vários dos seus, canhoneando-os de Bertioga. E, ao cabo desse período, participando de reuniões com os principais da tribo, entendendo toda a língua tupi sem havê-la estudado, foi afinal posto em liberdade, resgatado pela tripulação de um barco francês” (QUINTILIANO, 1965, p. 83-84). Ainda segundo o autor (e constatado por nossa leitura), no livro de Hans Staden, vê-se uma gravura de índios cozinhando um prisioneiro em enorme caldeirão, quando se sabe que àquela época os indígenas não sabiam cozinhar (QUINTILIANO, 1965, p. 84). Quintiliano afirma com segurança que o indígena provavelmente aprendeu a cozinhar somente após a relação com os portugueses, franceses e outros povos europeus que por aqui aportaram na época cabralina. Até então, dominavam a arte do fogo, mas a carne de caça era apenas tostada e os indígenas não comiam seus inimigos como quer fazer crer a história até então disseminada. Sobre a acusação de antropofagia feita aos índios Quintiliano deixa muito claro o quanto há de fantasia nessas acusações. Reproduzimos na íntegra as considerações de Quintiliano a esse respeito, apresentando a narrativa do padre João Aspicuelta, segundo ele, tendo como referência o documento “Cartas Avulsas” – 1550-1568, p. 51 (publicações da Academia Brasileira de Letras – 1931). Assim é, por exemplo, que o padre João de Aspicuelta Navarro, em carta datada de 28 de março de 1550, diz: “Uma vez, por esses dias, foram à guerra muitos das terras de que falo, e muitos foram mortos pelos inimigos, donde, para se vingarem, outra vez lá voltaram e mortos muitos dos contrários, trouxeram grande abundância de carne humana, e, indo eu visitar uma aldeia, vi que daquela carne cozinham em um grande caldeirão, ao tempo que cheguei atiravam fora uma porção de braços, pés e cabeça de gente que era coisa medonha de ver-se, e seis ou sete mulheres, que com trabalho se teriam de pé, dançavam ao redor, experimentando o fogo, que pareciam demônios do inferno”. Segundo o autor, esse depoimento de Aspicuelta Navarro foi o mais claro encontrado por Fernando Carneiro sobre antropofagia indígena. Claro, pela colocação do problema. Trata-se de uma “testemunha” ocular da cena de antropofagia. Contudo, como é fantasioso! Basta saber-se que em 1550 o índio brasileiro não sabia cozinhar e tem-se destruída a fantasia do Jesuíta. Em verdade, os índios só preparavam a carne na base do moquéim. Isto é, tostavam a carne em grelhas feitas de madeira especial (QUINTILIANO, 1965, p. 54). O autor indica que o próprio Jean de Lery na obra citada “História de uma viagem feita à terra do Brasil” (p. 161), mostra que os tamoios não sabiam tratar a carne de outra maneira. Os índios ignoravam de tal sorte o nosso modo de assar que, certo dia, ao nos verem numa aldeia assando aves ao espeto, zombaram de nós, incrédulos de que uma ave assim constantemente volteada viesse a bem coser, e só se renderam à evidência do fato (QUINTILIANO, 1965, p. 235, notas do autor, grifos nossos). “É de acreditar-se, no entanto, que os índios tornados cristãos, ‘amansados’ pelos Jesuítas, vivendo ao contato da nova civilização, soubessem cozinhar. Mas nem Aspicuelta afirma, nem seria de imaginar que fossem os Guaianases de Piratininga os cozinheiros de carne humana. O que só seria possível se tivessem aprendido com os brancos. Como vimos, nossa história é repleta de incoerências com o propósito de distorcer a realidade dos fatos, salvaguardando segundos interesses. Mais adiante nos demais capítulos apontaremos outros sinais dessas incoerências em detrimento da verdade para preservar interesses privados.

⁴⁰ A Confederação dos Tamoios não foi, como se costuma dizer, uma aliança de tribos tamoias. Na verdade, não havia tribo alguma com essa denominação. Para Quintiliano esse nome ainda não foi suficientemente explicado. O fato, porém, é que não existiu tribo alguma no Brasil com a denominação de Tamoio. Não se encontra, nos trabalhos escritos antes da Confederação, qualquer referência ao nome Tamoio (QUINTILIANO, 1965, p. 60). Na Guanabara e em quase todo o litoral fluminense existiam aldeias Tupinambás. A palavra “Tamoio” (Tamuya) quer dizer, em tupi, o mais velho do lugar. E quando assim se chamavam os da Confederação, era para ressaltarem essa condição de ser os mais velhos, os que chegavam primeiro à terra, que habitavam antes da chegada dos brancos. Daí Confederação dos Tamoios ter o mesmo significado de Confederação dos Nativos. Tanto isso é verdade que dela participavam não apenas os Tupinambás do Rio de Janeiro, mas várias outras nações indígenas, inclusive Goitacazes e Aimorés, povos mais atrasados e que habitavam o interior (QUINTILIANO, 1965, p. 231, anotações).

grande demonstração nativa de amor à liberdade (QUINTILIANO, 1965, p. 15). Já Ribeiro (1995) aponta que as possíveis datas de início e fim da constituição dos grupos confederados se deram entre os anos de 1563 a 1567 apenas. Como podemos constatar há diferentes interpretações da história e fica realmente difícil traçar uma ordem cronológica bem definida sobre todos os contextos que caracterizaram a constituição e transformação do planalto de Piratininga antes, durante e depois da chegada dos colonizadores a essas paragens. Não vamos nos alongar sobre essa questão da guerra dos Tamoios nesse momento, mas julgamos necessário registrar as considerações de Ribeiro sobre as datas à que nos referimos acima, pois para esse autor,

[...] os Tupi só conseguiram estruturar efêmeras confederações regionais que logo desapareceram. A mais importante delas, conhecida como Confederação dos Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía de Guanabara. Reuniu de **1563 a 1567**, os Tupinambás do Rio de Janeiro e os Carijó do planalto paulista – ajudados pelos Goitacás e pelos Aimorés da Serra do Mar, que eram de língua Jê – para fazerem a guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam (RIBEIRO, 1995, p. 33, grifos nossos).

Apontaremos no momento oportuno mais adiante novamente outra diferença nas datas citadas pelos autores como Monteiro, por exemplo, que assinala a revolta dos Tamoios entre as décadas de 1540 e 1560. Apesar dessas diferentes datas citadas pelos autores, nos parece que Quintiliano soube melhor explorar a história em suas pesquisas e suas análises parecem ser mais consistentes e coerentes ao se tratar de uma possível ordem cronológica sobre os desdobramentos. Constatamos em sua obra análises mais concisas e uma ordem de fatos bastante estruturada em termos cronológicos dos acontecimentos. Sobre a Guerra dos Tamoios, voltaremos a tecer considerações mais adiante no corpo do texto e nas citações que elencamos serem necessárias para uma melhor compreensão de todo esse processo. Por ora, voltemos a nossa linha de discussão quando da chegada dos europeus à costa atlântica e em seguida às terras de Piratininga e da presença das tribos indígenas que aqui habitavam desde épocas imemoriais. Sobre essas tribos Ribeiro aponta que “A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente” (RIBEIRO, 1995, p. 29). O autor relata que esses grupos indígenas

[...] Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos na revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica,

tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca⁴¹, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses. Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas (RIBEIRO, 1995, p. 31-32).

Embora esse assunto seja controvertido, é um episódio apaixonante em nossa história evolutiva e merece a atenção dos pesquisadores. E o próprio Quintiliano assevera que

“à época da ‘descoberta’, os indígenas desta região já não eram um povo nômade”. Localizaram-se, porém, nessas terras férteis, e começaram a cultivar a mandioca, o jerimum, o feijão, o milho, o amendoim, o tabaco, a pimenta, e uma variedade de árvores frutíferas, como as da pacova (banana), do ananás⁴², do caju, da mangaba⁴³, do mamão etc. Plantavam e teciam o algodão, com eles faziam suas redes. Fabricavam cestos de cipó, vasos de barro, flautas de bambu, machados de pedra polida, facas de casco de tartaruga, agulhas de espinhas de peixe. Viviam reunidos em aldeias ou tabas, que se localizavam nas pequenas elevações, em terras férteis, e nas proximidades da floresta e do rio. Ao passar dos anos, sentindo a perda da fertilidade das terras, mudavam a aldeia para outro local, mas sempre o mais próximo possível do chão em que antes habitavam (QUINTILIANO, 1965, p. 21-22).

Nesse ínterim, com a chegada dos povos além-mar, os europeus,

⁴¹ Segundo as notas de Quintiliano, a mandioca representou um importantíssimo papel na alimentação indígena e concorreu poderosamente para a sobrevivência dos próprios alienígenas, na primeira fase da colonização. Jean de Lery, em sua “História de uma Viagem à terra do Brasil”, fala das grossas raízes de aipim e mandioca, de cuja farinha se fabricava o pão e o vinho da terra (QUINTILIANO, 1965, p. 232, notas do autor).

⁴² Ananás= Infrutescência espinhosa, comestível. A planta que produz o ananás (ROCHA, 1996, p. 36). In: ROCHA, Ruth. **Minidicionário/Ruth Rocha**; ilustrações Maria Luiza Ferguson. São Paulo: Scipione, 1996. Pelo desenho apresentado junto à designação da palavra, pareceu-nos essa planta com o abacaxi.

⁴³ Mangaba= fruto da mangabeira. Mangabeira= árvore das apocináceas, produtora de látex (ROCHA, 1996, p. 390). In: ROCHA, Ruth. **Minidicionário/Ruth Rocha**; ilustrações Maria Luiza Ferguson. São Paulo: Scipione, 1996.

principalmente os portugueses, segundo os autores acima citados, buscaram o controle sobre a população nativa, pois interessava a eles explorarem aquelas paragens e seus habitantes como mão de obra barata. Os europeus logo notaram que o planalto de Piratininga possuía uma área estratégica para o estabelecimento de um núcleo populacional, o que segundo Petrone o core demográfico já estava definido para os Campos de Piratininga em época pré-cabralina, ou seja, muito antes dos primeiros navios aportarem na faixa litorânea, muito antes da constituição de São Vicente no litoral paulista (PETRONE, 1995, p. 12). Para o autor, nos Campos de Piratininga a área ocupada pelos indígenas era de grande vocação centralizadora, posição estratégica que chamou a atenção dos europeus que perceberam de início que antes de sua chegada a área era utilizada por formas pouco dinâmicas de povoamento. Para esse autor, após a chegada dos europeus, a área passou a ser o centro de expansão demográfica, econômica e política. Assim foram dados os primeiros passos para a tentativa de ocupação dessa área core, infestada por indígenas sempre em pé de guerra com seus inimigos de outras tribos. De acordo com o autor, aos europeus interessava um contato mais profundo com esses indígenas, pois os interesses capitalistas é que moviam as investidas dos mesmos por essas novas terras, esse novo mundo na visão dos europeus. Para Drean,

“De fato, este grupo *de tupi* e seus parentes guaranis, os mais numerosos e poderosos habitantes das baixadas, mantiveram, por aproximadamente três séculos, intenso intercâmbio cultural com seus invasores. Os europeus se tornariam quase totalmente dependentes deles para conhecer e explorar a nova terra. Infelizmente, contudo, os relatos europeus sobre a relação dos tupis com o ambiente são dispersos, imprecisos e preconceituosos” (DREAN, 1996. p. 48, grifo nosso).

Esses indígenas, por sua vez, perceberam certas vantagens iniciais nas alianças com o homem branco, “particularmente nas ações bélicas conduzidas contra seus inimigos mortais” (MONTEIRO, 1994, p. 29). Para o autor, a “consequente transformação da guerra, agravada pelos frequentes surtos de doenças contagiosas, trouxe sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas” (MONTEIRO, 1994, p. 29). Os indígenas logo perceberam os efeitos nocivos de semelhantes alianças com o homem branco. Nesse ínterim, o convívio entre todos já estabelecia novos núcleos populacionais como a vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo que servia de porta de entrada para os vastos Campos de Piratininga.

2.1. Os processos emergentes na configuração da vila de Santo André da Borda do Campo e a Guerra dos Tamoios.

O surgimento dessa vila, segundo Monteiro, se deve muito a um português de nome João Ramalho que já vivia entre os indígenas anos antes das frotas portuguesas se estabelecerem no litoral. Para Quintiliano, a fundação de Santo André da Borda do Campo foi obra de Martim Afonso de Souza que após fundar São Vicente juntamente com seu irmão Pero Lopes de Souza, que depois,

“Atravessando a Serra do Mar, fundou Santo André da Borda do Campo, ajudado por João Ramalho, que vivia ali como autêntico rei. Náufrago ou degredado, Ramalho chegara ao Brasil por volta de 1520⁴⁴. Deu-se bem com os Guaianases, casando-se com Bartira, filha do chefe Tibiriçá. Conseguiu propagar na tribo muitos dos costumes dos brancos, ministrando ensinamentos proveitosos, inclusive na agricultura. Foi um valioso aliado de Martim Afonso e, posteriormente, de Brás Cubas, quando o primeiro regressou a Portugal” (QUINTILIANO, 1965, p. 38).

Aqui cabe assinalar uma observação sobre os diferentes apontamentos dos autores quando tratam da denominação da vila que servia como porta de entrada do sertão de Piratininga, a vila Borda do Campo; tal qual autores como Monteiro, Petrone e Quintiliano apresentam como vila de Santo André da Borda do Campo, enquanto Warren Dean apresenta como “Santo Antônio” da Borda do Campo ao mencionar a criação de São Vicente e logo depois Santos por Martim Afonso de Sousa, descrevendo que “[...] após fundar o segundo porto, chamado Santos, na entrada da baía, instalaram-se duas outras vilas no topo da escarpadura. ‘Santo Antônio’ da Borda do Campo e São Paulo” (DEAN, 1996, p. 70, grifos nossos). Já Sérgio Buarque de Holanda apenas inverte a denominação ao destacar que “[...] Com a criação na ‘Borda do Campo da vila de Santo André’ e depois com a fundação de São Paulo, decaiu São Vicente [...]” (HOLANDA, 1975, p. 67), ao apontar a proibição aos moradores do litoral a irem tratar nos Campos de Piratininga (1975, p. 66), o que causou séria estagnação à vila do litoral com a paralisação dos engenhos da costa cessando a navegação tanto para Angola como para Portugal⁴⁵ (1975, p. 67).

⁴⁴ Para Quintiliano “há muita dúvida quanto à época em que João Ramalho chegou ao Brasil. Segundo alguns, teria sido ele o primeiro português a chegar ao nosso país. Frei Gaspar da Madre de Deus sustenta que Ramalho chegou por volta de 1490”. O que é de todo improvável *segundo a concepção de Quintiliano* (QUINTILIANO, 1965, notas, p. 234, grifos nossos).

⁴⁵ Como Holanda aborda um contexto mais geral e abrangente na história do Brasil, prosseguiremos as considerações embasadas nos autores que a nosso ver convergem mais sobre a história de ocupação do

Ao que nos parece houve apenas alguns equívocos ou uma transcrição pouco atenta dos autores em relação à denominação da vila no pretérito, considerando que muitas fontes eram meros relatos de aventureiros ou cartas que os Jesuítas trocavam entre si e com membros da Coroa em Portugal, segundo as informações que o próprio Quintiliano nos apresenta em sua obra e pelas observações de Darcy Ribeiro ao versar que muitas fontes são na verdade uma documentação “copiosíssima apresentando apenas a versão dos colonizadores” (RIBEIRO, 1995, p. 30). Como foi possível constatar que na maioria das citações ou transcrições dos autores permanece com mais evidência o nome “Santo André da Borda do Campo”, aqui adotamos também essa denominação que parece ser a mais aceita na história até então disseminada.

Feitas as observações sobre as diferentes denominações dos autores, voltemos à nossas considerações sobre a vila de Santo André da Borda do Campo, onde o local da nova vila, “situada no topo da serra próxima à principal trilha utilizada pelo grupo indígena Tupiniquim nas suas excursões para o litoral, permitia acesso ao vasto interior ao sul e oeste da capitania, conforme sugere o título Borda do Campo” (MONTEIRO, 1994, p. 38). Aziz infere que “aqueles que vinham do litoral, através das densas matas da Serra do mar e dos morros do reverso da serra, os primeiros descampados naturais estavam nas largas planícies do rio Tamanduateí: daí o nome Santo André da Borda do Campo” (AB’SÁBER, 2004, p. 94). Verdadeiramente as narrativas dos autores nos levam a viajar no tempo e “visualizar” essas paragens no presente, imaginando como eram no pretérito as visões dos indígenas e dos povos além-mar ao vencerem as escarpas da Serra do mar e se depararem com a vasta planície de que nos fala Aziz, Monteiro, Petrone, Quintiliano e os demais. Na atualidade podemos

território no contexto mais específico que estamos analisando, apesar dos diferentes apontamentos sobre algumas questões. Ressaltamos aqui que em momento algum estamos ignorando os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, apenas considerando que suas análises são em nível mais abrangente a título nacional, diferente do contexto que estamos versando no momento, mas que daremos maior enfoque nas análises desse autor mais adiante em nossa pesquisa. Cabe ressaltar que reconhecemos no livro *Raízes do Brasil* uma das obras históricas de maior vulto e mais nitidamente clássicas do nosso patrimônio cultural, uma obra prima de erudição. Holanda é portador de grande qualidade intelectual inquestionável. Esse erudito autor revela de forma extraordinária um contexto mais amplo na história do Brasil, analisando os aspectos primordiais para o entendimento da tentativa de implantação da cultura europeia da velha civilização nesse novo mundo de extenso território, apresentando condições naturais adversas e largamente estranhas às tradições milenares dos europeus. Holanda traça um panorama complexo na época dos grandes descobrimentos marítimos versando sobre a herança da nação ibérica na consolidação dos novos territórios disputados por Portugal e Espanha, onde todos são barões e não é possível acordo coletivo durável onde a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios e as culturas europeias são transportadas ao novo mundo. Para Holanda, nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar e a verdade por menos sedutora que seja nossa cultura ainda associa-se à Península Ibérica de Portugal, especialmente uma tradição longa e viva, uma lama comum. Voltaremos a citar esse autor ao longo de nosso trabalho.

imaginar essa trilha sob os trilhos da linha férrea Santos-Jundiaí, e a antiga Santo André da Borda do Campo (figura 2 abaixo) seria hoje a atual Vila de Paranapiacaba ou a atual Santo André que administra politicamente a Vila de Paranapiacaba, de onde ainda é possível percorrer trechos do antigo caminho indígena que desce a serra justamente para Santos, via Cubatão⁴⁶. Há ainda os atuais moradores da região que afirmam terem escutado dos antigos, relatos de que a vila na verdade se localizava próximo à divisa dos atuais municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, também próximo do Riacho Grande na região do ABC.

Figura 2. Santo André da Borda do Campo em 1500.



Até hoje não se sabe ao certo onde foi instalado esse primeiro povoamento. Supõe-se que fosse a algum ponto do território das atuais cidades de São Bernardo do Campo ou Santo André.

Imagem extraída de:

[https://www.slideshare.net/AltairMoissAguilar/vilas-de-so-vicente-de-piratininga-e-Santo Andre da Borda do Campo](https://www.slideshare.net/AltairMoissAguilar/vilas-de-so-vicente-de-piratininga-e-Santo-Andre-da-Borda-do-Campo)

⁴⁶ O Grupo Calangos da Mata fez várias vezes esse percurso descendo as margens do rio Mogi sempre acompanhando a direção da linha férrea Santos-Jundiaí, a partir da Vila de Paranapiacaba sentido Cubatão. Descíamos essa trilha recolhendo lixo e nadando nos poços e pulando pelas cachoeiras. Muitas vezes descíamos a trilha até determinado ponto, entrávamos no rio Mogi e subíamos por dentro do mesmo até alcançar as bases da linha férrea, aí subíamos nos trilhos da atual linha férrea e passávamos para os trilhos da antiga linha paralela aos da atual linha, seguindo assim pelos túneis antigos agora em desuso, até a Vila de Paranapiacaba.

O que pudemos constatar em campo é que nessa região existe uma abundância de água e autores como Azevedo relata que as aldeias geralmente eram construídas algumas centenas de metros acima nos terrenos mais elevados dos cursos d'água, rios e riachos. Também verificamos que depois da vila de Paranapiacaba não há como chegar a essas planícies, senão pelas trilhas que sobem (ou descem) a Serra do mar e se dispersam no planalto, trilhas que também percorremos até a base da serra chegando a Cubatão. Segundo Bueno (2009), para chegar ao planalto, havia apenas o chamado Caminho de Paranapiacaba⁴⁷, antiga trilha dos indígenas. Posteriormente, em 1553, fez-se o Caminho do Padre José, que saía na altura de Cubatão (BUENO, 2009, n p)⁴⁸. Com essas observações e as análises dos autores podemos inferir com certeza que o caminho percorrido no pretérito era justamente esse que vem das bases da serra em Cubatão e chegam à vila de Paranapiacaba. Para ilustrar melhor nossas hipóteses sobre a localização do antigo caminho de Paranapiacaba ou antigo caminho indígena e a possível vila de Santo André da Borda do Campo⁴⁹, apresentamos no mapa 4 abaixo o possível traçado do antigo caminho de Paranapiacaba ou antigo caminho indígena. Destacamos no mapa a presença da atual linha férrea que vai de Santos a Jundiá, que a nosso ver, foi construída justamente sob o antigo caminho indígena de Paranapiacaba ou paralelo a ele, dado as circunstâncias da linha férrea Santos-Jundiá no trecho de serra entre a atual Vila de Paranapiacaba e a Baixada Santista como sugerimos no mapa

⁴⁷ Segundo a Dona Francisca, moradora antiga da Vila de Paranapiacaba, o nome da referida vila vem de origem indígena e que significa “de onde se avista o mar”. De fato, ao subirmos pela trilha de paralelepípedo que leva até as antenas no topo da serra, é possível avistar o mar de Santos ao longe. Dona Francisca se tornou nossa referência histórica na vila e foram graças a ela que obtivemos muitas informações sobre a história do lugar, muitas das quais não se encontram nos livros. O termo “Paranapiacaba” e seu significado não foram possíveis localizar em nenhuma obra visitada por nós, porém, admitimos que Dona Francisca é uma pessoa extremamente conhecedora da história local, história oral herdada de seus avós como ela sempre dizia e que aqui reproduzimos sem receios da falta de uma fonte escrita por algum autor. Aliás, em nosso trabalho, verifica-se ao longo das considerações que utilizamos muitas fontes orais e de anotações que fizemos durante as várias ocasiões em que tivemos a oportunidade de ouvir relatos sobre os mais variados fatos históricos ou feitos atuais presenciados em audiências públicas, reuniões ou palestras das quais participamos.

⁴⁸ Não paginado. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013

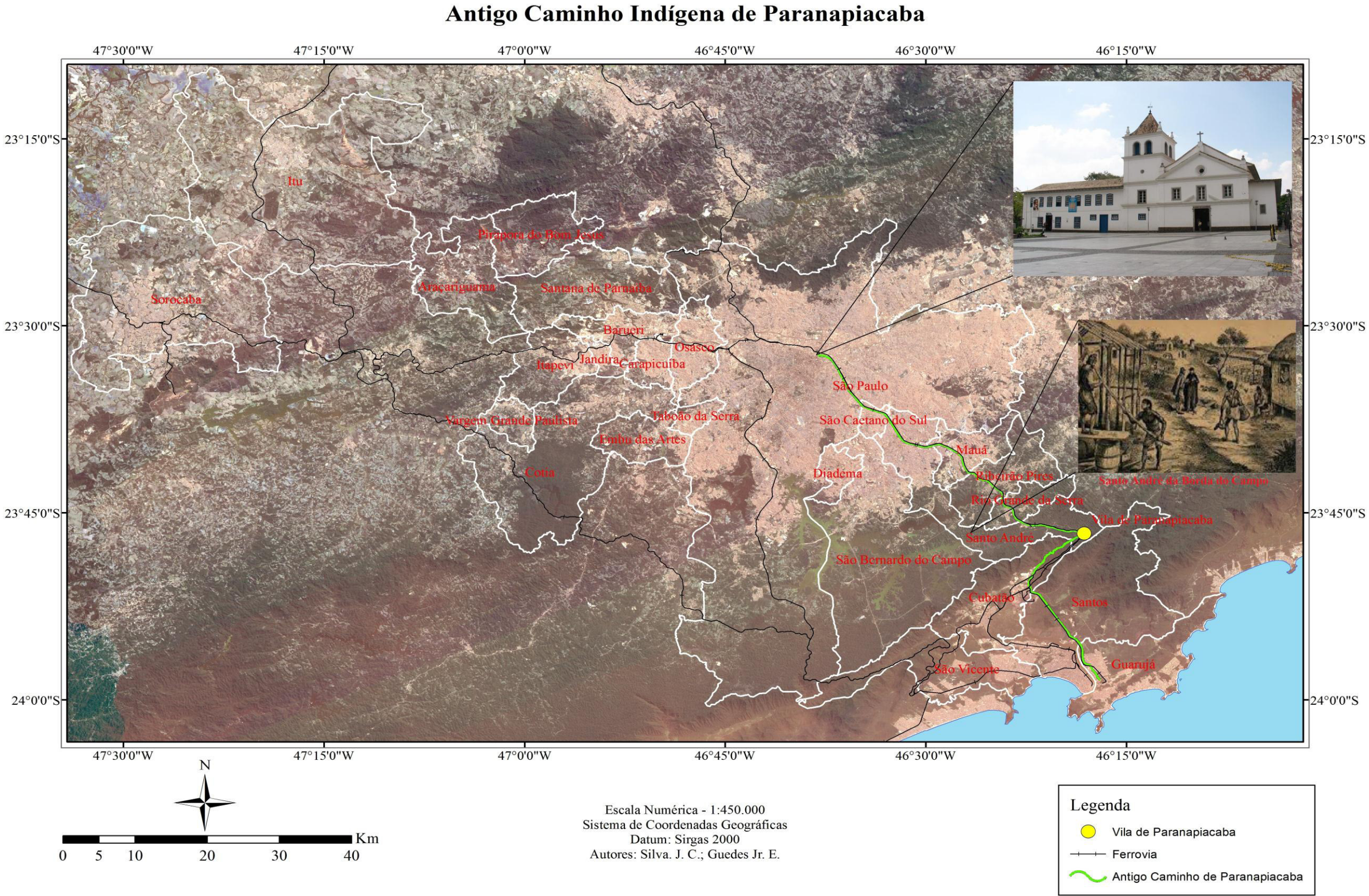
⁴⁹ Na verdade, até hoje não se sabe exatamente onde foi instalado esse primeiro povoamento que vieram a denominar de Santo André da Borda do Campo. Supõe-se que fosse a algum ponto do território das atuais cidades de São Bernardo do Campo ou Santo André, considerando que os indígenas sempre construíam suas aldeias em localidades próximas de rios. Segundo Azevedo (1959, p. 24, citando Fróes Abreu) “tudo parece indicar que nossos índios preferem localizar suas aldeias em trechos elevados do terreno” [...] “A proximidade de um curso d'água constitui outro elemento característico da posição local desses aglomerados, o que não significa que ergam às margens dos rios ou ribeirões, como não apareciam na praia, em contato com o mar, no século XVI”. As aldeias dos Guajajara (*aqui o autor se refere à aldeia Guajajara do Maranhão*), “geralmente nunca estão muito junto ao rio”, porque os índios “sempre as localizam a algumas centenas de metros do curso d'água, num lugar elevado, sobre um planalto, de ordinário a mais de dez metros acima no nível da corrente” (in: Boletim Paulista de Geografia, número 33, 1959, p. 24, grifos nosso).

abaixo. Assim, concordando com Petrone (1995) e analisando de outro ângulo, percebe-se que o jogo de interesses na ocupação da área core dos Campos de Piratininga vem dessa época pré⁵⁰ e pós cabralina, pois os indígenas já estavam estabelecidos nessas paragens de posição estratégica, característica logo notada pelos primeiros europeus que chegaram nessas terras situadas serra acima. Antes de prosseguirmos, faz-se necessário esclarecer alguns pontos sobre as imagens e figuras representadas no mapa abaixo constituído. Evidentemente esse mapa não condiz com a realidade geográfica em termos de escala.

Cabe ressaltar que o mesmo é uma tentativa de reconstituição desse antigo caminho baseado nas considerações de Petrone (1995), sobre o caminho do Peabiru que descia serra abaixo (ou subia serra acima, como queiram), também nas considerações de Bueno (2009), quando a autora identifica parte do trecho utilizado por Custódio de Sá e Faria em 1774, segundo as referências da autora. Destacamos também duas imagens que consideramos marco histórico para a compreensão da ocupação dessas paragens no pretérito. Assim, anexamos a foto do Pátio do Colégio e a foto da possível localização da antiga vila de Santo André da Borda do Campo, lembrando que até hoje não se sabe ao certo onde exatamente essa vila foi instalada no pretérito. Além dessas considerações, nos utilizamos da associação das mesmas com nossas visitas de campo a esses locais na atualidade quando da realização dos acampamentos na Serra do mar de Paranapiacaba.

⁵⁰ Aqui consideramos o termo pré cabralina em função do que nos apresentou Monteiro (1994), quando ele indica que a fundação da vila de Santo André da Borda do Campo se deve muito a um português de nome João Ramalho que já vivia entre os indígenas ‘anos antes das frotas portuguesas se estabelecerem no litoral’ e aos apontamentos de Quintiliano sobre a fundação da vila por Martim Afonso de Sousa.

Mapa 4. Mapa do Antigo Caminho Indígena de Paranapiacaba destacando, além do caminho, a vila de Santo André da Borda do Campo e o Pátio do Colégio no Planalto de Piratininga.



E também pelo fato de percorrermos várias vezes esse trecho de Serra e termos conhecimento desse trajeto que pelas indicações dos autores o caminho serpenteava justamente nas proximidades do traçado representado por nós nesse mapa. No ponto destacado em amarelo no mapa está localizada a Vila de Paranapiacaba, porém, de modo aproximado apenas de acordo com a escala utilizada. Como proposta futura existe a necessidade de georreferenciar esse trecho de caminho, para aí sim, situar cada ponto de localização exato na representação cartográfica. Nesse primeiro momento apenas estamos tentando dar indicações mais precisas sobre a localização do antigo caminho sobreposto em mapa atual da região. Adiantamos que essa mesma figura será utilizada (de forma mais completa) na tentativa de identificar o Antigo Caminho de Itu no capítulo 3 mais adiante como veremos. Por hora, aqui tentamos reconstituir apenas o antigo caminho indígena baseado no exposto e também nas oralidades de dona Francisca (foto 33 abaixo), antiga moradora da Vila de Paranapiacaba.

Foto 33. Calangos da Mata com dona Francisca em Paranapiacaba.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Da esquerda para a direita: Guarda Belo, Raquel, Guina, Toninho, Dona Francisca e Abbul.

Esta senhora se tornou amiga fiel do Grupo Calangos da Mata, pois valorizava nosso trabalho de recolhimento de lixo na Serra do mar e na época em que a prefeitura de Santo André criou o “Parque Nascentes de Paranapiacaba”, proibindo a

entrada das pessoas sem guias pagos, a dona Francisca nos ajudou inúmeras vezes para burlarmos a segurança da entrada do novo Parque de modo que pudéssemos subir a rua de paralelepípedo que nos levaria até as antenas de rádio no topo da Serra e de lá iniciássemos o caminho descendo o outro extremo da Serra até sua base onde realizávamos os trabalhos de recolhimento do lixo e mais tarde, de reflorestamento das clareiras como já explicitado no capítulo anterior. Como já assinalamos, fizemos inúmeras vezes esse percurso de Paranapiacaba até a base da serra sempre serpenteando a linha férrea, sendo que em vários momentos o caminho se confundia com a própria linha férrea em si e segundo dona Francisca, esse era o caminho dos antigos como ela frisava. Não discutiremos esses aspectos de forma aprofundada no trabalho, apenas situamos o antigo caminho para poder tratar das questões políticas e de interesses da época de instalação da antiga Vila de Santo André da Borda do Campo relacionada a esse caminho e posteriormente da constituição do vilarejo onde hoje se encontra o Pátio do Colégio dos antigos Jesuítas (figura 3 abaixo), porém, julgamos importante a ilustração desse caminho no mapa 4 justificando sua importância pelo exposto acima.

Figura 3. Antiga Igreja do Colégio de São Paulo, 1860⁵¹.



Fonte: In: São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole, p. 21.

⁵¹ Disponível em: <http://www.braincoms.com/2016/wp-content/uploads/2016/03/patio.jpg> - Pátio do colégio.

Voltando à questão da época pós-cabralina, para Monteiro (1994), os jesuítas ao chegarem tempos depois, perceberam de imediato a fundamental importância da presença de Ramalho entre os indígenas e também a importância estratégica de ocupar essa área serra acima logo após passarem das imediações da vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo. Tanto era assim que mais tarde, quando os portugueses resolveram povoar o planalto, devido aos problemas com vários indígenas em constantes guerras, o principal assentamento luso tupi cresceu em torno da aldeia de João Ramalho (MONTEIRO, 1994, p. 30). As guerras indígenas tomaram proporções imensas e

“A revolta dos Tamoios entre as décadas de 1540 e 1560 tornou a escravização dos Tupinambás um negócio arriscado e caro. Diante disto, os portugueses voltaram sua atenção a outro inimigo dos aliados tupiniquim, os carijós, que em muito sentido forneciam o motivo principal para a presença tanto dos jesuítas quanto de colonos no Brasil meridional. Cabe ressaltar que existia antes mesmo da fundação de São Paulo, um modesto tráfico de escravos no litoral sul, encontrando-se, no meio do século, muitos escravos carijós nos engenhos de Santos e São Vicente. De fato, a consolidação da ocupação europeia na região de São Paulo a partir de 1553 estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão, o qual proporcionava uma atraente fonte de riquezas, sobretudo na forma de índios (MONTEIRO, 1994, p. 37)”.

Percebe-se mais uma vez as diferentes datas citadas pelos autores. Dessa vez Monteiro expõe que a guerra dos Tamoios ocorreu entre as décadas de 1540 e 1560. Pelo menos sobre a década de 1560 há consenso entre os autores, mesmo considerando que Ribeiro (1995, p. 33) em sua análise indica que a guerra ocorreu entre os anos 1563 a 1567, que reuniu os Tupinambás do Rio de Janeiro e os Carijós do planalto paulista. Note-se que essa guerra iniciada pelos portugueses na ânsia de capturar os nativos para escravizá-los, desencadeou uma revanche por parte destes nativos que preocupava imensamente os portugueses instalados na Vila de Santo André da Borda do Campo. Neste ambiente de insegurança que os portugueses no ano de 1554 fundam o Colégio de São Paulo de Piratininga em local que permitisse acesso ao interior oeste da capitania. Assim, se estabeleceu no planalto a vila dos Jesuítas com a construção do Colégio dos Jesuítas ou Colégio de São Paulo de Piratininga (MONTEIRO, 1994, p. 39). Ao se organizarem no planalto, os portugueses iniciaram a exploração ao entorno e tratou de empreender o sistema de Capitanias que já vigorava em São Vicente como pudemos constatar nas considerações apresentadas pelos autores como Quintiliano, que versa

sobre a criação das Capitanias, assegurando que após ter sido criado o sistema de Capitanias Hereditárias, iniciou-se, no Brasil, a fase da economia escravista, com base na cana de açúcar. “[...] no início, porém, a tentativa era de escravização do índio. Encontraram, no entanto, uma resistência inesperada”. [...] Com Brás Cubas a frente da Capitania de São Paulo, o mesmo se aliou a João Ramalho,

[...] que se localizara com os Guaianases de Tibiriçá no alto da serra, conseguia desenvolver suas fazendas na base do trabalho escravo. Ramalho comandava sortidas pelo interior, levantando os índios de Tibiriçá contra as outras tribos. E entregava os prisioneiros a Brás Cubas, em troca de mercadorias e terras. Por sua vez, Brás Cubas despachava canoas pelo litoral, aprisionando índios, em sortidas continuadas. Muito cedo o Porto de Santos ganhou fama e passou a ser conhecido como o “porto dos escravos”. Enquanto isso, várias aldeias entre Iperoig e Angra dos Reis foram destruídas pelas expedições escravagistas. Numerosos índios, feitos prisioneiros, trabalhavam nas fazendas do novo capitão-mor. A princípio, tais sortidas provocaram o terror e o pânico nas aldeias indígenas. Mas os nativos aldeados não se entregavam sem luta. Com seus arcos e flechas, seus tacapes⁵², sua fúria guerreira, enfrentavam corajosamente os apetrechos bélicos dos “peros”. [...] Os portugueses contavam, agora não apenas com os Guaianases de Tibiriçá. A eles se juntaram também algumas tribos Carijós, que João Ramalho havia arregimentado sob indigna condição: seriam respeitados e deixados em liberdade, se colaborassem com os portugueses na captura de tribos inimigas. Cada vez mais longe se aventuravam essas expedições de caça aos índios para escravizá-los. Brás Cubas havia percebido que a caça ao índio no interior era mais difícil. Metiam-se pela floresta adentro os “bugres”⁵³, e nunca mais se os haveria de apanhar. Os índios do litoral, por não desejarem se desfazer de suas tabas, sua agricultura, seu pequeno mundo já constituído, enfrentavam os portugueses. Por isso mesmo, constituíam-se fáceis presas de Brás Cubas e outros capitães e colonos lusos, que os levavam para suas fazendas e os faziam trabalhar como escravos (QUINTILIANO, 1965, p. 44 e s, grifos nossos).

Segundo o autor, numa das investidas na aldeia de Uruçumirim (hoje praia do Flamengo), “entre os prisioneiros, levados para as terras de Brás Cubas, estavam Cairuçu, o principal da aldeia, e seu filho, Aimberê, que se tornaria o maior e o mais bravo dos tamoios” *confederados* (QUINTILIANO, 1965, p. 46, grifos nossos). Os índios ainda lutaram o quanto puderam, “mas alguns tingiram de sangue a aldeia, a praia, o chão onde cresceram, outros foram dominados e conduzidos a ferro para São Vicente”

⁵² Tacape: Clava dos índios; bordura, clava. Minidicionário Ruth Rocha; ilustrações. Maria Luiza Ferguson – São Paulo, ed. Scipione, 1996, p. 593.

⁵³ Bugre: índio selvagem. Indivíduo grosseiro. Minidicionário Ruth Rocha; ilustrações. Maria Luiza Ferguson – São Paulo, ed. Scipione, 1996, p. 101.

de acordo com o autor (p. 46). Nessa mesma época a tribo Tupinambá liderada por Cunhambebe em Angra dos Reis começou a guerrear os portugueses tomando sempre a iniciativa nos ataques, não esperando para revidar. Os guerreiros indígenas destruíram muitas fazendas e engenhos no litoral e dessa forma

“[...] muitos índios conseguiram ser libertados através dessas sortidas do valente chefe Tupinambá, cuja fama começava a se espalhar entre os ‘peros’⁵⁴ com os epítetos⁵⁵ de animal feroz, cão raivoso, antropófago etc”. Assim, os brancos começaram a conhecer, igualmente, o pânico e o terror. Ramalho e Brás Cubas assustaram-se. Mandaram apelos sucessivos à Metrópole. Ou seriam esmagados, os bugres insubmissos, ou Portugal poderia perder sua colônia (QUINTILIANO, 1965, p. 46).

O autor explica que segundo a maioria dos antropólogos, o índio brasileiro é dotado de grande vivacidade e inteligência. E não fugia à regra Aimberê, que preso como escravo já há algum tempo vinha arquitetando com os seus companheiros uma revolta e a fuga da fazenda onde se encontravam. Nos planos, estava a libertação dos demais escravos da fazenda. Com a morte de Cairuçu, a notícia da morte do pai de Aimberê é que precipitou os acontecimentos. O previsto para a ocasião mais oportuna teria mesmo de ser feito naquele dia de acordo com Quintiliano. Aimberê que se fez de dócil conseguiu dos portugueses permissão para que realizasse, com os companheiros, o sepultamento do pai” (QUINTILIANO, 1965, p. 60, grifos nossos).

Durante o ato fúnebre teve início a rebelião. Verdade que muitos deles não lograram o intento da fuga. Ficaram por ali mesmo, na terra que lavraram. A maioria, no entanto, logrou fugir. Eram centenas de nativos, tupinambás e outras nações. Ganharam naquele dia a liberdade matando numerosos portugueses. Se estes já não tinham sossego com os ataques continuados da tribo de Cunhambebe, muito menos passariam a ter dali por diante, pois Aimberê arquitetou plano mais audacioso, enquanto permaneceu trabalhando no eito ou na engenhoca: pretendia reunir todas as tribos numa só confederação, a que dariam o nome de Confederação dos Tamoios (QUINTILIANO, 1965, p. 60).

⁵⁴ Segundo as notas do autor que aqui reproduzimos na íntegra, Perôs ou peros – denominação que os selvagens brasileiros davam aos portugueses. Alguns atribuem ao nome Pero (Pedro) que os índios julgavam ser próprio dos lusitanos. Outros acreditam ser uma corruptela de “piro” que em tupi quer dizer “roupa de couro”, aludindo ao fato de que os portugueses só enfrentavam a selva envergando esses trajes. Terceiros creem tratar-se de pêrros, isto é, cães. Mas Cândido Mendes de Almeida, em metucioso trabalho divulgado pela Revista do Instituto Histórico – XLI parte II, pgs. 71/141, conclui que a designação vem da conjunção “pero”, isto é, “mas”. Os portugueses costumavam repeti-la constantemente nas conversações e essa palavra teria ficado gravada entre os indígenas (QUINTILIANO, 1965, p. 234, grifos nossos, notas do autor).

⁵⁵ Qualificação elogiosa ou depreciativa. Cognome, segundo o minidicionário Ruth Rocha; ilustrações Maria Luiza Ferguson – São Paulo, ed. Scipione, 1996, p. 241.

Assim seguiu de aldeia em aldeia Aimberê e seu exército de indígenas e procurou levantar os ânimos não apenas os Tupinambás do Rio de Janeiro, mas também dos Guaianases e Carijós, expropriados de suas terras e relegados à miséria e ao trabalho forçado após a chegada dos portugueses. Nomes pouco conhecidos de nossa história como o de Pindobuçú e seu filho Parabuçu, se juntaram a Aimberê, que mais tarde indo pelos lados de Angra dos Reis, foi ter com Cunhambebe que também aceitou fazer parte da Confederação. Outro nome desconhecido, mas que merece destaque em nosso trabalho é Coaquira, guerreiro das proximidades de Iperóig, hoje Ubatuba, segundo Quintiliano (1965, p. 63), que teve seu território invadido pelos portugueses por diversas vezes, também foi visitado por Aimberê. Araraí, chefe dos Guaianás, irmão de Tibiriçá e seu filho Jagoanhara, também além da serra foi Aimberê falar com os rebeldes tapuias Goitacazes, o que sucedeu às inúmeras aldeias do planalto e de todos os quadrantes do território. Estava marcada a reunião do Conselho das tribos confederadas que segundo Quintiliano estabeleceram o plano de luta contra os “peros”, tendo sido indicado por Aimberê, Cunhambebe como chefe supremo da Confederação dos Tamoios.

“Aimberê, o mais aclamado entre todos, propôs o nome de Cunhambebe para chefe supremo da Confederação. O velho cacique, terror dos “peros”, deve ter se emocionado naquele instante. Mas aceitou a indicação e deu seu grito de guerra. Era a declaração de guerra dos Tamoios”. Daí por diante, adeus a tranquilidade aos engenhos e fazendas de São Vicente. Ataques seguidos eram realizados, em todas as direções. Nas praias ou no planalto, o terror e o pânico eram levados aos conquistadores. Os grupos de preagem promovidos por Brás Cubas e Ramalho encontravam, agora, resistência inesperada. E diminuía de intensidade, passando os portugueses a atuar na defensiva. Nesses primeiros tempos da Confederação os exércitos tamoios ainda não estavam tão adestrados quanto anos mais tarde estariam. Mas as primeiras investidas indígenas serviram para ambos os colonos e administradores de São Vicente. E tal estado de coisas veio a agravar-se ainda mais quando, em 1555, chegou à Guanabara, instalando-se com uma feitoria, Nicolas Durand Villegagnon (QUINTILIANO, 1965, p. 63 e 64).

Faremos um adendo para assinalar a fundação do colégio dos padres no planalto de Piratininga, mas na sequência apontaremos o papel relevante que representou Villegagnon após se instalar na Guanabara. Por ora, pelo que pudemos constatar na obra de Quintiliano, dois anos antes, em 1553, quando o Brasil foi elevado a Província da Companhia de Jesus, os padres que aqui se encontravam estavam

radiantes com a perspectiva de subirem a serra na esperança de catequizar os gentios. Com a chegada de Anchieta, esse entusiasmo redobrou, pois, o pequeno corcunda se revelava com grande poder de convencimento.

E tão logo foi nomeado provincial, o padre Nóbrega decidiu pôr em prática seu plano de a muito desejado: fundar um colégio de Jesuítas no planalto. Segundo o autor, Nóbrega designou uma missão chefiada pelo padre Manuel de Paiva e da qual participava Anchieta, com a incumbência de estudar o local onde seria instalado o colégio. [...] E na colina, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, naquele ano de 1554, fundaram o colégio dos Jesuítas (QUINTILIANO, 1965, p. 69, grifos nossos)⁵⁶.

Nesse meio tempo Nicolas Villegagnon já tinha conquistado a simpatia de muitos indígenas, aos quais tratava com modos diferentes dos portugueses. Este logo após se instalar na Guanabara tratou, logo a seguir de entrar em contato com os índios para tratar de negócios. Os índios, por sua vez, já estavam acostumados a praticar o escambo com os franceses que dava aos indígenas muitos presentes e em troca só desejava levar o pau-brasil para além-mar. Mais adiante, segundo o autor, os indígenas passaram a manusear machados de ferro e armas de fogo que os franceses trocavam por víveres dos indígenas. Com isso a guerra contra os portugueses foram tomando proporções gigantescas e com os inúmeros apelos da colônia, D. João III decidiu, então, nomear governador geral do Brasil, na pessoa de Tomé de Souza, tendo como sede a Capitania de Todos os Santos na Bahia, fundando a cidade de Salvador que seria capital do país até a época dos Vice-Reis de acordo com o autor (p. 47). O apresamento de índios prosseguia e o revide dos mesmos também se fazia sentir entre os portugueses

⁵⁶ O autor assinala que Tibiriçá e Caiuby levaram suas tribos para as proximidades do colégio, que logo cedo começou a se expandir e, em pouco tempo, sobrepujava a Vila de Santo André, de que era alcaide-mor João Ramalho, a quem os padres acusavam de atentar contra Deus, promovendo o tráfico de escravos índios (p. 70). No entanto, o autor cita Sérgio Buarque de Holanda onde este assinala que os membros da Companhia de Jesus não passaram de “agentes de assimilação dos índios à civilização cristã”. O fato é que os loiolistas foram os principais responsáveis pela desagregação das tribos. Para ele, esses padres não tentaram a colonização através da solidificação dos laços tribais, mas ao contrário, procuraram enfraquecê-los a fim de submeterem os índios aos portugueses sendo através da colaboração servil e obediente ou pela escravidão de modo que os índios não aceitassem o batismo. E o autor indica ainda que sendo os Jesuítas intolerantes em matéria de religião, assinala que Anchieta era o mais intolerante deles. E quando os índios resistiam à catequese, preferindo ficar na crença dos seus maracás, eram tachados de hereges, verdadeiras feras, antropófagos, para os quais “a espada e a vara de ferro eram a melhor pregação”. De qualquer maneira, continua o autor, não se pode negar nem o espírito de sacrifício desses missionários, nem muito menos a suprema coragem, caracterizada pelas visitas que faziam às tribos, inclusive àquelas que se encontrava em guerra contra os portugueses. Assim é que Anchieta, naqueles dias difíceis dos ataques tamoios às fazendas e engenhos paulistas, quando o nome de Cunhambebe era o terror dos colonos, chegou até os domínios do velho cacique, curando enfermos.

que

“visando contar com a simpatia e a boa vontade do Governador Geral e da Côrte para a guerra contra os nativos, narravam, os colonos, cenas imaginosas de antropofagia”. Em uma dessas narrativas chegou a acreditar Tomé de Souza, que organizou expedição, prendeu dois principais de tribos tamoios e os fez em pedaços na boca de um canhão. A cena foi realizada na presença dos nativos para que servisse de exemplo. Serviu, no entanto, para aumentar o ódio aos conquistadores (QUINTILIANO, 1965, p. 53).

Os conflitos continuaram e, de Bertioga a Piratininga “o medo vivia estampado nas fisionomias. Pior ainda quando chegou a notícia que os franceses haviam se estabelecido com uma feitoria no Rio de Janeiro” (QUINTILIANO, 1965, p. 83). Segundo o autor, o pânico tomou conta de todos. Inclusive dos administradores e dos Jesuítas. Brás Cubas, Ramalho, Nóbrega, Anchieta, todos sentiam a gravidade da situação. Se os terríveis “canibais”, sem ajuda dos europeus, haviam transformado em tormento a vida da Capitania, que não haveria de ser agora, que os “bugres” contavam com a ajuda dos franceses?⁵⁷ Assinala este autor que no ano de 1557, uma epidemia de peste sobreveio dizimando centenas de índios das tribos confederadas, inclusive Cunhambebe. Ao mesmo tempo, os portugueses atacavam as tribos na retaguarda quando as aldeias se encontravam vazias pelo fato dos guerreiros estarem empenhados na guerra no planalto. Ao regressarem a suas aldeias encontravam tudo destruído e as mulheres e crianças levados como prisioneiros ou se encontravam mortos em meio a aldeia toda destruída. O confronto tomava outras dimensões. Corria a notícia também que os portugueses estavam aguardando reforços, pois

“se dizia estar para chegar ao Brasil novo governador geral, com grande quantidade de soldados e navios de guerra para ajudar os de Piratininga. Os índios souberam disso através de um prisioneiro”. A situação era, pois, da maior gravidade. [...] Além disso, desde que foi intensificada a guerra contra os brancos, o trabalho da lavoura, o exercício da caça e da pesca, tudo vinha sofrendo prejuízos. E os gêneros começavam a escassear nas aldeias, onde já se passava privações. Na grande assembleia de conselheiros falou-se de tudo isso. Não obstante, todos opinaram pela continuidade da guerra. Não que o desejassem. Mas por não terem outra alternativa. Ou assumiam a ofensiva, ou seriam destruídos, aldeia por aldeia, pelos conquistadores e escravistas. A guerra continuaria. A grande Confederação era a garantia da unidade nativa. Nela se integravam tribos as mais diversas. Inclusive os antigos inimigos do interior, os aguerridos tapuias. Estes participavam do esforço comum contra o branco que tomava suas

⁵⁷ Idem, p. 83.

terras e ainda os fazia trabalhar como escravos, com argolas de ferro nos pés e no pescoço. A hora de elegerem o novo chefe, um só grito partiu de todas as gargantas: Aimberê! E o filho de Cairuçu assumiu o comando da luta confederada, que Cunhambebe iniciou (QUINTILIANO, 1965, p. 87 e 88).

A situação se tornava cada vez mais decadente para ambas as partes e os Tamoios Confederados sabiam que não teriam muitas chances com a chegada dos reforços, mas com o Conselho reunido após a morte de Cunhambebe e estabelecido as novas diretrizes, os ataques continuaram cada vez mais destrutivos. Com o advento da Guerra dos Tamoios e o contexto de insegurança que viviam os colonos determinou-se a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo ao final da década de 1550 e esse contingente de pessoas vieram se instalar na recém-criada vila de São Paulo de Piratininga (MONTEIRO, 1994, p. 39).

Nos anos 1560 os conflitos já estavam em nível muito elevado e a organização dos confederados quase dá cabo da vila de Piratininga, segundo assinala Quintiliano. Numa das investidas dos índios no planalto, Ramalho havia confabulado um plano de destruição dos indígenas, mas foi surpreendido ao constatar que os mesmos estavam aos milhares nos arredores de Piratininga avançando em direção à vila já estabelecida ao entorno do colégio dos Jesuítas. Narra o autor que foi uma batalha sangrenta da qual saíram vitoriosos os tamoios confederados que só não liquidaram de vez com a vila de Piratininga porque Aimberê foi muito prudente ao estancar em frente às fortificações da vila, após pôr em retirada o exército de Ramalho que conseguiu se salvar adentrando as fortificações da vila. Não foi dessa vez que os tamoios destruiriam de vez a organização dos seus maiores inimigos. O autor prossegue em sua narrativa que após essa vitória parcial sobre os portugueses, a notícia logo se espalhou pelas diversas tribos do sertão, as quais vieram saudar Aimberê e se juntar aos confederados na luta contra os brancos invasores. “Nunca tantas famílias nativas diferentes, que rivalidades esqueciam, apareceram para uma empresa comum naqueles idos de 1562-63” (QUINTILIANO, 1965, p. 115). O autor assinala que até os Goitacazes e Aimorés mandavam emissários saudar Aimberê, os Guaianases e Carijós em grandes grupos, abandonavam as fileiras de Tibiriçá e procuravam confederar-se. Apareciam os Camacuans, Carajás e até “bugres” do Iguaçu atraídos pela fama dos confederados.

Com a fuga dos portugueses dos locais atacados os tamoios procuravam destruir, uma a uma, todas as fazendas que lhes caíam às mãos. Segundo o autor os

tamoios ainda tentaram estabelecer contato com os brancos em sinal de paz, porém, em novos confrontos, os portugueses tiveram que recuar. “As vilas do litoral como as do planalto não dispunham de forças para qualquer resistência aos nativos. Nem Ramalho, nem Brás Cubas, nem qualquer outro chefe em Santos ou São Paulo tinha mais ilusões sobre o destino da Capitania” (QUINTILIANO, 1965, p. 137). O autor enfatiza que os Jesuítas haviam proposto tentativa de paz com os bugres, no que foram ignorados. No entanto, o mesmo autor esclarece que o “próprio Anchieta fora cúmplice de tal política escravista, quando admitia o cativo indígena resultante de guerras justas”⁵⁸. Para ele, tendo os bugres amarrados e massacrados, a paz reinaria na colônia, por isso se justificava as guerras justas contra as aldeias. No ímpeto em que estavam as coisas, a solução imediata seria a tentativa de um acordo de paz com os “bugres”, o que coube a Anchieta e Nóbrega que aceitaram a incumbência. Foi os padres ter com os índios de Iperóig na aldeia de Coaquira que Anchieta já conhecia de outros tempos. Anchieta o havia salvado, certa feita, de terrível moléstia que o autor não explica qual tenha sido.

Assim, os padres conseguem um acordo de paz, o que era a intenção mais desejada dos indígenas a anos. O autor assinala que Nóbrega nada sabia sobre a língua dos índios, mas Anchieta estudara-a com profundidade. A essa altura, esclarece o autor, os tamoios acampados próximo de Iperóig, faziam os últimos preparativos para o completo extermínio dos portugueses, apenas precisavam de alguns dias para recompor as tropas, considerando que o número de baixas era grande. No encontro com o chefe Coaquira, ante a cordialidade do mesmo, principalmente com Anchieta, a quem era agradecido, os Jesuítas falaram da missão que os trouxera como expõe Quintiliano (1965, p. 142). Assim foi estabelecido um acordo de paz que durou vários meses.

No entanto, segundo Quintiliano, os portugueses não tinham condições para continuar cumprindo um acordo que em nada os beneficiava e aos poucos foram os portugueses esquecendo os compromissos de Iperóig. Os principais dirigentes das Capitâneas e os padres foram fechando os olhos a novas tentativas de escravizar os nativos. “Já se havia passado mais de um ano do acordo e a Capitania estava agora reforçada de novas tropas enviadas por Mem de Sá e recebidas de Lisboa” (QUINTILIANO, 1965, p. 179). Aqueles que desconfiavam que os “bugres” não cumpririam o acordo de paz foram os primeiros a descumpri-lo. Realmente, muito cedo esqueceram os portugueses o acordo de Iperóig, como são esquecidos certas leis e

⁵⁸ Idem, p. 138.

tratados de hoje em nossa sociedade contemporânea. Os indígenas, confiantes no tratado de paz, já não cuidavam, com o mesmo zelo de antes, de suas fortificações e quase não puderam oferecer resistências aos ataques dos portugueses. Muitos morreram nas novas guerrilhas que se reiniciaram, muitos foram dominados e levados como escravos para os engenhos e fazendas dos brancos.

Aimberê, segundo Quintiliano (1965, p. 184), “conseguiu reunir o Grande Conselho, em curto espaço de tempo”. Decidiram novamente enfrentar os brancos invasores, mas desta vez com táticas diferentes, pois sabiam que os brancos tinham reforçado sua principal fortificação no planalto de Piratininga e mais reforço armado também havia chegado de além-mar, então decidiram atacar em várias frentes, minando o adversário. Muitas fazendas de colonos espalhadas pelo sertão foram atacadas e dizimadas, tanto no litoral como no planalto de modo que os portugueses eram atacados em todos os flancos ao mesmo tempo, assinala Quintiliano (1965, p. 186). Os portugueses por sua vez, estavam decididos a ocupar definitivamente a Guanabara, expulsando de lá os nativos e os franceses que negociavam com os índios. Para os portugueses, dominada a Guanabara, estaria salvo a Capitania de São Vicente da ameaça dos tamoios e estaria guarnecido todo o litoral leste contra as tentativas francesas de colonização do território. Durante meses a esquadra de Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, foi se reforçando de víveres e poderio bélico para o enfrentamento dos tamoios confederados. Estes, por sua vez, estavam dispostos a enfrentar o inimigo até a morte, mas não se renderiam ao projeto escravista dos brancos invasores de suas terras.

Os conflitos segundo Quintiliano se estenderam durante muitos meses e cada vez mais os portugueses recebiam reforços, e a conquista foi feita palmo a palmo. Os tamoios começaram a sentir-se esmagados pelos invasores. O autor indica que os conflitos duraram alguns anos mais e Estácio de Sá se convencera que ainda não tinha forças suficientes para esmagar de vez os tamoios. Era preciso novo reforço de contingente. Anchieta se desloca até a Bahia e convence Mem de Sá a um golpe mortal contra a Confederação dos Tamoios. Do contrário, aquela obra gigantesca do gênio lusitano e cristão poderia ser destruída pela fúria dos “bugres” (QUINTILIANO, 1965, p. 222). O Governador Geral Mem de Sá chega à Guanabara no dia 18 de janeiro de 1567 segundo o autor, sendo que essa esquadra, somada aos navios de Estácio de Sá, constituía, evidentemente, uma força a que os nativos não poderiam resistir. Aimberê fez um balanço da situação e anteviu a derrota inevitável. Convocou uma assembleia e

expôs a realidade em que se encontravam. A derrota seria certa. Todos concordaram que não desistiriam de defender suas terras, herdadas de seus avós. Morreriam como tamoios. Cita o autor que no dia 20 de janeiro de 1567,

[...] a intolerância religiosa e a ambição colonizadora escravista de Portugal promoveram um dos mais sinistros e vergonhosos massacres de toda a história brasileira. Centenas e centenas de irmãos tamoios tingiram de sangue as águas do rio da Carioca, na taba de Uruçumirim. Depois novo massacre seria feito na Ilha de Parapuã (QUINTILIANO, 1965, p. 225).

Foram reduzidas as cinzas as aldeias indígenas. Consequentemente, estava salvo da destruição total o Colégio dos Jesuítas no planalto paulistano. O Rio de Janeiro se convertera em grande banho de sangue. O sistema escravocrata renovava seu contingente de mão-de- obra indígena. Expandia em Piratininga a conquista do sertão, agora quase sem resistência por parte dos indígenas. E o núcleo central em Piratininga, continuaria sendo o Colégio dos Jesuítas concentrando determinadas funções que como assinala Monteiro,

“O colégio além de abrigar os padres que trabalhariam junto à população local, também serviria de base a partir da qual os jesuítas poderiam projetar a fé para os sertões. Porém, ao orientarem suas energias para os Carijós do interior, acabaram entrando em conflito direto com os colonos, que procuravam nestes mesmos Carijós a base de seu sistema de trabalho (MONTEIRO, 1994, p. 38)”.

Para esse autor, a criação da vila de Santo André da Borda do Campo e quase simultaneamente a fundação do Colégio dos Jesuítas na área core do planalto representavam o embrião do conflito entre colonos e Jesuítas em torno dos índios. O papel dos Jesuítas foi fundamental ao se colocarem como um contraponto na política de dizimação dos indígenas praticada pela maioria dos colonos. Porém, cabe ressaltar que nas análises de Quintiliano, os Jesuítas foram apontados como coadjuvantes no processo de extermínio dos indígenas durante o período que se convencionou chamar de guerra dos Tamoios, visto que para os Jesuítas, esse gentio da terra não tinha salvação, era um povo perdido e sem alma que não valia a pena evangelizar, nem escravizar, estes tinham que ser eliminados. O autor indica que para o conjunto dos jesuítas só interessariam os indígenas que se mostraram menos arredios, tanto é que conseguiram a dominação de parte considerável de gentios, além daqueles que forçosamente foram levados aos

engenhos espalhados pelas fazendas do planalto de Piratininga.

Petrone reitera que os Jesuítas visavam regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo através do estabelecimento dos aldeamentos, uma forma alternativa de conquista e assimilação dos povos indígenas, porém, em dado momento desse processo houve discórdias entre colonos e jesuítas sobre os modos de dominação dos gentios da terra como eram chamados os indígenas. Ressaltamos que nossa análise aqui se faz a “grosso modo”, apenas para pontuar algumas questões relevantes no processo de apresamento dos indígenas, mas as obras de Monteiro, Petrone, Bueno, Quintiliano entre outros trataram de aprofundar cada uma dessas questões, de modo que a nós cabe destacar apenas alguns elementos para situar o leitor. Ao apontarmos a questão do apresamento dos gentios, Bueno⁵⁹ assinala que

[...] em função da ânsia de escravização dos indígenas, ao longo de todo o século XVII a luta contra os jesuítas tornou-se constante, deixando estes de servir para o auxílio dos indígenas e em seu controle. Agora, o novo período de caça ao silvícola os convertera em grandes inimigos das lucrativas empreitadas. Mas, sem dúvida, os inacianos tiveram papel decisivo na ocupação, desenvolvimento e definição do território paulista. No planalto, deram início à povoação de Piratininga; salvaguardaram a existência de povoações ao longo da costa, como Cananeia, Itanhaém, Paranaguá, São Vicente e Santos; foram importantes responsáveis pela sustentação dessa frágil rede urbana dos primeiros tempos da Capitania (BUENO, 2009, n. p).

2.2. Notas sobre os Aldeamentos e o processo de dominação indígena pela tentativa de evangelização.

Segundo Monteiro (1994), com o estabelecimento dos jesuítas no planalto, estes embora não respondiam diretamente à coroa portuguesa, durante os primeiros anos serviram a ela como instrumentos da política de desenvolvimento da colônia. Os jesuítas respondiam ao general da ordem em Roma em primeiro lugar, isso lhes conferia certa posição de respeito entre os colonos portugueses, porém, serviram à coroa somente por interesses particulares, ocultos sob os ditames da cristianização. Segundo o autor, a ação dos jesuítas foi de “extrema importância na criação, fixação e administração dos aldeamentos paulistas”. Desse modo, esses missionários foram os organizadores e a base para o processo de colonização dos indígenas, se utilizando das práticas de

⁵⁹ Não paginado. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013

cristianização como justificativas para a expansão e fixação desses aldeamentos (MONTEIRO, 1994, p. 36).

A questão da religião, a nosso ver parece ter sido elemento primordial na manutenção ou desenvolvimento dos pequenos aglomerados nessa época, não necessariamente somente vinculado aos aldeamentos, mas na constituição de pequenos agrupamentos de colonos que segundo Bueno (2009, n. p.)⁶⁰, “os agrupamentos geraram a necessidade de auxílio espiritual”, aqui enfatizando a instalação dos primeiros colonizadores, [...],”sobretudo os vindos com Martim Afonso, que obtiveram sesmarias e, nelas, aos poucos criaram agrupamentos”, e nesses agrupamentos, segundo as crenças da época o auxílio espiritual era “necessário para aqueles homens estabelecidos em universo tão inóspito”. Assim, segundo ela, foram fundadas as primeiras povoações no planalto além da vila de São Paulo de Piratininga.

Para Petrone (1995), a origem dos primeiros aldeamentos prende-se à fixação do colono europeu no planalto de Piratininga. Prende-se mais de perto, entretanto, à ação dos padres da Companhia de Jesus. Na historiografia consta que os primeiros passos na constituição dos aldeamentos no planalto paulistano foram orientados pelos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que segundo o autor, consistiam no estabelecimento de centros de concentração onde os índios eram localizados, instruídos na religião, em rudimentos de agricultura e iniciados na prática de um trabalho regular (PETRONE, 1995, p. 113). Ainda segundo o autor, é evidente que o próprio conflito de interesses entre colonos e jesuítas que marcou uma parte considerável da vida de São Paulo, deve ser compreendido sobre uma luz especial, pois o conflito interessou mais pela forma de utilização do indígena. Bueno afirma que o apresamento do silvícola (indígena) foi,

“sem dúvida, o maior incentivo às viagens sinuosas dos intrépidos sertanistas, mas não o único aspecto determinante da expansão e interiorização. Muitos procuraram, desde o início, fazer roças mais afastadas, onde houvesse mais facilidade de encontrar terras melhores e ainda virgens, mantendo o velho costume indígena da agricultura itinerante. A interiorização foi lenta, mas progressiva” (BUENO, 2009, n.p).

A nosso ver, os autores convergem para o mesmo pensamento sobre a questão do apresamento indígena, os interesses que estavam vinculados a essa ação, os

⁶⁰ Não paginado. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013

elementos de tradição religiosa estabelecidos no processo de cristianização dos indígenas e no processo de reprodução social dos colonos estabelecidos nessas paragens “inóspitas” como frisou Bueno (2009), amarrados aos interesses de exploração da mão de obra indígena (PETRONE 1995, MONTEIRO 1994, BUENO 2009, HOLANDA 1975, QUINTILIANO 1965 e RIBEIRO 1995). A esse respeito Monteiro afirma que diversas e distintas sociedades indígenas ficaram subordinadas a uma estrutura elaborada visando controlar e explorar a mão de obra indígena. Sob essa perspectiva de cristianização, os aldeamentos jesuítas foram uma tentativa de garantir mão de obra barata e abundante para que os colonos contratassem os serviços dos índios ali aldeados, servindo como alternativa logística e centralização da vila no sistema colonial após a Guerra dos Tamoios.

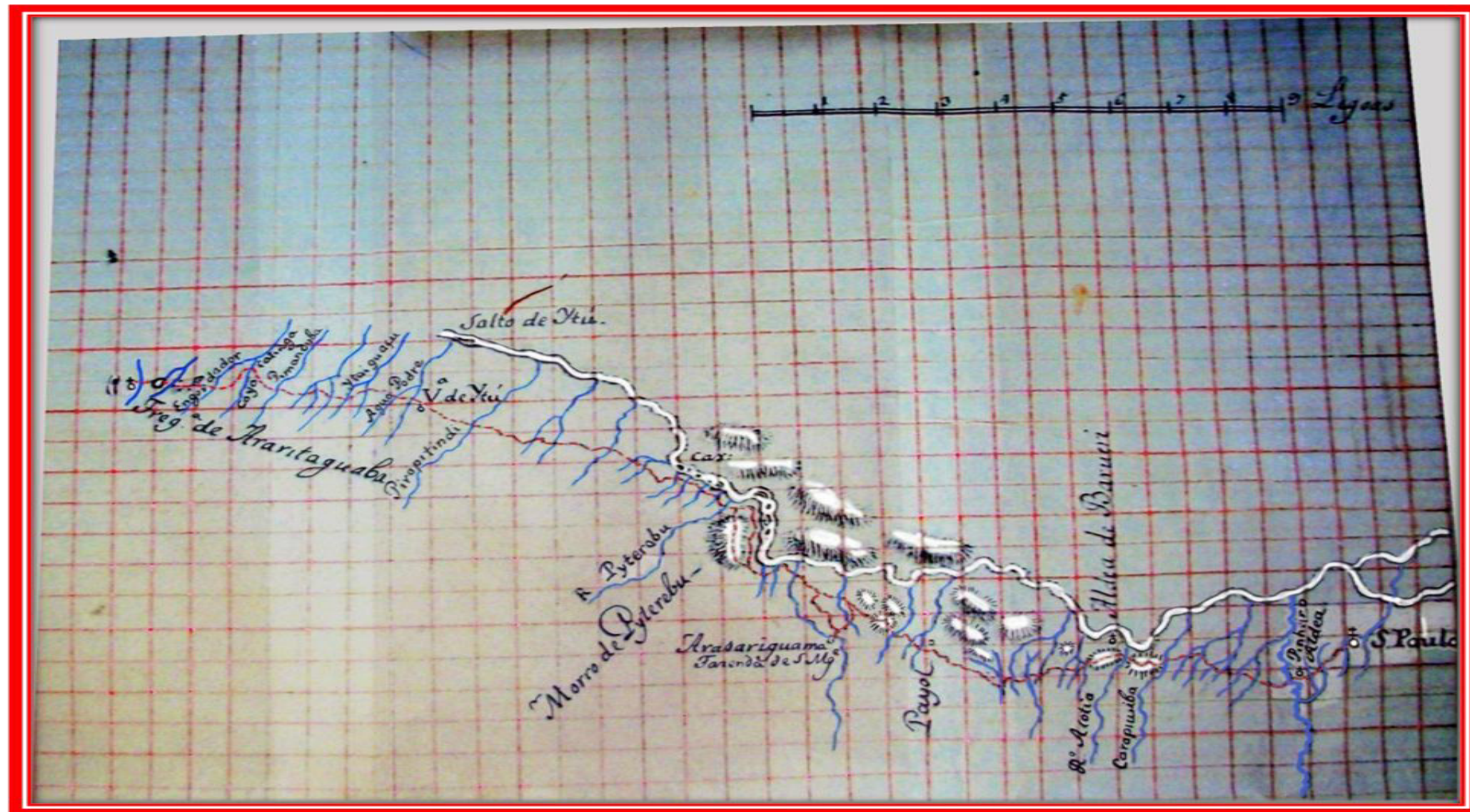
O surgimento e expansão dos aldeamentos se deram nesse contexto de centralização da vila de Piratininga. O fato é que a partir da fundação da vila de São Paulo foram fundados aldeamentos, sobretudo no planalto. Um dos primeiros aldeamentos, segundo Monteiro, foram São Miguel e Pinheiros, no ano de 1580. A partir desse núcleo foram surgindo diversos aldeamentos ao longo dos caminhos que penetravam o interior se expandindo pelo sertão do planalto e com eles os diversos conflitos entre os colonos, jesuítas e indígenas assimilados (MONTEIRO, 1994, p. 9). Sobre essa expansão dos aldeamentos e a direção seguida por alguns deles, cabe apresentar aqui as considerações de Bueno (2009) referente ao surgimento de Santana de Parnaíba, um dos locais que interessa a nosso trabalho, pois entre os vários caminhos existentes nessas paragens, o antigo caminho de Itu segue nessa direção, daí tanto por Carapicuíba, como por Vargem Grande Paulista (antes denominada apenas Cotia, mais tarde como Distrito Raposo Tavares como veremos adiante), vai seguindo em direção a Araçariguama tendo um trecho desviando sentido Itu como apresentado no mapa 5 e na figura 4 abaixo.

[...] Também fruto da era Martim-Afonsiana, após se estabelecer em São Vicente e São Paulo (onde exerceu cargos administrativos), Manuel Fernandes Ramos, natural de Moura, recebeu sesmaria de oito léguas ao longo do rio Tietê, nas proximidades da vila de São Paulo de Piratininga, onde seus herdeiros iniciaram fazenda em 1580. Ali, seus filhos e esposa distribuíram terras aos parentes e amigos. Assim, foram aparecendo moradores em torno da capela, então construída às margens do rio, no trecho em que se tornava encachoeirado. A cultura de produtos de subsistência e de cana-de-açúcar (que teria vindo de São Vicente) supria as necessidades básicas e a descoberta de ouro nas imediações estimulou a permanência desse pequeno núcleo humano. Produtos da lavoura

eram permutados com outros; casas iam surgindo aqui e acolá, cobertas de folhas. Nascia assim Santana de Parnaíba. O fundador, padroeiro e instituidor da capela André Fernandes (filho de Manuel Fernandes), por ordem régia, fez inúmeras entradas oficiais no sertão - quer na luta contra os jesuítas, participando da destruição das Missões do Guairá (1629-1630), quer à procura de índios e metais preciosos. Essa sesmaria compreendia toda a região de Parnaíba, Itu, Sorocaba e São Roque. Cada um dos filhos de Manuel Fernandes recebeu em herança uma fração dessas terras, estabelecendo ali ao redor novas povoações que, ao longo do século, obtiveram da Coroa Portuguesa os foros de vila: em 1657, Nossa Senhora da Candelária do Outu; e, em 1661, Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. A ocupação do sertão seguiu novos rumos. Deixando São Paulo, via Carapicuíba, penetrava-se em terras de Parnaíba, onde, desde 1580, Suzana Dias e André Fernandes haviam aberto a mata serrada (BUENO, 2009, n.p.).

O mapa 5 e a figura 4 demonstram o caminho percorrido por José Custódio de Sá e Faria em 1774 saindo do Pátio do Colégio em São Paulo de Piratininga e adentrando o sertão do Planalto rumo a Itu, antes, porém, passando pelos aldeamentos de Barueri e Santana do Parnaíba, atingindo depois a região de Cotia (Cutia), antes de desviar para Itu no caminho que levava até Araçariguama, segundo as referências apontadas no mapa do percurso desse engenheiro.

Mapa 5. Mapa geral de Custódio de Sá indicando o percurso do Antigo Caminho de Itu partindo do Colégio dos Jesuítas. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo.



Antigo Caminho de Itu. Esse trajeto está mais bem definido na figura seguinte nas referências de Custódio de Sá e indica o caminho partindo do Pátio do Colégio seguindo em direção a Itu. Antes, porém, passando por Carapicuíba, pela Aldeia de Barueri, seguindo próximo de Araçariguama desviando finalmente para Itu.

Fonte: Acervo histórico Calangos da Mata, cedido por Marília Gruenwaldt. Foto tirada por Marília Gruenwaldt de uma exposição no Museu do Ipiranga em 2003.

Fonte original: “3ª. Redução” a uma escala gráfica. In: “3ª Redução”. Autor: Engenheiro José Custódio de Sá e Faria. Dimensão: 35,0 x 22cm. Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro. Fotografia de Vicente Mello. Reproduzido por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Anais do Museu Paulista. Vol. 17, N. 2 - São Paulo. July/Dec.2009. Estudo de Cultura Material.

Também disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200008

Para Monteiro, aldeamentos como os de Barueri e Carapicuíba, contribuíram para o controle e exploração dessa mão de obra indígena e junto com a expansão desses aldeamentos foi surgindo algumas células de povoamento, ocupação de outros setores do planalto paulistano e abertura de novos caminhos. No entanto, Petrone (1995), embora pareça concordar⁶¹ com Monteiro na questão da exploração da mão de obra indígena, afirma que a presença de aldeamentos foi de pouca importância para o processo de povoamento, pois considerando a natureza de suas funções, dificilmente poderia evoluir em pequenos núcleos. Esse papel ficou com os moradores brancos que se estabeleciam ao longo dos aldeamentos, os quais tinham condições e interesses de desenvolver núcleos rurais e urbanos se utilizando da força indígena como mão-de-obra barata, o que certamente causou significativo aumento nos conflitos entre indígenas, jesuítas e esses colonos. De acordo com o autor, os jesuítas enquanto puderam, tentavam impedir a relação dos índios com os moradores, fato que precedeu à expulsão desses religiosos tempos depois, pois havia o interesse dos moradores em inserir o indígena no seio da população a fim de obtenção de mão de obra (PETRONE, 1995, p. 131).

Com o passar do tempo, “a postura dos índios começou a subverter o projeto dos europeus, justamente porque a transformação das sociedades nativas não caminhava na direção desejada pelos portugueses” (MONTEIRO, 1994, p. 31). Mas Petrone afirma que o conflito de interesses, no entanto, foi se configurando aos poucos e momentaneamente a paz gerada pelo término da revolta dos Tamoios criou uma perspectiva de desenvolvimento econômico com a força da mão de obra indígena que envolvia delicadas questões éticas em torno da liberdade dos índios. Segundo o autor, o surgimento das entradas bandeiristas contribuiu imensamente para o apresamento de grande quantidade de grupos indígenas de várias procedências do planalto e de outras paragens longínquas. Ele afirma que este é um aspecto que marca os aldeamentos desde a sua origem, ou seja, de receberem grandes contingentes das mais variadas áreas e dos mais variados grupos capturados ao longo dos sertões paulistas e interiores do Brasil (PETRONE, 1995, p. 131).

⁶¹ Aqui enfatizamos que na obra de Petrone, este não menciona Monteiro, porém, cabe informar que a obra de Monteiro foi publicada em 1994 e a de Petrone em 1995. No entanto, mesmo considerando que Petrone não tenha tido conhecimento da obra de Monteiro, pelo menos não divergem em inúmeras questões apresentadas nas duas obras, inclusive sobre essa questão do uso da mão de obra indígena que também é consenso em inúmeros outros autores que tivemos contato com suas obras. A intenção destas notas é somente dirimir eventuais dúvidas a respeito das ideias convergentes dos autores supracitados, deixando claro que um não cita o outro, porém, as ideias convergem em muitos aspectos, embora divirjam em outros.

Para esse autor não há dúvidas de que a população dos aldeamentos foi marcada pela heterogeneidade, em geral pelo apresamento à força, em todas as partes que foram percorridas pelos sertanistas paulistas. Apesar dessa indiscutível heterogeneidade, houve predomínio das parcelas tupi-guarani, pois foram esses grupos que forneceram os primeiros e mais numerosos contingentes (PETRONE, 1995, p. 134). Ainda segundo o autor, o indígena foi um dos elementos imprescindíveis para o estabelecimento de núcleos populacionais no processo de interiorização do país, no entanto, é importante ressaltar que as expedições de apresamento oriundas de São Paulo pouco tinham a ver com essa expansão territorial como se dissemina na historiografia colonial. Veja que o autor afirma que os indígenas foram peças importantes para o estabelecimento de núcleos urbanos pelo país, mas ressalta que o mesmo não se sucedeu ao Planalto de Piratininga, que diferentemente se desenvolveu em função dos colonos e não dos indígenas como afirma Monteiro.

Porém, para Monteiro (1994), as incursões paulistas ao sertão concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos. Esses povos detinham o conhecimento para navegar os rios, adentrar o sertão e conheciam os alimentos das matas que poderiam ser ingeridos sem problemas pelos colonizadores e sertanistas. Tornaram-se muitos nativos os melhores auxiliares dos paulistas nas incursões pelos sertões e posteriormente nas descobertas e explorações de riquezas minerais. Esse fato propiciou a interiorização do Brasil e a descoberta das minas, culminando numa intensa demanda migratória partindo dos caminhos dos Campos de Piratininga rumo aos sertões (MONTEIRO, 1994, p. 8).

Esses indígenas também foram fundamentais no extrativismo das drogas do sertão no fundo da bacia amazônica e ocupação de outras paragens, funções estas, que conhecidamente foram uma das principais características na fundação de vilas e atração de capitais para a interiorização do território brasileiro. Segundo o autor, os paulistas ficaram conhecidos como “grandes sertanistas, batizados de bandeirantes por historiadores que os elevaram a proporções épicas no processo de expansão geográfica da América Portuguesa”. O autor ressalta ainda que apesar das bandeiras paulistas passarem a ter lugar de destaque na historiografia brasileira, a sociedade que se constituiu a partir destes empreendimentos permanece, na verdade pouco conhecida. “Por trás das façanhas dos bandeirantes esconde-se a verdadeira história dos milhares de índios – os negros da terra – segundo Monteiro, aprisionados pelos sertanistas paulistas” (MONTEIRO, 1994, p. 8), como mostra o exemplo da figura 5 abaixo. Para nós, essa

estratégia perversa estava associada ao despontamento de um novo mercado voltado para o “negro da terra”, reles objeto para a produção agrícola.

Figura 5. Mamelucos⁶² e índios.



Mamelucos conduzindo prisioneiros índios, início do século XIX, imagem que também evoca a transferência de cativos do sertão para o povoado colonial (litogravura de J. B. Debret, em *Voyage pittoresque au Brésil*, acervo do Instituto de Estudos Brasileiros/USP) – gravura de Jean Baptiste Debret - Biblioteca Municipal de SP. Recolorido por Abbul, 2016.

“Esta conexão vital entre escravidão indígena e a produção colonial – tão evidente para os memorialistas e genealogistas do século XVIII – tem sido conscientemente relegada ao esquecimento pelos historiadores modernos. Ao recuperar o elo essencial entre o chamado bandeirismo e a evolução agrária do planalto, mostrando a interdependência dos processos de apresamento e de produção podemos colocar a história seiscentista de São Paulo numa perspectiva diferente. Neste sentido, o surgimento de uma agricultura comercial da constituição da sociedade colonial da região, uma vez que a presença de um número elevado de cativos índios possibilitou a articulação da economia do planalto com a do litoral, redundando, ao mesmo tempo na composição desigual da riqueza na sociedade local. A conquista definitiva dos índios do planalto nos últimos anos do

⁶² [Brasil] Indivíduo que possui uma ascendência indígena e branca; mestiço ou filho de branco com índio; mameluco. In: Dicionário on line de português. In: <https://www.dicio.com.br/mameluco/>

século XVI propiciou uma nova fase para o desenvolvimento da capitania. Antes confinada aos modestos limites do núcleo original, os colonos agora iniciavam a ocupação e exploração das terras circunvizinhas” (MONTEIRO, 1994, p. 99-100).

Como já apontamos, houve o espraiamento dos núcleos populacionais e São Paulo de Piratininga expandia seu controle sobre o vasto sertão assim chamado naquela época. A expansão se deu também em busca dos indígenas e cada vez mais aumentava o número de escravos índios nas fazendas e demais propriedades de acordo com as indicações dos autores que estamos trabalhando. Nesse sentido, em termos numéricos apresentamos no quadro 1 abaixo a quantidade de escravos indígenas capturados durante alguns anos na capitania de São Paulo e nos sertões das paragens do Brasil, levados depois para Santana de Parnaíba, um dos vários núcleos populacionais organizados nos quadrantes do Planalto de Piratininga.

Quadro 1. Proprietários e índios cativos em São Paulo e Santana de Parnaíba, 1630-1699⁶³.

Ano	Número de proprietários	Número de índios cativados
1630 - 1639	99	2804
1640 - 1649	111	4060
1650 - 1659	142	5375
1660 - 1669	148	3752
1670 - 1679	138	3686
1680 - 1689	159	3623
1690 - 1699	71	1058

Fonte: <https://historiadesaopaulo.wordpress.com/fundacao-da-cidade-de-sao-paulo/>
Elaborado pelo autor.

É possível notar que de 1630 até 1669 o número de proprietários de escravos indígenas teve considerável aumento, passando a decair a partir de 1670, com novo acréscimo em 1680, mas com queda acentuada a partir de 1690. Por outro lado, o número de escravos teve considerável aumento de 1630 a 1669, passando a decair também acentuadamente a partir de 1669. Esboçamos esse quadro apenas para se ter uma visão mais acurada sobre a emergência e desenvolvimento desse contexto escravocrata instituído pelos colonizadores. Inferimos mais uma vez, e aí concordando

⁶³ <https://historiadesaopaulo.wordpress.com/fundacao-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em 26/10/2016.

com Monteiro (1994), que ao apontar esse elo essencial entre o chamado bandeirismo e a evolução agrária do planalto, nota-se em conjunto com essas políticas a emergência de uma nova configuração da sociedade paulista. Baseada primeiramente na destruição das culturas indígenas como já apontamos, agora acrescentada sumariamente dos processos de apresamento dos indígenas cativados pelos Jesuítas ou buscados a força sertão adentro. Assinalando assim, segundo nossa visão, a expansão de uma produção agrícola bastante incrementada com mão de obra indígena, mais tarde acrescentada pela introdução da mão-de-obra africana, descortinando as principais estruturas da sociedade colonial. Monteiro apresenta de forma muito clara a posição dessa estrutura capitalista que visava apenas os lucros obtidos com a exploração da terra e dos escravos. Essa ânsia de enriquecimento rápido e fácil parece persistir até hoje em nossa sociedade atual⁶⁴ sempre à custa da destruição de outros povos, outras culturas e sistemas de organização social, prevalecendo interesses privados em detrimento das diferentes formas de reprodução social dos sujeitos no processo histórico de São Paulo.

2.3. A destruição das populações indígenas e o início da formação da sociedade paulista.

Para o autor, a dimensão e o significado do trabalho indígena em São Paulo não se limitavam à mera lógica comercial. Praticamente todos os aspectos da formação da sociedade e economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se de modo essencial com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões. Nesse sentido, de acordo com Monteiro, entre os séculos XVI e XVIII, as populações nativas ocupam um papel central. Ao focar as origens, desenvolvimento e declínio da escravidão indígena, o autor procura demonstrar

⁶⁴ Mais uma vez recorremos a Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Raízes do Brasil” no capítulo 2 intitulado Trabalho e Aventura, onde o autor questiona de forma provocativa a questão da ânsia por prosperidade sem custo, de posições de riquezas fáceis (notoriamente característica da gente de nossa terra) como escreveu o autor, caracterizando ações nesse sentido de “manifestações do espírito aventureiro”. O autor assinala ainda que o gosto da aventura responsável por todas essas fraquezas teve influência decisiva - como as raças aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que exigiram longo processo de adaptação - favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza. Aos portugueses coube a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos - a abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse uma verdadeira unidade de produção, com uma primeira tentativa de emprego de braços indígenas e depois com um recurso mais fácil a partir da introdução de escravos africanos. Para esse autor, a presença do negro representou o fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios na colônia. (Ver capítulo 2 de Raízes do Brasil).

que as principais estruturas da sociedade colonial na região surgiram de um processo histórico específico (MONTEIRO, 1994, p. 9). Segundo o autor, o aldeamento de Carapicuíba na realidade não era bem um aldeamento, era uma fazenda⁶⁵, mas Petrone garante que esse foi sim um aldeamento, inclusive um dos que mais permaneceram nessa condição devido ao fato de apresentar características diferentes dos demais aldeamentos. Enfatiza o autor que “Diferentemente de todos os aldeamentos lembrados até agora, Carapicuíba ficou um pouco à margem, segundo parece, dos principais eixos de circulação, fato que poderia contribuir para explicar sua maior permanência” (PETRONE, 1995, p. 150).

Ele enfatiza que esse aldeamento ficava entre as elevações do relevo acidentado e pouco a jusante do ponto em que o córrego da Aldeia recebe o córrego da Fazenda Velha. Não recordamos do nome que Monteiro citou se referindo a tal fazenda em sua palestra em Cotia, mas poderia o autor ter se enganado ao referir como fazenda o córrego da Fazenda Velha, afirmando dessa forma que o aldeamento de Carapicuíba não existiu de fato como tal. Fica aqui mais uma controvérsia apontada em nossas análises, embora nos parece ser mais coerente concordar com Petrone em função da Aldeia de Carapicuíba ser hoje considerada marco histórico na constituição de caminhos e como aldeamento. Talvez Monteiro tenha realmente se enganado ao versar sobre o assunto, no entanto, não cabe a nós julgarmos tal feito. O importante a frisar é que Petrone, ao mencionar o aldeamento de Carapicuíba com características diferentes dos demais, é somente pelo fato do mesmo não se encontrar situado próximo de um grande curso d’água, como assinala o autor: “O exemplo de *Carapicuíba* difere dos anteriores em virtude de não se tratar mais de núcleo vizinho a um grande curso d’água” (PETRONE, 1995, p. 150).

Para além dos aldeamentos, as ramificações de caminhos possibilitavam a expansão dos aglomerados urbanos tendo o seu entorno ocupado por colonos, mamelucos, imigrantes e caipiras, constituindo assim na concepção de Petrone (1995, p. 340), “uma nova estrutura de povoamento”. Porém, para Marcílio, as novas formas de ocupação, deviam obedecer ao sistema padrão de produção indígena do pousio florestal, base da formação dos bairros rurais da sociedade caipira, com fortes laços de parentesco, dispersa em amplos territórios. E segundo a autora,

“Na capitania de São Paulo, enquanto a população foi diminuta e, em

⁶⁵ Palestra de John Manoel Monteiro – Cotia 1680 – Perfil de um bairro rural. Proferida em 26/04/2007 na Câmara Municipal de Cotia.

toda a história da região, sempre que se tratou de franjas pioneiras de povoamento de “fronteiras”, o repouso longo, superior a 20 anos, foi possível e utilizado. Nesses casos, a “corrida aos matos virgens” foi a regra que o roceiro pôde manter. À medida que a população crescia e o povoamento se adensava, o recurso da floresta intacta diminuía, e o repouso do solo era abreviado e este era frequentemente utilizado em intervalos mais curtos. Nesse ponto duas soluções se apresentavam: ou as terras utilizadas com maior frequência viraram campos estéreis, sob a ação de métodos primitivos, obrigando a um alargamento da área povoada e das fronteiras agrícolas, ou ocorria a passagem para um estágio novo, embora rudimentar, o repouso arbustivo, com todos os requisitos que englobava” (MARCÍLIO, 1974, p. 262).

Para a autora, a agricultura do pousio florestal necessitava de contínuas terras para o cultivo de parcelas mínimas, com longos descansos das terras já cultivadas para a reposição da fertilidade do solo. Nesta perspectiva, segundo ela, este sistema produtivo encontrou problemas com o aumento da população, dificuldades que foram estimuladas com as primeiras descobertas das primeiras minas no território paulista. As primeiras descobertas das minas paulistas datam de 1590 no Jaraguá e 1605 em Araçariguama por Afonso Sardinha, momento que deve ter coincidido com o aumento de derrubadas e intensificado a formação de capoeiras (MARCÍLIO, 1974, p. 259 e s), para nós, intensificando a ocupação do interior com aglomerações cada vez mais distantes do núcleo central de Piratininga. A autora enfatiza que para além desse pequeno vilarejo o que compunha a paisagem paulista eram os diversos caminhos que rumavam em várias direções induzindo a ocupação de outros setores do planalto, constituindo novos sítios e paragens sempre atendendo a uma lógica de ocupação por sobre os planos elevados do relevo. Marcílio afirma ainda que por esses caminhos foram se instalando os núcleos populacionais e com esses núcleos, foram estabelecidas ao longo do território paulista inúmeras fazendas de colonos, grandes áreas disputadas por estes colonos e indígenas que ali viviam antes mesmo do estabelecimento dos aldeamentos. Segundo a autora, [...] “As células de povoamento, as fazendas, as chácaras, as aldeias de índios [...] situava-se sobre elevações sempre cortadas pelas várzeas e vales geralmente inundados” (MARCÍLIO, 1973, p. 5).

O estabelecimento desses núcleos teve como base fundamental a relação dos indígenas com o meio ambiente, visto que o conhecimento secular dos nativos indicava os melhores locais para se fixarem as novas residências devido à dinâmica do clima e dos períodos de cheias. De acordo com a autora [...] “as passagens terrestres naturais

abrem-se, também, para o Planalto Paulistano” (MARCÍLIO, 1973, p. 6). O que indica a forte influência dos antigos caminhos existentes desde épocas imemoriais, provavelmente picadas utilizadas pelos índios antigos que compunham o núcleo paulista antes da chegada dos brancos (SILVA e ACHEL, 2010, p. 3). A esse respeito Petrone aponta que “os rumos da expansão estiveram sempre predeterminados pelos rumos dos caminhos indígenas organizados” reforçando que dinamicamente “o caminho que unia planalto e litoral tinha seu ponto de partida no planalto e não no litoral”. O sistema fluvial integrava-se com um sistema de caminhos ou trilhas por terra, inter-relacionando núcleos populacionais e fazendas onde um dos caminhos de maior importância foi o Peabiru, principal entrada para o sertão, de tradição indígena (PETRONE, 1995, p. 34). Brioschi (1999) aponta que “No final do século XVII, os paulistas já havia traçado grandes rotas de penetração para o interior” (BRIOSCHI, 1999, p. 38). A expansão desse território por sobre as várzeas dos rios e demais localidades se deram por fatores econômicos e políticos aproveitando os traçados existentes para a penetração em busca de metais preciosos e outras mercadorias sendo que

“Para além do núcleo urbano, disseminados pelos vales fluviais, até os arredores das várzeas do Tietê e do Pinheiros, as fazendas da zona rural e os aldeamentos indígenas completavam o estabelecimento colonial do planalto, como elementos econômicos e demográficos” (AZEVEDO, 1958, p. 21).

Para Azevedo essa expansão significou o avanço das aglomerações para todos os quadrantes do planalto se constituindo como marco geográfico na redefinição do território ao longo do planalto de Piratininga. São Paulo se transformava de forma contundente, embora segundo o que apuramos dos autores estudados, a característica principal dessas novas e distantes aglomerações para além do núcleo urbano se constituíam de povoamentos rurais, à base da agricultura. Antes de prosseguirmos, cabe ressaltar, aí em nível de todo o território brasileiro em primeiro lugar, que não foi tão simples assim a instalação dos povos além-mar nesse novo território, inclusive em relação à alimentação desses povos em terras desconhecidas e ainda por ser desbravada de fato. Gilberto Freyre (1996) em seu livro “Casa Grande e Senzala” no 1º capítulo traça um perfil dessa sociedade agrária na estrutura escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida do índio – e mais tarde do negro – na composição social desses povos além-mar. Em breve resumo desse primeiro capítulo, segundo o autor, os portugueses teriam mais facilidade de adaptação aos trópicos, comparados com

os europeus do norte, porque partilham de íntima relação com a África setentrional – seja no clima, na vegetação, no solo, nos hábitos e nos tipos humanos. O português, na sua essência, é um grande mestiço de sangue romano, bárbaro germânico, árabe e berbere com gotas de negro, além de conter traços de povos mais antigos que andaram pela península noutros tempos, como fenícios, gregos e celtas. O povo português estava bastante habituado ao contato com outros povos quando começaram a colonizar essas novas paragens do Planalto de Piratininga e o Brasil em geral.

Um fator importante ressaltado por Gilberto Freyre diz respeito à dieta dos trópicos. Conforme foram se estabelecendo, os portugueses tiveram que mudar radicalmente sua dieta, visto que nas terras cruas e ásperas dos trópicos não floresciam gêneros agrícolas típicos de países de clima temperado, como o trigo, a uva, a azeitona. Ficaram praticamente privados de pão, vinho e azeite. Aprenderam a (ou melhor, segundo as análises de Freyre, foram forçados a) comer farinha de mandioca, esta fazendo o papel de principal alimento da dieta colonial, para seu desespero. Freyre prossegue inferindo que o colonizador português no Brasil, foi o primeiro, dentre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a criação local de riqueza. Isso culminou num novo tipo de colonização chamada “colônia de plantação” na concepção do autor. A exploração do Brasil se baseou, durante grande parte do Brasil-colônia, na monocultura da cana-de-açúcar, principalmente na região nordeste. Praticamente inexistiam outras culturas agrícolas, e o quesito alimentação foi realmente um problema no país. Segundo o autor, a sociedade da época colonial, não importando sua origem, raça ou posição social, alimentava-se muito mal. Num país onde a agricultura era baseada na monocultura de um só produto para exportação, era difícil criar lavouras para alimentar a população. Havia, de fato, um déficit espantoso na dieta da população. Para o autor, quem se alimentava melhor, e isso o autor deixa claríssimo nesse capítulo, eram os senhores da casa-grande com suas famílias e os escravos da senzala. Estes eram “bem alimentados” porque necessitavam de muita energia para o trabalho na lavoura; aqueles, por serem os senhores, simplesmente. Isto, é claro, não significa que a comida deles fosse boa ou mesmo saudável, longe disso, frisa o autor. A camada média da população, composta de brancos e mestiços livres, era a que se alimentava pior e que ficava à mercê de toda sorte de moléstias tropicais e verminoses, em consequência da alimentação deficiente e da falta de variedades de gêneros alimentícios.

Escusado é dizer que também não havia espaço para a pecuária, fosse ela de corte ou leiteira. Vacas leiteiras ou bois para corte eram escassos. A exceção a tudo isto ficava por conta do Planalto de Piratininga, onde houve uma colonização diferenciada do restante do território. Segundo Freyre, os paulistas tiveram a feliz oportunidade de plantar alimentos (inclusive trigo) e criar animais para consumo. O clima tropical foi acusado de ser degenerativo e desestimulante para os colonizadores europeus. Gilberto Freyre diz que o clima tem, sim, sua parcela de culpa sobre a eficiência econômica e o desenvolvimento físico do brasileiro, assim como o solo quimicamente pobre. Porém, ressalta que o clima não deve levar toda a culpa pelas dificuldades; antes elas se encontravam na péssima alimentação e no regime monocultor. Nessa altura dos acontecimentos, a sociedade paulista já convivía com a hibridização dos povos e Freyre prossegue inferindo que a miscigenação ocorreu desde o primeiro contato do portugueses com o nativo e continuou com a introdução do africano. Junto com ela veio a sífilis, a doença por excelência das casas-grandes e senzalas. Argumenta o autor que “à vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sifilização”. De todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro. Freyre reafirma a grande importância que nos primeiros anos de colonização teve a Companhia de Jesus, servindo para catequizar os gentios e dar ares de civilização para esta terra selvagem e inóspita. Os habitantes do Brasil-colônia, sem exceção, padeciam de má nutrição e de pobreza generalizada, esquecidos aqui pela Coroa portuguesa e abandonados à mercê da sorte.

Mas como podemos constatar, os paulistas acabaram se beneficiando das vantagens que os campos de Piratininga ofereciam em termos de vastidão, do aprisionamento indígena e mais tarde da introdução do africano em terras brasileiras e no Planalto de Piratininga. Para nós, com a destruição quase por completo das culturas indígenas, a dominação desses povos e da introdução do negro como mão de obra barata, representou uma nova dimensão na formação da sociedade paulista. E em meio a todo o processo de transformação que passou o planalto de Piratininga com o advento da expansão das fazendas e núcleos populacionais, nota-se uma clara mudança na organização do território em amplo espriamento, embora ainda com características agrícolas, mas em franca transformação e já bastante miscigenado segundo nosso entendimento.

2.4. A evolução da população rural, agrícola e urbana em Piratininga.

Embora as aglomerações se expandissem pelo planalto paulista, segundo Rafael Ruiz (2004), “a verdadeira vida desenvolvia-se no campo, com mais de cento e vinte casas em Ibirapuera, Pinheiros e Jaraguá, enquanto os jesuítas ficavam entre o Colégio e os aldeamentos” (RUIZ, 2004, p. 22). O autor enfatiza que mesmo com a constituição dos aldeamentos de Pinheiros, Barueri, São Miguel, Carapicuíba, Guarulhos, Embu, Itaquaquecetuba, Itapeerica, São José, Peruíbe, Queluz e Itanhaém, nem todos os povoamentos, vilas e cidades vingaram. Às vilas soma-se um conjunto expressivo de capelas e freguesias, entre as quais, no século XVIII, despontam São Luís e Santo Antônio de Paraitinga (1773), Piracicaba, Wotucatu, São José da Marinha de Ararapira, N. S. da Conceição da Lage (entre Iguape e Cananéia) e Santo Antônio da Lapa do Registro de Curitiba (Lapa-PR). Para esse autor, a vila de Piratininga, desde o início, “era tanto um entroncamento como um ponto de partida e de chegada” [...], “onde os usos e costumes se constituíram como resultado de uma convivência heterogênea” (RUIZ, 2004, p. 31 e 32).

Petrone (1995) também já havia chamado a atenção para esse fato sobre uma convivência heterogênea entre diferentes habitantes com a instalação dos colonos ao longo dos caminhos e aglomerações. Entendemos que as aglomerações dos colonos em determinadas áreas expandidas no sertão de Piratininga estavam condicionadas aos interesses dos grupos dominantes como grandes proprietários de terras, os fazendeiros, comerciantes e grupos políticos já estabelecidos no núcleo paulista. A disputa por territórios antes relegados aos ditames da Coroa, a nosso ver, no caso da expansão de Piratininga, esse controle já não era exercido com eficácia. Bueno (2009, n p)⁶⁶ enfatiza que a instalação das vilas e freguesias se dava de acordo com as ordens da Coroa.

Seguindo padrões portugueses, as instâncias administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham seus territórios no espaço. As vilas tinham papel hierarquicamente inferior às “cidades”, mas superior às capelas e freguesias. Todas, igualmente, eram tentáculos metropolitanos na distante “Conquista”, cumprindo papéis distintos na lógica da rede urbana (BUENO, 2009, n p).

⁶⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 – 1822)**. Anais do Museu Paulista. Vol. 17, nº 2 – São Paulo. Jul/Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013. Não paginado. Acesso em 01/06/2016.

Ao menos essa seria a intenção da Coroa e por muitos anos talvez houvesse de fato essa dominação, mas a nosso ver, com a nova questão posta, a da agricultura do pousio, novos espaços necessitavam serem incorporados pelos colonos e fica difícil acreditar que o avanço desses colonos ficaria limitado apenas aos interesses da Coroa. Além disso, como já enfatizamos as novas aglomerações agora miscigenadas, imbuídas dos costumes locais misturados com os seus costumes próprios, impunham outra realidade cultural e política nos vastos campos de Piratininga, agora em estágio evolutivo superior ao status de freguesia e vila, constituída praticamente como cidade irradiadora de processos organizativos diferentes dos processos pretéritos. Podemos inferir que com a perspectiva de miscigenação, outras culturas foram apropriadas e ou disseminadas por esses colonos seguindo o espraiamento das povoações, vilas, capelas e demais aglomerados. Deduzimos que Piratininga nesse estágio já devia estar bastante modificada e os estágios de transformação se deram em um ritmo acelerado, como deixam claros os autores em suas narrativas.

Nessa perspectiva, segundo Bruno (1953), foram se enraizando muitos costumes, crenças e uma profunda relação com a terra ao longo de diversos caminhos que levavam aos mais distantes pontos do território brasileiro. Note-se que em nossa historiografia e como assinalado em nosso trabalho, vários autores como Bueno, Marcílio, Bruno, Petrone, Monteiro, Quintiliano e outros sempre mencionam os caminhos como referência histórica, seja de ocupação dos aglomerados urbanos, seja pelas referências culturais que ao longo desses caminhos era produzida/reproduzida pelos agrupamentos espalhados pelo sertão do planalto de Piratininga. Para Bruno (1953), esse período foi marcado pela presença dominante das associações, das cerimônias, dos símbolos e festas, talvez muitas delas reproduzidas advindas da cultura indígena e negra que passaram a ocupar esses redutos caipiras⁶⁷. O autor assinala que

⁶⁷ Não podemos deixar de citar, mesmo que superficialmente, que a história do Brasil colônia se caracterizou também pela presença de escravos negros espalhados por todos os quadrantes do país e também de São Paulo de Piratininga. Não entramos na questão de forma direta e profunda sobre a escravidão porque não é do interesse dessa pesquisa trabalhar com essa delicada questão que faz parte de nossa história e de nossa realidade atual, se considerarmos que os verdadeiros negros da terra como apontou Monteiro (1994), são os descendentes dos antigos povos escravizados, hoje mesclados com diferentes povos de todo o mundo no Brasil miscigenado, da qual ainda traz traços das culturas indígena, negra e caipira. Para saber mais elencamos algumas obras importantes a nosso ver, como: **Negras Questões – O negro na sociedade brasileira**, Núcleo de Consciência Negra na USP, 2003, vários autores; **Contribuição ao estudo do aprovisionamento de escravos negros na América Espanhola – 1580-1640**, separata do volume XVI dos Anais do Museu Paulista, 1962, de Rozendo Sampaio Garcia; **Zumbi dos Palmares – A história que não foi contada**, 1988, de Eduardo Fonseca Júnior; **Canudos, cinquenta anos depois (1947)**, 1993 de Odorico Tavares, entre outros. Subjaz aqui o convite para estudos futuros e a expectativa de que a historiografia apresentada forneça pistas para novas linhas de

nessas aglomerações era possível encontrar culturas de cana-de-açúcar, mandioca, vinha e criação de animais, se constituindo a partir destes movimentos um maior intercâmbio de produtos, visto que muitas mercadorias de diferentes origens circulavam pelos caminhos. Para ele, a religião também se caracterizou e uma das ocorrências marcantes foram as procissões, consideradas um dos grandes marcos na história paulista que tiveram um cunho geográfico de ocupação humana ao longo dos caminhos. “Muitas dessas procissões - préstitos profanos como se escreveu – seriam quase que os únicos divertimentos coletivos na povoação de Piratininga” (BRUNO, 1953, p. 368), nesse estágio, segundo nossa concepção, uma povoação com características urbanas que almejam profundas mudanças sociais, políticas e econômicas, o que representaria a grande possibilidade de significativas transformações e usos do território no prolongamento dos diversos caminhos que partiam do núcleo central.

A nosso ver, a constituição dessa rede de caminhos antigos nos parece ter sido de fundamental importância para o estabelecimento dos núcleos populacionais no grande território paulista, caracterizado nesse estágio pela busca e apropriação de novos espaços produtivos. Aqui fazemos menção ao processo de ocupação a partir dos “Campos de Piratininga” e serra abaixo, dos caminhos que vinham da Baixada Santista e penetravam nos paredões da Serra do Mar até atingirem o planalto, o Peabiru (PETRONE, 1995). Para o autor, em relação à Baixada Santista, São Paulo nos Campos de Piratininga beneficiava-se da articulação de caminhos que a unia ao litoral com uma rede viária de caminhos em conjunto com vias fluviais, o que Marcílio acrescenta assinalando que o rio Tietê era um dos mais importantes, “pois permitia relações no sentido Leste-Oeste do planalto, além de ser estreitamente ligado à história local e de toda Capitania” (MARCÍLIO, 1973, p. 5). Para a autora, muitas populações se estabeleceram no planalto paulista e além das estradas e bandeiras rumo ao interior das matas, os rios (PETRONE, 1995; MARCÍLIO, 1973) também tiveram um papel importante e grande influência para o povoamento e o intercâmbio entre esses núcleos populacionais. Os rios Tietê correndo para oeste e o rio Paraíba com rumo a nordeste do município de São Paulo são dois rios que segundo Marcílio, “estão intimamente ligados à história da penetração e ocupação das duas zonas – oeste e nordeste do território paulista – que se desenvolveram partindo da cidade de São Paulo” (MARCÍLIO, 1973, p. 5).

Para esses autores e nos estudos de geografia urbana, organizado por Aroldo

de Azevedo (1958), o próprio autor pontua que no transcorrer dos séculos, após perpassar por diversas fases de desenvolvimento São Paulo crescia de forma extraordinária, e a expansão dos espaços produtivos teve lugar com a expansão da rede ferroviária, a introdução do café em terras paulistas e as franjas pioneiras cada vez mais adentrando o sertão do planalto de Piratininga. Nas palavras do próprio autor

Da conjugação de todos esses fatores – um atuando em caráter permanente desde a fundação da cidade, outros fazendo-se sentir somente a partir de época relativamente recente, além daqueles que apenas tiveram importância num passado já remoto – foi que resultou o crescimento demográfico e espacial da Capital paulista (AZEVEDO, 1958, p. 15).

Não vamos nos estender na questão da expansão da rede ferroviária na época das grandes fazendas de café, pois temos como referência primordial a clássica obra de Pierre Monbeig⁶⁸. Poderíamos elencar vários outros autores além de Monbeig que trataram do mesmo assunto, porém, apenas traçaremos alguns elementos históricos importantes para compreender os vários momentos de desenvolvimento por que passou o planalto de Piratininga no pretérito apontando as características da força produtiva que moldou a história paulista. Nesse sentido faremos menção ao grande professor Pierre Deffontaines⁶⁹ que afirma categoricamente que “as estradas de ferro muitas vezes determinaram no Brasil a ruína de antigas aglomerações da circulação” (DEFFONTAINES, 1944, p. 146). Ele aponta que antes de serem criadoras de cidades, as ferrovias provocaram uma verdadeira hecatombe. Mas o autor não nega que as estradas de ferro fizeram triunfar também muitas cidades por onde passavam e são a causa de uma enorme geração urbana. E destaca que

a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de linha, que desemboca na região nova e constitui uma ponta pioneira, e a boca de sertão, a boca sobre as regiões vazias (DEFFONTAINES, 1944, p. 147).

Com as franjas pioneiras adentrando o sertão de Piratininga, as linhas férreas chegando cada vez mais distante no território paulista, também foram se constituindo muitas fazendas de café e com elas foram surgindo a necessidade de mão-

⁶⁸ MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC & Ed. Polis, 1977.

⁶⁹ DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. In: Boletim Geográfico, São Paulo (14): 141-148, 1944; (15): 229-308, 1944.

de-obra barata, apoiada basicamente no trabalho escravo. Cumpre destacar que a força produtiva do trabalho escravo foi, assim, expropriada pela classe dos senhores fazendeiros de café, onde na sociedade escravocrata como a do Brasil nos séculos XVIII e XIX, depois das inúmeras tentativas de escravização indígena nos séculos anteriores, nessa etapa de desenvolvimento das fazendas de café, o escravo era mercadoria e instrumento de produção, por consequência, a própria força produtiva segundo Antônio Filho (2010, p. 94). Para ele

Os primeiros fazendeiros de café, tanto na baixada fluminense como no planalto paulista, na região do vale paraibano, tinham como objetivo precípua, enriquecer materialmente, acumular o máximo de bens pelo domínio das áreas desbravadas e cada vez mais expandidas, sem qualquer critério, sobre a mata original. Não havia, nestes pioneiros, qualquer intento de aprimoramento espiritual ou cultural (ANTÔNIO FILHO, 2010, p. 94-95).

Nesse sentido, segundo as concepções do professor Antônio Filho, São Paulo passava por um novo ciclo de desenvolvimento, porém, numa sociedade cujas relações de produção se expressavam e ainda hoje se expressam na exploração do homem pelo homem. Essa relação segundo o autor se caracteriza pelos fundamentos de exploração e desigualdade que também se justificam pelas relações predatórias estabelecidas por esta sociedade com relação à natureza e seus recursos naturais. Ligados à produção cultural dos grupos vinculados a essas áreas com seus costumes, crenças e organização social, assistimos nesse período diversas formas de expropriação dessas culturas pelas oligarquias dominantes na figura de ricos fazendeiros da época colonial perpassando pela expansão cafeeira. Várias dessas formas aqui elencadas já foram assinaladas nas laudas anteriores e nesse processo de expropriação fica muito claro que a submissão dos indígenas foi sucedida pela do negro e a nosso ver, o chicote representava o mais visível símbolo da autoridade do senhor sobre o escravo. Nesse período de opulência e depois, da fase de queda da cultura cafeeira, julgamos importante frisar que em sua nova configuração geográfica, de acordo com os autores já citados, vimos nessa etapa de transformação da economia paulista a proximidade de uma passagem ou transição, do sistema rural para o urbano com rápidas modificações no meio rural e nas novas configurações urbanas da cidade.

São Paulo dava os primeiros passos para se integrar na era industrial no

século XX⁷⁰, o que para nós, influenciados pela obra de Henri Lefèbvre (2001), e concordando com esse autor, essa integração de São Paulo na nova era se constituiu em um estágio considerado de “zona crítica” (LEFÈBVRE, 2001, 2012), onde a aglomeração urbana já avançava além da organização do espaço, caracterizando o passo inicial do modelo de vida agrário para o urbano. Mais que as formas urbanas, o âmbito da cultura seria uma das instâncias mais afetadas por esse novo momento de desenvolvimento da cidade de São Paulo. Basta lembrarmos do período colonial que praticamente destruiu as culturas existentes, colaborando para a introdução de novos costumes, mesclados com os existentes nas paragens do Planalto de Piratininga⁷¹. Com todas essas transformações, mesclagens culturais e miscigenações, São Paulo, agora designada de Metrópole, dava início a um novo patamar de desenvolvimento, atribuído também ao forte processo de urbanização e crescimento populacional já apontado por Azevedo (1958). Para esse autor, o antigo e tradicional meio de vida dos paulistas dava lugar ao renascimento de uma nova cidade, agora edificada e caracterizada por grandes aglomerados urbanos. Para São Paulo, o glamour e a estética passariam a serem os elementos fundamentais da nova era de crescimento e organização espacial com a transformação do espaço geográfico assimilando influências, a nosso ver, das novas dinâmicas de transformação da antiga Paris do século XIX.

Assinalamos aqui novo processo de destruição das culturas até então disseminadas pelas novas formas de organização das comunidades advindas do rompimento ou desligamento do cotidiano rural para esse novo momento de aglomeração na constituição das cidades. Com certeza, esse novo modelo de organização foi responsável, talvez em conjunto com outros aspectos, também como já assinalou Azevedo (1958), pelo espraiamento cada vez maior dos pequenos (ou maiores) grupos populacionais menos favorecidos economicamente, empurrados para as zonas mais distantes destes centros renovados e badalados ao ritmo das influências europeias que parecem persistir até a atualidade. A nosso ver, esse distanciamento da grande metrópole que se desenvolvia, traria provavelmente também a necessidade desses grupos se reorganizarem em novas paragens constituindo um novo processo de assimilação e reprodução social. Caberia aqui assinalarmos o amplo conjunto de

⁷⁰ Dirceu Lino de Mattos faz uma profunda discussão sobre o Parque industrial paulistano na obra de Azevedo (1958), *A Cidade de São Paulo – Estudos de Geografia urbana*. Volume III, Aspectos da Metrópole Paulista. Ver capítulo I.

⁷¹ Fernando F. M. de Almeida propôs a designação de Planalto Paulistano, em substituição à de Planalto de Piratininga, muitas vezes usada pelos historiadores e também por nós ao longo dessas laudas, porém, utilizamos esse termo como fundo exclusivamente histórico, como assinalado por Almeida (1958, p. 6).

situações que favoreceram ou determinaram o surgimento dos núcleos populacionais segregados da grande metrópole, porém, vivendo sob influência desta nas novas configurações urbanas espalhadas pela periferia de São Paulo. Trataremos dessas aglomerações nas laudas adiante, quando efetivamente trazermos o recorte empírico desse trabalho ao assinalarmos a possível formação dos aglomerados de Cotia e Itapevi especificamente. Antes, porém, cabe assinalar alguns aspectos no processo de metropolização a partir do século XIX, que daria nova configuração à cidade de São Paulo para depois tratarmos do recorte empírico.

CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

A originalidade geográfica principal do sítio urbano de São Paulo reside na existência de um pequeno mosaico de colinas, terraços fluviais e planícies de inundação, pertencentes a um compartimento restrito e muito bem individualizado do relevo da porção sudeste do Planalto Atlântico Brasileiro. De tal forma o esqueleto urbano da aglomeração paulistana se justapôs à bacia sedimentar do alto Tietê, que o estudo do sítio atual da Metrópole equivale, sob muitos aspectos, a um estudo da própria região fisiográfica, restrita e individualizada, conhecida pela designação de *bacia de São Paulo* (AB'SÁBER, 1957, 2007, p. 13).

Em um contexto mais amplo, considerando as inúmeras discussões em salas de aulas, em congressos, audiências públicas, reuniões, encontros e demais eventos acadêmicos, questões sobre o capitalismo e suas dinâmicas foram notadamente debatidas e dessas discussões que presenciamos, inferimos que é notável em nossa evolução histórica que o modo de produção capitalista rompe com o modelo de cidade medieval, sobretudo no século XIX, para dar lugar ao modelo de metrópole produzido no mundo ocidental. Cumpre apontarmos na direção de constatar as mazelas do domínio da mercadoria e do modelo privado de apropriação onde o trabalho mecanizado e repetitivo passa a moldar a vida cotidiana, numa indissociável relação entre a fábrica e a casa onde a temporalidade do trabalho na cidade não é a mesma do campo. O tempo lento vai se esvaindo para dar lugar ao tempo rápido, cronológico, angustiante, o tempo da produção, multiplicação dos produtos, o tempo da acumulação, da mais-valia, da expropriação social. O tempo e espaço são arrancados na cidade, há solidão: as pessoas não conhecem umas as outras, as casas são meros autômatos, máquina de repouso para um novo dia de trabalho, de produção mecanizada, de metas, novas metas, mais produção, mais metas, mais produção... Em busca do mais-valor, apropriação da renda da terra e da perpetuação da propriedade privada, “condições socialmente necessárias para a perpetuação do capitalismo” (HARVEY, 2013, p. 461), são os novos paradigmas contemporâneo. Para esse autor, a barreira que o feudalismo coloca entre o trabalho e a terra é socialmente necessária para a reprodução do capitalismo.

“Mas ao criar o feudalismo como uma barreira ao trabalho, o capital também cria barreiras para si mesmo. Ao possibilitar a reprodução do

trabalho assalariado, a apropriação da renda também se torna possível. Esse é um aspecto da posição contraditória do feudalismo no capitalismo” (HARVEY, 2013, p. 462).

Essas contradições se revelam empiricamente em cada cidade constituída pós-feudalismo, denotando a produção das configurações espaciais e as mobilidades do capital na forma de mercadoria e do trabalho na cidade. Esta cidade arranca o homem da terra, expropria a vida em comunidade, para direcionar o homem-máquina no espaço urbano. Assim, predominam sequências quase invariáveis de gestos mecanizados e de procedimentos, ausentes de elaborações mais sofisticadas por parte dos indivíduos que são portadores da cotidianidade. E a geografia está aí como testemunha e objetivação desses fatos e artefatos do cotidiano, suas particularidades e diferenças. Isso implica inferir que as relações dinâmicas entre os indivíduos em sociedade e destes com o meio em que vivem e se reproduzem, provocam por seus movimentos, tensões e transformações que se traduzem nas definições de territorialidades, na reconstrução do ser social, da cidade, do espaço, da modernidade, da pós-modernidade, como queiram. Para Carlos Bocuhy⁷², Londres e Paris são arquétipos do modelo de metrópole produzidos no mundo ocidental deste período - moderno, pós-moderno - e São Paulo herdou influências marcantes desse modelo. Bocuhy afirma que a cidade de São Paulo continua sendo reconstruída ano após ano, século após século. A esse respeito, Walter Benjamin (1991) ao retratar Paris transformada por Haussman⁷³, pela análise fria e realista do poeta Baudelaire, mostra não apenas a destruição das “catacumbas”, dos “cortiços” e conjuntos de casebres do operariado e trabalhadores franceses, mas a própria dimensão simbólica atribuída aos grupos, como marginais e miseráveis, cujos quais deveriam dar espaço aos homens de bem e ao renascimento da cidade luz. O aparecimento dessa nova Paris terá uma configuração única da cidade: grandes avenidas, edifícios com formas universais, presença massiva do ferro e do vidro, simbolizada pela torre Eiffel e as galerias (protótipo do centro comercial

⁷² Carlos Bocuhy. Palestra sobre a Metrópole de São Paulo, apresentada no Seminário Metrópoles Saudáveis no dia 03 de novembro de 2004. Na mesma mesa as considerações de Bocuhy foram complementadas pela fala do professor Paulo Figueiredo de Piracicaba, representante da SODEMAP (Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba).

⁷³ Consideraram-no um dos maiores prefeitos de todos os tempos. George-Eugène, barão de Haussmann, um homem que viera de Var, do sul da França, nomeado prefeito do departamento do Sena por Napoleão III, em 1853, tornou-se o maior modernizador urbano que se conheceu até agora no Ocidente imprimindo seu nome para sempre numa das mais belas cidades do mundo. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/educacao/historia/a-paris-de-haussmann-o-artista-da-destruicao,21083ba2262ea310VgnCLD200000bbccbe0aRCRD.html>. (Acesso em 10/out/2016).

contemporâneo, onde o burguês, a mulher chique e o flâneur⁷⁴ poderiam passear sem ser incomodados), num modelo de urbanismo complacente com a vida burguesa, mas fundamentalmente com o controle e fluidez da mobilidade e da mercadoria na metrópole pela regulação do Estado. Mas a sucessão dos dias, por sua vez, requer repetições e continuidade de atos para que certa ordem social se mantenha e reproduza. Porém, os indivíduos não são meros depositários de normas ou cumpridores isolados de tarefas sem experimentarem contradições entre as tradições e o moderno.

Do choque entre a tradição e o moderno é que a dimensão dos principais problemas urbanos hoje emerge. Como destaca Simmel (1997, p. 11) “(...) os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa, e da técnica de vida”. Ele revela o quanto isso pode ser perturbador, sobretudo numa escala metropolitana, onde o indivíduo acaba por produzir mecanismos de defesa, barreiras psicossociais que ignoram a maior parte dos confrontos que o provoca diariamente. Isto é um elemento fundamental para se compreender a necessidade de fuga e refúgio da grande cidade, ou mesmo a canalização do choque existencial, em que a primitiva atividade turística passava a oferecer por meio de viagens ao bucolismo do campo, da badalação das praias e a efemeridade de outras paisagens e lugares. Essa condição de existência no plano geral do fenômeno urbano depende que todos e cada indivíduo estabeleçam elos e significados com as regras de que dispõem para garantir sua própria existência singular e sua reprodução

⁷⁴ O termo flâneur vem do francês e tem o significado de "vagabundo", "vadio", "preguiçoso", que por sua vez vem do verbo francês flâner, que significa "para passear". Charles Baudelaire desenvolveu um significado para flâneur de "uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la". Devido à duração da utilização e teorização por Baudelaire e inúmeros pensadores em termos econômicos, culturais, literários e históricos, a ideia do flâneur tem acumulado importante significado como uma referência para compreender fenômenos urbanos e a modernidade. Walter Benjamin descreve o flâneur como um produto da vida moderna e da Revolução Industrial, sem precedentes, um paralelo com o advento do turismo. Benjamin se tornou o seu próprio exemplo, observou o social e estético durante longas caminhadas por Paris. A percepção do flâneur parece se dar diante daquilo que é transitório na cidade, mas ele não simplesmente lamenta-se a respeito da transitoriedade, ele se alimenta dela, ele formula uma espécie de abrigo no ventre da caótica urbanidade – bem entendido, caótica para os cidadãos, não para os gerenciadores políticos da nova ordem social – tecendo uma narrativa dos atrativos da cidade, numa espécie de reconhecimento do apelo erótico das coisas e das pessoas no contexto dos desencontros modernos. O flâneur atende, inicialmente, a uma necessidade individual burguesa de sobrepor-se à aristocracia e irá tornar-se um instrumento das próprias massas, devido ao protagonismo das mesmas no gênero inaugurado pelo observador da cidade. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?sourceid=chrome-psyapi2&ion=1&esqv=2&ie=UTF-8&q=fl%C3%A2neur%20baudelaire&oq=fl%C3%A2neur&aqs=chrome.3.69i57j0l5.5808j0j7>

(Acesso em 22/set/2013, revisado em 10/out/2016). Outras informações disponíveis em:

http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf

(Acesso em 10/out/2016).

social como sujeitos históricos. Esta fase da metrópole, sumariamente poetizada por Baudelaire, crítica e negativamente assinalada por Benjamin (1991), é considerada por Ghorra-Gobin (2009) ainda como a primeira fase da globalização, que se arrolaria até o fim da Primeira Guerra Mundial, onde o crescimento das cidades se verifica mais incisivamente nos países da Europa.

Para a autora a transição para a “segunda globalização” é marcante até meados da década de 1950, quando os países subdesenvolvidos, ou emergentes, passam por um processo de explosão demográfica, em que a formação de conglomerados desafiaria por suas dimensões a própria noção de metrópole. Os desafios colocados por essa nova organização social se deslocam e se intensificam com a profunda industrialização e modernização na América Latina, com a independência das nações africanas e com o afloramento econômico no sudeste asiático. Davis (2006) aponta que a urbanização no terceiro mundo continuou em seu passo aceleradíssimo, 3,8% ao ano entre 1960 e 1993, (DAVIS, 2006, p. 24). A velocidade com que se constata o desenvolvimento do turismo e serviços associados é semelhante aos problemas ambientais, à pobreza e violência nestes países. Mike Davis (2006) estima que, aproximadamente, na atualidade, mais de meio bilhão de pessoas vivem em favelas, sem acesso as condições mínimas de saneamento e saúde. Para o autor,

“os favelados embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global” (DAVIS, 2006, p. 34).

De acordo com o professor Lluís Mundet y Cerdan em uma de suas aulas proferidas no Anfiteatro da Biblioteca de Rio Claro no 2º semestre de 2013⁷⁵, alarmantes índices de violência de cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, são contraditórios frente a um dos maiores contingentes policiais do planeta. Ainda assim, a emergência da questão do patrimônio cultural nesta fase desperta algumas possibilidades de aliar educação, proteção de elementos significativos da memória e, simultaneamente, melhorias econômicas, sociais e ambientais às áreas e regiões atingidas pelo gradativo crescimento destes problemas. Portanto, estes espaços, dialeticamente, a partir de novos comportamentos e valores despertados, projetam-se

⁷⁵ O professor espanhol ministrou a disciplina Geografia e Turismo: estratégias de educação e proteção patrimonial no Programa de Pós-Graduação da Unesp Rio Claro no 2º semestre de 2013 com carga horária de 60 horas.

também como lugares passíveis de turistificação e, no limite, com a possível melhoria das condições de vida da população, segundo uma perspectiva que avança para além do setorialismo econômico. Para o professor, no atual estágio de desenvolvimento tecnológico, são reais as possibilidades de transformações da organização produtiva mundial, assegurando que as sociedades em seus modos de reprodução social poderiam se beneficiar dessas transformações para desenvolvimentos próprios, mesmo com os problemas advindos da implosão-explosão do processo de urbanização sem precedentes. A respeito dos problemas advindos desse processo de implosão-explosão do urbano, que segundo Milton Santos (1996, p. 161) coloca o espaço humano como um resultado da produção, para Ana Fani essa transformação do espaço urbano/humano, acarreta a destruição dos referenciais urbanos e as antigas relações sociais. A autora destaca que

A condição da reprodução varia no tempo, neste sentido, a dinâmica urbana deve ser analisada enquanto momento histórico determinado, no movimento do processo de reprodução continuada da metrópole. Esta revela o fato de que a constituição da sociedade urbana se realiza e se concebe ao longo de um processo no curso no qual explodem as formas urbanas, como decorrência do fenômeno de implosão-explosão da cidade, transformando usos e funções, trazendo, como consequência, a destruição dos referenciais urbanos e com elas, das antigas relações sociais (CARLOS, 2003, p. 77).

Para Milton Santos (1985) este seria o período tecnológico da história, traduzido como técnico-científico-informacional, que teria poder de alterar profundamente a organização produtiva global, por meio de articulação profunda das ciências, das técnicas e dos meios de informação. Segundo ele, “a tecnologia de comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto.” (SANTOS, 1985, p. 27). Henri Lefèbvre (2001, p. 11-15), ainda que sem precisar factualmente, vê a proximidade de uma passagem ou transição, da cidade industrial para um estágio considerado de “zona crítica”, onde a conjunção implosão-explosão do urbano propiciaria aspectos como a concentração populacional, o êxodo rural e completa subordinação do modelo de vida agrário para o urbano. Nesse sentido o autor aponta um processo com dois aspectos: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”. Ele afirma ainda que os “dois aspectos” deste processo, inseparáveis, tem uma unidade, e, no entanto o processo é conflitante (LEFÈBVRE, 2001, p. 16). Para Lluís Mundet (2013) mais que as formas urbanas, o âmbito da cultura seria uma das

instâncias mais afetadas por esse novo momento, o que para autores, como Harvey (1992), Hall (2006) e Soja (1993), associar-se-ia a passagem da Modernidade à Pós-Modernidade. E é justamente neste sentido que a abordagem mais específica do recorte emerge para a Região Metropolitana de São Paulo com o propósito final de se chegar às cidades de Cotia e Itapevi, após a tentativa de traçar algumas escalas de tempo e espaço na complexidade de entendimento desse processo de urbanização.

Ainda que as grandes aglomerações nos períodos primitivos e medievais possuam expressividade historiográfica para o entendimento da cidade, de acordo com as considerações dos autores já mencionados, em especial Azevedo (1958), a urbanização, sobretudo nos séculos XIX e XX, exhibe aspectos singulares e complexos, o que para o autor “esse crescimento constitui outro motivo de reflexão e exige, naturalmente, uma explicação satisfatória” (AZEVEDO, 1958, p. 10), fazendo menção ao grande crescimento espacial e populacional de São Paulo, comparando inclusive com o crescimento de algumas cidades norte americana, situando Detroit como exemplo (AZEVEDO, 1958, p. 8). Nesse sentido, a metropolização talvez seja um dos fenômenos mais característicos da Modernidade (HARVEY, 2013). Esta situação é observada de forma peculiar no espaço geográfico, ou seja, ela não é, nem foi simultânea, tão pouco se desenvolveu da mesma maneira na superfície do planeta (DAVIS, 2006). No entanto, esse autor traça um perfil bastante deprimente e realista sobre a situação mundial a respeito do crescimento das cidades. Os problemas advindos desse crescimento desordenado geram infortúnios de difícil solução e a periferização urbana se torna o lócus do período moderno da civilização. Desta forma, para nós, entender a especificidade da metropolização na constituição das grandes cidades e na materialização da vida cotidiana é, sem dúvida, um passo fundamental, mas ainda distante, para um entendimento verdadeiro de seus problemas e de suas potencialidades.

Nesta perspectiva, busca-se traçar uma relação entre as múltiplas escalas espaciais e de regimes de tempo, que possam não apenas situar o recorte empírico de nosso trabalho (Cotia e Itapevi-mapa 6), mas ao mesmo tempo, dentro das possibilidades de interpretação do processo de transformação, apreender a totalidade do fenômeno urbano. E assim, portanto, tratar simultaneamente a emergência da cidade e do patrimônio na contemporaneidade enquanto forma-expressão paisagística e cultural dos territórios, mas também condição para a realização do encontro, dos laços de amizade, da cidadania e um amplo conjunto de resultados que os problemas das grandes aglomerações ainda impedem. Para nós, a mancha metropolitana de São Paulo tornou-se

um dos mais espetaculares e intrigantes processos de urbanização nos últimos tempos, o que é fácil de visualizar pela mancha urbana apresentada no mapa 6 abaixo, onde destacamos as cidades de Cotia e Itapevi, parte do recorte empírico de nosso trabalho.

Como já explicitado nos estudos urbanos de Azevedo (1958), o vertiginoso crescimento da malha urbana de São Paulo já naquela época despertava a atenção para o entendimento desse fenômeno. Algumas décadas depois, a cidade continuaria expandindo seus horizontes, agora associado a uma desmedida proporção de problemas e peculiaridades que analisamos, fazendo com que este fenômeno exija dos pesquisadores, intelectuais, agentes governamentais, políticos e demais pensadores, profundas reflexões, que possibilitem a curto e médio prazo determinadas propostas interventivas, visando à amortização de suas principais contradições. Como vimos nas discussões anteriores, o Planalto de Piratininga, agora Estado de São Paulo e designado como Planalto Paulista por Almeida (1958), teve na gênese de sua colonização, durante a fase dos ciclos de assentamento, a lavoura canavieira como propulsora do seu crescimento econômico.

Em breve resumo das discussões apresentadas, esta lavoura canavieira, por sua vez, foi responsável entre os séculos XVII e XVIII pela formação de um capital primitivo capaz de subsidiar paralelamente diversas atividades agrícolas, sobretudo a do café (Antônio Filho, 2010). Para o autor a cultura cafeeira foi, a partir de então, o principal recurso a trazer divisas no estado, constituindo, na visão de Azevedo (1958) ao final do século, na estruturação do processo de industrialização, subsidiado pela união entre capitais internacionais e nacionais, paralelamente a expansão dos meios de transportes, propiciados também pelas pretéritas linhas férreas para o escoamento da produção para os portos e destes para os Estados Unidos e em menor escala a Europa (SANTOS, 1994, AZEVEDO, 1958). Para Azevedo, ainda que antes mesmo da segunda metade do século XX São Paulo desponte como o principal centro econômico do país, na verdade, até então, os aspectos da capital paulista são caracterizados por ares provincianos, em que há forte atmosfera de um mundo rural prestes a desmoronar.

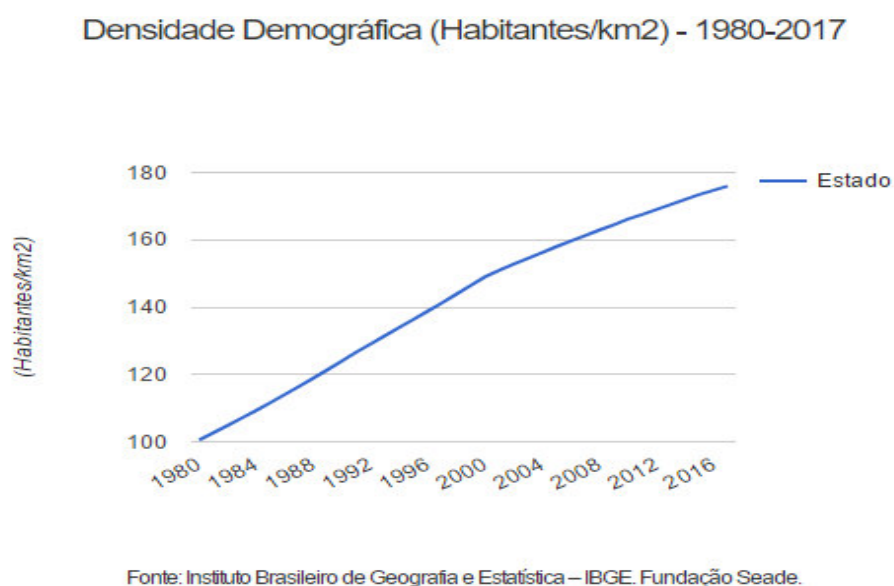
Mapa 6. Mapa da área de localização do objeto empírico - Cotia/Itapevi.



Elaborado por Silva, J.C. e Guedes Jr. E. Outubro de 2016. Fonte: <http://www.openstreetmap.org/copyright>

Pouco antes, autores como Gilberto Freyre (1996, p. 30), descrevem de maneira singular os aspectos desses novos tempos, onde a cidade tornava-se espaço hegemônico da sociedade brasileira⁷⁶. Na tabela 1, os números mostram exatamente como a cidade de São Paulo, possuindo população com pouco mais de 2 milhões em 1950, passa 30 anos depois, em 1980, a 8 milhões de habitantes, ou seja, praticamente multiplicada por 4 e já caracterizada como uma das maiores e mais importantes metrópoles na América Latina. No gráfico 1 é possível notar que a partir de 1980 também houve um crescimento considerável e a densidade demográfica ultrapassa os 170 habitantes/km². No gráfico 2 o grau de urbanização da cidade atinge mais de 90% entre 1980 e 2017 de acordo com o IBGE e a Fundação Seade. Optamos por apresentar somente os dados da cidade como um todo, deixando de apontar essas mesmas características somente para a Região Metropolitana de São Paulo ou até mesmo comparando com ela nesse primeiro momento. Deixemos essa apreciação dos dados da RMSP para o gráfico 6 mais adiante tratando da densidade demográfica.

Gráfico 1. Densidade demográfica de São Paulo de 1980 a 2016.



Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

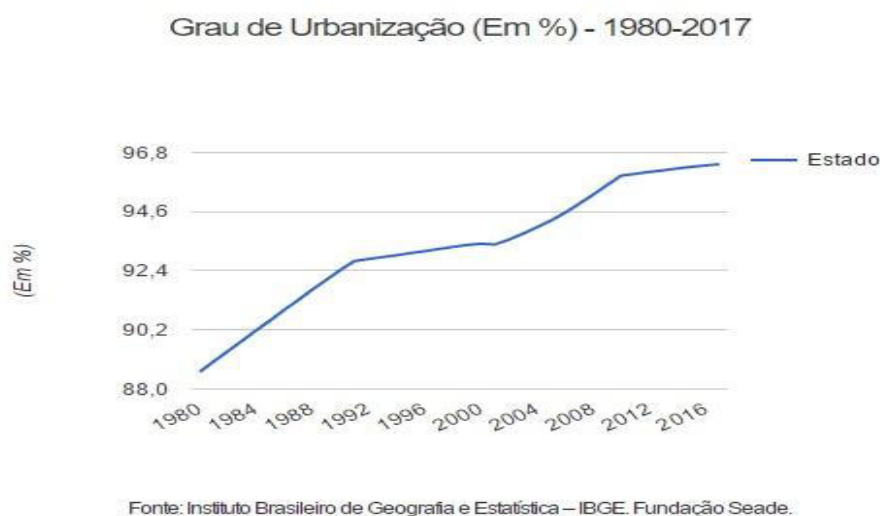
⁷⁶ “A praça venceu o Engenho, mas aos poucos. Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices; procurando imitá-las; às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de ‘inferiores’ por ‘superiores’. Outras vezes trocando do matuto rico, do fazendeiro opulento, mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quitoxesco, de tãda a ‘gente do mato’, de todo roceiro ‘serra acima’. (...) êsses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilos e estágios de cultura.” (FREYRE, 1996, p. 30).

Tabela 1. População e Taxa de Crescimento Geométrico Anual do Município, Região Metropolitana e Estado de São Paulo e Brasil entre 1872 e 2010, em comparação com o total do país. O quadro reflete o crescimento da mais expressiva metrópole brasileira entre 1872 e 2010.

População nos Anos de Levantamento Censitário								
Município e Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil								
1872 a 2010								
Anos	Município de São Paulo		Região Metropolitana de SP		Estado de São Paulo		Brasil	
	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾
1872	31.385		-		837.354		10.112.061	
		4,1		-		2,8		2,0
1890	64.934		-		1.384.753		14.333.915	
		14,0		-		5,1		1,9
1900	239.820		-		2.282.279		17.318.556	
		4,5		-		3,6		2,9
1920	579.033		-		4.592.188		30.635.605	
		4,2		-		2,3		1,5
1940	1.326.261		1.568.045		7.180.316		41.236.315	
		5,2		5,3		2,4		2,3
1950	2.198.096		2.622.786		9.134.423		51.944.397	
		5,6		6,1		3,6		3,1
1960	3.781.446		4.739.406		12.974.699		70.119.071	
		4,6		5,6		3,2		2,9
1970	5.924.615		8.139.730		17.771.948		93.139.037	
		3,7		4,5		3,5		2,5
1980	8.493.226		12.588.725		25.040.712		119.002.706	
		1,2		1,9		2,1		1,9
1991	9.646.185		15.444.941		31.588.925		146.825.475	
		0,9		1,6		1,8		1,6
2000	10.434.252		17.878.703		37.032.403		169.799.170	
		0,8		1,0		1,1		1,2
2010	11.253.503		19.683.975		41.262.799		190.755.799	

Fonte: IBGE – Censo demográfico / ⁽¹⁾ Taxa de crescimento geométrico anual.
 Outras fontes: Prefeitura de São Paulo, 2013. Disponível em:
http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php.
 Organizado por Abbul e Rafael Oliveira, 2013.

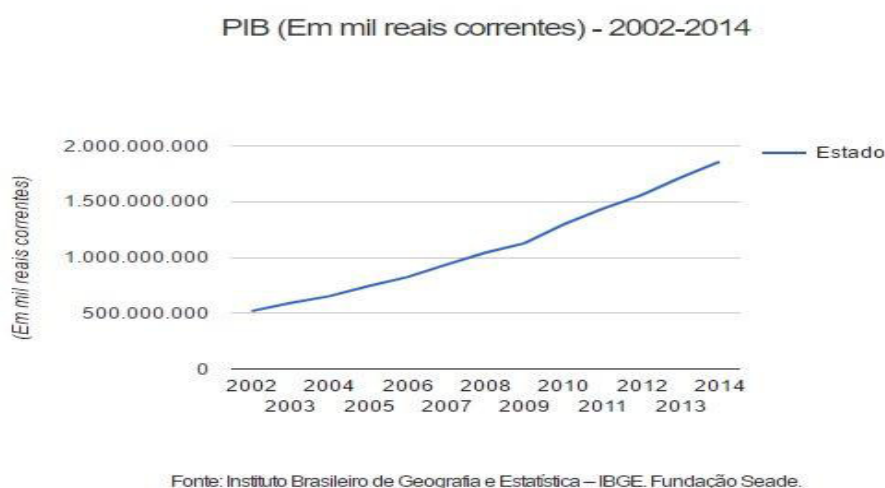
Gráfico 2. Grau de urbanização na cidade de São Paulo de 1980 a 2017.



Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

No gráfico 3 apresentamos os dados referente ao crescimento do PIB (em mil reais correntes) da cidade de São Paulo entre os anos 2002 e 2014, de acordo com as informações extraídas do IBGE e da Fundação Seade. Note-se que os valores indicam um crescimento constante que atingindo 500, 000.000 mil reais em 2002, chegando em 2014 somando valores superiores a 1.900.000.000 mil reais.

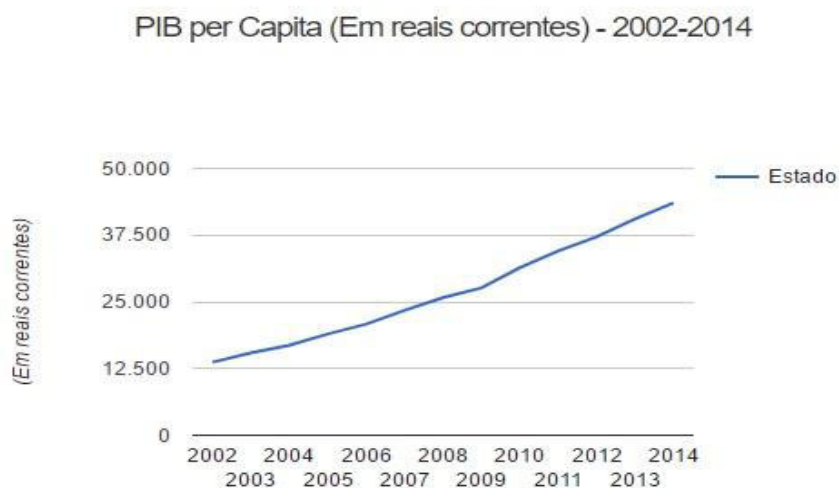
Gráfico 3. Elevação do PIB da cidade de São Paulo considerando os dados levantados entre 2002 e 2014 segundo as informações do IBGE e da Fundação Seade.



Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

No gráfico 4 denota-se o PIB per capita da cidade e também considerando as informações extraídas dos órgãos acima citados, verifica-se um crescimento constante atingindo o valor de 12.500 reais no ano de 2002, chega-se aproximadamente a 40.000 reais correntes em 2014.

Gráfico 4. PIB per capita da cidade de São Paulo considerando os dados de 2002 a 2014.

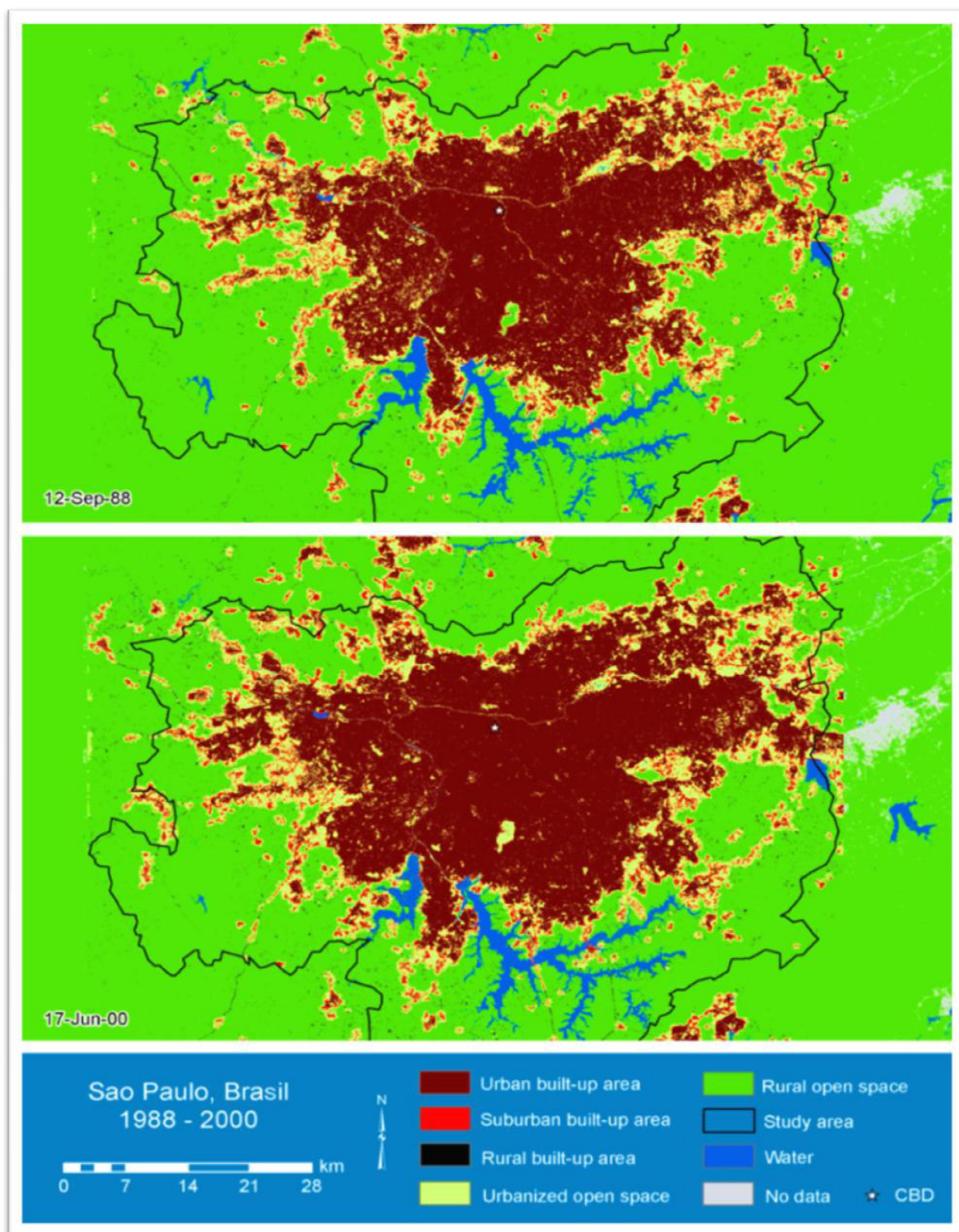


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fundação Seade.

Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

Interpretamos, nas análises dos autores já citados que esse crescimento acelerado, em conjunto com a industrialização, constitui com o advento do pós-guerra, na diversificação e o adensamento da produção industrial, onde a região sudeste torna-se o seu lócus espacial, sendo São Paulo o estado protagonista dessa realidade. Nesse sentido, o processo de metropolização de São Paulo trata-se do entendimento de um sistema (SANTOS, 1994), o que supõe sua historicidade, da qual advém sua singularidade, dinâmica e transformação. A cultura de massa e a intensa industrialização fazem com que ocorra uma série de transformações sócio espaciais nas cidades ao entorno da capital paulista, alterando a estrutura das mesmas e efetivando um acelerado processo de urbanização. Resultante desse processo, as imagens dessas cidades são expostas por paisagens carregadas de edifícios e concreto, configurando o novo desenho da macrocefalia urbana emergente. O espraiamento da metrópole paulista (como mostra o mapa 7), dá ainda uma noção de escala das transformações anteriormente apontadas.

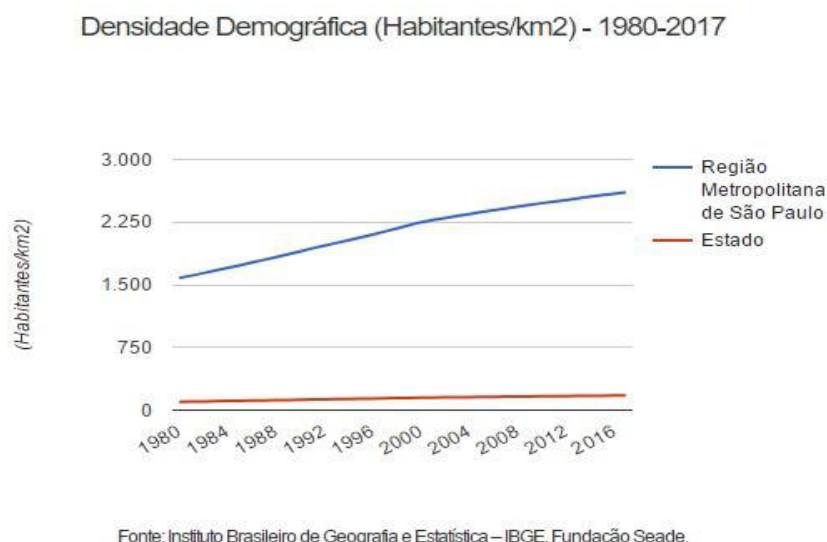
Mapa 7. Espraçamento metropolitano de São Paulo entre 1988 e 2000.



Fonte: Lincoln Institute.
Organizado por Abbul e Rafael Oliveira, 2013.

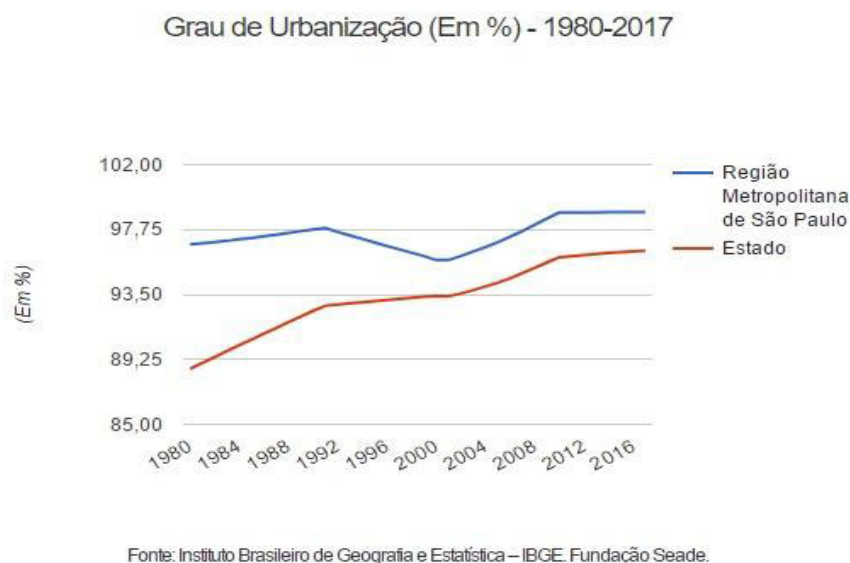
A escala de transformação no espraiamento metropolitano de São Paulo entre 1980 e 2000 apontado no mapa 6 acima, pode ser comparado com o gráfico 5 abaixo aonde a densidade demográfica a partir de 1980 mantém um certo equilíbrio no Estado como um todo.

Gráfico 5. Dados da densidade demográfica na RMSP (habitantes por km²).



Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

Gráfico 6. Grau de urbanização na RMSP entre os anos 1980 e 2017.



Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

Porém, quando vamos analisar a RMSP, esse crescimento fica evidente considerando que em 1980 a RMSP apresentava uma densidade de 1.500 hab/km², atingindo a marca dos 2.200 hab/km² em meados do ano 2000, crescendo sistematicamente ultrapassando a marca dos 2.250 hab/km² em 2017 de acordo com os dados do gráfico 5. Essa densidade se reflete no agrupamento dos edifícios que compõem a RMSP, ao possibilitar um maior número de famílias agrupadas verticalmente em detrimento dos agrupamentos horizontais. Ao analisarmos o grau de urbanização da RMSP, apresentado no gráfico 6 acima, verifica-se que o Estado de São Paulo em 1980 apresentava um grau de urbanização de 89% aproximadamente. A margem de 93,50% parece se manter entre os anos 2000 e 2004, atingindo em 2016 a marca de 96% aproximadamente. A RMSP apresenta um grau de urbanização de quase 98% já em 1980, sofrendo uma queda entre 1982 e 2000 quando atinge cerca de 95% do grau de urbanização. No entanto, esse número volta a crescer a partir de então, atingindo a marca dos 98% em 2016 aproximadamente. Entretanto, o processo de expansão, embora a taxa de crescimento da metrópole dê sinais de queda entre os anos 80 e 2000 (tabela 2), esta taxa ainda mantém considerável vigor demográfico, sobretudo, devido ao espraiamento dos municípios ao entorno.

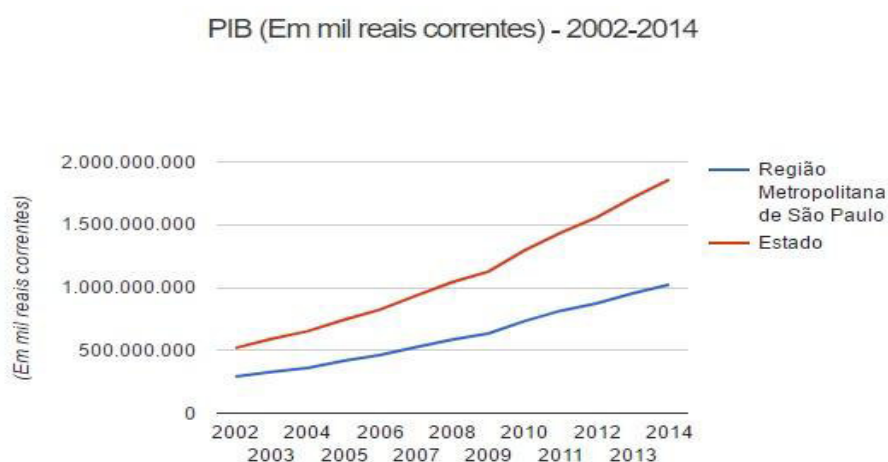
Tabela 2. Taxa de crescimento anual da RMSP (1970-2007).

ANO	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	RM DE SÃO PAULO	TAXAS DE CRESCIMENTO (% A.A.)	
			MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	RM SÃO PAULO
1970	5.962.856	8.178.241		
			3,58	4,38
1980	8.475.380	12.549.856		
			1,15	1,86
1991	9.610.659	15.369.305		
			0,91	1,68
2000	10.426.384	17.852.637		
			0,55	1,33
2007	10.834.244	19.586.265		

Fonte: http://www.ccst.inpe.br/projeto/megacidades/sao_paulo/banco_dados/appendice6.php
Acesso em 27/04/2017.

Segundo o IBGE (2000), a taxa de crescimento desses municípios, na década de 1990, foi de aproximadamente 2,89% ao ano, bem superior à da capital no mesmo período, que foi de 0,91% ao ano. Observa-se que, na década de 1970, houve um crescimento populacional na RMSP de 4,38% ao ano, passando para 1,68%, nos anos 90, e 1,33% em 2007. Apesar das taxas de crescimento anual entrar em declínio, a densidade demográfica ainda se mantém como já inferimos. Com esse crescimento, ainda que de forma concentrada na RMSP apesar de seu espraiamento, podemos inferir que crescem também os setores de serviços bastante diversificados, dados os níveis de desenvolvimento tecnológico na era da informação, consequentemente cresce também a circulação de mercadorias e do dinheiro na forma de reprodução do capital. Vejamos o gráfico 7 abaixo apresentando os dados do PIB da RMSP (em mil reais correntes) e o PIB per capita da RMSP no gráfico 8.

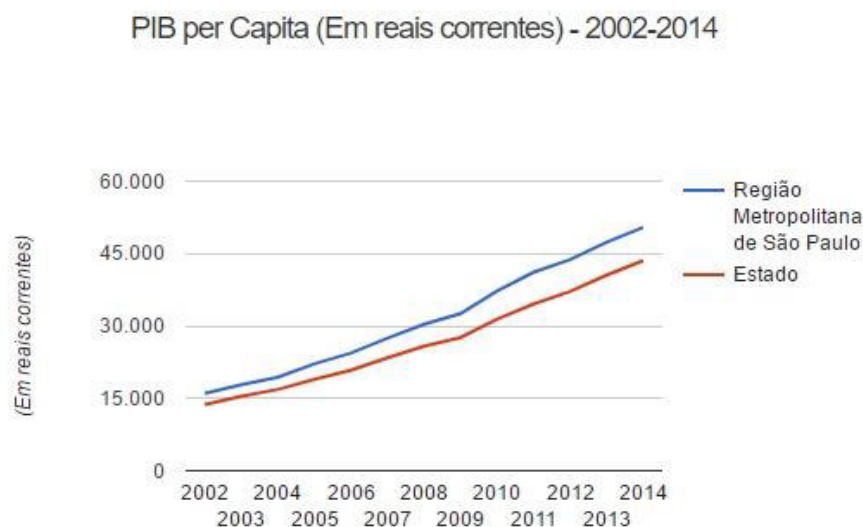
Gráfico 7. PIB da Região Metropolitana de São Paulo entre 2002 e 2014.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fundação Seade.

Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

Gráfico 8. PIB per Capita da Região Metropolitana de São Paulo entre os anos 2002 e 2014.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fundação Seade.

Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>

No gráfico 7 destacamos um maior rendimento no PIB do Estado como um todo, em relação à RMSP. Em ordem crescente o Estado atinge a marca dos 1.800.000.000 mil reais em 2014 aproximadamente, quando apresentava em 2002 apenas 500.000.000 mil reais. Já a RMSP em 2002 estava abaixo dos 500.000.000 mil reais e em 2014 não ultrapassa a marca dos 1.000.000.000 mil reais correntes. Essa grande diferença pode ser atribuída, entre outros fatores, à - novamente mencionando - desindustrialização de São Paulo nos últimos anos. Em relação ao PIB per capita, temos no Estado um valor menor que na RMSP, considerando que em 2002 o Estado atingia a marca dos 15.000 reais, enquanto a RMSP se destacava com um valor um pouco mais elevado, de aproximadamente 15.000 ou 16.000 reais. Em 2014, o Estado atingia uma média de quase 45.000, enquanto a RMSP atingia quase 48.000 reais aproximadamente de acordo com o gráfico 8 acima. No que se refere à economia regional metropolitana, em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) da RMSP correspondia a R\$ 450,6 bilhões, representando 56,2% do PIB estadual. Trata-se da maior concentração econômica do país (IBGE, 2005; SEADE, 2009). Com essa concentração pujante a metrópole se transforma num ritmo intenso, que se revela numa sucessão de formas pontuando momentos distintos do processo de urbanização. Segundo Carlos (2004), a mudança

mais evidente refere-se ao deslocamento das indústrias de São Paulo, uma tendência que se presencia no mundo em decorrência das alterações no processo produtivo e como condição de competitividade, que obriga as empresas a se modernizar. A diminuição dos custos de produção torna-se difícil numa metrópole extremamente edificada e especializada como São Paulo, onde o preço do solo urbano atinge valores elevados em comparação com o entorno. E ainda considerando que nesse entorno, os impostos geralmente são mais baixos e são oferecidos incentivos fiscais para a implantação de novas plantas industriais, o que de certa forma atrai as indústrias. Todavia, o deslocamento dos estabelecimentos industriais para o entorno ainda potencializa a concentração na metrópole, na medida em que muitas sedes de indústrias, que se deslocam do núcleo central, permanecem na RMSP (CARLOS, 2004). Assim, a análise da expansão da metrópole revela um processo que contempla a extensão do processo de ocupação, sinalizando o fenômeno de desconcentração do setor produtivo e centralização do capital. Esse comportamento sinaliza um movimento de passagem do capital produtivo para o financeiro. Ao mesmo tempo, a centralização financeira aponta outro fenômeno importante: “atualmente o capital financeiro, para se tornar efetivo, se concretiza por meio do consumo de espaços” (CARLOS, 2004). Considerando os dados da tabela acima apontando queda na taxa de crescimento da cidade de São Paulo, surgem questionamentos sobre as prováveis causas além das já elencadas tendências de espraiamento da metrópole. Mas podemos acrescentar ainda que os custos das moradias na periferia são mais acessíveis e de certa forma atrativos também para o capital especulativo que se torna um vetor de expansão da grande metrópole para os municípios vizinhos.

Nesta fase, as atividades de serviços, em que estão inseridas, entre outras, a do turismo, passam por mudanças significativas diante da diversificação e sofisticação da demanda, bem como do potencial de uma grande população munida de recursos e com necessidade de canalização e fuga do centro metropolitano. O recorrente processo de metropolização e expansão das cidades trazem à tona questionamentos importantes sobre as relações culturais na contemporaneidade. Destas, aquelas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural têm sido as mais destacadas por nós. Mas, frente à implosão-explosão urbana, como eleger, conservar e divulgar os elementos materiais da matriz cultural brasileira? Para Costa (2010), tal questionamento torna-se presente, sobretudo a partir da dispersão de ideias e amplitude dada pela Carta de Veneza (1964), assim como pela popularização do turismo, onde setores cada vez maiores das cidades

passam a configurar globalmente valores artísticos, econômicos e culturais das sociedades (COSTA, 2010). Onde os trabalhadores, mesmo diante das insalubres condições de sua atividade cotidiana, dispõem de um pequeno espaço de tempo para o lazer e desfrute possível da cidade. Ao mesmo tempo, como tratar de algo que a princípio se apresenta tão superficial em relação a problemas como o da miséria, a violência e a segregação nessas cidades? Ainda mais quando o sistema de participação popular nas políticas públicas é afetado por uma burocratização desmedida e minado pelas ações dos setores hegemônicos e de oligarquias ligadas ao capital imobiliário e especulativo. Este tratamento é urgente, mas não deve, ao contrário do que ocorre, estar desarticulado do viés cultural, em que o território e seus usos são fundamentais para uma práxis transformadora. E assim, não cair numa abordagem setorial de desenvolvimento, como as conhecidas tentativas desabrochadas pela modernização, ou por verticalidades onde a drenagem de recursos federais em projetos foi desarticulada dos interesses das populações locais (COSTA, 2010, p. 209).

Diante das angústias geradas pela Modernidade, caracterizada por Harvey como um interminável processo de rupturas e fragmentações (HARVEY, 2013, p. 22), hoje talvez por um novo momento seu, a Pós-Modernidade pode estar vinculada as grandes mudanças ocorridas nas qualidades de vida urbana a partir dos anos 1970 segundo Harvey (2013, p. 18), mas o próprio autor ressalta que determinar essas mudanças “culturais” ao passo de se denominar o novo processo de pós-modernidade é algo ainda a se refletir. A nós, cabe desenvolver, ainda que aqui de forma incipiente, antes do tratamento da abordagem das cidades de Cotia e Itapevi neste processo, buscar sinteticamente a noção de patrimônio neste contexto, bem como, por uma abordagem geográfica, do próprio papel do turismo a ele associado. Afinal, pelo nosso entendimento durante a passagem pelo Conselho de Turismo em Cotia, concordamos com a ideia ali disseminada que o turismo em tempos atuais pode ser considerado como uma das atividades econômicas se não mais importante, pelo menos uma delas nessas últimas décadas, mais precisamente para nós após os anos 2000, época em que tivemos maior envolvimento com a questão em tela relacionada com a questão cultural e ambiental. Ao que nos pareceu na época e ainda de certa forma persiste, o turismo nos dá a entender que carrega em seu bojo certa preocupação com os impactos que causa nos diferentes lugares ou territórios, dadas as circunstâncias de seu estabelecimento. Também, ao que nos parece, essa preocupação não se dá somente no plano econômico, mas também em todos os aspectos no sentido de desenvolvimento, trazendo para si a

necessidade de envolvimento das comunidades no processo de gestão desse turismo seja ele de caráter local ou regional. No entanto, não sejamos ingênuos, pois nesta perspectiva, o vislumbrar da atividade turística emerge como representativa possibilidade de significativas transformações e usos do território. Inclusive com a conscientização dos bens naturais, históricos e culturais dos grupos, permitindo possibilidades de gestão/preservação destes patrimônios⁷⁷.

Mas dialeticamente, observada com a criticidade de um movimento histórico, também se projeta na divisão internacional do trabalho a partir de interesses alheios e verticalmente aos objetivos das comunidades locais (COSTA, 2010, p. 55-56). Fato que pode conviver com certos ganhos econômicos, porém, muitas vezes, a custa da banalização da cultura e, na maioria das vezes, por impactos ambientais profundos e irreversíveis. Esta relação simultânea, não encerrada do processo, talvez seja uma pequena contribuição que as próximas laudas oferecem.

3.1. A Emergência do Patrimônio Cultural e Ambiental na cidade e o papel do turismo.

Com o advento das amplas reestruturações produtivas ao longo do século XX e meados do XXI, a questão do patrimônio histórico e cultural tem revelado grande complexidade diante das novas funções obtidas pelas cidades, funções como bem

⁷⁷ Nesse caso de usos do território de forma mais harmônica com as comunidades locais, ou dos usos destas comunidades em inter-relação com o meio ambiente, de acordo com a pesquisa de Adilson Fernandes Indi (Africano da Guiné Bissau estudando turismo em Brasília), na comunidade Kalunga de Cavalcante em Goiás, a realização de um turismo com o propósito de preservar os elementos culturais e naturais do lugar parece estar dando bons resultados. Pelo menos é o que esclarece o autor no resumo de seu trabalho ao inferir com certa propriedade de conhecimento que em Cavalcante a adoção do turismo como uma das estratégias para o desenvolvimento local, incluiu na agenda de trabalhos as preocupações com a manutenção das culturas locais e seus atributos tanto naturais como de bens imateriais buscando um maior envolvimento das comunidades no planejamento e na gestão do turismo local. Ao que nos indica o autor, Cavalcante é hoje uma das cidades privilegiadas pelo turismo por ter comunidades que guardam desde sua ancestralidade um riquíssimo acervo de saberes tradicionais e por manter preservado o seu ambiente exuberante com grandes extensões de vegetação nativa de grande valor ambiental. Segundo o autor as comunidades Kalungas possuem experiência secular na inter-relação com a natureza onde os sujeitos produzem e reproduzem sua cultura de forma harmônica com o meio ambiente local. O autor ressalta que essa relação de certa forma harmoniosa entre a comunidade e o turismo só tornou possível em Cavalcante porque todos os atores envolvidos, começando pelos representantes do poder público até os líderes das comunidades tiveram o engajamento de promover ações integradas para a consecução dos objetivos propostos. Pelo exposto o autor ressalta que as práticas turísticas em Cavalcante buscam ligar os saberes, tanto os técnicos como os tradicionais, contribuindo para melhorar a gestão do turismo na região. Para saber mais: Dissertação de mestrado: Turismo, tradição e sustentabilidade: os Kalungas do Engenho II - Cavalcante (GO). 2011.

cultural segundo Meneses (2006) e, no limite, pelo novo momento cultural produzido coletivamente pela sociedade nas definições de Harvey (2013). Dialeticamente, na concepção de Meneses, o desaparecimento do legado histórico e cultural das cidades – traduzido na paisagem pelas formas materiais do trabalho realizado coletivamente – onde a população, buscando assimilar sem sucesso as novas funções políticas, econômicas e culturais, passa a ter na preservação uma instância capaz de legitimar os aspectos de formação de sua sociedade, da memória e da sua identidade com o território e o próprio lugar. Num outro sentido, não há como negar que a emergência da lógica preservacionista esteja diretamente atrelada a uma ordem complexa, em que a cidade, tida como artefato, campo de forças e das representações sociais (MENESES, 2006), submete-se a um processo mercantil de exaltação superficial de atividades produtivas modernas⁷⁸, diretamente associadas aos elementos históricos e culturais ali presentes. As consequências podem ser contraditoriamente observadas pelo crescimento econômico local, na defesa da memória e na pluralidade das representações sociais inscritas na paisagem. Propiciando, pois, o saber, a difusão da arte e do conhecimento. Na medida em que também adquire a função de uma mercadoria cultural, que elege certas estruturas edificadas em detrimento de outras, tornando-se fator de segregação, desumanização, elementos urbanos que seriam, em palavras críticas de Choay (2006, p. 211) “(...) fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.

3.2. Apropriação, promoção e preservação do patrimônio cultural.

Mais que as contradições anteriormente apontadas, a questão patrimonial desperta temas abstratos, como bem pontuou Arantes Neto (2006, p. 54) basicamente relacionados às questões históricas e materiais de formação, em seus contextos de origem, dos bens culturais focalizados pela prática patrimonial e os valores a eles atribuídos nesses contextos socioculturais. Depois, sobre os processos de transformação desses bens em objetos oficialmente protegidos, incluindo identificação, documentação,

⁷⁸ “É este universo material e simbólico da produção cultural do espaço que tem se tornado objeto do olhar turístico, fenômeno que valoriza os bens de diferentes expressões culturais, fortalecendo a atratividade dos lugares. Identidades territoriais, muitas vezes esquecidas pelos próprios grupamentos culturais aos quais pertencem, emergem como objetos de consumo valorizados na mercantilização turística das paisagens, dos lugares e dos territórios, e ganham novas dimensões econômicas, políticas e também culturais, *além de dimensões ambientais*.” (PAES, 2009, p. 4, grifos nossos).

proteção e promoção. E, por último, quanto à sua (re)apropriação, prática e simbólica, por grupos sociais em circunstâncias determinadas. Em termos de preservação/gestão do patrimônio histórico, Luiz de Castro Faria, por exemplo, quando era membro do Conselho do Patrimônio, o mesmo se viu várias vezes com dificuldades para propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco ou colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro “patrimônio” (FARIA, 1995, p. 38). Para o autor, a questão do surgimento da gestão do patrimônio se deu em um contexto de instituições criadas e pensadas para exercer controle centralizado sobre o espaço e as pessoas sob o Estado Novo, época que também foram criadas outras instituições como o IBGE e do Conselho Nacional de Geografia (FARIA, 1995, p. 34-35). O autor indica ainda que essa concepção do patrimônio e o contexto em que foram criadas algumas instituições se deram na fase efervescente da discussão nacionalista que viveu o país a partir de 1900.

Nessa mesma linha ele faz uma dura crítica referente à ausência de problematização sobre o que seria esse patrimônio histórico e artístico nacional e sua caracterização, visto que o discurso sobre tal tema tratava tudo como monumento apenas, o que para o autor era uma denominação um tanto sem sentido, visto que essa nomenclatura poderia ser aplicada para tantas outras coisas (FARIA 1995, p. 37-38). Essa concepção de monumentos – a princípio chamados de antiguidades - segundo Choay (2006), remete-se à época das grandes civilizações greco-romanas do pretérito quando essas sociedades medievais tinham como concepção os bens culturais representados pela arquitetura e pelas cidades antigas. Choay traça em seu livro “A Alegoria do Patrimônio” um caminho bastante elucidativo referente à problematização dos conceitos de monumento e patrimônio histórico, desde uma época em que o sentimento de patrimônio evolui para uma noção mais clara de patrimônio histórico. Segundo Costa (2010), “ao longo de séculos, têm-se ampliada a noção de *monumento histórico* para *patrimônio histórico*, por fim, *patrimônio cultural*” (COSTA, 2010, p. 45-46) e para Choay (2006),

a partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem (CHOAY, 2006, p. 12).

Nesse sentido entendemos a crítica de Faria (1995) sobre o que seria esse

patrimônio, porque em termos de Brasil, a nomenclatura na época do Estado Novo não caracterizava de fato o que seria o patrimônio em si, suas relações sociais e seus objetivos, apenas designava como patrimônio os bens arqueológicos seguindo o modelo clássico arqueológico greco-romano, que para o autor implicaria em outra concepção de monumento, absolutamente inaplicável no Brasil (FARIA, 1995, p. 38). Para Choay,

[...] quando se criou, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita (CHOAY, 2006, p. 12).

Posteriormente essas formas “da arte de construir, eruditas e populares, rurais e urbanas e demais categorias”, segundo a autora, foram anexadas sob novas denominações e mais adiante, em função de todo o histórico de destruição por que passaram os monumentos medievais devido às guerras religiosas na Europa, assim como surge o conceito de monumento histórico em fins do século XVIII (CHOAY, 2006, p. 83), “também foram criados os primeiros museus de arte: conservatórios oficiais de pintura, escultura, desenho, gravura, destinado ao público” ⁷⁹ (Choay, p. 89).

O Museu que recebe seu nome mais ou menos ao mesmo tempo que o monumento histórico, institucionaliza a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e prepara o caminho para a conservação dos monumentos da arquitetura (CHOAY, 2006, p. 62).

Para essa nova concepção de patrimônio, os antiquários da época tiveram importância fundamental na tentativa de definição dos diferentes estilos medievais, abrindo o debate sobre a restauração dos monumentos históricos e a natureza de suas intervenções (CHOAY, 2006, p. 76). Para Gonçalves (1995, p. 55), até a segunda metade do século XIX havia relações mais próximas entre antropólogos e museus na

⁷⁹ A autora assinala que entre as criações do século XVIII, há o British Museum, os Offices, o Museu Pio Clementino em Roma, o Louvre (aberto com o nome de Museum Français). Para a autora, o desenvolvimento dessas instituições, inspiradas nos modelos do museu de imagens e da coleção de arte, inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de “democratizar” o saber, de torná-lo acessível a todos pela substituição das descrições e imagens das compilações de antiguidades por objetos reais – vontade, menos geral e definida, de democratizar a experiência estética. Nada semelhante ocorre, em compensação, no que diz respeito às antiguidades arquitetônicas. A literatura de arte e o museu tiveram efeitos perversos, favorecendo uma fragmentação predatória dos grandes monumentos, cujos despojos vêm enriquecer as coleções públicas e privadas (CHOAY, 2006, p. 89-90).

conceituação do patrimônio tratado até esse momento como objetos, sendo os museus considerados até então os centros de excelência do conhecimento sobre o tema. Cumpre registrar que esses objetos, hoje tratados como patrimônios, eram os elementos que ilustravam as teses dos antropólogos sobre a evolução da humanidade e seus diversos estágios. Esses objetos eram as obras de artes, estátuas, figuras, pinturas, construções, relatos dos viajantes e demais adornos vindos das mais distantes regiões do planeta e foram interpretados segundo a ordem hierárquica entre as sociedades de onde vieram, indicando o grau de evolução pelo qual teria supostamente passado a história da humanidade (GONÇALVES, 1995, p. 56). Essa interpretação dos objetos era usada tanto na teoria evolucionista como na difusionista segundo o autor.

É importante frisar que para o autor, “evolucionistas e difusionistas divergiam precisamente sobre o papel da invenção e das descobertas na evolução da humanidade”, [...] mas o fato é que convergiam quanto a um ponto fundamental: concebiam a cultura como um agregado de objetos e traços culturais (GONÇALVES, 1995, p. 57). No entanto, na época “as teorias evolucionistas e difusionista, com suas divergências e convergências, forneceram os modelos museográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX” (GONÇALVES, 1995, p. 58), no qual esses objetos eram interpretados no contexto dos processos de evolução e de difusão da cultura. Como essas teorias foram duramente contestadas segundo Gonçalves, um autor de nome Franz Boas formulou em 1898, crítica poderosa em relação às teorias evolucionistas e difusionistas apontando que até então, os antropólogos pensavam os objetos apenas pelo seu viés de evolução e difusão, sem entender a função real dos objetos no sentido de como eles eram usados, quais os significados, as funções e propósitos desses objetos, quem os usava e para que fins o fizessem e quais seriam as relações sociais que estes representavam.

A partir dessas críticas as teorias antropológicas deslocaram seu foco de discussão dos objetos para as relações sociais e para os significados dessas relações, sendo os mesmos interpretados a partir dessa análise baseado num esquema teórico, onde passaram a responder como meios de demarcação de identidades e posições sociais (GONÇALVES, 1995, p. 59). No entanto, essa concepção viria a ser contestada por outros antropólogos, aonde os mesmos vão “sugerir que os objetos não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que eles constituem e ou ajudam a produzir o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente sistemas de identidade e status”, assim os objetos “compõem um sistema

que produz significados que são internalizados pelos indivíduos e grupos no processo de socialização”. Nesse contexto, “os objetos são mediadores nas relações sociais e simbólicas que se estabelecem objetivamente entre grupos e categorias sociais, possibilitando a repercussão subjetiva e o reconhecimento sensível dessas relações” (GONÇALVES, 1995, p. 60- 61).

Fonseca (1997) compreende que a ampliação da noção de patrimônio e a sua legitimação via direitos culturais fica evidenciado no século XX com a introdução patrimonial dos modos e costumes dos ‘esquecidos’ pela história factual, como a dos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas. Demonstra por meio de sua rica experiência no âmbito do trabalho e da pesquisa junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁸⁰, que estudos etnográficos desenvolvidos por diferentes áreas e segmentos do conhecimento têm contribuído para uma mudança nas concepções tradicionais de patrimônio. Apesar das dificuldades que permeiam as

⁸⁰ O Iphan atua em áreas estratégicas, como a proteção e a fiscalização do patrimônio histórico edificado e a promoção e a preservação do patrimônio imaterial e arqueológico, além de realizar obras do Programa de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas. Tem papel estratégico, pois licencia construções, restaurações e reformas em áreas tombadas, participando ativamente como órgão interveniente do licenciamento ambiental. É o único órgão do MinC com unidades em todo país, atuando num setor extremamente organizado e regulamentado. O Iphan é instância técnica, com características de órgão de Estado: tem poder de polícia e autoridade para condenar e restringir interesses privado e regulamentar intervenções públicas (FERREIRA, 2016, p. 116-117). In: SINGER, André. **Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise** / André Singer...[et al]; organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; (ilustração Laerte Coutinho). 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. De acordo com a página do Iphan, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Iphan possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 27 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas; e, ainda, cinco Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; e, uma em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia. O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Histórico - Desde a criação do Instituto, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. Extraído na íntegra de: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em 31/10/2016.

legitimações culturais pela conservação de ícones e símbolos representantes das camadas populares, segundo ela atualmente as lutas e reivindicações por uma sociedade mais justa e democrática também atinge essa face da política, do planejamento e da gestão patrimonial (Fonseca, 1997). No entanto, tais avanços são incipientes, devido às práticas que persistem em dar exclusividade e legitimidade ao patrimônio das hegemonias regionais e não da totalidade social. Enquanto construção social, a cidade relaciona-se a representações e valores. Ela é subordinada a um olhar determinado pela ótica das lideranças políticas, religiosas, econômicas e dos atores privilegiados no processo de produção da cidade. Também entendendo dessa maneira, Sánchez (2003) aponta que a representação da cidade “[...] encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são ao mesmo tempo aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade” (SÁNCHEZ, 2003, p. 531).

A luta pela legitimação cultural se faz por uma série de práticas e discursos, travados nos mais amplos níveis da realidade social, e desenvolvidos pelos diferentes tipos de conhecimento, que se materializam no espaço de maneira contraditória, cujos elementos podem servir de arcabouço para que se entenda a articulação de diferentes forças, interesses, ideologias e identidades por trás dos lugares. Assim, a ideologia, tomada por um meio mais específico e criticamente é uma tentativa de apreender o mundo a partir dos discursos, das ideias, dos textos, de outros elementos simbólicos, materiais, atividades difundidas por todos e que, com base em Diniz Filho (1992), pode ser um esforço de “[...] entender o modo como as concepções sobre o espaço, geradas e difundidas no interior de uma dada formação nacional, terminam por influir no processo de construção do espaço e na própria história dessa formação” (DINIZ FILHO, 1992, p. 67).

O que para Canclini (2006) residiria em algo central, ao mesmo tempo, se converteu em uma variável pouco suspeita nessa “cumplicidade social” no sentido de legitimar ideologias e comportamentos em torno de uma identidade nacional. Mais que isso, passou a ser algo naturalizado, verdadeiro, recebido do passado e protegido para o futuro. Aí, pois, residindo uma reflexão sobre o próprio papel da atividade turística, enquanto meio dialético da reificação da cidade e como potencial possibilitador do encontro da comunidade com sua obra, com seu trabalho configurado pelos elementos da cidade e enraizado na híbrida matriz cultural brasileira. Levando em consideração as discussões apresentadas acerca da patrimonialização no Brasil seguindo ou

reproduzindo modelos internacionais sobre sua concepção, dinâmicas e evolução, temos a convicção que o patrimônio ambiental e cultural adquire uma imagem ligada aos processos mercantis e políticos reforçando estratégias econômicas que aumentam a competitividade entre os territórios.

Dito isso, cabe ressaltar que essas políticas mercantis podem trazer graves danos à manutenção desses patrimônios, principalmente sobre os patrimônios naturais, dadas as forças do sistema financeiro em destinar fundos para essa ou aquela localidade onde se concentra ou se implementa através de leis e decretos a constituição de determinado patrimônio, mas que por trás dessa implementação pode estar vinculado também interesses econômicos da política de valorização do solo urbano. Para alguns, como os agentes propulsores da especulação imobiliária, a valorização do solo urbano pode trazer melhorias dadas a concentração de terras e/ou acúmulo de propriedades privadas. Para os municípios, se é positivo ou negativo, o certo é que as mudanças da economia mundial, a internacionalização do capital e da produção, deram força ao mercado financeiro, com consequente aumento da urbanização e consumo desenfreado com graves consequências ao meio ambiente, consequentemente com rebatimentos na questão do patrimônio histórico. Nesse processo de financeirização da economia o patrimônio se torna reles mercadoria e para Choay

A “embalagem” que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas (CHOAY, 2006, p. 226).

Infelizmente, na maior parte dos casos, as políticas voltadas ao patrimônio no Brasil frequentemente são uma colcha de retalhos de adaptações onde predomina a exclusão da população residente no processo de “integração”. Pela experiência que passamos na consolidação das políticas patrimoniais na área de estudo, constatamos que na realidade, os processos que produzem diferenças históricas na geografia dos espaços urbanos, como modos de vida, usos e relações ambientais são negligenciados nas políticas públicas do município. A prefeitura de Cotia no conjunto de seus administradores pouco ou nada fez nos últimos anos em relação ao reconhecimento e mapeamento dos pontos culturais, sejam eles no nível da cultura material ou de bens intangíveis (imaterial), o que revela a completa ignorância dos agentes administrativos

quanto a realização das possibilidades do mosaico urbano, criado através das trocas dentro da diversidade social, produzidos pelas múltiplas atividades durante a ocupação desses espaços.

A nosso ver, a crise que o mundo está vivendo atualmente mostra que o Estado perdeu controle sobre a mobilidade do capital financeiro, que circula em alta velocidade e em escala global, porém, paralelo a este fluxo, aumentamos as influências e as transferências culturais em grande escala e em alto grau, mas basta que a canalização dessas influências seja no âmbito do desenvolvimento dos lugares, das aglomerações de modo a alcançar os sujeitos na reprodução social do cotidiano. Podemos inferir que hoje cada lugar é, à sua maneira, o mundo, mas cada lugar é diferente dos demais e cada sujeito é a seu modo e a seu tempo, parte essencial do mosaico cultural em constante movimento. Portanto, para nós, o entendimento do nexo local/global na visão de Souza (2016) é fundamental para poder tentar escapar da deterioração e meras manipulações de interesses mercantilistas como assinalou Choay (2006), e a preservação do patrimônio um equilíbrio no universo de contradições da própria globalização.

Como presenciamos nesses tempos de desmonte do estado democrático de direitos no Brasil, com a crise política e de identidade que se intensificou nos últimos anos, assistimos de forma atônita e aí concordando com Ferreira (2016, p. 116), a tentativa absurda e desastrada do Presidente Michel Temer (no período dessa ação o presidente era interino, agora não mais interino), de extinguir o Ministério da Cultura, o que a nosso ver, também foi ameaçado de desmonte, esvaziamento e quebra de autonomia o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão com oitenta anos de existência e anterior ao próprio Ministério da Cultura. Pelo que pudemos apurar acompanhando as notícias veiculadas nas mídias Michel Temer e seu novo ministro da Cultura, Marcelo Calero, expediram uma medida provisória que cria uma secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o claro objetivo de interferir e se sobrepor ao rigoroso trabalho técnico realizado pelo Instituto. Como já mencionamos, citando Ferreira (2016), o Iphan possui papel estratégico na condução das questões patrimoniais, pois atua em áreas estratégicas como a proteção e fiscalização do patrimônio histórico edificado e a promoção e preservação do patrimônio imaterial e arqueológico, além de licenciar construções, restaurações e reformas em áreas tombadas, participando ativamente como órgão interveniente do licenciamento ambiental. Para nós, esse órgão deve ser preservado, e não deve sofrer interferências

indevidas como a tentativa de desmonte orquestrada pelo Presidente Michel Temer e seus subordinados políticos.

Inferimos sem receio que o objetivo desse atual governo, ao tentar criar uma nova secretaria para subordinar o Iphan, assim o faz para excluí-lo de decisões estratégicas em que o patrimônio, o interesse imobiliário e projetos de infraestrutura permaneçam em conflito constante, advindo daí com certeza a salvaguarda de meros interesses corporativistas e políticos em detrimento do conjunto de atores sociais, estes sim, autênticos sujeitos transformadores da realidade cotidiana. Claramente enxergamos nessa ação do governo Temer a tentativa de restringir o escopo de atuação do Iphan, flexibilizando esse órgão, inclusive flexibilizando as normas que asseguram a proteção do patrimônio e de áreas ambientais. Situação parecida e exercida pelo governo a poucos anos atrás, em detrimento dos setores sociais, e dos sujeitos, sofreu modificações e flexibilizações o Código Florestal, atestando a destruição de grandes áreas dos biomas e demais conjuntos paisagísticos de todo o país, sejam eles caracterizados pelo cerrado, a caatinga, mata atlântica ou vegetação amazônica. Todos esses biomas estão cada vez mais ameaçados devido à flexibilização da legislação ambiental do qual se constituía o antigo Código Florestal de 1965. Para o Iphan, estamos assistindo ao mesmo procedimento de retrocesso pelo qual passou o Código Florestal⁸¹.

Em aula com a professora Maria Inês do IB - Instituto de Biociências da Unesp Rio Claro, no 1º semestre de 2014, a mesma se pronunciou sobre as políticas excludentes que estavam em curso no país. Versou sobre o desmonte dos órgãos ambientais federais e estaduais por parte do próprio governo e seus signatários na conduta do país. Entre esses órgãos, citou em diferentes momentos o quão é importante a existência do Iphan e seu trabalho executado, mesmo considerando os poucos investimentos. Para ela (e como também apontado no artigo de Ferreira, 2016),

“o Iphan contribui decisivamente para a proteção de áreas de preservação ambiental no que tange o patrimônio natural e sua ação reguladora e/ou fiscalizatória o que é imprescindível para que zonas costeiras, áreas naturais protegidas ou de relevante interesse paisagístico passível de proteção, parques e unidades de conservação sejam efetivamente blindadas contra as formas de especulação

⁸¹ Sobre o Código Florestal, apresentamos no anexo 2 as considerações do professor Aziz sobre o mesmo. Anexo 2- Parecer Aziz Ab’Sáber sobre o novo Código Florestal. **Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade**. Brasil de Fato 12 de Julho de 2010. Página Inicial » Agência Brasil de Fato » Análise » Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. Colaboradores: Aziz Ab’Sáber.

imobiliárias e de construção predatória”⁸² (FERREIRA, 2016, p. 117), “ações que podem levar a destruição completa de riquíssimos patrimônios naturais de relevante interesse ecológico e biológico, o que para o país, seria uma perda lastimável e de difícil recuperação” (INÊS, 2014 - proferido em sala de aula).

Para Ferreira (2016), Zonas portuárias, áreas centrais de grandes cidades, antigas áreas industriais e centros históricos, antes desvalorizados, hoje são espaços “nobres”, altamente rentáveis para empreendimentos imobiliários ou para “modernas operações urbanas” (FERREIRA, 2016, p. 117) o que denota a importância de um órgão atuante como o Iphan, pois o mesmo, segundo o autor,

[...] nesses locais o Iphan vem impedindo que o importante patrimônio cultural de nossas cidades seja destruído, assim como vem evitando a higienização social desses lugares, que devem ser pensados como espaços sociais vivos e humanos. É um risco para o país retirar essa atribuição do Iphan e colocá-la nas mãos de uma instância formulada para recepcionar os interesses da especulação mais nefasta. O governo interino veio com um discurso forte de enxugamento da máquina pública. Com essa justificativa, e apenas uma canetada, extinguiu o MinC. Mas é verdade que, ao invés de cortar, Temer criou mais uma secretaria na estrutura do MinC, provando, mais uma vez, que seu discurso é uma falácia. Além disso, a criação de outra estrutura, “competindo” indevidamente com o Iphan, vai gerar sobreposição de atribuições, desvirtuamento de competências e sucateamento institucional. O que está em risco, portanto, não é apenas o patrimônio cultural do país, mas também a sua mais sólida instituição, o Iphan, o que demonstra a total falta de responsabilidade com a cultura e a nítida capitulação aos interesses mais escusos da política nessa área tão sensível para o desenvolvimento nacional (FERREIRA, 2016, p.117-118).

Parece-nos que a tentativa do atual governo em dismantelar o Iphan se projeta e se pauta nos e pelos ideais corporativistas de interesses privados ou setorializados, onde as decisões dificilmente passarão pelo cunho social dos sujeitos. Para nós, fica visível a triste realidade em que se encontra a situação do patrimônio no país, mesmo com atuações tão importantes e imprescindíveis de órgãos ou autarquias como o Iphan,

⁸² A Agenda Brasil, trazida por Temer e que pauta seu governo, já apontava para uma flexibilização dessa proteção. O próprio senador e ministro afastado Romero Jucá tem um projeto de lei que pretende autorizar empreendimentos imobiliários sem o devido licenciamento ambiental. Esse projeto já estava tramitando no Congresso quando ocorreu o desastre no Rio Doce, em Minas Gerais. Se com o atual licenciamento ambiental, a ação predatória já consegue burlar as regras de maneira irresponsável e criminosa, imaginemos o que farão se houver flexibilização como pretende o atual governo (FERREIRA, 2016, p. 117, grifos nossos).

IBAMA, das organizações da sociedade civil e tantos outros segmentos. Assim mesmo, constatamos em nosso recorte empírico que boa parcela dos sujeitos não tem conhecimento de seu legado patrimonial, tão pouco reconhecem o significado dos elementos conceituais que definem o patrimônio nas mais diferentes escalas de concepções. É nesse contexto que apresentamos as considerações sobre a noção de patrimônio numa abordagem histórica/geográfica como tentamos elencar, de modo que possamos continuar versando sobre essa problemática no seio das relações sociais de cunho urbanista, principalmente quando do tratamento de nosso objeto empírico. Assim, elegemos nesse momento a necessidade do tratamento da abordagem desse objeto empírico, trazendo para o centro da discussão o recorte espacial das cidades de Cotia e Itapevi neste processo.

Antes, cabe salientar que assinalamos nas laudas anteriores os diversos estágios de desenvolvimento e crescimento de São Paulo, e enquanto crescia essa cidade desde os tempos coloniais, o espraiamento dos núcleos urbanos também se dispersava no amplo território paulista indo se consolidar em todos os quadrantes da cidade, culminando no surgimento e desenvolvimento das novas periferias paulistas. Os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital como para as cidades limítrofes. A polarização social, visível a olho nu, ganha novos contornos: a pobreza se espalha por todo o tecido municipal, enquanto que as classes mais abastadas se concentram em verdadeiros enclaves de riqueza, sobretudo na região sudoeste da capital. As demais camadas sociais se distribuem de forma espraiada, empobrecendo em direção a periferia. É nesse contexto que o recorte empírico emerge para as cidades de Cotia e Itapevi no quadrante oeste da cidade de São Paulo.

3.3. Notas sobre os processos emergentes na sociedade urbana de Cotia e Itapevi.

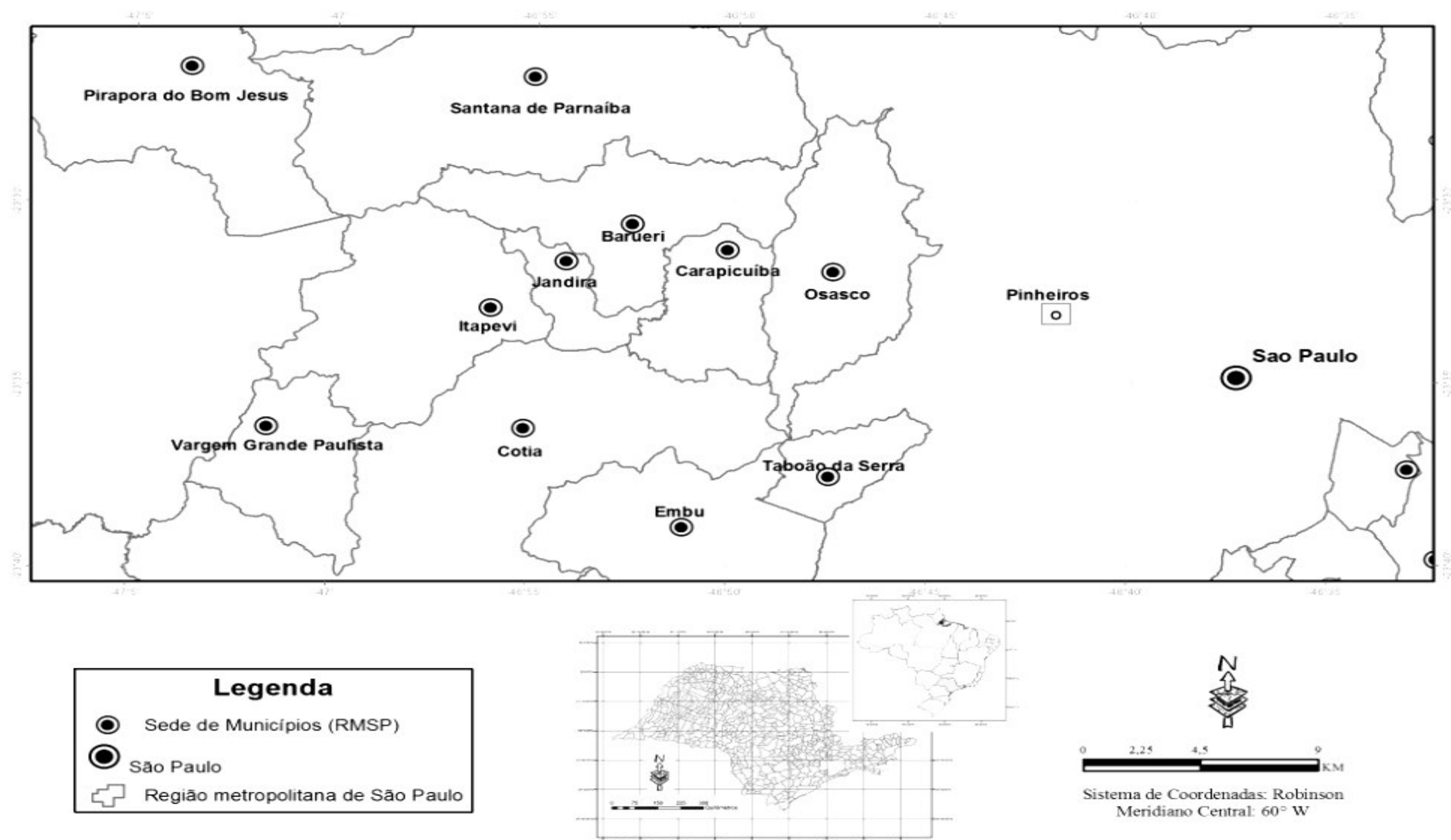
Antigas áreas colonizadas, Cotia e Itapevi foram estruturadas primitivamente pelos caminhos antigos, principalmente o antigo caminho de Itu como assinala Silva e Achel (2010, p. 3). Podemos inferir que essa estruturação possa ter tido influência dos aldeamentos indígenas, na hibridização do colonizador e o nativo indígena. Destacamos a possível influência dos aldeamentos pela proximidade de três

núcleos indígenas bem próximos, segundo Petrone (1995), sendo eles Barueri, Carapicuíba e Embu, paragens limítrofes de Cotia e Itapevi como mostra o mapa 8 abaixo. No momento como enfatizamos já algumas vezes nesse trabalho, um dos caminhos que versaremos com mais intensidade sob o aspecto de espraiamento das vilas de Piratininga será o caminho de Itu, já analisado em obra de 2010 por Silva e Achel. Para esses autores, o antigo caminho de Itu que segue em direção a Vargem Grande Paulista (antigo distrito de Cotia chamado Raposo Tavares) e Sorocaba se insere nesse contexto, pois partia do Pátio do Colégio dos Jesuítas, rumo ao interior do planalto, a partir de Pinheiros. Assinalamos aqui uma importante observação que talvez tenha passado despercebido quando da publicação do artigo sobre o caminho de Itu, de Silva e Achel (2010)⁸³. Embora o caminho passasse nas terras sob o domínio político de Cotia, ressaltamos que trechos do caminho se encontravam onde hoje está estabelecida a cidade de Itapevi, que naquela época pertencia a Freguesia de Cotia, embora as origens de Itapevi remontam ao ano de 1850, mas somente em 1920 foi criado o Distrito de Itapevi, no Município de Cotia⁸⁴.

⁸³ Esse artigo foi apresentado pelos autores no XVI Encontro Nacional dos Geógrafos em Porto Alegre no ano de 2010, denominado “Preservação do Patrimônio Cultural e Natural - Antigo Caminho de Itu”, mas tratava-se apenas de um projeto a ser desenvolvido futuramente, portanto, ainda não contemplando todas as informações que destacamos nessa pesquisa, fruto da continuação desse artigo de 2010.

⁸⁴ Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352250&search=sao-paulo/itapevi>. Acesso em 08/07/2016.

Mapa 8. Divisão das sedes municipais de São Paulo-Barueri-Embu-Cotia-Itapevi.



Fonte: Sedes municipais (IBGE - 2000).
Organizado por Abbul e Oliveira, 2016.

Somente após os anos 60 do século XX é que Itapevi se emancipou de fato, deixando de ser jurisdição de Cotia, assunto que trataremos mais adiante com as devidas referências históricas. Por esse motivo que as antigas referências sobre o caminho descrevem Cotia como um dos trechos percorridos pelos povos do pretérito. Enfatizados esses esclarecimentos, assinalamos que esses espaços, antigos vilarejos e bairros rurais, se encontram por sobre o traçado do antigo caminho de Itu, também um dos mais importantes caminhos como assinalou SILVA e ACHEL (2010, p. 4). Para tentar esclarecer essa questão, levantamos todos os dados disponíveis sobre o antigo caminho de Itu e tentamos sobrepor o antigo caminho em um mapa atual, o qual apresentamos abaixo no mapa 9 ⁸⁵.

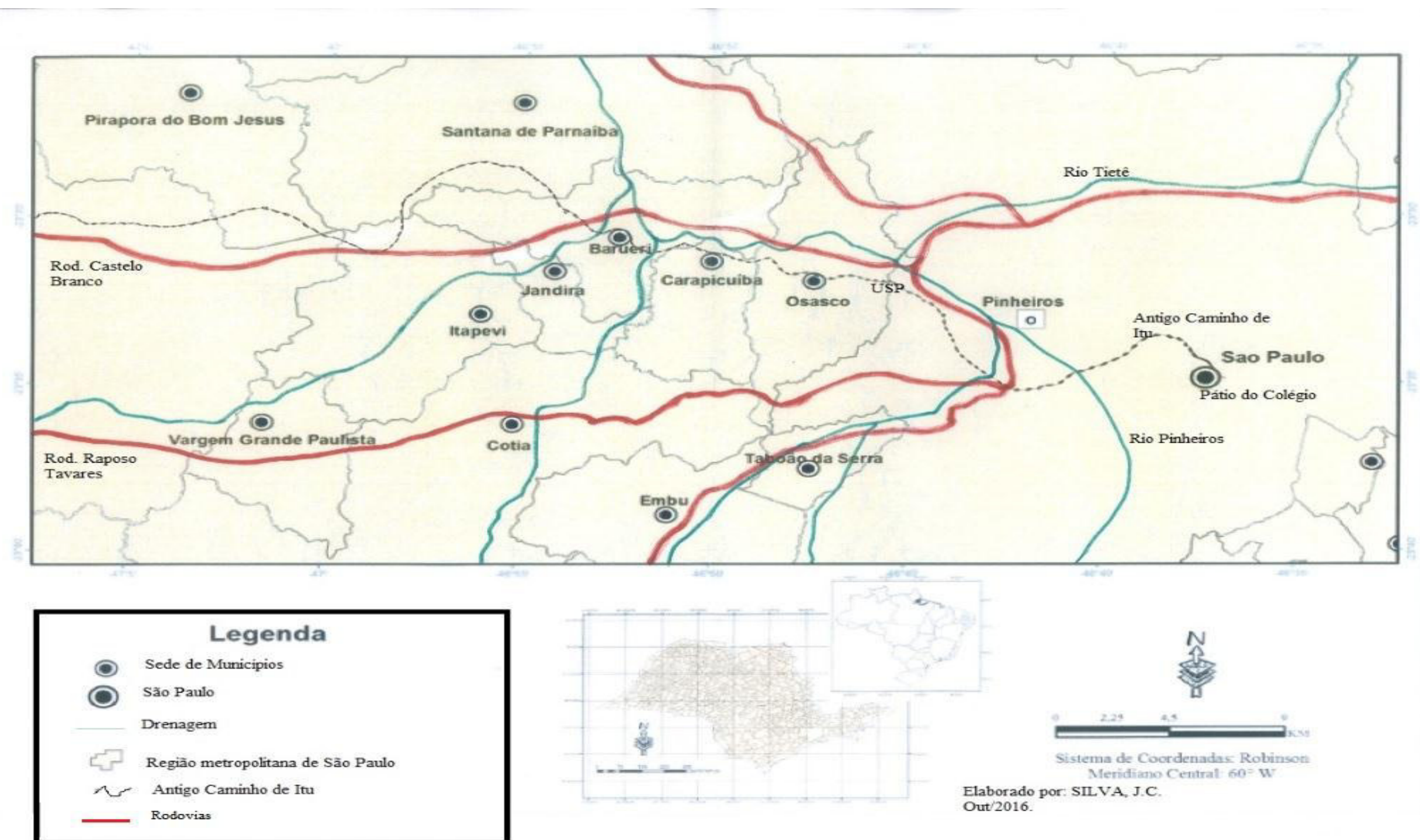
Para os autores, e de acordo com a história oral contada pelos mais velhos ⁸⁶, no entorno do Antigo Caminho de Itu os aglomerados existentes não apresentavam características urbanas, eram dispersos em forma de chácaras e sítios já em meados do século XVIII, considerando que as pessoas com as quais conversamos eram netas e

⁸⁵ Destacamos que após extrairmos o mapa do site do IBGE; fonte: Hidrografia 1:1.000.000 (2010) – ANA e Sedes municipais (IBGE - 2000), buscamos outros mapas com a divisão dos municípios e o traçado das rodovias que cortam a região de estudos. Também buscamos visualizar os mapas que destacavam a hidrografia da região e em posse desse material iniciamos um cuidadoso trabalho de reconstituição do antigo caminho desenhando a mão todo o percurso das Rodovias assinaladas e dos rios principais como o Rio Pinheiros e o Rio Tietê no contexto que estamos discutindo. Advindo desse trabalho manual, com as devidas referências históricas, mais a experiência do percurso que fizemos por trechos do caminho, fomos desenhando o mesmo sobre o mapa, sempre acompanhando esse traçado utilizando outros mapas numa análise comparativa. Optamos por desenhar a mão porque percorremos inúmeros trechos do antigo caminho seguindo as referências históricas e o mapa de Custódio de Sá e Faria de 1774 como já assinalamos nas laudas anteriores desse trabalho. Além do traçado do caminho, também desenhamos a mão os rios e as rodovias, além de editar a legenda do mesmo. Para estudos futuros a ideia é georreferenciar o caminho para uma melhor visualização do mesmo sobre a atual configuração das cidades por onde passava esse importante caminho. Mais adiante apresentaremos um mapa digital mais atual com o possível traçado desse importante caminho onde destacamos também a localização do atual Pátio do Colégio e a localização de nossa área de estudo.

⁸⁶ Em trabalho de campo realizado no período de 2000 até 2004 quando de nossa participação nos eventos que ocorreram na cidade de Cotia sobre meio ambiente, conversamos bastante com várias pessoas que tinham idades entre 60 e 90 anos e eram netos e bisnetos de quem lhes contou as histórias sobre a antiga vila de Cotia e seus arredores. A necessidade de conversar com essas pessoas se deram quando estávamos discutindo no CONSEMA as preocupações que emergiram na época sobre os possíveis problemas advindo da obra do Rodoanel sobre essas cidades. Assim, fomos orientados pelo membro do Coletivo, Carlos Bocuhy a sondar as pessoas mais velhas do município para saber delas a opinião sobre tal impacto sobre a cidade, o que culminou nos relatos sobre a história antiga da fundação da cidade, seu desenvolvimento e consolidação. Alguns moradores como o Sr. João marceneiro, o “seu” Otávio e a Dona Vicentina ainda são memórias vivas em nosso bairro. A grande maioria já são falecidos como o Sr. Manezinho, descendente de espanhóis o “seu” Vicente, o “seu” Luiz, a Dona Manuela e seu marido o “seu” Wilson, a Dona Maria descendente de portugueses, entre outros. Muitos outros relatos não puderam ser reproduzidos aqui porque nem todos foram registrados na época dos encontros com essas pessoas. Em nosso bairro, apesar dos moradores antigos delinearem sobre a história, nem tudo assimilamos, pois não imaginávamos que um dia poderíamos usar essas referências em um trabalho acadêmico como esse. Fica aqui registrado apenas o que conseguimos lembrar, mais algumas informações extraídas dos sites que pesquisamos muitas vezes carregados de controvérsias. Hoje consideramos esses relatos pessoais um rico material que podemos designar como patrimônio histórico de alta relevância para nossa história.

bisnetas de descendentes tanto de portugueses como de espanhóis, além de mineiros e nordestinos que vieram para São Paulo no final da década de 1920. E até os anos 1980 ainda viviam rodeados pelas crianças contando histórias sobre diversos assuntos, vivências e sobre a transformação de nosso bairro, antes antigas fazendas de ricos senhores que possuíam enormes quantidades de terra onde eles trabalharam e constituíram suas famílias.

Mapa 9. Antigo Caminho de Itu sobreposto em mapa atual, desenhado a mão.



Fonte: Sedes Municipais (IBGE - 2000). Imagem cedida por Rafael Oliveira.
Organizado por SILVA e OLIVEIRA, desenhado a mão e editado por SILVA, 2016.

3.4. Breve histórico sobre a cidade de Cotia: de pouso de tropeiros à cidade constituída.

Cotia é uma das mais antigas localidades ocupadas no planalto paulista, apesar da comemoração de seu aniversário contar apenas a partir da emancipação político administrativa em 02 de abril de 1856⁸⁷ e historiadores como Barcellos (uma das principais referências sobre a história da cidade) apontarem que Cotia teve início por volta de 1700, quando os viajantes que iam para o interior dos estados, paravam na vila para descansar e alimentar-se por ser um antigo pouso de tropeiros onde circulavam cargas e mantimentos. A origem de Cotia está ligada ao apresamento de índios e foi um dos polos de produção de trigo com grande mão de obra indígena (para fornecimento ao RJ e SP), além de abastecimento de tropas entre portugueses e holandeses⁸⁸. Inferimos que com a fundação da Vila de Piratininga concentrada num pequeno núcleo próximo ao Pátio do Colégio, o cotidiano das famílias bandeirantes pioneiras acontecia mesmo nas fazendas no entorno da vila, onde se cultivava produtos para subsistência e abastecimento das bandeiras; sendo que essas fazendas também eram pontos de partida rumo ao sertão como já mencionamos no capítulo anterior. Assim, inferimos também que entre os diversos caminhos existentes percorridos pelas entradas e bandeiras, os mesmos eram percorridos pelos tropeiros, sendo que um desses inúmeros caminhos possivelmente se dirigia a vila de Cotia⁸⁹.

Provavelmente esses tropeiros vinham pelo antigo caminho de Itu, um dos principais caminhos de penetração para o interior nos tempos coloniais (SILVA e ACHEL, 2010, p. 3), que por Cotia passavam e permanecia o tempo necessário para descansar, reabastecer ou trocar mercadorias, seguindo viagem para outras paragens do planalto paulista ou até mesmo para outras províncias como Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul⁹⁰. De acordo com os sites visitados, antigas referências nas atas da Câmara de SP apontam litígios entre colonos e moradores de Cotia, em disputas pela posse de terras e indígenas (final do século XVI e começo do século XVII). Segundo essas referências, a presença indígena notada na região no século XVII, é, sobretudo, proveniente do sul do

⁸⁷ Prefeitura de Cotia (SP) – 2014. Disponível em: <http://www.cotia.sp.gov.br>. Acesso em 08/07/2016.

⁸⁸ Fonte: Prefeitura de Cotia (SP) – 2014. Disponível em: <http://www.cotia.sp.gov.br>. Acesso em 08/07/2016.

⁸⁹ No Planalto Paulista a Aldeia Koty situa-se (na Campina do Caiapiã) entre o sertam carapocuybano e o sertam itapekericano: é, pode-se afirmar, a boca do sertam, segundo João Barcellos, disponível em: http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 25/10/2016.

⁹⁰ Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351300> Acesso em 08/07/2016.

País, em função do apresamento indígena organizados pelas bandeiras. Pelas informações do site, em 1620/1630 existem referências mais insistentes a moradores de Cotia, apontando que grande parte dos proprietários da região participou com Raposo Tavares da ida ao Guairá, famosa bandeira paulista. E em 1679, Cotia era um lugar que incluía Carapicuíba e Embu, excluindo as duas propriedades que pertenciam aos jesuítas (Aldeia de Carapicuíba e Aldeia de São João).

Ainda de acordo com os sites visitados, por Cotia atravessavam antigas trilhas indígenas aproveitadas pelos bandeirantes, como o Caminho do Peabiru, e a trilha que ligava as Aldeias de MBoy à Baroeri (posteriormente chamadas de MBoi-Mirim e Barueri respectivamente). Nomes como Fernão Dias Paes, Antônio Bicudo, Godói Moreira, Gonçalo Lopes, Paschoal Moreira Cabral, Belchior Borba Gato, entre outros, possuíam terras na região. Segundo o historiador João Barcellos⁹¹, Fernão Dias Paes foi o responsável pela fundação da capela em louvor à Nossa Senhora do Monte Serrat, padroeira beneditina, na região conhecida como Caiapiá, em meados do século XVII (era tio do famoso sertanista de mesmo nome que partiu anos depois para Minas Gerais). Já no século seguinte, em 1703⁹², outra personalidade histórica, Estevão Lopes de Camargo, cede terras de propriedade de sua família para a transferência da capela de Nossa Senhora de Monte Serrat, no local onde se encontra até hoje a Igreja Matriz⁹³. (Ver figura 6 abaixo e foto 34 na sequência).

⁹¹ Em 12 de outubro de 1580 é instaurada a Sesmaria dos Índios de Pinheiros (de 30 Km em quadra) que engloba as aldeias Koty, Carapocuyba, etc, e posteriormente o bandeirante Fernão Dias Paes, com apoio de outros beneméritos beneditinos, manda erguer na *Aldeia Koty* uma Capela em honra de Nossa Senhora do Monte Serrat. Por estes fatos, temos que 12 de outubro de 1580 é data da fundação cristã da aldeia e aquele bandeirante ("nomeado" Governador das Esmeraldas) como seu fundador oficial. Em 1662 a capela da *Aldeia Koty* recebe um pároco definitivo. Extraído de:

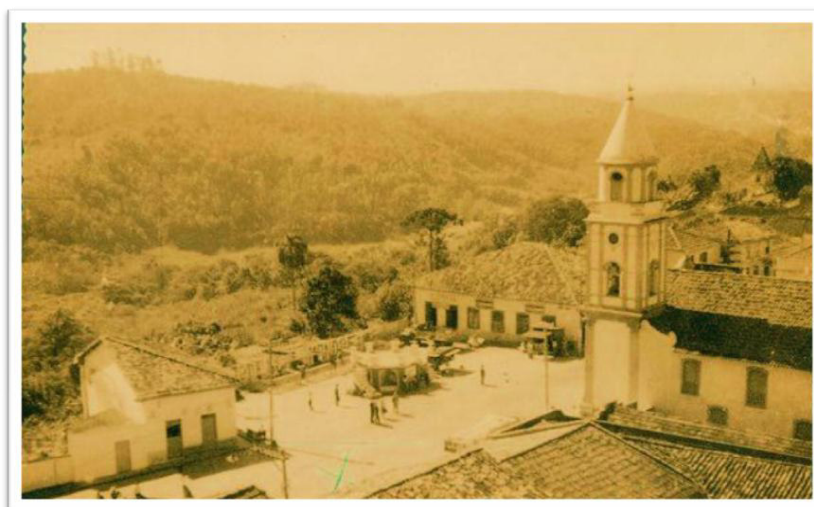
http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 25/10/2016.

⁹² Segundo João Barcellos, em 1703 mudam a Capela de N. S. de Monte Serrat do Caiapiã para além do Rio Cuty, em cerca de 1.000 m. A população crescia. Com a Capela mudou-se a Aldeia que era já Paróquia com largo território sob administração. Disponível em:

http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 25/10/2016.

⁹³ Fonte: Cotia (SP). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.cotia.sp.gov.br>. Acesso em 08/07/2016.

Figura 6. Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrat na década de 1950 ⁹⁴. Em frente a Paróquia se destaca as matas da Granja Carolina ainda preservadas.



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=351300&search=||-fotos>

Foto 34. Igreja da Matriz no atual centro de Cotia.



Foto: Abbul, 2016. Trabalho de campo realizado entre os dias 16 e 20 de agosto de 2016.

⁹⁴ Tipo de material: fotografia. Título: [Praça da Matriz]: [Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrate]: Cotia, SP. Local: [S. l.]/ Editor: [s. n.]/ Ano: [19--] Descrição física: 1 fot: p&b. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Notas: A capela foi inaugurada em 8 de setembro de 1713, em homenagem à Nossa Senhora de Monte Serrate, com a entrada solene da padroeira no altar-mor. Disponível em: <http://www.cotiatododia.com.br/veja-a-historia-da-padroeira-e-da-igreja-de-cotia-2/>. Acesso em 08/07/2016. Assuntos: Capelas; Cotia (SP); Igrejas (Edifícios); Praças; São Paulo (Estado). Hoje a Igreja da Matriz está situada no centro da cidade, onde dentro de suas instalações há uma gruta de tempos pretéritos, possivelmente utilizada pelos antigos tropeiros, embora não há evidências desse uso ou o porquê da existência dessa gruta. Não foi possível obter maiores informações em trabalho de campo, pois os responsáveis pela manutenção da igreja não se mostraram interessados em emitir opiniões ou qualquer outro tipo de informação sobre a tal gruta. Também não deixaram claro que de fato existe essa gruta (grifos nossos).

Além das atas da Câmara de São Paulo assinalada no site da Prefeitura de Cotia, verificamos nas histórias de João Barcellos que diferentes versões convergem para o nome da cidade⁹⁵ sendo que as considerações variam em torno do tupi Akuti, Kuti, com significado de morada, a casa; Kutia significaria ainda ponto de encontro (por sua localização estratégica no encontro de trilhas indígenas); ainda foi apontada a versão em tupi indicando barco, canoa, pois Cotia sempre foi uma região pontuada por rios, riachos e ribeirões. No entanto, a versão mais lembrada para a origem do nome advém dos mamíferos roedores de mesmo nome, as kutis, considerados animais de estimação pelos indígenas. Os mesmos relatos se encontram nas prosas do senhor Wilson, antigo morador do bairro Granja Viana que costumava contar histórias sobre as origens do nome de Cotia, o que constatamos também no site do portal da cidade. Esse mesmo site indica que quando os padres vieram catequizar os índios, espantavam-se ao ver as kutis acompanhando os índios para as roças, seguindo-os como se domesticadas fossem.

Os caminhos que as kutis percorriam formavam sinuosas trilhas na mata, e a cidade teria ficado conhecida como região onde viviam as kutis. Como vimos a origem do nome da cidade provavelmente é indígena e se deve ao fato de seus caminhos serem sinuosos como o trajeto feito pelos animais do mesmo nome (Cutia). Sendo apenas um ponto de passagem, Cotia ganhou alguns nomes como Acoty (assim chamada pelos indígenas da época), Cuty, depois Acutia e por fim Cotia. Apesar das várias denominações que lhe foram dadas pelos jesuítas e pelos primeiros habitantes do local, como Capela do Monte Serrat de Cotia e o Caminho de São Tomé, os indígenas continuavam a chamá-la de Acoty⁹⁶. Sobre esses primeiros habitantes, João Barcellos aponta que a Aldeia Cuty em 1686 contava com 405 Moradores, segundo o primeiro Censo daquela época⁹⁷.

Acutia ou Acoty foi se consolidando junto à Capela de Nossa Senhora de Monte Serrat, no ano de 1713, na região hoje conhecida como São Fernando. De acordo com a Secretaria de Relações Governamentais, Turismo e Cultura, a localidade consolidou-se definitivamente quando começaram as viagens entre São Paulo e a vila de Sorocaba, como uma pequena povoação de estrada⁹⁸. Cabe apontar que por Acoty

⁹⁵ De acordo com João Barcellos, em 1652 senhores rurais abastados erguem alguns casarões na região *Kotyense* e os da *Koty* passam a designar a aldeia como Cuty (Cutyenses), depois como Acutia (Acutianos) e Cotia (Cotianos). Extraído de: http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 25/10/2016.

⁹⁶ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/historia/>. Acesso em 24/05/2016.

⁹⁷ Fonte: http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 26/10/2016.

⁹⁸ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/historia/>. Acesso em 24/05/2016. Em trabalho de

passava o antigo caminho Peabiru mencionado por Petrone (1995), também apontado por Barcellos⁹⁹, o que provavelmente causou um maior movimento de pessoas transitando entre as regiões do Planalto Paulistano e consequentemente um maior fluxo de comércio e trocas na aldeia, o que deu maior visibilidade para a aldeia de Acoty. Sendo assim, o historiador Barcellos indica que em 1723, a capela foi elevada à categoria de freguesia¹⁰⁰. Nessa época a capela foi transferida para a atual Praça da Matriz onde hoje funciona a poucos metros, a Câmara Municipal de Cotia. De acordo com João Barcellos, após o primeiro censo de 1686 como apontado acima, em 1723 o Arraial ou Aldeia de Cotia contava com 912 habitantes.

Ainda segundo esse historiador, a já emancipada Freguesia vira Vila. Esse novo marco histórico emerge a partir do dia 2 de abril de 1856, quando a Freguesia de Cotia ganha Emancipação Político-Administrativa, sendo João de Albuquerque o seu Intendente, mas só em 19 de dezembro de 1906 passa a ser Município (quando contava com cerca de 10.000 habitantes). Ao longo de todos esses anos, Cotia foi se transformando até atingir um importante período de sua história quando a agricultura se desenvolveu de forma relevante ao surgir no município algumas organizações agrícolas¹⁰¹, novo marco histórico apontado por Barcellos sendo em 1913 a chegada à já denominada Cotia uma parte da emigração nipônica, que funda a Associação Japonesa abrindo caminho administrativo para a formação da Cooperativa Agrícola Cotia - CAC - (figura 7), que acontece em 1921 sob direção de Kenkiti Simomoto e Kumaki Nakao¹⁰².

Procuramos reproduzir com fidelidade as informações do site da Prefeitura, do portal sobre a história de Cotia e da página de João Barcellos na internet, porém, há de se concordar que essas informações estão muito genéricas, com poucas ou quase nenhuma referência oficial, caindo na mesma questão já apontada por Ribeiro (1995) sobre o problema dos relatos “copiosíssimos” como assinalou o autor na obra “O povo brasileiro”. No entanto, é possível notar que sobre a região de nosso recorte empírico,

campo realizado de 17 a 20 de agosto de 2016 em Cotia, constatamos que as antigas secretarias de relações governamentais, turismo e cultura se fundiram na nova Secretaria de Meio Ambiente do município.

⁹⁹ 1770- D. Luiz Botelho (o Morgado de Matheus), capitão-general de São Paulo, deixa anotações sobre o velho caminho nativo (o Piabiyu) que ligava o planalto paulista ao sul do Brasil e ao Paraguai através de Cuty e Sorocaba. Por esse caminho chegavam a São Paulo os mantimentos necessários à sobrevivência dos paulistas.

¹⁰⁰ Segundo João Barcellos, em 1723 o Arraial ou Aldeia de Cotia vira Freguesia com 912 habitantes de acordo com o censo daquela época. Disponível em: http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 26/10/2016.

¹⁰¹ Fonte: <http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>. Acesso em 24/05/2016.

¹⁰² http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/. Acesso em 26/10/2016.

muitas informações também são relatos de pessoas que herdaram as histórias de seus antepassados, o que reproduzimos nesse trabalho como se fossem referências oficiais porque os únicos autores que temos vivos na cidade ainda são o professor Marcos Martinez e o historiador João Barcellos, este último ao que nos parece, é um historiador mais sério e de relevante prestígio na sociedade cotiense atual. Assim mesmo, cabe apontar que muito de suas obras, segundo ele mesmo, também não passam de relatos, ou por pessoas que viveram parte da história, ou reproduzida das atas da Câmara de São Paulo como mencionados pelos autores ou pelo site da prefeitura que visitamos.

Figura 7. Antiga Cooperativa Agrícola de Cotia.



Fonte: Google imagem disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=iMAGENS+DA+ANTIGA+COOPERATIVA+AGR%C3%8DCOLA+DE+cOTIA&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gfe_rd=cr&ei=Gnj9V-SpluKp8wfe84DoDg

Justificamos nesse momento nossa intensa busca nos sites da cidade devido à dificuldade em conseguir os livros publicados por João Barcellos. Nos trabalhos de campo realizados durante os anos 2000 e os últimos realizados em agosto e outubro de

2016, não foi possível retirar algumas publicações nas bibliotecas municipais da cidade de Cotia porque os mesmos não circulavam, só poderiam ser lidos nas dependências da biblioteca. Dessa forma, ora orientados pelos sites visitados, ora pelos livros de Marcos Martinez que tivemos acesso e pelas entrevistas e conversas nas ruas da cidade com a população, seguimos reproduzindo o que julgamos necessário assinalar, visto que recorrendo à história oral, as interpretações dos depoimentos coletados trazem à pesquisa o plural, um mundo novo, outros olhares e novas formas de reprodução social dos sujeitos. Em cada fala que ouvimos a oralidade trouxe novas interpretações, outras realidades e outras identidades, pondo à tona as relações demarcadas pela temporalidade do cotidiano e pela espacialidade do lugar. Embora os sujeitos entrevistados não soubessem versar com precisão sobre a constituição política/administrativa da cidade (o que tivemos que nos contentar com as informações dos sites visitados), o cotidiano das relações sociais foi exposto com profunda relevância e grande sentimento de pertencimento ao lugar¹⁰³.

3.5. A Formação administrativa de Cotia, seu crescimento pujante e as principais regiões no contexto da reprodução do espaço urbano.

De acordo com os sites visitados, a Freguesia criada com a denominação de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia, em 1723, no município de São Paulo, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia, em 1856, desmembrado do município de São Paulo. Constituído do distrito sede, foi elevado à condição de cidade com a denominação Cotia, pela Lei Estadual n.º 1.038, de 19-12-1906. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de

¹⁰³ Embora os sujeitos não apresentaram conhecimento profundo sobre a história da construção administrativa da cidade, os mesmos se posicionaram com firme sentimento de pertencimento ao lugar. Consideram que seu espaço de reprodução social é nesse ambiente contraditório um campo de forças que balizam a intransigência do estado/e ou município com as relações sociais do cotidiano, mesmo que por sociabilidades segmentadas devido ao espraiamento dos bairros da cidade e a dificuldade de reprodução em conjunto desse cotidiano expresso nas contradições do urbanismo presente. Concordam os sujeitos que o crescimento da cidade de forma desigual e desorganizada dificulta uma maior aproximação da população e o corpo administrativo no sentido de resolução dos problemas advindos desse crescimento desordenado como apontado por esses sujeitos durante as entrevistas, porém, reafirmam a todo momento que é nesse território que combatem as injustiças e buscam realizar seus anseios mais profundos em relação a qualidade de vida que tanto prezam. Também demonstraram grande preocupação com a questão ambiental e apesar de desconhecerem muitos dos projetos de urbanização da cidade, não veem com bons olhos o crescimento da malha urbana da cidade. Versaremos com mais detalhes sobre essa questão nos capítulos seguintes.

Cotia (ex-Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia), é constituído do distrito sede e em 1920, é criado o distrito de Itapevi e anexado ao município de Cotia. Em divisão referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Cotia e Itapevi, assim permanecendo até 1937¹⁰⁴.

Em 1944, é criado o distrito de Caucaia do Alto e anexado ao município de Cotia. Depois, em 1948, é criado o distrito de Jandira com terras desmembradas do distrito de Itapevi e anexado ao município de Cotia. Assim, o município fica constituído de 4 distritos: Cotia, Caucaia do Alto, Itapevi e Jandira, permanecendo dessa forma até 1955. Em 1959, é desmembrado do município de Cotia o distrito de Itapevi, agora elevado à categoria de município (sobre Itapevi versaremos na sequência do trabalho). Em 1964, é desmembrado do município de Cotia o distrito de Jandira, este elevado à categoria de município (lembrando que por Jandira também passava o antigo caminho de Itu de acordo com nossos mapas de referências apresentados no corpo do trabalho). Nesse mesmo ano foi criado o distrito de Raposo Tavares¹⁰⁵ e incorporado ao município de Cotia. Assim na nova divisão territorial, o município é constituído de 3 distritos: Cotia, Caucaia do Alto e Raposo Tavares. Em 1981, é desmembrado do município de Cotia o distrito de Raposo Tavares, para constituir o novo município de Vargem Grande Paulista. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Cotia e Caucaia do Alto. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009¹⁰⁶.

Ainda de acordo com o site da secretaria acima mencionada, a região foi se consolidando com base na produção agrícola e com a chegada dos japoneses nessas paragens a produção dinamizou-se, e centenas de sítios novos cobriram a região. Antes de continuar a versar sobre a reprodução histórica da cidade, se faz necessário enfatizar que verificamos aqui, praticamente os mesmos ou bem parecidos processos de expansão das antigas paragens de São Paulo, agora designada de metrópole paulistana, que parecem se reproduzir nas periferias urbanas da grande metrópole. Note-se que esses novos conglomerados de pequenas cidades sofreram processos parecidos de expansão urbana pelo qual passou São Paulo ao longo dos séculos. Mesmo que de forma peculiar

¹⁰⁴ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/historia/>. Acesso em 24/05/2016.

¹⁰⁵ Sobre esse distrito nenhum dos entrevistados soube responder, tanto em Cotia como em Itapevi. Não consta da história oral dos mesmos, embora no site da prefeitura de Cotia conste apontamentos sobre esse distrito. Não nos aprofundamos nesses detalhes para evitar maiores contornos em nosso trabalho, porém, fica aqui indicado mais uma possibilidade de aprofundamento de futuras pesquisas sobre a história de nossa cidade.

¹⁰⁶ Fonte: Cotia (SP). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.cotia.sp.gov.br>. Acesso em 24/05/2016.

a cada quadrante da cidade, as características agrícolas e rurais apenas foram se transferindo para os demais quadrantes da grande metrópole, evoluindo da base agrícola para a base industrial de acordo com o grau de desenvolvimento de cada localidade. Nesse processo de crescimento muitas culturas assimiladas ou recriadas foram novamente transformadas ou extintas como apontaremos ao longo das laudas que seguem.

São nesse contexto de transformações que extraímos do site visitado os relatos sobre a era industrial no quadrante oeste da RMSP, destacando inicialmente a cidade de Cotia e adjacências, onde a produção dinamizou-se, e nesse período da instalação da Cooperativa Agrícola de Cotia nos anos 1920, iniciou-se a era industrial que se desenvolve no entorno da estrada que vai de São Paulo a Sorocaba, e ao longo da estrada de ferro Sorocabana, onde as chaminés começaram a despontar¹⁰⁷. De 1920 a 1981, Cotia passa por uma série de modificações legislativas onde se destacam os agrupamentos e desmembramentos de terras, se constituindo como cidade tendo sob sua administração alguns distritos como o de Itapevi criado em 1920, depois o de Caucaia do Alto criado em 1944 e o de Jandira criado em 1948 com terras desmembradas de Itapevi. Porém, em 1959 é desmembrado o distrito de Itapevi de Cotia, se constituindo este como município (a emancipação de Itapevi como veremos mais adiante). Continuando, no ano de 1964 é desmembrado o distrito de Jandira de Cotia sendo este elevado também a categoria de município como ocorrido com Itapevi em 1959. Nesse mesmo ano de 1964 é incorporado ao município de Cotia o distrito de Raposo Tavares, permanecendo assim até 1981, quando é desmembrado de Cotia e se constitui no município de Vargem Grande Paulista como já mencionamos no item 2.5 desse trabalho. Cotia permanece hoje com o distrito de Caucaia do Alto que também já vem discutindo essa posição a alguns anos exigindo da prefeitura de Cotia a emancipação desse território, considerado pela população entrevistada como o núcleo rural de Cotia, que fornece desde os tempos antigos até hoje produtos agrícolas da melhor qualidade.

Em resumo, e de acordo com o site da prefeitura, em 1931 foi inaugurada a Estação Férrea de Caucaia, entre os trechos Mairinque/Santos da Sorocabana. Por ser a estação mais alta do ramal ferroviário com 936 metros de altitude, foi incorporado ao nome “Caucaia” o “do Alto”. A urbanização, caótica, ignorou os traços fundamentais das antigas cidades. Os fatores contingentes apontados acima deram à cidade uma

¹⁰⁷ Fonte: <http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>. Acesso em 24/05/2016.

imagem deturpada. O site destaca que em 1.964, quando São Paulo era uma das cidades mais modernas do mundo, Cotia era chamada de "sonolentos subúrbios agrícolas", onde o progresso passa, "mas não deixa marcas". Pelos relatos dos antigos moradores e das pessoas com quem conversamos Cotia é reconhecida por esses moradores como dona de uma história riquíssima, onde praticamente todos os acontecimentos fundamentais da história do Brasil tiveram reflexo, porém, ao que nos parece, Cotia tinha grandes interrogações e perspectivas para o futuro.

Para o Sr. Wilson, morador antigo de nosso bairro e já falecido, nos anos 70 Cotia se desenvolveu de forma extraordinária. Constatamos essa informação no site sobre a história da cidade onde é mencionado que “a partir dos anos 70, a cidade se recuperou e novas indústrias de grande porte se instalaram ao longo da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), e desde então Cotia teve um crescimento acima da média do estado de São Paulo e sua população que não passava de 50 mil pessoas superou a casa dos 110 mil habitantes. Houve um extraordinário desenvolvimento e então várias estradas locais foram asfaltadas para garantir o desenvolvimento do Município, mesmo com o desmembramento de Vargem Grande Paulista (na época Raposo Tavares) seu distrito mais próspero, foi conhecido um surto que atraiu migrantes de outros municípios e estados do Brasil. Mas no começo da década de 90, Cotia conheceu problemas já existentes em municípios vizinhos como violência, crescimento desordenado, falta de assistência médica adequada, mas o governo municipal soube diminuir em até 50% os problemas que ocorriam”¹⁰⁸.

Parece-nos que nesse período de 1920 até os anos 2000, embora houve um período de certa estagnação de acordo com o site visitado, Cotia cresceu bastante e desde o início da era industrial assinalada nos anos 1920, a cidade se destacou na produção de alimentos como também na instalação de indústrias do setor tecnológico, além de grandes empresas de serviços que verificamos durante nosso trabalho de campo. Entre essas empresas destacamos as de produção têxtil, de aromas de alimentos, de ferragens, medicamentos etc. No site da prefeitura e no site do portal da cidade de Cotia destacamos que na atualidade, nos anos 2000, a economia da cidade era bastante variada, tendo como destaque os setores industrial e agrícola. Em Caucaia, durante nossa visita as pessoas em diferentes momentos também apontaram como destaque esses setores da indústria e da agricultura, muitos deles se expressando com orgulho por fazerem parte

¹⁰⁸ <http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>. Revisitado em 26/10/2016.

de comunidades rurais que ainda resistem perante o atual período de crescimento da cidade, que veem consumindo as áreas verdes da região de forma voraz e ininterrupta.

Chamamos a atenção aqui para o fato de a cidade estar passando por um estrondoso processo de crescimento regido pela urbanização e ocupação dos espaços mais remotos, o que vem diminuindo as áreas agrícolas de acordo com os entrevistados, principalmente os das áreas rurais no extremo de Caucaia do Alto. No entanto, cabe apontar que na agricultura merecem destaque a produção de batata, tomate, milho, feijão, alho e frutas diversas, sendo a maioria proveniente de Caucaia do Alto onde também se desenvolve a avicultura (apontamentos dos próprios moradores e produtores locais). Sobre o processo de urbanização os sujeitos não souberam responder, porém, o site visitado indica que o processo de urbanização no município de Cotia ocorreu em função da implantação da Rodovia Raposo Tavares e da expansão das áreas residenciais para fora do município de São Paulo, resultando na formação de uma mancha urbana linear, entremeada de vazios, até o núcleo urbano de Vargem Grande Paulista. Ao longo da Rodovia Raposo Tavares e em seu entorno está situado o setor industrial onde os produtos mais importantes são de materiais elétricos, químicos, cerâmicos, brinquedos, têxteis, explosivos, alimentos, vinho, aguardente e máquinas agrícolas¹⁰⁹.

Destacamos que a cidade possui um potencial turístico bastante promissor, desde que se conservem algumas características culturais que ainda insistem em se manter, frente ao processo de urbanização pelo qual vem passando a cidade nos últimos anos. Apontamos aqui que a área do projeto Vila Florestal – Reserva Cotia encontra-se entre estes vetores lineares de expansão urbana, onde pudemos verificar em trabalho de campo que diversos empreendimentos imobiliários foram desenvolvidos nesta região resultando na implantação de condomínios de residência fixa e loteamentos de chácaras de recreio, indicando um processo de conurbação das áreas urbanas de Cotia e Itapevi. Por conhecermos a fundo nosso objeto empírico, e constatar em campo os processos de crescimento que denotam novas configurações urbanas na cidade, podemos inferir que a cidade de Cotia possui infraestrutura privilegiada, com vários empreendimentos urbanísticos já consolidados, principalmente na região da Granja Vianna, e um posicionamento geográfico estratégico. Segundo Marcelo Renaux Willer, diretor de negócios da Alphaville Urbanismo S.A, por apresentar essas características mencionadas acima é que Cotia foi selecionada para o desenvolvimento de mais um

¹⁰⁹ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/historia/>. Acesso em 24/05/2016.

empreendimento, dessa vez de grande porte como é o projeto Vila Florestal - Reserva Cotia da Alphaville Urbanismo, do qual trataremos nos capítulos seguintes.

Porém, destacamos que na audiência pública ocorrida em Cotia e Itapevi no ano de 2008, referente ao projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, Marcelo Willer fez questão de reproduzir partes do texto apresentado no EIA/RIMA destacando a localização de Cotia estrategicamente na porção sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo. O representante da Alphaville destacou que Cotia está situada entre a capital e o interior, sendo considerada uma área de expansão da RMSP tendo como um dos principais acessos a Rodovia Raposo Tavares, Rodoanel Mário Covas, Estrada do Embu, Estrada do Capuava, Estrada Fernando Nobre, Estrada da Roselândia, Estrada Bungiro Nakao, Estrada da Aldeia, Avenida São Camilo, Estrada da Represinha, Estrada de Itapevi e Estrada do Caiapiá. O diretor de negócios da Alphaville tentou impressionar os presentes qualificando a região como uma das mais promissoras para o desenvolvimento da cidade, apontando que a proximidade com a Metrópole e a variedade de atrativos faz com que o município seja bastante procurado para a instalação de novos negócios, moradia e passeios de um dia e de final de semana, se caracterizando como atrativos turísticos. Marcelo enfatiza ainda que a cidade localiza-se às margens do Rio Cotia, afluente do Rio Tietê, marcos geográficos que também contribuem para o enaltecimento da localização privilegiada da cidade que vem crescendo de forma rápida, sob a influência da capital paulistana. No quadro 2 abaixo apresentamos alguns dados gerais sobre a cidade já consolidada e na tabela 3 a evolução populacional de Cotia, São Paulo e Brasil de acordo com os dados extraídos do IBGE.

Quadro 2. Dados gerais sobre a cidade de Cotia.

População estimada em 2010	201.150 habitantes
População estimada em 2015	229.548 habitantes
Área Territorial	323,89 km²
Número estimado de domicílios	50.375
Número de Eleitores	124.729 eleitores
Distância de SP	33 km do marco zero da Praça da Sé, com acesso direto pela Rodovia Raposo Tavares (SP 270).
Limites da Cidade	NORTE – Carapicuíba, Jandira e Itapevi SUL – Itapeçerica da Serra LESTE – Osasco, Embu e São Paulo OESTE – Ibiúna, Vargem Grande Paulista, Itapevi e São Roque
Densidade demográfica em 2010	620,81 (hab/ km²)

Fonte: IBGE – Extraído de: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/dados-gerais/>
<http://novo.cotia.sp.gov.br/dados-gerais/>

Acesso em 24/05/2016. Organizado pelo autor.

Tabela 3. Evolução populacional de Cotia, São Paulo e Brasil.

Cidade ou município	1991	1996	2000	2007	2010
Cotia	107.453	125.838	148.987	172.823	201.150
São Paulo	31.588.925	33.844.339	37.032.403	39.827.570	41.262.199
Brasil	146.825.475	156.032.944	169.799.170	183.987.291	190.755.799

Fonte: IBGE - Extraído de:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=351300&search=%7Ccotia>
Acesso em 08/07/2016. Organizado pelo autor.

Cotia vem recebendo um grande contingente populacional nos últimos anos se compararmos os anos visualizados no quadro 3 acima. Note-se que de 1991 a 1996 o

incremento populacional foi de 18.385 habitantes, depois esse número sobe para 23.149 habitantes de 1996 a 2000. Em seguida, do ano 2000 até 2007 esse número sobe para 23.836 quando a população atinge a marca dos 172.823 habitantes. De 2007 a 2010 o incremento é de 28.327 habitantes quando a população total atinge 201.150 habitantes segundo o IBGE. Atestamos que esse crescimento vem se consolidando em número cada vez maior e inferimos que o mesmo se deu em Cotia em função do grande número de loteamentos que proliferaram a partir dos anos 2000, processo que estamos acompanhando de perto.

Analisando a expansão da cidade de São Paulo é possível inferir que mais uma vez se repete o processo de ocupação das áreas periféricas da metrópole pela população de menor poder aquisitivo que não consegue se manter nas regiões mais próximas do centro da cidade e tendem a procurar refúgios nas periferias urbanas de São Paulo, ocasionando o aumento populacional dessas áreas como em Itapevi e Cotia por exemplo. Note-se que de 1991 a 1996 a cidade de São Paulo teve um incremento populacional de 2.255.414 pessoas, subindo esse número para 3.188.064 pessoas de 1996 até o ano 2000, quando a população atinge a marca dos 37.032.403 habitantes. De 2000 para 2007 o número sobe para 2.795.167 pessoas a mais na cidade, depois aumentando em 1.434.629 de 2007 para 2010, atingindo a marca de 41.262.199 habitantes de acordo com o IBGE. São Paulo continua crescendo vertiginosamente e consequentemente as cidades ao entorno também vão recebendo esse incremento populacional de acordo com o poder aquisitivo além de tantos outros fatores que não saberíamos elencar aqui a natureza de cada um, pois constatamos que em nossa área de estudo (pelo menos em Cotia) não somente populações de baixo poder aquisitivo estavam se instalando na região, mas também grupos sociais de alto poder aquisitivo em busca dos condomínios de alto padrão como são caracterizados, por exemplo, os Alphavilles.

Para situar economicamente cidade, apresentaremos nos gráficos seguintes alguns dados da economia atual da mesma, onde o fator urbanidade se destaca visivelmente em função do espraiamento das periferias da grande metrópole como já inferimos em laudas anteriores. No gráfico 9 é possível notar que a cidade de Cotia recebeu maiores incrementos populacionais que o próprio Estado de São Paulo como um todo, desde 1980 até 2016. No entanto, a RMSP teve uma maior concentração populacional que Cotia saltando de 1.500 para mais de 2.500 hab/km². Cotia não atingiu 750 hab/km² até 2016. Pelo quadro 2 acima a cidade até 2010 possuía apenas 620,81

hab/km².

Gráfico 9. Densidade demográfica de Cotia, da RMSP e do Estado de SP.

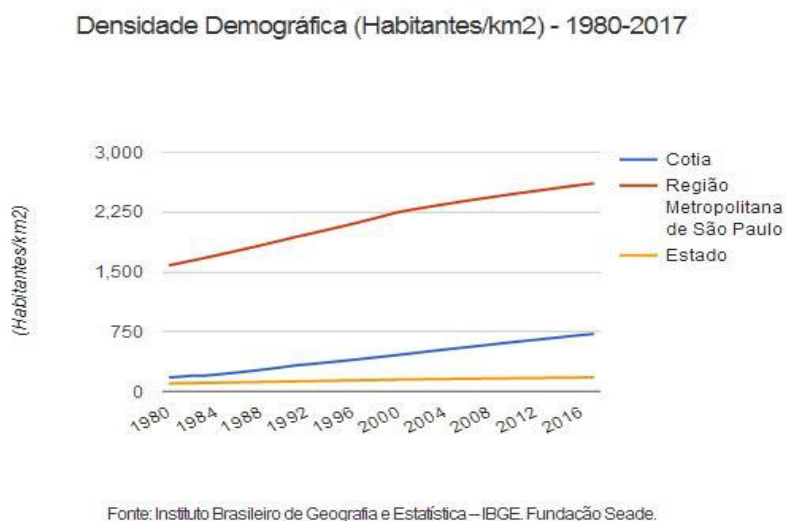
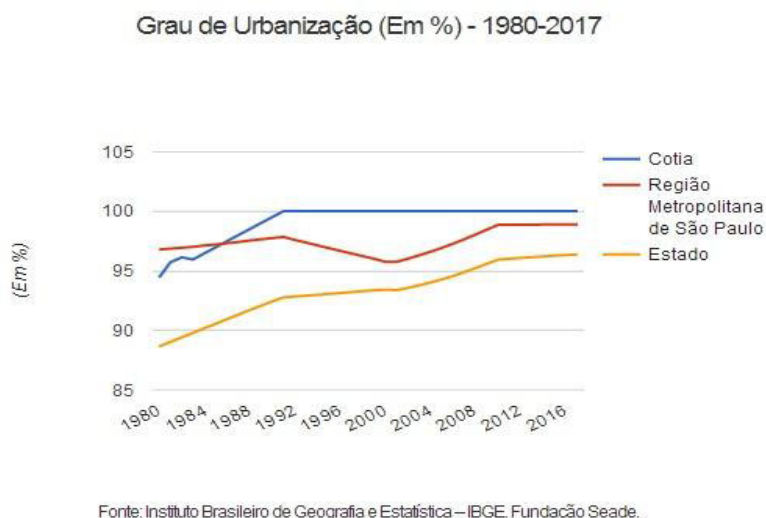


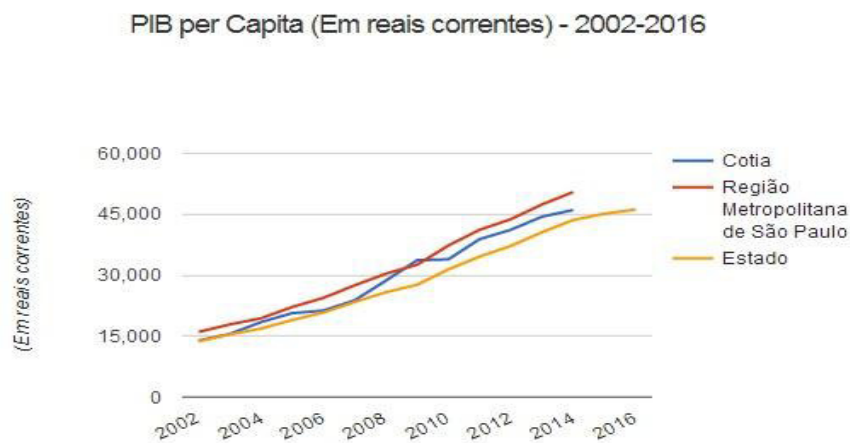
Gráfico 10. Grau de urbanização em Cotia, RMSP e no Estado de SP.



Ao analisar o grau de urbanização da cidade entre 1980 e 2017 no gráfico 10, vemos que Cotia cresceu acima da RMSP e do Estado a partir de 1986 aproximadamente, atingindo naquele ano também de forma aproximada, um grau de urbanização de 97%, chegando a 2016 com 100%. Enquanto São Paulo em 1990 atingia cerca de 96%, a RMSP pareceu estabilizar a partir de 2010 atingindo pouco menos de 97% do grau de urbanização. Isso reflete o declínio da taxa de crescimento da metrópole e consequentemente um maior grau de urbanização nos demais quadrantes da grande

metrópole.

Gráfico 11. PIB per capita de Cotia, RMSP e do Estado de SP.

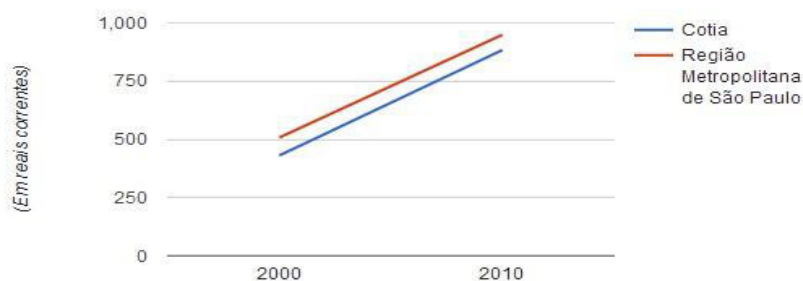


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fundação Seade.

No gráfico 11 observa-se que o PIB per capita de Cotia atinge a marca dos 45.000 reais em 2014, ficando abaixo apenas da RMSP que atinge pouco mais desse valor. Se continuarmos essa projeção dá a entender que Cotia fica também abaixo do Estado a partir de 2016, embora não são dados concretos. Esses dados refletem o crescimento econômico da cidade entre 2002 e 2016.

Gráfico 12. Renda per capita – censo demográfico de Cotia e RMSP.

Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes) - 2000/2010

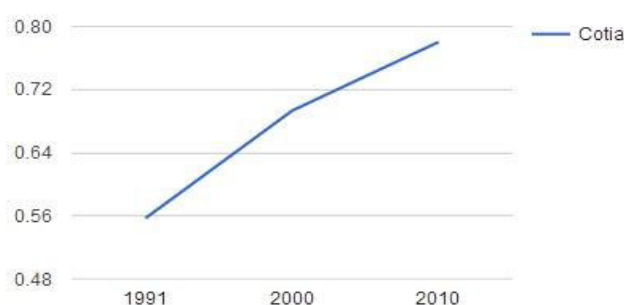


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico.

Quando analisamos o gráfico 12 que apresenta a renda per capita da cidade, notamos um crescimento constante a partir do ano 2000. Esse crescimento parece acompanhar o crescimento da RMSP, dando a impressão que a cidade se desenvolve de acordo com a evolução da RMSP.

Gráfico 13. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Cotia entre 1991 e 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 1991/2000/2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundação João Pinheiro – FJP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico.

O gráfico 13 apresenta o índice de desenvolvimento humano municipal entre 1991 e 2010. Nota-se que em 1991 o IDH da cidade era de 0,56, permanecendo assim até meados de 2000 quando a curva se acentua atingindo aproximadamente um índice de 0,78 em 2010. Esse dado reflete o crescimento e desenvolvimento da cidade refletindo também uma possível melhora na qualidade de vida dos cidadãos. Não nos iludamos com os dados, porque com certeza muitos aspectos da cidade não foram dimensionados como parece apresentar esse gráfico. Cinturões de extrema pobreza se localizam nas extremidades da cidade em bairros bem afastados da região central como o Jardim Japão por exemplo. São bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura básica, procurado pelo conjunto da população que não consegue se manter nas regiões mais próximas da área central, estas mais valorizadas pelo capital imobiliário. Apesar de a cidade possuir um parque industrial bastante diversificado, boa parte dos cidadãos não possuem conhecimentos suficientes para assumirem determinados cargos que possam lhes conferir maiores ganhos. Assim, essa grande massa da população vive de “bicos” e outras atividades de baixa remuneração que o capital financeiro ainda consegue manter no desenvolvimento de suas dinâmicas e formas de reprodução.

3.6. Principais regiões de Cotia e seus atrativos turísticos.

3.6.1. O Bairro Granja Viana

Ainda de acordo com os sites da prefeitura de Cotia visitados, a Granja Viana é o portal de entrada da cidade, a partir de SP, na altura do km 21 da SP 270, conhecida como Rodovia Raposo Tavares e de cara a Granja Viana impõe e seduz, com seus atrativos urbanos e uma diversidade de opções que se estendem do km 21 ao km 29 da rodovia. A região concentra o parque industrial da cidade de Cotia, e daí advém um fluxo significativo de turistas de negócios. Seus eixos viários secundários, que interligam Cotia às cidades vizinhas, configuram algumas das rotas turísticas da cidade: São Camilo, José Felix, Jardim da Glória, Parque São Jorge, Capuava, José Giorgi, Fernando Nobre, Estrada do Embu. Na Granja Viana pode ser encontrado centros gastronômicos e de compras, locais para a prática dos mais diferentes esportes, ateliês de artistas e os Parques CEMUCAM e Parque Tereza Maia. A Granja Viana conta ainda com dois atrativos religiosos orientais (de vertente budista), que têm atraído fluxo significativo de visitantes: O Templo Zulai e o Templo Odsal Ling, de acordo com as figuras 8 e 9 abaixo¹¹⁰.

Figura 8. Templo Zu Lai, atrativo religioso oriental de vertente budista.

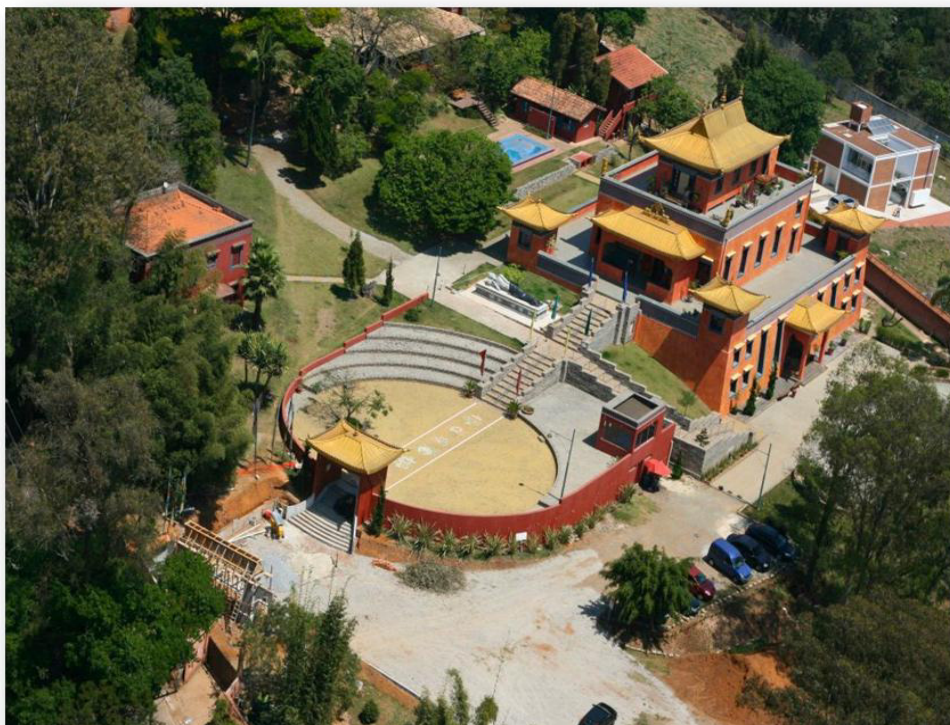


Extraído de:

https://www.google.com.br/search?q=google&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gfe_rd=cr&ei=3Xb9V9CpAeWp8weo9ICoDg#q=googleimagens+do+templo+Zulai+em+Cotia

¹¹⁰ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/a-cidade/regiao/> acesso em 24/05/2016.

Figura 9. Templo Odsal Ling, atrativo religioso oriental de vertente budista.



Fonte: Acervo de Ana Alcântara. Também disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10150545858489796&set=a.10150545856449796.397753.704919795&type=3&theater>. Acesso em 24/05/2016.

Nos trabalhos de campo averiguamos que a região turística de Cotia/Centro e bairros é composta por diferentes comunidades, abrangendo a área turística que se inicia aproximadamente no trecho do km 27 da Rodovia Raposo Tavares, compreendendo ambos os lados da rodovia, com a continuação do parque industrial e região central-administrativa da cidade. Importantes atrativos históricos encontram-se nesta macrorregião turística, bem como infraestrutura de serviços e comércio, embora o centro de Cotia concentre a maior parte da estrutura do centro de serviços públicos: Paço Municipal, Secretarias, Fórum, Câmara de Vereadores, postos estaduais e federais de atendimento, o que pudemos atestar por morar na região e também após trabalho de campo realizado entre os dias 16 e 20 de agosto de 2016, depois entre os dias 9 e 15 de outubro de 2016. Além disso, está localizada nessa região a Igreja da Matriz, cartórios, bancos, sindicatos, centro comercial e de serviços.

Já a Praça da Amizade ou Praça Japonesa¹¹¹ como também é conhecida, está localizada na altura do km 32 da Rodovia Raposo Tavares (fotos 35 e 36) e o Sítio do Mandú (figura 10), se encontra próximo ao ponto da antiga fundação da cidade na altura do Caiapiá. O Sítio do Mandú, assim como a Praça Japonesa e a Casa do Padre Inácio são considerados por nós como marcos territoriais da cultura local¹¹²

¹¹¹ **Praça Japonesa;** ela foi pré-inaugurada em 1988, com a presença de autoridades locais e japonesas, vindas da cidade de Ino, província de Kochi, no Japão. Conhecida como Praça da Amizade, como marco da ligação das cidades irmãs (Cotia-Ino), foi construída pelo ex-prefeito Ivo Mário Isaac Pires para homenagear a colônia nipônica da região, na altura do Km 31,3 da Raposo Tavares. Sua entrega definitiva foi em 10 de julho de 1994. Extraído de:

<http://www.jornalcotiaagora.com.br/praca-japonesa-de-cotia-sera-demolida-e-dara-lugar-a-marginal-e-terminal-de-onibus/>.

¹¹² O município de Cotia tem como patrimônio histórico, três edificações importantíssimas: o Sítio do Mandú, o Sítio do Padre Ignácio e a Igreja Matriz. Este é o Sítio do Mandú (do Tupi, significa carga ambulante), um casarão bandeirista. Não se sabe ao certo a data exata da construção, mas acredita-se que seja uma construção tardia, do final do século XVI ou início do XVII; os assoalhos dos aposentos internos denotam um refinamento não existente anteriormente. Ainda que não se conheça sua origem, sabe-se que os potentados em arcos constituídos no entorno da Vila de Piratininga tinham como objetivo a ocupação do território, a produção rural, e a segurança das vias de acesso à cidade. O Sítio do Mandú encontra-se próximo ao ponto da antiga fundação do município, no Caiapiá, e provavelmente serviu como descanso para os viajantes, na maioria bandeirantes, que usavam o local como parada estratégica para recompor suas energias e retomar a viagem. Eles passavam pela região, acessando antigas trilhas indígenas, em direção ao sul do país e interior, em sua busca de riquezas como índios e reservas minerais de ouro, prata e diamantes. A palavra “mandú” deriva do tupi, Mandu’aha, e significa “carga ambulante”. O terreno é composto por uma casa de estilo colonial, com quatro quartos e dois alpendres. Um na frente, fazendo parte da área social, e outro atrás para serviços domésticos. Há ainda um quarto de hóspedes à esquerda da entrada, e uma capela, à direita, como os esquemas de construções bandeiristas. Dentro da casa, podemos ver em um dos quartos, um anexo, sem janelas. As pesquisas dizem que poderia ser um quarto de enfermos, um lugar para resguardar as mulheres das visitas, ou até um altar. No andar de cima dos quartos de trás, existe também um “Jirau”, uma espécie de despensa para guardar mantimentos. Nas paredes da casa, alguns nichos para colocar estátuas de santos. A mata que existe ao redor não é a original, é a que chamam os biólogos de “secundária” – que cresceu após a devastação do que previamente existia ali. Constata-se isso pela forte presença de embaúbas, mamonas e bambuzais. Indícios da devastação e o correspondente “rejuvenescimento” da Mata Atlântica. O Sítio já foi pertencente a várias pessoas. Os últimos donos, Eduardo Kneese de Mello e sua esposa, Wilma Quintanilha, doaram o terreno à União no dia 09 de fevereiro de 1962. A União o tombou como Patrimônio Histórico em 1971. Na escritura de doação, encontra-se: “(...) uma área de terra localizada no Sítio da Casa velha ou Sítio Grande [Sítio do Mandú], com aproximadamente 2000 m², constituída de um retângulo contendo os remanescentes de uma antiga casa com paredes de taipa e pilão (...) pelo valor de Cr\$ 50.000,00 [cinquenta mil cruzeiros]”. Extraído de: Portal Viva Cotia; www.portalviva.com.br. Acesso em 18/10/2016.

Das informações extraídas da AETEC temos que a Casa do Sítio do Mandú é um exemplar da arquitetura rural paulista do século XVII, distingue-se das outras ainda existentes por apresentar uma varanda posterior e sinais de piso assoalhado, coisa incomum nestas moradas. A capela interna possui pintura seiscentista na cúpula do altar-mor. Arquitetura rural, registrado no livro Histórico Volume 1; folha 055, inscrição 332 na data de 12/01/61. Extraído de:

<http://www.aetec.org.br/programas/preservacao-do-patrimonio-historico/>. Acesso em 18/10/2016

Figura 10. Sítio do Mandú com sua casa grande, tombado pelo IPHAN, constitui marco importante do ciclo bandeirista-jesuíticos e depois tropeiro na cidade de Cotia. Hoje considerado Patrimônio histórico da cidade.



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=Sítio+do+Mand%C3%BA&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gfe_rd=cr&ei=V5UOWLa-Iip8wfSurS4Cw. Acesso em 18/10/2016.

Fotos 35 e 36. Rodovia Raposo Tavares sentido São Paulo. Parte da Rodovia contorna a Praça da Amizade, marco da cultura japonesa na região.

Foto 35. Praça da Amizade em 2014.

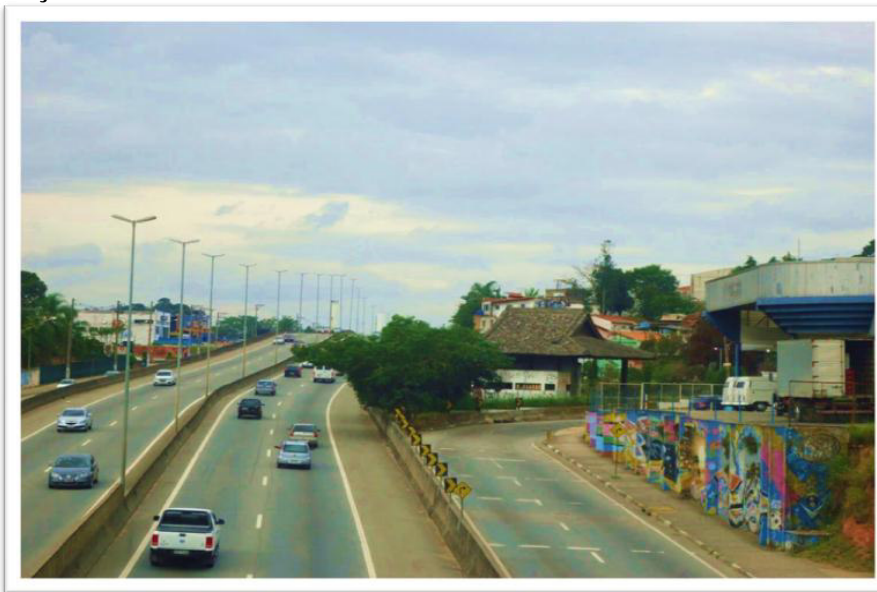


Foto: Abbul, em 15/12/2014.

Foto 36. Praça da Amizade em 2016.

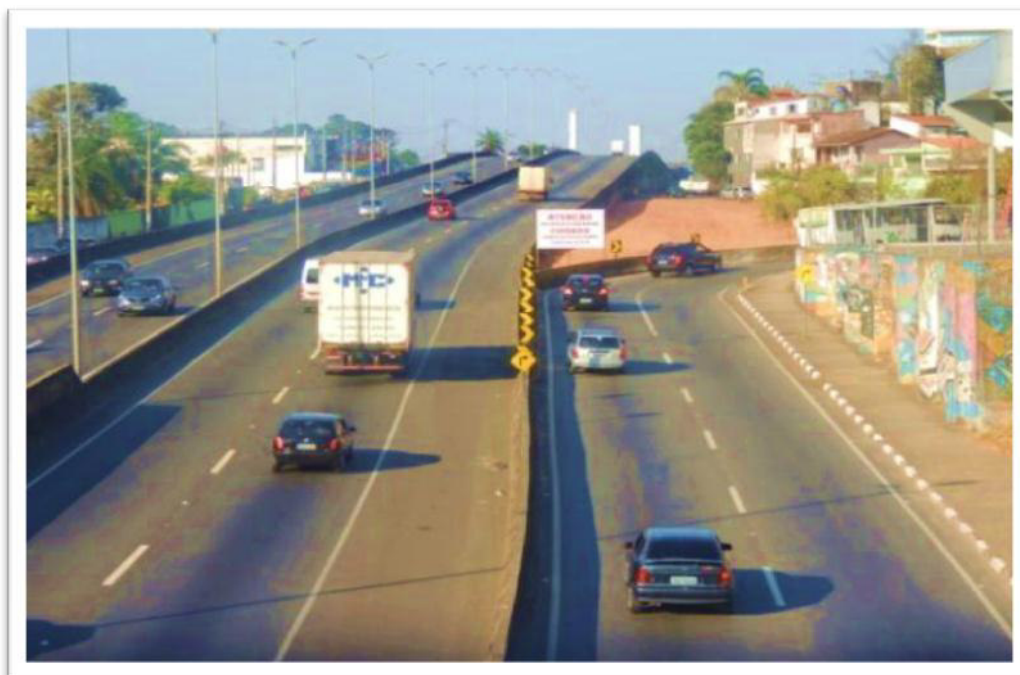


Foto: Abbul, em 16/08/2016.

Em trabalho de campo no dia 16 e 17 de agosto de 2016 qual foi nossa surpresa ao constatarmos que a praça da amizade foi totalmente destruída para dar lugar a mais uma vez à ampliação/duplicação da Rodovia Raposo Tavares nesse trecho de Cotia. Note-se que em análise comparativa, a Praça da Amizade na foto de 2016 está sendo destruída para nova reformulação do traçado viário. A Praça segundo as informações do atual Secretário do Meio Ambiente de Cotia será transferida para outro local onde hoje se encontra o viveiro de mudas da cidade. Abaixo apresentamos uma sequência de fotos da Praça da Amizade também conhecida popularmente como Praça Japonesa. As fotos foram tomadas em trabalho de campo realizado em 15 de novembro de 2014 como seguem datadas pelo autor, e depois em trabalho de campo de 16 a 20 de agosto de 2016 como seguem na sequência.

Foto 37. Vista frontal da Casa da Cultura Japonesa na Praça da Amizade totalmente abandonada pela gestão do prefeito Carlão Camargo. Na foto 38 ao lado o interior da Praça.

Foto 37. Vista frontal da Praça Japonesa.



Foto: Abbul, em 15/11/2014.

Foto 38. Interior da Praça Japonesa.



Foto: Abbul, em 15/11/2014.

Foto 39. Monumento da Praça Japonesa.



Foto: Abbul, 2014.

Foto 40. Banheiros da Praça Japonesa.



Foto: Abbul, 2014.

Na foto 39 visualizamos o monumento em homenagem à Praça Japonesa e na foto 40 acima se denota os banheiros da Praça que vinham servindo de abrigo para moradores de rua, onde é possível notar o abandono desse marco histórico pela prefeitura. Em nosso trabalho de campo de agosto de 2016 constatamos a total

destruição da Praça Japonesa como assinalamos acima e apresentamos nas fotos 41, 42 e 43 abaixo.

Foto 41. Praça Japonesa sendo destruída vista de outro ângulo.



Foto: Abbul, em 16/08/2016.

Foto 42. Placa com sinalização sobre a nova obra na Praça Japonesa.



Foto: Abbul, em 16/08/2016.

Foto 43. Foto mostrando os trabalhos na Praça Japonesa no dia seguinte com a colocação das guias.



Foto: Abbul, em 17/08/2016.

Na busca por informações sobre o que estava ocorrendo, um funcionário da Secretaria de Obras não soube informar. Após essa visita nos dirigimos a Secretaria do Meio Ambiente onde o próprio secretário, o Sr. Aristides nos informou que a praça estava abandonada¹¹³ e estaria sendo destruída para dar lugar a uma nova praça.

¹¹³ **Praça Japonesa de Cotia será demolida e dará lugar a marginal e terminal de ônibus.** Segundo o jornal Cotia Agora, o abandono da Praça Japonesa de Cotia está com os dias contados. O Cotia Agora obteve informações através de uma fonte envolvida nas negociações sobre o futuro da praça, de que ela será demolida e no local haverá o prolongamento da marginal da Raposo Tavares, paralelo à rodovia e a construção de um mini terminal de ônibus e vans do transporte alternativo. A via que circunda a praça, a Rua da Glória, ficará como uma rota local, como era antigamente, antes da duplicação da Raposo. A praça está interditada desde 2012 pelo Ministério Público por falta de acessibilidade. De lá para cá, o abandono tomou conta do local, com o crescimento de mato, virando depósito de lixo e abrigo de moradores de rua, drogados e ponto de encontro de casais para relações sexuais. O ponto máximo deste abandono foi o incêndio ocorrido em fevereiro de 2013, com a destruição total da Casa de Chá, onde acredita-se que o fogo tenha sido colocado propositadamente por algum vândalo. Em junho de 2013 houve o encontro de representantes da prefeitura com os arquitetos Motoi Tsubouchi e Vicente Bicudo, onde foi apresentado um novo projeto de readaptação da praça incluindo vagas para carro e previsão de ordenação do fluxo de veículos no logradouro, uma das grandes reclamações da população. Mas, o projeto não vingou. Neste tempo, moradores mostraram a indignação pelo abandono da praça e até um grupo foi criado no Facebook para debater o tema. A comunidade japonesa da cidade também cobrou atitudes do poder público para que houvesse uma solução. Sem reforma e a presença constante de mais pessoas no interior da praça, principalmente à noite, um grupo de moradores resolveu fazer em 27 de abril de 2014 um 'abraço solidário' para chamar a atenção das autoridades sobre a situação do local. Outro projeto foi feito para a revitalização da praça, porém, ele foi suspenso até uma definição total sobre o caso, conforme publicou o jornal Diário da Região Edição Raposo-Castello em janeiro de 2016. Nesse mesmo

Segundo o secretário, essa Praça Japonesa seria transferida para junto do viveiro de mudas da cidade localizado no bairro Parque Isaac Pires, porém, constatamos que o referido bairro fica isolado dos acessos principais da cidade, o que dificultará seu conhecimento por uma maioria significativa dos transeuntes e munícipes caso não conheçam a história da praça e sua nova localização. Depois desse trabalho de campo buscamos outras fontes como o site do “Jornal Cotia Agora”, de onde extraímos as informações abaixo apresentadas. Cabe ressaltar que o secretário de Meio Ambiente, o Sr. Aristides ou realmente estava muito desinformado ou não julgou necessário relatar o histórico da praça. Para nós, resta apontar que mais uma vez os interesses corporativos sejam das esferas municipais ou por interesses de esferas privadas tomam para si as decisões finais dos usos da cidade e atribuem a ela as novas configurações segundo os seus interesses em detrimento da participação popular nas esferas de decisões políticas da cidade.

3.6.2. O Morro Grande e Caucaia do Alto

Durante os anos que frequentamos as reuniões do Coletivo de Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA, inúmeros debates ocorreram sobre as mais diferentes situações que envolviam as questões relacionadas com os problemas ambientais onde figuravam também uma diversidade de interesses políticos e econômicos, estratégias que notamos serem articuladas para o uso e controle do território. Entre estas discussões, uma delas nos chamou a atenção em particular, pois tratava-se de uma região em nossa cidade e o assunto discutido nessa reunião dedicava-se a denunciar vários problemas que estavam ocorrendo na área de amortecimento da Reserva Florestal do Morro Grande¹¹⁴, onde se encontra a maior riqueza ambiental de

mês a prefeitura enviou funcionários na praça para a limpeza, poda do mato e a retirada de todo o material que estava dentro, levado pelas pessoas que lá estavam morando. Com a possível demolição, todo o material contido na praça, como madeiras, telhas e os bustos que restaram após atos de vandalismo, serão guardados até uma definição do que será feito com eles. Extraído de:

<http://www.jornalcotiaagora.com.br/praca-japonesa-de-cotia-sera-demolida-e-dara-lugar-a-marginal-e-terminal-de-onibus/>. Acesso em 18/10/2016, grifos nossos.

¹¹⁴ Paraíso ecológico de 10.660 hectares, que compõe o chamado cinturão verde da Grande São Paulo pelo lado oeste, a reserva do Morro Grande constitui-se num riquíssimo remanescente de Mata Atlântica ainda preservado, que com fauna e flora diversificados e não estudados, sob jurisdição da SABESP em função dos mananciais que abriga. Em 4 de abril de 1979 foi promulgada a Lei 1949, dispondo sobre a criação da Reserva Florestal do Morro Grande, no " local das matas que também são assim conhecidas e envolvem as represas da Cachoeira das Graças e Pedro Beicht, situada nas bacias inferior e superior do

Cotia. Nesse dia, várias vezes foram citados o caso dessa área no final da década de 1970 quando o governo do estado havia proposto construir ali o aeroporto internacional de São Paulo. Carlos Bocuhy e Mauro Vitor teceram considerações a esse respeito mencionando que naquela época a sociedade civil se mobilizou fortemente e saíram às ruas manifestando sua posição contrária a obra do governo. Segundo eles, a movimentação foi tão intensa que o governo abandonou a ideia e realizou a grande obra do aeroporto em Guarulhos. Em oportunidade ocorrida na década de 2000 discutimos a proposta do governo do estado referente ao projeto de construção da terceira pista do aeroporto de Guarulhos, discussão que causou grandes polêmicas junto com as obras de construção do Rodoanel trecho oeste, assunto que não abordaremos nesse trabalho, mas que participamos intensamente do processo. Voltemos, no entanto, ao foco de nossa discussão, abordando as regiões pertencentes a Cotia, como o Morro Grande localizado no bairro Jardim Isis onde próximo dali se encontra o Sítio do Padre Inácio (figura 11 abaixo), patrimônio nacional tombado pelo IPHAN de acordo com o site da AETEC - Associação dos Arquitetos Engenheiros e Técnicos de Cotia. Caucaia do Alto e Morro Grande abrangem, como região turística, do km 37 até o km 39 da Rodovia Raposo Tavares, sentido Estrada de Caucaia do Alto, com seus 8 km de percurso ao centro do distrito, e ainda do km 37, sentido Estrada do Atalaia, para a região do Morro Grande.

rio Cotia, no município de mesmo nome, com a destinação específica de preservação da flora e fauna e proteção aos mananciais". Desde a data de sua criação, os limites da RMG abrangem o imóvel que integrava o patrimônio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - incluindo as nascentes, cursos d'água e reservatórios naturais ou artificiais. Dois anos mais tarde, em 20 de junho de 1981, foi assinada a Resolução 02 de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande pelo CONDEPHAAT, que a considerou "ecossistema digno de ser preservado quanto à sua cobertura florística, à fauna e aos seus mananciais, além de suas condições paisagísticas, topográficas e valores climáticos, constituindo conjunto de inegável interesse cultural e turístico do Estado de São Paulo". O conjunto que constitui a RMG é regido por tais leis; no entanto existem ainda dentro da reserva, áreas protegidas por determinação específica, como por exemplo, ao redor dos reservatórios Pedro Beicht e cachoeira das Graças, de acordo com o artigo 18 da Lei Federal n. 6938 de 31 de agosto de 1981, que transforma em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade do IBAMA, as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente (áreas situadas ao redor dos reservatórios de água naturais ou artificiais, nas nascentes, topos de morros, montanhas e serras). Recentemente, a SABESP participa de gestões e conseguiu o tombamento da RMG como Reserva da Biosfera, pela inegável importância estratégica em função de sua biodiversidade e mananciais. Apesar de tamanha importância ambiental, a RMG vem sofrendo no decorrer dos anos de destruição indiscriminada pela ação do homem e de fatores naturais (como incêndios), premida pela própria metrópole. É de absoluta urgência que os cotianos se conscientizem da riqueza de que são possuidores. Extraído de:

<http://www.cotia.sp.gov.br/portal/wp-content/uploads/2016/03/Reserva-do-Morro-Grande.pdf>.

Acesso em 24/10/2016.

Figura 11. Sítio do Padre Inácio em Cotia.



Fonte: <http://www.aetec.org.br/programas/preservacao-do-patrimonio-historico/>

Identificamos durante os trabalhos de campo que Cotia possui serviços atribuídos ao turismo rural, de esportes radicais e hípicas, de melhor idade, ecológico, religioso, de compra de produtos agrícolas e paisagismo, e segundo a secretaria de Meio Ambiente, esses serviços foram identificados como significativos para essa região que concentra 60% do território cotiano. De acordo com a Secretaria de Cultura de Cotia, Caucaia do Alto recebeu nesse ano de 2016 nos dias 22, 23 e 24 de abril a 76ª Romaria de Caucaia do Alto a Pirapora do Bom Jesus, considerada a festa mais tradicional do município¹¹⁵. Pelas entrevistas que realizamos praticamente todos os entrevistados mencionaram essa romaria como um dos principais marcos territoriais da cultura local, embora nem todos participassem com frequência. Pelas respostas a grande maioria participava o que demonstra uma continuidade bastante representativa da referida romaria que ainda se mantém seguindo os ritos das procissões do pretérito que antes ocorriam na região central de Cotia de acordo com Martinez (2005). Segundo esse autor, procissões também ocorriam em Cotia nos tempos antigos, pois existia a antiga capela

¹¹⁵ Fonte: <http://www.cotia.sp.gov.br/portal/secretarias-2/cultura/> . Acesso em 24/05/2016.

de Nossa Senhora da Penha no meio da vila onde hoje é o centro de Cotia¹¹⁶, na atual Rua Lopez de Camargo.

Naquela época era comum a realização das procissões em homenagem a Nossa Senhora da Penha e “a antiga capela era feita de taipa de pilão”, de acordo com depoimentos de dona Oscarlina Pedroso Victor aos escritos de Marcos Martinez (2005, p. 41). Ainda segundo dona Oscarlina, “a destruição total da capela ocorreu em 1959. A procissão e a missa que ocorria em devoção a Santa era no dia 2 de fevereiro”. Segundo informações do Padre Daniel Balzan sobre a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, “nas décadas de 40, 50 e 60, as procissões ditavam o comportamento cultural dos moradores de Cotia e região, logicamente com características bem diferentes daquelas do período colonial” (MARTINEZ, 2005, p. 41). Também apontamos aqui as referências de Martinez (2005) no qual o autor cita diversos nomes que contribuíram para a produção de seu livro sobre a história de Cotia, segundo ele, netos e bisnetos¹¹⁷ dos antigos moradores destas paragens, do tempo em que Cotia, por exemplo, ainda mantinha inúmeras tradições nas ruas e vielas do povoado ainda em desenvolvimento na periferia das grandes fazendas. Essas paragens, segundo as memórias¹¹⁸ dos antigos, puderam trazer uma visualização da cidade enquanto forma urbana do século XX, o que para nós é de extrema importância para resgatar marcos territoriais dessa cultura local, que precisa ser reativada para não perdermos de vez esse rico acervo cultural que fora

¹¹⁶ Provavelmente essa capela se encontrava onde hoje está construída a atual igreja da matriz no centro de Cotia.

¹¹⁷ Entre esses netos e bisnetos, citamos dona Oscarlina Pedroso Vitor, Linda Riscala Name, Pedro Victor Morais Sobrinho, Joel Francisco, Antônio Benedito Rodrigues de Oliveira, Antônio Lopes Navarro, Reinaldo Yano Benedito Viviani, Benedita Amélia Barreto Alves, Antônia Luiza Moraes Barreto, Roque Giannetti, Nice Savioli, Rose Savioli e Laerte fotógrafo, além de Amadeu Strambi, segundo Marcos Roberto Muniz Martinez em seu livro “Memória e Imagem” de 2005. Para saber mais sobre a história de Cotia, ver: Os Caminhos da história na moderna leitura dos novos pesquisadores, livro do historiador de Cotia, João Barcellos – escritor, conferencista, editor e autor de livros sobre Cotia, como: “Oi Cotia”, “Piabiyu”, “Cotia nas referências de São Paulo... de costa a costa com a casa às costas” – livro que segundo Martinez, trata da tradição Carijó que implantou a Aldeia Koty e Baptista Cepellos, o poeta do drama brasileiro. Nomes como o de Baptista Cepellos, da família Pedroso, Giannetti, Isaac Pires e Savioli ainda permanecem vivos na cidade atualmente, dando nome de ruas, avenidas, supermercados, bibliotecas, clínicas médicas, odontológicas e outras. Os últimos prefeitos da cidade, por exemplo, eram Ivo Isaac Pires que empregou toda a família na prefeitura de Cotia nos anos 80 e Quinzinho Pedroso que foi vereador durante quase vinte anos e prefeito por duas vezes até o ano 2000, quando Marcos Martinez, professor de história, foi Secretário municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo em Cotia. Segundo Rodrigo Paraíso, candidato a vereador em 2016, Quinzinho após seu último mandato nos anos 2000 ficou inelegível por oito anos devido à má conduta nas duas gestões da prefeitura durante oito anos de mandato que exerceu. Nesse ano de 2016 se lançou candidato à prefeitura da cidade novamente.

¹¹⁸ Sobre a questão das memórias sejam elas individuais ou coletivas, o autor Maurício Abreu da Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz uma interessante discussão em seu artigo “Sobre a memória das cidades”. Ver capítulo 1 do livro **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (orgs). São Paulo: Contexto, 2001.

transmitido para Martinez através dessas oralidades. Segundo esse autor, de acordo com as oralidades locais coletadas por ele em suas entrevistas, nas paragens de Cotia se configuravam as relações sociais pela presença de povoados “caipiras” em áreas antes ocupadas por aldeamentos indígenas.

Nesses locais, ainda segundo as oralidades, se associava a prática da rotação de terras típicas do sistema de roças e depois foram surgindo os bairros rurais com uma nova dinâmica urbana ao longo do caminho. Cabe destacar que estamos tratando provavelmente do antigo caminho de Itu, que nas referências de Barcellos pode ser o mesmo caminho do “Piabiyú”, como destacou o autor assinalado por Martinez (2005, p. 17). Ainda há controvérsias sobre o traçado real desse famoso caminho, mas no presente trabalho fica claro que em algumas regiões o caminho se dividia em “ramais”, o que denota as diferentes localizações de trechos do mesmo ora em Cotia, ora em Itapevi (que na verdade não se chamava Itapevi e sim Cotia), ora no distrito de Raposo Tavares (hoje atual município de Vargem Grande Paulista). Sobre esses possíveis “ramais” trataremos com mais clareza ao destacarmos as vilas do bairro Quatro Encruzilhada no atual município de Itapevi. Também constatamos que o mesmo caminho era conhecido por Caminho de São Tomé¹¹⁹ que ligava São Paulo a vila de Cotia.

Nesse processo de desenvolvimento da antiga vila de Cotia, os autores assinalam que a mesma vinha crescendo ao longo dos caminhos de tropeiros, sendo ocupado por diferentes tipos de aglomerações ou grupos ao mesmo tempo em que Piratininga, já denominada de São Paulo, vinha se desenvolvendo rapidamente evoluindo do sistema agrícola e rural para um conglomerado de vilas e bairros já bastante consolidado em franca transformação com características e formas de cidade como já versamos nas laudas anteriores. Em Cotia, por sua vez, assim foram se constituindo aglomerados que logo se transformaram em vilas e mais tarde em pequenas comunidades e cidades, talvez não na mesma proporção de Piratininga, mas de certa forma seguindo os mesmos processos de expansão, mesmo que em menor grau de crescimento e transformação. O que estamos tentando esclarecer é que alguns aspectos do desenvolvimento de São Paulo também se repetem nos pequenos aglomerados, o que favorecia cada vez mais a penetração dos novos habitantes em direção a todos os quadrantes da cidade. A nós, interessa versar com maior ênfase o quadrante oeste da Capitania.

¹¹⁹ De acordo com a página: http://www.canalitapevi.com.br/histo_itapevi.pdf. Acesso em 01/11/2016.

Nesse sentido, “O antigo caminho de Itu se constitui num dos principais e significativos caminhos de penetração oeste na cartografia colonial do sudeste brasileiro” (SILVA e ACHEL, 2010, p. 3). E é nessa perspectiva que nosso recorte espacial vai se desenvolvendo, destacando justamente o setor oeste da cidade de São Paulo, abrangendo as cidades de Cotia e Itapevi, onde trataremos dos problemas apresentados nesse setor em função do avanço do tecido urbano sobre as zonas rurais¹²⁰ que ainda se encontram instalados nessa região. Antes, porém, se faz imperativo trazermos as considerações sobre a cidade de Itapevi para contextualizarmos devidamente nosso recorte empírico, para em seguida tratarmos dos problemas advindos desse processo de espraiamento do tecido urbano no quadrante oeste de São Paulo.

3.7. Breve histórico sobre a cidade de Itapevi; considerações sobre sua configuração espacial.

De acordo com as informações extraídas da página do IBGE (com grifos nossos), as origens de Itapevi remontam ao ano de 1850, quando se fixaram no local as famílias Nunes e Abreu. Estes, na região de Ibiúna-Itapevi e os Nunes, ao longo da faixa Itapevi-Vargem Grande¹²¹. Em 1875 o Imperador Dom Pedro II inaugurava a estação de Cotia, que não passava de um simples rancho com cobertura de sapê. Nas proximidades da antiga estação de Cotia¹²², da Estrada de Ferro Sorocaba - hoje FEPASA, o Capitão Joaquim José Vieira e dona Ana Vieira promoveram o loteamento de uma área de

¹²⁰ Sobre essa “zona rural” Ab’Sáber proferiu uma palestra intitulada “Prévias para o planejamento urbano e periférico de Cotia” em 13 de setembro de 2003 no 1º Seminário Temático AETEC – Plano Diretor de Cotia – na Associação dos Arquitetos, Engenheiros e Técnicos de Cotia (AETEC), da qual participamos. A palestra abordou diversos subtemas e numa passagem célebre Ab’Sáber comentou que os antigos bairros rurais da região, hora discutida, haviam passado por um processo de fragmentação de áreas onde não foram respeitados os ecossistemas locais e toda a sua dinâmica natural, além da cultural alicerçada pelas comunidades centenárias ali presentes. Afirmou ainda que Cotia e Itapevi apresentavam um sistema urbano complexo em transição e progressão demográfica aonde essas cidades vem crescendo vertiginosamente em conflito com a natureza, e que seria de suma importância realizar um estudo do Metabolismo Urbano dessas cidades. Segundo Ab’Sáber, as visões fragmentadas dos especuladores com a convivência do poder público não respondem aos transtornos diários da população atual e questionou como poderá se encontrar o cenário quando da instalação dos futuros moradores a quem é vendido o paraíso verde.

¹²¹ Aqui ressaltamos que nessa data de 1850 essas localidades ainda não possuíam esses nomes atuais, como já apontamos nas referências sobre Cotia. Sobre Ibiúna nem mencionamos esse nome ou sua localização e sobre Vargem Grande, seu nome anterior era o Distrito de Raposo Tavares, terras pertencentes a Cotia.

¹²² A antiga estação de Cotia é hoje a estação de Itapevi segundo as referências já citadas para a cidade de Cotia no pretérito e de acordo com nossa entrevista na cidade de Itapevi em 18/08/2016.

duzentos alqueires de terra. Por volta de 1912 às primeiras famílias juntaram-se outras, entre as quais a família Michellotti e Roncalli, os Chiamilera, os Belli, os Chaluppe, os Correia e os Nunes¹²³. Para nós são nomes desconhecidos até hoje e nem nas entrevistas com os atuais moradores conseguimos identificar alguns. Apenas os Nunes e os Correia são facilmente identificáveis de acordo com as entrevistas que realizamos, além de seus nomes também enobrecerem algumas ruas da cidade atualmente.

Segundo a página visitada e os relatos do Sr. João da Silva Alves de Itapevi em conversa informal na atual estação ferroviária de Itapevi¹²⁴, foi justamente da família Nunes que saiu o empreendedor político Joaquim Nunes Filho, conhecido por “Nho Quim”, cujos esforços resultaram na elevação do bairro a distrito de Cotia, em 12 de outubro de 1920. Apesar disso a referência da cidade ainda continuava sob o nome de estação Cotia tirando a possibilidade de identificação própria do local. Em 1940 chegava a Itapevi o empresário Carlos de Castro que adquiriu de Joaquim Nunes vasta gleba de terra, dando origem ao loteamento do Parque Suburbano e Jardim Bela Vista. Foi a partir daí que se acelerou o desenvolvimento do local. Com a estação ainda com o nome de Cotia e a própria sede do município chamada de Vila Cotia, criava-se enormes confusões notadamente aos serviços de correios e telegramas, pois ficava difícil a localização das pessoas para que as correspondências pudessem ser entregues nos endereços em Itapevi. Não fosse o Sr. João garantir que não era alfabetizado, poderíamos inferir que o mesmo havia lido a página na internet que relata um pouco da história recente de Itapevi.

Continuando, em 1945, Carlos de Castro conseguiu com o então ministro Cardoso João Alberto que a estação tivesse seu nome alterado para Itapevi, com festa para a população. A partir daí e já dentro de um espírito emancipacionista presente por

¹²³ Fonte: <http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/index.php>. Acesso em 08/07/2016.

¹²⁴ O Sr. João da Silva Alves não se mostrou interessado em responder ao questionário, mas fez relatos importantíssimos para a manutenção da história de Itapevi e seus relatos praticamente são os mesmos ou bem parecidos com as informações disponibilizadas na página visitada. Ao final de nossa conversa ele informou que era analfabeto, que não tivera oportunidade de estudar quando jovem devido a necessidade de trabalhar na roça com sua família, embora havia escola na região construída com dinheiro da família Nunes. Ele, apesar de não instruído na escola como ele mesmo enfatizou, se mostrou uma pessoa muito culta, conhecedora de sua história, de suas raízes. Para nós, em todo o percurso da pesquisa realizada na cidade de Itapevi, constatamos de forma exagerada (se assim podemos denominar o sentimento) que o relacionamento dos sujeitos com a cidade é incipiente, de certa forma degradante como a realidade de seus cotidianos, onde a reprodução social desses sujeitos não se materializa para além de sociabilidades segmentadas, se mantêm como objetos mecânicos que tendem a reproduzir os mesmos movimentos pendulares diariamente sem terem um tempo lento para enxergar a cidade, adquirir dela algum tipo de distração, de reflexão ou de questionamento ou até mesmo de conhecimento do seu legado histórico. De todos esses sujeitos, apenas o Sr. João apresentou ser uma pessoa que se encaixa perfeitamente em nosso questionamento.

toda região, integrantes da sociedade da época iniciaram o movimento de autonomia do distrito, fazendo a população se empenhar em massa no processo. Dado o grande desenvolvimento do povoado, criado em 1920, como Distrito de Itapevi, no Município de Cotia, o movimento emancipacionista nasceu no agrupamento de certo número de moradores do local, na sua maioria ferroviária. Muitas foram as campanhas a favor do movimento e, depois de intenso trabalho foi em 1954, finalmente desmembrado de Cotia, conforme desejo popular manifestado em plebiscito realizado em 1958 de acordo com o jornal da época como ilustra a figura 12. Como exemplo dessa movimentação popular, elencamos na figura 13 a imagem da Rua Joaquim Nunes ilustrando uma faixa onde se convida a população a votarem no plebiscito. A página indica que os idealizadores desse movimento emancipacionista eram homens como o próprio Carlos de Castro, Américo Christianini, Cezário de Abreu, Bonifácio de Abreu, Rubens Caraméz, Raul Leonardo, José dos Santos Novaes e tantos outros. No plebiscito realizado, cerca de novecentas pessoas optaram pela emancipação, contra apenas trinta que não desejavam a autonomia.

Figura 12. Jornal O Imparcial da década de 1950 noticiando o resultado do plebiscito realizado em função dos movimentos emancipatórios de Itapevi.



Fonte: [http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria/fotos%20\(7\).jpg](http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria/fotos%20(7).jpg)

Figura 13. Rua Joaquim Nunes, na região central. Uma faixa convoca o povo a votar pela emancipação de Itapevi, que na época era um distrito da cidade de Cotia.



Fonte: http://itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria_fotos.php

Naquele mesmo ano foi formalizada a lei que criava o município de Itapevi instalado oficialmente só no ano seguinte em 18 de fevereiro de 1959. Seu primeiro prefeito foi Rubens Caraméz segundo a página e o Sr. João da Silva Alves confirmou essa informação. Na figura 14 abaixo destacamos notícia do Jornal Itapevi Agora de 2015, homenageando os 56 anos de emancipação do município de Itapevi. Aproveitando a abertura que esse senhor nos deu, questionamos sobre o significado do nome Itapevi, o que ele informou ser de origem tupi, e que segundo ele significa rio da pedra lisa (chata) ¹²⁵, informação essa também presente no site visitado, onde ainda é esclarecido que esse significado é decorrente de vários lageados ¹²⁶ que formam o curso do rio local.

¹²⁵ Fonte: <http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/index.php>. Acesso em 08/07/2016. Sobre essa questão, indagamos aos demais entrevistados sobre o significado do nome da cidade e nenhum dos demais souberam responder como o Sr. João da Silva Alves.

¹²⁶ Para saber mais sobre a estrutura geomorfológica de Itapevi, ver a tese de doutorado de SANTOS, Hélio José dos. **“Comportamento Morfodinâmico do Meio Físico: Análise das Erosões no Município de Itapevi-SP”**. Tese de Doutorado em Geografia Física apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP. 2000.

Figura 14. Jornal local de Itapevi homenageia os 56 anos de emancipação da cidade.

Itapevi Agora

Nossa homenagem aos 56 anos de emancipação do município de Itapevi

18-02-1959 ~ 18-02-2015



No dia 14 de dezembro de 1958 foi realizado o plebiscito, no qual a maioria dos moradores de Itapevi votou pela emancipação do município de Cotia. O então distrito tinha 8.328 pessoas. O “sim” recebeu 972 votos (97%) e o não escassos 30 votos (3%). Na foto, integrantes da Mesa Receptora do plebiscito. Em primeiro plano: Arnaldo Cordeiro das Neves, Rubens Caraméz, Anésio Amorim, Wolgran Justo da Silva e Francisco de Abreu. Atrás, também agachados: Antônio Cassemiro dos Santos, Zequinha Chaluppe, Éssio Grassi, Luiz Gonzaga Novaes e Argemiro Prearo. De pé: Marcelino Alves, Geraldo Michelotti, Benedito Camargo, Agenor Matias, Francisco Nazário do Nascimento (“Chicão”), João Domingues, Amin Nacif Chaluppe, Alcides Cotrim, (?) e Jorge Chiovetto.

Fonte: www.itapeviagora.com.br

3.7.1. Breves considerações sobre a Formação Administrativa de Itapevi.

Esclarecemos que não tivemos acesso a esses documentos oficiais dos quais vamos versar abaixo, portanto, nos limitamos a compilar do site as informações que julgamos necessárias para o entendimento do processo de emancipação do Distrito de Itapevi. Assim, nos informa o site visitado que o Distrito foi criado com a denominação de Itapevi, por Lei Estadual nº 1741, de 19 de outubro de 1920, com Sede na Povoação de Cotia, no então Município de Cotia como já evidenciamos nas laudas anteriores. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Itapevi, por Lei Estadual nº 5285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembrado de Cotia. Constituído do Distrito Sede em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o município é consolidado, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999¹²⁷.

Pelo que pudemos analisar através das informações contidas nas páginas e sites das prefeituras visitados, inferimos que tudo o que hoje é Itapevi, era, no século XIX e início do século XX, área de grandes fazendas que estavam vinculadas a Cotia politicamente. De acordo com o site do Canal Itapevi, essas fazendas pertenciam principalmente, a duas famílias, apontadas como fundadoras da cidade, sendo a família dos Abreus, e a dos Nunes. A família Abreu era uma das mais antigas da região, havendo se instalado por ali em meados do século XIX. Essa família possuía grandes extensões de terra, tanto na região de Itapevi, onde se estabeleceu como na de Ibiúna, de onde veio. Já os Nunes, oriundos de Santana de Parnaíba, ocuparam a maior faixa de terra ao longo de Itapevi e Vargem Grande Paulista (Distrito de Raposo Tavares). Em 1883, José Nunes dos Santos chegou a vender para João de Abreu Nogueira o sítio São João, onde ainda se encontra construída uma das mais antigas moradias da cidade, como ilustra a figura 15. Na figura 16 apresentamos a mesma construção modificada e adaptada para uso atual do gabinete da prefeitura da cidade.

¹²⁷ Fonte: IBGE. Itapevi (SP). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.itapevi.sp.gov.br>.

Figura 15. Antiga casa da família Nunes que hoje abriga o Paço Municipal de Itapevi e o Gabinete da Prefeitura.



Fonte: http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria_fotos.php

Figura 16. O atual gabinete da prefeitura na Rua Joaquim Nunes nº 65, centro de Itapevi.



Fonte: http://itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_gabinete/index.php

Pelo que indica o site do Canal Itapevi, essa construção é do final do século XVII ou início do século XVIII e, de acordo com estudiosos¹²⁸, funcionou como pousada. Seus hóspedes eram bandeirantes e viajantes em geral que, saindo de São Paulo ao amanhecer, alcançavam a região de Itapevi ao final do dia. Como era difícil seguir viagem com o escuro da noite, dormiam na casa e, na manhã seguinte, retomavam o caminho da estrada¹²⁹. Na atualidade pudemos notar que muitas das construções antigas estão mescladas com as atuais tendo como exemplo a figura 16. Quando indagamos o Sr. João sobre o crescimento populacional da cidade, o mesmo inferiu que antes dessa aglomeração ocorrer, seus pais contavam que a população era em menor número e que a grande maioria estava empregada na Antiga Pedreira São João¹³⁰ “dirigida por gente de fora” e que nos anos seguintes começaram a chegar mais “pessoas diferentes” a estas paragens (palavras do Sr. João, grifos nossos). Por essas pessoas estranhas mencionadas pelo Sr. João, estamos inferindo que provavelmente seriam os italianos após a leitura da dissertação apresentada por Ivan Marcelino de Miranda¹³¹ em 2009, pois o mesmo ao discutir a emancipação de Itapevi destaca que

Entre os imigrantes que se destacaram no processo de expansão da Grande São Paulo, Júlio Michelli, em 1894, abriu uma pedreira nas proximidades da estação de trem onde morava, em Itapevi, e passou a recrutar trabalhadores junto à população local. As pedras de lá retiradas eram levadas para São Paulo e usadas no calçamento de ruas, no áureo período de crescimento e modernização da metrópole paulistana. Esse mecanismo, associado à presença da ferrovia, fez com que esse povoado tivesse ligações mais estreitas com a cidade que se modernizava a passos largos (MIRANDA, 2009, p. 28).

Ao que parece, a pedreira trouxe para a cidade de Itapevi alguns desses imigrantes e pelos relatos dos moradores atuais, os mesmos eram na sua maioria italianos, informação que não buscamos oficialmente, mas relatos como esses também foram apresentados nas reuniões que realizávamos com a população nos anos 2000, quando das discussões sobre o projeto Granja Carolina e do tratamento das questões

¹²⁸ O site não indica quais seriam esses estudiosos.

¹²⁹ Extraído de: http://www.canalitapevi.com.br/histo_itapevi.pdf. Acesso em 08/07/2016.

¹³⁰ A população de Itapevi apontou várias vezes a construção de um parque na cidade na área da Antiga Pedreira, um projeto que não saiu do papel até o momento. Em busca de informações sobre esse projeto, constatamos que o mesmo é de 2001 e foi publicado no DOSP - Diário Oficial do Estado de São Paulo na página 22 em 08/06/2006, Projeto de Lei nº 181, de 2001. Para saber mais acessar: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5222540/pg-22-legislativo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-08-06-2006>

¹³¹ Ivan Marcelino de Miranda. **A Questão Habitacional e Ambiental em Cotia no Limiar do Século XXI**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Dissertação de Mestrado. 2009.

sobre o espraiamento da grande metrópole. Nesse sentido, podemos inferir sem dúvidas que enquanto São Paulo se modernizava, e ao que nos parece claro identificar, São Paulo crescia consumindo matéria prima das regiões ao entono, além de mão de obra dos povoados de sua área de influência. Parece-nos também que muitos desses pequenos povoados iam se configurando de forma parecida com a metrópole paulista, enveredando pelo mesmo caminho de desenvolvimento, ainda que de forma lenta e com menor poder econômico se comparado com São Paulo. Pelo que constatamos na história dessas cidades seu crescimento populacional e adensamento urbano se caracterizaram configurando um novo patamar arquitetônico nessas paragens mesclado com as culturas antigas nos seus modos de construção. Tomando como exemplo o modelo de edificação da antiga casa da família Nunes e constatando que ainda hoje em Itapevi existem mesclas destas construções antigas em conjunção com as atuais, inferimos que essa realidade arquitetônica se configura um verdadeiro mosaico de edificações, resultado talvez da leva de mercadores e aventureiros que por essas paragens se instalaram na época em que percorriam os antigos e variados caminhos.

Como apontamos ou especulamos historicamente a cidade foi ponto de passagem e pouso de desbravadores, bandeirantes e comerciantes ao longo do caminho que levava à cidade de Itu. Então provavelmente com o tempo este caminho serviu aos tropeiros, período em que algumas famílias ligadas ao tropeirismo estabeleceram propriedade na cidade de acordo com a história como já mencionamos. Não sabemos ao certo como se estruturava a rede de caminhos nessa região, embora as principais referências se deem em torno do Antigo Caminho de Itu como já mencionamos, mas na conversa com o Sr. João da Silva Alves, o mesmo relatou que os antigos falavam em muitos caminhos que cruzavam a região do povoado de Itapevi e por eles passavam grandes tropas de vaqueiros, índios, negros e tropeiros. Em determinadas épocas do ano outros caminhos eram percorridos pela população em romarias e festejos nos vilarejos próximos, porém, o Sr. João não soube explicar que tipos de festejos eram esses e como eram organizados, mas reiterou que muitos dos viajantes que paravam para descansar na antiga casa do Sr. Nunes, aproveitavam as épocas das festas para se aventurarem por esses outros caminhos, ramificações do caminho principal. O Sr. João mencionou algumas festas que ocorriam em frente à Igreja da Matriz (foto 44 abaixo), construída na década de 1950 segundo ele e tendo como Santo Padroeiro São Judas Tadeu.

Dessas festas ele soube afirmar que até o início dos anos 1990 as procissões eram frequentes, as depois a cidade foi crescendo cada vez mais e algumas tradições

foram desaparecendo. Hoje as festas que ocorrem nas imediações da Igreja são as festas juninas segundo ele. As demais ocorrem nos bairros mais afastados, mas ele não soube dizer exatamente em quais bairros estariam ocorrendo essas manifestações da cultura local. Ele repetiu inúmeras vezes os relatos dos antigos sobre os caminhos que ligavam a cidade ao entorno, aos outros vilarejos e essa insistência nos caminhos nos despertaram certa curiosidade em saber mais e tentar localizar em meio ao complexo urbano atual onde possivelmente poderia ter passado um desses antigos caminhos. Ilustramos na figura 17 uma imagem dos arredores de Itapevi no pretérito apenas para especular sobre alguns dos caminhos que chegavam ao vilarejo.

Foto 44. Igreja da Matriz fundada na década de 1950 e o Santo Padroeiro é São Judas Tadeu, localizada na Praça Padre Romeu Mecca no centro de Itapevi.

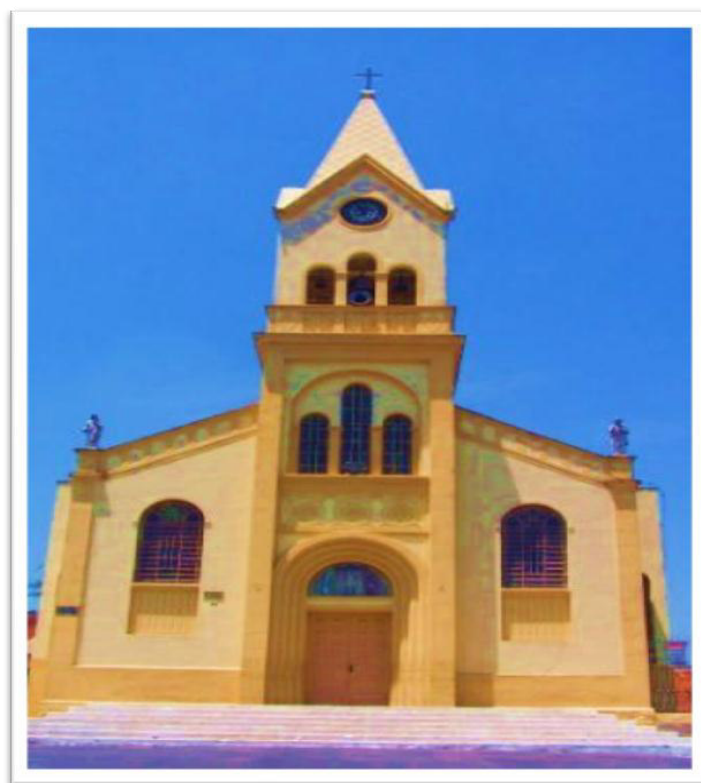


Foto: Abbul, 2016.

Figura 17. Uma visão panorâmica antiga do povoado de Itapevi cercada por caminhos.



Fonte: http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria_fotos.php

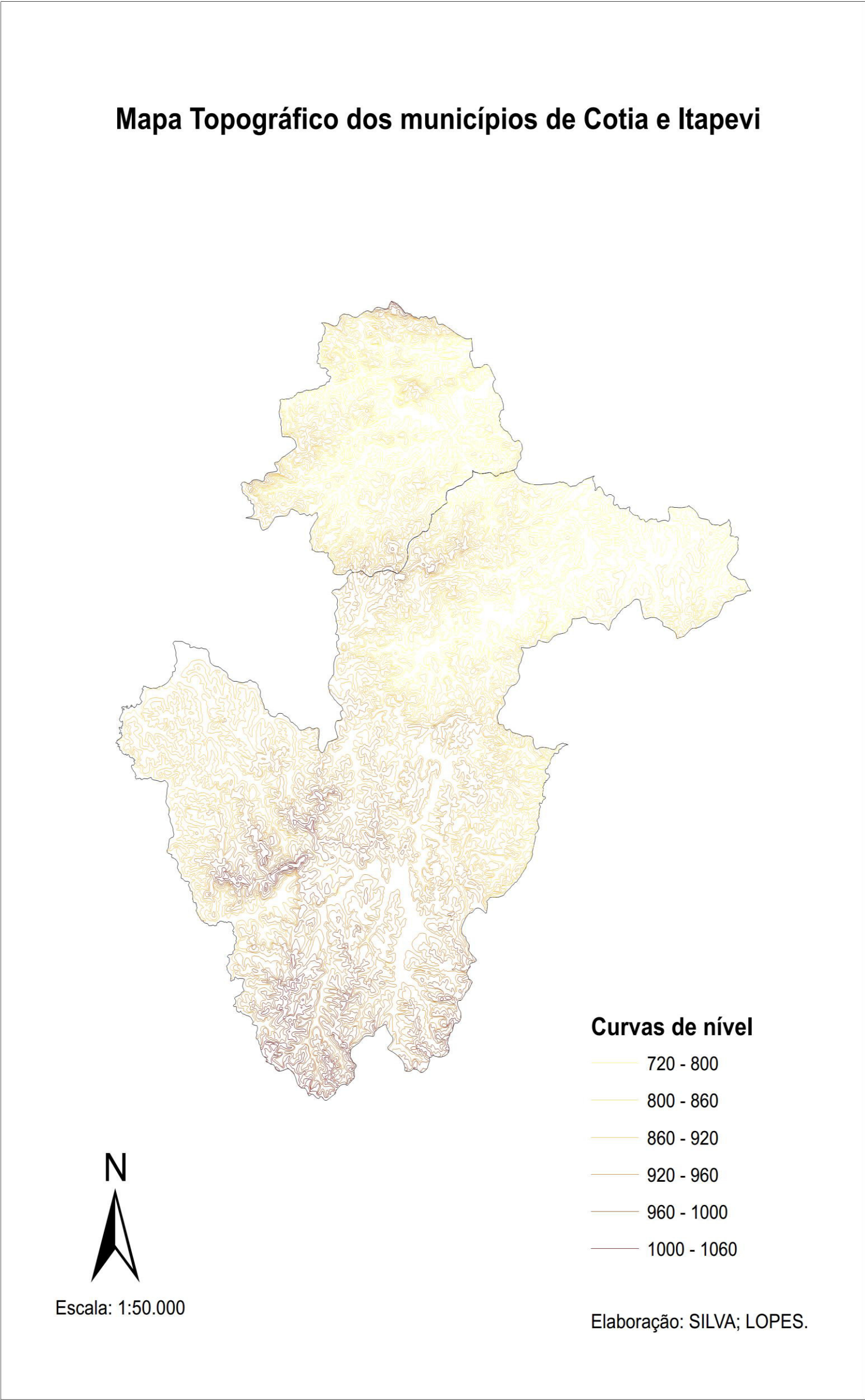
A imagem ilustra a localização do povoado sob um vale largo, cercado pelas serranias e sob estas se nota um dos caminhos que chegavam ao povoado, caminho esse que não soubemos identificar o nome exato da rua onde ele se encontra hoje, mas pelas indicações do Sr. João, uma das ramificações pode ser hoje a atual Rua Joaquim Nunes, antigamente parte do caminho que levava a Itu, embora ele não soube inferir com certeza ao mostrarmos essa imagem a ele. Para nós também foi difícil se localizar atualmente nessa região pelo fato da mesma estar totalmente transformada e posicionada em um vale ocupado densamente pelo tecido urbano, como apresentamos na foto 45 abaixo, obtida em trabalho de campo entre os dias 16 e 20 de agosto de 2016 em Itapevi. Para ilustrar melhor as declividades que existem em Itapevi, também apresentamos no mapa 10 (mapa topográfico de Cotia e Itapevi), destacando as curvas de nível onde nota-se como a região central de Itapevi está localizada em meio a um vale como denota a figura 17 acima, e a ocupação das encostas trazem sérios problemas para a cidade em épocas de chuvas como destacaremos mais adiante. Voltaremos a citar esse mapa quando assinalarmos os projetos urbanísticos que poderão agravar ainda mais o quadro caótico em que já se encontra a cidade de Itapevi em relação a Cotia.

Foto 45. Localização da cidade de Itapevi acoplada em um grande vale. No entorno é possível notar encostas mais elevadas densamente ocupadas pela população.



Foto: Abbul, 2016.

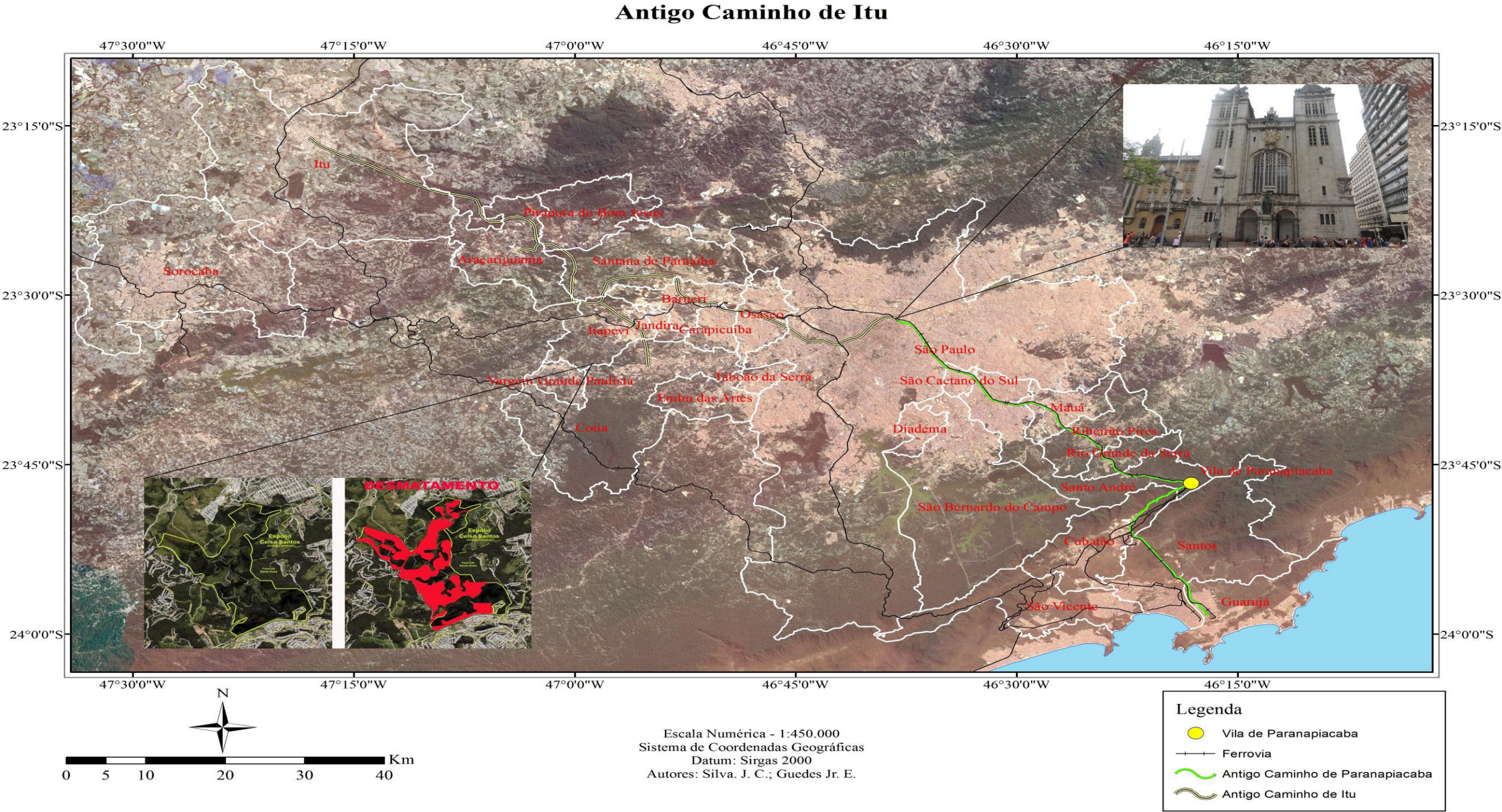
Mapa 10. Mapa topográfico de Cotia e Itapevi destacando as cotas altimétricas dos dois municípios. Interessando para nós nesse momento apontar como a região central de Itapevi se encontra em baixos patamares, o que facilita o processo de enchente quando os setores de morros mais elevados são utilizados de forma incorreta ou inconsequente.



Na figura seguinte apresentamos o mapa 11 de nossa autoria na tentativa de reconstituição dos antigos caminhos indígenas com destaque nesse momento para o Antigo Caminho de Itu que, pelas evidências históricas tanto dos autores que pesquisamos como dos sujeitos que relataram suas histórias de vida no lugar, esse caminho, ao que nos parece, indiscutivelmente permeou toda a história de edificação do lugar e de parte considerável da região pertencente ao quadrante oeste de São Paulo. Para nós, cada vez mais fica evidente a discussão central desses caminhos para a constituição dos primeiros aglomerados, primeiramente as vilas, bairros rurais e mais tarde as ramificações dos caminhos que deram origem aos arruamentos e a constituição de novos aglomerados de caráter urbano. Estamos inferindo que com base em todo o histórico de ocupação dessas paragens, as antigas fazendas e outras propriedades privadas foram desmembradas e transformadas em loteamentos que veem se solidificando cada vez mais até a atualidade onde esse grande crescimento das cidades se associa agora a outros problemas vinculados às grandes aglomerações.

No caso de Itapevi, por exemplo, como apresentado no EIA/RIMA de 2000 e nas reuniões do Conselho de Meio Ambiente em Cotia no ano de 2003, alguns dos moradores atuais de Itapevi afirmaram em diferentes momentos que a cidade teve um boom de crescimento a partir de 1980 com a instalação da COHAB. Como no dia de nossa entrevista não conseguimos contato com o secretário de Desenvolvimento Urbano e nem com o secretário de Meio Ambiente de Itapevi (o Sr. Evangelista Limas), mais uma vez tivemos que buscar informações na página da cidade. Na Secretaria de Meio Ambiente a moça que nos atendeu não soube dar informações precisas sobre esse processo de crescimento e urbanização da cidade, tão pouco soube informar algo sobre o novo projeto urbanístico que está prestes a ser instalado na região (discussão que faremos mais adiante nos próximos capítulos). Antes de tratarmos dessa questão dos loteamentos de grande porte que julgamos ser um dos pontos centrais desse trabalho, primeiramente apresentaremos o mapa 11 assinalando os antigos caminhos indígenas, porém, destacando com mais ênfase nesse momento o Antigo Caminho de Itu, para em seguida versarmos sobre a história da edificação de Itapevi. Nessa etapa do trabalho estaremos apresentando as contradições de natureza geográficas, aí sim abordando logo em seguida as questões da cultura local de alguns aglomerados que ainda resistem produzindo e reproduzindo sua cultura imaterial referenciados pelo bucolismo que se encontrava essas paragens nos tempos dos antigos caminhos que cortavam a região, dos quais um dos mais importantes foi esse tão destacado Antigo Caminho de Itu.

Mapa 11. Antigos Caminhos Indígenas, destacando o Antigo Caminho de Itu, o Pátio do Colégio e a área de estudo.



3.7.2. A história da edificação de Itapevi e sua localização no quadrante oeste da capital.

De acordo com a página da Prefeitura de Itapevi, por volta dos anos 80, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB construiu o Conjunto Habitacional Presidente Tancredo Neves, aumentando a densidade demográfica da cidade. E nos anos 90, a cidade recebeu mais 3 conjuntos habitacionais, estes feitos pela Companhia de Desenvolvimento Urbano - CDHU, do governo estadual. Com isso, houve forte migração para a cidade. O município é servido pelos trens da linha B da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). São 2 estações da linha principal e mais 5 da extensão operacional: Estações da linha principal: Engenheiro Cardoso e Itapevi. Estações da extensão operacional: Itapevi, Santa Rita, Parada Cimenrita, Ambuitá e Amador Bueno. Possui ligações rodoviárias com a Rodovia Castelo Branco (via SP-29) e Rodovia Raposo Tavares (via SP-29 [trecho Cotia] e SP-274). Itapevi possui polos industriais, um deles em parceria com o município de Jandira; além também do polo de Ambuitá e do Itaqui. Também possui uma fábrica de cimentos antiga no bairro da Santa Rita, porém desativada.¹³² Ainda considerando as referências da página visitada, apesar de pouco para oferecer a esta população exausta que precisava viver nos apartamentos da COHAB instalada nas terras da antiga Pedreira, a chegada destes moradores estimulou a compra de lotes nos inúmeros loteamentos clandestinos que surgiram sem qualquer infraestrutura. Na época a cidade não pôde se manifestar, pois grande parte das terras da COHAB pertencia à cidade de São Paulo, como ainda são as terras da antiga Pedreira de São João¹³³.

Alguns dos entrevistados até mencionaram comentários sobre a antiga Pedreira de São João, porém, se limitaram a comentar que havia um projeto de reestruturação da Pedreira para uso da população na forma de um parque municipal, mas esse foi um dos tantos projetos que não saíram do papel. Recordamo-nos que na época das discussões sobre os problemas de Itapevi a Pedreira foi mencionada e o projeto de revitalização parecia ser uma proposta da EMPLASA para o município. Após buscarmos informações mais precisas sobre o referido projeto, nos deparamos com as informações que destacamos acima. Não nos recordamos de fato como se deram essas

¹³² Extraído de:

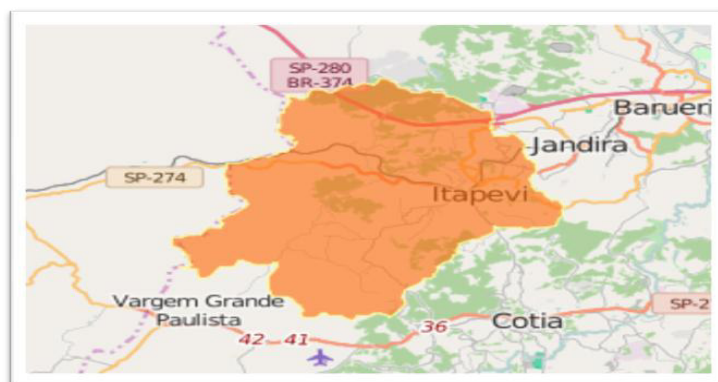
<http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/infraestrutura.php>. Acesso em 08/07/2016.

¹³³ <http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/infraestrutura.php>. Acesso em 08/07/2016.

discussões no início dos anos 2000 e nem qual a participação efetiva da EMPLASA nesse processo, mas algo nesse sentido ocorreu naquela época, porém, não vingou devido à falta de planejamento da cidade. Sobre esse projeto constatamos que o mesmo ainda não saiu do papel.

Para nós, a falta de planejamento, a falta de análise e o desprezo pelo desenvolvimento de infraestruturas de caráter cultural ou mesmo de obras preventivas, prejudicaram e fizeram da cidade de Itapevi mais uma vítima do processo desenvolvimentista que em seu bojo apresenta inúmeros problemas de difícil solução. Aziz já mencionava em uma de nossas conversas que essa falta de planejamento ou omissão do mesmo, (ao que nos parece até de forma proposital), para preservar outros interesses vem, ao longo dos anos, contribuindo em grande parte com os aspectos negativos, que hoje denominamos de impactos, que a cidade acabou tendo como resultado desse processo inescrupuloso e corrupto a nosso ver. De acordo com o Plano de Trabalho do Projeto de empreendimento da Alphaville, o município de Itapevi (figura 18) situa-se há 35 quilômetros a oeste da capital paulista, possui área de 91,353 km², apresentando uma topografia de morros e morrotes variando entre 740m no centro da cidade, junto ao leito do rio Barueri-mirim, à aproximadamente 1.035m no alto da Serra do Itaqui, na divisa com o município de Santana de Parnaíba (Aldeia da Serra, por onde passava parte do Antigo Caminho de Itu de acordo com nossas buscas). No lado oposto, fazendo divisa com o município de Cotia, a cota altimétrica varia de 740m no centro da cidade até 940m na zona periférica¹³⁴.

Figura 18. A Cidade de Itapevi.



Fonte:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352250&search=sao-paulo%20itapevi>

¹³⁴ Fonte: Plano de trabalho do Projeto Vila Florestal - Reserva Cotia, fevereiro de 2007.

Apresentamos abaixo no quadro 3 e tabela 4 dados gerais sobre a cidade de Itapevi e a evolução populacional da cidade em comparação com São Paulo e Brasil. No quadro 3 evidencia-se os dados sobre a extensão territorial, a distância de São Paulo, densidade demográfica, a população estimada em 2010 e 2015, além dos limites da cidade já apontados e o número de eleitores segundo as informações disponíveis no site do IBGE.

Quadro 3. Dados gerais sobre a cidade de Itapevi.

População estimada em 2010	200.769 habitantes
População estimada em 2016	226.488 habitantes
Área Territorial	82,658 km²
Número estimado de domicílios	Não informado
Número de Eleitores	143.115 eleitores¹³⁵
Distância de SP	42,3 km via BR 374
Densidade demográfica em 2010	2.428,88 (hab/ km²)
Limites da Cidade	Norte e noroeste - Santana de Parnaíba Leste - Jandira Sul e sudeste - Cotia Sudoeste - Vargem Grande Paulista Oeste - São Roque

Fonte: IBGE – Extraído de:

<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352250&search=sao-paulolitapevi>

Organizado por Abbul, 2016.

Tabela 4. Evolução Populacional de Itapevi, São Paulo e Brasil.

Cidade ou município	1991	1996	2000	2007	2010
Itapevi	107.976	133.288	162.433	193.686	200.769
São Paulo	31.588.925	33.844.339	37.032.403	39.827.570	41.262.199
Brasil	146.825.475	156.032.944	169.799.170	183.987.291	190.755.799

Fonte: IBGE – Extraído de:

<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/populacao.php?codmun=352250&search=são-paulo%7Citapevi%7Cinphographics:-demographic-evolution-and-age-pyramid&lang=ES>

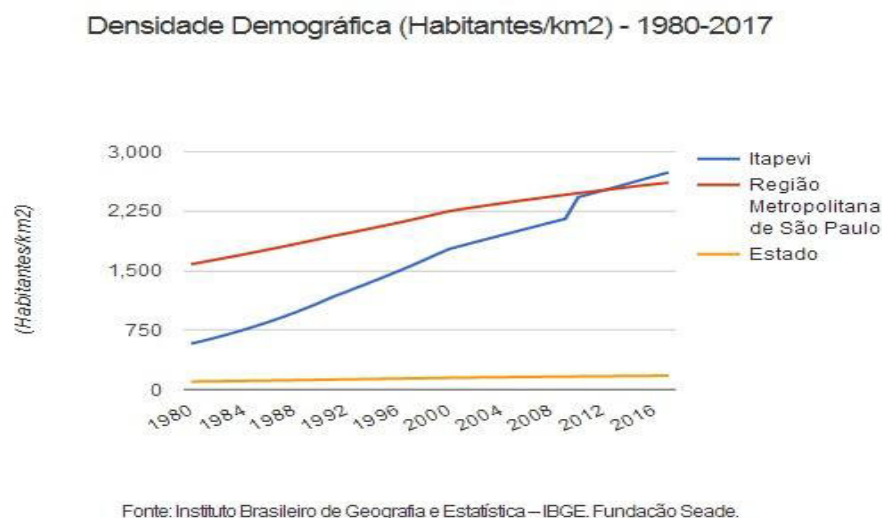
Acesso em 08/07/2016. Organizado por Abbul, 2016.

¹³⁵ Extraído de:

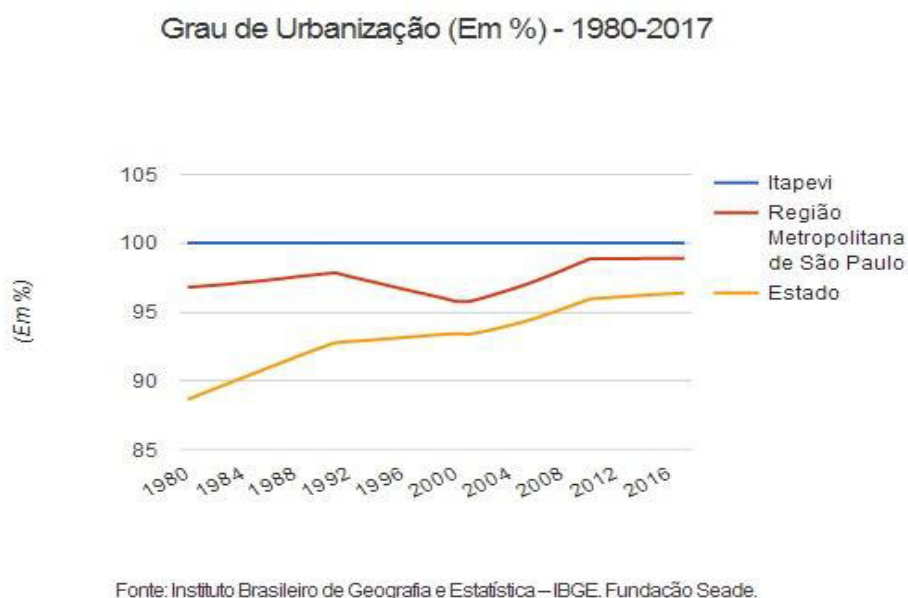
<http://www.deepask.com/goes?page=itapevi/SP-Eleicoes:-Veja-o-numero-de-eleitores-e-o-comparecimento-nas-urnas-no-seu-municipio>

Na tabela acima é possível visualizar que a população de Itapevi vem crescendo gradativamente, onde nota-se pelos dados do IBGE que de 1991 a 1996 a cidade teve um incremento populacional de 25.312 pessoas, saltando daí para 133.288 em 1996. Comparando de 1996 para o ano 2000, o aumento se deu em 29.145 pessoas. De 2000 para 2007 esse número chega a 31.255. De 2007 a 2010 o contingente atinge a marca de 7.083 pessoas, o menor crescimento em relação aos anos anteriores aonde a população vinha crescendo gradativamente. Quais seriam as evidências desse crescimento senão o processo de urbanização via especulação imobiliária com o loteamento de áreas dentro da cidade? Como já fizemos essa análise para São Paulo no tratamento da cidade de Cotia, não julgamos necessário repeti-la. No caso de Itapevi, de acordo com as informações extraídas do Plano de Trabalho do Projeto Vila Florestal - Reserva Cotia, a expansão urbana resultou, em uma primeira fase, da formação de aglomerações ao redor da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, e em uma segunda fase, de implantação da Rodovia Castelo Branco. A abertura de novas vias de acesso, loteamentos e linhas de transporte coletivo, resultou na conurbação das áreas de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco, configurando uma faixa de urbanização linear, assim como foi no município de Cotia¹³⁶. Em nossa concepção, neste cenário de periferia da metrópole de São Paulo, a simples ideia de oportunidade comercial não deixa espaço para a reivindicação dos direitos democráticos fundamentais expressos na Constituição, legislações que apenas simbolizam direitos, nada mais que isso segundo nossa visão. Como exemplos desse crescimento no quadrante oeste da RMSP, especificamente na cidade de Itapevi, apresentamos abaixo nos gráficos seguintes a densidade demográfica da cidade na atualidade e o grau de urbanidade no presente.

¹³⁶ Fonte: Plano de trabalho do Projeto Vila Florestal - Reserva Cotia, fevereiro de 2007.

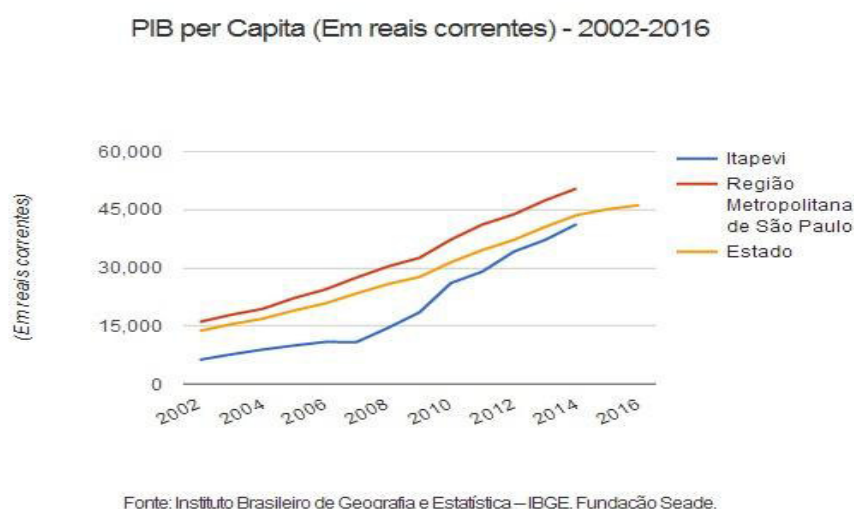
Gráfico 14. Densidade demográfica de Itapevi, da RMSP e do Estado de SP.

Os dados apontam a perda da taxa de crescimento do Estado de São Paulo desde os anos 1980 e uma pequena queda também na RMSP a partir de 2012. Itapevi vem recebendo um grande incremento populacional da RMSP, porém, cabe ressaltar que essa camada populacional em sua grande maioria se constitui numa classe social de baixa renda que busca nessas paragens terrenos mais baratos em relação a outros espaços da RMSP.

Gráfico 15. Grau de urbanização de Itapevi, da RMSP e do Estado de SP.

Esse gráfico denota certa estabilidade no grau de urbanização do Estado de São Paulo, sobretudo a partir de 2008 atingindo pouco mais de 95% do incremento populacional. A RMSP sofre variações no período de 1990 até os anos 2000 quando sofre uma queda de 97% para 96% em 2000. Porém, volta a crescer a partir desse ano atingindo 98% do grau de urbanização em 2012, denotando a partir desse ano certo equilíbrio até 2017, o que mais uma vez inferimos se tratar da queda da taxa de urbanização da grande metrópole, empurrando esse contingente de pessoas para os demais quadrantes da RMSP em seu irrefreável espraiamento. Nesse período de 1980 a 2017 Itapevi supera os 100% do grau de urbanização, o que denota uma superpopulação nesse município. A cidade como um todo é designada pelos próprios moradores como cidade dormitório, expressão também encontrada na literatura sobre o tema.

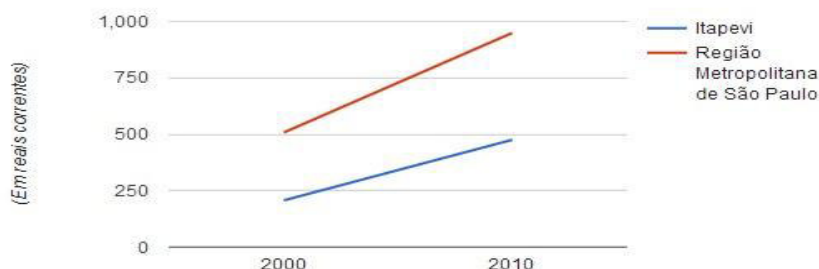
Gráfico 16. PIB per capita da cidade de Itapevi, da RMSP e do Estado de São Paulo.



Esse gráfico expressa os valores do PIB per capita da cidade que em toda a evolução do PIB do Estado de SP e da RMSP se mantém abaixo dessas regiões. Veja que enquanto a RMSP atinge pouco mais de 45.000 reais a partir de 2012, o Estado de São Paulo como um todo atinge esse mesmo valor a partir de 2014 refletindo a desindustrialização da cidade, porém, mantendo-se a concentração dos serviços. Nesse período a cidade de Itapevi sofre um acréscimo nesse incremento financeiro, porém, bem abaixo das demais regiões, atingindo pouco mais de 35.000 em 2014. Isso reflete o baixo grau de industrialização da cidade. Seu parque industrial ainda caminha a passos lentos não possuindo ainda indústrias de grande potencialidade em relação às indústrias instaladas nas demais regiões.

Gráfico 17. Renda per capita – Censo demográfico de Itapevi e da RMSP.

Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes) - 2000/2010

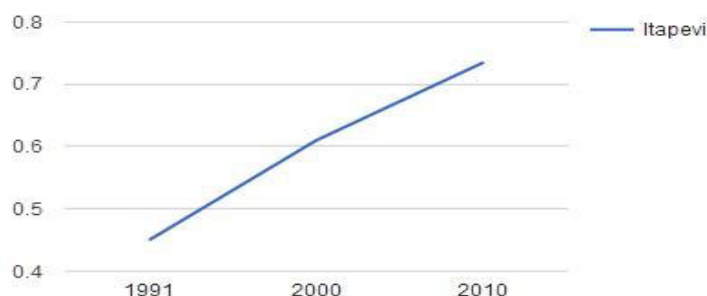


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico.

Nessa categoria também Itapevi apresenta rendimentos abaixo da RMSP entre os anos 2000 e 2010. Enquanto a RMSP mais de 750 sempre em ritmo crescente, a cidade de Itapevi, embora apresente um crescimento de forma bem lenta, atinge quase 500 em 2010. Os serviços que se encontram na cidade são os do chamado terceiro setor que não trazem grandes incrementos financeiros para a cidade como um todo. Esse quadro financeiro reflete o baixo grau de desenvolvimento da cidade, consequentemente temos paralelo a isso também o baixo grau de desenvolvimento humano da cidade como apresentado no gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18. Índice de Desenvolvimento Humano de Itapevi em 1991, 2000 e 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 1991/2000/2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Fundação João Pinheiro – FJP. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico.

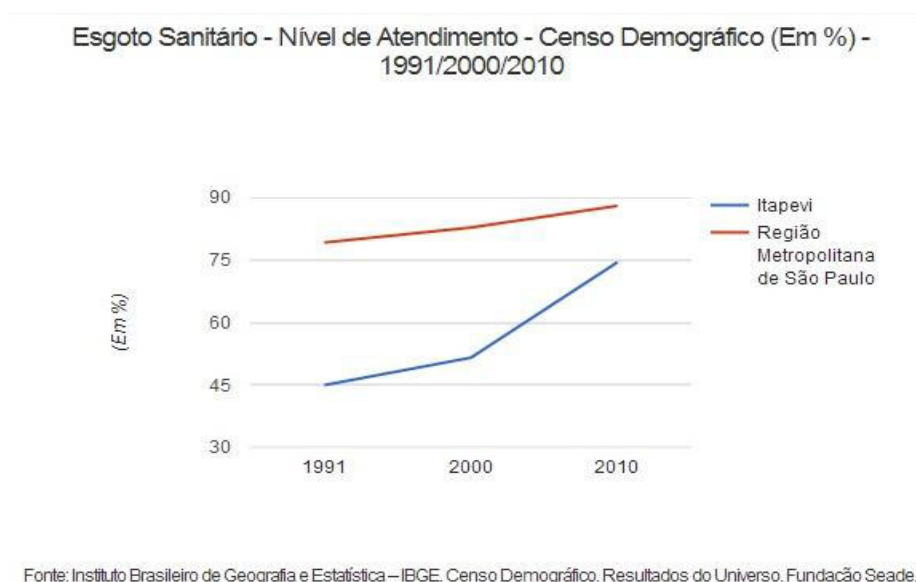
Em 1991 a cidade apresentava um IDH de pouco mais de 0,4, atingindo em 2000 0,6 e em 2010 pouco mais de 0,7. Esses dados refletem o baixo incremento de investimento social na cidade. A população em sua grande maioria é extremamente carente de saneamento básico, saúde e educação. Muitos bairros e pequenos loteamentos não possuem infraestrutura adequada e a população vive a mercê de todo tipo de processo de especulação e grau de urbanização desassistida pelo poder público de acordo com vários moradores entrevistados durante os trabalhos de campo na cidade.

Em função das entrevistas e pela longa conversa que tivemos com o Sr. João da Silva Alves, por exemplo, pudemos constatar pelas observações da própria comunidade da região central da cidade que Itapevi já viveu grandes promessas de transformações no passado que nunca se realizaram e deixaram a cidade com enormes problemas sociais e urbanísticos. Os próprios sujeitos reivindicam para si as propostas de mudanças, de melhorias, embora poucos se manifestaram nesse sentido. O que vimos na grande maioria da população de Itapevi é que estes sujeitos tem uma relação de distanciamento da cidade, uma relação que não se configura como relação de pertencimento e sim de distanciamento. Diferente de Cotia onde os sujeitos se mostraram mais íntimos com a cidade, com seus problemas, sua história. Em Itapevi essa relação nos pareceu muito distante, um desconhecimento enorme das realidades urbanas porque passa a cidade. Embora alguns tenham se expressado de forma bastante politizada, percebemos que a grande maioria não sabia responder praticamente nenhuma das questões que elencamos sobre a cidade, seu cotidiano, sua cultura e sobre os processos de transformação da realidade atual. Salientaram que não vivem a cidade, trabalham fora o dia todo e aos finais de semana não tem para onde ir, permanecem em casa com a família, não buscam outros ambientes que a cidade possa oferecer e justificam que esses ambientes não existem em Itapevi. Diferentemente da periferia da cidade nos bairros mais afastados onde a cultura imaterial está presente no cotidiano dos sujeitos (como veremos mais adiante), antes, porém, trataremos das questões de natureza geográfica e política nos bairros mais urbanizados.

3.7.3. Elementos da história de ocupação da cidade e as contradições de natureza geográfica.

O município de Itapevi segundo as informações dos empreendedores em 2002 na audiência pública de Cotia sobre o projeto Granja Carolina possuía naquela época 0% de esgoto tratado, o que interpretamos ser por eles entendido na época que em Itapevi não tinha (e até hoje não tem) realmente uma estação de tratamento de esgoto. Segundo o que pudemos apurar mais adiante nas discussões das reuniões do Conselho de Meio Ambiente de Cotia, a cidade de Itapevi possui sim um sistema de tratamento, porém, não possui a estação de tratamento, apenas possui o Coletor Tronco São João do Barueri¹³⁷ onde é lançado todo o esgoto da cidade e através desse coletor o esgoto é direcionado até Barueri onde efetivamente existe uma estação de tratamento de esgoto que recebe os mesmos de Cotia, Itapevi, Jandira e da própria cidade de Barueri segundo as afirmações da representante da Ong SOS Manancial Rio Cotia, Yara Rezende Arouche de Toledo. Para nós, Itapevi poderia ter sim seu próprio sistema coletor e de tratamento na própria cidade, dadas as circunstâncias de seu desenvolvimento e crescimento urbano.

Gráfico 19. Esgoto sanitário-Nível de atendimento em Itapevi e RMSP.



¹³⁷ O Coletor Tronco São João de Barueri é mencionado no capítulo 5 do EIA/RIMA Reserva Cotia ao destacar que consta da Carta de Diretriz da SABESP, correspondente ao planejamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

O gráfico 19 acima aponta o nível de atendimento da cidade em relação à RMSP. É possível notar que realmente entre os anos 1990 e 2000 o nível de atendimento era baixo. A partir desse ano houve uma melhora nesse atendimento por conta do alto grau de urbanização da cidade nas últimas décadas. Os problemas foram se acumulando e era preciso o poder público intervir de alguma forma. Até meados do ano 2000 ainda havia lixões a céu aberto na região da Granja Carolina e os efluentes líquidos advindos desses lixões atingiam o lençol freático de inúmeras drenagens da cidade. Ainda assim até a atualidade a cidade não atinge mais que 75% no nível de atendimento, enquanto a RMSP mantém uma taxa com mais de 80% de atendimento nesse quesito. Apesar de atingir cerca de 75% no nível de atendimento em 2010, constatamos nos estudos da região nos anos 2000, que Itapevi naquela época estava abandonada pela gestão pública, sofria com as enchentes na época das chuvas de verão (ainda hoje sofre com esse problema recorrente como veremos nas fotos a seguir), onde grande quantidade de esgoto cobriam a cidade e durante o restante do ano sofria com a falta d'água para abastecimento público apesar de “poder” ser uma das poucas cidades da Grande São Paulo ainda com condições de captar água de seu próprio manancial em condições de uso para o abastecimento.

Todas essas informações foram obtidas nas reuniões do Conselho de Meio Ambiente aonde em uma delas um dos representantes da Sabesp chegou a mencionar sobre a ETA Sapiantã que compõe o sistema SABESP da cidade de Itapevi através desta ETA com as águas do córrego Sapiantã. Em função disso, questionamos sobre essas contradições sobre a demanda de água e a disponibilidade da mesma através da ETA Sapiantã, o que o representante respondeu que novas oportunidades poderiam surgir com o empreendimento hora proposto¹³⁸ e outros que poderão surgir, o que para nós, entretanto, o tal projeto precisaria responder às novas exigências ambientais e sanitárias dos tempos de mudanças, para o futuro que se avizinha. Com o objetivo de apresentar e discutir com a população o contrato de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Prefeitura de Itapevi e a Sabesp promoveram em 14 de agosto de 2013 uma audiência pública sobre as diretrizes e aprovação de proposta do plano de concessão para os setores de água e esgoto da cidade¹³⁹. (Fizemos questão de publicar o

¹³⁸ Aqui se trata do projeto Vila Florestal - Reserva Cotia que trataremos mais adiante nos capítulos que se seguem.

¹³⁹ Os cidadãos itapevienses estão convidados a participar da audiência pública sobre as diretrizes e aprovação de proposta do plano de concessão para os setores de água e esgoto da cidade. A ação promovida pela Prefeitura de Itapevi – por meio da Secretaria do Meio Ambiente – acontece na quarta-

convite da prefeitura no rodapé abaixo para melhor discernimento da situação atual da cidade). Antes, porém, já havíamos participado em 2011 de outra discussão na cidade, onde foram apresentadas propostas¹⁴⁰ de um projeto de elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município atendendo às diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007 que institui a política nacional de saneamento básico para o setor. Na época, os presentes acompanharam a apresentação das estimativas da concessionária que estão elencadas na proposta de contrato com a cidade, que deveria ter sido celebrado nos próximos 45 dias após essa audiência. Não sabemos qual o fim dessa discussão, nem sobre as de 2013, mas ao que nos parece poucas intervenções foram ou estão sendo realizadas, embora não podemos afirmar isso com certeza, porém, a população desconhece qualquer ação nesse sentido de acordo com o que apuramos nas entrevistas. Sobre o saneamento básico na cidade apresentamos o quadro 4 abaixo com dados extraídos do IBGE, das famílias cadastradas no SIAB¹⁴¹.

feira (14), às 18h, no auditório do CEMEB Bemvindo Moreira Nery, na Cohab. O objetivo da audiência é cumprir os artigos 57 e 58 da Lei Orgânica estabelecendo metas e diretrizes para o tratamento do esgoto, bem como a distribuição da água na cidade. Com a participação da população, o encontro vai apresentar um balanço das ações desenvolvidas dentro do município, assim como as metas para os próximos anos sob a concessão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) em relação aos serviços prestados. A ação envolve o Ministério Público, Governo do Estado e Município, para que haja adequações às normas estabelecidas sobre procedimentos de abastecimento de água potável e recolhimento e tratamento de esgoto. “É essencial que a população participe dessa audiência, até mesmo para sugerir e propor melhorias que abrangem os dois serviços essenciais para o bem-estar de todos”, comentou o prefeito Jaci Tadeu. Em reunião ocorrida em junho deste ano, entre o prefeito e representantes da Sabesp, a companhia apresentou um balanço em que Itapevi contava com 91% de água tratada, 55% de coleta de esgotos e 32% de tratamento de esgotos. Durante o encontro também foi apresentado uma estimativa de que até 2016, o município itapeviense conquiste 100% de água tratada e 80% de coleta e tratamento de esgotos. A concessionária também previu obras com início em 2014 no município. Dentre as relacionadas ao abastecimento de água estão em adequação do setor Alto da Colina; duplicação da adutora Itapevi/Jandira; ampliação dos centros de reservação Itapevi-Centro, Jardim São Carlos e Amador Bueno para 30 mil m³. Já as obras previstas relacionadas à coleta e ao tratamento de esgoto a lista conta com a implantação de 7 km de coletores (coletores-tronco ID Cobrape, Vila Aurora, Amador Bueno, Iracema e coletores-tronco secundários) e implantação de 5km de coletores (coletores-tronco Santa Rita, Sapiantã, coletor-tronco 3, Jardim Itaquití, estação elevatória e linha de recalque Cohab-Casinhas). Serviço Audiência pública sobre plano de concessão das redes de água e esgoto de Itapevi. Dia e horário: 14 de agosto - às 18h. Local: CEMEB Bemvindo Moreira Nery (avenida Pedro Paulino, 74 – Cohab). Extraído na íntegra de:

<http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/noticias/noticia.php?n=806>. Acesso em 03/11/2016.

¹⁴⁰ Descrição do Projeto: A elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município de Itapevi, na Região Metropolitana de São Paulo, atende às diretrizes da Lei Federal n. 11.445/2007 que institui a política nacional para o setor. O objetivo do Plano é definir objetivos, metas e diretrizes a serem alcançados no Município em um horizonte de 30 anos quanto ao atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, drenagem urbana, destinação de resíduos sólidos e controle de vetores. Itapevi ocupa uma área de 79 km², a 35 km a oeste da capital paulista, e a população atual é de 200 mil habitantes. A grande maioria do território ainda é ocupada por áreas verdes ou chácaras e loteamentos de baixa densidade. A área de estudo para a elaboração do Plano de Saneamento Básico abrange a totalidade do Município e define ações para localidades atendidas e não atendidas atualmente pelos serviços. Extraído de: http://www.cobrape.com.br/det_portfolio.php?id=309

¹⁴¹ Sistema de Informação da Atenção Básica do Ministério da Saúde que realiza o cadastro das famílias no Brasil. Os dados do SIAB, por sua vez, são gerados a partir do trabalho das equipes de Saúde da

Quadro 4. Porcentual de domicílios* com rede pública de esgoto.

Ano	Itapevi	Média nacional
2009	51,68%	38,59%
2010	44,31%	39,76%
2011	42,87%	40,75%
2012	42,10%	43,01%
2013	43,19%	41,93%

***famílias cadastradas no SIAB - 57,06% dos brasileiros**

Fonte: Ministério da Saúde DATASUS - Situação de saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB. URL: [http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab...
http://www.deepask.com/goes?page=itapevi/SP-Confira-o-indice-de-domicilios-com-e-sem-saneamento-basico-no-seu-municipio---rede-de-esgoto-por-fossa-e-a-ceu-aberto](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab...http://www.deepask.com/goes?page=itapevi/SP-Confira-o-indice-de-domicilios-com-e-sem-saneamento-basico-no-seu-municipio---rede-de-esgoto-por-fossa-e-a-ceu-aberto).

Organizado pelo autor.

De acordo com o quadro 4 a média nacional do Brasil agregou uma porcentagem maior na situação de saneamento básico entre os anos 2009 com 38,59% dos domicílios beneficiados e 2012 com 43,01% de domicílios beneficiados, situação que denota um saldo negativo em 2013 com apenas 41,93% dos domicílios beneficiados. Isso pode ter ocorrido devido ao aumento populacional em nível nacional e muitos domicílios podem não terem sido de fato analisados. Em Itapevi os dados apontam para um patamar de 51,68% de domicílios beneficiados em 2009, decaindo nos anos seguintes atingindo um índice de 42,10% em 2012 e aumentando um pouco em 2013 para 43,19% de domicílios beneficiados. A partir desse ano não temos mais informações a respeito. Também não temos conhecimento de outras ações do governo local referente a dados sobre outros quesitos, mas durante o trabalho de campo em agosto de 2016 presenciamos obras de infraestrutura na cidade a partir de 2012 como indica o painel que apresentamos na foto 46 abaixo. As obras se referem à Canalização e Reservatórios de amortecimento de cheias dos Rios Barueri Mirim, Sapientã e Paim iniciadas em junho de 2012 com previsão de término das mesmas em janeiro de 2017 como indica o painel da Prefeitura vinculado ao Ministério das Cidades e do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Família e Agentes Comunitários de Saúde, que fazem o cadastramento das famílias e identificam a situação de saneamento e moradia.

Foto 46. Painel indicando obras de amortecimento de cheias dos Rios Barueri Mirim, Sapientã e Rio Paim em Itapevi.



Foto: Abbul, 2016.

Ainda assim a cidade de Itapevi continua sofrendo avarias com as inundações que ainda persistem principalmente na região central da cidade, cuja localização se encontra encaixada em um vale, denotando as drenagens que descem das cumieiras das serranias em volta da cidade. Essa característica do sítio urbano da cidade é de fácil notabilidade no mapa 10 apresentada acima, referente à topografia da cidade. Como exemplo das inundações que ocorrem na área central da cidade apresentamos abaixo o conjunto de fotos das 47 a 50 onde se nota a problemática que ainda envolve a cidade em tempos de chuvas sazonais. Na figura 19 visualiza-se a capa do jornal local destacando as enchentes ocorridas em 06 de março de 2015 na cidade.

Foto 47. Avenida Cesário de Abreu e Rua Manoel Mendes em Itapevi.



Foto 48. Alagamento em frente ao Posto de Saúde central de Itapevi.



Foto 49. Enchentes em Itapevi.



Foto 50. Alagamento no Jardim Rainha em Itapevi.



Fonte das fotos 47 a 50: Fotos cedidas gentilmente por Maria do Carmo¹⁴² de Itapevi.

¹⁴² Segundo ela as fotos foram extraídas do site do Jornal Itapevi Agora, porém, não encontramos a edição com as referidas fotos após consultarmos a página:
https://issuu.com/itapevi.agora/docs/itapevi_agora_1025

Figura 19. Jornal Itapevi Agora destaca na capa principal as enchentes ocorridas na cidade em 06 de março de 2015.



Fonte: Jornal Itapevi Agora, edição nº 1031, ano 22 do dia 07 de março de 2015.

Pelo que pudemos averiguar tanto em campo como durante todos esses anos de discussão sobre estas duas cidades (Cotia e Itapevi), assistindo ao seu crescimento descomunal e vendo surgir a todo instante novo loteamento, podemos inferir que as mesmas se transformaram no mais recente alvo da especulação imobiliária, o que tem causado grandes perturbações nas comunidades que se encontram no local. Para Ross, essas transformações violentas no plano da urbanização acarretam problemas de grande dimensionamento no território, uma vez que esse movimento gigantesco de crescimento “contrapõe-se aos preceitos preservacionistas, a pressão exercida pela expansão urbana, através do aumento da população e da especulação imobiliária” (ROSS, 2004, v. 2, p. 197). Para Carlos (2008), “[...] o que está em jogo é o processo de apropriação do espaço para determinado uso, representado na propriedade privada da terra, como expressão da segregação econômica, social e jurídica” (CARLOS, 2008, p. 136). Para a autora

“Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar, no seu cotidiano, o homem como ser individual e social no seu modo de viver, de agir e de pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo da produção da história, e como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência” (CARLOS, 2008, p. 134).

Para nós, esse cotidiano representaria as próprias materialidades da vida simples e do tempo lento que ainda parece prevalecer em determinadas comunidades, principalmente nas periferias de Itapevi onde ainda se mantém algumas tradições expressas no cotidiano das pessoas. Essa reprodução social de que nos fala a autora é visivelmente percebida nas formas de vida dessas comunidades que versaremos. Cabe aqui destacar que nesses espaços diferentes da badalação das regiões mais centrais das cidades a reprodução social dos sujeitos vai se dar de maneira contundente e especial nessas comunidades que ainda parecem viver nos tempos antigos das grandes fazendas, dos antigos bairros rurais que antes permearam a história do lugar. Essa reprodução social se traduz em elementos vinculados as crenças, danças, músicas, festas e outras manifestações culturais que ainda persistem em se reproduzir tão próximos da fronteira da urbanização que avança por sobre essas áreas de forma tão voraz. São esses patrimônios que estamos discutindo nos últimos anos apontando desesperadamente que os mesmos correm o risco de desaparecerem para sempre dadas as circunstâncias de

urbanização que vem assolando esses espaços.

É nessas localidades que a luta pela preservação dos costumes e das histórias ainda resistem freneticamente como pudemos constatar ao longo da trajetória dessa pesquisa onde pontuamos algumas realidades e registros sobre a cultura local. Com base na relação direta com a formação histórica e geográfica constituídas dialeticamente nesses espaços tentaremos estabelecer uma linha de análise que contemple as realizações da reprodução social destes sujeitos ao mesmo tempo em que denunciemos as ações que podem culminar no extermínio destas relações com o lugar, com a natureza, com a paisagem. Espaços ainda remotos sob nosso ponto de vista, que mantêm em seu cotidiano, elementos simbólicos atrelados à religião e às crenças destas comunidades que trataremos na emergência das lutas travadas para a preservação desses elementos. Reconhecemos nesses elementos da cultura material e imaterial local, verdadeiros patrimônios culturais e históricos que ainda resistem frente ao processo avassalador do processo de urbanização que avança diretamente sobre essas áreas. Tais elementos estão materializados por ritos em torno de espaços determinados, como capelas e cruzeiros localizadas ao longo do antigo caminho para Itu, sobretudo na comunidade Quatro Encruzilhadas nos arredores de Itapevi próximos a divisa com Cotia e se estendendo em direção a Vargem Grande Paulista.

Todavia, precisamos estar atentos para não incorremos no equívoco de subestimar a capacidade e a vontade de grupos ou comunidades de defender seus próprios interesses, seus modos de viver e pensar o mundo – um olhar que sugere a compreensão de si e do outro. Mais do que isso, cumpre aprendermos os significados de posturas, crenças, celebrações, festas, músicas, danças, e até mesmo nos rendermos à fruição de histórias, contos e lendas – para não mencionarmos as surpresas da degustação de inusitados sabores resultantes de maneiras singulares de cozinhar e o prazer da retomada de brincadeiras não raro renegadas ou esquecidas. Assim, enfatizamos que as “tradições populares” devem ser respeitadas nas suas especificidades tanto pelos poderes públicos instituídos como pelos pesquisadores (PELEGRINI, 2008, p. 149-150).

A autora enfatiza a responsabilidade social sobre o tema, apresentando os elementos de cunho material e imaterial que podem determinar o cotidiano dos grupos sociais que tendem a reproduzir suas tradições defendendo seus modos de vida. Destacamos que a reprodução social dos sujeitos e seu engajamento frente ao avanço do tecido urbano por sobre suas comunidades caracterizam sua cultura como território/territorialidade de resistências. Sem esse engajamento político/cultural todo o

conjunto social e suas dinâmicas de reprodução dentro dos territórios já estabelecidos pelas comunidades correm o risco de desaparecerem para sempre. Assim, quais são as marcas que vão ficando impregnadas no território após as transformações advindas da especulação imobiliária? A especulação mexe com a estrutura de vida das pessoas, se torna assim uma questão de sobrevivência das transformações culturais desses sujeitos. E são justamente esses sujeitos que nos revelam as dificuldades em ordenar a forma e o conteúdo social dos novos centros urbanos. Concordamos plenamente com a autora quando a mesma aponta a necessidade de se respeitar as tradições populares nas suas especificidades tanto pelos poderes públicos como pelos pesquisadores e demais atores sociais, o que representa a reprodução do patrimônio cultural local nas suas mais diferentes formas de interpretação.

CAPÍTULO 4 – PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL: A CULTURA COMO TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE DE RESISTÊNCIAS

“Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação. É também pela organização que pessoas inconformadas se reúnem, ampliando, destarte, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente já predisposta, mas ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores” (Milton Santos. O espaço do cidadão. 6ª ed. 2002. p. 79).

Ao longo dos anos de participação no Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA, temos assistido ações dos governos e de empresários que transformaram diversos lugares antes ocupados por comunidades tradicionais em grandes aglomerados urbanos, ignorando a resistência social pautados na questão da concentração de terras e na questão ambiental. Como exemplo dessas ações citamos o caso do Rodoanel trecho oeste que em longo trecho entre os municípios de Carapicuíba e Osasco ao construírem as pistas de rolamento, sobre o marco político que dividia as duas cidades, essas ações culminaram na expulsão para longe de diversas famílias extinguindo de vez com inúmeros laços culturais das comunidades que viviam justamente sobre os marcos de divisão dos territórios entre as cidades.

Ocorre que antes da implantação das pistas de rolamento as comunidades ali presentes mantinham uma relação profunda com o lugar, com a vila, o bairro, os vizinhos. Iam de um lado ao outro, pois somente uma rua dividia as duas cidades no meio, portanto, de um lado estava a igreja, a escola das crianças, o posto médico, a feira; do outro estava a casa de parentes e amigos, a rede de comércio e serviços que completavam as relações culturais e sociais dessas comunidades. Segundo explicações no coletivo dos representantes sociais destas comunidades, com a implantação das pistas, muitas famílias foram remanejadas, casas destruídas, bairros inteiros deslocados para outros pontos da cidade.

Com as pistas e a expulsão das famílias, destruíram-se as relações sociais e culturais ali existentes, pois além das pistas de rolamento também foram construídos muros que mantinham a rodovia fechada com uso exclusivo de veículos. Os muros

impediam o trânsito das pessoas de um lado para o outro como faziam a anos em busca dos serviços ou das relações culturais do outro lado do marco político entre as cidades. Pouco tempo se passou e a população que permaneceu no entorno do Rodoanel nesse trecho derrubou algumas partes dos muros para manterem a passagem de um lado ao outro, agora disputando a travessia com os veículos que a cada dia aumentavam mais em números e tamanhos. O resultado desse novo momento de disputas espaciais culminou em inúmeros acidentes e muitas pessoas foram atropeladas segundo asseveram os expoentes dessa situação nesses locais.

Como acompanhamos de perto toda a trajetória de construção do trecho oeste, inúmeras vezes assistimos aos depoimentos das famílias envolvidas em acidentes ou processos de desocupação de suas áreas de moradia. Com o advento dessas incursões da população ao outro lado das pistas, o governo estadual se viu obrigado a cumprir alguns requisitos para a implantação da obra, mas que até então não havia cumprido e já estava discutindo o licenciamento do trecho sul do Rodoanel. Na época, foi consenso no Coletivo que para a continuação das negociações para o licenciamento do trecho sul, o governo teria que sinalizar para a execução dos requisitos de mitigação do trecho oeste ainda em processo, mas já apresentando inúmeros problemas sociais e ambientais. Assim, no que tange aos problemas das travessias da população por sobre as pistas de rolamento do trecho oeste, o governo fechou novamente os muros e construiu algumas passarelas ao longo do trecho que dividia Osasco e Carapicuíba.

O novo problema, porém, era que a construção das passarelas não se realizou nos mesmos trechos onde a população por anos utilizava e por falta de uma aproximação do governo com os setores organizados da sociedade estes não foram ouvidos e tiveram que se readaptar às necessidades de transitarem para o outro lado das pistas, pois as passarelas foram instaladas demasiadamente longe demais de suas moradias, o que culminou mais uma vez na quebra dos muros da rodovia para novo processo de travessia dessa população excluída do planejamento municipal local. Note-se que de certa forma as pessoas são impedidas de circular em determinados espaços, agora pertencentes a setores privados ou governamentais que impedem a reprodução social dos sujeitos. No caso do Rodoanel, os mesmos não podem mais ir à igreja do outro lado em função do muro que agora os separa dentro de seu próprio bairro. Outros não podem mais terem seus filhos matriculados na escola porque o muro dividiu a vila e o bairro ao meio segmentando todas as relações possíveis de continuarem a existir e as passarelas em muitos casos não são utilizadas por se encontrarem fora da realidade de

locomoção desses sujeitos¹⁴³.

Poderíamos citar inúmeros exemplos de apropriação dos espaços e de gentrificação¹⁴⁴ dos sujeitos que atendem a interesses verticalizados nas palavras de Milton Santos, mas que se dão à revelia da população, principalmente quando se trata dos atributos que envolvem a preservação do patrimônio histórico-cultural de algumas comunidades. Com base nos exemplos expostos, asseveramos que em nossa área de estudo, emergindo agora um dos bairros antigos que ainda existem apesar dos avanços do tecido urbano sobre essa região, trataremos das questões que se assemelham ao patrimônio cultural local da comunidade do bairro Quatro Encruzilhadas, localizado (denominado por nós) na periferia de Itapevi.

Observamos em campo nessa região que as reivindicações dessas comunidades são contra a instalação de um megaempreendimento imobiliário que pode pôr em risco a manutenção das culturas locais centenárias como atestou Waldemar Bueno. O referido megaempreendimento era nos anos 2000 o projeto de Loteamento Granja Carolina (processo SMA 13.697/00) da Scopel-Cipasa que segundo nossas concepções na época, e também com a concordância dos demais atores sociais que se ocuparam de rebater o projeto, o mesmo colocava em risco a destruição de rico patrimônio natural e cultural local caso viesse a ser implantado. Como sinônimo desse patrimônio cultural local na região das Quatro encruzilhadas que trataremos a seguir, cabe assinalar que também o patrimônio natural está presente no cotidiano das

¹⁴³ Além de inúmeros outros exemplos como a tentativa de implantação da terceira pista do Aeroporto de Guarulhos que também mobilizou forças do estado para desinstalar as famílias das áreas de interesse do estado, tomamos conhecimento da obra de Bruna Eskinazi onde a autora assinala a apropriação do espaço pela empresa Aracruz Celulose, Cia Suzano e Fibria, que adquiriram antigas fazendas onde a população local mantinha estreitos laços católicos com as igrejinhas e capelas que se encontravam construídas nesses locais. Com a apropriação do território as comunidades foram impedidas de continuarem reproduzindo suas crenças, festas e procissões no entorno dessas capelas. Os momentos festivos destas comunidades segundo a autora estavam associados às formas de produção da agricultura campesina onde os próprios agricultores ofereciam a comida, faziam as decorações das festas nas capelas, além de hospedarem em suas casas os foliões, tradições que foram praticamente eliminadas. Citando um exemplo de resistências a autora assinala a Capela de Nossa Senhora de Lourdes no bairro do Pico Agudo onde a população após anos impedida de realizar suas crenças, voltou a frequentar a Capela em ruínas organizando uma procissão que reuniu mais de 500 pessoas segundo a autora, onde a mesma está pressionando o Conselho e Patrimônio Histórico para tombá-la. A autora assevera ainda que enquanto o patrimônio urbano está sendo restaurado e preservado, o patrimônio histórico rural e o patrimônio imaterial caracterizado pelas crenças, festas e costumes não é reconhecido. Nas palavras da autora, “o impedimento de acesso às capelas não é somente um impedimento à liberdade de crença e religiosidade dos moradores dos bairros rurais, mas um impedimento aos encontros, à socialização, à criação e à manutenção dos laços de vizinhança. Muitas festas de devoção de santos e romarias deixaram de acontecer, perderam-se pousos de peregrinação da folia de reis” (ESKINAZI, 2014, p. 89). In: Densidade técnica e especialização regional produtiva: as dinâmicas de produção de celulose no Vale do Paraíba Paulista/Bruna Garcia Eskinazi. Rio Claro, 2014.

¹⁴⁴ A gentrificação corresponde ao processo de modificação do espaço urbano, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres ou comerciais.

comunidades nessa região, pois os sujeitos mantêm uma profunda relação com a natureza e de acordo com relatos da família Bueno, alguns grupos religiosos utilizavam as matas da Granja Carolina para realizar suas devoções. Tinham esses espaços como lugares sagrados onde o respeito à natureza era supremo. Esse patrimônio natural ainda se encontra preservado em relação ao entorno que já sofre com o processo de degradação ambiental e social. No entanto, essa relação com o lugar que a comunidade ainda mantém, corre o risco de desaparecer se as pretensões dos governos locais e dos atores hegemônicos atuais de lotear as áreas do entorno se concretizarem. Além desses espaços sagrados, temos a convicção de que outros marcos da cultura local como as Três Cruzes localizada na segunda encruzilhada da Estrada Lucinda de Jesus, antigamente conhecida como estrada das quatro encruzilhadas segundo Bueno, também podem desaparecer. Além desses elementos, assinalamos também que as últimas capelas caipiras do bairro vizinho da Cruz Grande e depois os elementos imateriais: as procissões, romarias e a arte do trabalho enraizada em elementos como o carro de boi da família Bueno apresentado nas fotos 51 e 52 abaixo correm o risco de serem “atropelados” pelo processo de urbanização que avança nessa direção, dadas as últimas tentativas de implantação de grandes loteamentos nessa região, como também já assinalamos.

Foto 51. Waldemar Bueno com arado e o Carro de Boi da Família.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Foto 52. Waldemar Bueno com o carro de boi da família, símbolo da cultura imaterial e patrimônio histórico ainda existente nas Quatro Encruzilhadas.



Foto: Marília Gruenwaldt.

4.1. A luta pela preservação do patrimônio natural e cultural no bairro Quatro Encruzilhada.

De acordo com os moradores do local, Quatro Encruzilhadas é a denominação de um bairro no município de Itapevi, como averiguamos em campo, o bairro se localiza nos arredores da micro bacia do Sapiantã e historicamente pertenceu a Cotia, como já enunciamos no trabalho, apontando que nos primórdios da época colonial pertencia a Santana do Parnaíba e era denominado Paragem de São João como asseveramos em laudas anteriores. A experiência que tivemos ao vivenciarmos momentos de descontração e “contação” de histórias pelos moradores desse bairro infalivelmente nos remeteu às questões culturais fazendo-nos pensar sobre esse modelo consumista que nos afastou cada vez mais do mundo natural, nos remetendo às sobreposições de vários mundos diferentes na era do capital especulativo. A simplicidade dessa comunidade nos propiciou, certamente, rica diversidade cultural através de diferentes representações sociais no trato com o meio ambiente. Assistimos

na atualidade a uma densa atividade comercial que culminou com a era moderna centrada no indivíduo, diferente das relações que vivenciamos no bairro Quatro Encruzilhada onde as relações sociais se vinculam pelo mutualismo, pela preocupação com o outro e ao meio ambiente, pautado na relação coletiva entre os sujeitos. Notadamente, nossa relação com a simplicidade do lugar e dos sujeitos, despertou em nós novas reflexões sobre o urbano e seus modos de trocas, superficiais e de modo fragmentado, individualista, pautado em interesses econômicos e políticos. Reconhecemos que hoje precisamos mudar o paradigma que nos afastou de forma perigosa do sentido e da compreensão do coletivo. Estamos diante de desafios extraordinários que envolverão mudanças no estilo de vida que favoreceu a consolidação do capitalismo de massa globalizado do século XXI.

Precisamos recompor os recursos naturais e enfrentar as desigualdades sociais que dificultam a superação dos problemas com o progresso material ou o simples avanço da “modernidade”. Essa modernidade que tanto incomoda Harvey (2013) ao assinalar que a vida na cidade moderna “nos faz perder uns aos outros e a nós mesmos” (HARVEY, 2013, p. 17), pois a cidade na concepção do autor é um objeto muito complexo de difícil definição. Em busca de algumas respostas para questionamentos desse tipo é que nos remetemos a penetrar nesse mundo novo que é o cotidiano nas Quatro Encruzilhadas, motivações suficientes para despertar em nós curiosidade sobre uma parte da periferia na região oeste da Grande São Paulo. Essa região denominada Quatro Encruzilhadas, na cidade de Itapevi, de acordo com os relatos da família Bueno e os relatos de Viviane Fernandes da Silva de Itapevi, faz divisa com os municípios de Cotia, Vargem Grande Paulista e São Roque e segundo eles, a região no passado (que arriscamos assinalar ser o período colonial) era dominado por duas fazendas: a fazenda Monte Serrat e a Fazenda Maracanduva, fazendas estas que ficavam à direita da antiga Estrada de Itu no sentido de quem vinha da província de São Paulo para o interior. Essas referências nos instigam a pensar se o tal caminho não se dividia em algum ponto entre São Paulo e essa região, vindo a se constituir parte dele onde hoje está construída a Rodovia Raposo Tavares, visto que nos relatos de Marcos Martinez, de Cotia seguia-se pela estrada que levava a São Paulo e também ao sul do país. Essas questões poderão ser parte de pesquisas futuras quando formos realizar o georreferenciamento do Antigo Caminho de Itu.

As referências que utilizamos para tentar localizar na atualidade onde passava parte dos caminhos do pretérito são na realidade “mapas de rumos”, com

referências geográficas calcadas no chão e no sentido a seguir: subidas, descidas, rios, córregos e outras referências locais. O mais interessante é refazer o percurso para podermos entender a morfologia geográfica e a ocupação da região. Por outro lado, as narrativas dos atuais moradores revelam elementos históricos que auxiliam na mediação da própria história desses sujeitos para o entendimento dos padrões sociais de ocupação do universo rural. As ruas (caminhos) são espaços de intermediações e mediações de padrões de sociabilidade, objeto e personagem do universo rural escravista e patrimonial da época colonial. Historicamente, é o lugar frequentado pelos subalternos da sociedade, que ali formam seu cotidiano em termos socioeconômicos e culturais, sempre em torno das casas senhoriais. A percepção dos caminhos nos mapas e nas falas dos moradores atuais aponta acerca do velho e do novo, presentes no espaço, e pode nos contar sobre o ritmo dos fatos e atos que perfazem as vivências diárias dos personagens e em última instância, a historicidade da urbanização em curso nesse espaço. É o espaço das Quatro Encruzilhadas, “toponímia curiosa” que remete a tempos pretéritos coloniais.

Em pesquisa de campo com Marília Gruenwaldt, sobre o significado dessa “toponímia curiosa”, revelou-se que ela correspondia à sequência de quatro capelas que o transeunte deveria passar para chegar a determinados locais. E de acordo com os relatos de Bueno, a região das Quatro Encruzilhadas se caracteriza desde tempos dos seus avós e bisavós correspondendo a uma sequência de capelinhas instaladas em determinados pontos dos caminhos. Ele acrescenta dando exemplos que dependendo de onde o viajante estivesse em algum ponto na Antiga Estrada de Itu e desejasse chegar à Fazenda Maracanduva¹⁴⁵ (foto 53 abaixo), deveria virar à direita na quarta encruzilhada; local da capela de Santa Bárbara (já derrubada de acordo com os moradores). Entretanto, antes passaria diante das Capelas da Cruz Nova na estrada indo para Vargem Grande segundo Viviane Fernandes e Capela da Cruz Grande (fotos 54 e 55) no bairro Cruz Grande, dentro das terras da Fazenda Mont Serrat (recordando que essas terras hoje de Itapevi, pertenciam a Cotia). Já se o viajante viesse do município de São Paulo, através da mesma estrada – antiga Estrada de Itu, na quarta capelinha deveria virar à esquerda. Assim, antes passaria diante das Capelas Nossa Senhora da Conceição, Três Cruzes (uma das mais conhecidas pela população) e Capela da Santa Cruz. Por fim, se o viajante estivesse na Estrada do Pau Furado vindo da região da Represa da Graça no

¹⁴⁵ Esta Fazenda possui ainda hoje uma imponente construção de taipa que pertenceu a Itapevi até a década de 90 no século XX. Hoje pertence à cidade de Vargem Grande Paulista, entretanto fica nas cabeceiras da bacia Hidrográfica do Sapiantã de acordo com nossas buscas pela região e pelas informações relatadas por Bueno.

Morro Grande, onde se localiza o Sítio do Padre Inácio e desejasse ir ao Sítio de Fernão Paes de Barros¹⁴⁶ ou para as minas de ouro em Araçariguama, só precisaria seguir em frente. Constatamos que essas fontes cartográficas e históricas colocam a região das Quatro Encruzilhadas entre dois caminhos de penetração na época colonial: a Antiga Estrada de Itu e a Antiga Estrada de Cotia.

Foto 53. A Fazenda Maracanduva - Patrimônio não Tombado e sem qualquer proteção municipal segundo nossas apurações no Iphan e na Prefeitura de Itapevi.



Fotos, organização e levantamento histórico: Marília Gruenwaldt.

¹⁴⁶ Hoje Sítio Santo Antônio em São Roque e segundo as referências dos moradores - patrimônio tombado pelo IPHAN.

Foto 54 e 55. Capelas caipiras do Bairro da Cruz Grande nas Quatro Encruzilhadas.

Foto 54. Capela Cruz Nova na estrada indo para Vargem Grande Paulista.

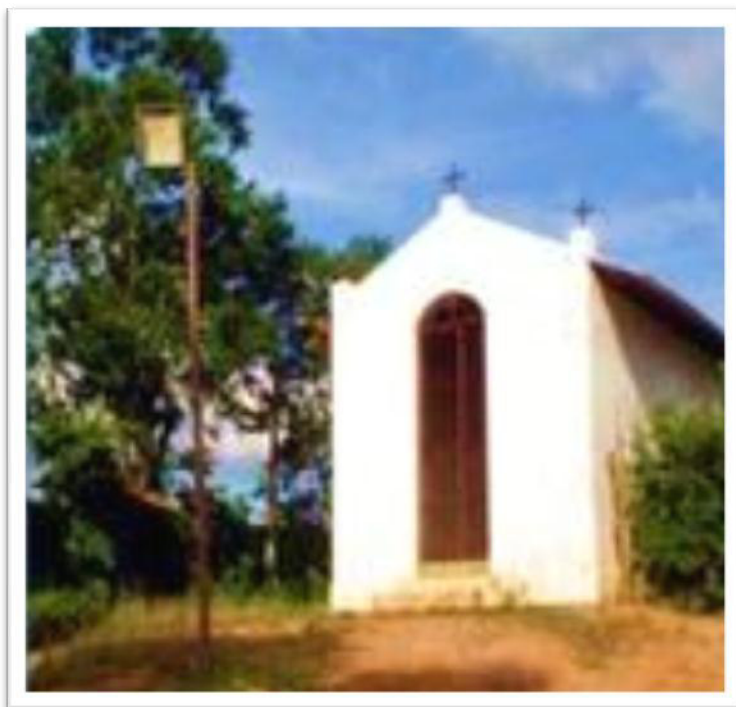


Foto 55. Capela da Cruz Grande.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Tentamos reconstituir os relatos dos moradores acompanhando as informações do mapa do Engenheiro João Pedro Cardoso e não foi tão difícil se localizar na área durante os trabalhos de campo realizados em 2004, o que se tornou mais tranquilo ainda porque a pesquisadora Marília Gruenwaldt tem grande conhecimento da área e da localização de algumas capelas e dos bairros adjacentes. As Quatro Encruzilhadas ainda guardam muitas histórias do pretérito e os moradores relataram várias delas que se referem às assombrações e casos de aparições, típicos de resenhas interioranas que nossos avós também contavam e como ocorre até hoje na Enseada da Cajaíba¹⁴⁷. De acordo com Viviane Fernandes da Silva, moradora do bairro Quatro Encruzilhadas, do centro de Itapevi parte um ônibus da Viação Himalaia que tem como destino a cidade de Vargem Grande Paulista. O trajeto atravessa parte da COHAB (hoje conhecido também como Setor A), segue até a Estrada Lucinda de Jesus Silva já adentrando o bairro Quatro Encruzilhadas onde a estrada encontra-se asfaltada no trecho pertencente à Itapevi. Após atravessar os limites territoriais políticos adentrando a cidade de Vargem Grande Paulista, a Estrada Lucinda de Jesus Silva ainda mantém sua estrutura de terra batida. Por aí, o ônibus segue em direção ao centro de Vargem Grande Paulista fazendo final numa rua atrás da Prefeitura de Vargem Grande. Segundo Viviane, essas viagens ocorrem apenas quatro vezes ao dia e quando chove a circulação é interrompida devido a lama que se forma na estrada. Esse é praticamente o único acesso que a comunidade de Vargem Grande Paulista tem para se dirigir à Estação de Trem da CPTM no centro de Itapevi. A viagem de ônibus dura cerca de quarenta minutos passando pelas comunidades citadas no corpo do trabalho, além de passar pela Capela de São Pedro.

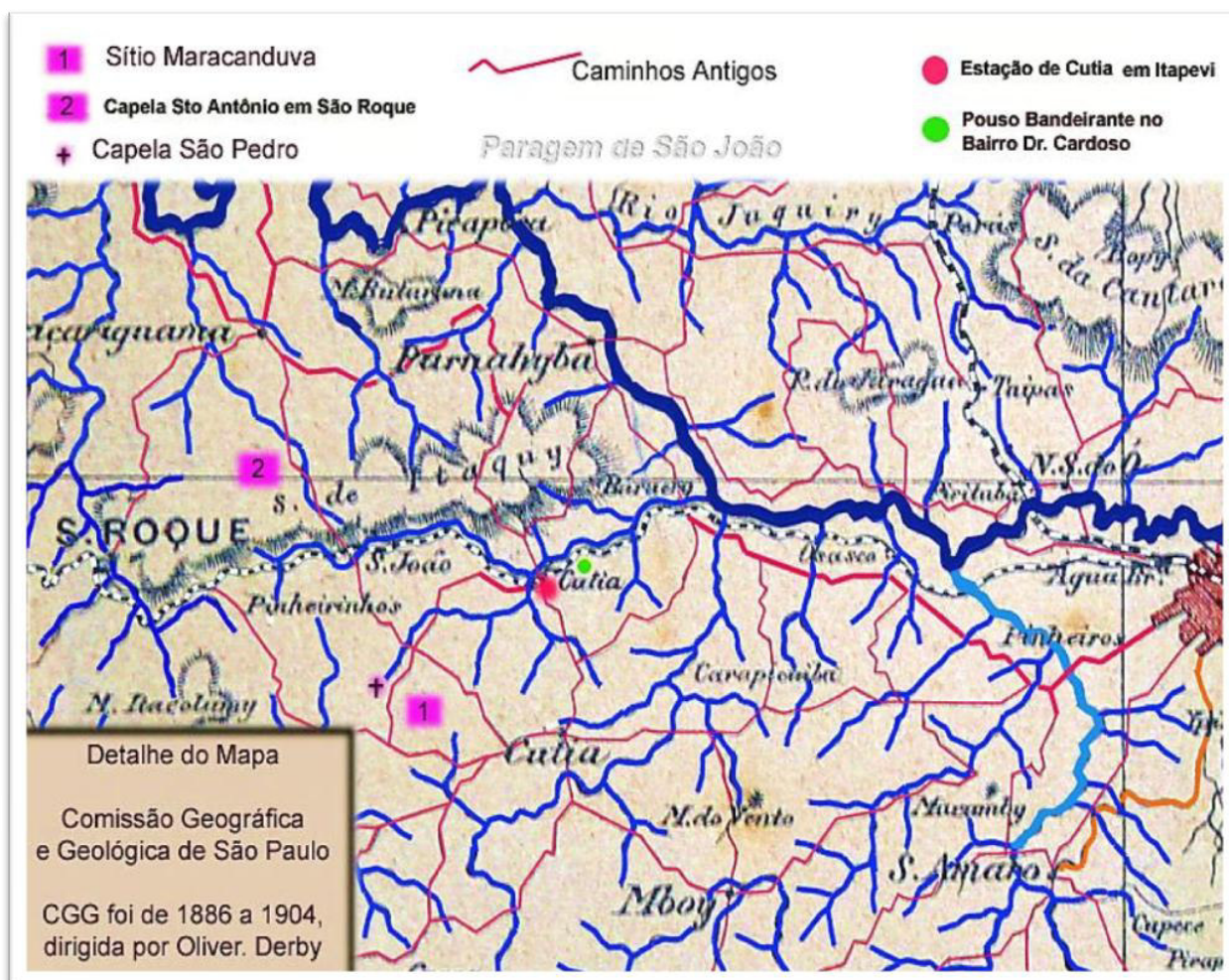
Viviane indica ainda que até o presente, boa parte da Estrada que serve a região das Quatro Encruzilhadas é de difícil acesso, principalmente em épocas de chuva, pois os moradores ficam ilhados, isolados do resto da cidade, seja do lado de Itapevi, ou do lado de Vargem Grande Paulista, onde de ambos os lados em certos trechos fica muito difícil o acesso à linha telefônica e até mesmo a internet. Segundo ela, como em boa parte da região não há energia elétrica, ocorriam até poucos anos atrás muitos casos de furtos de carros nas redondezas e nesse trecho escuro os mesmos eram “desovados”

¹⁴⁷ Onde as comunidades caiçaras contam com muita seriedade vários casos de assombrações e muitos temem pelos mortos do lugar, em certas épocas do ano não saem à noite porque há casos de aparições e buscas pelo espírito “vagueante” (como assinalam) pelas matas da região. A Enseada da Cajaíba se localiza na Baía de Ilha Grande no litoral sul do Rio de Janeiro no Município de Paraty e será tema de nosso próximo trabalho.

na expressão popular para indicar o desmanche dos carros. Ateavam fogo nos veículos após o desmanche e, além disso, muitos corpos baleados foram encontrados no local até os idos de 2007. Casos desse tipo refletem o grau de violência e desprezo das autoridades locais para com as comunidades do entorno. Refletem também os problemas advindos dos grandes centros urbanos que tendem a se espalharem junto com o avanço do tecido urbano sobre novos espaços territoriais. Para nós, o grande dilema urbano contemporâneo é o desafio de pensar e projetar a cidade do novo milênio, analisando os elementos atuantes no processo de organização e transformação do espaço coletivo. De acordo com os moradores e em conformidade com nossas observações em campo, a população de Vargem Grande Paulista e de Itapevi são extremamente carentes e as comunidades a que estamos nos referindo se encontram entre esses dois municípios onde a principal estrada de ligação entre eles é também o marco político entre os municípios. Dessa forma, segundo Viviane Fernandes, problemas de infraestrutura, sanitário, de educação e meio ambiente ficam a revelia das políticas locais, pois cada administração “empurra” os problemas para a outra cidade. Segundo a moradora, faz alguns anos que houve um acordo entre as duas prefeituras onde definiram que cada município arcaria com as despesas do asfalto na Estrada Lucinda de Jesus, porém, constatado está que apenas do lado de Itapevi o acordo foi cumprido e o asfalto já chega até as proximidades da Capela de São Pedro. A prefeitura de Vargem Grande Paulista não se manifestou sobre o não cumprimento do acordo. Viviane afirma que esse acordo foi uma promessa política que de Vargem Grande Paulista para que os moradores tivessem acesso a linha férrea de Itapevi para se deslocarem aos seus locais de trabalho em outras cidades, principalmente para a região central da cidade de São Paulo.

Pelo que pudemos apurar das histórias relatadas pelos moradores mais velhos do lugar e acompanhando as explicações pelas figuras que temos em mãos, a denominação dessas paragens parece mesmo ser oficial nos mapas antigos, pois ao que nos parece e segundo os relatos dos moradores, antes de se chamar Quatro Encruzilhadas, no mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo de Oliver Derby (apresentado na figura 20) destacamos que a região se chamava Paragem de São João, como ainda é conhecida pelos moradores mais antigos.

Figura 20. Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo de Oliver Derby¹⁴⁸



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Acervo Calangos da Mata, gentilmente cedido por Marília Gruenwaldt. No detalhe do mapa aparecem duas “Cutias”, a assinalada em verde claro, corresponde à atual cidade de Itapevi que na época ainda levava o nome de “Cutia”. Mais especificamente esse ponto verde assinala o Pouso Bandeirante da antiga casa dos Nunes, onde hoje se encontra o prédio da prefeitura de Itapevi. O ponto rosa logo abaixo do nome da cidade na época se refere à estação do trem metropolitano localizado na região central da cidade atualmente. No detalhe do mapa foram acrescentados os patrimônios históricos como forma de entender o sistema de circulação no pretérito.

¹⁴⁸ Não temos referências mais precisas sobre essa imagem, porém, julgamos importante destacá-la assim mesmo no trabalho mais para efeito de entendimento das nomenclaturas da região em diferentes épocas e para nos situarmos no lugar. Sem essas “referências” cartográficas fica difícil acompanhar o raciocínio dos moradores mais velhos que indicam os marcos históricos numa linguagem carregada de gestos e apontamentos no horizonte como se as realidades dos anos anteriores estivessem presentes para eles nos dias atuais e para eles a imagem das paisagens antigas ainda permanecem nitidamente em cada palavra enunciada. Para nós, essa oratória que incorpora os gestos e outras referências é um dos elementos de reconhecimento dos patrimônios imateriais de grande riqueza cultural que deve ser registrada de todas as formas possíveis para que não se percam no tempo. Os mais jovens, por mais que ainda escutam os relatos dos mais velhos, muitas vezes não assimilam a história e já não conseguem mais visualizar na paisagem atual o que os mais velhos estão passando, pois, as mesmas já sofreram grande processo de transformação devido ao avanço do tecido urbano no entorno da região, segundo o que pudemos constatar.

Ao indagarmos os mais jovens, muitos não souberam responder com exatidão sobre os nomes antigos dos caminhos ou da própria região, sendo que os mais velhos, em sua grande maioria ainda hoje reconhecem a região como Paragens de São João. Destacamos nessa imagem os pontos assinalados onde se encontram demarcados o Sítio Maracanduva, a Capela Santo Antônio em São Roque, a Capela São Pedro (foto 56 mais adiante) hoje pertencente a Vargem Grande Paulista (paragem conhecida até pouco tempo como Distrito Raposo Tavares). A figura 20 destaca também a Estação de “Cutia” em Itapevi, hoje a Estação de trem no centro de Itapevi, além de assinalar o Pouso Bandeirante no Bairro do Cardoso, provavelmente a antiga casa dos Nunes como já assinalamos. Note-se que nessa figura são destacados em grande número os traçados dos caminhos antigos, agora dirimindo as dúvidas sobre a existência ou não de ramificações dos caminhos, evidenciadas por nós quando dos relatos dos sujeitos, mais as informações extraídas das bibliografias consultadas. Assim, inferimos nesse momento com base nas referências já destacadas nesse trabalho que além dos dois principais caminhos, o antigo Caminho de Itu e a antiga Estrada de Cotia, onde hoje se encontra a Rodovia Raposo Tavares, que ligavam a região a São Paulo, outra rede intrincada de caminhos também se desenvolvia nessas paragens. Essa rede de caminhos, a nosso ver, deu prosseguimento à marcha da urbanização na constituição dos aglomerados urbanos, embora ainda se encontrem vestígios do passado no cotidiano de pequenos aglomerados como é o caso do Bairro Quatro Encruzilhadas onde a população até hoje relata suas crenças do passado, mitos, histórias de assombrações, aparições e lendas sobre a região.

Para nós, as Quatro Encruzilhadas é mais que um lugar de assombração, é o último vestígio do que eram os bairros rurais na época da colônia no entorno de São Paulo. Os moradores revelam que a região das Quatro Encruzilhadas no passado colonial era também ponto de parada de alguns viajantes que por ali passavam seguindo em direção ao Sítio Santo Antônio em São Roque de Fernão Paes de Barros. Acrescentam ainda que esse era o caminho por onde passaram índios, homens brancos, escravos da terra, escravos negros e libertos segundo contavam seus avós. Ao relatarem esses fatos das histórias e ao apontarem no horizonte por onde permeava o caminho identificamos que provavelmente seria o Antigo Caminho de Itu, pois segundo eles mesmos, não existia outro caminho além da antiga estrada de São Paulo e o de Itu. Depois com os anos é que foram surgindo outras ramificações dos principais caminhos em função dos aglomerados urbanos que iam se consolidando com os

desmembramentos das fazendas. Para nós esse era o caminho que conta a história dos bandeirantes antes das descobertas do ouro na última década do século XVII, nos sertões dos Cataguases como já asseveramos. E provavelmente é um dos caminhos que os bandeirantes nas suas andanças pelo interior do continente em bandeiras de apresamento de índios na direção oeste puderam contar com a criação do sistema de aldeamento que oferecia uma reserva de trabalhadores, disponíveis para a economia colonial como assinalou Petrone (1995), já destacado por nós no início do trabalho com as devidas referências.

Averiguamos empiricamente que essa região das Quatro Encruzilhadas ainda possui características tradicionais de tempos remotos, o que deveria ser incorporado no papel do Estado como prioridade em termos de preservação do patrimônio cultural e natural¹⁴⁹, visto que

[...] a Constituição de 1988 representou, pelo menos em nível formal, um avanço considerável ao elevar à categoria de direitos fundamentais da pessoa humana os direitos culturais, expresso nos artigos 215 e 216 e ao consagrar dois princípios basilares que devem nortear a política de preservação de nosso patrimônio histórico-cultural. O primeiro deles o princípio da cidadania cultural: O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura

¹⁴⁹ Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Legislação sobre Patrimônio Cultural, 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, p. 11). O que entendemos ou consideramos ser um incentivo ou novas acepções sobre o patrimônio, talvez ainda um olhar mais atento para a relação entre natureza e cultura, o que em nosso entendimento, facilita a compreensão da noção de patrimônio natural como uma construção que se faz a partir do intangível, das festas, dos rituais nas matas como assinalaram os moradores das Quatro Encruzilhadas, das danças, lendas, mitos, crenças, músicas, gestos significativos, saberes, técnicas e uma infinidade de outros elementos e fazeres diversificados. Infelizmente constatamos que as comunidades que produzem e reproduzem esses elementos da cultura imaterial não possuem conhecimento sobre a própria produção que realizam. Apenas a realizam baseado em suas crenças passadas de pai para filhos e netos. Notamos que não existe uma política de incentivo à busca pelo conhecimento em relação aos bens patrimoniais para que essas comunidades pudessem conduzir seu processo de produção e reprodução da vida de forma mais clara, frente às políticas de destruição destes espaços que guardam um grande conjunto de saberes que correm o risco de desaparecerem para sempre. As propostas de salvaguarda destes elementos existem no papel como assinalamos, mas ainda necessitam de ações políticas que efetivamente resguardecem esses elementos, impedindo que interesses privados ou de formas verticais determinem a localização ou as formas de reprodução destes elementos significativos de nossa cultura imaterial. Para Gonçalves (2009), na interpretação da lei esses bens não são passíveis de tombamento e segundo ele “a proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações” (GONÇALVES, 2009, p. 28). Para além disso, somente as comunidades permanecem na dinâmica de produção e reprodução de seus elementos culturais, mas essa relação com a dinâmica de crescimento das cidades é muito frágil e essas culturas podem desaparecer de modo drástico se nada for realizado para impedir tal situação. Para nós, essas comunidades com seus elementos deveriam ser listadas como prioritários na ordem de preservação e manutenção destes espaços.

nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais. Por sua vez, o § 1º do art. 215 consagra o princípio da diversidade cultural, ao estabelecer que o Estado tem a obrigação constitucional de proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Mais adiante, determina também que lei específica disporá sobre a fixação de datas comemorativas e de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (art. 215, § 2º). Reconhece-se, assim, a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica (Legislação sobre Patrimônio Cultural, 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, p. 11).

Com a aprovação do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do “patrimônio cultural imaterial ou intangível”, a nosso ver, abriu-se algumas possibilidades de salvaguarda de culturas até então desconsideradas do cenário político vigente no Brasil. Mesmo com os reconhecidos avanços que tivemos na consolidação da Constituição de 1988, dos embates travados desde antes de 1937 quando das discussões acerca da criação de um órgão específico para tratar destas questões do patrimônio e a efetiva criação, praticamente por Mário de Andrade em 1937, desse órgão denominado “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, SPAN, depois SPHAN, hoje IPHAN” (BOMENY, 1995, p. 11), este último um órgão de extrema importância para a conduta dessa categoria de patrimônio no país, como também já assinalamos em laudas anteriores.

Porém, em função dos ditames políticos e de interesses privados como observamos em nossa região de estudos, asseveramos que para nós, nesse processo de proteção do patrimônio ainda prevalece uma grande distância entre a lei no papel e o fazer na prática, mesmo com a atuação de diferentes grupos sociais se organizando e mobilizando ações nesse sentido da proteção dos mesmos, assinalando o quanto é importante a manutenção da memória local que cria laços de referências. Mesmo assim, esses mecanismos de proteção parecem não existirem de fato, pois não chegam em determinados espaços onde deveriam efetivamente estarem atuando. Nesse processo de expansão urbana nas cidades de Cotia e Itapevi estamos chamando a atenção para que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promova e proteja esse patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas possíveis de acautelamento e preservação.

Apesar de todos esses problemas e da falta de reconhecimento destes

patrimônios que elencamos, a reprodução dos mesmos continua se realizando no cotidiano das famílias do Bairro Quatro Encruzilhadas e no Bairro vizinho da Capela de São Pedro e a Vila das Três Cruzes que pertence ao Bairro das Quatro Encruzilhadas. Nesses locais ainda prevalecem as festas das cruzes que determinam os marcadores dessa cultura local, ainda vigente, mas correndo sérios riscos de desaparecerem dados os agigantados processos de espraiamento do tecido urbano no entorno destes espaços. É nesse contexto que emerge a necessidade de pontuar alguns elementos dessa cultura local que ainda persiste em se reproduzir, realizando suas festas, procissões e romarias tanto na região de Vargem Grande Paulista onde se encontra a Capela de São Pedro (foto 56), como na Vila das Três Cruzes em Itapevi.

Foto 56. Capela de São Pedro da Comunidade de descendentes de escravos da Fazenda Maracanduva.



Foto: Marília Gruenwaldt. A foto destaca na lateral direita superior o interior da Capela e abaixo o coreto que se localiza em frente à Capela.

Foto 57. Capela de São Pedro, ponto de devoção dos moradores e marco histórico da região em Vargem Grande Paulista.



Fonte: arquivo cedido por Mário Rogério Sevilio de Oliveira, músico e morador da região.

Foto 58. Interior da Capela de São Pedro.



Foto: Marília Gruenwaldt. In: Projeto Envolvimento Sustentável, 2004, p. 50. Trabalho não publicado.

Segundo os próprios moradores dessa comunidade da Capela de São Pedro, os mesmos são descendentes diretos de escravos que trabalhavam na Fazenda Maracanduva. Com o crescimento da região e desmembramentos de Cotia e Itapevi, se constituiu ali mais uma comunidade que mantém laços familiares com a comunidade das Quatro Encruzilhadas e da Vila das Três Cruzes. Como referência religiosa em São Pedro a comunidade reconhece a Capela de São Pedro, mas na Vila das Três Cruzes é que se realizam as festas das cruzeiras que dão nome ao lugar e onde as famílias destas comunidades e bairros vizinhos reproduzem seus laços afetivos com o lugar que segundo eles, até pouco tempo atrás era tudo um só lugar, uma só vila que juntas formavam as Quatro Encruzilhadas. Segundo Viviane Fernandes, boa parte da população migraram de São Roque para Vargem Grande Paulista e são descendentes de italianos. Esses italianos recém-chegados de São Roque não veem com bons olhos a comunidade negra da região da Capela de São Pedro. A moradora ressalta que ainda permanece fortemente enraizada uma cultura preconceituosa em relação aos negros. Evidentemente, pudemos constatar que a grande maioria da comunidade é composta por negros e prevalece em termos culturais as suas raízes e manifestações. Aos descendentes de italianos resta o conforto de serem bem recebidos pelos negros do lugar, não havendo problemas na miscigenação que possa advir dessa relação de povos tão diferentes, porém, convivendo no mesmo espaço social coletivo.

4.2. Festa das Três Cruzes: marcadores territoriais da cultura local.

De acordo com os levantamentos de Marília Gruenwaldt¹⁵⁰, a Vila das Três Cruzes pertence ao bairro Quatro Encruzilhadas no município de Itapevi e é formada por descendentes e agregados das famílias Rodrigues Oliveira, parentes dos descendentes de escravos da Vila de São Pedro. Em 2007, durante um levantamento dos elementos culturais que realizamos na região, a Vila das Três Cruzes contava com aproximadamente 50 casas de parentes e não parentes. Hoje esse número não mudou tanto, porém, há de se ressaltar que alguns terrenos já foram desmembrados e os próprios moradores estão colocando à venda parte de suas terras. Isso ocorre, segundo

¹⁵⁰ Documento Calangos da Mata ref: Pedido de revisão do Mega Empreendimento Imobiliário Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia – Processo SMA 13.536/07. Trabalho não publicado, porém, protocolado no CONSEMA e impetrado no Ministério Público Federal para averiguação. (GRUENWALDT, 2009, p. 52 e seguintes).

eles, “porque a cidade está crescendo nessa direção e logo mais nada disso aqui existirá mais” (depoimento de André Oliveira). Eles comentam que os terrenos ali vão se valorizar, pois ouviram isso de alguns políticos de Itapevi que espalharam na vila que o progresso estava a caminho e em pouco tempo toda aquela região estaria repleta de moradias, que as ruas seriam asfaltadas, luzes seriam colocadas em postes espalhados pela vila e que tudo se transformaria em benefício de toda a comunidade.

Segundo André Oliveira, seus avós nasceram nessas paragens, seus pais e agora eles com seus filhos continuam habitando esse lugar que não mudou muita coisa de uns anos até a atualidade. No entanto, “os boatos de valorização já começaram a mexer com a cabeça do povo aqui e alguns já colocaram suas casas ou terrenos à venda, uns estão trocando o terreno por um carro e assim vai”, nos relatou ele. Apesar desses inconvenientes como preferimos denominar, a vida flui nessas comunidades, muitas vezes parecendo estarem paradas no tempo, no bucólico passado, na quietude das paisagens que se espalham além do horizonte como eles mesmos caracterizam o lugar. De acordo com os relatos, na época em que todos eram parentes, as Quatro Encruzilhadas (caracterizada por caminhos que se cruzavam), pertencia a Cotia e o local era reduto de festas e romarias e ao longo da Encruzilhada, formou-se uma sequência de quatro pontos de devoção. O primeiro ponto seria o próprio Bairro Quatro Encruzilhada, a Vila das Três Cruzes marca o segundo ponto com um altar de duas Cruzes num encontro de duas ruas em forma de T. Veja a foto 58 onde destacamos que as terras pertencem ao Espólio Celso Santos que abrange a Granja Carolina. Ao final da rua se encontra o bairro Quatro Encruzilhadas. No outro extremo podem-se visualizar as duas cruzes no lado direito da foto. Deveriam ter três cruzes, mas uma já se deteriorou com o tempo. Segundo os moradores as outras Três Encruzilhadas se destacam por estarem construídas nos três pontos restantes as capelinhas. A vila das Três Cruzes carrega a história da geração das Três Cruzes consecutivas que existiam aí, onde a primeira não existe mais, se deteriorou com o tempo e, é lembrada e revivida todo ano durante as festividades da Santa Cruz no último domingo de maio como se pode notar nas fotos 60 e 61.

Foto 59. Terras do Espólio Celso Santos onde se encontram as duas cruzes à direita da foto, símbolos religiosos da cultura local nas Quatro Encruzilhadas.



Fonte: Documento Calangos da Mata ref: Pedido de revisão do Mega Empreendimento Imobiliário Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia – Processo SMA 13.536/07 (GRUENWALDT, 2009, p. 53)- Trabalho não publicado. Foto e elaboração: Marília Gruenwaldt.

Lado esquerdo: local de montagem da Cruz da memória, tendo a sua frente as duas Cruzes postadas sobre o pequeno altar no lado direito como apresentado nas fotos seguintes. Ao fundo no final da rua fica a Vila das Três Cruzes no bairro 4 Encruzilhadas.

Foto 60. Altar com duas cruzes no Bairro Quatro Encruzilhadas.



Fonte: Documento Calangos da Mata ref: Pedido de revisão do Mega Empreendimento Imobiliário Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia – Processo SMA 13.536/07 (2009, p. 52). Trabalho não publicado. Foto: Marília Gruenwaldt. Refere-se às duas cruzes postadas no altar.

Foto 61. Montagem da terceira cruz, a Cruz da Memória, tendo a sua frente as duas Cruzes (foto 60) postadas sobre o pequeno altar.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Foto: Marília Gruenwaldt.

Na foto 61 registramos a preparação do terreno para ser colocada a terceira Cruz para a celebração das festividades das três cruzes na festa de Santa Cruz como denominou os moradores da vila. Na foto 60 avistam-se as duas Cruzes que sobraram das três que existiam. Estas duas se encontram sob um altar de tijolo caiado, cravado no topo de um morrote, e segundo os moradores há mais de 120 anos zela pelos passantes e o lugar da festa. Se para muitos é confusa a não existência de uma encruzilhada em forma de Cruz e a existência de duas Cruzes apenas, o nome da vila das Três Cruzes não deixa dúvidas de que existiu uma terceira Cruz ali no passado como relatam os moradores. Essa terceira Cruz colocada no local da festa todos os anos é na realidade a Cruz da memória que fica sob a guarda de Aurelina Rodrigues de Oliveira, tradição passada por: Vitalina Rodrigues de Oliveira, que em 2007 estava com 75 anos de acordo com os moradores e os relatos reproduzidos por Marília Gruenwaldt nesse ano. A terceira cruz ressurge na época das festividades e levada pelos participantes, esta sobe o morro no dia da Festa e é colocada no local como mostra a foto 61 acima.

As histórias existentes sobre a origem das cruzes é um mistério que possui algumas versões, onde uns explicam que: a cruz veio de Itapecerica da Serra, outros que foi uma promessa e outros afirmam que ela foi erguida em memória de uma pessoa que morreu, mas não sabem o nome dessa pessoa, apenas reproduzem a história. Mas, apesar da incerteza o símbolo da Cruz é motivo de comemoração e conta com a participação de boa parte dos moradores da vila e vizinhança das outras Encruzilhadas. Os preparativos da festa iniciam-se praticamente um mês antes com a feitura de flores de papel, utilizadas para enfeitar o altar das duas Cruzes e a terceira Cruz postada na esquina oposta como mostra a foto 61 acima. Veja nas fotos 62 e 63 a preparação dos enfeites para a realização da festa das Três Cruzes.

O início das comemorações da Festa na Vila das Três Cruzes dá-se com uma oração diante da Terceira Cruz (a Cruz da memória) postada no lado oposto de onde se encontra as duas cruzes no altar de tijolo caiado como já assinalamos. Ao término dessa oração em frente a Cruz da memória, os participantes se voltam para o lado oposto onde estão as duas Cruzes sob o altar de tijolo caiado e inicia-se a missa campal diante desse altar (veja as fotos 64 e 65 na sequência). Para nós fica a experiência de poder reviver momentos de nossa infância quando em nosso bairro também ocorria procissões e festejos dessa natureza¹⁵¹. Assinalamos que essa tradição

¹⁵¹ No bairro Parque São George na Granja Viana todos os anos ocorriam a procissão de Nossa Senhora que seguia pelas ruas do bairro até a igreja localizada ao lado da Rodovia Raposo Tavares no Km 25.

caipira da festa na Vila das Três Cruzes no Bairro Quatro Encruzilhadas é um momento de referência de fatos históricos ocorridos no pretérito e que ainda se reproduz no espaço sendo por nós considerado um importante símbolo de resistência cultural caipira e respeito a modos de vidas mais integrados com a natureza.

Fotos 62 e 63. Preparativos de enfeites para a Festa das Três Cruzes.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Com o crescimento do bairro e os novos dilemas urbanos surgidos desse espraiamento do bairro, muitas práticas culturais foram extintas para sempre.

Foto 64 e 65. Remetem à festa das três cruzes a missa campal antes da procissão, diante do altar das duas cruzes no bairro Quatro Encruzilhadas.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Como vimos, é realizado primeiro todos os preparativos de montagem da terceira Cruz no lado oposto do altar de tijolo caiado, depois todo o local é enfeitado com flores e decorações. No dia da festa os ritos se iniciam com uma oração às Cruzes e em seguida a missa campal marca o simbolismo do culto às Cruzes do local, para eles um momento de reminiscências, um culto aos antigos e também aos presentes, representantes máximos dessa cultura local na Vila das Três Cruzes. Para nós, é quase um “milagre” essa cultura ainda resistir diante do nefasto momento especulativo que

vive a região. Segundo relatos dos moradores mais antigos, a Cruz está numa área particular (Espólio Celso Santos como mostra a foto 59 acima) e a comunidade luta unida no silêncio matuto caipira para preservar e dar continuidade à tradição, contra tudo e todos, colecionando histórias. Segundo a moradora Viviane Fernandes, ainda hoje se realizam as cavalgadas na região, ainda ocorrem romarias e a população sai de Vargem Grande Paulista para ir receber a chegada dos romeiros que vem de Aparecida do Norte e param em Pirapora do Bom Jesus. Os mais antigos lembram-se do tempo em que jagunços tentaram expulsá-los das terras na década de 70; outros, da chegada da COHAB de Itapevi na década de 80, quando em três anos, segundo eles, tiveram que conviver com a chegada de 30.000 pessoas na vizinha Pedreira São João; mais recentemente, dos loteamentos fechados e segregação dos espaços da década de 90 e em seguida, no início dos anos 2000 a preocupação com um “fantasma” que assolava a região era atribuída a possível implantação de um megaempreendimento denominado Granja Carolina. Esse “fantasma” ainda assola toda a região, mas dessa vez portando o nome da grande empresa Alphaville, que adquiriu a área da antiga Fazenda Granja Carolina e nela pretendem reavivar o antigo projeto Granja Carolina com uma roupagem mais apresentável se é que podemos denominar dessa forma (assunto que debateremos nos próximos capítulos).

A preocupação com a manutenção dos valores caipiras local cresce e a eminência da perda se agiganta ao lembrarem que o altar onde se encontram as duas Cruzes fica em terras pertencente ao espólio Celso Santos como evidencia a foto 59, hoje do consórcio Alphaville. Esse fato nos recorda os relatos citados pela autora Bruna Eskinazi¹⁵² quando esta teceu algumas considerações a respeito de problemas semelhantes no Vale do Paraíba onde as comunidades perderam suas referências ao serem proibidas de continuarem realizando seus ritos e festas dentro das capelinhas da região que foram apropriadas por grandes empresas como a Fibria, Aracruz Celulose e Cia Suzano. Após a instalação dessas empresas no local, as comunidades que ali mantinham relações profundas com o lugar e realizavam suas festas religiosas nas capelas espalhadas pela região, foram impedidas de adentrar a área porque a mesma foi cercada e as capelas ficaram abandonadas no tempo. Em nossa região corremos o mesmo risco iminente caso seja instalado um empreendimento como o projeto proposto

¹⁵²Para saber mais visite a obra da autora denominada: Densidade técnica e especialização regional produtiva: as dinâmicas de produção de celulose no Vale do Paraíba Paulista/Bruna Garcia Eskinazi. Rio Claro, 2014, sob orientação do Prof. Dr. José Gilberto de Souza, Unesp Rio Claro.

pela Alphaville Urbanismo em 2007.

Considerando-se que o primeiro empreendimento proposto na década de 70 ou o segundo nos anos 2000 fosse instalado, muito dessa cultura seria extinta, visto que com o advento da propriedade privada, os moradores locais não poderiam circular por dentro do novo condomínio e, portanto, suas práticas culturais não seriam mais realizadas nessa área. Com certeza nem o carro de boi seria permitido adentrar pela portaria do condomínio, nem as procissões e nem as pessoas, estranhas aos novos moradores. Para nós, o Carro de Boi é uma das expressões mais bonitas e persistentes da vida rural, que nos faz lembrar o cheiro da terra que o asfalto e os veículos modernos apagaram. Como assinalamos nas fotos 51 e 52 deste trabalho, o carro de boi é um símbolo da cultura imaterial e patrimônio histórico ainda existente nas Quatro Encruzilhadas e associado a eles, as procissões ainda se realizam como veremos adiante. Contra tudo isso, assistimos ao avanço do progresso e as novas necessidades tecnológicas se inscrevem na cultura local e vai transformando essa cultura até apagá-la de vez como ocorreu com a cultura indígena e demais culturas no contexto histórico que envolveu o surgimento e expansão da cidade de São Paulo, assuntos que nortearam o início deste trabalho.

Em função do exposto, as memórias não devem ser apagadas como ocorre na expansão da malha urbana sobre os recantos de reprodução social e cultural das pequenas aglomerações, e nesse sentido vale a pena meditarmos com imagens aos jovens, a memória e as referências do desbravar da terra virgem, das dificuldades e histórias dos espaços que se transformaram em cidade. No âmbito da memória técnica, do artefato, o Carro de Boi de Roda Raiada da família Bueno, tradicional família moradora do Bairro das Quatro Encruzilhadas, faz parte da memória simbólica do bairro, já que o carro de Boi dessa família (de acordo com a foto 66 abaixo) costumava recepcionar a passagem de Romarias importantes como as do Embu, Cotia e das Quatro Encruzilhadas em direção à Pirapora, segundo Waldemar Bueno e Tarcizo Bueno. Se o carro de boi é memória a ser resgatada, as romarias são ainda a atividade cultural mais importante e que ainda resistem nesses espaços. Porém, segundo os moradores, no passado as festas eram frequentadas por gente dos bairros e vilas vizinhas, mas com o aumento da população em algumas dessas vilas, as mesmas foram perdendo suas referências, os mais novos não mantiveram as manifestações e muitos foram obrigados a procurarem outros recantos porque parte das terras onde se encontravam pertenciam a alguns fazendeiros da região que colocaram a terra a venda e nelas foram criados os

loteamentos que hoje ameaça se expandir justamente sobre essa região das Quatro Encruzilhadas. Também preocupa os moradores o fato dessas manifestações ocorrerem em terras pertencentes ao Espólio Celso Santos, correndo o risco iminente de serem proibidos de continuar reproduzindo sua cultura nestas terras.

Foto 66. Pai dos irmãos Bueno na Romaria de São Roque. Waldemar Bueno com o carro de boi da família.

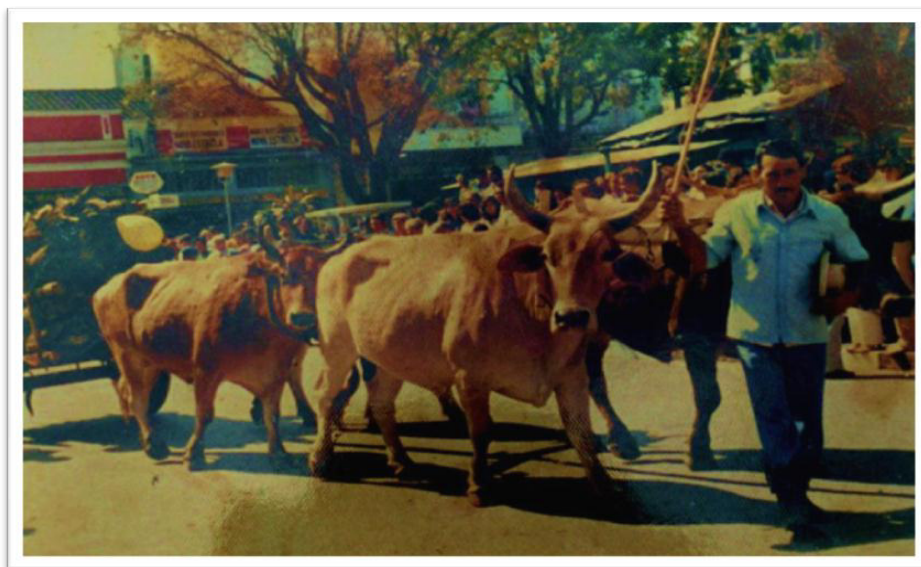


Foto: Marília Gruenwaldt.

Foto 67. Penambuquinho (de calça escura a esquerda) e Tarcizo Bueno de São João Novo conversando sobre Carro de Boi e suas diferenças.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Foto 68. O Carro de Boi de Roda que Canta do Pernambuquinho de São João Novo que será utilizado na procissão segundo ele mesmo.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Entre essas manifestações, as romarias parecem ser as expressões mais evidentes do local, pois ainda ocorrem nessas paragens seguindo em direção a Pirapora do Bom Jesus por caminhos que remetem ao tempo em que grandes romarias passavam pela região vinda de outras paragens como Embu, Cotia e arredores como relataram os moradores. Ao que parece essas cidades perderam essas referências, mas nos recantos como a região das Quatro Encruzilhadas essas manifestações religiosas ainda resistem e persistem mesmo correndo o risco de desaparecerem para sempre. Como sinônimo dessa expressão, apresentamos nas fotos a seguir algumas imagens dessas manifestações religiosas que desafiam o avanço do tecido urbano que vem devorando os últimos espaços naturais que ainda se encontram nestas paragens. Nota-se no conjunto de fotos a noção dos valores que a comunidade vem preservando e atualizando por meio destas ações e práticas sociais.

Fotos 69 e 70. Romaria nas Quatro Encruzilhadas em direção a Pirapora do Bom Jesus.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Fotos: Marília Gruenwaldt.

A imagem denota a união da comunidade das Quatro Encruzilhadas e entorno na luta pela preservação de sua cultura frente as adversidades impostas pelas nuances do capitalismo e da especulação imobiliária que tendem a corroer esses espaços em função do avanço do tecido urbano.

Fotos 71 e 72. Romaria à Pirapora do Bom Jesus através dos antigos caminhos que ligam o bairro Quatro Encruzilhadas ao município de Santana de Parnaíba.



Fonte: Acervo Calangos da Mata. Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 21. Cartaz da Romaria promovida pelo Bairro até o Santuário de Pirapora do Bom Jesus.

XVII Romaria de Sta Cruz
Da Capela de Sta Cruz Quatro Encruzilhadas Itapevi, ao Santuário de Pirapora do Bom Jesus

Dias 09 e 10/09/2006

A Comissão Organizadora convida a todos cavaleiros, proprietários de charretes, bicicletas e motos dessa região e mais regiões vizinhas para participar deste ato de fé, com muito respeito e união. Pedimos a todos, que tragam seus animais ferrados.

Comissão Organizadora:
Maddamar Bueno
Tereza Bueno
Tarcia do Prado
Tarcia Bueno
Silvia Regina Rosa
Cláudio Netto
Jaeger
Nelson
Tatiane
St. Maria
St. Wilson
St. Dito
Wiliam
Renata Bueno
Nelson Cavallero
Crisca
Paula

Programação

09/09
07:00 - Saída da Capela de Sta Cruz, segundo Barroco Fundo, São João Novo
12:00 - Desfile em Anápolis
14:00 - Romaria da Romaria
17:00 - Chegada em Pirapora
18:00 - Missa dos Romeiros

10/09
08:00 - Saída de Pirapora
12:00 - Desfile em São João
18:00 - Chegada à Capela de Sta Cruz com bênção do Padre Gilmar

Representantes de Bairro:
Rogério, Juliana, Fernando, Raul, Rosendo, Gualcho, Odete, Nivaldo, Sr. Antonio, Raul, Portia, Tarcia dos Amigos, Marcos Rigora, Agneta, Julezina, Tereza, Dorci, Felipe, Davi, Roque e Cida
Varões Grande Paulista:
Toninho Branco, Lú, Adalberto, Luciano, Eli, Severino, Raimundo, Luizinho, Marinho Trigueiro e Pedrinho
4 Encruzilhadas:
Romeo, Marco Polo, Chico, Laura, Carlos e Flávia

Nossos agradecimentos à Prefeitura Municipal de Itapevi ao Padre Gilmar e a todos os patrocinadores

NOVAVIDA LAVAGEM E MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA Fone: 4141-3330	AL MOTORES LTDA ME Fone: 4145-1102 Lavar	COMÉRCIO DE SUZUKI, H.E. LTDA Fone: 4145-2222 Moto	E. MOTORES Autopeças, peças e acessórios para motocicletas e motos - SANTOS - SP Fone: 4614-2649
Cartoca Fone: 4145-2222	CASA SÃO JOSÉ Mat. P. Construção Fone: 4145-2222	UNDERLEY E MARCIA Cross Country Estreia José Raul Rodrigues Quinta Encruzilhada, 11 - Itapevi - SP	MOSSO LAR LAVAGEM E MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA Fone: 4141-3330
Camargo's Fone: 4145-2222 / Fax: 4145-2222	Comércio de Sucata Santa Rita Ltda. Comercio de Sucata Santa Rita Ltda. Fone: 4145-2222	Adilson e Davilson Saudades Romeiros Sta Cruz	MARINHO TROPEIRO Fone: 7326-6570
ACORDO DO DEVAL Fone: 4144-1999	Estância do Vale Fone: 4145-2222	Diego Casimiro Fone: 4145-2222	Bar e Mercadoria Fone: 4145-2222
Consultoria Interativa Fone: 4145-2222	Auto Motocross Fone: 4145-2222	Parque Vencedor Fone: 4145-2222	RANCHO CHIMARRON Fone: 4145-2222
Ipuranga Auto Posto Fone: 4145-2222	KALYMAR Fone: 4145-2222	maqui Fone: 4145-2222	ROSENCAR Fone: 4145-2222
Clay Oliveira e Menezes Fone: 4145-2222	Auto Motocross Fone: 4145-2222	Chica e Biquinho VAI Fone: 4145-2222	JACARÉ FOTOS Fone: 4145-2222

Fotos: Marília Gruenwald.

Para nós, essas práticas sociais deveriam estar na agenda dos governos locais no âmbito de sua proteção, mas o que assistimos é a degradação de espaços como esses que vem dando lugar ao conjunto de loteamentos que tomaram a região tanto em Cotia como em Itapevi. É preciso repensar esse modelo de urbanização ao mesmo tempo em que se faz necessário e urgente também repensar o conjunto das manifestações sócio culturais que ainda persistem nos recantos da cidade. Assim, é necessário manter essas práticas sociais, porém, somente será possível estabelecer ações nesse sentido se os agentes políticos admitirem que a identidade desses sujeitos é resultado de uma construção social sujeita a mudanças, mas não sujeita ao extermínio por completo como já ocorreu com tantas outras culturas ao longo da formação de nossa história. Considerando o conjunto de acepções que aqui apresentamos, podemos inferir que os referenciais, religiosos, étnicos, locais, regionais, enfim, todo o conjunto da cultura material e imaterial serve de base para o resgate, reconstrução ou atualização dessas mesmas identidades. Assim, reiteramos nossos protestos da adoção de posturas

mais enérgicas por parte das autoridades no sentido de salvaguardar a reprodução dessas práticas sócio culturais que ainda vem sendo concebidas e desenvolvidas pelos grupos sociais como a música caipira, por exemplo, na comunidade da Capela de São Pedro em Vargem Grande.

4.3. A música caipira, memória e patrimônio como expressões da cultura local.

Se admitimos que essas comunidades através dos sujeitos desempenham um importante papel na produção/reprodução, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana, reconhecemos também que existe uma profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural. Observamos isso nitidamente nas comunidades das Quatro Encruzilhadas e na comunidade da Capela São Pedro onde os sujeitos realizam seus préstimos em profunda relação com o meio ambiente local e estruturam suas ações com o devido respeito à natureza, inclusive se dirigindo a ela quando, por exemplo, relatam através das músicas caipiras locais reverências a natureza, aos rios e aos animais. Nesse sentido, observamos em campo que a música caipira da região não foge aos parâmetros estéticos de simplicidade do gênero, mas é de inestimável riqueza, com sua poesia relatando o cotidiano da vida rural, contando os processos de transformação do local, o cuidado com as matas e as águas dos riachos que cortam a região. Isto é identificado com vigor nas composições musicais cantadas pelo Grupo Trança Fita, revelando toda a evolução local, citando inclusive a chegada da estrada de ferro. A memória musical é de transmissão oral, o que a torna extremamente frágil e efêmera e vulnerável à pressão do “progresso”. Essa memória deveria ser preservada em partituras ou em gravações de audiovisual. O registro das fotos 73 a 77 abaixo expressam a apresentação da dança da caninha verde na comunidade da Capela de São Pedro, entretanto o trabalho de resgate e registro precisa ser completado de acordo com Marília Gruenwaldt. A figura 22 na sequência reflete uma das músicas do grupo cantada durante a dança da caninha verde, música de autoria desconhecida segundo os membros do grupo, mas que foi registrada por nosso amigo Mário Rogério Sevílio de Oliveira que também é músico e morador do Condomínio Vila Verde localizado em frente a área do Espólio Celso Santos que trataremos no capítulo seguinte. Mário Sevílio fez o resgate dessa música e a registrou

em partituras como mostra a figura 22, interpretada pelo morador da comunidade Araziel Pavio no ano de 2005. Como já afirmamos e aí concordando com Marília, esse registro precisa ser mapeado e completado. Para tanto, é preciso que haja garantias de salvaguarda dessas culturas frente ao processo de desmatamento e loteamento que tomaram a região nos últimos anos como pudemos constatar.

Foto 73 e 74. Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro em festa anual comemorativa da Capela São Pedro em Vargem Grande Paulista.



Fonte: Levantamento histórico e cultural realizado por Marília Gruenwaldt. Trabalho não publicado. Cedido para o acervo Calangos da Mata.

Foto 75. O Grupo Trança Fita em desfile pelas ruas do bairro da Capela São Pedro.



André com a Bandeira de São Pedro e o músico Araziel da Luz Novaes no bairro da Capela de São Pedro. Fonte: Acervo Calangos da Mata. Fotos: Marília Gruenwaldt.

Foto 76 e 77. Samba caipira na comunidade da Capela São Pedro.



Fonte: Relatório Santos Festeiros (GRUENWALDT, 2007, p. 18) – Trabalho não publicado.

Figura 22. Registro de partitura do Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro por Mário Sevilio¹⁵³ Expressões da cultura local.

LARANJEIRA PEQUENINA

Auônino
 Dança da Caninha Verde recolhida por Mário Sevilio na
 Capela de São Pedro - Vargem Grande Paulista - SP
 Interpretado por Araziel Pavia em 2005

La - ran - jei - ra pe - que - ni - na car - re -

ga - di - nha de flor, la - ran - jei - ra pe - que -

ni - na car - re - ga - di - nha de flor.

u - ai u - ai car - re - ga - di - nha de

flor eu tam - bém sou pe - que - ni - no car - re -

ga - di - nho de a - mor.

Fonte: Registro de Mário Rogério Sevilio de Oliveira.

¹⁵³ Mário Rogério Sevilio de Oliveira é músico, morador do Condomínio Vila Verde em frente a área do empreendimento Alphaville.

4.4. LARANJEIRA PEQUENA

De acordo com Mário Rogério Sevilio de Oliveira, a Laranjeira Pequena é uma das músicas que serve de “trilha sonora” para a Dança da Caninha-Verde. A “Cana-Verde” veio de Portugal e tornou-se popular em vários estados brasileiros. Foi adquirindo particularidades em cada região e produzindo variantes da dança original. Na Capela de São Pedro, bairro de Vargem Grande Paulista não muito distante da Granja Carolina, era executada em roda e os versos da música eram improvisados pelos participantes. A versão desta partitura foi cantada por Araziel, conhecido também como Pavio, sanfoneiro que lidera um grupo de autêntica música “caipira” que leva seu nome: Grupo do Pavio. Segundo Mário Sevilio e Marília Gruenwaldt, existe uma versão da Laranjeira Pequena, resgatada por Heitor Villa Lobos, sem a letra, contendo apenas a melodia, muito semelhante à da Capela de São Pedro. A comunidade da Capela de São Pedro vem tentando resgatar as festas que ocorriam naquele local desde a época que seus antepassados trabalhavam como escravos na fazenda do Maracanduva. A Dança do Trança Fita (executada em todo o mundo), já “recuperada” pelos moradores da Capela, é apresentada pela comunidade em festas e eventos da região, principalmente nas comemorações do dia de São Pedro, no mês de junho, onde também “dançam” a conhecida “Quadrilha”.

A música, as danças, as procissões e demais manifestações e práticas sócio culturais ainda persistem e se destacam na paisagem dos sujeitos, porém, reconhecemos que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda. Assim mesmo, é possível vivenciar nessas comunidades por nós estudadas que o fenômeno contemporâneo das reafirmações de diferenças por grupos e movimentos sociais ainda persistem no âmbito do processo de urbanização e da transformação de todos os espaços em mercadorias como sempre asseverava Aziz. É justamente nesse contexto mercadológico atribuído à terra como reserva de valor que emerge a discussão referente ao processo de transição demográfica onde a transformação do espaço geográfico sofre aceleração e o conjunto de preocupações que elencamos até o momento sobre o avanço do tecido urbano em direção aos redutos ainda preservados, veem à tona.

A emergência dessas questões atribui-se a expansão de novas formas produtivas ligadas a metropolização de São Paulo que em seu espraiamento vai consumindo novos espaços e aumentando cada vez mais seu diâmetro territorial, surgindo daí novas periferias urbanas em todos os quadrantes como já elencamos. Assim, chega o momento de tratarmos dessas questões no âmbito regional onde elegemos em nosso recorte espacial para problematizar os vários pontos levantados, o caso da especulação imobiliária na área correspondente a Fazenda Granja Carolina que abrange partes do município de Cotia e de Itapevi como apresentado na figura 23 seguinte. Assim, passa-se a discutir de forma mais ampliada e regional os problemas advindos da expansão urbana de São Paulo que vai rebater diretamente sobre essas áreas fruto do movimento de especulação imobiliária que trataremos a seguir. Esse movimento, desde então, vem causando a destruição de ricos espaços verdes, consequentemente também dos patrimônios históricos, culturais e naturais. A disputa cada vez mais acirrada pelos espaços vazios dentro do emaranhado urbano que é a região metropolitana se reflete em Itapevi, através da fuga aos “mecanismos frágeis” do planejamento e controle subordinando-se ao sistema mais atrativo e simples da oferta e da procura (SANTOS, 2000, p. 7).

Figura 23. Localização da Fazenda Granja Carolina.

O Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia será implantado em um conjunto de três áreas contíguas, constituintes da antiga Fazenda Granja Carolina e Sítio Ribeirão, totalizando 479 ha. Tratam-se das glebas denominadas Área 1A de Cotia, Área 1B de Itapevi e parte da Área 2 – Sítio Ribeirão.



Fonte: EIA e Parecer Técnico CETESB nº 583/15/IE de 04/12/2015, p. 4, adaptado por Abbul, 2016.

As glebas onde será implantado o projeto urbanístico localizam-se nos municípios de Cotia (69%) e Itapevi (31%), com acesso junto ao km 36 da pista norte da rodovia Raposo Tavares, por meio do acesso existente à estrada do Pau Furado.¹⁵⁴ Para nós, um projeto dessa magnitude deveria ser discutido no âmbito de toda a sociedade das cidades envolvidas para se evitar maiores quadros de degradação da própria vida urbana dos sujeitos. Como exemplo desse desgaste tem-se a realidade cotidiana da expansão de São Paulo que expande sua periferia sobre os últimos remanescentes de mata Atlântica que ainda se encontram nos arredores paulistanos. A aldeia global continua em marcha na direção destes últimos remanescentes do cinturão verde de São Paulo. Para Aziz,

Os processos de planificação dirigidos para frear e minimizar as tendências malignas da aldeia global depende do grau de entendimento da conjuntura das regiões que compõem o Brasil. Em todos os casos, porém, o fato mais abrangente é o caráter especulativo do capitalismo selvagem. Agora, “todo espaço virou mercadoria” (AB’SÁBER, 2004, p. 98).

¹⁵⁴ De acordo com informações extraídas do EIA e posteriormente do Parecer Técnico CETESB nº 583/15/IE de 04/12/2005, p. 4.

CAPÍTULO 5. A EXPANSÃO URBANA, A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO QUADRANTE OESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Para evitar o rápido andamento da aldeia global é preciso que haja um chamamento integrativo da inteligência planejadora. O caso do estado de São Paulo deve ser pensado a diferentes tempos do futuro regional. Em face da complexidade da região hoje, é possível pensar alguns cenários do futuro daqui a 30 anos ou 50 anos. É evidente que, apesar da resistência de alguns proprietários rurais mais esclarecidos, as cidades paulistas dos planaltos interiores continuarão a se expandir segundo o modelo especulativo inconsequente rotineiro. No passado, há 50 anos, o corpo urbano principal das cidades do estado acabava onde começavam os campos cultivados. Agora, as capitais regionais, assim como as cidades de porte médio ou grande, crescem por todos os quadrantes (AB'SÁBER, 2004, p. 98).

Toda essa dinâmica de expansão urbana da cidade de São Paulo vem acarretando uma enorme quantidade de problemas para outras cidades na RMSP. O que se passa hoje é, de fato, uma aceleração inaudita, realmente extraordinária, desse processo de metropolização das cidades (AB'SÁBER, 2003). Nessa linha, seguimos debatendo sobre esse processo de expansão e da atuação do Grupo Ecológico Calangos da Mata em conjunto com o professor Aziz Ab'Sáber no intuito de chamar a atenção das autoridades e órgãos vinculados à questão do meio ambiente e do patrimônio natural, cultural e histórico para a área de estudo.

Em Cotia e Itapevi, espaços compostos de ricos Patrimônios Culturais e Naturais que a priori, deveriam ser preservados, estão sendo consumidos de forma desordenada e inconsequente em função do avanço do tecido urbano frutos da especulação imobiliária. Consideramos que as consolidações destas políticas historicamente veem sendo implantadas sem o consentimento de quem vive o lugar e nele reproduz seus costumes, crenças e o imaginário social dentro da concepção das representações sociais destes sujeitos. Se considerarmos que uma comunidade esteja alienada do seu próprio meio de vida e sua cultura, essa comunidade provavelmente estará cada vez mais inserida no modelo de padronização capitalista que tende a homogeneizar as representações sociais. Na verdade, essa alienação sugere que esses grupos sejam excluídos de suas paisagens imaginárias e sensoriais, o que denota

importante atenção a esses aspectos culturais que Cosgrove (2004) consolida muito bem quando aponta que “[...] a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico” (COSGROVE, 2004, p. 120 e 121), indicando o autor que as práticas sociais carregam esse imaginário social dos sujeitos.

Os espaços de resistência devem prevalecer sobre os interesses corporativos, permitindo assim novas formas de reprodução social que assegurem o processo de transformação dos bens materiais e imateriais. Vai mais além quando sintetiza que a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós “[...] onde uma geografia efetivamente humana é uma geografia crítica e relevante [...]” (COSGROVE, 2004, p. 121). Destacamos a importância da conservação, de paisagens do passado e o direito de vivenciar essas paisagens de acordo com seus ideais, crenças e sentidos. O caso estudado (Fazenda Granja Carolina, figura 23) apresenta em seu entorno elementos paisagísticos e atributos culturais arraigados de crenças e sentidos, mas revela também o cenário de degradação ambiental causada pela densa ocupação da região ao longo da Rodovia Raposo Tavares, considerada atualmente um dos grandes eixos de expansão urbana na região oeste da grande São Paulo¹⁵⁵. Se formos buscar na história os processos que deram origem à construção dessa rodovia, certamente iremos identificar em longos trechos que a mesma foi se consolidando ou por sobre o caminho de Itu, ou margeando esse caminho pelas evidências de nossa pesquisa. Embora trechos do caminho seguem em direção a Osasco de acordo com os mapas do caminho apresentados nas figuras anteriores, verificamos em campo que, partindo do Pátio do Colégio até Pinheiros e nas proximidades do Butantã, o mesmo foi utilizado como trajeto de arruamentos e posterior processo de asfaltamento hoje transformado em rodovia. De fato, constatado na atualidade, a Rodovia Raposo Tavares atravessa a atual ponte dos Pinheiros, seguindo pelo bairro do Butantã na extremidade do vale, seguindo direto pelas elevações do relevo fugindo das antigas áreas alagadas próximo à várzea do Rio Pinheiros. Considerando que parte do antigo caminho de Itu seguia em direção onde hoje está situada a cidade de Osasco, podemos inferir que provavelmente, parte do trecho desse caminho foi utilizado para a construção da rede ferroviária que sai da Estação Júlio Prestes e vai até Itapevi, passando por Osasco e Carapicuíba. No entanto, para confirmação de tal hipótese, é necessária uma pesquisa mais aprofundada em relação ao antigo caminho de Itu, demarcando com mais precisão seu possível trajeto

¹⁵⁵ Como assinalou Aziz em 2003 no Seminário da AETEC no dia 13/09/2003.

real, por onde permeavam os caminhos indígenas do pretérito. Tentamos reconstituir seu trajeto com base nas informações históricas colhidas, mais os mapas produzidos por Custódio de Sá e Faria, porém, como assinalamos também, é desejo nosso georreferenciar esse possível trajeto, o que não se realizou nesse trabalho pelo tempo que demandaria. Se na região do Butantã as atuais construções se situam morro acima, em Cotia essas construções e ocupações também se configuram nos setores mais elevados do relevo, fugindo sempre das áreas de alagamentos desde há muito tempo conhecida dos indígenas que por essas paragens viviam. Como exemplo dessa ocupação de setores elevados, citamos na foto 78 a ocupação no Morro do Macaco em Cotia, antes coberto por densas matas¹⁵⁶ como as que ainda resistem na Granja Carolina apresentada na foto 79 seguinte.

Foto 78. Ao fundo da foto, o Morro do Macaco em Cotia, densamente ocupado.



Foto: Abbul, 2014. Tomada de dentro da Praça da Amizade

¹⁵⁶ Antes havia uma mata recobrindo o morro por inteiro, isso em fins dos anos 70, segundo contavam nossos pais.

Foto 79. Matas da Granja Carolina, denotando algumas clareiras já desmatadas.



Foto: Abbul, 2014.

As cidades de Cotia e Itapevi como averiguamos em campo e pelas pesquisas realizadas, são núcleos de adensamento e conflitos, que passam por um intenso fenômeno de marginalização/periferização, principalmente Itapevi que é conhecida na linguagem popular como cidade dormitório (o mesmo se diz de Carapicuíba pelos próprios moradores). Essa marginalização também se dá com a expansão de novas formas produtivas ligadas a metropolização e mais especificamente aos mecanismos de renda da terra (reserva de valor, especulação imobiliária e novas articulações urbanas associadas aos condomínios em áreas de reserva natural), como ouvimos do Mauro Vitor em uma das reuniões do Coletivo tratando das questões de urbanização na área de amortecimento do Cinturão Verde de São Paulo. Para ele, o entendimento da dinâmica do planejamento urbano passa pela análise dos Planos Diretores e do Zoneamento urbano das cidades. Para nós, levando em consideração as palavras de Mauro Vitor, além de buscar informações nesses diplomas legais (Plano Diretor - **PD** e Plano de Zoneamento urbano - **PZU**), também fizemos levantamento bibliográfico específico sobre o assunto. Para nós também está sendo de fundamental importância uma leitura mais detida nos dois últimos Planos de Trabalho - **PT** e EIA/RIMAS propostos para a área de estudos e mais recentemente da análise do parecer da CETESB 583/15/IE de 04/12/2015 que trata dos diplomas legais emitidos pelos órgãos ambientais durante o processo de licenciamento do projeto Vila Florestal -

Reserva Cotia.

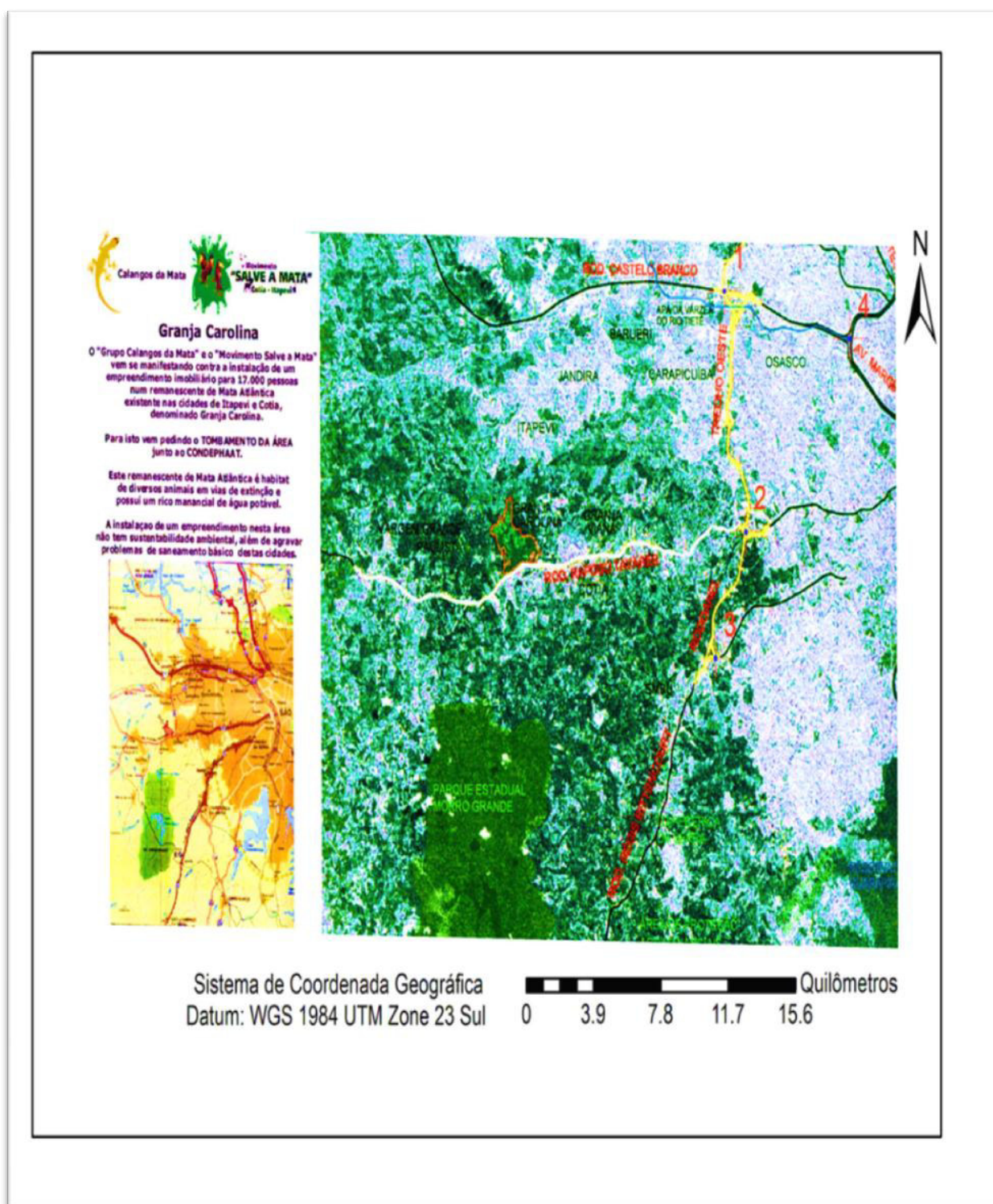
Com base nisso e considerando as particularidades das cidades envolvidas no estudo e suas formas de organização, uso do território e o grau de vulnerabilidade a que estão sujeitas, segundo Santos (2000, p. 1 e 9) foi proposta uma análise mais criteriosa dos projetos urbanísticos na região da Granja Carolina. Tanto do processo SMA 13.697/00 arquivado pela SMA em 2004, como do atual projeto Vila Florestal-Reserva Cotia, processo SMA 13.536/07 que vem se desenvolvendo desde 2007, quando assumido pela Alphaville Urbanismo. Para nós, em função de todas as considerações expostas até o momento, inferimos que o contexto que se apresenta de forma geral, trata da confluência de dois grandes temas geográficos: a proteção do patrimônio natural (ambiental) e cultural no setor oeste da Região Metropolitana de São Paulo e a expansão urbana na contemporaneidade. Assim, o patrimônio natural representado por fragmentos de Mata Atlântica, nascentes, rios, refúgios de fauna, entre outros bens, no que se refere a Granja Carolina, está inserido em uma área de acelerada expansão urbana, apresentando-se como realidade, a necessidade urgente da realização de estudos e discussões pertinentes sobre os temas elencados.

5.1. O caso da fazenda Granja Carolina e a Granja Viana como exemplos da apropriação territorial.

A região de Cotia e a área da Granja Carolina destacam-se pela reunião expressiva de fatores bióticos e uma extrema compartimentação do relevo e cobertura vegetal, onde se apresentam paisagens naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica como destacou Aziz Ab'Sáber no Seminário da AETEC em 2003. Segundo ele, a região constitui um conjunto morfológico e paisagístico de extrema importância e como barreira natural contra os avanços do tecido urbano que tendem a corroer estes espaços através da especulação imobiliária (AB'SÁBER, 2003) ¹⁵⁷. Para elencar as considerações de Ab'Sáber sobre a barreira natural que formam as matas da Granja Carolina, destacamos abaixo na figura 24 a localização da área onde seria implantado o loteamento Granja Carolina nos anos 2000.

¹⁵⁷ Explicação do professor no 1º Seminário Temático AETEC – Plano Diretor de Cotia, realizada no dia 13/03/2003 na Faculdade European na Rua Howard Archibald Acheson Jr, 393, Jardim da Glória – Cotia – SP.

Figura 24. Localização da área do loteamento Granja Carolina de 2000.



Fonte: EIA/RIMA, 2000, mapa de localização da área objeto de licenciamento. Acervo Calangos da Mata. Organizado por Abbul e Lucas Marcelino Coutinho, 2016. Obs: para fixar o norte geográfico em posição reta, a figura deve estar inclinada. Se deixássemos a figura reta, o Norte sairia inclinado seguindo as referências das coordenadas utilizadas.

Nessa figura além de destacar a mancha urbana de São Paulo que avança sobre esses patrimônios naturais, destacamos também através dos elementos paisagísticos a Reserva do Morro Grande e todo o entorno representando o que ainda há de vegetação nestas paragens, concordando com Aziz sobre a barreira natural formada por essas matas. São espaços compostos de ricos patrimônios culturais e naturais que consideramos de extrema importância serem preservados, mas não como reserva de valor como vem se constituindo diversas localidades em nosso país. No caso específico das cidades de Cotia e Itapevi, os aspectos tomados para respectiva análise residem, em primeiro plano, pela influência central de São Paulo sobre ambas. Depois, pelo papel dos elementos históricos e culturais que caracterizam estas cidades, suas constituições iniciais através dos antigos caminhos indígenas e transformações posteriores em função da construção das Rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco. Para nós, teve grande influência a especulação imobiliária e a extrema fragmentação-segregação em diversas escalas urbanas respectivamente.

Assim, a valorização e os meios de apropriação do território nestas áreas, dadas a constatação do acelerado desmatamento e as intensas transformações que atingem de forma definitiva os espaços pertencentes ao cinturão verde da cidade de São Paulo, vem alterando o modo de vida da população local como acompanhamos. Essa alteração nos modos de vida se reflete na degradação ambiental de alguns espaços, trazendo prejuízos sociais e culturais desse processo de urbanização sobre as cidades envolvidas muitas vezes de forma irreversíveis como a transformação da paisagem para implantação de loteamentos. Como exemplos desses prejuízos, podemos citar a perda de grandes áreas florestadas para a implantação de inúmeros residenciais na região, o adensamento urbano destruindo um grande número de nascentes como ocorrido em nosso bairro no Parque São George - Granja Viana. Em nosso bairro brincávamos nos lagunhos que nós mesmos construíamos próximo ao nosso antigo campinho de futebol, hoje aterrado com entulhos que nem sabemos a procedência e cercado aguardando a valorização do terreno, embora haja comentários que a prefeitura de Cotia doou o referido terreno para a Igreja Adventista. Apontamos também a perda da diversidade de fauna e flora que existia no entorno de nosso bairro e próximo do antigo campinho de futebol, onde existia uma grande área alagada coberta pela vegetação de taboas sobre o brejo com inúmeras nascentes de água, também hoje ocupado por um pequeno loteamento residencial cercado por todos os lados, inclusive fechando uma viela que era utilizada como passagem pela população do bairro. Locais onde era costume assistirmos

aos rituais de oferendas, também não existem mais porque o tecido urbano avançou sobre essas áreas, valorizadas pela especulação imobiliária e pela política de planejamento da cidade. Tais patrimônios culturais sequer foram reconhecidos pelo município, o que denota a total falta de interesse das administrações no engajamento da preservação do patrimônio ou na sua institucionalização, embora fica a questão: em que medida a institucionalização do patrimônio é necessária, considerando as atuais estratégias do planejamento urbano?

Assim, essas estratégias de planejamento, ordenação do território e política urbana têm se mostrado pouco eficazes para superar os efeitos negativos sócio espaciais nos limites dos municípios, sendo difícil compreender a manifestação do urbano, embora no campo da política urbana, em meados dos anos 2000 quando iniciamos as discussões na (hoje) área de estudo, dessa época para frente, as políticas legislativas significaram um período ímpar de transformações institucionais tanto no nível nacional, como no nível estadual, quanto nos municípios. Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, a progressista lei federal que regulamenta a política urbana a ser realizada pela União, Estados e Municípios, mas que a nosso ver ainda não contempla as manifestações do lugar, da paisagem e da memória. Em 2003, foi instituído o Ministério das Cidades, longa demanda no campo da reforma urbana. No mesmo ano, realizou-se a I Conferência Nacional das Cidades, da qual participamos efetivamente na municipal de Cotia e depois na estadual ocorrida em Botucatu. Esta conferência nacional foi precedida por conferências em todos os estados e em milhares de municípios, envolvendo uma quantidade inédita de atores sociais na discussão da política territorial.

Nosso engajamento em Cotia foi de extrema importância para levar adiante nossas propostas de intervenção nas políticas locais, frente às políticas apresentadas pelos governantes que não atendiam inúmeras demandas da população. Para nós estava muito claro que essas políticas são incapazes de atender às mais relevantes questões cotidianas porque não priorizam a conservação dos ambientes naturais, da paisagem, a mobilidade dos cidadãos e suas interações com o meio físico, seu imaginário social e o “metabolismo urbano”, incansavelmente discutido pelo ilustre professor Aziz. A aproximação entre os indivíduos e a paisagem do ponto de vista da morfologia geográfica provoca uma troca de hábitos, costumes, sentimentos e linguagens compartilhando modos de vida diferenciados dentro do contexto das representações sociais. Nesse sentido, os mais diferentes tipos de interação ocorrem hoje nos diversos núcleos de população, sendo os inúmeros núcleos de baixa renda, de ocupação

tradicional e até no conjunto de condomínios fechados, esses últimos, fruto do desenfreado processo de especulação imobiliária na região de Cotia, Itapevi e ao longo da área de estudo como averiguamos com a expansão dos loteamentos por toda a cidade.

Esse processo vem reproduzindo o retalhamento dos últimos espaços de chácaras e sítios como ocorreu no início da primeira metade do século XIX na cidade de São Paulo, quando Oliveira (1958 apud AZEVEDO, 1958 p. 85) aponta que “[...] A ampliação dessa reduzida área urbana processou-se através do retalhamento das *chácaras* próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo [...]”, fazendo menção à expansão da cidade de São Paulo. No desenvolvimento de Cotia, a região da Granja Viana é conhecida como um dos últimos refúgios verdes da grande São Paulo. O local que até poucos anos atrás se vangloriava pela manutenção tradicional de uma região repleta de Chácaras e Sítios, hoje a grande maioria se encontra loteado, retalhado e transformado em função do desenfreado processo de especulação imobiliária.

Como exemplo desse processo apresentamos na foto 80 abaixo o Condomínio Palos Verdes na região central da Granja Vianna onde todo o entorno já se encontra tomado por outros condomínios, frutos da intensa especulação imobiliária e apropriação do território.

Foto 80. Condomínio Palos Verdes na região da Granja Viana em Cotia.

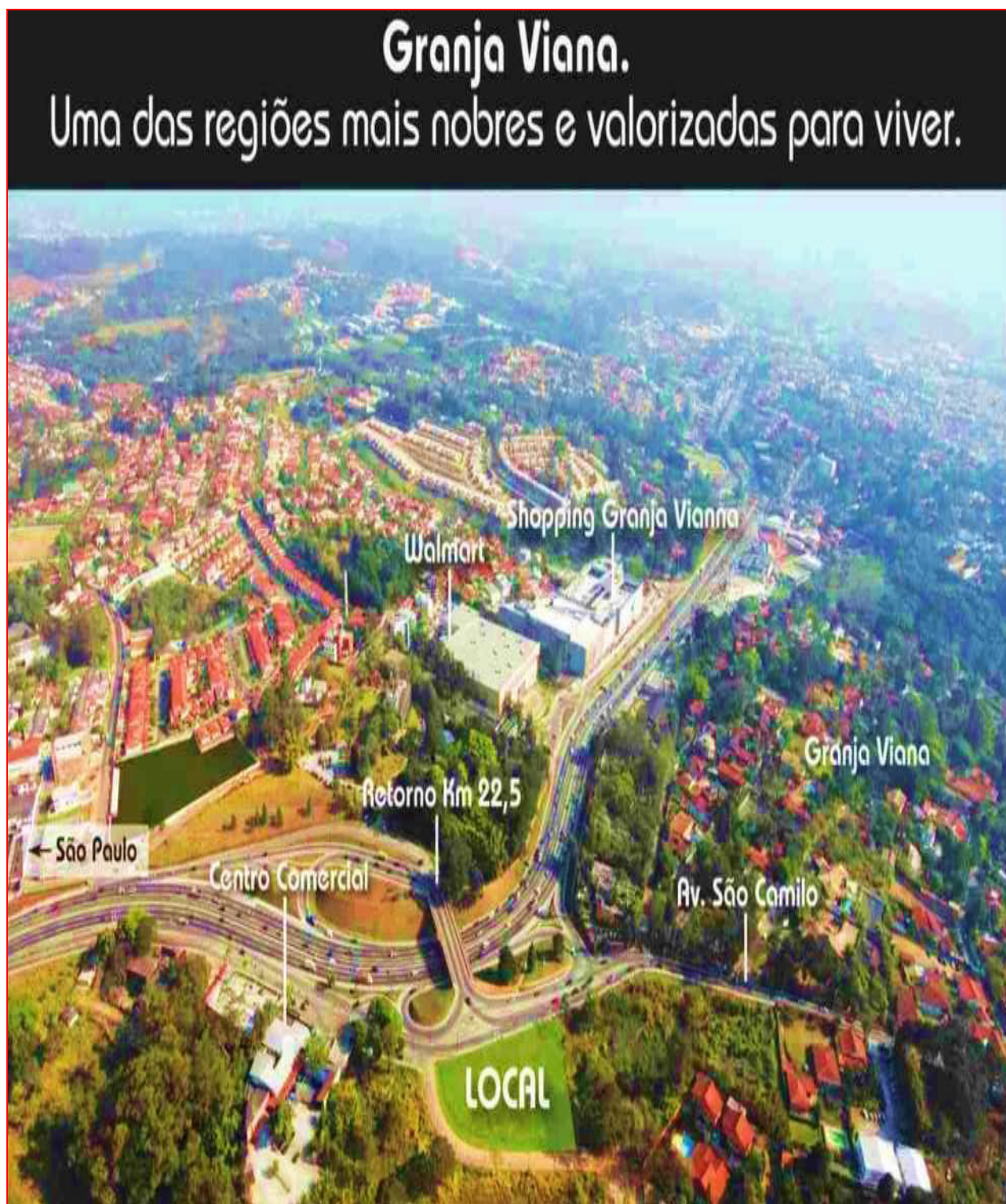


Fonte: Foto aérea de Ana Alcântara.

Nesse local antigamente era uma grande fazenda segundo contava o Sr. Manezinho espanhol, e em muitos pontos existiam capelinhas onde as pessoas realizavam seus préstimos religiosos, suas crenças e a reprodução social do espaço em tempos lentos, caracterizados pela simplicidade da vida, das pequenas vilas e aglomerados no entorno das fazendas, depois transformados em bairros e hoje em cidades. Não temos registros desse patrimônio desaparecido sob a constituição das novas formas da paisagem, restando apenas a história oral de alguns sujeitos que ainda reproduzem suas reminiscências. Nem em mapas antigos conseguimos alguma referência sobre esse tempo, restando mesmo as oralidades. Para nós, esses loteamentos instalados vêm ocasionando a fuga de muitas famílias tradicionais que buscam outros recantos menos conturbados. São muitos os apelos que os empreendedores utilizam para chamarem a atenção dos possíveis compradores de áreas verdes na região da Granja Vianna, como ilustram bem as figuras 25, 26 e 27. Na figura 28 a propaganda se refere à salas comerciais, novas configurações de usos do espaço que derivam do forte investimento das incorporadoras na região via especulação imobiliária. Para Marília Gruenwaldt¹⁵⁸, nesse novo processo de expansão da grande metrópole sobre as áreas verdes da região, necessário se faz a articulação de movimentos sociais frente a essa investida da especulação imobiliária através dos agentes financeiros. Além disso, nesses locais de implantação de empreendimentos devem ser consideradas as diversas formas de usos referentes à população local do entorno, considerando aqueles que são moradores de longa data, atores sociais com perspectivas preservacionistas dentro de um cenário de degradação permanente.

¹⁵⁸ Explanação em uma das reuniões ocorridas dentro do Condomínio Vila Verde que fica em frente a Fazenda Granja Carolina no município de Itapevi.

Figura 25. Ilustração de foto aérea na região da Granja Vianna em forma de propaganda comercial dos terrenos.



Fonte: www.granjacarolinacotiaitapevi.blogspot.com

Figura 26. Propaganda para atrair possíveis interessados em imóveis na região com o discurso convidativo de viver em meio à natureza.



Disponível em: <http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>

Figura 27. Folheto com propaganda imobiliária distribuído pelos bairros de Cotia e região.



Exemplos de propaganda veiculada pelas incorporadoras em forma de folhetos.

Figura 28. Propaganda de lançamento imobiliário veiculada na Revista Qual Imóvel.

LANÇAMENTO | O MELHOR

the point
Granja Vianna

ESTILO ÚNICO NO MELHOR DA REGIÃO.

AO LADO DO SHOPPING GRANJA VIANNA
A 2 KM DO RODOANEL

RAPOSO TAVARES, KM 23,5
ACESSO TIPO FÁCIL, RODOANEL

MAIS COMPLETO PONTO DA GRANJA VIANNA.

SALAS COMERCIAIS A PARTIR DE 41 M²

UNIÃO PERFEITA ENTRE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA.

- ALTO NÍVEL DE ARQUITETURA
- LOCALIZAÇÃO EXCLUSIVA
- CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE
- PLENITUDE POSSIBILIDADE DE USO DE SALAS
- GRANDE POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO

UM FUTURO PROMISSOR PARA INVESTIMENTOS

10 ML	2 ML	9 ML	5 ML	0,9 ML
VILA OLÍMPIA	PRIMEIRO	SEGUNDA FASE	TERCEIRA	THE POINT OFFICE 10 ML

the point oficiopark.com.br

INDICAÇÕES: 11 4612.6156

Abyara

BrasilBrokers

tpa

Circulação em Barueri, Osasco e Granja Viana. Edição 1. Ano 1. Junho de 2012. Grátis.

Cada vez mais esse tipo de propaganda é veiculado na cidade e cada vez menos chácaras e áreas verdes vão permanecendo na região da Granja Vianna, local ainda privilegiado por existir em seu interior fragmentos de remanescentes de mata atlântica em estágio avançado de regeneração. No entanto, esses espaços veem sendo reduzidos devido à comercialização dos terrenos pelas incorporadoras¹⁵⁹ e a fragmentação cada vez maior dos mesmos para implantação de novos residenciais, de pequeno porte, porém, com grande poder de transformação da natureza e das paisagens

¹⁵⁹ Mais detalhes e imagens das incorporadoras e imobiliárias que atuam na região se encontram nos anexos ao final do trabalho. Apresentamos em conjunto algumas imagens com os preços dos terrenos e das residências construídas à venda nos sites das incorporadoras e imobiliárias.

que ainda prevalecem. Essa transformação se estende para o nível social aonde a estrutura da cidade também vai sofrendo variações e a reprodução social do espaço se dá em um sentido totalmente alienado da realidade dos sujeitos, pois tudo vai sendo transformado em mercadoria, parafraseando o prof. Aziz. Denotando assim as novas formas de apropriação do território pelos agentes hegemônicos de investimentos de capitais na intencionalidade de gerar lucros em detrimento dos problemas sociais e ambientais advindos desse sistema, onde até os elementos patrimoniais não são considerados, reconhecidos ou respeitados dependendo da intervenção que se pretende. No caso de Cotia, a prefeitura não se mostrou preocupada ou interessada em convidar a população para debater os problemas advindos da implantação de empreendimentos imobiliários, apenas sinaliza favoravelmente à implantação desse tipo de estrutura como pudemos constatar no período das audiências públicas sobre o projeto Granja Carolina e depois do projeto Reserva Cotia da Alphaville.

5.2. As lógicas da especulação imobiliária nos processos de uso e ocupação do solo.

Esse título sugere a discussão dos determinantes de ordenamento do território para uso fruto das corporações capitalistas em detrimento das camadas mais pobres da sociedade. No entanto, não vamos adentrar nessas discussões de forma conceitual e metodológica como gostaria o professor Gilberto de Souza ao sugerir essas discussões em um capítulo de nossa pesquisa caso conseguíssemos dar conta dos conteúdos. Cabe informar que não daremos conta de tal discussão metodológica, visto que uma das principais referências no assunto é o autor Serge Moscovici, que trabalha mais no campo da pesquisa em psicologia, o que não daremos conta de estudar com certa profundidade para expressar da melhor maneira nosso entendimento sobre as determinações territoriais, embora nas entrelinhas estaremos tratando justamente do tema ao qual o professor nos sugeriu trabalhar, claro que numa linguagem mais simples e com termos bastante pormenorizados. No entanto, justo se faz ao menos mencionar em singelas linhas apresentando as contribuições do professor Gilberto nessa questão que ele está considerando como determinação territorial.

Para ele, “a questão central das determinações territoriais é que elas se assentam nas relações econômicas estabelecidas com os sujeitos que se encontram em

maior vulnerabilidade socioeconômica”, o que mencionamos acima como camadas mais pobres da sociedade. Mediadas pelo Estado, essas determinações territoriais e suas formas de manifestação na lógica de acumulação capitalista são promovidas. Para Souza (2016), as determinações territoriais são efetivamente as formas de apropriação do espaço, a consolidação dos territórios do capital, [...] que expressarão as materialidades dadas as determinações territoriais de classe (SOUZA, 2016, p. 56). Para esse autor,

[...] as determinações são o “estado” e o “movimento” das lógicas de apropriação espacial. O “estado” representa uma situação dada dos elementos constitutivos do território – normas, identidade, símbolos e relações de poder, - e o movimento se refere às forças efetivas em confronto, as intencionalidades das classes sociais em um devir constante e contraditório. As determinações territoriais são processualidades histórico-espaciais reveladoras dos projetos sociais, econômicos e políticos dos sujeitos e que colocam os elementos constitutivos do território em movimento, em direção à hegemonia. O movimento (práticas socioespaciais) é que consolida e altera os estados das determinações territoriais. Significa dizer que o território não é dado a priori, e sim que sua gênese e consolidação estão nas relações sociais que o sustentam, o que revela sua dimensão de classe, configurando aqui, essencialmente, uma perspectiva classista de território (SOUZA, 2016, p. 58).

Nessa perspectiva podemos inferir que os sujeitos são uma frente de luta contra hegemônica, dadas as contradições do sistema econômico e político que normatizam o território no sentido de torná-lo território passivo de controle, mediado pelo Estado, porém, fluindo de acordo com as determinações e ordenamentos que vêm de fora. O território é preparado para o uso fruto dos atores hegemônicos, onde as formas de produção e apropriação do espaço se dão no contra fluxo dos sujeitos envolvidos, que nas práticas socioespaciais realizam um movimento que não necessariamente estão no bojo das expressões capitalistas de dominação. Esse movimento se torna contrário aos interesses das corporações, o que gera os conflitos sociais em torno de determinadas discussões que põem em jogo as práticas socioespaciais dos sujeitos. O próprio autor vai enfatizar que “o território tem uma expressão de classe, enquanto materialidade de processos hegemônicos, de práticas socioespaciais capitalistas ou não” (SOUZA, 2016, p. 63).

Como exemplo desse processo de apropriação do espaço, citaremos o caso do Shopping Granja Vianna em Cotia (foto 77), que suscitou inúmeras discussões por

parte dos sujeitos envolvidos, ignorados pela ação da prefeitura local, interessada que estava na consolidação dessas políticas de uso e ocupação do solo urbano sob sua gerência, ordenamento que não necessariamente foi construído dentro do grupo dos sujeitos sociais imbricados no processo de especulação do solo urbano. Nesse processo, segundo o autor citado, nas dimensões espaciais, o local e o global se expressam e se materializam as determinações territoriais, segundo as lógicas e forças de poder. No caso da instalação do referido Shopping, os atores hegemônicos com capitais excedentes possuem poderes de convencimento, pois apostam nas propagandas e prometem a realização da abertura de postos de trabalho, convencendo bom número de sujeitos que acreditam nas possibilidades de mudanças onde todos serão beneficiados de alguma forma. A foto 81 abaixo denota formas de apropriação do espaço e representa o resultado do processo de especulação imobiliária na cidade de Cotia.

Foto 81. Shopping Granja Vianna.



Foto: Abbul, 2014.

A construção desse Shopping acarretou uma série de discussões nos órgãos ambientais responsáveis pela aprovação do mesmo. No local havia uma nascente que seguia em forma de estreito córrego indo desaguar a menos de 500 metros no rio

Pocium. Foi muito polêmica a questão da liberação dessa obra que não deveria ter ocorrido de forma alguma porque a população se mobilizou contra, apontou que a legislação não permitia tal construção nessa área justamente em função da presença da nascente de água e a questão da problemática da falta de água na cidade, além dos transtornos que tal empreendimento atrairia para a região, visto que o fluxo de carros aumentaria consideravelmente prejudicando ainda mais o já tão caótico trânsito da Rodovia Raposo Tavares nesse trecho do km 24 e 23 sentido São Paulo.

No entanto, apesar das manifestações em contrário à obra, a apresentação da legislação e dos problemas que adviriam da instalação desse empreendimento, de forma bastante “misteriosa” o mesmo foi aprovado e para isso não se serviram da legislação, a nascente não foi mais considerada e inclusive o Departamento de Estrada de Rodagem até melhorou a entrada do empreendimento e tentou dar uma amenizada no trânsito criando uma faixa a mais no trecho em frente ao empreendimento. Claro que essa maquiagem de uma faixa a mais de rodagem em um trecho de apenas 300 ou 400 metros não resolve em nada o problema do trânsito na Rodovia Raposo Tavares, pois os empreendimentos surgem a cada dia, aprovados sabe-se lá como. A sociedade não está conseguindo acompanhar em tempo real as aprovações desses novos empreendimentos e quando muito, sabem pouca coisa sobre os mesmos, do que se trata e o que vão vir a ser após a implantação. Essas observações foram possíveis presenciar quando efetuamos as entrevistas com a comunidade, fato que apresentaremos os resultados ao longo do trabalho. Como os interesses corporativos são mais atrativos que os interesses difusos, a prefeitura de Cotia aprovou a instalação do Shopping no local, ignorando toda a discussão dos sujeitos envolvidos nos diálogos e debates contrários à obra.

O mesmo ocorreu em Carapicuíba na Estrada da fazendinha (vide figuras 29, 30 e 31), local onde estão instalados vários condomínios de alto padrão e onde a empresa Alphaville Urbanismo projetou um empreendimento imobiliário sobre uma área de mata considerável e reduto de vários animais ali refugiados após as intensas ocupações dos espaços verdes no entorno. Ou seja, o que restou de mata na área, estava sendo palco de disputas pela empresa e a população do entorno contrária à instalação de mais um condomínio na região, considerando o também caótico trânsito da Estrada da fazendinha que liga a cidade de Carapicuíba à cidade de Cotia.

Muitas considerações foram emitidas sobre esse projeto, a sociedade organizada não conseguiu avanços significativos e segundo os relatos apresentados pelos grupos ambientalistas e sujeitos sociais envolvidos diretamente com a discussão

do empreendimento, como o MDGV - Movimento em Defesa da Granja Vianna, a própria Secretaria de Meio Ambiente na gestão do então presidente do CONSEMA Graziano da Silva no ano de 2009, emitiu um parecer dando o aval para a empresa Alphaville desmatar (a maior) parte da área, o que ocorreu da noite para o dia sem que a população e os grupos organizados tivessem tempo para impedir ou prolongar a ação da empresa. Depois do ocorrido ações foram impetradas no Ministério Público Estadual e Federal, mas o estrago já estava feito e não tinha como voltar atrás. Ao fim das discussões, segundo os relatos, o próprio Graziano reconheceu a falha emitida pela Secretaria de Meio Ambiente, mas isso não impediu a empresa de dar continuidade na ação de desmatamento e preparação do terreno para os arruamentos e ordenação do espaço para receber os lotes enquanto o processo tramitava na justiça. Pelo que conseguimos apurar na época via informações das discussões apresentadas pelo MDGV, parece que houve má (ou boa) interpretação da legislação ambiental, o que sugeriu ao então presidente do CONSEMA fazer seguir ou aprovar a licença de instalação do empreendimento, o que ocasionou o desmate em tempo recorde pela empresa Alphaville interessada nesse projeto.

Na verdade são diversos interesses que se camuflam por trás de ideologias ou justificativas para implantação de empreendimentos imobiliários desse porte. E nessa diversidade de interesses se encontram maus políticos e uma gama de setores organizados da sociedade, funcionários públicos e demais agentes que se deixam comprar em troca de alguns benefícios próprios em detrimento de toda uma sociedade. Os agentes financeiros em função dos ativos que controlam e dos privilégios que dispõem, determinam as alianças que farão e determinam em quais territórios vão deixar fluir os capitais. David Harvey (2005) em “A produção capitalista do espaço” já alertava sobre essas estratégias utilizadas pelos detentores dos capitais. De acordo com o autor, ao analisar o papel das alianças regionais de classe na ação sobre o território, afirma que:

As diferentes facções do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território, dependendo da natureza dos ativos que controlam e dos privilégios que dispõem. Algumas facções são mais facilmente atraídas a uma aliança regional de classes do que outras. Os proprietários de terras e de bens de raiz, os incorporadores e os empreiteiros – isto é, aqueles que detêm a dívida hipotecária -, e os funcionários públicos têm mais a ganhar (HARVEY, 2005. p. 149).

Os demais sujeitos que compõem a grande massa da população desses territórios não são convidados a expressarem suas opiniões, suas convicções e

preocupações com os problemas que podem advir de decisões que deixam grandes marcas nos territórios após as transformações. Estes sujeitos sociais ficam fora dos debates e das decisões sociais, decisões essas que trazem como consequência grandes mudanças estruturais na sociedade e na vida individual ou coletiva desses sujeitos. O processo de produção do espaço sofre rupturas profundas e destrói as referências dos sujeitos como veem se delineando desde os primórdios tempos da chegada dos povos além-mar. O processo de destruição continua ocorrendo numa roupagem diferente do pretérito, mas ainda continua ocorrendo de forma avassaladora e a intermediação entre o sujeito e a natureza se torna mecânica apenas, considerando os meios de produção do espaço mercadoria e as formas de trabalho designadas como processos e progressos pós-modernos (HARVEY, 2013). Para Milton Santos (1996),

“Qualquer que seja o período histórico, o espaço humano é reconhecido como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, criando a Natureza segunda, a natureza transformada, a natureza social ou socializada. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio” (Adaptado de Milton Santos, *Por uma geografia nova*, Hucitec, p. 161).

Fazemos parte dessa sociedade que trabalha, produz, consome e habita um determinado meio ambiente ou espaço social. Para os sujeitos sociais, este é o seu lugar no espaço, que por sua vez, se relaciona com outros lugares numa complexa reprodução social do espaço. O conceito de lugar está relacionado a espaços que nos são familiares, que fazem parte de nosso cotidiano. O nosso lugar nos dá identidade própria e nos permite estabelecer relações com lugares diferentes do restante do mundo. Sem esses nexos de relações perdemos nossos vínculos, nossas referências e nosso lugar no espaço. Essa perda de referência leva o sujeito a buscar outros espaços para se relacionar, necessário sendo que se adaptem a novos lugares com novos valores. A transformação da natureza em mercadoria vai tornando cada vez mais esses espaços segregados, diluídos nas novas formas modeladas pela financeirização dos lugares. É preciso repensar ações nesse sentido. Vejamos o exemplo dessas transformações do espaço, tornando-o simples negócio, valor de troca. Continuemos a versar sobre as ações da

Figura 30. Aqui apresentamos uma imagem de como ficou a área após a derrubada da mata e antes do condomínio se instalar.



Fonte: Jornal Cotiatododia disponível em: http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548 acesso em 10/12/2013.

Figura 31. Análise comparativa de fotografia aérea antes e depois do desmatamento realizado pela Alphaville na Granja Vianna em Carapicuíba.



Fonte: Jornal Cotiatododia disponível em: http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548 acesso em 10/12/2013.

Ainda que os movimentos sociais e ambientalistas tenham se unido na construção de um canal de diálogos com os responsáveis e com os órgãos ambientais vinculados à Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e também aos órgãos municipais, nada conseguiram fazer para impedir tal destruição. Sobraram apenas os relatos da comunidade informando que muitos dos animais de pequeno porte que habitavam aquelas matas se refugiaram em seus quintais, mas a convivência com os animais domésticos não se dá de forma simplificada, então esses animais foram em busca de outros ambientes menos hostis e não se sabe até então que fim tiveram os mesmos. Nota-se de imediato nas imagens aéreas que o modelo de implantação de empreendimentos por parte da Alphaville Urbanismo ocorre com grande movimentação de terra contribuindo com a deterioração da paisagem de forma drástica e destrutiva. Esse modelo causa grandes impactos ambientais ao retirar a vegetação arbórea, assoreando cursos d'água e provocando enchentes como ocorreu na implantação do loteamento na Estrada da Fazendinha – Alphaville Granja Viana – Carapicuíba em 2009 como seguem nas imagens abaixo.

Figura 32. Imagem aérea do loteamento Alphaville Granja Viana Carapicuíba. Imagem disponibilizada no blog do Movimento em Defesa da Granja Viana.



Fonte: <http://granjaviana.blogspot.com.br/2009/07/alphaville-granja-viana-quase-todos-os.html>

Figura 33. Rios de lama invadem a Estrada da Fazendinha após o desmatamento da área.



Figura 34. A lama invade os terrenos e casas vizinhas do loteamento.



Fonte: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2009/06/25/desmatamento-na-granja-viana/>

Figura 35. Alphaville entrega lama para a comunidade ao entorno do empreendimento.



Figura 36. A imagem destaca a enxurrada que transformou a piscina de um vizinho do empreendimento em lama, além de cobrir todo o quintal do mesmo com lama proveniente da área desmatada pela empresa.



Fonte: Desmatamento na Granja Viana - 17h48min, 25/06/2009 / REDAÇÃO ÉPOCA.
<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2009/06/25/desmatamento-na-granja-viana/>

De acordo com o blog do Movimento em Defesa da Granja Viana, no dia em que a empresa Alphaville abriu oficialmente seu stand de vendas do empreendimento com 304 lotes residenciais de 500 metros e 29 lotes comerciais, a empresa em apenas 4 horas vendeu 80% do empreendimento com um valor geral de vendas na ordem de 80 milhões. Segundo as informações que constam no blog, os preços especiais de R\$ 424,00 o m² praticado durante a manhã sofreram reajuste e foram aumentados, dando, portanto, uma margem ainda maior de lucro para a empresa. A procura por lotes espalhados pelos 674.938 m² de área sendo 56% dela composta de mata Atlântica, demonstra o grau de financeirização da terra, dos espaços, dos territórios e tudo isso em detrimento de uma discussão mais eficiente no sentido de preservação dos maciços florestais que ainda resistem dentro da grande metrópole. Essas são as marcas que vão ficando no território. As marcas da destruição das culturas, dos povos, do próprio território. Vejamos no conjunto de fotos abaixo sendo a primeira uma foto aérea de Ana Alcântara (moradora da região) e o restante de nossa autoria, onde apresentamos o loteamento sendo consolidado, após etapa de desmatamento e arruamento da área na Estrada da Fazendinha em Carapicuíba.

Foto 82. Imagem aérea do empreendimento Alphaville Carapicuíba. Loteamento sendo consolidado após etapa de desmatamento e arruamento.



Fonte: Foto aérea: Ana Alcântara. Arruamento para implantação do loteamento da Alphaville Urbanismo em Carapicuíba.

Fotos 83. Entrada do condomínio na Estrada da Fazendinha em Carapicuíba.



Foto 84. Loteamento sendo consolidado após etapa de arruamento.

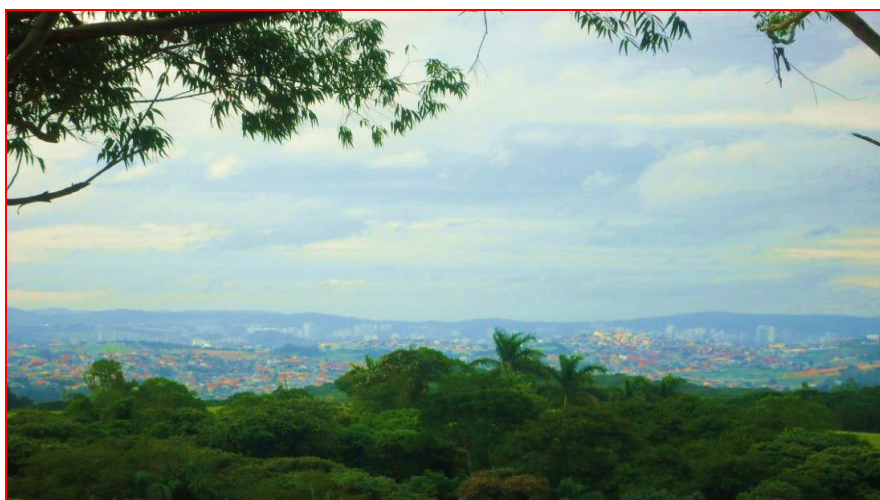
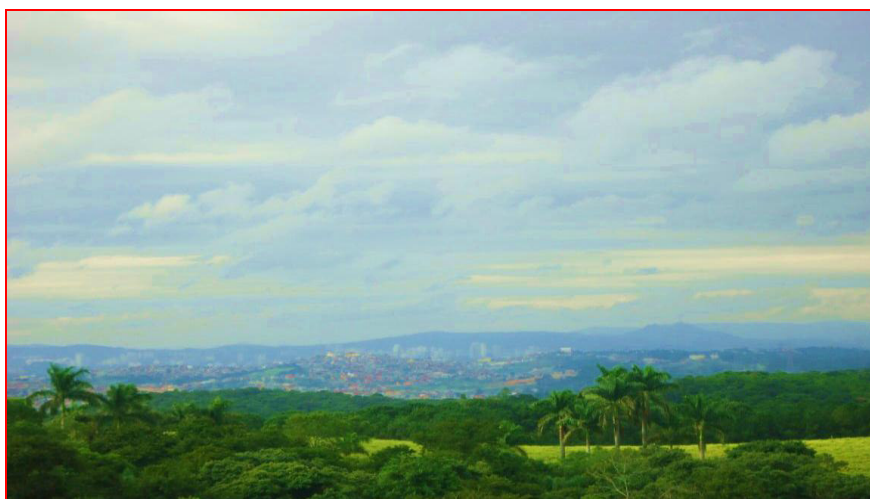


Fotos: Abbul, 2014.

5.3. Aspectos da paisagem na área da Fazenda Granja Carolina em Cotia.

Como apresentado nas fotos 85 e 86 abaixo, o entorno das matas da Granja Carolina já se mostra todo consolidado e o tecido urbano nesses espaços a muito já corroeu as velhas tradições caipiras que existiam na região quando essas paragens ainda eram meros caminhos em meio às matas que cobriam toda a região de acordo com as histórias orais dos mais velhos como o Sr, Manezinho (in memoriam) do Parque São George. Ele relatava nas rodas de conversa que todo aquele horizonte era coberto por matas entremeados por grandes fazendas como a fazenda Granja Vianna que deu nome ao atual bairro nobre da Granja Vianna, consolidado totalmente e hoje sofrendo os processos da especulação imobiliária nas últimas áreas de chácaras.

Fotos 85 e 86. Urbanização consolidada no entorno das matas da Granja Carolina.



Fotos: Abbul, 2014.

Ainda hoje na casa de dona Rita, esposa do sr. Manezinho, podemos constatar os resquícios de pomar da antiga fazenda Granja Vianna. Quando crianças, vivíamos no quintal dele com seus filhos colhendo frutas do pé nas épocas de floração dos mesmos. Hoje as crianças atuais não reproduzem mais esses costumes, o bairro cresceu muito, as matinhas ao entorno foram desmatadas, as pessoas não se conhecem de fato, as relações mais próximas desapareceram para sempre, as ruas foram asfaltadas, os córregos canalizados, os esgotos desviados pelos mesmos, a impermeabilização trouxe mais calor à região junto com o desmatamento para a consolidação das novas casas. O que tinha de bucólico no bairro, no tempo das ruas de terra, das brincadeiras na rua ao entardecer até a noite, das pipas no ar durante o dia, dos jogos de futebol no campinho repleto de olhos d'água e das brincadeiras no brejo e córregos do bairro atrás dos guarus (peixinhos ainda filhotes que recolhíamos e jogávamos nos poços que fazíamos no entorno dos olhos d'água), as corridas pelas matas atrás das pipas, em busca de frutos silvestres...tudo se acabou com o advento da urbanização em nosso bairro.

Também a pluralidade da vida bucólica da Granja Vianna não existe mais, engolida pelo tecido urbano que corrói diariamente os últimos costumes observados no bairro que era adentrar a mata e pescar nos lagos existentes na região, patrimônios naturais desaparecidos na contemporaneidade. Quando crianças e até a idade dos 12 anos vivíamos pelas matas do Pequeno Cotelengo de Dom Orião (uma vasta área pertencente aos padres da região), e de lá avistávamos os pastos repletos de gado pastando, mais a frente os canaviais, os córregos onde pescávamos pela tarde, a lagoa onde também pescávamos e nadávamos o dia inteiro nas férias escolares, os pomares visitados frequentemente, os frutos silvestres colhidos no dia a dia - os moranguinhos silvestres eram os mais disputados - as debandadas pela mata quando o segurança da área da lagoa se aproximava para nos expulsar do local, visto que era uma área particular dos padres, tudo isso não se realiza mais, os muros foram erguidos, cercas elétricas dominam as propriedades privadas, a polícia determina quem vai ser revistado ou não. Próximo ou dentro desses espaços, as câmeras de segurança registram tudo, elas te vigiam passo a passo, não existe mais liberdade, ou se existe, como diria Fernando Pessoa em um de seus poemas: estamos presos em liberdade!

O patrimônio que vem sendo destruído nessas áreas inseridas no processo de especulação imobiliária é aquele que estamos chamando de patrimônio natural, sendo considerados nesse sentido pelos rios assoreados, pela erosão ocorrida após os cortes

nas estradas e processos de terraplanagem, pela derrubada da mata e pelos animais afugentados. Em seguida, com a instalação dos empreendimentos as culturas locais sofrem pressão, pois os costumes de usos da mata já não poderão mais ser realizados, apagando-se assim a continuidade de certa “tradicionalidade” que se não for ancestral, pelo menos já vem sendo realizada há muitos anos e isso se não for por séculos, o que estamos chamando de patrimônios culturais, embora entendemos que esses costumes sofrem mutações com o advento da urbanização sem precedentes, das inúmeras interferências da modernidade sobre os costumes mais arcaicos que ainda permanecem. É por essas questões que estamos chamando a atenção para as matas da Granja Carolina, no sentido de tentar preservar o que ainda existe de mata atlântica na região, formando uma verdadeira cortina verde contra os avanços da mancha urbana. Sendo ocupada de forma irresponsável, todas essas dinâmicas ambientais da região mais os costumes das comunidades ao entorno estarão condicionadas a desaparecerem para sempre.

Sendo assim, em que medida a institucionalização do patrimônio é necessário? E em que medida os órgãos estariam engajados na preservação do patrimônio? No caso do patrimônio que estamos a tecer considerações, o mesmo não é institucionalizado, portanto um patrimônio não reconhecido. Até mesmo boa parte da população não reconhece o patrimônio que está presente em sua cidade. Verificamos isso durante o processo das entrevistas em Cotia e Itapevi. É, portanto, difícil responder essa questão sem antes entender de forma aprofundada como se estabelecem as relações dos sujeitos nessa dialética de forças caracterizados pelos interesses corporativos versus a oposição da comunidade contrária as determinadas intervenções em seus locais de reprodução da vida, dos saberes, das crenças, dos símbolos. Temos sim um entendimento muito claro que se houver uma institucionalização desse patrimônio, seja ele qual for que o mesmo não interfira na reprodução social dos sujeitos envolvidos na manutenção das crenças e tradições de suas comunidades. É de extrema importância que os sujeitos sejam ouvidos em suas reivindicações e sejam eles parte do processo decisório sobre as transformações que podem ou não ocorrer em suas paisagens, em suas crenças e costumes. Para nós, esses sujeitos são talvez os únicos a poder emitir considerações a respeito das imagens que são provocadas na memória, pelas atitudes que as características da paisagem suscitam e pelas experiências e o conhecimento construído na relação com essa paisagem. Que sejam eles então a decidirem o que querem para si e o que entendem ser a melhor decisão em benefício de um conjunto e não apenas de interesse de um órgão ou agente hegemônico apenas, em detrimento da

construção coletiva dos interesses difusos.

Temos imensa dificuldade em entender a complexidade e a dinâmica da paisagem, e a valoração da mesma entra em um campo da geografia que não estamos trilhando nesse trabalho, mas julgamos importante mencionar, pois consideramos que é preciso respeitar o modo como os sujeitos valoram seu ambiente de reprodução social e constroem eles mesmos, indicadores e representações sociais sobre essa paisagem e suas multifunções para cada um deles¹⁶⁰. Aziz sempre mencionava em nossas conversas que a paisagem é complexa e dinâmica, e é influenciada pela interação de diversos fatores naturais e culturais que se desenvolvem em conjunto. Ele afirmava também que a identidade paisagística pode se firmar quando levamos em consideração as identidades paisagísticas das experiências humanas compartilhadas no tempo-espço e na dinâmica de vida de todos, propiciando o diálogo das pessoas com o meio ambiente. É importante não ficar preso às diversas paisagens que são vistas, ou seja, é necessário ir além do visível, perceber e analisar as paisagens de maneira que seja possível entender como se deram as formas e estruturas ali presentes, os processos ali ocorrentes, as ações antrópicas e naturais que ali ocorriam, ocorreram e ocorrem para que assim a paisagem possa ser considerada uma entrada para uma fonte do conhecimento geográfico¹⁶¹. Para Cosgrove

A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, à cultura, à ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e à sua composição. A paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual (COSGROVE, 2004, p. 98).

¹⁶⁰ Para entender melhor essas questões, ver o artigo de GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias. In: **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder** / Everaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012. Também analisamos a obra de Juliana Marcondes Bussolotti, denominada: **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do mar – Núcleo Santa Virgínia**, apresentada como tese de doutoramento ao instituto de Geociências de Rio Claro em 2011 sob orientação da professora Dra. Solange Guimarães e co-orientação da professora Dra. Maria de Jesus Robim. A tese apresenta como tema central a percepção e interpretação ambiental dos conselheiros do Núcleo Santa Virgínia, instituindo-se como espaço de diálogo entre a comunidade e o Parque. O Parque, segundo a autora, é detentor de valiosa riqueza biológica e cultural que vem sofrendo ameaças e pressões antrópicas, causadoras de degradação e perda, quer da biodiversidade quer das tradições e identidades culturais, tema que também apresentamos acima e ao longo de nosso trabalho.

¹⁶¹ Essas linhas são trechos do que conseguimos escrever quando fomos visitar o professor em sua residência em 2003, após termos protocolado o documento solicitando o tombamento das matas da Granja Carolina. Foram tantas informações que se soubesse de tamanha fonte, teríamos gravado essa conversa para transcrever em detalhes toda essa riqueza de ideias. Em cada fala do professor, este revelava novas formas de ver e entender o mundo contemporâneo, suas implicações, problemas e interesses dominantes, normatizações que veem de fora.

Essa “unidade visual” deve ser entendida para além do visível como menciona Aziz, não ignorando as estruturas e ao mesmo tempo, como reitera Cosgrove, “devemos resistir à tentação de deslocar a paisagem de seu contexto de tempo e espaço” (COSGROVE, 2004, p. 110). Por isso enfatizamos a importância de recorrer à história oral, à interpretação dos depoimentos coletados que verdadeiramente trazem à pesquisa o plural, um mundo novo, outras realidades como pudemos observar ao longo desses anos de embate com o poder público e os atores hegemônicos de um lado, na tentativa de impor um ordenamento territorial preservando interesses corporativos e a resistência dos atores sociais de outro, na tentativa de manter suas manifestações populares e sua interação com o meio ambiente e seus elementos naturais onde reproduzem socialmente suas vivências. Esse embate com os poderes públicos e os atores hegemônicos nos renderam várias intimações (notificações) para comparecermos na Delegacia de Polícia de Cotia e Itapevi para prestarmos esclarecimentos sobre as denúncias referente ao projeto de urbanismo da Alphaville, e numa das vezes tivemos que se apresentar no Ministério Público de Cotia para comprovar que existíamos como Entidade Ambientalista de fato e não como uma figura “fantasma” que protocolava várias representações nesse órgão causando um estardalhaço na política da cidade, visto que os interesses das corporações eram os mesmos interesses da classe política da cidade. Viramos inimigos dessa gente e cabe aqui registrar na íntegra algumas linhas escritas pelo célebre professor Aziz numa discussão a nível nacional sobre a coexistência da riqueza e da pobreza frente aos interesses corporativistas, onde ele aponta que

“Enquanto os políticos escolhem projetos entrelaçados com interesses de empresários, empreiteiras e banqueiros, os verdadeiros representantes da consciência crítica da nação ficaram reduzidos a um silêncio constrangedor. Aqueles que isoladamente resistirem ou não concordarem com o direcionamento de algumas políticas públicas socialmente inoperantes serão considerados inimigos figadais dos governantes e partidos políticos. Espera-se que não seja (re)aviventada a temática da subversividade” (AB’SÁBER, 2004, p.98).

Para nós, é como se essa subversividade já estivesse em voga novamente, pois fomos vistos por esse grupo de políticos e demais atores como pessoas que estavam travancando o desenvolvimento da cidade ao questionarmos os rumos que a mesma vinha tomando em relação aos projetos apresentados pelas corporações e grupos de empresários. Apenas estamos preocupados com as transformações do meio físico e a manutenção dos elementos culturais que ainda resistem frente á inoperância do estado e

dos municípios em relação à reprodução social desses sujeitos. Para Aziz, ainda de acordo com nossa conversa em 2003, as condições favoráveis que o meio físico oferece a partir da interação dos elementos naturais como clima, solo, vegetação, hidrografia e litologia levam a formações de feições morfológicas em cada região, elementos esses que estamos considerando como patrimônio natural em nossa pesquisa. O professor afirmava ser indispensável analisar as formas e fenômenos que ocorrem nas regiões de modo a conseguir transitar nas diferentes escalas espaciais e temporais para que assim possa-se ter um melhor entendimento acerca da dinâmica da paisagem, pois se a mesma impressiona pelas formas, são seus conteúdos que revelam a riqueza cultural de imagens, história, artes, crenças, simbolismos¹⁶², procissões e festas, elementos tais que estamos considerando como patrimônios culturais, nesse caso, os tipos de manifestações populares são também chamados de patrimônio imaterial ou patrimônio intangível segundo Costa¹⁶³ (2010, p. 50). Esses elementos (o patrimônio material e imaterial¹⁶⁴) devem ser reconhecidos como partes centrais do cotidiano dos sujeitos e não como uma massificação cultural, considerando, e aí concordando com Costa (2010) que nos países em desenvolvimento, “o patrimônio, em grande medida, é constituído das *criações populares*, menos importantes na materialidade, sendo vinculadas diretamente ao conhecimento popular, práticas populares e processos culturais” (COSTA, 2010, p. 51).

Assim, também concordamos com Wolf-Dietrich (2009) quando o autor versa sobre as condições da ciência frente ao cotidiano, onde ele aponta que a ciência epistemológica dilacera o cotidiano dos sujeitos de modo a não atribuir a devida importância aos saberes locais, as vivências, os sentidos, as crenças, os mitos etc. Tal inobservância, segundo o autor, nos leva ao distanciamento “da antiga virtude Humboldtiana da ‘observação’ como método principal da geografia”, o que ele lamenta,

¹⁶² Segundo Cosgrove, “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque é o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem” (COSGROVE, 2004, p. 108).

¹⁶³ O autor aponta que há uma *dicotomia* entre o patrimônio material e imaterial e para ele essa dicotomia “minimiza o simbolismo da arte, da história e da cultura conjugadas” e que deveríamos tomá-los “como complementares, faces de uma mesma moeda: o do patrimônio cultural” (COSTA, 2010, p. 50). A esse respeito, ver também o artigo da professora Bernadete Castro denominado **Patrimônio Plural e Singular: a dupla face da mesma moeda**. In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder / Everaldo Batista da Costa, Leandro Beneditini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

¹⁶⁴ O autor aponta também que a partir da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco em 1972, é que países do terceiro mundo “reivindicaram a elaboração de estudos para apropriação, em nível mundial, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural” (COSTA, 2010, p. 50). De acordo com a obra: Legislação sobre o patrimônio cultural, 2ª edição, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, p. 234; o registro do patrimônio cultural imaterial se dá a partir do ano 2000, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

afirmando que esse método “esteja em pleno desuso” na atualidade (WOLF-DIETRICH, 2009, p. 263). Em se tratando de observação como método da geografia nas considerações de Wolf-Dietrich, mais uma vez registramos aqui as observações do professor Aziz quando ele aponta que os efeitos de qualquer diretriz, meta ou estratégia normativa relativa a questões ambientais devem ser necessariamente avaliados em longo prazo, com base em fundamentação e análise consistente, porque o meio ambiente e os processos ecológicos essenciais devem ser mantidos para as atuais e futuras gerações, envolvendo escalas de tempo muito maiores do que a do ciclo de vida de um ser humano, ou de um governo. Se não houver responsabilidade¹⁶⁵, um altíssimo preço deverá ser pago pelos nossos descendentes¹⁶⁶.

Esta responsabilidade, segundo nossa perspectiva, precisa ser assumida, não de forma demagógica para iludir ou enganar a sociedade como ocorreu na implantação do Rodoanel, por exemplo, mas de modo a permitir que a mesma caminhe de fato em direção a um desenvolvimento comprometido com o conceito de sustentabilidade, sobre o qual muito se fala, mas pouco se faz. Realizar esta tarefa depende de condições efetivas para que os órgãos públicos competentes que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente possam executar avaliações ambientais procedentes em um contexto de estratégias articuladas e consistentes de planejamento e gestão do território¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Aqui se deve entender a palavra responsabilidade no seu sentido mais amplo.

¹⁶⁶ Também essas considerações são frutos de nossa conversa com Aziz em 2003 e que julgamos importante mencionar aqui. Para Aziz, essa questão que envolve as escalas de tempo se insere no contexto social das políticas públicas nos aglomerados urbanos e põe à tona as relações demarcadas pela temporalidade do cotidiano e pela espacialidade do lugar.

¹⁶⁷ Apontamos isso pelo fato de termos acompanhado de perto praticamente todas as discussões referentes à implantação do Rodoanel trecho Oeste e trecho Sul, onde as avaliações dos órgãos ambientais responsáveis foram meras trocas de favores entre os interessados pela implantação da obra e o governo estadual, ignorando toda a discussão apresentada pela sociedade organizada e inclusive de técnicos dentro do governo estadual contrário à implantação da obra. Técnicos da SABESP, do Instituto Florestal e do DER, por exemplo, apresentaram relatórios consistentes apontando a obra inviável ambientalmente numa das audiências públicas. Na audiência pública seguinte, outros técnicos desses mesmos órgãos apresentaram pareceres favoráveis à implantação da obra e os documentos da audiência anterior simplesmente desapareceram, os técnicos da audiência anterior nunca mais foram vistos nas demais audiências, as atas provavelmente foram manipuladas e muitos acertos foram realizados nos corredores das salas de reuniões dos departamentos e secretarias adjuntas dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Ainda assim, graças às pressões da sociedade organizada e várias entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA, mas sem vínculos diretos com os agentes hegemônicos, conseguiram muitas melhorias no projeto e algumas alterações de traçado da obra, caso contrário, essa rodovia traria maiores prejuízos à sociedade do que já vem ocorrendo desde a sua implantação. Nesse caso assistimos ao próprio estado se auto licenciando e nas votações do CONSEMA a maioria dos representantes estava à frente de órgãos vinculados ao estado, tendo apenas seis conselheiros representando a sociedade civil. O próprio IBAMA, na época órgão direto representando o Sistema Nacional de Meio Ambiente não teve voz ativa nas deliberações pelo que pudemos acompanhar.

No conjunto das discussões acima apresentadas, e com o intuito de esclarecer a população sobre os possíveis danos ao meio ambiente e a deterioração da qualidade de vida na região estudada, teceremos considerações sobre os empreendimentos idealizados para a Fazenda Granja Carolina desde a década de 1970, partindo do elemento histórico até o momento atual que reúne os elementos de natureza legislativa e patrimonial representados pela área citada.

CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EMPREENDIMENTOS IDEALIZADOS PARA A FAZENDA GRANJA CAROLINA.

Existe um campo das ciências que envolvem uma apreciação dupla: arte e ciência. É assim que entendo os estudos básicos para o planejamento de endereço social. Pensar no humano como a figura básica do endereço social de planos, programas e projetos envolve uma sentimentalidade especial e permanente. Em um outro campo científico que emergiu da interdisciplinaridade, e que se volta para prever impactos dos projetos dos mais diferentes, existe todo um caminho cruzado das ciências com a arte de pensar no futuro, face às peculiaridades dos projetos. Nesse sentido, penso que para servir aos brasileiros de todas as regiões e, ao mesmo tempo, manter o suporte básico da economia racional, políticos e grandes ricos deveriam trabalhar com muito conhecimento científico, e grande participação da arte de pensar o outro (AB'SÁBER, 2013, p. 146).

De acordo com informações extraídas do EIA/RIMA de 2002, o Plano de Trabalho de 2007 e o Parecer Técnico da CETESB nº 583/15/IE datado de 04/12/2015, em 1975, a área de estudo, correspondente a uma gleba de 912 ha, foi objeto de parcelamento do solo denominado *Loteamento Granja Carolina* e obteve o Alvará de Licença 011/75 da Prefeitura Municipal de Cotia, sendo parcialmente implantado em uma área de 18,3 ha. Posteriormente, foram aprovados projetos substitutivos em 1979 e em 1988 pelas prefeituras de Cotia e Itapevi, com a denominação alterada para *Loteamento Salzburg* e subdivisão parcial do projeto de parcelamento do solo em área de 566 ha, com 1.948 lotes (54,30%), Área Verde (20,17%), Área Institucional (10%) e Sistema Viário (15,52%), conforme Transcrição nº 6.849. A ação civil pública contra o Espólio Celso Santos, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através da 1ª Vara da Comarca de Cotia (processo 398/89, de 20 de julho de 1986), consistiu denúncia de dano ambiental sobre a flora e a fauna, decorrente de atividade de desmatamento mobilizada por empreiteira contratada pelo proprietário, para realizar a abertura de algumas vias definidas no projeto urbanístico do Loteamento na época com a denominação SALZBURG. Em um laudo ambiental constatou-se que a área desmatada correspondia a 19,6 hectares.

“Em 20/06/1989 o Ministério Público Estadual ajuíza ação civil pública contra o Espólio de Celso Santos, proprietário da Granja Carolina, por danos ao meio

ambiente, dando origem ao processo 398/89”. Na data de 19/09/1991, em virtude de acordo selado entre o Ministério Público e o Espólio, a juíza condena o último a promover a recuperação da área desmatada e a não implantar o projeto de loteamento sem a realização de Relatório de Impacto Ambiental a ser aprovado pelos órgãos competentes”¹⁶⁸. As dúvidas recaem sobre a recuperação da área desmatada que foi sobre 1,05 ha somente, e que foi aceita como medida compensatória¹⁶⁹. Entretanto sabendo que os danos ambientais não prescrevem, e que as medidas compensatórias correspondem somente a 5,3% do total da área desmatada, e que foram feitas com eucaliptos, e que estas mesmas áreas poderiam estar incluídas no projeto de loteamento, solicitamos que a Secretaria do Meio Ambiente e o Ministério Público verificassem os fatos.¹⁷⁰ Hoje em vistas aéreas recentes podemos constatar os desmatamentos dos arruamentos do projeto SALZBURG de 1989 verificados na imagem da figura 37 abaixo.

Figura 37. Imagem aérea de parte do Espólio Celso Santos na Granja Carolina.



Disponível em:

http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548

Acesso em 10/12/2013.

¹⁶⁸ Conforme cópia do anexo 15 do Projeto Granja Carolina – Plano Estratégico de Comunicação – p. 14 do Eia- Rima.

¹⁶⁹ Idem, p. 14.

¹⁷⁰ Idem, p. 14.

A imagem ilustra bem a compartimentação do relevo na área da Granja Carolina, denotando setores elevados como apresentado no mapa topográfico de Cotia e Itapevi destacando as cotas altimétricas da região central de Itapevi, que nos interessava naquele momento. Agora destacamos as cotas altimétricas de Cotia considerando esse mesmo mapa, para considerar que se esses setores elevados de Cotia forem ocupados de forma desordenada por implantação de lotes residenciais, Itapevi pode vir a ter seus problemas de enchentes agravados consideravelmente, pois a parte do empreendimento pretendido que se encontra do lado de Cotia se localiza em áreas mais elevadas. Ou seja, os processos de terraplanagem e outros movimentos de solo que podem vir a ser realizados em Cotia trarão danos com certeza para os setores mais baixos como é o caso de Itapevi onde o processo de enchentes já é latente na área central da cidade quando do período das chuvas intensas que atingem a região, que por se localizar numa espécie de vale, recebe várias drenagens orientadas em função das vertentes ao entorno.

Destacamos do anexo 1 do EIA que a problemática do processo erosivo se apresenta de forma contundente na área de estudo onde a erosão poderia ser causada em função da não observância com retidão dos processos naturais de movimentação de solos na região, problema já estudado por Hélio dos Santos em 2000 e apresentado na USP como tese nesse mesmo ano. No caso de Itapevi que possui boa parte de seu território numa espécie de vale, em épocas chuvosas já sofre com o problema das enchentes e assoreamento dos cursos d'água devido aos escorregamentos de solo, advindos das cotas altimétricas ocupadas indevidamente segundo o autor. Apesar dos aspectos negativos para a construção de empreendimentos em solos tão frágeis, as incorporadoras veem nessa área um promissor mercado de terras para serem loteadas. Advindo desses interesses é que em meados dos anos 2000, nova proposta de empreendimento é apresentada em Cotia com o interesse de lotear parte da gleba da antiga Fazenda Granja Carolina.

6.1. O projeto de Loteamento Granja Carolina

O projeto urbanístico denominado Loteamento Granja Carolina, do Espólio Celso Santos teve início no ano de 2000. O projeto foi protocolado na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo em 14/08/00 quando foi realizada a abertura do Processo nº 13.697/2000 visando o licenciamento ambiental do empreendimento *Loteamento*

Granja Carolina por meio da apresentação de um Relatório Ambiental Preliminar (RAP). Destaca-se que o RAP foi elaborado apenas para a porção do empreendimento prevista para o Município de Cotia, de 322,5 ha. O Parecer Técnico CPRN/DAIA/216/2001, de 29/07/01, referente à análise do RAP, concluiu pela necessidade de apresentação de EIA/RIMA considerando o grande porte da área do projeto. Durante dois anos não se ouviu falar em tal projeto, e a informação só ocorreu na audiência pública de 26 de novembro de 2002 realizada pelo empreendedor para apresentação do projeto proposto pelo consórcio imobiliário Scopel – Cipasa. Assim ficamos sabendo depois que o EIA/RIMA foi protocolado em 05/07/02 e as respectivas complementações em 24/01/03. A Audiência Pública no Município de Cotia foi realizada em 26/11/02.

Das centenas de pessoas presentes (que, diga-se de passagem, só ficaram sabendo graças a informações de terceiros), somente duas pessoas se manifestaram favoráveis à implantação do empreendimento; sendo os dois técnicos representantes da empresa empreendedora. Destacamos que estávamos presentes nesta audiência como mostram as fotos 87 e 88, portanto, estamos dando veracidade das informações, embora poderíamos destacar as mesmas através da Ata desta audiência, o que não julgamos necessário no momento. Muitas questões foram levantadas e diversas intervenções da sociedade civil serviram para balizar as futuras representações que viríamos a impetrar na SMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, no Ministério Público Estadual e em seguida no Ministério Público Federal.

Foto 87. Audiência Pública de 26 de novembro de 2002 no Ginásio de Esportes de Cotia. A foto destaca a representante do empreendimento apresentando as considerações sobre o mesmo.



Foto 88. Participação dos Calangos na Audiência Pública de 26 de novembro de 2002 no Ginásio de Esportes de Cotia.



Fonte: Acervo Calangos da Mata.

Na audiência pública solicitamos a anulação da mesma devido ao fato da população não ter sido devidamente informada sobre o dia e local dessa audiência e das inúmeras intervenções contra esse empreendimento por parte das lideranças locais. Segundo os empreendedores a área total do megaempreendimento Granja Carolina era de 3.235.780, 25m², onde se pretendia implantar um loteamento de uso misto, mas predominantemente residencial. O projeto na época previa também a construção de prédios para uso comercial e residencial, escola particular, igreja e clube. Outros 5,5 milhões de m² que pertencem ao município de Itapevi fazem parte dessa área e igualmente do megaprojeto na segunda fase. Segundo o próprio Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, elaborado pela JGP Consultoria e Participações Ltda, no local, identificado como remanescentes de Mata Atlântica foram identificadas 14 espécies de mamíferos e 163 de aves, algumas em extinção.

Entre os mamíferos estão: Macacos-prego, Sagui da Serra (em extinção), Quati, Veado, Bugio (em extinção), Capivara, Paca, Preá e até a própria Cutia, que dá nome ao município de Cotia. Na família das aves entre tantas outras estão: Quero-queros, Periquitos, Papagaio Verdadeiro (em extinção), Corujas, Pica-paus, Matracão, Pavó (em extinção), Beija-flores, Bentevis, Araponga (em extinção). Apresentamos na figura 38 abaixo, alguns dos animais em vias de extinção encontrados nas matas da Granja Carolina. Mas, os dados fornecidos pela empresa consultora não são completos e muitas espécies podem estar de fora do levantamento, uma vez que, segundo a própria consultoria, o cadastro “não é um resultado final, pois não se trata de um levantamento sistematizado e completo”.

Figura 38. Ilustração com animais em vias de extinção localizados na Granja Carolina de acordo com o primeiro EIA/RIMA produzido pela Scopel/Cipasa no ano de 2000.



Fonte: Imagens extraídas do EIA/RIMA de 2000, processo 13.697/00. Montagem e organização: Marília Gruenwaldt.

O relatório destaca ainda que ali existem 17 nascentes, quatro lagos e diversos córregos, além de árvores que atingem cerca de 25 metros de altura. Contestamos na época que os dados sobre o DAP (diâmetro na altura do peito) das árvores que se encontravam na área apresentadas pelo EIA/RIMA não estavam corretos, pois havíamos adentrado a área pelo Jardim Adelina que fica encrustado nas matas da Granja Carolina e verificamos em campo que haviam árvores acima de 5 cm de DAP, contrariando as informações apresentadas no EIA/RIMA que indicavam a não existência de espécies arbóreas acima desse diâmetro. Na foto 85 abaixo apontamos que existem árvores acima desse diâmetro e pela foto que denota a espessura do caule é fácil verificar que as mesmas atingem uma altura considerável que podem atingir os 20 metros de altura como apresentado na foto 89.

Foto 89. Árvore com mais de 5 cm de diâmetro na altura do peito na Fazenda Granja Carolina, maciço florestal na gleba de Cotia.



Na foto 90 destacamos as árvores com alturas superiores a 20 metros e na foto 91 destacamos as áreas de pastos onde são criados gado, para nós, apenas com o objetivo de manter o solo pisoteado pelos animais, impedindo assim o avanço da

vegetação nesse local, configurando uma área suscetível à construção do empreendimento pretendido.

Foto 90. Matas da Granja Carolina com árvores acima dos 20 metros de altura.

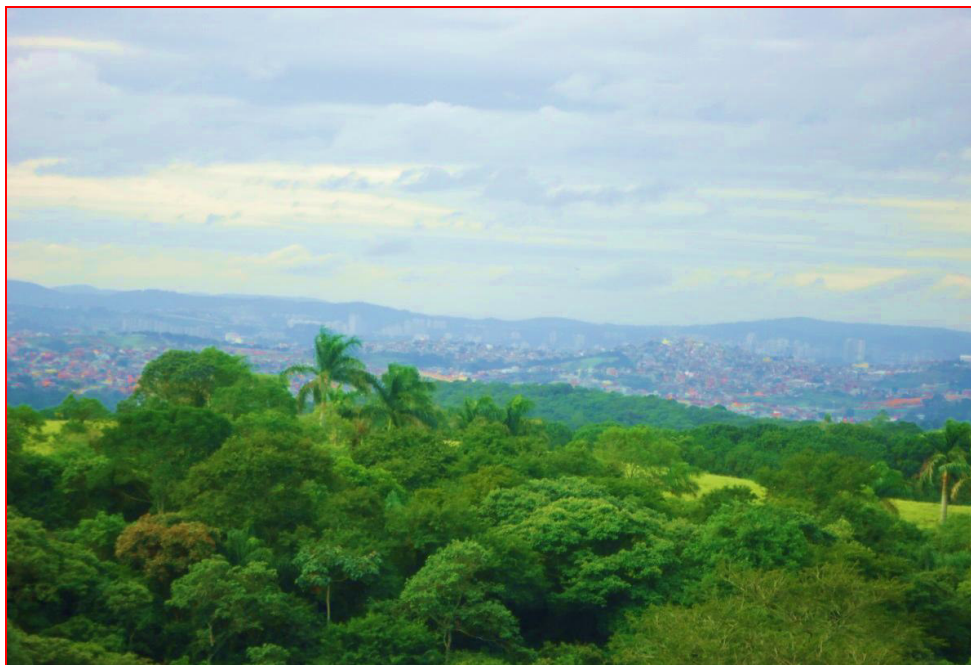


Foto: Abbul, 2014.

Foto 91. Área de pastos e lagos da Granja Carolina. Criação de gado para manter a área sempre na condição de pastos, impossibilitando o avanço das matas nesse local.

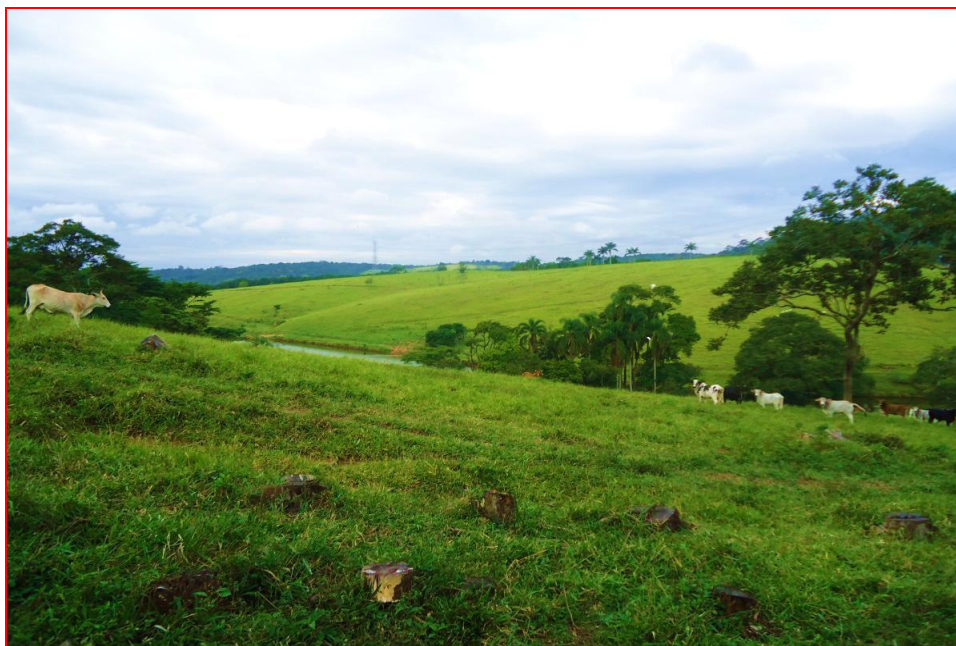


Foto: Abbul, 2014.

Durante o processo de licenciamento de 2000 até 2004, o empreendimento sofreu uma série de críticas por parte do Grupo Ecológico Calangos da Mata, de outros ambientalistas da região, dos moradores do condomínio Vila Verde, localizado em frente à Fazenda Granja Carolina no município de Itapevi e por lideranças locais de Cotia, sobretudo quanto à remoção de vegetação proposta e impactos sobre a fauna da região. Também foram cobrados estudos mais criteriosos através de representação no Ministério Público Federal porque o EIA se apresentava com estudos insuficientes para entender toda a dinâmica ambiental da área e entorno, segundo as observações de Carlos Bocuhy, na época, Conselheiro do Consema. Houve uma intensa participação da sociedade civil, grupos políticos, lideranças locais e outros segmentos da população discutindo os problemas que poderiam advir na fase de implantação e nas fases posteriores da implantação do empreendimento ora citado. Esses grupos sociais se juntaram ao nosso grupo Calangos da Mata e passaram a atuar juntos contra a implantação desse projeto.

Embora nem o prefeito e nenhuma autoridade da prefeitura estiveram presentes nessa audiência pública de 26 de novembro de 2002, a mesma rendeu muitas discussões posteriores que mobilizaram boa parte da população. Assim a maioria dos vereadores de Cotia também apoiou a solicitação de anulação dessa audiência pública sobre o empreendimento Granja Carolina pelo motivo da população não ter sido devidamente convidada a participar, como ficou claro pelo baixo número de participantes na audiência. Foi um grande embate judicial, pois os empreendedores queriam a todo custo iniciar as obras, porém, prazos e determinações legislativas impediam ações de início das obras, visto que seriam necessárias as licenças de instalação e de operação do projeto. Somado a isso, houve várias representações nos órgãos ambientais e solicitação de vistas ao processo pelo Grupo Calangos da Mata e alguns moradores da cidade de Cotia, além de importantes contribuições de técnicos e profissionais liberais da comunidade que colaboraram ao inserirem na discussão o processo de metropolização atual. Essas intervenções e representações no Ministério Público chamaram a atenção dos jornais da região e a questão do empreendimento ficou bastante evidenciada nos meios de comunicação que acompanharam com maior atenção os procedimentos dos empreendedores de um lado e as movimentações do Grupo Calangos da Mata de outro.

Foi nessa época que o professor Aziz nos procurou via telefone para saber mais sobre o que estava ocorrendo nessa região. Ao saber que estávamos organizando

um documento para enviar ao CONDEPHAAT, imediatamente ele se propôs a ajudar e solicitou que anotássemos o que ele tinha para dizer naquele momento. Anotamos palavra por palavra, tudo o que o professor ia ditando. Não sabíamos quem era esse senhor, mas como estávamos em um momento de muita tensão onde várias pessoas nos procuravam para saber mais do que se tratava toda aquela movimentação na cidade e nos meios de comunicação local, todo interesse na forma de ajuda era bem-vinda. E assim o movimento foi crescendo cada vez mais. Terminamos o documento ditado por Aziz e fomos ao CONDEPHAAT no dia seguinte protocolar a solicitação de Tombamento das Matas da Fazenda Granja Carolina dando início ao protocolo (CONDEPHAAT – protocolo 01450-2003, guichê 00849) ¹⁷¹. Com toda essa movimentação e convergência de ideais a favor da manutenção das matas da Granja Carolina, criamos em conjunto com o Grupo Ecológico Calangos da Mata o Movimento Salve a Mata Cotia-Itapevi. Esse movimento trouxe para junto das reivindicações pessoas ligadas a diversas áreas do conhecimento e agregou os envolvidos na luta. Como exemplo dessas lideranças, havia líderes sindicais, vereadores, grupos de direitos humanos, grupos de movimentos culturais, representantes de negros quilombolas de Cotia, além de membros do Conselho de Meio Ambiente e do Conselho de Turismo da cidade.

Também ocorreram as manifestações de rua, em 14 de dezembro de 2002 organizado pelo Grupo Calangos da Mata e o Movimento Salve a Mata, em conjunto com a população paralisando a Rodovia Raposo Tavares na altura do km 36, em frente às matas da Granja Carolina, onde colhemos assinaturas para o abaixo assinado elaborado pelos Calangos da Mata que teve expressivo impacto positivo, pois obtemos mais de 6.000 assinaturas da população e de alunos das escolas locais. Com isso,

¹⁷¹ Em 2003 o professor Aziz procurou pelo Grupo Calangos da Mata via telefone e ao saber com mais detalhes de nossa luta em defesa do meio ambiente e nossa intenção em terminar um documento para ser entregue ao CONDEPHAAT, imediatamente o professor colaborou com várias instruções e nos ditou por telefone mesmo um trecho do documento que deveria ser anexado ao nosso requerimento. Nesse sentido, na tentativa de se contrapor à lógica da especulação imobiliária em função desse processo de metropolização, propomos ao CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, o tombamento da área em questão no ano de 2003 através do documento (CONDEPHAAT – protocolo 01450-2003, guichê 00849). A demora desse órgão em se manifestar fez com que o próprio professor Aziz nos acompanhasse em diligência até a sede do CONDEPHAAT para solicitarmos vistas ao processo e que esse órgão se dirigisse a área em diligência investigativa para levantamento de possíveis vestígios arqueológicos e constatação do patrimônio cultural e natural presentes na área em questão. A apreciação do CONDEPHAAT se fez necessária em função da intervenção do professor Aziz, solicitando que os conselheiros dessem uma maior atenção ao processo, elencando uma série de razões articuladas às questões ambientais que envolviam o projeto. Em resposta, o órgão informou que estavam sem os devidos técnicos para fazerem uma diligência ao local, mas que tão logo montassem a equipe seguiria em diligência para a Granja Carolina. Ao mesmo tempo solicitaram a nós que enviássemos mais detalhes sobre a presença dos bens culturais e naturais na área em discussão.

aumentaram em número e qualidade as demais mobilizações da comunidade, culminando na produção de pareceres técnicos por parte de Biólogos interessados em ajudar na luta contra a instalação de um projeto com tamanhas falhas no EIA/RIMA como constataram alguns estudiosos da questão como os biólogos, ecólogos, Carlos Bocuhy, mais tarde o professor Aziz e outros¹⁷².

Segundo o relatório assinado pelo Ecólogo e Mestrando em Biologia Vegetal do Instituto de Biociências da Unesp, Aloysio de Pádua Teixeira, o EIA-RIMA não listava tudo o que a mata contemplava e que muita coisa ficou de fora como o número de árvores de grande porte, de espécies vegetais e animais, além de terem pegado uma pequena parcela de material como referência, o que seria ineficiente no conjunto das avaliações pertinentes à área. Segundo Aloysio, os dados do EIA/RIMA eram insuficientes para avaliação e havia omissão das informações dos locais de amostragens, bem como sobre o número de árvores de grande porte por hectare. Havia também a ausência de uma lista de espécies vegetais e levantamento de epífitas¹⁷³, o que não permite saber se há espécies que estão sendo ameaçadas de extinção. Para ele a amostragem da vegetação era também insuficiente¹⁷⁴.

Resumindo, esse projeto denominado Loteamento Granja Carolina, (Processo SMA 13.697/00) do Espólio Celso Santos não poderia ser implantado da forma como foi concebido, além de não apresentar estudos arqueológicos suficientes e demais estudos sobre a cultura local com maior profundidade de acordo com informações de Santo Siqueira, vereador de Cotia nessa ocasião. Para reforçar essa solicitação de maiores estudos sobre as questões acima elencadas mencionamos nas discussões a resolução SMA 34/03 que dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de significativo impacto

¹⁷²Também, a pedido do então vereador na época Santo Siqueira, Ecólogos da Unesp – Universidade Estadual Paulista, estiveram por mais de 20 horas dentro das matas da Granja Carolina e constataram que os dados apresentados no Relatório de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA, eram ineficientes para a avaliação dos impactos à fauna e à flora. Não temos esse relatório, mas ficamos sabendo anos depois que desses “Ecólogos da Unesp” de que nos falou Santo Siqueira, o responsável por um desses relatórios foi produzido por seu filho. Entramos em contato com ele em junho de 2016 solicitando cópia do mesmo para acrescentarmos nesse trabalho, mas ele visualizou a mensagem e até o momento não nos emitiu nenhuma resposta. Nos contentamos com o parecer do Biólogo Paulo Auricchio de Arujá - SP, que nos cedeu gentilmente uma cópia de seu parecer que publicamos na íntegra na sequência.

¹⁷³ Vegetal que vive sobre outro sem retirar nutrimento, apenas apoiando-se nele, como as orquídeas, por exemplo.

¹⁷⁴ Revista Circuito da Informação, p. 8, edição de abril de 2003.

ambiental, sujeitos à aprovação de EIA/RIMA¹⁷⁵. Também elencamos um parecer sobre o EIA da gleba da antiga Fazenda Granja Carolina no município de Cotia elaborado pelo Biólogo Paulo Auricchio CRB 06334-01, RG 12.476.951, na época residente à Rua Zeferino Barbosa de Souza, 502 em Arujá – SP/ CEP 07400-000, o qual reproduzimos na íntegra no anexo 5 ao final do trabalho.

O Movimento Salve a Mata Cotia/Itapevi, criado por nós enquanto membros do Grupo Ecológico Calangos da Mata, com o apoio da população (obtemos mais de 6.000 assinaturas), Ongs da região como a Espaço do Animal, a SOS Manancial Rio Cotia, o Instituto Vis Viva, o PROAM de Carlos Bocuhy, a Cristina Oka do Conselho de Turismo e a Nívea do Conselho de Meio Ambiente de Cotia, partidos políticos, imprensa local e a visão responsável do Professor Aziz Ab'Sáber, que com seus conhecimentos alertou sobre o perigoso processo de conurbação (aglomeração de cidades) no Cinturão Verde de São Paulo, solicitou o arquivamento do projeto. A atuação e o apoio de diversos segmentos da sociedade foram importantes para o Movimento Salve a Mata que nasceu de forma suprapartidária a favor do meio ambiente e da qualidade de vida e contra a especulação imobiliária. Ainda houve uma última tentativa dos empreendedores em contornar a situação quando um dos representantes da empresa nos fez um convite para realizar uma reunião dentro da área da Fazenda Granja Carolina para tratar sobre as questões do empreendimento. De acordo com esse representante dos empreendedores que se identificou apenas como Marcos, o mesmo propôs a nós que fossem interrompidas as manifestações contrárias ao empreendimento. E que se fossem retiradas as representações nos órgãos ambientais onde havíamos protocolado as mesmas, em troca, o representante legal do Grupo Calangos da Mata seria contratado para ser o gestor ambiental de toda a área da Fazenda Granja Carolina. Na oportunidade informamos ao representante dos empreendedores que gostaríamos apenas que a população soubesse de toda a realidade e dos problemas advindos durante e após a construção de tal empreendimento na região e que todos fossem convidados a debaterem tais questões. Não estávamos atrás de cargos ou de outros interesses como costumam agir alguns vereadores e outros representantes da prefeitura que geralmente tratam de negociar os espaços da cidade¹⁷⁶. Nosso único interesse era preservar as

¹⁷⁵ Cópia dessa resolução encontra-se nos anexos deste trabalho.

¹⁷⁶ Informações nesse sentido corriam nos bastidores das reuniões e encontros que os grupos sociais realizavam. Muitos moradores dos arredores comentavam que os loteamentos de menor porte, porém, em grande número que estavam sendo aprovados em Cotia, tinha por trás um dos vereadores para cada quadrante da cidade, como se eles tivessem dividido a cidade em partes iguais para cada vereador atuar a

culturas locais, respeitar o conjunto da população e buscar melhorias na qualidade de vida das cidades envolvidas, frente ao processo agigantado de metropolização do setor oeste da Região Metropolitana de São Paulo.

O representante então perguntou em que área profissional nós estávamos inseridos, à qual lhe foi dito que nós nos reservávamos no direito de não lhe responder essa questão. A esposa do representante ainda insistiu mais uma vez na questão e a resposta foi a mesma. Assim se desenvolveu a reunião e a tentativa de compra de nossos ideais de preservação e manutenção da cultura. Na verdade, ouviam-se rumores nessa altura do processo, de que os vereadores e muitos líderes políticos que faziam parte do Movimento Salve a Mata haviam mudado de lado e agora apoiavam a implantação do projeto na cidade alegando que o mesmo traria melhorias, empregos e arrecadação de impostos. São rumores que se espalhavam pela cidade, mas ainda assim a maioria da população era contra esse empreendimento. O processo de impugnação continuou ainda por um tempo e solicitamos vistas ao processo no DAIA¹⁷⁷. Sobre muitas informações não tivemos acesso porque no DAIA para obter algumas informações era necessário pagar pela cópia de cada folha e os valores eram altos, portanto, tivemos que acompanhar o desenrolar final desse processo através das representações que ainda permaneciam valendo nos órgãos aos quais havíamos protocolado. Os políticos da cidade não afrontaram a decisão dos Calangos em continuar combatendo o projeto, porém, percebia-se o clima de descontentamento de um grupo que embora não assumissem, estavam apoiando a construção do empreendimento, provavelmente por interesses financeiros e busca de poderes políticos.

Por fim, o Relatório de Impacto Ambiental foi rejeitado porque muitos dados estavam incompletos e a Empresa JPG Consultoria e Participações Ltda, empresa responsável pela elaboração do relatório deveria apresentar um novo estudo¹⁷⁸. A constatação de que os dados apresentados no EIA/RIMA eram insuficientes foram mais tarde confirmados pelo Ministério Público e reafirmado pelo DAIA¹⁷⁹. Devido o não atendimento às solicitações do antigo DEPRN, o processo foi arquivado por meio do

seu modo quando da aprovação dos loteamentos. São comentários que tem fundamento, embora não possuímos provas concretas dos mesmos e também não podíamos publicar isso nos jornais ou nas representações nos órgãos sem uma base forte ou documento comprobatório.

¹⁷⁷ Cópia do modelo de pedido de vistas a processos encontra-se nos anexos ao final do trabalho.

¹⁷⁸ De acordo com informações em nota da redação da Revista Circuito da Informação, p. 8, edição de abril de 2003. Segundo a Revista, as impugnações contra a obra determinaram a revisão dos Relatórios de Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, EIA/RIMA. O DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental) iria analisar as possíveis falhas apresentadas.

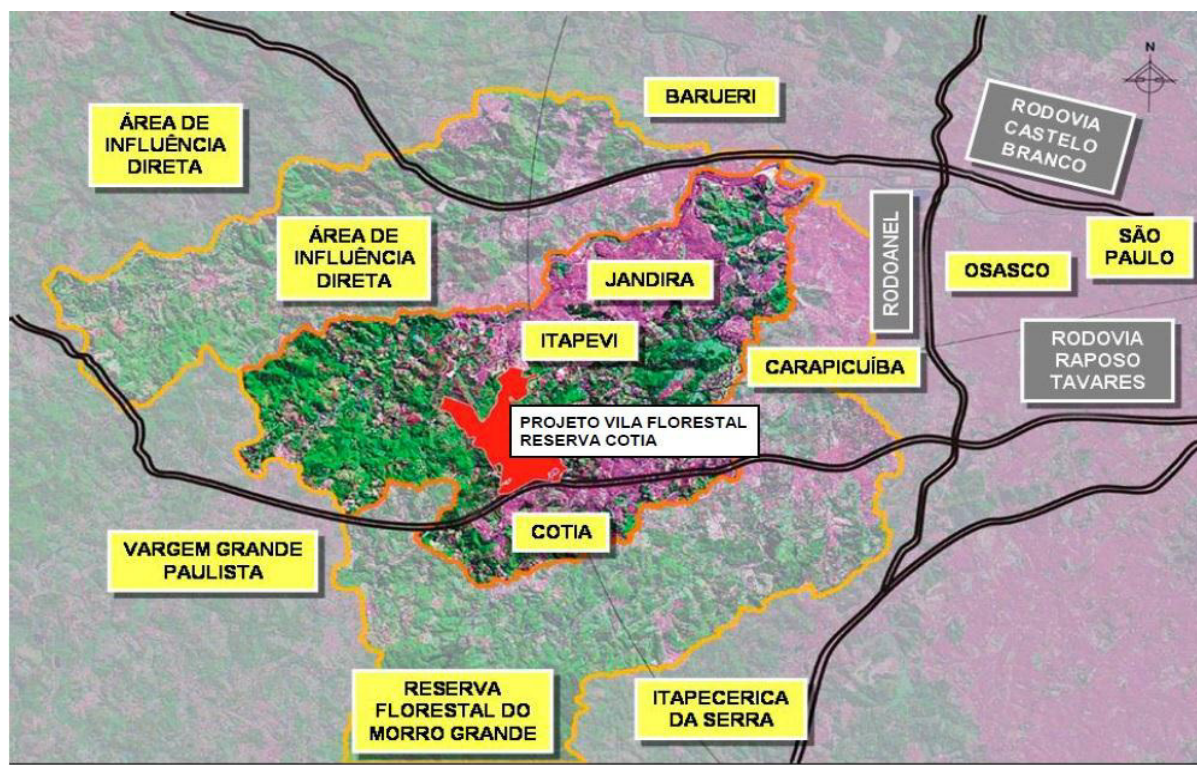
¹⁷⁹ De acordo com o Jornal D'Aqui – 2ª quinzena de abril de 2004.

Ofício CPRN/DAIA/1571/03, de 21/10/03. No dia 11 de março de 2004, o Diário Oficial do Estado publicou o arquivamento definitivo do “Projeto do Loteamento Granja Carolina”, proposto pelo consórcio imobiliário Scopel, Cipasa e herdeiros do Espólio Celso Santos.

6.2. O loteamento Vila Florestal – Reserva Cotia da Alphaville Urbanismo.

De acordo com o Parecer Técnico CETESB nº 583/15/IE de 04/12/2015, em 06/02/07 foi realizada a abertura de um novo processo (Processo nº 13.536/2007) para o empreendimento denominado *Loteamento Alphaville Vila Florestal – Reserva Cotia*, sob responsabilidade do Consórcio Alphaville Cotia, com o protocolo de Plano de Trabalho para gleba de 573 ha, sendo 243 ha em Itapevi e 330 ha em Cotia. De acordo com o Plano de Trabalho de 2007, a proposta do loteamento Vila Florestal – Reserva Cotia refere-se a um novo empreendimento urbanístico, totalmente revisado e ampliado, envolvendo glebas de terras nos municípios de Cotia e Itapevi como mostra a figura 39.

Figura 39. Destacando a localização do novo projeto urbanístico.



Fonte: Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, p. 5.

O EIA/RIMA foi entregue em 21/12/07 e as Audiências Públicas realizadas nos dias 5 e 12 de fevereiro de 2008 nos Municípios de Itapevi e Cotia, respectivamente. Nas audiências públicas de 2008 os empreendedores informaram que o Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia seria implantado em um conjunto de três glebas contíguas, totalizando aproximadamente 563 ha, sendo 41% inseridos no território do município de Itapevi e 59% no território do município de Cotia. Abaixo destacamos a tabela 5 extraída do Parecer Técnico da CETESB nº 583/15/IE, também encontrado no EIA do novo processo (13.536/2007), com as características dos projetos apresentados para área do espólio Celso Santos.

Tabela 5. Características dos projetos apresentados para o Espólio de Celso Santos.

Processo	Documento	Área (ha)			Lotes	População	População/ha	Áreas de Preservação (Área verde e RPPN) (ha)	Áreas Institucionais (ha)	Sistema viário (ha)	Observação
		Cotia	Itapevi	Total							
13697/2000	EIA	324	0	324	996	16.256	50,24	149	16,3	39,2	180 lotes para prédios
	Revisão do EIA	324	0	324	948	11.311	34,96	169	16,2	37,1	139 lotes para prédios
13536/2007	EIA	330	243	573	3.290	14.887	25,98	330	25,2	58,8	Lotes unifamiliares
	Novo EIA	330	149	479	1.294	10.912	22,78	295	43,4	34,4	Lotes unifamiliares
	Recurso	330	149	479	923	8890	18,56	326	32,9	36,7	Lotes unifamiliares

Fonte: Parecer Técnico CETESB nº. 583/15/IE

O projeto atual prevê uma população de 8.890 pessoas/ha e 326 ha destinados à preservação ambiental. Cabe informar que ao longo do processo de licenciamento ambiental foram propostos diversos projetos urbanísticos para a área com densidades populacionais maiores, conforme a tabela acima, que apresenta as principais características dos projetos urbanísticos anteriores apresentados nos processos 13.697/2000 e 13.536/2007 (atual). De acordo com o projeto anterior, processo

13.697/2000, o EIA apresentava a área a ser loteada somente da gleba pertencente à Cotia num total de 324 ha de área, com 996 lotes totalizando uma população prevista de 16.256 pessoas, embora na época os empreendedores admitissem 17.000 mil pessoas no mínimo. Com o número de lotes propostos, teríamos 50,24 pessoas por ha aproximadamente. As áreas verdes e RPPN somariam 149 ha, as áreas institucionais somariam 16,3 ha e o sistema viário compreenderia 39,2 ha, sendo 180 lotes para prédios. Após as críticas que lançamos durante o processo de aprovação do projeto, com a revisão do EIA manteve-se a área total de 324 ha para a gleba de Cotia. Porém, o número de lotes declinou para 948 e o número para a população estimada também declinou para 11.311, tendo 34,96 pessoas por ha. As áreas verdes e RPPN ganharam mais 20 ha somando 169 ha e as áreas institucionais ficariam com 16,2 ha e o sistema viário com 37,1 ha. O número de lotes também sofreu declínio chegando a 139 lotes para prédios. Mesmo assim o EIA foi considerado de má qualidade como já mencionamos e teve seu projeto arquivado.

O novo projeto, processo 13.536/2007 apresenta três fases como mostrado na figura acima. Note-se que inicialmente o EIA trazia como proposta a ocupação tanto da gleba pertencente à Cotia como da gleba pertencente à Itapevi. Em Cotia a área total abrangeria 330 ha enquanto Itapevi ficaria com 243 ha, o que equivaleria ao total das glebas somadas em 573 ha. O projeto previa um total de 3.290 lotes para as glebas com uma população estimada em 14.887 pessoas. A população por ha ficaria em torno de 25,98. As áreas verdes e a RPPN proposta somariam os mesmos 330 ha que seriam o total da gleba de Cotia, enquanto que as áreas institucionais teriam 25,2 ha e o sistema viário ficaria com 58,8 ha e o número de lotes unifamiliares não está estipulado na tabela. Como esse novo projeto foi duramente criticado pela população e solicitado por nós ao menos 12 pontos do EIA/RIMA para serem melhorados, o empreendedor apresentou um novo EIA com os seguintes termos: Manteriam a área de 330 ha para Cotia, porém, para Itapevi esse número declinaria para 149 ha. O total das glebas somariam 479 ha. De 3.290 lotes, os mesmos declinariam para apenas 1.294 lotes para uma população estimada de 10.912 pessoas, bem abaixo das 14.887 estimadas anteriormente, o que equivale a uma diminuição de 3.975 pessoas. Também a população por ha declinaria para 22,78. As áreas verdes e a RPPN sofreria um decréscimo de 35 ha, somando apenas 295 ha. As áreas institucionais seriam acrescidas de 18,2 ha chegando ao total de 43,4 ha. Já o sistema viário perderia 24,4 ha, chegando a um total de 34,4 ha. O último item que se refere ao recurso interposto pelo empreendedor após o

arquivamento desse projeto será discutido com detalhes após apresentarmos as questões pertinentes à audiência pública ocorrida em Cotia no dia 08 de dezembro de 2014 como veremos mais a frente.

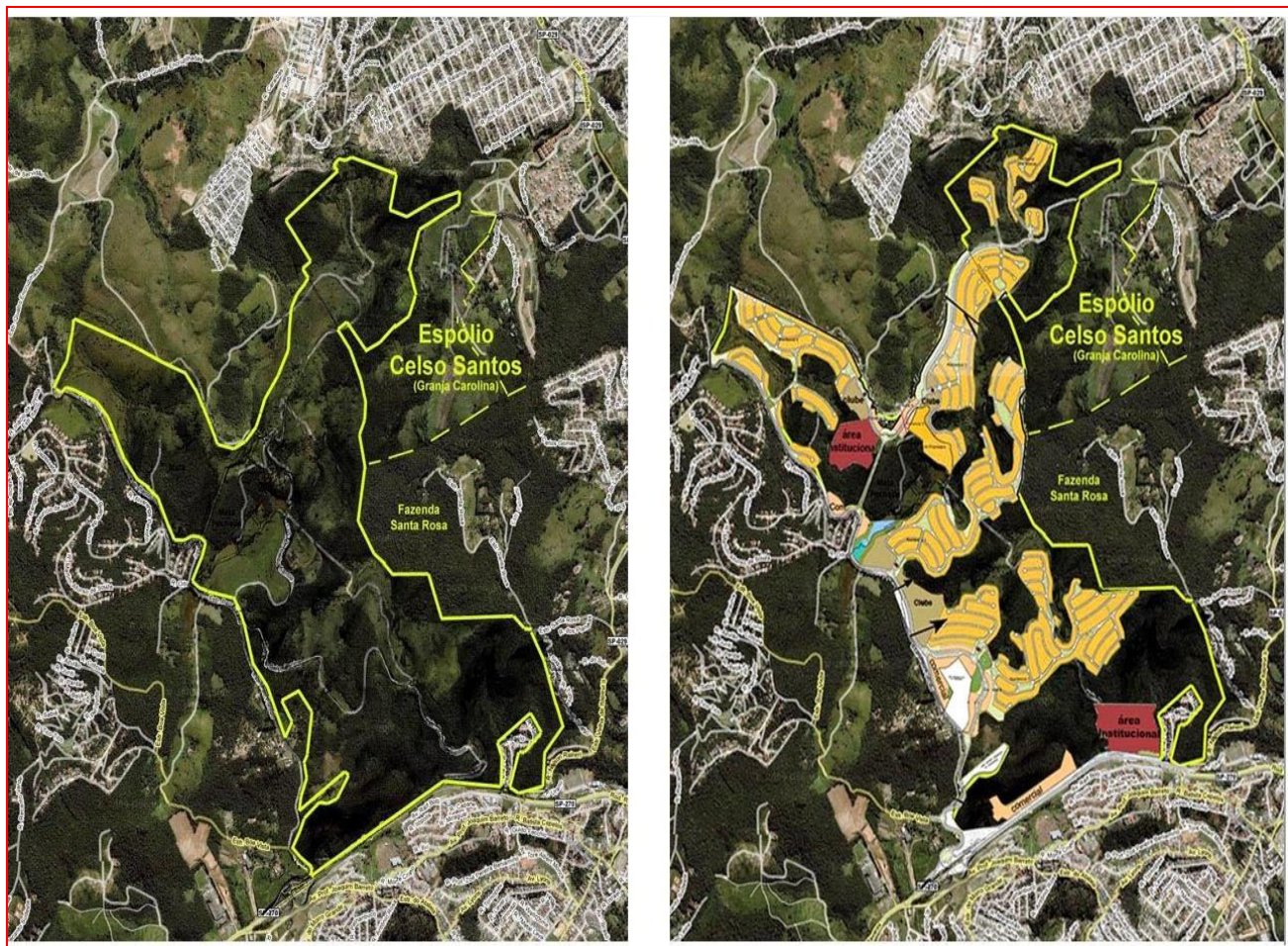
Destacamos que o projeto de Loteamento Residencial Vila Florestal - Reserva Cotia, com área total prevista de 5.727.598 m² está localizada no município de Cotia, embora o EIA anterior aponte 3.225.765 m² em Cotia e o restante em Itapevi.¹⁸⁰ O novo empreendimento proposto começaria na Rodovia Raposo Tavares, altura do km 34, e estenderia-se até o bairro das Quatro Encruzilhadas, passando pelos "fundos" do bairro Alto da Colina (COHAB 2) em Itapevi. As principais vias de acesso são a rodovia Raposo Tavares, entre os quilômetros 34 e 36 e a Estrada do Pau Furado. Situa-se em uma região de relevo movimentado, dotado de aclives, declives e vales. A altitude varia de 750m até 1000 m² segundo as informações do EIA¹⁸¹.

Esse novo projeto da Alphaville Urbanismo a princípio parecia ser muito melhor que o primeiro, mas ainda apresentava algumas informações que não contemplavam as exigências solicitadas no projeto anterior de forma clara e até houve certa tentativa de manipulação de dados e informações, como por exemplo, a omissão de 7 nascentes em um mapa apresentado pelo empreendedor que não passou despercebido por nós que tínhamos conhecimento da área. Esse assunto será tratado mais adiante quando apresentaremos as figuras explicando como se deu essa tentativa. O EIA/RIMA do projeto foi protocolado no DAIA (Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais) em 27/12/2007, ou seja, em um período de recesso onde não haveria possibilidade de pedir vistas ao processo naquele momento, pois os técnicos precisariam analisar o documento antes de encaminhá-lo à outra seção ou departamento/órgão dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Pela nova proposta de empreendimento, a área a ser loteada teria sua maior porção no município de Cotia. Abaixo nas figuras 40 e 41 que se seguem, é possível visualizar como está proposto o novo modelo de ocupação da gleba.

¹⁸⁰ Conforme o empreendimento Alphaville Granja Carolina, abrange uma área de terras de cerca de 10.715.000 m² (1.071 ha.), formada pela soma de várias glebas, pertencentes a diversos proprietários, sendo as principais constituídas pelos imóveis denominados Granja Carolina, Haras Terra Branca e Sítio Ribeirão. Estes imóveis são contíguos e estão situados nos municípios de Cotia e Itapevi, em áreas limítrofes à mancha urbana dessas cidades. "In Plano Estratégico de Comunicação" pag. 2 – EIA – RIMA, sendo que desses 10.715.000 m² (1.071ha.), 7.489.235 se encontram no município de Itapevi e 3.225.765 no município de Cotia.

¹⁸¹ Conforme consta no Relatório Técnico do Estudo de Concepção dos Sistemas de Saneamento Básico Vila Florestal - Reserva Cotia, p. 8- anexo 11 do EIA/RIMA Alphaville Urbanismo S.A.

Figura 40. Área total da gleba a ser loteada. Na figura 41 ao lado denota-se a projeção de disposição e esquematização dos lotes propostos.

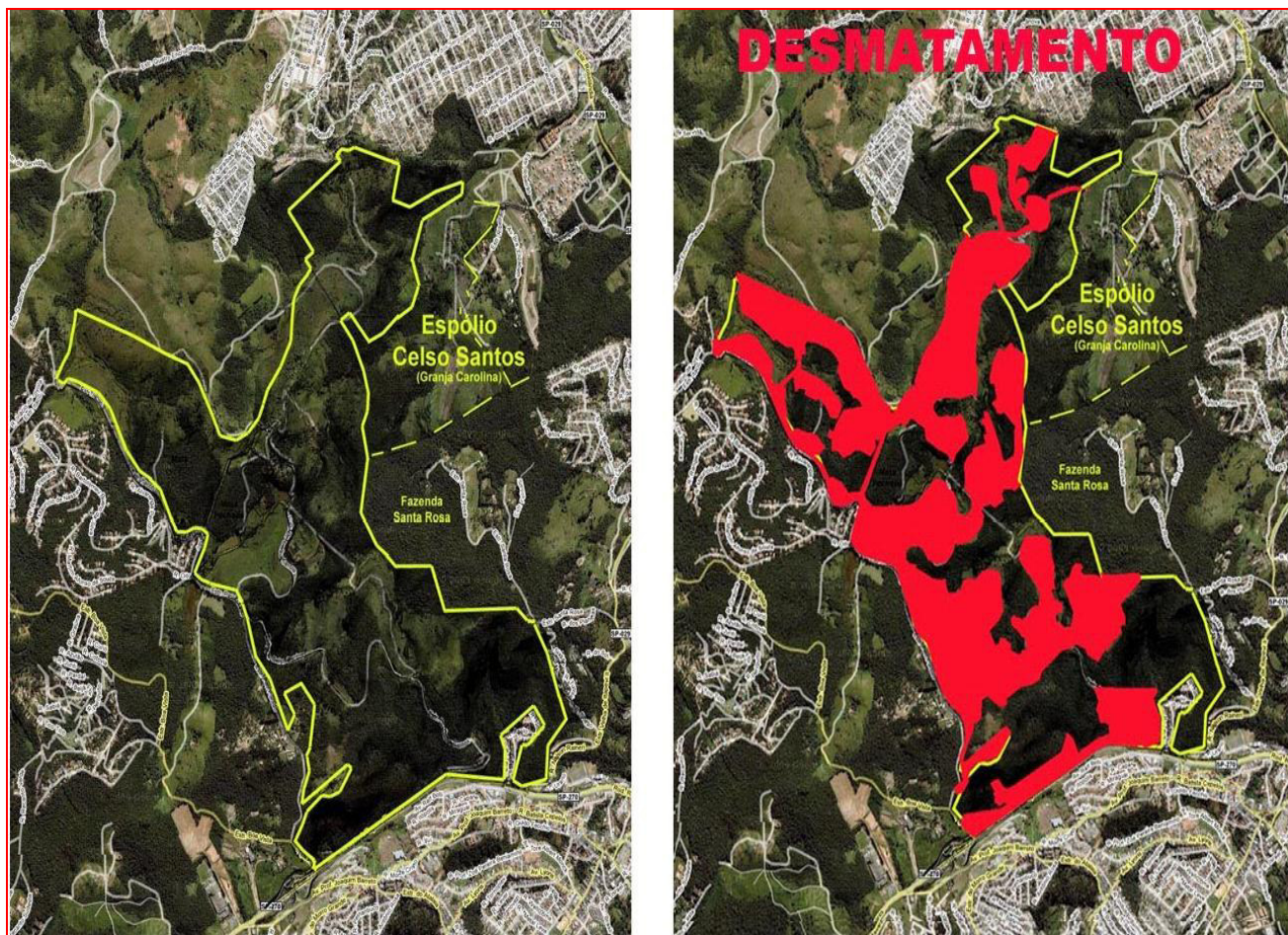


Gleba da Granja Carolina - Projeto Alphaville Urbanismo.

Obs: Toda a área da Granja Carolina pertence ao Espólio Celso Santos.

Na figura 40 acima, está representado a extensão da gleba, ora objeto de loteamento. Na figura 41 ao lado estão representados os arruamentos e os lotes com destaque em amarelo. Abaixo na figura 42 também representamos a área da gleba e na figura 43 com destaque em vermelho estamos representando a área a ser desmatada caso o projeto seja aprovado.

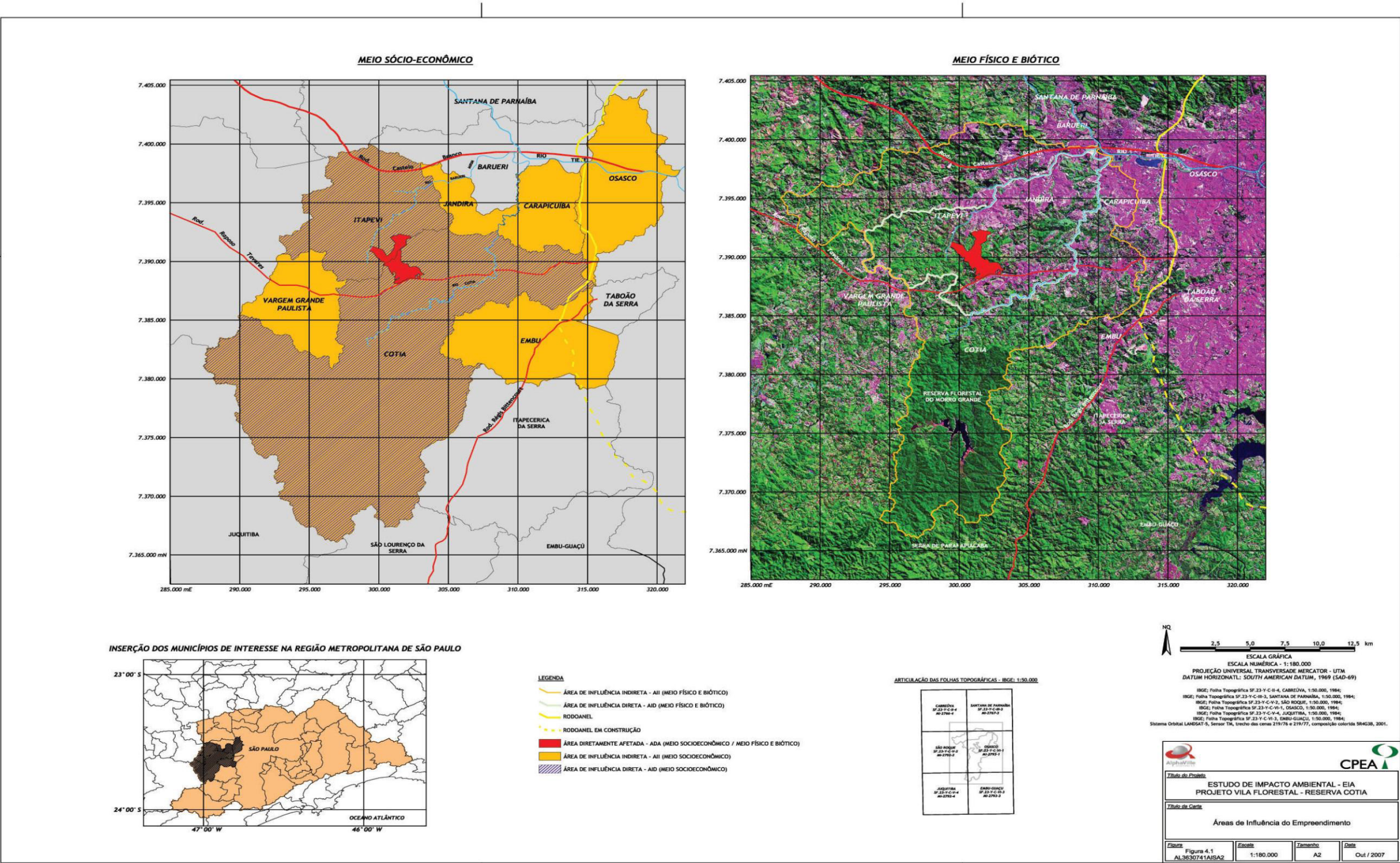
Figura 42. Imagem total da gleba a ser loteada. Na figura 43 ao lado a área a ser desmatada destacada em vermelho.



Projeto Alphaville Urbanismo, nome fantasia; Vila Florestal - Reserva Cotia.

No mapa 12 abaixo apresentamos a área do empreendimento e a área de influência destacando a área de influência indireta sobre o meio físico e biótico, a área de influência direta sobre o meio físico e biótico e a área diretamente afetada. Os problemas advindos dessa interferência que recaem sobre a questão do patrimônio cultural e ambiental já foram discutidos no corpo do trabalho, mas cabe apontar no mapa todos os campos das áreas diretamente afetadas por esse projeto caso seja aprovado nos órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

Mapa 12. Mapa da área de influência direta e indireta do empreendimento Vila Verde – Reserva Cotia.



Fonte: EIA 2007.

Nas audiências públicas ocorridas em 05 e 12 de fevereiro de 2008 na cidade de Itapevi e Cotia, a Ong Espaço do Animal representada pela bióloga Patrícia Monticelli, apresentou alguns quadros destacando várias espécies de animais que estariam classificados na lista do IBAMA como espécies vulneráveis, mas que no levantamento realizado pela Consultoria Paulista, dirigida pelo engenheiro Agrônomo Sérgio Pompéia, morador da Granja Viana, o levantamento precisa levar em conta essas espécies que não foram amostradas. Dos quadros apresentados destacamos apenas um (figura 44) para destacar algumas espécies em situação de risco. Segundo os representantes da Ong Espaço Animal de Itapevi, muitos animais com grandes riscos de extinção podem não terem sido listados, o que prejudica o levantamento faunístico da área.

Figura 44. Quadro de animais em situação vulnerável nas matas da Granja Carolina de acordo com a Ong Espaço do Animal.

	Nome científico	Nome popular	Grau de ameaça
	<i>Monodelphis americana</i>	Catita	Quase ameaçada
	<i>Trinomys sp</i>	Rato de espinho	
	<i>Spizaetus tyrannus</i>	Gavião pega macaco	Vulnerável no Estado de São Paulo
	<i>Pyroderus scutatus</i>	Pavó	Vulnerável no Estado de São Paulo
	<i>Nyctibius griseus</i>	Urutau	

Problemas decorrentes do uso de levantamento não-exaustivo de fauna

Espécies não amostradas

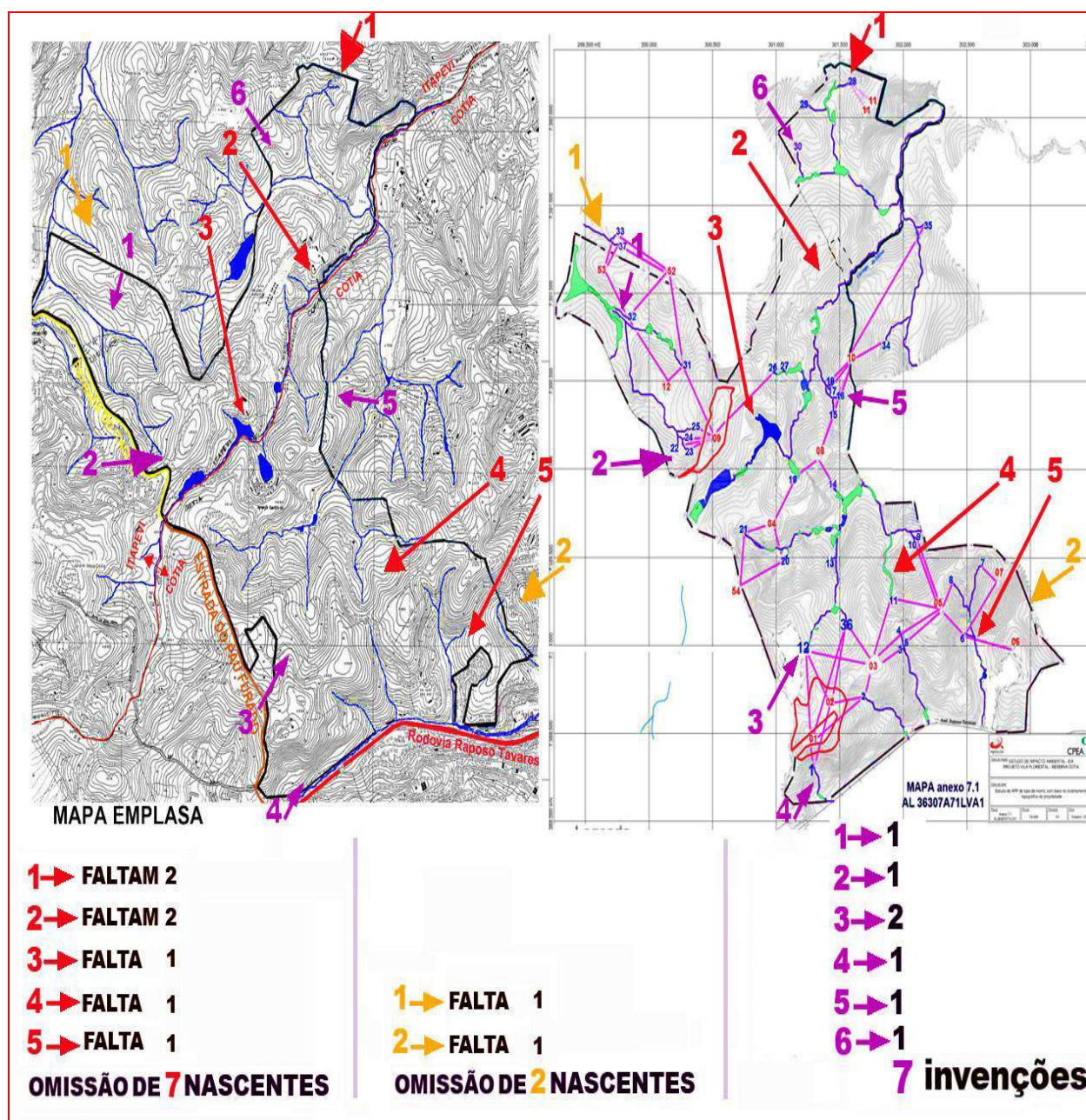


Fonte: Ong Espaço do Animal de Itapevi. Quadro apresentado na audiência pública de 2008 em Itapevi, gentilmente cedido por Patrícia Monticelli, representante da Ong Espaço do Animal.

Nessas duas audiências públicas que ocorreram em 2008 apresentamos as várias falhas do EIA, inclusive a tentativa de omissão de informações como as sete nascentes de água na área do empreendimento. Para todos os documentos produzidos e emitidos pela equipe do EIA/RIMA foram utilizadas as cartas de aptidão física do IPT/EMPLASA de 1985, e somente na fase de produzir os mapas com as curvas de níveis e localização do empreendimento com arruamentos e desenho dos terrenos é que a empresa se utilizou de um mapa criado pela equipe sem ter como referência a carta da EMPLASA. Nesse interim houve a tentativa de omitir sete nascentes para que o empreendimento pudesse ser localizado em áreas não úmidas, mas de verdade estariam sendo implantados justamente sobre as nascentes omissas no documento como demonstramos abaixo nas figuras 45, 46 e 47.

Como a carta de Aptidão Física da EMPLASA é referência e consta no documento, citado no EIA, 17 nascentes, além de alguns córregos, os empreendedores tomaram o cuidado de criarem mais sete nascentes em locais próximos para que o número oficial de nascentes não desse uma diferença no caso de alguma contagem por parte dos órgãos ambientais, do setor público, político ou da própria comunidade. Apresentamos abaixo a análise comparativa entre os documentos produzidos pela empresa Alphaville e a Carta de Aptidão Física da EMPLASA. As figuras que apresentaremos abaixo visa tentar visualizar as sobreposições que fizemos utilizando a carta de Aptidão física da EMPLASA com o mapa produzido pelo empreendedor, de modo que seja possível identificar as omissões das nascentes oficiais que constam nos documentos da EMPLASA e ao mesmo tempo identificar que com a manobra do deslocamento dessas nascentes é possível identificar que os lotes propostos seriam construídos justamente sobre as nascentes ditas oficiais. Para uma melhor visualização e entendimento da questão em pauta sugerimos a visualização dessas mesmas imagens na apresentação de Power Point no compact disc anexo.

Figura 45. Mapa comparativo da EMPLASA com o mapa do empreendedor.

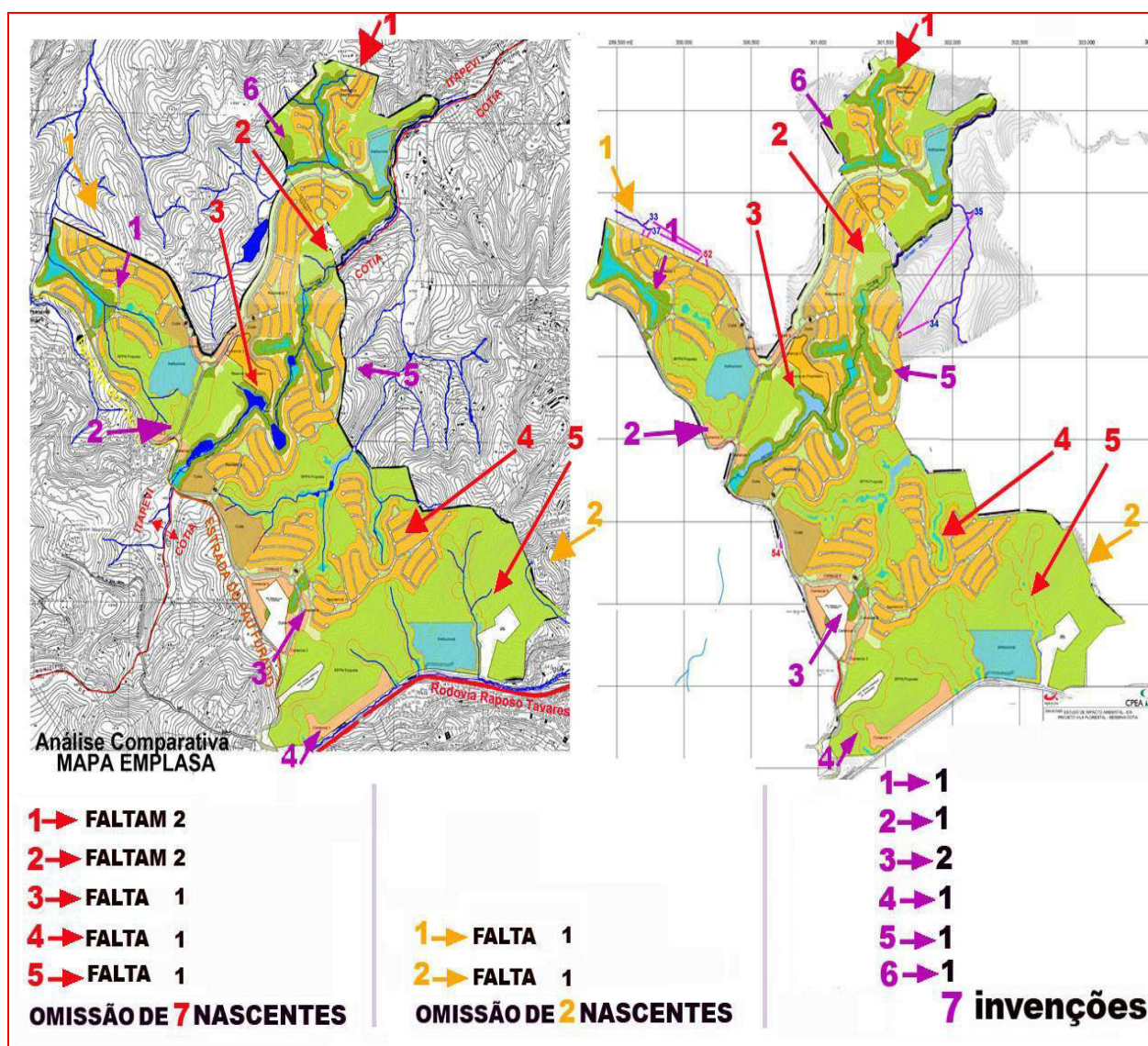


Tentativa de omissão de sete nascentes na área do empreendimento.
 Fonte: EIA/RIMA 2007. Organizado por Marília Gruenwaldt.

A figura 45 acima denota a sobreposição do mapa do empreendedor com o da carta de aptidão física da EMPLASA. Note-se que no mapa da EMPLASA as setas vermelhas apontam os locais oficiais onde deveriam constar cinco (5) das nascentes já mapeadas pelo órgão oficial do Estado. As setas amarelas apontam os locais onde deveriam estar duas (2) das nascentes as margens do empreendimento delimitado. Com

isso o número de nascentes oficiais¹⁸² que deveriam constar no mapa da EMPLASA são sete (7). No mapa ao lado produzido pelo empreendedor, as setas em roxo apontam um total de sete (7) nascentes “criadas” em locais próximos aonde deveriam estar as nascentes oficiais mapeadas pela EMPLASA. Na figura 46 abaixo fizemos a sobreposição do empreendimento com os arruamentos e os lotes sobre a carta de Aptidão Física da EMPLASA.

Figura 46. Sobreposição do mapa do empreendimento e da carta de Aptidão Física da EMPLASA.

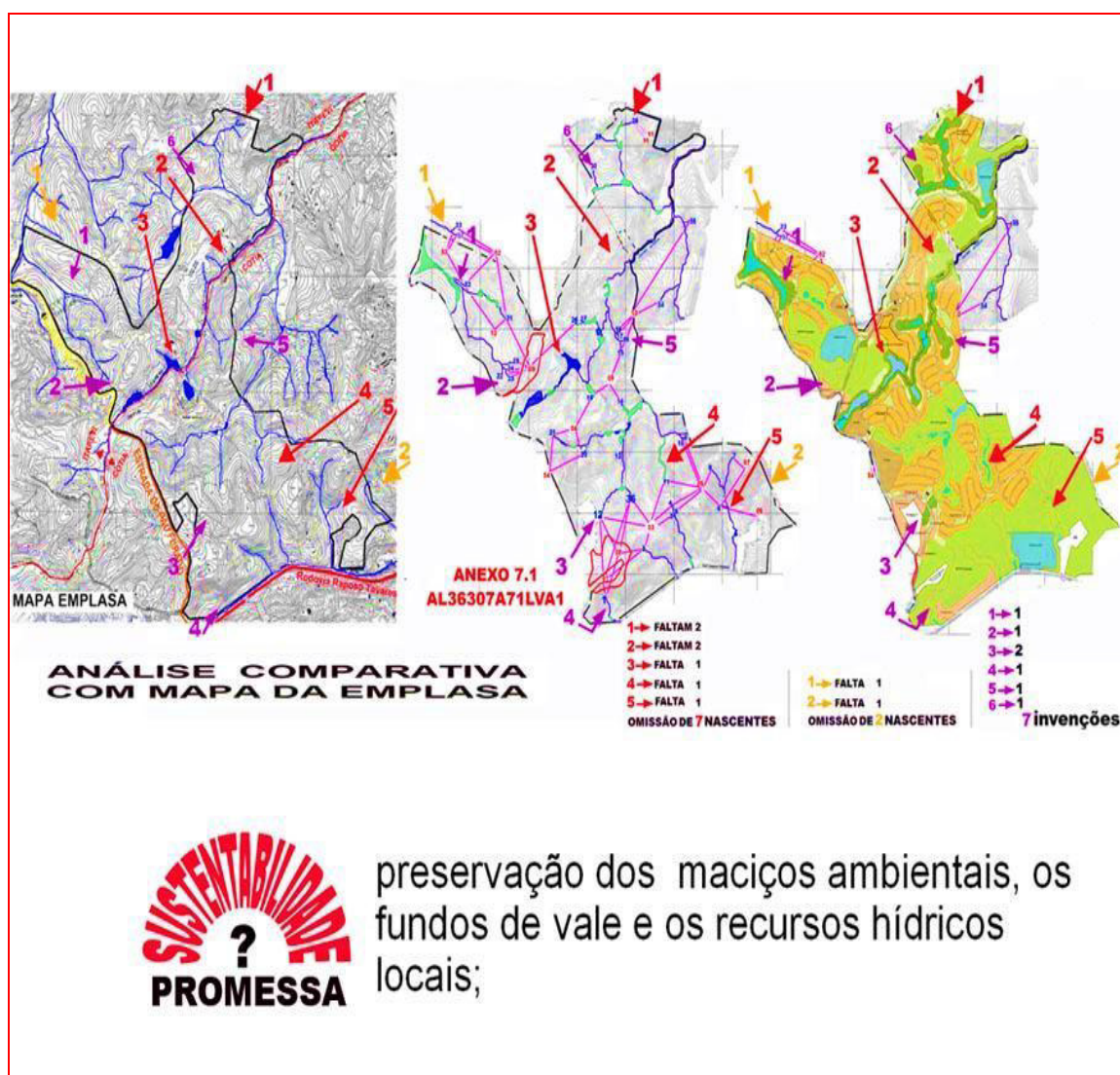


Fonte: EIA/RIMA 2007. Organizado por Marília Gruenwaldt.

¹⁸² Lembrando que o número oficial/total de nascentes na área da Granja Carolina são 17, como mencionado ao longo desse trabalho.

Nesse esquema da figura 47, fizemos a sobreposição da carta de Aptidão Física da EMPLASA sobreposta pelo mapa do empreendimento criado pela Alphaville. Note-se que os arruamentos e muitos dos lotes estão inseridos justamente sobre as áreas das nascentes mapeadas pela EMPLASA quando realizadas as análises comparativas entre os mapas da EMPLASA e o mapa do empreendedor. Constatamos assim que as “nascentes oficiais” que constam no Mapa da EMPLASA foram “deslocadas” para que a planta do empreendimento não interferisse sobre as mesmas, desse modo facilitando a emissão de parecer favorável à implantação do empreendimento ora pretendido pela Alphaville Urbanismo.

Figura 47. Análise comparativa com mapa da EMPLASA.

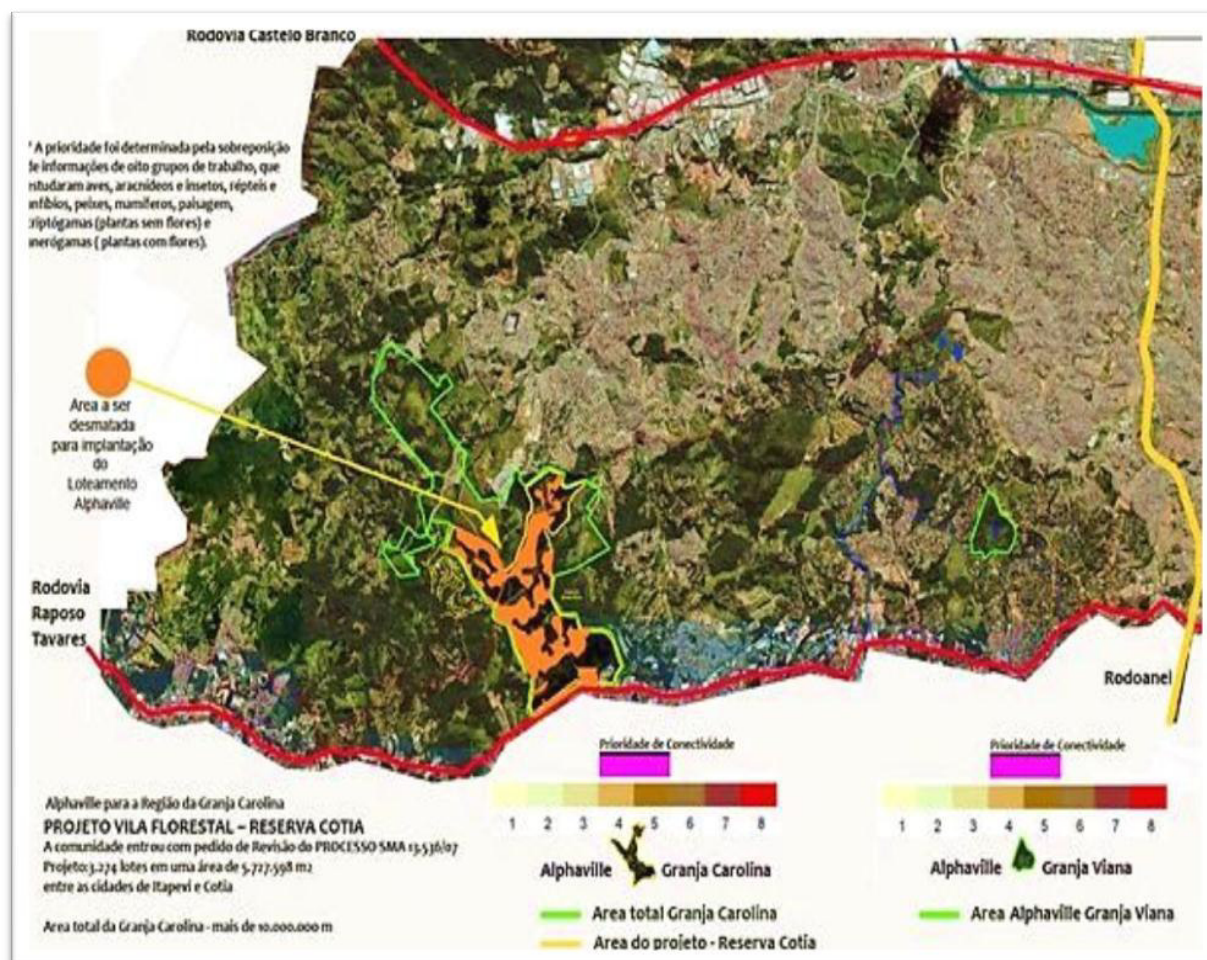


Aqui fizemos as sobreposições dos três mapas, sendo o primeiro da EMPLASA, o segundo do empreendedor localizando as nascentes ora “deslocadas” e o terceiro mapa demonstrando onde seriam instalados os lotes e arruamentos do empreendimento. É possível que apenas visualizando as imagens o leitor não tenha entendido as explicações, por isso reiteramos a necessidade da visualização dessas mesmas imagens na apresentação do Power Point no compact disc anexo.

No curso da audiência pública solicitamos ao presidente da mesa, o Sr. Germano Seara Filho um pedido de revisão desses pontos no projeto e apresentamos aos órgãos de Meio Ambiente, novas denúncias de irregularidades, o que levou a Empresa a rever o projeto, embora o representante da equipe Marcelo Willer, no momento da audiência, afirmou que nos processaria em função da apresentação das figuras enunciando a omissão das referidas nascentes. Ele afirmou na audiência que estavam trabalhando com o Ministério Público e que nossas acusações eram infundadas e que seríamos processados por ele e sua equipe. Como resposta às palavras desse senhor, afirmamos que era ótimo saber que estavam junto com o Ministério Público, pois era justamente para esse órgão que iríamos impetrar um documento com essas análises comparativas para que o órgão se manifestasse sobre o referido. As discussões prosseguiram e a população esteve o tempo todo a favor de uma melhor adequação do projeto por parte dos empreendedores. No entanto, representantes do poder público de Cotia e Itapevi que estavam presentes nesta audiência pública teceram considerações favoráveis ao projeto, o que foi rebatido pelos inscritos representando a sociedade organizada. Na figura 48 abaixo apresentamos a localização de todo o Espólio Celso Santos destacando a área do novo projeto de loteamento.

Nessa figura, em cor laranja está destacada a área do novo projeto urbanístico e o contorno em verde é a área total da Fazenda Granja Carolina que abrange as cidades de Cotia e Itapevi. A linha vermelha acima da área corresponde a Rodovia Castelo Branco e a linha abaixo da área corresponde a Rodovia Raposo Tavares. Em função de todo o histórico da região e demais fatores políticos e sociais que se inserem na realidade local, foram solicitados aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental maior atenção nas metodologias utilizadas e uma revisão geral no projeto da Alphaville Urbanismo.

Figura 48. Área do projeto de loteamento Vila Florestal - Reserva Cotia. Mapa da área a ser devastada.



Fonte: Ilustração: Jornal Alternativa (Itapevi). Organização: Marília Gruenwaldt, para uso do Grupo Ecológico Calangos da Mata nas representações ao Ministério Público.

Como foram detectadas diversas manifestações culturais ao entorno das glebas, ora objeto de licenciamento, prontamente elegemos como prioridade uma atenção especial a esses elementos da cultura local. Assim, solicitamos também observância nas questões patrimoniais ligadas à cultura caipira no que se refere à cultura material e imaterial da região considerando que o projeto precisa se adequar às recomendações legislativas pertinentes. Como já detalhamos nas laudas anteriores, a formação da cultura caipira nessas paragens se estruturou e enraizou culturas relacionadas com a natureza e muitos dos préstimos que ainda se reproduzem dizem respeito a manutenção dessas áreas verdes que correm sérios riscos de desaparecer em função da implantação de um projeto de grande porte como é o projeto Vila Florestal -

Reserva Cotia da Alphaville Urbanismo. Para além da reprodução social do espaço devemos visualizar a reprodução social dos sujeitos no espaço, portanto, é preciso garantir a manutenção dessa reprodução social caipira, que ainda mantém profundas ligações religiosas e práticas sócio espaciais miscigenadas com elementos culturais representativos dos tempos em que essas paragens não passavam de pequenos aglomerados constituídos pelos bairros rurais. Com as novas propostas de intervenção urbanística na região essa cultura pode se perder devido aos impactos que tamanha intervenção possa causar à dinâmica do lugar.

6.3. O empreendimento como gerador de impactos negativos.

Apontamos algumas observações quanto à instalação do empreendimento como grande gerador de tráfego, sem a previsão da infraestrutura, o que irá agravar a já tão caótica situação da Rodovia Raposo Tavares que apresenta lentidão por horas seguidas todos os dias em vários horários como denota as fotos 92 e 93 abaixo. Praticamente todos os empreendimentos imobiliários e empreendimentos de caráter financeiro que se instalaram na cidade de Cotia e região possuem como única saída a Rodovia Raposo Tavares. De todos os quadrantes da cidade as estradas de ligação despejam o fluxo de automóveis nessa rodovia. Para somar a essa situação caótica, nos últimos dez anos Cotia vem recebendo um grande número de empreendimentos dessa natureza e cada vez mais a Rodovia Raposo Tavares vem aumentando seu fluxo de veículos advindos de inúmeras localidades da cidade e até das cidades vizinhas, atraídas pelos serviços encontrados na cidade. Para dar conta dessa análise sobre a questão dos novos empreendimentos propostos para a cidade de Cotia, solicitamos no ano de 2016 via ofício devidamente preenchido segundo os requisitos exigidos pela prefeitura, durante os trabalhos de campo, a quantidade de projetos aprovados pela prefeitura. Até o presente momento a prefeitura não se manifestou sobre o assunto, não nos emitiu resposta alguma e não sabemos exatamente qual a quantidade de empreendimentos e projetos aprovados na última década na cidade. Podemos constatar apenas que a chegada de mais um empreendimento do porte da Alphaville vai trazer maiores problemas de congestionamento e tantos outros já elencados no trabalho, causando imensa pressão aos serviços e infraestrutura oferecidos pela cidade. O trânsito na citada rodovia é apenas um de tantos outros que serão acarretados.

Foto 92. Raposo Tavares com trânsito intenso sentido São Paulo as 18hr.



Foto: Abbul, 2016.

Foto 93. Trânsito na altura do km 25 da Rodovia Raposo Tavares sentido São Paulo.



Foto: Abbul, 2016.

Podemos imaginar a situação dessa Rodovia em horários de pico pela manhã e pela tarde com a chegada de mais de 10.000 pessoas somente para o empreendimento da Alphaville, sem considerar os demais que estão surgindo na região

em todos os quadrantes da cidade. Outro impacto negativo que apontamos diz respeito à criação de uma nova estrada de ligação entre a Roselândia e a Estrada do Pau Furado que servirá como novo sistema de ligação com a Rodovia Raposo Tavares, além de rota de desvio do pedágio da Rodovia Castelo Branco e Rodoanel. Observamos uma inadequação na Estrada do Pau Furado já para a fase de início de obra, visto que esta estrada logo no seu início junto à Raposo Tavares possui uma aclividade acentuada, aclividade esta que cotidianamente já provoca problemas para caminhões e ônibus aos moradores da região. Os caminhões para vencerem as duas primeiras subidas precisam deixar parte da carga ao longo da estrada com a finalidade de vencer o trecho. Problema agravado com a sinuosidade de toda a pista e a falta de captação das águas fluviais que na época de chuva um grande rio atravessa a pista, cobrindo-a de cascalho, folhas e restos de árvores. Sem ainda mencionar a pouca dimensão da Estrada, o que já causou vários acidentes como o tombamento de caminhão mostrado na foto 94 abaixo.

Foto 94. Caminhão tombado na Estrada do Pau Furado.



Fonte: Acervo Calangos da Mata cedido por Marília Gruenwaldt.

É preciso considerar que um dos inúmeros impactos negativos será o aumento de tráfego no sistema Regional e que a estrada do Pau Furado pela sua configuração geométrica e características topográficas do terreno, não terá condições de

comportar esta nova função sem um projeto real e não mera adaptação. Segundo as informações do projeto apresentado pelos empreendedores o desmatamento “do total de área fora de APP que teria a vegetação suprimida, apenas 9,2% refere-se a matas em estágio inicial, médio e avançado (53 ha); assim é preciso levar em consideração a Legislação Ambiental em seu Decreto n.º 750 – 1993:

Art. 4.º. A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, serão regulamentadas por ato do IBAMA, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao CONAMA.

Parágrafo único. A supressão ou exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação remanescente da Mata Atlântica seja inferior a 5% da área original, obedecerá ao que estabelece o parágrafo único do art. 1.º deste Decreto (**Art. 1.º.** Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.)

Considerando o **Art. 5.º.** Nos casos de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só serão admitidos quando de conformidade com o Plano Diretor do Município e demais legislações de proteção ambiental, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

- I - ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;
- II - exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- III - de excepcional valor paisagístico.

Art. 6.º. A definição de vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração da Mata Atlântica será de iniciativa do IBAMA, ouvido o órgão competente, aprovado pelo CONAMA.

Mesmo no EIA/RIMA anterior do Espólio Celso Santos, considerado um EIA de má qualidade, o documento já apontava que nas matas da Granja Carolina havia abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção; que a região estudada exerce a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão; além de ser uma área de excepcional valor paisagístico como já assinalamos. Destacamos ainda que a área do projeto Vila Florestal – Reserva Cotia possui uma

topografia muito irregular, sendo a variação de nível no interior do residencial de 175 m, o que por si só, deveria inspirar cuidados nas intervenções que se apresentaram como propostas para a implantação do referido projeto¹⁸³. Foi possível constatar que a maioria dos lotes está projetada sobre colinas, morretes, morros baixos, morros altos e serrarias.

E que as Colinas e morretes na área de estudo apresentam altitudes entre 760m e 825m, amplitudes de 35m a 60m e declividades variáveis entre 5% e 20%. São sustentados por granitos e gnaisses graníticos e seus produtos de alteração, cujos solos apresentam composição predominantemente granular, de natureza arenosa ou siltosa. Quando expostos nos taludes das escavações, os solos permitem a instalação de processos erosivos de natureza laminar e linear, com a formação de sulcos e ravinas que tendem a evoluir rapidamente. “A presença de matações no seio dos solos residuais jovens dificulta a cravação de estacas e pode provocar recalques diferenciais na fundação de estruturas apoiadas nesses solos”¹⁸⁴

“Considerando-se a extensão das áreas a serem alteradas e, de modo geral, as declividades relativamente baixas, o eventual assoreamento dos sistemas de drenagem superficial estaria mais associado a processos de erosão laminar e sendo caráter generalizado” segundo as descrições apresentadas no próprio EIA, no capítulo 4. Em médio e longo prazo, a consequente redução do escoamento dos sistemas de drenagem superficial pode promover inundações ou alagamentos, os quais dificultam a circulação de veículos, e provocam a saturação dos solos, reduzindo seus parâmetros de resistência. “Por ser cumulativo, e caso apresente caráter persistente, pode atingir córregos e rios da sub-bacia do rio Barueri-Mirim (São João do Barueri), e do rio Cotia, estendendo-se para a AID.” Assim “A duração do impacto é temporária, ocorrendo apenas quando houver chuvas¹⁸⁵, e se manifesta de forma localizada em alguns pontos críticos do sistema hídrico, restrito aos elementos hidráulicos do sistema de drenagem superficial ou cursos d’água”. “É reversível, pois com a adoção das medidas de controle, o impacto deixa de ocorrer; pelo seu caráter cumulativo, pode se estender por médio e longo prazo, caso não seja controlado”¹⁸⁶.

Em função de todos os requerimentos e complementações que solicitamos ao CONSEMA através do Secretário Executivo deste órgão, Germano Seara Filho no

¹⁸³ Idem, p. 29 - anexo 11 do EIA/RIMA.

¹⁸⁴ EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia- Capítulo 4 – Meio Físico 1.11- p. 9-10

¹⁸⁵ A chuva é temporária, entretanto as consequências de difícil solução normalmente ficam para a prefeitura e municípios.

¹⁸⁶ EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia-Capítulo 6. L. 16.

momento das audiências públicas de Cotia e Itapevi nos dias 5 e 12 de fevereiro de 2008, mais documentos protocolados após as audiências na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, foram solicitadas complementações ao EIA/RIMA. Posteriormente, extraímos do Parecer Técnico 583/15/IE da CETESB que outro parecer emitido por esse órgão, após emissão de documentos reiterando o não atendimento de informações requeridas, o processo foi arquivado conforme Ofício 472/2014/IE, de 08/05/14. Conforme Ofício 213/2014/I, e em atendimento ao interessado, o Processo 13.536/2007 foi desarquivado mediante novo requerimento de licença. Em 23/10/14 foi protocolado um novo EIA/RIMA para o empreendimento denominado *Projeto Vila Florestal - Reserva Cotia*, para uma gleba de 479 ha, sendo 149 ha em Itapevi e 330 ha em Cotia. Em 08/12/2014 foi realizada Audiência Pública no Colégio Madre Iva, situado na Rua Nelson Raineri, 700, Lajeado, Cotia, São Paulo. A audiência transcorreu conforme os procedimentos definidos pela Deliberação CONSEMA 34/01.

Com essas características o novo empreendimento seria composto por 2 núcleos residenciais, sendo 1 em Cotia com 683 lotes, e 1 em Itapevi com 240 lotes, totalizando 923 lotes residenciais e uma população estimada de 8.890 pessoas. Do total dos dois residenciais tem-se 59,65 ha (12,5%) de área privada, convertida em lotes residenciais com área média de 550 m², lotes comerciais, clubes e portarias/apoio, 319 ha (66,7%) de áreas públicas, sendo 7,7% de sistema viário, 6,9% de áreas institucionais no município de Cotia, 0,4% de equipamentos públicos, 51,4% de áreas verdes e 0,2% de áreas de lazer impermeáveis, além de 16,6% de Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN proposta, 2,2% de faixa de servidão de alta tensão, 1,2% de reserva do proprietário, 0,2% do reservatório da SABESP e 0,7% dos corpos d'água.

Destacando que a movimentação de terra será de grande amplitude entre a formação do arruamento e nivelção dos 3.274 lotes no total. Assim, é bem provável que mais uma vez a cidade de Itapevi localizada em terrenos mais baixos (ver mapa 10 referente a topografia da cidade) irá ter seus problemas de enchentes e assoreamento das drenagens agravadas nos períodos de chuvas, como já ocorre conforme apresentamos nas fotos 47 a 50 do capítulo 3.

“Como os lotes serão entregues limpos e nivelados, a supressão de vegetação terá como subproduto a geração de resíduos vegetais. Ainda que a maior parte da vegetação a ser suprimida apresente biomassa reduzida e que boa parte dos resíduos vegetais gerados poderá ser reaproveitada ou reintroduzida no ambiente, a supressão de 37,5 ha de matas em estágio inicial e de 16,4 ha de matas mais evoluídas resultará na formação de um grande volume de material vegetal”. EIA

Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia- Capítulo 6. L. 25.

Na referida audiência pública de 08/12/2014 os principais questionamentos se referiram à ameaça à fauna e flora, vulnerabilidade ambiental da área, necessidade de manutenção dos remanescentes florestais, aumento da demanda por abastecimento de água, tratamento de esgotos, resíduos, especulação imobiliária, aumento da impermeabilização do solo, aumento do tráfego na Estrada do Pau Furado e na Rodovia Raposo Tavares, entre outros. Ainda, considerando o número de lotes apresentado pelos empreendedores como mostrado na figura abaixo (extraída do EIA/RIMA), fizemos a contagem dos lotes de acordo com o estabelecido na diretriz municipal para o processo 13.536/2007 e constatamos que em desacordo com a diretriz constam 53 lotes a mais do que o permitido por lei. Portanto é preciso rever esse erro no cálculo do número de lotes na Gleba Cotia, o que poderá causar o desmatamento de 26.500m² de Mata Nativa. Considerando as diretrizes fornecidas pelo município de Cotia, (figura 49) o citado empreendimento não obedece às exigências legais conforme as diretrizes estabelecidas pelo município de Cotia.

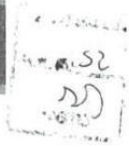
Figura 49. Certidão de diretrizes de uso e ocupação do solo urbano de Cotia.



PREFEITURA DE
COTIA
Trabalhando para o futuro



Prefeitura de Cotia - Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano



**CERTIDÃO DE DIRETRIZES DE
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Nº. 202/2014.**

De acordo com o requerimento formulado por **ALPHAVILLE URBANISMO S/A**, através do processo nº. CBM – **9.043/14** objetivando Certidão de Diretrizes **para Implantação de um Loteamento** na área cadastrada junto a esta Prefeitura sob o Nº. **23143.23.87.0035.00.000**, que está localizada à Rodovia Raposo Tavares, km 36 com a Estrada do Pau Furado, s/nº - Bairro do Ribeirão - Cotia e classificada dentro da nova Lei de Zoneamento Municipal, LEI COMPLEMENTAR nº. 95 de 24 de Junho de 2008, Lei Complementar nº 142 de 08 de novembro de 2011, Lei Complementar nº 164 de 05 de Dezembro de 2012 e Lei Complementar nº 190 de 19 de novembro de 2013, em **ZCEU I - ZONA DE CONTENÇÃO A EXPANSÃO URBANA** que possui as seguintes características, Índices e Usos de acordo com o **Artigo 15** e os ANEXOS V - Tabela de Índices Urbanísticos e VI - Tabela de Classificação das Atividades por Zonas, da citada Lei:

Artigo 15 - As Zonas de Contenção à Expansão Urbana - ZCEU tem os propósitos:

- 1) de servir de amortecimento às pressões urbanas de adensamento sobre áreas de alta suscetibilidade ambiental;
- 2) proteger a integridade dos elementos da ZPA relacionados no artigo anterior.

As atividades permitidas compreendem:

- a) Agricultura;
- b) Atividades rurais não impactantes;
- c) Residencial e comércio local.

§ 2º Visando a proteção ambiental, fica estabelecido o seguinte gradiente de parcelamento do solo, definido pela dimensão mínima de lote, de acordo com os tipos de zona ZCEU, a saber:

a)ZCEU-I: fração de 3.500 m² de área bruta para cada lote de 500 m² (área mínima de lote);

Obs. 01: Os anexos V e VI devem acompanhar a presente Certidão.

Obs. 02: Caso haja no local nascente ou curso d'água deverá ser obedecida uma faixa "non aedificandi" de conformidade com o Código Florestal e demais normas sobre esta matéria.

Obs. 03: O empreendimento pretendido, nos termos da presente legislação, é **PERMITIDO** no local em questão.

Obs. 04: Nas estradas Municipais deverá haver uma faixa não edificante de 15,00 metros contados do eixo da via em questão, incorporando-se a este o recuo zonal.

Obs. 05: O licenciamento de obras no Município deverá observar as disposições da Lei Complementar nº 183, de 21.08.13.

Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, aos 04 dias do mês de Setembro de 2014.

Expedida em 04.09.14 por
Cassandra M. G. Dias
Matrícula 45.110

ONOFRE DE O. FERREIRA
Arquiteto Urbanista
CAU nº A 19.263-5



Rua Jorge Caixe, 306 – Portão – 06716-900 - Cotia - SP - Tel. (0xx11) 4616-2919 / Fax: (0xx11) 4616-8929.

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Cotia.

Figura 50. Considerando a análise dos dados averiguamos 53 lotes além do permitido por lei de acordo com a diretriz de uso e ocupação do solo urbano de Cotia.

Referência EIA ano 2014 - capítulo 5/3 - DIRETRIZES dos lotes da gleba COTIA

Tabela 5.1-1: Quadro de Áreas do Projeto Vila Florestal - Reserva Cotia (em m²)

* Os equipamentos públicos correspondem aos reservatórios elevados do sistema de abastecimento de água, estações elevatórias de esgotos e vielas sanitárias.

Item	Descrição	Residencial 1			Residencial 2			Residencial 3			TOTAL		
		Lotes	Área (m²)	%	Lotes	Área (m²)	%	Lotes	Área (m²)	%	Lotes	Área (m²)	%
1.	Área Loteada	643	391.527	16,0%	352	222.821	26,2%	299	182.863	12,2%	1294	797.211	16,6%
1.1.	Lotes residenciais	637	343.584	14,0%	347	186.368	21,9%	296	158.372	10,6%	1280	688.324	14,4%
1.2.	Lotes comerciais	3	27.844	1,1%	2	11.809	1,4%	1	4.006	0,3%	6	43.658	0,9%
1.3.	Chube	1	18.226	0,7%	1	22.744	2,7%	1	19.656	1,3%	3	60.627	1,3%
1.4.	Portaria e Apoio	2	1.873	0,1%	2	1.900	0,2%	1	829	0,1%	5	4.602	0,1%
2.	Áreas Públicas		1.186.680	48,5%		564.461	66,4%		1.165.389	78,0%		2.916.531	60,9%
2.1.	Sistema viário		91.798	3,8%		105.810	12,5%		146.030	9,8%		343.638	7,2%
2.2.	Áreas institucionais		329.942	13,5%		-	0,0%		104.397	7,0%		434.339	9,1%
2.3.	Áreas verdes		750.454	30,7%		448.684	52,8%		900.101	60,2%		2.099.239	43,8%
2.3.1.	APP e áreas brejosas		414.521	16,9%		145.671	17,1%		300.007	20,1%		860.198	18,0%
2.3.2.	Fora de APP		301.013	12,3%		295.459	34,8%		580.672	38,9%		1.177.144	24,6%
2.3.3.	Áreas de lazer permeáveis e ajardinadas		34.920	1,4%		7.555	0,9%		19.421	1,3%		61.896	1,3%
2.4.	Áreas de lazer impermeáveis		8.730	0,4%		1.889	0,2%		4.855	0,3%		15.474	0,3%
2.5.	Equipamentos públicos *		5.756	0,2%		8.079	1,0%		10.006	0,7%		23.841	0,5%
2.5.1.	Lotes de equipamentos públicos		2.165	0,1%		1.488	0,2%		2.316	0,2%		5.968	0,1%
2.5.2.	Vielas sanitárias		3.591	0,1%		6.591	0,8%		7.691	0,5%		17.873	0,4%
3.	Outros		868.025	35,5%		62.407	7,3%		146.381	9,8%		1.076.813	22,5%
3.1.	Faixa de servidão da Alta Tensão		-	0,0%		61.675	7,3%		49.607	3,3%		111.281	2,3%
3.2.	Reserva do proprietário		-	0,0%		-	0,0%		51.497	3,4%		51.497	1,1%
3.3.	Reserva Particular do Patrimônio Natural		866.234	35,4%		-	0,0%		-	0,0%		866.234	18,1%
3.4.	Corpos d'água		1.792	0,1%		732	0,1%		29.328	2,0%		31.852	0,7%
3.5.	Reservatório da Sabesp		-	0,0%		-	0,0%		15.949	1,1%		15.949	0,3%
4.	Total da Gleba		2.446.232	100,0%		849.690	100,0%		1.494.633	100,0%		4.790.555	100,0%

2.446.232
849.690
3.295.922 3.500 (fração IDEAL - conforme diretriz)

441,69

Arredondando teremos **942 lotes de 500m²**

Fazendo o calculo : COTIA

Item	Descrição	Residencial 1			Residencial 2		
		Lotes	Área (m²)	%	Lotes	Área (m²)	%
1.	Área Loteada	643	391.527	16,0%	352	222.821	26,2%

Residencial 1 - Cotia.....643 lotes

Residencial 2 - Cotia.....352 lotes

995 lotes

942 Máximo permitido - conforme diretriz

53

são 53 lotes a mais do que o determinado por LEI

Assim mesmo, em nossa opinião, a degradação ambiental será muito maior do que os empreendedores estão dimensionando. Quando questionamos sobre a situação do esgoto gerado pelo contingente de pessoas a mais que se instalariam na região, os representantes dos empreendedores informaram que a rede de esgotos prevê a coleta de esgotos em todos os lotes do empreendimento e seu encaminhamento para o Sistema Isolado de Tratamento do empreendimento. Assim, o efluente tratado será lançado na confluência do córrego do Estiva com o rio Sapientã mas não concordamos em manter o benefício de tratamento dos efluentes somente com os novos ricos que viriam morar na região. Antes desse novo contingente de moradores temos os antigos que precisam ser considerados e terem prioridade no atendimento do saneamento básico e reiteramos aqui que os mesmos devem participar das discussões políticas e dos processos decisivos que ditarão outros rumos no cotidiano do lugar, da paisagem e de suas feições morfológicas.

Outros pontos também foram levantados, mas exigem um aprofundamento de estudos por parte de técnicos que estejam interessados em discutir esses problemas no âmbito do nível social, trazendo a população para dentro do processo decisório. Porém, a região de estudo abrange muitos elementos naturais e culturais, mas também envolve muitos interesses especulativos que aportam vultosos investimentos na idealização de novos empreendimentos de interesses particulares, o que deixa a população de fora desse processo decisivo. As regiões escolhidas destacam-se pela reunião expressiva de fatores bióticos e uma extrema compartimentação do relevo e cobertura vegetal. Esses elementos denotam um aporte de paisagens que demandam um conjunto de ações para sua manutenção como sistema regulador dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.

Apesar das singularidades regionais, o tema sobre a questão ambiental já foi e continua a ser bastante estudado pela Geografia e por outras disciplinas, sob as mais diversas abordagens teórico-metodológicas e com diferentes propósitos. Nos últimos anos as grandes novidades legislativas apontaram para a preservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural, temas que assumiram no mundo todo, a liderança no debate sobre organização do espaço, qualificação e na melhoria da qualidade de vida. Deve-se ressaltar também que as temáticas de preservação ainda enfrentam enormes resistências diante das forças econômicas e da velocidade na degradação cultural e ambiental frente ao processo de expansão urbana. Esse processo de expansão urbana avança sem o adequado planejamento urbano acompanhado de políticas que visam inserir a comunidade nos debates e nos processos decisórios nos usos do território.

Após a audiência pública ocorrida em 14 de dezembro de 2014, não se comentou mais nada sobre o empreendimento em questão. Apenas através do Parecer Técnico da CETESB nº 583/15/IE obtivemos informações mais recentes sobre o novo projeto. Assim, destacamos do Parecer Técnico que após análise do novo EIA/RIMA e complementações, foi emitido o Parecer Técnico 228/15/IE de 29/07/2015, o qual conclui pela inviabilidade ambiental do empreendimento, na forma como proposto. Assim foram solicitadas novas Complementações ao EIA/RIMA protocoladas em 26/01/2015. Em 06/08/2015 o interessado apresentou o projeto urbanístico revisado e em 21/08/2015 apresentou recurso administrativo ao referido Parecer Técnico 228/15/IE, de indeferimento de licença ambiental para o empreendimento Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, protocolado em 21/08/2015, com complementações protocoladas em 06/10/2015, 16/10/2015, 30/10/2015, 05/11/2015, 03/12/2015 e 04/12/2015¹⁸⁷. Considerando que no Recurso Administrativo foram apresentados documentos e novo projeto urbanístico contemplando as alterações e adequações indicadas no Parecer Técnico 228/15/IE, em 04/12/2015 foi emitido o Parecer Técnico nº 575/15/IE, deferindo o pedido de Recurso Administrativo interposto pelo interessado. Desta forma, esse novo Parecer Técnico refere-se à análise do novo Projeto Urbanístico apresentado em 21/08/2015 e suas respectivas complementações.

Realizadas as entrevistas em agosto e outubro de 2016 deparou-se com uma surpresa nada promissora: a grande maioria da população de Itapevi não soube informar nada referente ao projeto e disseram nunca terem ouvido falar desse projeto. Todos os 120 entrevistados alegaram que o governo municipal é péssimo e sobre a questão patrimonial ninguém soube responder com clareza o que seria esses patrimônios que estão correndo o risco de desaparecer. Em Cotia, das mesmas 120 pessoas entrevistadas, apenas 35 pessoas souberam responder algo sobre o projeto, mas de forma muito genérica. Apenas uma pessoa avaliou o governo municipal como positivo e as demais 85 avaliaram de forma negativa. Sobre a questão do patrimônio apenas 28 pessoas teceram comentários sobre o que seria o patrimônio histórico, embora não souberam responder o que seria os bens intangíveis relacionados ao patrimônio imaterial. O que espanta nessas duas cidades é a total falta de informação sobre o projeto Vila Florestal - Reserva Cotia. Não soubemos avaliar o que houve de fato, até porque o processo ainda continua e não se sabe como se dará o final, visto que as negociações com os

¹⁸⁷ Conforme informações extraídas do Parecer Técnico CETESB nº 583/15/IE de 04/12/2015.

parlamentares antigos talvez já não sejam as mesmas, considerando que houveram eleições em 02 de outubro de 2016 e o cenário político tende a mudar bastante. O CONDEPHAAT questionado recentemente sobre o processo respondeu em 22 de junho de 2009 que seriam realizados os estudos necessários para a consolidação das informações existentes sobre a área como segue na figura 51 abaixo, expedindo ordens para se encaminhar o processo à Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico.

Figura 51. Processo CONDEPHAAT número 00849/2003 em sessão ordinária de 22 de junho de 2009.

	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
---	---

Do Processo CONDEPHAAT	Número 00849	Ano 03	Rubrica
---------------------------	-----------------	-----------	---------

Int.: GRUPO ECOLÓGICO CALANGOS DA MATA

Ass.: Solicita estudo de tombamento da antiga Fazenda Granja Carolina, localizada no Km 34 da Rodovia Raposo Tavares, no Município de Cotia

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE JUNHO DE 2009
ATA 1536

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, pelo apensamento do Guichê 00862/03, que trata do pedido de estudo de tombamento do Sítio Maracananduva, área contígua à Fazenda Granja Carolina, no Município de Cotia, realizando os estudos necessários para consolidação das informações existentes sobre a área

Encaminhem-se os autos ao GEI/UPPH.

GP/CONDEPHAAT, 22 de junho de 2009.


ROVENA NEGREIROS
 Presidente

Fonte: CONDEPHAAT - SP.

Em consulta ao CONDEPHAAT em 2010, a senhora Luciana Juhas Maurus de Barueri obteve resposta do órgão informando que o guichê 00849/2003 permanecia em estudo preliminar reiterando que nessa fase do processo não havia restrições sobre o bem como segue na figura 52.

Figura 52. Parecer do CONDEPHAAT sobre a continuidade dos estudos sobre a área objeto de solicitação de tombamento ocorrida em 2003.

	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
---	---

Ofício UPPH/GT-321/2010
Processo 00849/2003

São Paulo, 25 de fevereiro de 2010.

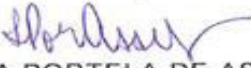
Prezada Senhora,

Em atenção à consulta de Vossa Senhoria, sobre o Guichê 00849/03, que se refere a pedido de abertura de estudo de tombamento da Fazenda Granja Carolina, cumpre-nos informar que a última manifestação deste Egrégio Colegiado acerca do guichê em tela consta na síntese de decisão da sessão ordinária de 22 de junho de 2009, ata 1536, cópia anexa, na qual o CONDEPHAAT deliberou pela continuidade dos estudos do bem em questão para consolidação das informações existentes sobre a área.

Sendo assim, informamos que o guichê 00849/2003 permanece em estudo preliminar, fase na qual não há restrição sobre o bem.

Sendo o que se apresenta no momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,


LEONORA PORTELA DE ASSIS
 Diretora do GEI


MARÍLIA BARBOUR H. CAGGIANO
 Coordenadora da UPPH

Senhora
LUCIANA JUHAS MAURUS
 Avenida Cauaxi, 293, AlphaVille
 Barueri – SP
 06454-010

Rua Mauá, 51 – Luz - São Paulo/SP
CEP: 01028-900

PABX: (11) 2627-8000
www.cultura.sp.gov.br

Depois dessa informação foi publicado no diário oficial em agosto de 2014 (figura 53), resposta à Alphaville Urbanismo referente a sua solicitação de informação sobre o processo, ao qual o CONDEPHAAT indicou que as análises do processo permaneciam com o setor técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico e que o mesmo encaminharia os autos para deliberação sobre a pertinência ou não da instauração de tombamento por parte do colegiado do CONDEPHAAT.

Figura 53. Parecer do setor técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico referente ao processo 00849/2003.

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

quarta-feira, 6 de agosto de 2014

Processo 00849

Interessado: ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

Referente ao imóvel localizado na: RODOVIA RAPOSO TAVARES, KM 34, COTIA – SP (Granja Carolina e Sítio Maracananduva).

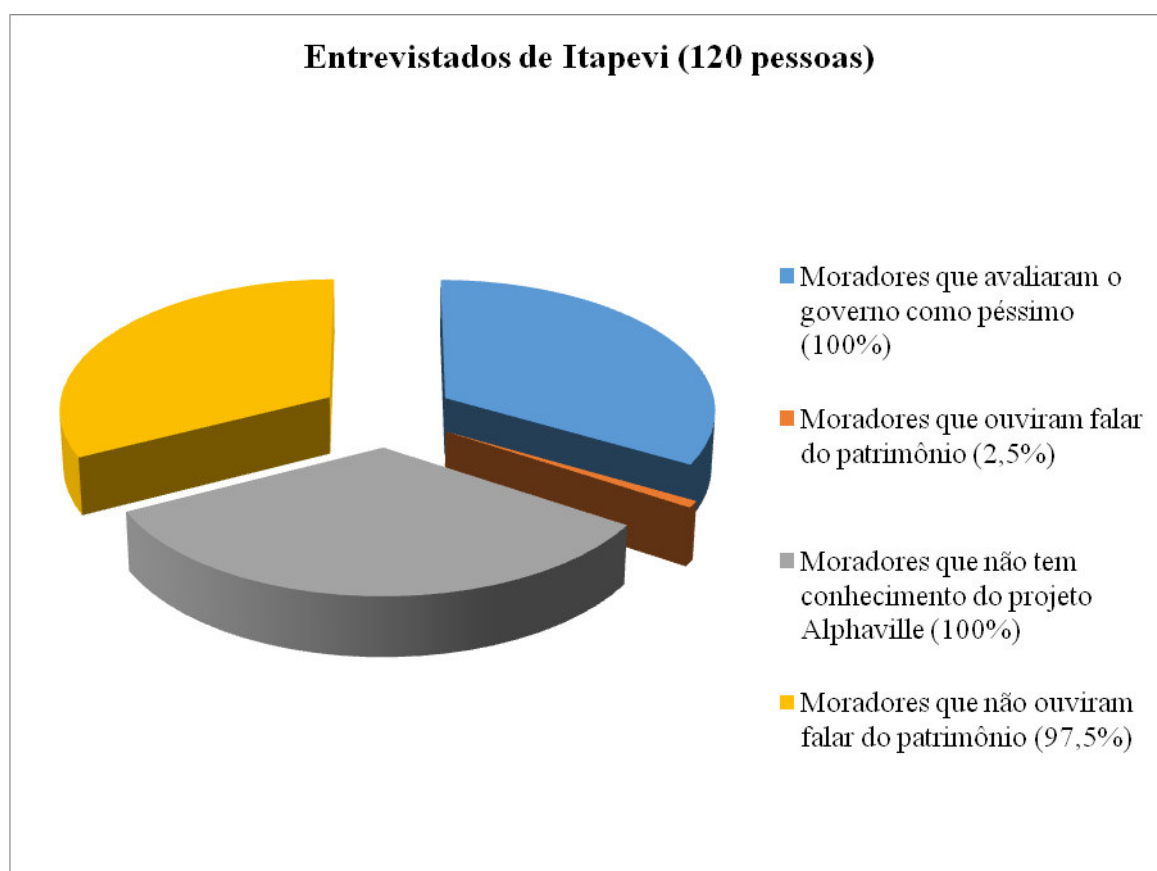
Comunicado – Em atenção à consulta referente ao Guichê 00849/03 – pedido de tombamento da antiga Granja Carolina e Sítio Maracananduva, nos municípios de Cotia e Itapevi, cumpre-nos informar que os autos permanecem sob a análise deste setor técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – UPPH, na condição de dossiê preliminar. Somente após a conclusão dos estudos técnicos, os autos serão encaminhados ao Colegiado do CONDEPHAAT para deliberação sobre a pertinência, ou não, da instauração do processo de tombamento da área. Portanto, ATÉ A PRESENTE DATA, não há quaisquer restrições do CONDEPHAAT sobre o local.

Fonte: CONDEPHAAT - SP.

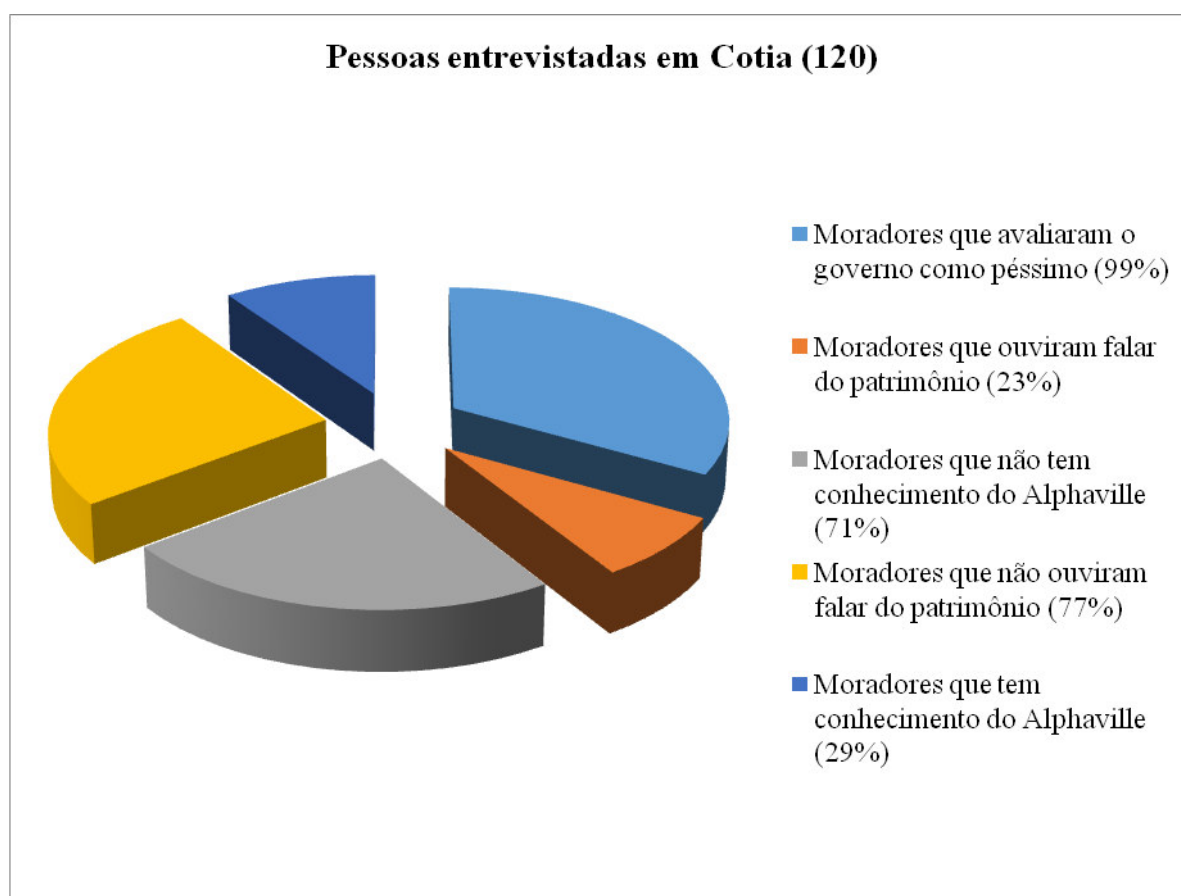
Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 06/08/2014, referente ao pedido de tombamento da antiga Granja Carolina e Sítio Maracananduva, nos municípios de Cotia e Itapevi, informando que até a presente data não há quaisquer restrições do CONDEPHAAT sobre o local.

No fechamento deste trabalho encaminhamos e-mail ao CONDEPHAAT em 20 de setembro de 2016 solicitando informações sobre o processo, pois na plataforma do órgão não constava o número do processo, sendo difícil localizar qualquer tipo de informação. No dia 21 de setembro o órgão respondeu que o Processo nº 0089/2009, encontrava-se no Setor de Protocolo, arquivado. Como o processo ainda está em andamento não se pôde avaliar de forma completa o resultado final de toda essa dinâmica, no entanto, o questionário aplicado já nos dá uma dimensão do restritivo conhecimento da população sobre a questão patrimonial e sobre o projeto da Alphaville nas duas cidades. Diferentemente do projeto anterior onde toda a população tinha conhecimento sobre o mesmo, nesse novo projeto, com exceção dos órgãos municipais de Cotia, os demais atores e sujeitos sociais não tem conhecimento nenhum sobre a questão em tela. Assim, ainda que de forma inconclusiva, apresentamos nos gráficos 20 e 21 abaixo alguns elementos resultantes das entrevistas aplicadas nas duas cidades.

Gráfico 20. Entrevistas aplicadas na cidade de Itapevi.



Fonte: Entrevistas aplicadas em Itapevi, 2016/ SILVA, J.C.

Gráfico 21. Entrevistas aplicadas na cidade de Cotia.

Fonte: Entrevistas aplicadas em Cotia, 2016/SILVA, J.C.

Consideramos esse desconhecimento coletivo sobre o projeto Alphaville como algo preocupante na avaliação desse processo decorrente, pois a falta de informação por parte dos sujeitos de certa forma inviabiliza a organização dos mesmos em busca de melhorias e de transformações positivas na cidade e em seus espaços de reprodução cultural. Assim, defendemos a permanência dos usos tradicionais contemporâneos, nesses espaços coletivos da história, da memória e da cultura, mas para isso se faz necessário certo grau de conhecimento por parte dos sujeitos, frente às políticas de apropriação do território. Nesse sentido, inferimos que esses espaços coletivos só se estabelecerão como tal, quando a luta for pelo resgate de seu valor de uso comum de todos em detrimento ao seu valor de troca tão em voga a atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos fenômenos das últimas décadas deste século é, sem dúvida, o crescimento urbano e a especulação imobiliária. Não se pode negar que as cidades cresceram e a verticalização é o símbolo da evolução até dos pequenos municípios... Símbolo de uma prosperidade, no mínimo questionável. Num outro polo estão os órgãos preservacionistas. Num outro os cidadãos... *No meio disso tudo estão os patrimônios culturais e ambientais...* Nada mais complexo do que tentar conciliar interesses tão diversos... (WITTER, 1998, p. 139, grifos nosso).

Com base no exposto ao longo do trabalho e considerando o histórico de ocupação da área de estudo como um todo, necessário se faz tecermos considerações sobre algumas questões que deveriam nortear o planejamento urbano das duas cidades, considerando todos os aspectos já mencionados que caracterizam a dinâmica de ocupação do espaço. As propostas que visam o benefício de um determinado grupo de pessoas sejam de um bairro ou de uma cidade devem prioritariamente passar por uma consulta popular como estabelece os termos que caracterizam o processo de um plano diretor. Essa consulta popular deve vir com o propósito de melhorar a qualidade de vida de seus moradores e usuários, promovendo o progresso urbano, econômico e social para todos fundamentado nos princípios, normas e instrumentos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica do Município, como instituído no artigo 1 do Plano Diretor de Cotia por exemplo. Dependendo da intervenção a ser feita no espaço territorial de uma cidade, a comunidade envolvida diretamente ou que esteja na área de influência direta (AID) e área de influência indireta (AII) do empreendimento, deveria ser convidada para apresentar suas contribuições, nos termos da Audiência Pública, para que o setor governamental possa colher informações e subsídios da população, assim também como colher críticas ao projeto. Nem sempre os projetos discutidos no âmbito de uma sala ou gabinete sem a participação popular vão beneficiar a comunidade em detrimento de outros interesses, assim como os processos decisórios não devem levar em consideração somente as opiniões de parlamentares, governo local ou do setor empresarial.

O Grupo Calangos da Mata vem acompanhando a questão da Granja Carolina já há muitos anos e com o projeto anterior do Espólio Celso Santos, aprendemos muitas coisas com o manuseio do EIA/RIMA, o entendimento do processo

de avaliação ambiental, do licenciamento e dos procedimentos técnicos que derivam de um projeto seja ele qual for. Nessa fase de discussão (2003) quando estávamos preparando o documento para solicitar ao CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, o pedido de tombamento da área de estudo para maiores averiguações e estudos, fomos procurados primeiramente via telefone, pelo professor Dr. Aziz Ab’Sáber, que sabendo de nossa luta e do comprometimento do Grupo Ecológico Calangos da Mata¹⁸⁸ nos apresentou uma proposta de documento para o qual deveríamos dar maior ênfase no pedido de tombamento de área. Sabendo do trabalho sério que o Prof. Aziz desempenhou no processo de tombamento da Serra do mar enquanto era presidente do CONDEPHAAT, fizemos da forma que ele ditou no telefone e escrevemos o documento que anexamos com o nosso e enviamos ao CONDEPHAAT, resultando na abertura de um guichê nesse órgão para averiguação do mesmo através de diligência por parte de seus colegiados.

Na época combatemos o projeto produzindo um “anti-Rima”¹⁸⁹ que protocolamos em diversos órgãos ligados as questões ambientais, mas foi através do Ministério Público Estadual e Federal que tivemos uma melhor resposta a nossos anseios. Na verdade, a Juíza do Ministério Público Federal, a Sr^a. Maria Cristiana Simões Amorim arquivou nosso processo, porém, informou através do **Ofício GAB/MCSA/03-11801** (cópia do mesmo se encontra no apêndice 11), que caso não concordássemos com o referido arquivamento da solicitação, poderíamos recorrer interpondo recurso junto a 4^o Câmara - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, preferencialmente no prazo de 15 dias, o que foi feito imediatamente e assim pudemos garantir vistas ao processo por outros magistrados. Assim o Ministério Público fez uma série de exigências para o empreendedor e o projeto urbanístico foi arquivado pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) por falta de apresentação de documentos por parte dos empreendedores em tempo hábil. Em 2007 a Empresa Alphaville apresentou um novo projeto urbanístico bastante modificado em relação ao projeto anterior, mas também cometeu graves falhas ao não apresentar diversas informações claramente e até houve tentativa de manipulação de dados e informações, o que não passou despercebido por nós que tínhamos conhecimento da

¹⁸⁸ Segundo ele, após acompanhar nossa trajetória pelas informações contidas nos jornais regionais, principalmente a Revista Circuito da Informação e o jornal quinzenal Jornal D’Aqui. Cópias de algumas edições se encontram nos anexos ao final do trabalho.

¹⁸⁹ Assim denominamos nosso trabalho, pois em cada proposta apresentada no EIA/RIMA do empreendedor, questionamos os resultados apresentando alternativas ou solicitando que os estudos fossem realizados com mais critérios e transparência.

área. O EIA/RIMA do projeto foi protocolado no DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental) em 27/12/2007, ou seja, em um período de recesso onde não haveria possibilidade de pedir vistas ao processo (cópia dos modelos de requerimento de pedido de vistas do DAIA e do CONDEPHAAT estão no apêndice 8), pois os técnicos precisariam analisar o documento antes de encaminhá-lo à outra seção ou departamento/órgão dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Mesmo assim, quando chegou o momento das audiências públicas que ocorreram em 2008, apresentamos as várias falhas do EIA, inclusive a tentativa de omissão de informações como sete nascentes de água na área do empreendimento. Por se tratar de uma denúncia em plena audiência pública, fomos ameaçados de processo por um dos representantes do empreendedor já citado no corpo do trabalho.

Solicitamos um pedido de revisão de ao menos doze pontos no projeto e apresentamos aos órgãos de Meio Ambiente, novas denúncias de irregularidades, o que levou a Empresa a rever o projeto. Enquanto prosseguiam as discussões, na elaboração deste trabalho elegemos como necessidade a busca por informações sobre a constituição dos aglomerados urbanos no Planalto de Piratininga, designado recentemente como Planalto Paulista, para tentar entender a conjuntura histórica que culminou no crescimento e posterior espraiamento da grande metrópole. O capítulo 1 dá conta da trajetória do Grupo Calangos da Mata em toda a sua trajetória de vida e atuação. Nas pesquisas e capítulos seguintes extraímos o quadro de formação e desenvolvimento dos aglomerados urbanos no Planalto de São Paulo desde os tempos da chegada dos povos além-mar e constatamos que desde o início, o crescimento e desenvolvimento de São Paulo estavam apoiados na destruição dos povos originários e das culturas estabelecidas por esses povos. Autores como Monteiro, Petrone, Bueno e Quintiliano deram importantes contribuições nessa análise apresentada no capítulo 2 desvendando essa realidade de tempos pretéritos. No capítulo 3 analisamos o crescimento da cidade e suas transformações ao longo dos séculos, averiguando que as novas estruturas culturais e de aglomerações urbanas foram novamente destroçadas para dar lugar aos novos padrões de desenvolvimento da grande metrópole. Essa análise ficou por conta de autores como Santos, Ghorra-Gobin, Davis, Harvey, Lefebvre, Simel, Soja, Hall, entre outros, desvendando a conjuntura dos processos capitalistas e hegemônicos da (pós) modernidade e os elementos e tendências da globalização. Esse capítulo trouxe também a questão da emergência do patrimônio cultural e ambiental, onde autores como Gonçalves, Choay, Costa, Meneses, Faria, Canclini, Márcia Chuva, Diniz Filho e mais

uma gama de autores que discorreram questões relacionadas com o patrimônio. Nesse capítulo trazemos também as constituições das cidades de Cotia e Itapevi, com toda a sua problemática sob influência da grande metrópole. No capítulo 4 trazemos a questão dos patrimônios elencados no quadrante oeste da RMSP que veem sofrendo com os impactos negativos das novas concentrações urbanas advindas do novo espraiamento da grande metrópole. Finalmente chegamos à discussão dos processos de especulação imobiliária no capítulo 5, mais uma vez apontando as consequências desse processo sobre as comunidades constituídas nas periferias da região estudada em Cotia e Itapevi. No capítulo 6 as discussões prosseguem elencando os projetos apresentados para a região, destacando a área da Fazenda Granja Carolina como palco das discussões acerca do futuro das cidades e nessa etapa da discussão a população esteve o tempo todo a favor de uma melhor adequação do projeto por parte dos empreendedores. Dessas pessoas é preciso fazer menção ao Mário Rogério Sevilio de Oliveira, ao Jean, Marília Gruenwaldt e ao Manoel, pessoas que cederam seu tempo e com garras enfrentaram diversas situações de embate durante todo esse processo que ainda prossegue. Também não poderíamos deixar de mencionar o grupo de amigos que ao final desse trabalho se debruçaram sobre os problemas apresentados e contribuíram de maneira singular na realização das entrevistas. Entre eles, José Antônio da Silva, Viviane Fernandes da Silva, Jeane Oliveira, Anderson, Léia, Ângela e outros. Sem essas pessoas esse trabalho não teria êxito. Continuando nossa análise, enquanto esse embate acontece, os municípios foram passando por mudanças estruturais em sua configuração espacial. E principalmente no caso de Cotia com o advento da explosão de condomínios com a conivência do governo local que se perpetuou no poder, houve um gradativo aumento nos problemas já evidenciados por conta de políticas sem planejamento. A falta de água para abastecimento (Ribeiro, 2004) que já se mostrava um problema grave só tem aumentado, uma vez que a Represa da Graça no Morro Grande já não atende mais as necessidades. Há perspectivas de melhoras nesse sentido com a construção do aqueduto de São Lourenço que promete trazer água do Vale do Ribeira para a região de São Paulo. Parte dessa tubulação será implantada justamente sobre a fazenda Granja Carolina, cortando ao meio uma parte da gleba. Por outro lado é fácil constatar que houve aumento da poluição, mais demandas por serviços públicos, queda na qualidade de vida da população residente de longa data na cidade, maiores problemas de saúde, demanda por escolas e demais serviços, de acordo com informações da própria comunidade nas conversas informais que tivemos e durante as entrevistas. Também

observamos diretamente muitas destas realidades e podemos testemunhar com certeza e clareza as afirmações relatadas e observadas nas duas cidades.

O trânsito na Rodovia Raposo Tavares que já era um caos total em idos de 2003, hoje se encontra praticamente intransitável por longas horas na parte da manhã e depois das 16h da tarde, nos chamados horários de pico. A novidade que já apontávamos lá atrás é que agora o trânsito não se limita mais no sentido interior – centro e sim nos dois sentidos por conta dos novos empreendimentos de serviços implantados ao longo da Rodovia Raposo Tavares e dos vários empreendimentos urbanísticos implantados na cidade nos últimos anos¹⁹⁰. O setor de serviços cresceu de forma desordenada e algumas aglomerações de serviços acabaram por prejudicar a dinâmica locacional das pessoas. Não há mais espaço para o cidadão que anda a pé porque os carros dominaram todo o cenário urbano e quem está de carro também não consegue se locomover porque o fluxo de veículos aumentou consideravelmente e todas as vias ficaram tomadas por veículos. Há ruas onde não há calçadas na tentativa de aumentar o fluxo, porém as pessoas não têm onde caminhar e são obrigadas a caminharem na rua juntamente com os carros.

A cidade que já era um caos se tornou algo que ainda não sabemos denominar e exige uma intervenção por parte do poder público que traga de volta a dignidade das pessoas, o reencontro, a interação, a identificação com o lugar, com a paisagem, com os espaços de lazer, de vivência... Só depois de muitos anos começamos a entender o que o Prof. Aziz já alertava lá atrás quando versava sobre a falta de um planejamento mais transparente e um estudo do Metabolismo Urbano das cidades para entender todos os seus fluxos e refluxos. Essa discussão sobre o Metabolismo Urbano causava uma série de tremores por parte dos órgãos administrativos e cada vez mais era adiada uma discussão nesse sentido. São Paulo vem se afunilando a cada dia com o aumento de veículos circulando e aumento da frota sem critérios. A Rodovia Raposo Tavares já foi duplicada em alguns trechos, em vários outros houve o alargamento das faixas comendo canteiros laterais para dar vazão aos carros, mas foi inútil essa tentativa porque as obras não acompanharam o aumento dos fluxos e a Prefeitura não se mostrou eficaz na condução da cidade.

¹⁹⁰ Solicitamos via ofício informações à Prefeitura de Cotia sobre a quantidade de empreendimentos que foram aprovados desde o ano 200 até 2015, mas até o momento fomos ignorados nessa solicitação. A nosso ver, a Prefeitura se nega a emitir esse tipo de informação que deveria ser público.

A população sofre as mais inadmissíveis situações e desrespeito por parte da Prefeitura e a representatividade dos Vereadores se limita a aprovar cada vez mais condomínios de diversos níveis na ânsia de maiores arrecadações de impostos, sem discutir mais detidamente os problemas emergentes destas políticas de adensamento populacional e demais problemas já tão frequentes em outras cidades de diversos portes. Estamos a repetir os erros do passado e os problemas só tem aumentado. Itapevi já vem sofrendo com enchentes a cada nova chuva porque muitos setores de morros foram ocupados e todo o sedimento gerado vai direto para o fundo de vale que é a zona central da cidade, o que causa o transbordo do rio e consequentemente os danos a toda a população residente ao entorno. O que assistimos atualmente é um grande jogo de interesses corporativos que tendem a corroer a opinião pública para a implantação de projetos à revelia da população, projetos que vão atender apenas aos interesses econômicos de um pequeno e seletivo grupo de investidores que com a lógica da especulação (AB'SÁBER, 2003) transformam todos os espaços em mercadorias e não levam em consideração as contribuições importantíssimas que a população poderia fornecer, e assim ajudar a construir sua história do lugar e no lugar onde se encontram.

O que assistimos nas duas cidades é uma escalada da especulação e a expansão do comércio de terras e imóveis urbanos, bem como a grande importância da terra como reserva de valor, implementando e disseminando de forma voraz os problemas sócio espaciais e a deterioração cada vez mais profunda da qualidade de vida (MONTE-MÓR, 1998), o que permite identificar momentos históricos e agentes sociais de maior ou menor impacto na produção do espaço urbano. Assim se faz necessário uma maior contribuição de estudos e subsídios da comunidade porque atualmente ainda são raros os estudos em áreas de conflito como é o caso da Granja Carolina. Há necessidade de análises que levem em conta os processos derivados das diversas intervenções humanas que venham direcionar a produção de instrumentos técnicos de planejamento territorial urbano. Entre os diversos projetos implantados, o sistema viário é um dos mais importantes que se deve pensar em conjunto para evitar os constrangimentos causados pela falta de um planejamento mais participativo. Haja vista o que já ocorre na Rodovia Raposo Tavares por falta de um planejamento contundente que levou a cidade de Cotia a uma situação caótica de difícil solução.

A segregação e periferização seguem se reproduzindo constantemente como em um ciclo sem resolução definitiva e as cidades de Cotia e Itapevi, entre tantas outras, vem apresentando cada vez mais os problemas de deterioração de recursos naturais,

paisagísticos e culturais. Colocar esse debate na agenda da sociedade foi a missão do Programa Metrópoles Saudáveis, quando de sua realização, na tentativa de lançar luzes sobre o problema, em busca de possíveis soluções, incluindo-se maior compreensão pelas comunidades com relação às situações degradantes e de risco onde há de se considerar o saber popular como forte componente social. Ademais, o debate em torno dessa temática não pode se estruturar, senão por meio da participação efetiva dos diferentes setores da população, sem prescindir dos debates e conhecimentos técnicos dos órgãos envolvidos. Também não se deve prescindir daqueles que se dedicam à reflexão teórica do fenômeno urbano, técnicos e pesquisadores. Para Cotia e Itapevi se faz necessário e urgente lançar olhares mais atentos e responsáveis na condução das decisões políticas locais.

Os Planos Diretores Municipais se tornaram meros instrumentos de negociação prevalecendo os interesses do capital especulativo, principalmente em se tratando da política habitacional, onde o setor imobiliário assegura seus interesses e a falta de planejamento deixa de se fazer presente. Mesmo com todas as singularidades que se encontram na área de estudo, constatou-se a ausência de políticas de preservação cultural e ambiental que coloque em pauta a valoração desses espaços urbanos como patrimônio histórico-cultural. As políticas de planejamento urbano ainda não contemplam as reais necessidades da urbanidade, da paisagem, das relações e inter-relações necessárias à reprodução do espaço urbano, dos usos do território e de uma gestão democrática como apregoam os inúmeros textos legislativos, os chamados diplomas legais.

É preciso que as autoridades e os atores sociais sejam capazes de prever impactos, a diferentes tempos do futuro, e salientamos que é absolutamente necessário focar para o zoneamento físico e ecológico de todos os domínios de natureza do país. Também é preciso estabelecer um diálogo com os atores sociais atentando para que os mesmos se debrucem sobre seus problemas e reflitam mais sobre a sociedade e as suas mais diversas contradições materializadas no espaço. O que assistimos no presente é claramente o caminho inverso dos órgãos ordenadores do território, se utilizando da máquina pública sob as ordens do capital como instrumento ideológico de alienação do ser subtraindo sua condição de sujeito histórico-crítico e transformador da realidade social a que está submetido. A cidade se expande todos os dias em mais de uma direção, constituindo grandes manchas de regiões empobrecidas e esquecidas pelo poder público nos limites urbanos, acentuando cada vez mais a precarização da qualidade de vida

social das pessoas. Nesse contexto está inserido o embate entre as necessidades sociais e ambientais que permeiam os movimentos urbanos. Naturalmente, esse trabalho não se encerra nessas laudas, pelo contrário, desejamos profundamente que geógrafos, historiadores, artistas diversos, antropólogos, sociólogos, filósofos, demais pesquisadores e estudiosos se sintam convidados a emitirem suas contribuições, críticas, observações, questões e demais atributos do conhecimento para o progresso das correntes científicas. Por enquanto, ao sabor das grandes transformações do momento, deixemos para reflexão a questão de nosso ilustre homenageado nesse trabalho.

A grande pergunta que se faz é como minimizar racionalmente os impactos negativos do caos progressivo daqui a cem anos ou até vários séculos. Esperamos que a humanidade continue vivendo na Terra por milhões de anos, daí porque temos de exigir uma ética permanente para com o futuro por parte dos governos, administradores, políticos e intelectuais. Será que o processo civilizatório do terceiro milênio estará apto à fenomenal tarefa de reorientar o caos em andamento?

(Aziz Nacib Ab'Sáber, 2004, p. 98).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**/Aziz Ab'Sáber. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. **Meditações sobre a geografia humana** – da coexistência de riqueza e pobreza, surge uma responsabilidade aumentada para intelectuais. Observatório, Scientific American Brasil, ano 2, nº 20. Janeiro de 2004.
- _____. **Natureza primária de São Paulo de Piratininga** – um passeio pelo mosaico de campos e matas da região quando começou a ser colonizada. Observatório, Scientific American Brasil, ano 3, nº 25. Junho de 2004.
- _____. **São Paulo na aldeia global em marcha** – Será que o processo civilizatório estará apto à tarefa de reorientar o caos em andamento? Observatório, Scientific American Brasil, ano 3, nº 28. Setembro de 2004.
- _____. **Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo**. Edição Fac - Similar - 50 anos. Tese de Doutorado. Ateliê Editorial, 2007.
- _____. **Leituras indispensáveis**/Aziz Ab'Sáber, (org), - São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- _____. **O que é ser Geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Ab'Sáber/em depoimento a Cynara Menezes, 4ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ANTÔNIO FILHO, Fadel David. **Velhos caminhos da Serra da Bocaina: Tropeiros e cafezais**/ Rio Claro: IGCE/UNESP – Pós-Graduação em Geografia, 2010.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. **O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas**. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). *Patrimônio*: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006.
- AZEVEDO, Aroldo de. **A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana**. Volumes II, III e IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e Aldeamentos de índios. Boletim Paulista de Geografia, nº 33. AGB São Paulo, 1959.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis, orgs. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista** / Carlos de A. P. Barcellar; Lucila R. Brioschi, orgs. São Paulo: Humanidades FFLCH/USP, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Écrits Français**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOMENY, Helena Bousquet. O Patrimônio de Mário de Andrade. (org) Márcia Chuva

in: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 – 1822)**. Anais do Museu Paulista. Vol. 17, nº 2 – São Paulo. Jul/Dec. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200013

Acesso em 01/06/2016.

BUTLER, R. W. **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources**. In: Canadian Geographer, XXIV, 1, 1980.

BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**, volumes I, II e III. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1954.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloísa P. Cintrão; Ana R. Lessa. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização**. Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII - no 11, 12 e 13 - set./out., 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano** / Ana Fani Alessandri Carlos – 1. Ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Organizadores) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI** – São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Bernadete. **Patrimônio Plural e Singular: a dupla face da mesma moeda**. In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder / Everaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (organizadores) **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª Ed – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial** / Everaldo Batista da Costa; coordenação Francisco Capuano Scarlato. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288 p.

DARDEL, Eric. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica/Eric Dardel; tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Mike Davis; tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo – A História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**/Warren Dean; tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. In: Boletim Geográfico, São Paulo (14): 141-148, 1944; (15): 229-308), 1944.

Dicionário on line de português. In: <https://www.dicio.com.br/mameluco/>. Acesso em 28/04/2017.

DINIZ FILHO, L. L. **O “monumento dos bandeirantes”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura**. In: Boletim Paulista de Geografia. p. 65-82. São Paulo: AGB, 1992.

ESKINAZI, Bruna Garcia. **Densidade técnica e especialização regional produtiva: as dinâmicas de produção de celulose no Vale do Paraíba Paulista**/Bruna Garcia Eskinazi. Rio Claro, 2014. Trabalho de conclusão de curso. Orientador: José Gilberto de Souza.

FARIA, Luiz de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. À guisa de depoimentos e reflexão. In: (org) Márcia Chuva - **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

FERREIRA, Juca. **Cultura e Resistência**. In: SINGER, André. Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise / André Singer...[et al]; organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; (ilustração Laerte Coutinho). 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. – **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ/MinC-Iphan. 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: introdução à sociedade patriarcal no Brasil**. 9.ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

GENTIL JUNIOR, Gilberto. **Embu das artes: cidade perdida no tempo ou tempo**

resgatado em seu espaço?! Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. São Paulo: DG/USP, 2004.

GHORRA-GOBIN, Cynthia. **À l'heure de la deuxième mondialisation, une ville mondiale est-elle forcément une ville globale?** Confins [online] 5, 2009, posto online em 11 abril 2009, URL: <http://confins.revues.org/5726>; consultado em agosto de 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos – “O patrimônio como categoria de pensamento” in CHAGAS, Mário e ABREU, Regina. - **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP&A. 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Templo e o Fórum – Reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: (org) Márcia Chuva - **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

GRUENWALDT, Marília. SILVA, J.C. **Pedido de revisão do Mega Empreendimento Imobiliário Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia – Processo SMA 13.536/07**. Documento Calangos da Mata, SP, 2009. Trabalho não publicado.

GRUENWALDT, Marília. **Envolvimento Sustentável - Cotia/Itapevi**. Calangos da Mata, 2004. Trabalho não publicado.

_____. **Projeto Santos Festeiros**. 2007, Itapevi. Trabalho não publicado.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 24. Ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8ª Ed. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1975.

Jornal D'Aqui – 2ª quinzena de abril de 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 5ª Reimpressão, 2015.

Legislação sobre patrimônio cultural. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

LUNÉ, Antônio José Baptista de. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**/organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1985. Reprodução

fac-similar da edição publicada pela Typographia Americana em 1873.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700 – 1836**. Dissertação de Mestrado – 1974.

_____. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População 1750 – 1850**. São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MELO, Alberto. **Ditos e Reditos em torno do desenvolvimento Local**. A Rede. Novembro de 1988, p. 5-8.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano**. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MIRANDA, M. J. **La interpretacion del patrimonio natural y cultural: todo um caminho por recorrer**. In: **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**. Ano 6. No. 25, 1998. P. 150-157.

MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOGUE, Joan. **Paisaje y turismo**. In: **Estúdios turísticos**, nº. 103: 35-45, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. CARLOS, Ana Fani Alessandri, (organizadores), **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Fabrício de, SILVA, José Carlos da. **Metropolização, Turismo e Patrimônio Cultural: O Olhar para a Periferia em Embu das Artes e Cotia – São Paulo, Brasil**. 2013. (Trabalho não publicado).

OLIVEN, Ruben George. **Patrimônio Intangível: considerações iniciais**. in CHAGAS, Mário e ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP&A. 2003.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico**. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina (XII EGAL). 12. 2009, Montevideu. Anais XII EGAL. On line. 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na**

contemporaneidade. In:

<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/PELEGRINI,%20Sandra%20C.%20A.pdf>

III Encontro de História da Arte-Unicamp. Campinas, 2008. Acesso em 11/05/2016.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulista**. São Paulo: Edusp- 1995.

PROCESSO 398/89, de 20 de julho de 1986 – Ministério Público Estadual.

PROJETO GRANJA CAROLINA – Processo SMA 13.697/00 (de responsabilidade da JPG Consultoria e Participações Ltda). São Paulo – EIA/RIMA, 2000.

PROJETO Vila Florestal – Reserva Cotia - Processo SMA 13. 536/07 (de responsabilidade da empresa Alphaville Urbanismo S/A). São Paulo - EIA/RIMA, 2007.

QUINTILIANO, Aylton. **A Guerra dos Tamoios**. Rio de Janeiro: REPER Editora, s d. Revista Circuito da Informação – Edição de abril de 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Relações Sociedade– Estado: elementos do paradigma administrativo**. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, A no X II, Nº 2, 1998, p. 107- 125.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**/Darcy Ribeiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Gestão das águas metropolitanas**. In: Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI / Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores). São Paulo: Contexto, 2004.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **São Paulo: a cidade e as águas**. In: Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI / Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores). São Paulo: Contexto, 2004.

RUIZ, Rafael. Colonos e Jesuítas no Planalto. A força dos usos e costumes na Vila de São Paulo. In: **São Paulo, uma longa história**/Coordenação de Ana Maria de A. Camargo. São Paulo: CIEE, 2004. Série Nossa História.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Ruth Rocha**; ilustrações Maria Luiza Ferguson – São Paulo, ed. Scipione, 1996.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Hélio José dos. **“Comportamento Morfodinâmico do Meio Físico: Análise das Erosões no Município de Itapevi-SP”**. Tese de Doutorado em Geografia Física apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP. 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A urbanização brasileira**. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo, Hucitec, 1996.

SILVA, J. C. e ACHEL, A. R. **Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – Antigo Caminho de Itu.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaços de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida do espírito.** In: FORTUNA, C. (org.). Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. São Paulo: Celta Editora, 1997.

SOJA, Eduard William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, José Gilberto de. Local-Global: Território, Finanças e Acumulação na Agricultura. **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul.** (Org) LAMOSO, Lisandra Pereira – Curitiba: Ithala, 2016.

WITTER, José Sebastião. **O crescimento urbano e a preservação do patrimônio cultural.** 3º Encontro interdisciplinar sobre o estudo da paisagem/OLIVEIRA, Livia de.; e MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadephro. (Orgs). Rio Claro: UNESP, 1998. (Cadernos Paisagens).

WOLF-DIETRICH, Sahr. Portos e Sertões – Reflexões sobre uma Geografia Cultural à la Bresilienne. In: **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico** / Francisco de Assis Mendonça, Cicilian Luiza Lowen-Sahr, Márcia da Silva (organizadores). Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas**. 3ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Formas do Relevo**. Projeto Brasileiro para o ensino da Geografia. Edart / São Paulo, 1975.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. **Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista**. In: “Geologia do Estado de São Paulo”, boletim nº 41(1964), Instituto Geográfico e Geológico (SP), 1974.

BARRETOS, Benedito Bast. **No Tempo dos Bandeirantes**. Edições Melhoramentos, 1948.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo**. Anais do Museu Paulista: Vol. 17, nº 2. São Paulo. July/Dec. 2009. História e Cultura Material.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200008>.

BUSSOLOTI, Juliana Marcondes. **Construindo indicadores para a paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo Santa Virgínia**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Orientador: Solange T. de Lima Guimarães. Co-Orientador: Maria de Jesus Robim. Rio Claro, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amális Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos – Novas abordagens sobre a cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos; Amália Inês Geraiges Lemos (orgs). 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, A. P. B. e VIADANA, A. G. **Organização do Espaço e Análise da Paisagem**. DEPLAN / IGCE / UNESP - Rio Claro - 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Organizadoras). **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001.

GHIRARDELLO, Nilson. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)** / Nilson Ghirardello – São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GUERRA, José Teixeira; CUNHA, Baptista da. (orgs). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. **Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias**. In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e

poder / Everaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

LEMONS, Amália Inês Geraiges; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mónica (orgs). **Questões Territoriais na América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. **Homem da multidão e o flâneur no conto “O Homem da Multidão” de Edgar Allan Poe**. Terra Roxa e outras terras. Revista de estudos literários. Vol. 12. Jun/2008. 1-170. In:

http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf

(Acessado em: 10/out/2016).

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC & Ed. Polis 1977.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. 2002. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PRADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PRADO, Paulo. **Paulística etc** – Org. Carlos Augusto Calil – Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. - Relações Sociedade– Estado: elementos do paradigma administrativo *Cadernos I P P U R*, R io de J aneiro, A no X II, N o 2, 199 8, p. 107-125.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. e SILVA, Cátia Antônia da. **Impulsos Globais nas Metrópoles das Periferias Capitalistas**. Disponível em:

<http://docplayer.com.br/14925942-Impusos-globais-nas-metropoles-da-periferia-capitalista.html>. Acesso em 13/10/2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional** / Milton Santos – 5ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São

Paulo, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. Ed. Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da Metrópole**. Editora Hucitec - Edusp. 1994.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**/Hans Staden; [tradução Angel Bojadsen; introdução de Eduardo Bueno]. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

UNESCO. Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos, 142ª reunião do conselho executivo. Paris, 1993. Mimeogr.

PESQUISA ELETRÔNICA

Mapa da divisão regional de SP

https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+divis%C3%A3o+regional+de+S%C3%A3o+Paulo&client=firefox-b-b&tbm=isch&imgil=b60qMYxxlT9d0M%253A%253BHOVCLspE8WZk6M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.saude.sp.gov.br%25252Fses%25252Finstitucional%25252Fdepartamentos-regionais-de-saude%25252Fregionais-de-saude&source=iu&pf=m&fir=b60qMYxxlT9d0M%253A%252CHOVCLspE8WZk6M%252C_&usg=__ZHR03lE9W3bO2o8mHGCE9qAYmmw%3D&biw=1920&bih=971&ved=0ahUKEwjA1Z64rYXOAhXFi5AKHUdMDfEQyjcIJw&ei=CiuRV8CoOcWXwgTHmLWIDw#imgsrc=uAD_iwlLagAlwM%3A

<http://www.geocities.com/athens/atrium/2466/cappri.html>

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/hs/moeda/MoedaColonia.jsp>

<http://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/historia.html>

http://www.geocities.com/lscamargo/gp/Macieis_2.htm

www.fphesp.org.br/itu/index.htm - 2007

<http://www.sorocaba.com.br>

<http://www.sorocaba.com.br-> 2007

<http://br.geocities.com/projetocompartilhar2/belchiorcarneiro1608.htm>

<http://www.trentu.ca/admin/publications/psr/sample/1012.pdf>

<http://www.ingers.org.br/coloniasacramento.html>

<http://www.ingers.org.br/coloniasacramento.html> 2007

www.ccj.ufsc.br

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/anterior_98/Mvep359-85.htm

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1689>

<http://www.camarasaoroque.sp.gov.br/srturismo.asp>

http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548

<http://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/sph3.html>

<http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html>

http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_receita/PDF/2012/LEI%20DO%20PLA

[NO%20DIRETOR%20FINAL.pdf](#)

http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_des_urbano/LEIS%20E%20DECRETO S/lei%20municipal%201205-94%20parcelamento%20do%20solo.pdf

http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_des_urbano/LEIS%20E%20DECRETO S/lei%20complementar%2081%20de%2004%20de%20dezembro%20de%202014.pdf

http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_des_urbano/LEIS%20E%20DECRETO S/MACROZONEAMENTO%202014%20-%20LEI%20COMPLEMENTAR%2079-14.pdf

http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/files/2016/01/Parecer_T%C3%A9cnico_CETE SB-583-15-IE.pdf

http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf

<https://www.google.com.br/search?sourceid=chrome-psyapi2&ion=1&espv=2&ie=UTF-8&q=fl%C3%A2neur%20baudelaire&oq=fl%C3%A2neur&aqs=chrome.3.69i57j0l5.5808j0j7>

<http://www.aetec.org.br/programas/preservacao-do-patrimonio-historico/>

http://www.cotianet.com.br/joao_barcellos/

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351300>

<http://www.cotiatododia.com.br/veja-a-historia-da-padroeira-e-da-igreja-de-cotia-2/>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352250&search=sao-paulo/itapevi>

<https://historiadesaopaulo.wordpress.com/fundacao-da-cidade-de-sao-paulo/>

<http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml>

<http://www.openstreetmap.org/copyright>

www.granjacarolinacotiaitapevi.blogspot.com

<http://www.egeomate.com/urban-sprawl-2011-issue/>

https://issuu.com/itapevi.agora/docs/itapevi_agora_1025

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5222540/pg-22-legislativo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-08-06-2006>

http://www.canalitapevi.com.br/histo_itapevi.pdf

http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria_fotos.php

http://itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_gabinete/index.php

[http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria/fotos%20\(7\).jpg](http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/galeria/fotos%20(7).jpg)

<http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/historia/index.php>

<http://www.deepask.com/goes?page=itapevi/SP-Confira-o-indice-de-domicilios-com-e-sem-saneamento-basico-no-seu-municipio---rede-de-esgoto-por-fossa-e-a-ceu-aberto>

http://www.ccst.inpe.br/projeto/megacidades/sao_paulo/banco_dados/appendice6.php

ANEXOS

ANEXO 1. Pedido de tombamento das matas da Granja Carolina.**Tombamento do Espaço Ecológico das Matas da Granja Carolina – Cotia/Itapevi.**

Em linhas gerais reproduzimos aqui o documento protocolado no CONDEPHAAT em 2003, na época presidido pelo Sr. José Roberto Melhem. O referido documento foi encaminhado com cópias para o Ministério do Meio Ambiente para a Sr^a. Ministra Marina Silva e para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente tendo como presidente do CONSEMA o Sr. José Goldemberg.

Ref. Loteamento da Antiga fazenda Granja Carolina em Cotia/Itapevi.**Solicitação: Tombamento do Espaço Ecológico das Matas da Granja Carolina – Cotia/Itapevi;**

Nós, abaixo assinados, representantes da sociedade civil, solicitamos o tombamento do Espaço Ecológico das Matas da Granja Carolina, antiga Fazenda Granja Carolina. Devido à intenção dos proprietários da área de aproximadamente 8.900.000 m² em implantar nessa área um empreendimento imobiliário com previsão de ocupação com mais de 17.000 pessoas só na Gleba Cotia e futura ocupação para a Gleba de Itapevi, com sérias consequências para a flora e fauna locais e a vida da população atual, com aumento do tráfego de automóveis, falta de vagas em escolas, hospitais, rede de águas e esgoto insuficientes e com a alteração do nível pluviométrico que dificilmente poderá ser mitigado. Esta área possui uma biodiversidade remanescente de alta exceção e interesse ecológico e paisagístico. A razão principal do pedido de tombamento ao Condephaat está relacionada com a enorme devastação sofrida pela cobertura florestal primária da região de Cotia e arredor, devido ao cumulativo e insensibilidade da especulação imobiliária, em um tempo em que todos os espaços foram transformados em mercadorias. Na realidade sobraram muito poucos patrimônios biológicos em toda a região que se estende do município de Cotia até Embu das Artes, São Roque e Itapevi. Não fosse o tombamento prévio e histórico feito pelo Condephaat na Reserva de Caucaia do Alto não teria existido mais qualquer remanescente integrado das Matas Atlânticas de planalto em todas as serrarias regionais (mares de morros florestados do passado). Temos absoluta confiança nas excelentes tradições do Condephaat no sentido de abrir imediatamente um processo de Tombamento dito provisório, para defender um

espaço ecológico e ambiental que restou milagrosamente na região de Cotia e Itapevi, preservado por proprietários esclarecidos que hoje já não estão entre nós. Gostaríamos de colocar que o EIA/RIMA é totalmente distorcido a favor dos empreendedores, elaborado que foi sem qualquer consciência da importância da defesa do patrimônio natural em uma região tão excessivamente devastada como é o planalto paulista e as serrarias de Cotia e São Roque. Conforme se exporá, a necessidade de impedir a implantação do empreendimento nos moldes apresentados dentro das legislações municipais atuais poderá agravar problemas que se arrastam há anos nestes municípios e deixa a mostra o grau de inconsciência e irresponsabilidade de depredação que sempre acompanhou a história da Mata Atlântica e que ainda persiste nos assentamentos onde o sentido de preservação é camuflado com a convivência da lei onde a sociedade civil sempre acaba fora dos projetos quando aprovados e financiados, assim afirmamos: 1. A intensidade e as características da urbanização da região de Cotia e Itapevi a partir da década de 80 proporcionaram um aumento considerável de moradores o que vem ocasionando sérios problemas na infraestrutura urbana; 2. A questão urbana e a questão da deterioração ambiental nestas cidades são problemas antigos, o que é novo é a intensidade dos processos de degradação ambiental que se intensificou com a chegada do Rodoanel e a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, expondo a vulnerabilidade destas cidades quanto a capacidade de absorção deste enorme contingente de pessoas, que se agravará em intensidade com o aumento da expansão urbana; 3. Embora ações governamentais de proteção ao meio ambiente e à conservação dos recursos naturais tenham melhorado nas últimas décadas, nos ambientes urbanos elas tem se mostrado insuficientes para a contenção da degradação ambiental; 4. O meio ambiente é rapidamente degradado e é difícil e onerosa sua recuperação, muitas vezes impossível de ser restabelecido, dependendo da inclusão de preocupações e ações ambientais nas políticas de desenvolvimento urbano nestas cidades; 5. Um mega empreendimento nesta área (antiga fazenda Granja Carolina), irá massacrar toda a fauna e flora existente no que resta da Mata Atlântica no Estado de São Paulo inclusive ameaçando seriamente diversas espécies animais e vegetais já classificadas como em extinção pelo IBAMA e decreto 42. 838/98 (6 animais); 6. A antiga fazenda está dividida em duas Glebas: uma localizada na cidade de Cotia com 3.235.780,25 m² e outra na cidade de Itapevi com 5.660.320,00 m² que é hoje uma área de ZPA (Zona de Proteção Ambiental). Para a Gleba pertencente à cidade de Itapevi os empreendedores Scopel-Cipasa pretendem modificar de ZPA para uma ocupação de nível mais popular e médio padrão, o que

significará um adensamento ainda maior para a região (conforme afirmado pelo empreendedor no EIA/RIMA); 7. A impermeabilização prevista dos lotes residenciais será de 60%, e que somada à impermeabilização das ruas provocará um aumento considerável do volume dos cursos d'água o que poderá provocar enchentes e alagamentos nas áreas banhadas pelos córregos e rios á jusante; 8. O impacto no trânsito na Rodovia Raposo Tavares, nos recursos naturais e nos aparelhos públicos existentes na cidade será brutal, sendo que na área foram constatadas 17 nascentes de água potável, 5 córregos e 4 lagos, que sofrerão com a ocupação dos lotes, terraplanagens e construções. Devido aos motivos expostos, solicitamos que o CONDEPHAAT proponha o devido tombamento da área das Matas da Granja Carolina. É impossível acreditar que a presença de 17.000 pessoas não afetará drasticamente a manutenção de qualquer qualidade ambiental e que serão suficientes ações mitigadoras. Sobrará sim um habitat, propício somente para aqueles animais não tão exigentes como gambá, ratos, pombas, gatos domésticos, cachorros etc., mesmo porque a convivência com animais novos que serão introduzidos no local será impossível, pela contaminação. Acreditamos sim que deva existir um espaço para o urbano, um espaço para este remanescente de Mata Atlântica que milagrosamente ainda sobrevive tão próximo de São Paulo e que agora querem destruir.

ANEXO 2. Jornal que trata sobre a Granja Carolina, Jornal Cotiatododia¹⁹¹.

Granja Carolina: Risco de desmatamento persiste

TER, 18 DE SETEMBRO DE 2012 14:21



Um ‘fantasma’ ainda ronda o dia a dia de muitos moradores de Cotia e ameaça a vida de animais e o meio ambiente: a possível construção de um condomínio em uma das poucas áreas de mata remanescentes na região central de Cotia, a chamada Granja Carolina. A área tem quase 9 milhões de m² e 40% pertence à Cotia e o restante é em Itapevi. A construção de um condomínio por parte de um consórcio foi lembrado nesta semana na rede social Facebook e deu uma ‘chacoalhada’ em todos que temem que essa área seja devastada por mais um empreendimento imobiliário, que traria quase 20 mil moradores para a cidade e mataria fauna e flora do local.

A construção do empreendimento foi ‘adiado’ por tempo indeterminado, após manifestações contrárias por parte de ambientalistas. Mas, o temor de que a especulação imobiliária fale mais alto, deixa todos preocupados. Segundo um dos membros do Conselho de Meio Ambiente de Cotia, Alex da Força Sindical, o empreendimento

¹⁹¹ disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+divis%C3%A3o+regional+de+S%C3%A3o+Paulo&client=firefox-b-ab&tbm=isch&imgil=b60qMYxxlT9d0M%253A%253BHOVCLspE8WZk6M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.saude.sp.gov.br%25252Fses%25252Finstucional%25252Fdepartamentos-regionais-de-saude%25252Fregionais-de-saude&source=iu&pf=m&fir=b60qMYxxlT9d0M%253A%252CHOVCLspE8WZk6M%252C_&usg=__ZHR03IE9W3bO2o8mHGce9qAYmmw%3D&biw=1920&bih=971&ved=0ahUKEwjA1Z64rYXOA hXFi5AKHUdMDfEQyjcIJw&ei=CiuRV8CoOcWXwgTHmLWIDw#imgsrc=uAD_iwlLagAlwM%3Ahttp://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548 acesso em 10/12/2013.

Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, se encontra na Cetesb com o status de ‘*aguardando manifestação de interessados*’, ou seja, *o processo não está arquivado e não houve a renúncia do empreendedor em não querer fazê-lo mais.*



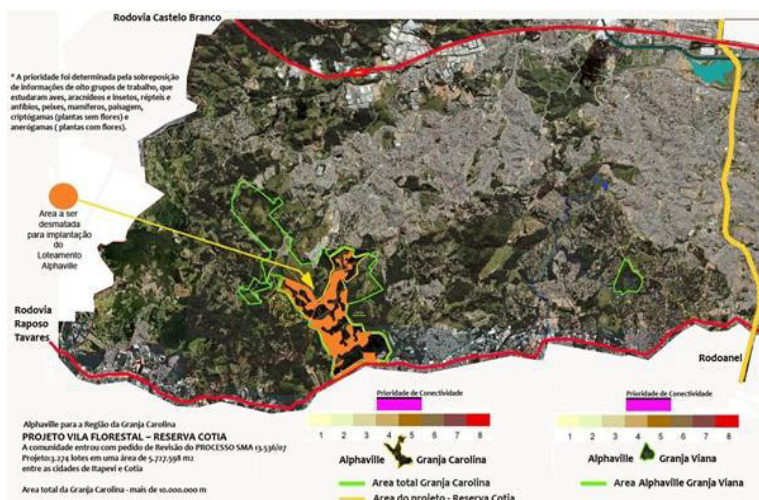
Em julho de 2000, a chamada mata da Granja Carolina foi decretada ‘Reserva da Biosfera’ pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

A área é habitat de seis animais ameaçados de extinção, tem 17 nascentes, cinco córregos e quatro lagos. Porém, moradores da região contam que parte da mata foi sendo derrubada aos poucos, na calada da noite. A área, que é particular e pertence à família de Celso dos Santos - antigo proprietário da fazenda que havia no local - já perdeu parte de sua mata nativa, o que podemos ver até pelas imagens via satélite do Google (veja abaixo) e atestada por moradores do entorno e que conhecem a mata.



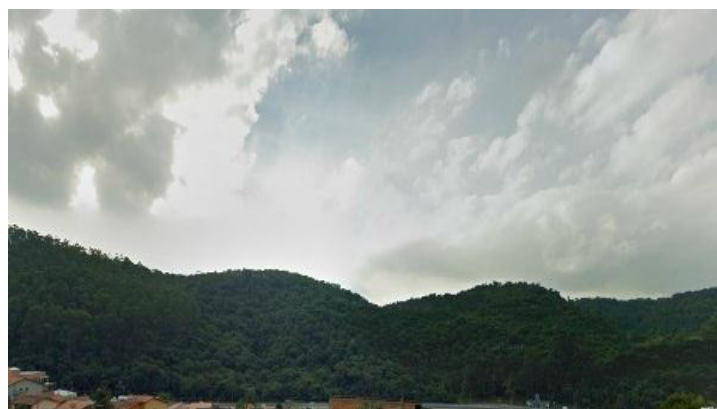
Obras e manobras na Lei

A mata tem 8.896.100,25 m² e está dividida em duas glebas, a de Cotia, com 3.235.780,25 m² e a de Itapevi, com 5.660.320,00 m² e que é uma ZPA (Zona de Proteção Ambiental).



Mapa da área a ser devastada. Ilustração: Jornal Alternativa (Itapevi).

Mas, a empreendedora imobiliária (que na verdade é um consórcio de grandes empresas do ramo) ainda quer implantar o ‘condomínio’ para 17 mil moradores no local e espera a mudança de zoneamento para ZOD (Zona de Ocupação Densa), principalmente no que se refere a Itapevi, onde a área é maior.



Incêndios constantes



E o que restou da área, após a derrubada da mata e antes do condomínio ficar pronto.

Comentários: Os comentários devem ser lidos de baixo para cima conforme foram sendo publicados on line. Optamos por manter a ordem original e a forma escrita das pessoas, apenas adaptando a formatação dos textos.

Silmara Oliveira 08-10-2012 16:32

Triste né Sr. Prefeito, mais 4 anos de desmatamento. Tenho Palavra ofensiva de você Carlão, aprovar esse monte de condomínios, mesmo sabendo que nossa cidade não está suportando mais, pena que você não pensa no futuro.... Que tal se você procurasse arborizar um pouco a cidade, quem sabe assim poderemos te ver c/outros olhos...

Cristiane Tavares 21-09-2012 16:53

O Prefeito e Secretários da Habitação e Meio ambiente, são (.....), ninguém tá preocupado com arvores, animais e o povo, a preocupação é (.....) Antes q a mamata acabe, depois entra outro e a palhaçada continua. Sr. Carlão, juro que eu acreditei q o Sr. seis diferente...me enganei...votei errado mais uma vez. O Sr. ganharia muito mais se preservasse o município onde o Sr. e seus familiares também vivem, o nosso futuro infelizmente tb está em suas mãos...pêsames

Regina Tavares 19-09-2012 06:11

Citando Rafaelle:

Regina Tavares se a prefeitura não faz algo o jeito é o povo fazer, a prefeitura de Cotia precisa pensar em melhorar a infraestrutura da cidade e não expandi-la mais, acabando com o único bem que nos resta "um pouco de ar puro".

De acordo, Rafaelle. Aqui foi feita uma passeata e o Movimento de Defesa da Granja Viana atuou de forma contundente para conseguir o embargo das obras; infelizmente a devastação foi feita nos finais de semana e feriados para que a fiscalização não aparecesse.

Este blog ilustra bem o que faz o Alphahorror, como chamamos esta empreiteira: <http://granjaviana.zip.net/se> o (des) governo de Cotia não vai fazer nada acho que é hora de a população agir.

Ricardo Jordan 18-09-2012 22:18

Citando Valerio:

Morro há 20 anos na rua Pessanha, próximo do km 21, e tem um tal aqui que já fez aterro em uma nascente, drenou outra e está construindo na beira do córrego. Já veio aqui fiscal da Prefeitura e não fizeram nada, nem Habitação e nem Meio Ambiente.

Se não há solução, quem sabe o MP resolve meu caro, procure seus direitos.

Ricardo Jordan 18-09-2012 22:15

Citando Regina Tavares:

A Alphaville Urbanismo é conhecida por ser inimiga número 1 do meio ambiente; lembro-me bem de muitos políticos de Cotia, em 2009, quando começou a devastação no município vizinho, dizerem que aqui isso não seria autorizado, etc, etc, foi "conversa prá boi dormir"? Em Carapicuíba a empresa conseguiu, desmatou praticamente tudo, houve embargo e nenhuma casa até agora foi construída, os proprietários estão com um enorme abacaxi nas mãos. Haverá repeteco em Cotia? Fato é que milhares de animais, árvores e plantas morreram e o entorno sofreu e sofre ainda com o impacto causado pela devastação que foi feita.

Já passou da hora das autoridades tomarem uma posição favorável ao meio ambiente - ou o poder das incorporadoras é mais forte?

E os que se diziam partidários do meio ambiente de que lado estão?

Rafaelle 18-09-2012 18:51

Regina Tavares se a prefeitura não faz algo o jeito é o povo fazer, a prefeitura de Cotia precisa pensar em melhor a infra estrutura da cidade e não expandi-la mais, acabando com o único bem que nos resta " um pouco de ar puro".

Valerio 18-09-2012 18:14

Morro há 20 anos na rua Pessanha, próximo do km 21, e tem um tal aqui que já fez aterro em uma nascente, drenou outra e esta construindo na beira do córrego. Já véio aqui fiscal da Prefeitura e não fizeram nada, nem Habitação e nem Meio Ambiente.

João 18-09-2012 16:59

NESSE MOMENTO ELEITORAL É PRECISO FAZER ALARDE... CHAMEM A TELEVISÃO, CHAMEM A IMPRENSA INTERNACIONAL. SERÁ QUE VAMOS VER ISSO OCORRE DE FORMA PASSIVA. VAMOS FAZER ESSA MATÉRIA CHEGAR AOS 4 CANTOS DO MUNDO.... PELO AMOR DE DEUS.... SE PASSAR ESSE MOMENTO ELEITORAL QUANDO VAMOS MUDAR ESSA SITUAÇÃO????????????

Regina Tavares 18-09-2012 15:20

A Alphaville Urbanismo é conhecida por ser inimiga número 1 do meio ambiente; lembro-me bem de muitos políticos de Cotia, em 2009, quando começou a devastação no município vizinho, dizerem que aqui isso não seria autorizado, etc, etc, foi "conversa prá boi dormir"?

Em Carapicuíba a empresa conseguiu, desmatou praticamente tudo, houve embargo e nenhuma casa até agora foi construída, os proprietários estão com um enorme abacaxi nas mãos. Haverá repeteco em Cotia? Fato é que milhares de animais, árvores e plantas morreram e o entorno sofreu e sofre ainda com o impacto causado pela devastação que foi feita. Já passou da hora das autoridades tomarem uma posição favorável ao meio ambiente - ou o poder das incorporadoras é mais forte?

Análise de fotografia aérea antes e depois do desmatamento realizado pela Alphaville na Granja Vianna em Carapicuíba.



ANEXO 3. PARECER AZIZ AB’SÁBER SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade.

Brasil de Fato 12 de Julho de 2010

Página Inicial » Agência Brasil de Fato » Análise » Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. Colaboradores: Aziz Ab’Saber. Na Amazônia Brasileira predomina um verdadeiro exército paralelo de fazendeiros que tem mais força do que governadores e prefeitos.

Aziz Ab’Saber

Em face do gigantismo do território e da situação real em que se encontram os seus macro biomas – Amazônia Brasileira, Brasil Tropical Atlântico, Cerrados do Brasil Central, Planalto das Araucárias, e Pradarias Mistas do Brasil Subtropical – e de seus numerosos mini biomas, faixas de transição e relictos de ecossistemas, qualquer tentativa de mudança no “Código Florestal” tem que ser conduzido por pessoas competentes e bioeticamente sensíveis. Pressionar por uma liberação ampla dos processos de desmatamento significa desconhecer a progressividade de cenários bióticos, a diferentes espaços de tempo futuro. Favorecendo de modo simplório e ignorante os desejos patrimoniais de classes sociais que só pensam em seus interesses pessoais, no contexto de um país dotado de grandes desigualdades sociais. Cidadãos de classe social privilegiada, que nada entendem de previsão de impactos. Não tem qualquer ética com a natureza. Não buscam encontrar modelos técnico-científicos adequados para a recuperação de áreas degradadas, seja na Amazônia, seja no Brasil Tropical Atlântico, ou alhures. Pessoas para as quais exigir a adoção de atividades agrárias “ecologicamente auto-sustentadas” é uma mania de cientistas irrealistas.

Por muitas razões, se houvesse um movimento para aprimorar o atual Código Florestal, teria que envolver o sentido mais amplo de um Código de Biodiversidades, levando em conta o complexo mosaico vegetacional de nosso território. Remetemos essa ideia para Brasília, e recebemos em resposta que essa era uma ideia boa mas complexa e inoportuna (...). Entrementes, agora outras personalidades trabalham por mudanças estapafúrdias e arrasadoras no chamado Código Florestal. Razão pela qual ousamos criticar aqueles que insistem em argumentos genéricos e perigosos para o futuro do país. Sendo necessário, mais do que nunca, evitar

que gente de outras terras sobretudo de países hegemônicos venha a dizer que fica comprovado que o Brasil não tem competência para dirigir a Amazônia (...). Ou seja, os revisores do atual Código Florestal não teriam competência para dirigir o seu todo territorial do Brasil. Que tristeza, gente minha. O primeiro grande erro dos que no momento lideram a revisão do Código Florestal brasileiro – a favor de classes sociais privilegiadas – diz respeito à chamada estadualização dos fatos ecológicos de seu território específico. Sem lembrar que as delicadíssimas questões referentes à progressividade do desmatamento exigem ações conjuntas dos órgãos federais específicos, em conjunto com órgãos estaduais similares, uma Polícia Federal rural, e o Exército Brasileiro.

Tudo conectado ainda com autoridades municipais, que tem muito a aprender com um Código novo que envolve o macro bioma do país, e os mini biomas que os pontilham, com especial atenção para as faixas litorâneas, faixas de contato entre as áreas nucleares de cada domínio morfoclimático e fitogeográfico do território. Para pessoas inteligentes, capazes de prever impactos, a diferentes tempos do futuro, fica claro que ao invés da “estadualização”, é absolutamente necessário focar para o zoneamento físico e ecológico de todos os domínios de natureza dos pais. A saber, as duas principais faixas de Florestas Tropicais Brasileiras: a zonal amazônica e a azonal das matas atlânticas o domínio dos cerrados, cerradões e campestres: a complexa região semiárida dos sertões nordestinos: os planaltos de araucárias e as pradarias mistas do Rio Grande do Sul, além de nosso litoral e o Pantanal Mato-grossense.

Seria preciso lembrar ao honrado relator Aldo Rabelo, que a meu ver é bastante neófito em matéria de questões ecológicas, espaciais e em futurologia – que atualmente na Amazônia Brasileira predomina um verdadeiro exército paralelo de fazendeiros que em sua área de atuação tem mais força do que governadores e prefeitos. O que se viu em Marabá, com a passagem das tropas de fazendeiros, passando pela Avenida da Transamazônica, deveria ser conhecido pelos congressistas de Brasília, e diferentes membros do executivo. De cada uma das fazendas regionais passava um grupo de cinquenta a sessenta camaradas, tendo à frente em cavalos nobres, o dono da fazenda e sua esposa, e os filhos em cavalos lindos. E, os grupos iam passando separados entre si, por alguns minutos. E alguém a pé, como se fosse um comandante, controlava a passagem da cavalgada dos fazendeiros. Ninguém da boa e importante cidade de Marabá saiu para observar a coluna amedrontadora dos fazendeiros. Somente dois bicicletistas meninos, deixaram as bicicletas na beira da calçada olhando silentes a

passagem das tropas. Nenhum jornal do Pará, ou alhures, noticiou a ocorrência amedrontadora. Alguns de nós não pudemos atravessar a ponte para participar de um evento cultural. Será certamente, apoiados por fatos como esse, que alguns proprietários de terras amazônicas deram sua mensagem, nos termos de que “a propriedade é minha e eu faço com ela o que eu quiser, como quiser e quando quiser”. Mas ninguém esclarece como conquistaram seus imensos espaços inicialmente florestados.

Sendo que, alguns outros, vivendo em diferentes áreas do centro-sul brasileiro, quando perguntados sobre como enriqueceram tanto, esclarecem que foi com os “seus negócios na Amazônia” (...). Ou sejam, através de loteamentos ilegais, venda de glebas para incautos em locais de difícil acesso, os quais ao fim de um certo tempo, são libertados para madeireiros contumazes. E, o fato mais infeliz é que ninguém procura novos conhecimentos para reutilizar terras degradadas. Ou exigir dos governantes tecnologias adequadas para revitalizar os solos que perderam nutrientes e argilas, tornando-se dominadas por areias finas (estilização). Entre os muitos aspectos caóticos, derivados de alguns argumentos dos revisores do Código, destaca-se a frase que diz que se deve proteger a vegetação até sete metros e meio do rio. Uma redução de um fato que por si já estava muito errado, porém agora está reduzido genericamente a quase nada em relação aos grandes rios do país. Imagine-se que para o rio Amazonas, a exigência protetora fosse apenas sete metros, enquanto para a grande maioria dos ribeirões e córregos também fosse aplicada a mesma exigência. Trata-se de desconhecimento entristecedor sobre a ordem de grandeza das redes hidrográficas do território intertropical brasileiro.

Na linguagem amazônica tradicional, o próprio povo já reconheceu fatos referentes à tipologia dos rios regionais. Para eles, ali existem, em ordem crescente: igarapés, riozinhos, rios e parás. Uma última divisão lógica e pragmática, que é aceita por todos os que conhecem a realidade da rede fluvial amazônica. Por desconhecer tais fatos os relatores da revisão aplicam o espaço de sete metros da beira de todos os cursos d’água fluviais sem mesmo ter ido lá para conhecer o fantástico mosaico de rios do território regional. Mas o pior é que as novas exigências do Código Florestal proposto têm um caráter de liberação excessiva e abusiva. Fala-se em sete metros e meio das florestas beiradeiras (ripário-biomas), e, depois em preservação da vegetação de eventuais e distantes cimeiras. Não podendo imaginar quanto espaço fica liberado para qualquer tipo de ocupação do espaço. Lamentável em termos de planejamento regional, de espaços rurais e silvestres. Lamentável em termos de generalizações forçadas por

grupos de interesse (ruralistas). Já se poderia prever que um dia os interessados em terras amazônicas iriam pressionar de novo pela modificação do percentual a ser preservado em cada uma das propriedades de terras na Amazônia. O argumento simplista merece uma crítica decisiva e radical. Para eles, se em regiões do centro-sul brasileiro a taxa de proteção interna da vegetação florestal é de 20%, porque na Amazônia a lei exige 80%? Mas ninguém tem a coragem de analisar o que aconteceu nos espaços ecológicos de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Minas Gerais com o percentual de 20%.

Nos planaltos interiores de São Paulo a somatória dos desmatamentos atingiu cenários de generalizada destruição. Nessas importantes áreas, dominadas por florestas e redutos de cerrados e campestres, somente o tombamento integrado da Serra do Mar, envolvendo as matas Atlânticas, os solos e as aguadas da notável escarpa, foi capaz de resguardar os ecossistemas orográficos da acidentada região. O restante, nos “mares de morros” colinas e várzeas do Médio Paraíba e do Planalto Paulistano, e pró-parte da Serra da Mantiqueira, sofreram uma destruição deplorável. É o que alguém no Brasil – falando de gente inteligente e bioética – não quer que se repita na Amazônia Brasileira, em um espaço de 4.200.000 km². Os relatores do Código Florestal, falam que as áreas muito desmatadas e degradadas poderiam ficar sujeitas a “(re)florestamento” por espécies homogêneas pensando em eucalipto e pinus. Uma prova de sua grande ignorância, pois não sabem a menor diferença entre reflorestamento e florestamento.

Esse último, pretendido por eles, é um fato exclusivamente de interesse econômico empresarial, que infelizmente não pretende preservar biodiversidades. Sendo que, eles procuram desconhecer que para áreas muito degradadas, foi feito um plano de (re) organização dos espaços remanescentes, sob o enfoque de revigorar a economia de pequenos e médios proprietários: Projeto FLORAM. Os eucaliptólogos perdem éticos quando alugam espaços por trinta anos, de incautos proprietários, preferindo áreas dotadas ainda de solos tropicais férteis, do tipo dos oxissolos, e evitando as áreas degradadas de morros pelados reduzidas a trilhas de pisoteio, hipsométricas, semelhantes ao protótipo existente no Planalto do Alto Paraíba, em São Paulo. Ao arrendar terras de bisonhos proprietários, para uso em 30 anos, e sabendo que os donos da terra podem morrer quando se completar o prazo, fato que cria um grande problema judicial para os herdeiros, sendo que ao fim de uma negociação as empresas cortam todas as árvores de eucaliptos ou pinos, deixando miríades de troncos no chão do espaço terrestre. Um cenário que impede a posterior reutilização das terras para atividades

agrárias. Tudo isso deveria ser conhecido por aqueles que defendem ferozmente um Código Florestal liberalizante.

Por todas as razões somos obrigados a criticar a persistente e repetitiva argumentação do deputado Aldo Rebelo, que conhecemos há muito tempo, e de quem sempre esperávamos o melhor, no momento somos obrigados a lembrar a ele que cada um de nós tem que pensar na sua biografia, e, sendo político, tem que honrar a história de seus partidos. Mormente, em relação aos partidos que se dizem de esquerda e jamais poderiam fazer projetos totalmente dirigidos para os interesses pessoais de latifundiários. Insistimos que em qualquer revisão do Código Florestal vigente, deve-se focar as diretrizes através das grandes regiões naturais do Brasil, sobretudo domínios de natureza muito diferentes entre si, tais como a Amazônia, e suas extensíssimas florestas tropicais, e o Nordeste Seco, com seus diferentes tipos de caatingas. Tratam-se de duas regiões opostas em relação à fisionomia e à ecologia, assim como em face das suas condições socioambientais. Ao tomar partido pelos grandes domínios administrados técnica e cientificamente por órgãos do executivo federal, teríamos que conectar instituições específicas do governo brasileiro com instituições estaduais similares.

Existem regiões como a Amazônia que envolve conexões com nove estados do Norte Brasileiro. Em relação ao Brasil Tropical Atlântico os órgãos do Governo Federal – IBAMA, IPHAN, FUNAI e INCRA – teriam que manter conexões com os diversos setores similares dos governos estaduais de norte a sul do Brasil. E assim por diante. Enquanto o mundo inteiro repugna para a diminuição radical de emissão de CO₂, o projeto de reforma proposto na Câmara Federal de revisão do Código Florestal defende um processo que significará uma onda de desmatamento e emissões incontroláveis de gás carbônico, fato observado por muitos críticos em diversos trabalhos e entrevistas. Parece ser muito difícil para pessoas não iniciadas em cenários cartográficos perceber os efeitos de um desmatamento na Amazônia de até 80% das propriedades rurais silvestres. Em qualquer espaço do território amazônico, que vem sendo estabelecidas glebas com desmate de até 80%, haverá um mosaico caótico de áreas desmatadas e faixas inter-propriedades estreitas e mal preservadas.

Nesse caso, as bordas dos restos de florestas, inter-glebas ficarão à mercê de corte de árvores dotadas de madeiras nobres. E além disso, a biodiversidade animal certamente será profundamente afetada. Seria necessário que os pretensos reformuladores do Código Florestal lançassem sobre o papel os limites de glebas de 500

a milhares de quilômetros quadrados, e dentro de cada parcela das glebas colocasse indicações de 20% correspondente às florestas ditas preservadas. E, observando o resultado desse mapeamento simulado, poderiam perceber que o caminho da devastação lenta e progressiva iria criar alguns quadros de devastação similares ao que já aconteceu nos confins das longas estradas e seus ramais, em áreas de loteamentos implantados para venda de lotes de 50 a 100 hectares, onde o arrasamento de florestas no interior de cada loteamento foi total e inconsequente. Aziz Ab'Saber – geógrafo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

ANEXO 4. INCORPORADORAS E IMOBILIÁRIAS DE COTIA E REGIÃO.

Godoi Imóveis.

Terrenos Loteamento Cotia Km 37 Raposo Tavares

R\$115.000

Publicado por Naomi.tecvendas em: 18/12/2014



Preço (Sem Pontuação) **R\$115.000**

Área
São Paulo - SP
Grande São Paulo
Cotia
Vargem Grande Paulista
[Veja no google map](#)

Tipo de Anúncio
Particular Oferta
m²
125 m²

Descrição

Lotes a partir de 125 metros.
Financiamento direto com a Construtora em até 20 anos.
Entrada de 10% facilitada e parcelada com mensais que cabem no seu bolso.
Excelente investimento!
CLIENTES COM CADASTRO ANTECIPADO VÃO GANHAR DA CONSTRUTORA A E S C R I T U R A E O P R O J E T O D A C A S A

<http://www.vivalocal.com/terrenos-venda/cotia/central-park-residence-club---terrenos-de-alto-padr-o/112540497>

Ou: <http://www.godoi.com.br/>

Granja Viana Imóveis.



Atendimento
(11) 4617.5460
(11) 4617.5468

Atendimento por E-mail

Meus Imóveis
Favoritos (0)

This content requires the Flash Player. Download Already have Flash Player? Click here

[Home](#)
[Quem Somos](#)
[Nossa Granja Viana](#)
[Mapa da Granja](#)
[Conheça os condomínios](#)
[Fale Conosco](#)

Villa Nova



Casa Villa Nova

Ref: 3411
4 dormitórios
1 suíte
2 vagas
300m² total
200m² construídos

Valor: R\$ 850.000,00

UMA GRAÇA DE LUGARI Com localização especial no condomínio, em final de rua, essa graciosa residência tropical esbanja charme. Living para 3 ambientes com lareira e cozinha integrada por passa pratos. No piso superior, 4 dormitórios sendo uma suíte espaçosa com armários. A grande surpresa fica para o final! A área de lazer possui um grande espaço lounge reformado e bem amplo para receber os amigos! Quintal com lago e cascata que poderá ser convertido em piscina pois já possui todos os filtros e bomba. Aceita permuta até R\$ 300.000,00! Vale a pena visitar!!



Casa Villa Nova

Ref: 7510
3 dormitórios
3 suítes
2 vagas
268m² total

Valor: R\$ 1.000.000,00

Com lazer privativo !!! 3 suítes (com armários embutidos), sendo 1 com sacada; 1 sala, hall entre os quartos Andar térreo: sala de estar espaçosa e sala de jantar conjugadas; cozinha (com armários embutidos); lavanderia (com armários embutidos); quarto de empregada; lavabo; piscina aquecida; churrasqueira, caixa d'água reserva com 5.000 litros; entrada lateral; garagem Estrutura do Condomínio: 2 piscinas; quadra poliesportiva; salão festas; academia; sauna; playground, segurança 24h



Casa Villa Nova

Ref: 7389
4 dormitórios
2 suítes
4 vagas
270m² total
236,67m² construídos

Valor: R\$ 1.000.000,00

Excelente casa em estilo alemão com ótimo acabamento; Imóvel totalmente reformado sem necessidade de reparos, repleto de armários embutidos com pisos em madeira, laminados e cerâmica; Hall de entrada social no térreo, dando acesso por escada interna ao living no piso intermediário; Living para 3 ambientes, com iluminação embutida e lavabo; Salas de jantar, estar com lareira e TV. Voltadas para varanda e quintal com 2 corredores laterais, sendo um deles com ótimo acesso externo independente; Edícula com lavanderia e ótima varanda gourmet churrasqueira, forno de pizza, bancada, lavabo e quintal com espaço para instalação de SPA ou piscina; 4 Dormitórios na parte superior sendo 2 suítes, a máster com closet e varanda. Todos com armários embutidos e ventiladores de teto; Banheiros com gabinetes e box de vidro, sendo a máster com hidro e 2 cubas; Copa cozinha com armários planejados e despensa; Suíte de hóspedes ou empregada; Escritório com entrada independente pela garagem e depósito externo; Garagem para 4 carros, sendo 2 cobertas; Aquecimento: Boiler solar com suporte elétrico; Abastecimento de água: Sabesp; Armazenamento: 1.400 litros (2 caixas de 500 litros, mais boiler de 400litros).



Casa Villa Nova

Ref: 7389
4 dormitórios
2 suítes
4 vagas
270m² total
236,67m² construídos

Valor: R\$ 1.000.000,00

Excelente casa em estilo alemão com ótimo acabamento; Imóvel totalmente reformado sem necessidade de reparos, repleto de armários embutidos com pisos em madeira, laminados e cerâmica; Hall de entrada social no térreo, dando acesso por escada interna ao living no piso intermediário; Living para 3 ambientes, com iluminação embutida e lavabo; Salas de jantar, estar com lareira e TV. Voltadas para varanda e quintal com 2 corredores laterais, sendo um deles com ótimo acesso externo independente; Edícula com lavanderia e ótima varanda gourmet churrasqueira, forno de pizza, bancada, lavabo e quintal com espaço para instalação de SPA ou piscina; 4 Dormitórios na parte superior sendo 2 suítes, a máster com closet e varanda. Todos com armários embutidos e ventiladores de teto; Banheiros com gabinetes e box de vidro, sendo a máster com hidro e 2 cubas; Copa cozinha com armários planejados e despensa; Suíte de hóspedes ou empregada; Escritório com entrada independente pela garagem e depósito externo; Garagem para 4 carros, sendo 2 cobertas; Aquecimento: Boiler solar com suporte elétrico; Abastecimento de água: Sabesp; Armazenamento: 1.400 litros (2 caixas de 500 litros, mais boiler de 400litros).



Casa Villa Nova

Ref: 1579
3 dormitórios
3 suítes
2 vagas
270m² total
242m² construídos

Valor: R\$ 1.170.000,00

Otima localização! Living amplo, para dois ambientes e sala de jantar. Lareira e varanda que se abre para a área do jardim com espaço para piscina. Piso superior com sacada, sala íntima em piso cerâmico e três boas suítes com armários e piso laminado sendo a suíte máster com closet e banheira de hidromassagem. No hall de entrada, um espaço sob a escada que poderia ser utilizado para a instalação de uma pequena adegal! * Próximo das principais escolas, shoppings e hipermercados da região - em condomínio com total infra-estrutura de lazer e de segurança. Estuda permuta até 50% do valor preferencialmente por apartamento! Marque já a sua visita! Acesso pelo Km 22 da Rodovia Raposo Tavares

<http://www.granjavivaimoveis.com.br/imoveis.php?condominio=149>

Nova Granja Imóveis.



SUA NOVA CASA NA GRANJA VIANA
CRECIAMP 23.866 J



Cadastre seu imóvel
Preencha o formulário



(11)
4618-2321





Menu

Busca rápida

Lançamentos

Condomínios

Código

Busca avançada

Comprar

Tipo de Imóvel

Cidade

Bairros

Faixa de Valor

Q Buscar

Oportunidades de negócio

<

>

Ver todas oportunidades



Casa - Jandira

Nova Paulista

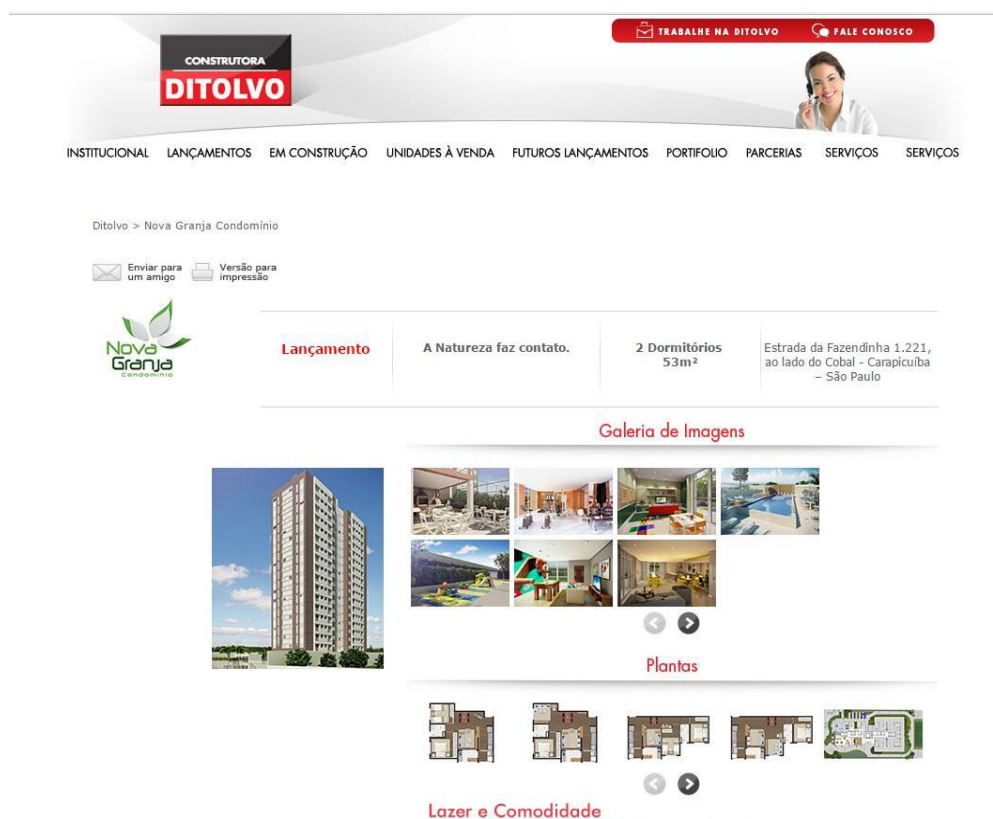
Casa residencial à venda, Nova Paulista, Nova Granja Viana - CA1423. Ótima iluminação, revestimentos de qualidade, ar...

 2
  2
  4

Venda R\$ 950.000

<http://www.novagranjaviana.com.br/index.aspx>

Construtora Ditolvo.



CONSTRUTORA DITOLVO

TRABALHE NA DITOLVO FALE CONOSCO

INSTITUCIONAL LANÇAMENTOS EM CONSTRUÇÃO UNIDADES À VENDA FUTUROS LANÇAMENTOS PORTFOLIO PARCERIAS SERVIÇOS SERVIÇOS

Ditolvo > Nova Granja Condomínio

Enviar para um amigo Versão para impressão

Nova Granja Condomínio

Lançamento

A Natureza faz contato.

2 Dormitórios
53m²

Estrada da Fazendinha 1.221,
ao lado do Cobal - Carapicuíba
- São Paulo

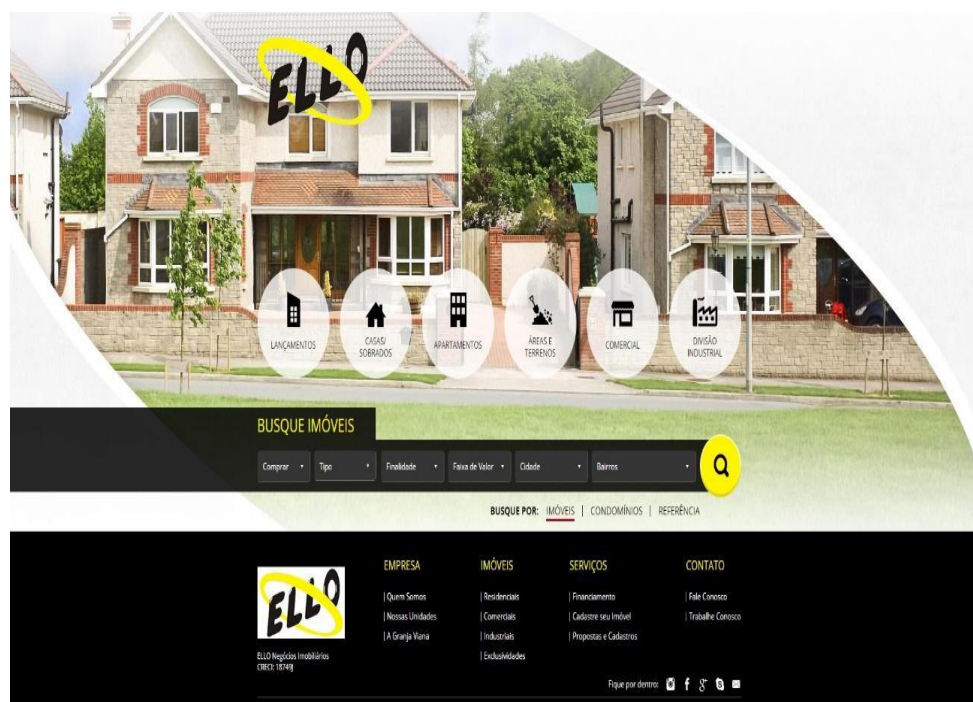
Galeria de Imagens

Plantas

Lazer e Comodidade

<http://www.construtoraditolvo.com.br/unidade-a-venda-nova-granja.html>

Imobiliárias Ello em Cotia



ELLO

LANÇAMENTOS CASAS SOBRADOS APARTAMENTOS ÁREAS E TERRENOS COMERCIAL DIVISÃO INDUSTRIAL

BUSQUE IMÓVEIS

Comprar Tipo Finalidade Faixa de Valor Cidade Bairros

BUSQUE POR: IMÓVEIS | CONDOMÍNIOS | REFERÊNCIA

ELLO

ELLO Negócios Imobiliários
CRIAÇÃO 1974

EMPRESA

- Quem Somos
- Nossas Unidades
- A Granja Wania

IMÓVEIS

- Residenciais
- Comerciais
- Industriais
- Exclusividades

SERVIÇOS

- Financiamento
- Cadastro seu Imóvel
- Propostas e Contratos

CONTATO

- Fale Conosco
- Trabalhe Conosco

Fique por dentro

<http://www.elloimobiliaria.com.br/>

Takemura imóveis


AGENDE UM HORÁRIO


CADASTRE SEU IMÓVEL


ANUNCIE SEU IMÓVEL


VEJA NOSSAS OFERTAS
VENDA
CASAS EM CONDOMÍNIO
LANÇAMENTOS


Casa
Jardim Bom Pastor - Carapicuíba

4 dorms. 1 suite
ref. 31952000
R\$ 700.000,00

★+ add



Casa
Granja Viana II - Cotia

4 dorms. 4 suites 600 m²
ref. 3151600
R\$ 1.750.000,00

★+ add



Comercial
Vila Santo Antonio - Cotia

343,00 m²
ref. 31869100
R\$ 1.000.000,00

★+ add

> ver mais imóveis a **venda**

> ver mais imóveis para **locação**

> ver mais **condomínios**

> ver mais **lançamentos**
<http://www.takemuraimoveis.com.br/>

PROINVEST



Busca rápida Busca por KM Imóveis para Permuta Imóveis com Vídeo Código Condomínio/Edifício

Comprar Finalidade Tipo de Imóvel Região Bairros **Q Buscar**



Casa - Cotia
Granja Viana

Granja Viana - VEJA VIDEO DESSE IMÓVEL - Maravilhoso Imóvel localizado no km 26 da Raposo Tavares em um dos condomínios ...

Venda R\$ 4.000.000




<http://www.proinvest.com.br/>

Maria do Carmo Imóveis



[Curtir](#)
[Compartilhar](#)

Silvia Najaa and outras 1,2 mil pessoas like this.

Rua Batista Cepelos, 173 - Centro - Cotia | SP
Fone: (11) 4616-9122

[Início](#)
[A Imobiliária](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Dicas](#)
[Cadastre seu Imóvel](#)
[Imóveis](#)
[Entre em Contato](#)

Você não tem o Adobe flash player instalado.
Faça a instalação [aqui](#).

Pesquisar

Tipo:

Cidade:

Bairro:

Categoria:

Cod. Ref.:

Indiferente

Indiferente

Indiferente

Indiferente

Buscar

Refinar

Bairro ou Condomínio

Dormitórios

Suítes

Garagem

Indiferente

de 0 até 6 ou +

de 0 até 6 ou +

de 0 até 6 ou +

Faixa de Valor

Área Constr./Util

Área Terreno/Total

de até

m² m²

m² m²



Imóveis Seleccionados

Você possui 0 imóveis seleccionados

Selecione imóveis para obter mais informações

[Acompanhar](#)
54 people are following Maria Do Carmo. Be the first of your friends.

CLIQUE E CONHEÇA A MARIA DO CARMO IMÓVEIS

Imóveis para Venda

TERRENO



JARDIM LEONOR
0 dorms., 0 suites
R\$ 200.000,00
Cod. 5783

CASA EM CONDOMÍNIO



BAIRRO DO CARMO
0 dorms., 0 suites
R\$ 260.000,00
Cod. 4371

CASA



PARQUE MIGUEL MIRISOLA
0 dorms., 0 suites
R\$ 420.000,00
Cod. 5182

CASA



JARDIM SÃO MARCOS / VARGEM GRANDE PAULISTA
3 dorms., 1 suites
R\$ 385.000,00
Cod. 4039

Venda

- Apartamento (282)
- Área (25)
- Casa (380)
- Casa Comercial (19)
- Casa Em Condomínio (289)
- Chácara (53)
- Conjunto Comercial (4)

ANEXO 5. PARECER TÉCNICO

Biólogo Paulo Auricchio CRB 06334-01, RG 12.476.951, residente à Rua Zeferino Barbosa de Souza, 502 em Arujá – SP/ CEP 07400-000.

“A priori”, qualquer área do ecossistema Mata Atlântica deve ser preservada devido à fragilidade de seu equilíbrio ecológico, mais pela significância de seu potencial biológico como produtor de riqueza sustentável futura do que simplesmente preservação de um habitat. A Mata Atlântica faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e a área referida está inserida nesse bioma. Os empreendedores devem ser lembrados que, num futuro próximo, áreas deste tipo terão importância vital para o turismo e medicina, sendo que sua destruição significa empobrecimento real dos interesses da humanidade, em favor de lucros imediatistas. A alta diversidade biológica, mesmo com a falha avaliação de mamíferos apresentada, reconhecida pelo próprio autor, por si só, é um fator impeditório do processo de urbanização. Se numa avaliação rápida se fizeram notar 177 aves e 14 mamíferos, o que se espera numa análise de longo prazo? Isto corrobora o que foi dito no primeiro item. A indicação de 14 mamíferos para esta área é irrisória e isto é reconhecido pelo próprio autor, quando relata a não captura de pequenos mamíferos. Num trabalho de levantamento faunístico recente na Serra da Cantareira desenvolvido pela UNIBAN, foi identificada uma espécie nova de roedor. Segundo as informações recentes, outra foi registrada para a região de Biritiba Mirim. Estes fatos indicam a cautela com que devemos considerar a área, pois apesar de bem estudada, a Mata Atlântica, bioma no qual se insere a área em questão, apresenta ainda muitas lacunas no que concerne ao conhecimento de sua fauna. Poderia os empreendedores argumentar que este não é o único nem o mais importante núcleo de vegetação atlântica na região, porém este não é um argumento válido, pois restam menos de 2% deste bioma, como é de conhecimento corrente. Portanto, qualquer fragmento de mata é importante. A simples presença de espécies ameaçadas (foram apresentadas 5) é outro impedimento para qualquer empreendimento, principalmente no que se refere à Mata Atlântica, com tão pouca área restante preservada. A perda de variabilidade genética é outro problema de grande impacto na diversidade biológica como é mencionada no EIA. No que se referem as Reserva Estadual do Morro Grande e a APA da várzea do Rio Tietê, o texto apresentado no EIA parece tendencioso e aponta

uma possível falta de conectividade com a Reserva Estadual do Morro Grande por existir grande ocupação humana entre os fragmentos. Se isto fosse comprovado não diminuiria a importância ecológica desta área já que, como mencionado, faz parte de um dos ecossistemas mundiais mais ameaçados, a Mata Atlântica. A proximidade de unidades de conservação, distantes entre 5 e 10 km, mostram a importância da gleba em Cotia como uma “área trampolim”, ou seja, funciona como descanso de fauna em locomoção, comprovando assim sua importância. Se estudos como os EIA, RIMA e outros são solicitados para avaliações de viabilidade ecológica para empreendimentos, está claro para mim que estes pareceres devam ser seguidos, segundo suas orientações. Neste caso, entendo que este EIA apresenta em seus levantamentos, a não indicação da área para o empreendimento, baseado nos itens acima selecionados. “Desta forma, apresento meu parecer sobre este EIA e disponho-me a quaisquer outras questões”.

ANEXO 6. Parecer digitalizado sobre o EIA da antiga gleba Fazenda Granja Carolina no município de Cotia referente ao antigo projeto urbanístico denominado Loteamento Granja Carolina, emitido pelo biólogo Paulo Auricchio no ano de 2004.

**Parecer sobre o EIA gleba da antiga
Fazenda Granja Carolina no município de Cotia.**

- *A priori*, qualquer área do ecossistema Mata Atlântica deve ser preservada devido à fragilidade de seu equilíbrio ecológico, mais pela significância de seu potencial biológico como produtor de riqueza sustentável futura do que simplesmente preservação de um habitat. A Mata Atlântica faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo e a área referida está inserida neste bioma. Os empreendimentos devem ser lembrados que, num futuro próximo, áreas deste tipo terão importância vital para o turismo e medicina, sendo que sua destruição significa empobrecimento real dos interesses da humanidade, em favor de lucros imediatistas.

- A alta diversidade biológica, mesmo com a falta avaliação de mamíferos apresentada, reconhecida pelo próprio autor, por si só, é um fator impeditório do processo de urbanização. Se numa avaliação rápida se fizeram notar 177 aves e 14 mamíferos, o que se espera numa análise de longo prazo? Isto corrobora o que foi dito no primeiro item.

- A indicação de 14 mamíferos para esta área é irrisória e isto é reconhecido pelo próprio autor, quando relata a não captura de pequenos mamíferos. Num trabalho de levantamento faunístico recente na Serra da Cantareira desenvolvido pela UNIBAN, foi identificada uma espécie nova de roedor. Segundo informações recentes, outra foi registrada para a região de Biritinga Mirim. Estes fatos indicam a cautela com que devemos considerar a área, pois apesar de bem estudada, a Mata Atlântica, bioma no qual se insere a área em questão, apresenta ainda muitas lacunas no que concerne ao conhecimento de sua fauna. Poderia os empreendedores argumentar que este não é o único nem o mais importante núcleo de vegetação atlântica da região, porém este não é um argumento válido pois restam menos de 2% deste bioma, como é de conhecimento corrente. Portanto, qualquer fragmento de mata é importante.

- A simples presença de espécies ameaçadas (foram apresentadas 5) é outro impedimento para qualquer empreendimento, principalmente no que se refere à Mata Atlântica, com tão pouca área restante preservada. A perda de variabilidade genética é outro problema de grande impacto na diversidade biológica como é mencionado no EIA.

No que se refere às Reserva Estadual do Morro Grande e a APA da várzea do Rio Tietê, o texto apresentado no EIA parece tendencioso e aponta uma possível falta de conectividade com a Reserva Estadual do Morro Grande por existir grande ocupação humana entre os fragmentos. Se isto fosse comprovado não diminuiria a importância ecológica desta área já que, sendo mencionada, faz parte de um dos ecossistemas mundiais mais ameaçados, a Mata Atlântica.

A proximidade de unidades de conservação, distantes entre 5 e 10km, mostram a importância da gleba em Cotia como uma "área trampolim", ou seja, funciona como dessembo de fauna em locomoção, comprovando assim sua importância.

Se estudos como os EIA, RIMA e outros são solicitadas para avaliações de viabilidade ecológica para empreendimentos, está claro para mim que estes pareceres devam ser seguidos, segundo suas orientações. Neste caso, entendo que este EIA apresenta em seus levantamentos, a não indicação da área para o empreendimento, baseado nos itens acima selecionados.

Desta forma, apresento meu parecer sobre este EIA e disponho-me a quaisquer outras questões.

Paulo Auricchio
Biólogo CRB 06334-01
RG12-476-951
Rua Zeferrina Barbosa de Souza, 502
Arujá SP
07400-000
tel (011) 4655-2731



APÊNDICE

APÊNDICE 1.

Ofício do Grupo Calangos da Mata em resposta a solicitação de informações por parte do Ministério Público Federal referente a possível intervenção no meio ambiente da área de estudo pela empresa anterior ao novo projeto urbanístico da Alphaville/S/A.



Cotia, 13 de outubro de 2008.

**REF: Ofício nº 20101/2008/PRST
P.A. nº 1.34.001.002709/2003-57
GABPR37-RCC/SP Nº 000579/2008**

Prezada Senhora,

Nos termos do artigo 8º, inciso IV da lei complementar nº 75/93, vimos através desta, informar que não houve intervenção no meio ambiente local por parte dos empreendedores no que se refere ao processo SMA 13.697/2000. “Porém, aproveitando a oportunidade, gostaríamos de informar que o local destinado à implantação do empreendimento “GRANJA CAROLINA” é alvo de novo processo de licenciamento: “PROJETO VILA FLORESTAL-RESERVA COTIA” da Alphaville Urbanismo (processo SMA 13.536/2007).

O EIA/RIMA do projeto foi protocolado no DAIA em 27/12/2007, mas até o presente momento não foram realizadas as audiências públicas nos municípios que serão abrangidos pelo empreendimento, pois é sabido que as mesmas devem ser realizadas num prazo de aproximadamente 40 dias após o protocolo no DAIA e dada a devida ciência à população através dos meios de comunicação.

Certos da atenção de vossa senhoria, aproveitamos para expressar-lhe nossos sentimentos de apreço e consideração.

JOSÉ CARLOS DA SILVA
Presidente do Grupo Ecológico Calangos da Mata
Representante do Movimento “SALVE A MATA”

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ILMO. Sra. ROSANE CIMA CAMPIOTTO - PROCURADORA DA
REPÚBLICA
Rua Peixoto Gomide, 768, 10º andar, sala 1 e 2 - Cerqueira César - São Paulo-SP
Cep 01409-904

APÊNDICE 2. Questionário aplicado em Trabalho de campo nos municípios de Cotia e Itapevi – Agosto de 2016.

QUESTIONÁRIO APLICADO EM COTIA E ITAPEVI.

- 1 - Nome: _____ Idade: _____
- 2 - Bairro: _____
- 3 - Cidade: _____
- 4 - É natural da cidade? _____
- 5 - Mora a _____ anos na cidade, vindo de _____
- 6 - Trabalha?
Sim _____
Não _____
- 7- Profissão: _____
- 8 -Já ouviu falar do projeto Vila Florestal Reserva Cotia? _____
- 9 - Sabe do que se trata esse projeto? _____
- 10 - Como você vê a possibilidade de instalação desse projeto na cidade?

- 11 - Considera-o positivo? _____
Porque? _____
- 12 - Conhece o histórico desse projeto? _____
- 13 - Quais benefícios esse projeto traria para a cidade?

- 14 - O projeto traria geração de emprego e renda para a cidade? _____
- 15 - Que tipo de empregos o projeto geraria caso fosse implantado? _____
- 16 - É favorável ao desenvolvimento de projetos urbanísticos na cidade? _____
- 17 -Porque? _____
- 18 - Conhece a história da cidade? _____
- 19 - O que é Patrimônio Histórico para você? _____
- 20 - E Patrimônio Natural e/ou Cultural? _____
- 21- Quais as principais festas que ocorrem na cidade durante o ano? _____
- 22- Participa de quais? _____
- 23 - A prefeitura apoia? _____
- 24 - Os moradores tem acesso livre a essas atividades? _____
- 25 -Quais são os lugares onde tem festa religiosa? _____
- 26 - O que falta de benefício na cidade? _____
- 27 - A administração atual é positiva? _____

APÊNDICE 3. Resolução SMA nº 34, de 27-8-2003

Resolução SMA nº 34, de 27-8-2003

"Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, e dá providências correlatas."

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, e

considerando o que dispõem os Artigos 23, incisos III e IV, 216 e 225 da Constituição Federal;

considerando as disposições da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

considerando o disposto na Portaria IPHAN Nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que dispõe sobre os procedimentos necessários para obtenção das licenças ambientais de empreendimentos ou atividades para os quais seja exigido Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para executar determinado projeto que possa afetar direta ou indiretamente sítio arqueológico ou pré-histórico;

considerando a necessidade de compatibilizar os estudos preventivos de arqueologia, com vistas à proteção do patrimônio arqueológico, com o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA;

Resolve:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas na presente Resolução as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico, a serem observadas pelos responsáveis por empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, cujo licenciamento dependa da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), consoante o disposto no art. 3º da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Parágrafo único - Os procedimentos previstos nesta Resolução somente se aplicam a outros estudos ambientais, tal como fixado no artigo 1º, inciso III, da Resolução CONAMA nº 237/97, se forem constatados indícios, informações ou evidências da existência de sítio arqueológico ou pré-histórico.

Artigo 2º - Para a obtenção da Licença Prévia (LP), na fase das atividades técnicas do EIA, estabelecidas no artigo 6º, inciso I, alínea "c", da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

I - Proceder a contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento ou atividade, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários.

II - Providenciar levantamento de dados arqueológicos na área de influência direta do empreendimento ou atividade, no caso de projetos em áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção.

III - Elaborar relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico ou de sua inexistência na área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico.

§ 1º - A avaliação dos impactos do empreendimento ou atividade no patrimônio arqueológico será realizada pelo IPHAN, com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.

§ 2º - A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as demais fases de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade, de forma a resguardar o patrimônio cultural e arqueológico da área.

Artigo 3º - Para a obtenção da Licença de Instalação (LI), deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

I - Implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, aprovado pelo IPHAN, o qual deverá prever prospecções intensivas (aprimorando fases anteriores de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico.

II - Estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento ou atividade e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico

proposto no estudo ambiental, o qual deverá ser implantado antes da instalação do empreendimento.

III - Elaborar Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia a ser empregada nos estudos.

IV - Executar o Programa de Resgate Arqueológico proposto no estudo ambiental detalhado na fase anterior, aprovado pelo IPHAN, antes do início das intervenções físicas na área.

V - Realizar os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

VI - Apresentar relatório detalhado, aprovado pelo IPHAN, que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresentados os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo, permitindo-se que a perda física dos sítios arqueológicos seja efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

Artigo 4º - Para a obtenção da Licença de Operação (LO), deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

I - Concluir os estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, que impliquem trabalhos de laboratório e gabinete, como limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma e responsabilidade profissional.

II - Garantir a destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Artigo 5º - Caso ocorra a descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático em qualquer das fases de implantação do empreendimento ou atividade, o responsável pelo empreendimento ou atividade deverá comunicar o achado ao Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prof. José Goldemberg
Secretário de Estado do Meio Ambiente

APÊNDICE 4. Recortes de jornal noticiando a atuação do antigo Grupo Calangos da Noite e do atual Grupo Ecológico Calangos da Mata.

CARTAS

LIMPEZA NA SERRA

Na seção "Cartas" da edição de janeiro de 1995, Alexandre J. Gomes convidou outros leitores a participarem de um projeto de limpeza na Serra de Paranapiacaba. É uma excelente idéia, mas o grupo Calangos da Noite já faz este trabalho desde 1993, além de cuidar do reflorestamento da região. Quem quiser colaborar, escreva para: Reflorestamento Calangos da Noite, Rua Salma, 382, Parque São George, Granja Vianna, CEP 06700-000, Cotia, SP.

JOSÉ CARLOS DA SILVA
Cotia, SP

SUJEIRA EM ITACARÉ

Graças à reportagem "Um Lugar ao Sol", publicada em outubro de 94, pudemos conferir de perto a cidade de Itacaré, BA. As praias são fascinantes, mas o desmatamento e a sujeira que vimos nos deixaram preocupados. Recolhemos muito lixo de quase todas as praias que visitamos. E se não fossem os "funcionários da vigilância sanitária" — os urubus —, a situação de Itacaré seria bem pior.

LÚCIA HELENA NAGAYOSHI E
RÔMULO GUERRIERO
Santo André, SP

A FAVOR DO TOURO

Fiquei revoltada com a reportagem "A Dança da Morte", publicada na edição 37, sobre as touradas. Como podem os toureiros e a platéia delirar com tamanha maldade? A ADDA (Associação para a Defesa dos Animais) da Espanha disse tudo na frase: "A tortura não é arte, nem cultu-

ra. Não há nada mais degradante do que gozar com o sofrimento". Deixo aqui meu protesto, torcendo para que o touro seja vitorioso cada vez que entrar na arena.

GISELE C. BERNARDI
Valinhos, SP

A FAVOR DO TOUREIRO

Parabéns pela matéria sobre "A Dança da Morte" e também pela imparcialidade da mesma. Em relação ao S.O.S. Touro, acredito que os seus filiados deveriam se preocupar com a mortalidade infantil, a fome na África, a guerra na Bósnia e deixar por nossa conta a contabilidade dos touros mortos dignamente nas arenas da tauromaquia.

ENEAS ALMEIDA PEDROSA
São Paulo, SP

FORA DE CASA

Não entendo o que leva as pessoas a criarem animais selvagens em casa, como foi mostrado na matéria "Estranhos Amigos" da edição 37. Gosto não se discute, mas elas deveriam gastar seu dinheiro para readaptar esses animais ao seu hábitat, de onde nunca deveriam ter sido retirados.

FLÁVIA FILOSO JULIANO
São Bernardo do Campo, SP

SURPRESA GELADA

Desde que conheci OS CAMINHOS DA TERRA tornei-me um professor mais atualizado em geografia. Parabênz a equipe da revista por suas reportagens deslumbrantes. Fiquei surpreso ao ver a matéria sobre a Antártida (edição de



abril de 95).

Por coincidência era o assunto que eu estava ensinando aos meus alunos.

JOSÉ MOREIRA DA SILVA
Santana, AP

ARRAIAL PEDE AJUDA

Moro em Arraial D'Ajuda há quinze anos e a beleza deste lugar, mostrado na reportagem "Brasil Passo a Passo", publicada na edição de abril de 95, está ameaçada pela implantação de uma usina de celulose próxima a Porto Seguro. Que tal fazer uma reportagem sobre todos os prejuízos que isso pode trazer para a natureza?

MARIA LUIZA ACCIOLY
Arraial D'Ajuda, BA

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

Quero parabenizar a revista pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo destes três anos. A edição de aniversário estava ótima, só senti falta do índice das doze últimas edições, indispensável para os colecionadores.

SERGIO ALVES MARTINS
São Paulo, SP

Devido à escassez de papel, não pudemos publicar o índice das doze últimas edições.

A FOTO DO LEITOR



Este é um novo espaço para o leitor participar, agora com imagens. Você está convidado a enviar suas melhores fotografias — paisagens, vida animal ou cenas que denunciem algumas agressões contra o meio ambiente. Junto com a foto, mande informações sobre a imagem (o local, a época e a circunstância em que ela foi feita). A foto acima é do arquiteto mineiro Alexandre Ferreira Mascarenhas, 25 anos. Em outubro de 1992, ele fotografou a cidade de Douz, na Tunísia, onde começa o Deserto do Saara.

CARTAS PARA A REDAÇÃO
OS CAMINHOS DA TERRA,
Serviço de Atendimento ao leitor,
Avenida Nações Unidas, 5777,
CEP 05479-900
São Paulo, SP. Ou via
fax (011) 816-7884.

Reportagem sobre o primeiro acampamento do Grupo Calangos realizando acampamentos na Serra do Mar.

Abril de 1996

Jornal D'Aqui

Penúltima Página

Calangos da Noite

Tudo começou em 2 de agosto de 1991. Um amigo do colégio nos convidou para acampar na Serra do Mar em Paranaíba. Apesar do frio de 5°C, fomos.

Dentro do trem e na cidade, as pessoas não acreditavam que iríamos descer a serra e acampar com aquele mal tempo. Apesar da chuva e do frio, seguimos em frente. Os três dias que convivemos com a bela natureza da serra foram suficientes para despertar uma enorme paixão em nossos corações.

Logo no primeiro dia surgiu o nome "Calangos da Noite" e também a ideia de acampamentos e caminhadas para serem desenvolvidas num futuro próximo.

O grupo começou a se organizar melhor e a se conscientizar da importância da preservação do meio ambiente. Aí começou a jornada dos sacos de lixo para limpar a sujeira que os turistas deixavam na serra. Resolvido o projeto Limpa, o grupo começou a desenvolver um plano de reflorestamento, em 1993, porque no pé da serra estavam sendo abertas muitas clareiras.

Um dia, em uma carta na revista "Caminhos da Terra", um jovem fazia um apelo para que todos limpassem a Serra. Enviamos, então, uma carta à redação explicando que já fazíamos aquele trabalho nos finais de semana. Nosso comunicado foi publicado na revista e fez com que recebêssemos cartas de pessoas de todo o Brasil, de grupos ecológicos e até da Secretaria do Meio Ambiente. Além das cartas, passamos a recolher sacos de lixo e mudas de várias espécies para serem plantadas.

Registramos nosso nome no cartório e desenvolvemos um projeto que visa orientar as pessoas sobre a importância de preservar o pouco que ainda temos. Levamos grupos interessados em conhecer a Serra do Mar onde fazemos caminhadas, visitamos corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais. Aproveitamos para mostrar os estragos feitos pelos turistas e recolhemos o lixo.

Temos caminhadas para todos os tipos de fôlego - de 30 minutos a seis horas - e incluímos no passeio a parte histórica da cidade, o museu do local e o museu da cidade.

A taxa do passeio é de R\$ 20,00, incluindo a passagem de trem e a entrada nos dois museus, que serão revertidos na construção do nosso viveiro.

Não recebemos nenhuma recompensa financeira e muito menos apoio de órgãos, entidades ou empresas. Fazemos isso porque gostamos e por amor à natureza.

Gostaríamos de convidar a todos para a festa de divulgação do grupo, onde terão a oportunidade de conhecer melhor nosso trabalho.

Local: Cemucam - km 25 da Rápido

Data: 31 de maio, sexta-feira às 22h

Ingressos: R\$ 5,00

Atividade: mesa de frutas, grupos musicais, slides, quadros, fotos e vídeos mostrando o nosso trabalho.

Maiores informações podem ser obtidas através do telefone 492-2540 ou na rua Salina, 382, Parque São George.

Levi Stephens
Calangos da Noite

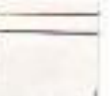


Levi, José Carlos e Sidney - do grupo "Calangos" - com Alex, Alexandre e Cristiano, juntando lixo na Serra do Mar.

UIDE

Lo
VIDEO-GW
FA
Associação
DE
QUAL
MATRIZ:
Jardim da
FILIAL:
Jardim da
MENT
estabelecimento
NOVO
Fir
Rua José F
MIC
ASSIST

Rua Xot

Rua Água

Aulas d
Tel: 7

Rua Khott
lao lalo de

matrículas
abertas
Pré - Escola Algodão Doce
AGORA COM TURMAS

Grupo Calangos na Cachoeira do Morro Grande em Cotia fazendo o trabalho de recolhimento de lixo na área.

Granjia Viana
DE 50 M²
Luz e ar-condicionado

ado Brastemp
e marcas
IES - SECADORAS
257 Granja Viana

VISITA
Técnico Vigário
426-2586

TAS MANUAIS
DE PRECISÃO
Inaugurando
R\$ 3000
com 100 unidades e
300 unidades de
33-3344 | Fax: 704-1512

ar de Tapeçaria
IM
PERSA. **AULAS**
GRATIS
MENTO E LAYAGEM
PO DE TAPETE
336 Jardim Colibri
4/7922-0289

o Inglaterra para
a 10 anos
inglês brincando,
e muita diversão.

IVÁRIOS
COMODIDADE:
to Espião, 800
f. Manau, 315
us Manau
E. Elias Zavar
Paulo Alves
Maria Cavaglia

LSH
English offers
private classes to
te effectively and
lornal situations.
students to build
mprove speaking
e at 7822-2317,
tg.com.br.

4-Q-TEM
Jornal de notícias
e Material escolar
escola e Universi-
dade de Cotia 336/411
Tel: 453-3382

Calangos da Noite na cachoeira do Morro Grande

O grupo ecológico Calangos da Noite, em conjunto com a Rádio Eco FM de Cotia, está lançando o "Projeto Preserve" na cachoeira do Morro Grande, e que visa não só a limpeza geral do local, mas também a conscientização e colaboração da população para a preservação do ambiente. Nos dias 3 e 4 de agosto o Grupo e o Sr. Juarez, representante da Rádio, visitaram a área para o local.

A situação da cachoeira e da redondeza está precária, por isso necessitam-se começar a limpeza imediata, portanto logo para a parte principal do Projeto, que consiste das seguintes etapas:

1ª etapa - solicitação de adesão de voluntários interessados em participar do "Projeto Preserve".

2ª parte do Projeto - recolhimento do lixo, retirar das comodidades medras pedras que impedem a vazão da água, fazendo com que fique represada, acumulando coloração escura devido à poluição do local.

3ª parte do Projeto - recolhimento de amostra da água em vários pontos para análise geral sobre suas condições, pois assim saberemos se é própria para consumo e banho dos visitantes.

4ª parte do Projeto - criar um espaço dentro e limitado para os banheiros, de modo que estes não destruam o local e não ponham em risco a vida dos visitantes. Haverá placas informativas e de conscientização, para que as pessoas se sintam na obrigação de manter limpo o local.

5ª parte do Projeto - levar estudantes e outros interessados para conhecer a região da cachoeira e fazer pequenas caminhadas, divulgando a sua natureza, sua beleza e a todos e que cabe a nós preservar.

Mais informações com os Calangos da Noite telefons 492-2540, com Levi, ou Rádio Eco FM telefons 491-2558, Receção.



A cachoeira da Reserva do Morro Grande, alvo do "Projeto Preserve".

ma aqui.

CALANGOS DA NOITE
Cachoeira para Grande Festa Ecológica em Prél da Natureza
Nada de Fritas - Mostros de Slides
Festas - Vídeos - Grupos Musicais
Ingressos Antecipados (R\$ 5,00) na Banca de Jernise
de Prél Niza Viana
Dia 31 de Maio - 22 horas - no CEMUCAM
Informações: 492-2540

Uma ótima oportunidade para quem quer aprender inglês com um professor profissional de especialidade em metodologia, metodologia, metodologia.

Aulas de Inglês
- TODOS OS NÍVEIS -
Kinga
Novo tel: 7920-0615

INGLÊS
Aulas aqui na Granja
Pequenos grupos
ou individual
Muitos idiomas 492-8696

ALEMÃO
Aulas aqui na Granja

Grupo Calangos participando da Festa da Primavera na Marquise do Parque Ibirapuera em São Paulo.

Jornal aqui

acontecendo

Show Grupo Raíces de América

18/10/96 - 22:00 horas

Peña Don Fernando
Largo da Aldeia do Carapicuíba
Fone: 7287-0126

GRUPO ECOLÓGICO CALANGOS DA NOITE

com estande na

Festa da Primavera

na Marquise do Ibirapuera
a partir de
21 de setembro

A Associação Orquidófila de São Paulo e a Soc. Brasileira de Cultura Japonesa convidam para a

55ª Exposição de Orquídeas

dias 27, 28 e 29 de setembro

das 9 às 19 horas

Local: Saguão e Salão Nobre da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa
Rua São Joaquim, 381 - Liberdade

EXPOSIÇÃO DE AVES

21 a 22 de Setembro a pe
Colégio AQUA
Rua Descartes, 460 - 1
entrada frei

Mais de mil
aves raras e
selvagens
exibidas
em 2
Exposições das
Internacionais



1º Festival de Orquídeas e Bromélias Raposo

6 a 22 de setembro
Shopping Off-Price

Orquídeas em flor - R\$ 5,00 - R\$ 10,00

Divirta-se aqui mesmo !



6ª feira - 27 de setembro
no Teatro A
Rua Santo Antonio, 446
Cineclube Reginald
Angélica - 495-2543 e Nil



Sonata
Sociedade Amadora e Musical

Momento Cultural Rio Branco

no Auditório do Colégio Rio Branco
Em 26 de Rodovia Raposo Tavares

24 de outubro - 20:00 hs

(entrada franca - 500 lugares)

Trio

Regina Z
Nereu
Pavão B

III Torneio de Tênis

Granja Viana

Carrefour

Raposo Tavares

Um torneio de tênis em homenagem ao Grêmio da Granja Viana
Os produtos arrecadados serão destinados
à Casa do Sesi

Data: de 18 a 27 de outubro de 1996

Horário final da semana - 9:00 às 18:00 hs
inscrição: 10 reais - 1996 74 00 36



II Festa de Arte e Cultura

Grupo Calangos na Cachoeira do Morro Grande em Cotia.

Calangos
nes
liveira, 1024
112



INTO
LIGRANTE
O-CORRENTES

TONING
STYLING

feitos em 2001
38-9842 (após 19h)

Q

ou 020/201
32

o nº 201,
su como
TICO CLUBE,
TICO CLUBE

or ligue:
**Liège
Anna**

**SOS
GOS
IS
TIVOS
ÍNIOS
PREÇOS**

**LESSOS
492-3536**

revelar a forma, pouco adianta
consertar as juntas de concreto das
galerias pluviais se os motoristas
insistem em estacionar com
as rodas do carro na calçada.



A figueira, antes uma árvore
imponente, morreu por falta de
cuidados.



Este buraco, na Rua José Felsa
de Oliveira, está cada dia maior, com
grande potencial para causar
graves acidentes.

Cachoeira do Morro Grande



Cachoeira do Morro Grande: lixo jogado,
poluindo a beleza do local.

O Projeto Preserva, do grupo ecológico
Calangos da Kota, está obtendo o maior sucesso
por ter muita determinação em atuar na
cachoeira do Morro Grande, recolhendo lixo,
normalmente considerando os frequentadores do
local quanto à importância da manutenção dessas
áreas.

No entanto, Calangos quer esclarecer que um
espaço definido para os descarteiros ainda não foi
resolvido, e o projeto de levar esquadras para
catrimadas não será possível, porque Sr. Sérgio
Viana, proprietário do local, não mostrou interesse
em ver realizadas essas atividades.

Por enquanto, os boteiros ecológicos por e us-
rários para a Serra de Parapiçaba. Além disso, o
Grupo está fazendo a Cadeia de Arredado, que
dá a algumas áreas, benefícios, como acesso a
documentos, arquivos e fotos, participação dos
boteiros com lixo, convites para eventos, etc.
Informações com José Carlos, a r. 1111, 382, ou
com Lúcia, pelo telefone 492-2240.

Planeta Terra

GRUPO ECOLÓGICO CALANGOS DA MATA

O grupo surgiu em agosto de 1991, quando os integrantes foram acampar na Serra do Mar, em Ferenópolis. Os três dias que convivemos com a bela natureza da serra foram suficientes para despertar uma enorme paixão em nossos corações. Logo no primeiro dia surgiu o nome "Calangos da Mata" e também a ideia de acampamentos e caminhadas para serem desenvolvidas em um futuro próximo, lembra Levi Stephano, relações-públicas do grupo. Hoje, a ONG, registrada em cartório como Grupo Ecológico Calangos da Mata, faz parte do Conselho do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Conselho Municipal do Meio Ambiente de Cotia e está fazendo o trabalho de recolhimento do lixo e reflorestamento de áreas devastadas.

Dos projetos do grupo, está o Preserve - Cachoira do Morro Grande, que consiste em recolhimento do lixo, criação de espaço definido para os campochos, análise da qualidade da água e pesquisa ecológica. Temporariamente, foi cancelado devido a discordâncias com os proprietários da área. Em pouco está a criação de pequenas viveiros de mudas variadas de espécies nativas da Mata Atlântica.

Grupo Ecológico Calangos da Mata - Telefone: 4702-7480.



Em campochos com a mata, o grupo desenvolve atividades de educação ambiental e pesquisa ecológica.

O grupo está desenvolvendo um projeto de 100 hectares de reflorestamento na Serra do Morro Grande.



Reflorestamento com mudas da mata, o grupo tem um projeto de recuperação da Serra do Morro Grande.

O trabalho do grupo está voltado para a preservação da natureza e a educação ambiental.



GRUPO ECOLÓGICO CAIPIRAS DA NATUREZA



Presidida por Antônio Silva Souza, a ONG pretende criar um centro de lazer com parque ecológico no Parque São George, além de articular a região e áreas de impacto ambiental, como o Rincão. "Desenvolvemos a articulação pelo Projeto da Parquia São George, com mudas cedidas pelo Regional da Grande Vitória", conta a presidente, complementando que dois projetos que copera implementar, está o da educação ambiental. "É importante ensinar e conscientizar crianças e jovens da importância da preservação do lixo, do plantio de mudas e sempre a de proteção à natureza", finaliza, pedindo apoio às empresas para a execução dos projetos. Informações: 4732-4080.

PRESERVAR O VERDE É PRESERVAR A VIDA



O município de Cotia possui 325 km² de área das quais 84% oficialmente está protegida pela Lei de Proteção ao Meio Ambiente. É uma das poucas cidades da região metropolitana de São Paulo que ainda mantém, considerável área verde. Diante de tanta área verde e em face ao

inercial crescimento populacional, parte desse espaço acaba sendo ocupado por moradias, muitas irregulares, outras autorizadas, desde que sigam orientações do Departamento de Meio Ambiente no tocante a corte de árvores e áreas a ser utilizadas. É o caso de muitos condomínios de horizontalidade na região da Granja Viana e do Cotia que estão em áreas limitadas de preservação como do Residencial do Espadinho e da Estrada Fernando Nobre, por onde passa o Rio Cotia.

De acordo com a Diretoria de Meio Ambiente de Cotia, Teresa Maia, a obrigatoriedade dos condomínios é a mesma para as demais construções (vide lei). Os moradores devem cumprir uma exigência: 35% da sua área total não pode ser edificada e deve ser dedicada a atividades comunitárias voltadas para o meio ambiente.

Teresa Maia afirma que, no geral, os condomínios cumprem as determinações, "mas porque querem viver com qualidade de vida e preservar a fauna e flora é um dos preceitos para isso". Segundo ela, alguns até procuram o representante com projetos de revitalização das áreas verdes como foi o São Paulo II. O Residencial Santa Paula, em Cotia do Alto, na Serra do Morro Grande promoveu palestras e plantio de mudas e o Palco Verde, na Granja Viana, tem um projeto de construir um parque ecológico.

Mas nem sempre tudo "é um mar de roseas". Presenciamos aqueles que se recusam nas condomínios horizontais da Granja Viana em busca de qualidade de vida com um intrusão ambiental por falta de conhecimento ou até por um desapeço. "Quando as pessoas escolhem viver para os lados da Granja Viana pensam-se que estão em busca de verde, de mata, de vida ao ar livre, ao puro... Isso é o que realmente a natureza procura, mas alguns ainda preferem o concreto e o vidro. A natureza não dá o dinheiro de verde despendimento, requerer esse pensamento "verde" e conscientizar essas pessoas do que é necessário preservar a vida sempre", comenta a bióloga Helene A. d'Amorim, Maria Célia Filipe, moradora do condomínio Nova Higienópolis, na Estrada Fernando Nobre. Segundo ela, há alguns anos também foram um desvio no Rio Cotia, que continua todo o condomínio, o que resulta a um desmatamento. Enxameas junto a Secretaria do Meio Ambiente a foi tudo interligado, mudado e para ser liberado tiveram que replantar tudo. Hoje já estão voltando os pássaros e o impacto ambiental não foi mais graças a essa atuação imediata.

A doutora Maria Rêback mora no Residencial Espadinho, área lindíssima de preservação da mananciais e diz que tem presenciado ao monitor vigilante para que não haja abusos e com o poder público programas de conscientização e educação ambiental. Para ela, o maior problema está fora dos condomínios e Teresa Maia confirma sua tese. Segundo a diretora de Meio Ambiente, além de uma fiscalização mais rigorosa, o poder público vem orientando os moradores no sentido a novas construções. O município está inscrito no programa "Mais Verde", projeto de moradia popular, do Governo Federal o qual, segundo ela, poderá gerar mais recursos à população de baixa renda na hora de construir.

Além da falta e a bagagem toda e desorganizada, as intervenções clandestinas comprometem a qualidade dos lugares quando colocados na margem da mananciais como no caso do Rio Cotia, a sobrevivência, comprometem a qualidade da vida das pessoas que por desconhecimento ou ignorância não sabem o mal que estão causando à suas próprias vidas.

Grupo Ecológico Calangos da Mata desenvolvendo projeto de reflorestamento.

Comunidade em Destaque

Circulação:
Carapicuíba, Hortolândia, Jandiaí,
Itapetininga, Cuiabá, São João do
Paraná, Pirapora do Sul,
Jandiaí e São João do Rio

Ano I - Número 1

Agosto de 2002

Distribuição gratuita

Um informativo a Serviço da Comunidade

**Associação Cultural e Comunitária
Zagaia promove solidariedade e
cidadania na comunidade da
Aldeia de Carapicuíba** Pág. 2

**Paróquia
"Nossa Senhora Aparecida"
comemora
Jubileu de Ouro**
Pág. 3

**Grupo Ecológico Calangos da Mata
desenvolve projeto de reflorestamento**
Pág. 4



Machos e plantas



Grupo Ecológico da Mata plantando mudas de pinus

**Confirmam os artigos:
Comunidade e Cidadania;
Participação Democrática**

Pág. 2

Saiba o que é Folclore
Pág. 53

Diga não a ALCA
Pág. 62

Calendário de Lazer e Cultura Pág. 4

Você Sabia...

...Você sabia que o povo brasileiro é formado de três culturas: indígena, o índio, que já habitava nossa terra antes do descobrimento, o branco português, que veio para o Brasil, depois de 1500 e o negro africano resgatado para trabalhar como escravo.

CARTAS PARA O JORNAL

Rua Padre Belchior de
Portes, 126,
Vila Conquista,
Carapicuíba,
São Paulo.
CEP: 06340-000



Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Carapicuíba, ocasião do Jubileu de Ouro em 17 de agosto

**Oportunidade: Prefeitura de
Carapicuíba parcela débitos.**
Pág. 4

**Aldeia de Carapicuíba promove
exposição de Folclore** Pág. 3



Aldeia de Carapicuíba

Anuncie no Jornal Comunidade em Destaque

Calangos recolhendo lixo e reflorestando áreas na Serra do mar em Paranapiacaba, além de divulgar o viveiro de mudas do grupo.

Pág. 06

Meio Ambiente

Calangos cultivam espécies naturais de mudas e plantas



Projeto Calangos da Mata.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

Comunicado em Destaque

7 de agosto de 2012

Entretenimento e Lazer

Musical

Bandas de pop rock dos anos 80 como as Linhas de Tiro, Baci-Roque, 565 e muitas outras fazem show gratuito no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

Teatro

Decorar Com os Sentidos

Essa é a primeira parte de um projeto que pretende levar a cultura da arte e da música para as crianças e adolescentes da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

Novela e Humor

Uma das mais famosas e clássicas histórias de amor, "O Caramelo", é adaptada para o teatro e será apresentada no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

participa 1500

Harley

Rejoice de São Paulo

De Quarta-feira a sábado às 20h00, Livraria Fênix.

Teatro Infantil

Festa de Bó

Três personagens contam a história de Bó, o filho de uma mulher e de um homem, que se tornam amigos e vivem aventuras. O espetáculo será apresentado no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

Exposições

22 e 23 de Maio de 2012

A exposição faz parte das comemorações dos 80 anos da Semana de Arte Moderna, o objetivo principal da mostra, apresentando a obra de artistas que foram fundamentais para a formação da arte moderna brasileira. A exposição será apresentada no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

Universitário São Paulo, tel. 3696.6122.

Memorial do Instituto de Comunicações de Notícias e Ciências Exatas.

A exposição conta com trinta peças que mostram a história da arte e da cultura brasileira, desde o período colonial até o presente. O espetáculo será apresentado no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

A Exposição de Arte Moderna, que faz parte das comemorações dos 80 anos da Semana de Arte Moderna, o objetivo principal da mostra, apresentando a obra de artistas que foram fundamentais para a formação da arte moderna brasileira. A exposição será apresentada no SESC Consórcio, de 09 a 19 de maio de 2012. Local: SESC Consórcio, Rua Dr. Vila Nova, 125 São Paulo, Tel. 2343612.

O grupo Calangos da Mata, formado por crianças e adolescentes, tem como objetivo principal a coleta, o cultivo e a distribuição de mudas e plantas nativas da região da Serra do Mar em Paranapiacaba, além de promover a educação ambiental e a preservação do meio ambiente.

Anuncie no Jornal
Comunidade em Destaque

Ligue
9409.9897

Antes Particulares



4958.214 ou
5158.214 com Garagem

BOM VISUAL

CABELEIREIROS UNISSEX
RENATO CABELEIREIRO

Cortes Simples e Modernos Química em geral

Avenida Inocência Seráfico, 5320, próximo ao
Heliporto, Campinópolis, Tel. 4188.8146 / 9530.8054
Renato Cabeleireiros

Calangos denunciando o desmatamento de mata próximo aos rios e córregos da região da Granja Viana para posterior loteamento dos terrenos em total desrespeito à legislação ambiental.

Meio Ambiente

Dois fatos, dois estragos

Acabaram com o rio

Este rio é um alicerce da situação atual de nossa civilização quando respeito às fundamentais. Homens que não valorizaram a vida.

Pago de culpa pelas perdas futuras pelo estrago que fizemos e continuamos a fazerem no planeta. baleia está morrendo porque somos incompetentes. Nossa geração ainda não compreendeu a importância da água da vida.

Somos todos responsáveis pela poluição. Se não estamos jogando lixo no rio, estamos deixando que o rio envenene.

Se você quiser chocar com uma foto, mande a sua. Faça alguma coisa.

J. Guimarães



Estão cortando a mata próxima das margens do rio

saúde mental, faça esse tipo de trabalho com o auxílio de Policiais Ambientais e sem respeitar a lei que define como crime a destruição intencional ou negligência das margens de um rio. Aqui pertencemos à morte desse rio que se chama Paraíba e não fazemos. Agora quem é o culpado? O rio ou o homem que cortou a mata? A Mata da Granja Viana não fazemos nada?

Muitos usam o progresso como desculpa. Eu gostei muito mais quando eu estava na mata para sem para pensar no progresso ou desenvolvimento. Será que, se não a mata da Granja Viana, não poderíamos ter o plano, o plano, o progresso ou desenvolvimento? A mata que não está no plano?

Levi Sestini - pelo Grupo Calangos da Mata

Perguntamos às prefeituras de Cotia e Carapicuíba: O que sua administração tem feito pelo meio ambiente do Município?

A PREFEITURA DE COTIA RESPONDEU:

O Departamento do Meio Ambiente de Cotia, além de desenvolver projetos ambientais: Parque e Área Verde, Política, programas de Reciclagem de Resíduos Sólidos, Educação Ambiental, programas de apoio aos agricultores para o desenvolvimento da agricultura e de novas alternativas de produção agrícola para o Desenvolvimento Sustentável, União de Legislação Ambiental Municipal, para garantir o controle e a preservação dos recursos naturais.

Atividades importantes:

• Projetos de Educação Ambiental nas escolas da



Riocho Molino Velho (km 25), no dia 25 de agosto. Ao ser contatada, a CETESB ficou de mandar um técnico para analisar a situação

Estão cortando a Mata

Como muitas públicas do Grupo Ecológico Calangos da Mata, gostaria de apresentar os problemas de Cotia, em especial, a Mata da Granja Viana, sobre um fato por mim presenciado. Fazer o corte da mata próxima ao rio da Granja, pois se não fosse a mata, a situação seria pior. No tempo de sua existência, a mata não que ele não tem tempo para se recuperar. Um dos únicos benefícios da Mata Atlântica. Tão bom. Alguém havia passado por lá e a mata estava cortada. As árvores que tinham mais de 6 metros, estavam cortadas e as maiores estavam sendo removidas. A Polícia Florestal foi chamada mas não encontrou ninguém culpado.

É muito triste saber que um ser humano, em sua busca por progresso, está destruindo a natureza que define como o homem.

Muitos usam o progresso como desculpa. Eu gostei muito mais quando eu estava na mata para sem para pensar no progresso ou desenvolvimento. Será que, se não a mata da Granja Viana, não poderíamos ter o plano, o plano, o progresso ou desenvolvimento? A mata que não está no plano?

Levi Sestini - pelo Grupo Calangos da Mata

• Trabalhos conjuntos com outros segmentos da Prefeitura, como o "Programa de Jovens", do Departamento de Turismo que oportuniza aos jovens Turistas e Meio Ambiente. Atividades com a Secretaria da Família e Bem-Estar Social, Fundo Social de Solidariedade e outros órgãos da administração municipal e a participação nas questões ambientais.

• Atendimento aos municípios quanto à orientação, corte, poda, frutificação, manejo de vegetação e plantio de mudas em áreas públicas, escolas, instituições e recuperação de áreas degradadas e áreas de preservação ambiental.

Calangos atuando no bairro Parque São George em Cotia.

Meio ambiente



Reunião discute Riacho Moinho Velho

Na manhã do dia 2 de outubro, com membros da Sociedade União de Amigos do Km 28,5, a empresa Eimanich se posicionou de maneira clara e aberta, mostrando-se preocupada e atenta às solicitações da comunidade.

A empresa, que atua no ramo de fragrâncias e aromas, mostrou que está trabalhando para reduzir a emissão de odores que causam certo incômodo aos moradores da região. Está sendo instalado um pólo queimador, com quase 100% de eficiência para sanar este problema. O equipamento deverá entrar em funcionamento no próximo mês de novembro.

A água despejada no Riacho Moinho Velho é tratada dentro das especificações exigidas pela legislação existente. Mesmo assim, a empresa solicitou uma análise da água antes e depois de passar pela Barrica. Os resultados mostraram que não houve variação no corpo d'água.

A Sociedade União dos Amigos do Km 28,5 continua trabalhando e pesquisando a origem da grande poluição do Riacho Moinho Velho.

J. Guimarães

A Granja que não queremos

A Granja que não queremos é esta mesma que está aí, bem falada em São Paulo, com cerca de uma área de mil hectares, cercada de mato verde, sossegada, tranquila, com vistas panorâmicas e por aí vai.

Todos os dias, eu vejo a verde, somando ao cenário, dando lugar a conjuntos habitacionais. Vejo o progresso dos granjeiros dentro da área cercada, todos enfiados e tranquilos dentro do seu



Grupo Calangos da Mata: projeto de arborização

Felix e São Camila, nos horários de pico. Vejo os motoristas no lado Sul, no trânsito sobre as lombadas, brigando por uma vaga no estacionamento ou dirigindo seus companheiros de trânsito.

Me admira com as vistas panorâmicas: grandes áreas desmatadas, árvores cortadas, lixo acumulado, os negos enfiados.

Vejo belidões de carro, vans, ônibus e guêcos, carros furados, motos nas esquinas e a maioria da população passeia, indiferente a tudo.

Certo são algumas maravilhas que a região da Granja oferece: um quadro telado das grandes cidades brasileiras. É o progresso avançando implacavelmente, arrastando tudo e todos, devastando as últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica.

Tudo aquele clima bucólico da Granja Velha está se

dissipando em meio à poluição sonora e visual em meio aos gases emitidos pelos carros, em meio aos furtos, homicídios, sequestros...

Essa é a Granja que não queremos, mas também a Granja que estamos vivendo.

Certo que você quer para sua família? Sou resposta for sim, continue sem fazer nada, não seu bairro. Se a resposta for não...

...o Grupo Calangos da Mata iniciou o projeto de arborização da Granja Velha. Agora, cabe aos granjeiros ajudar na preservação das matas. Representantes da Associação Amigos do Km 28,5 estão se mobilizando para discutir a poluição no córrego Moinho Velho. A SOS Mata Atlântica Rio de Janeiro também vem se manifestando há vários anos. O Departamento do Meio Ambiente de Cotia, em parceria com algumas empresas da região, vem implantando vários projetos. Mas, é preciso que mais pessoas e entidades se envolvam nesses projetos para conseguirmos, por fim, realmente, uma qualidade de vida digna de cidadãos granjeiros e urbanos.

Antônio Carlos da Silva
Presidente da Associação Calangos da Mata
Fones: 4702-8424 e 4702-7425

Ato público contra a contaminação da Lagoa de Carapicuíba

O governo do Estado de São Paulo vem realizando obras de recuperação e saneamento da lagoa do Tietê e está usando o material retirado no rio para aterrar partes da Lagoa de Carapicuíba. Um estudo do impacto ambiental constatou a presença de chumbo, jélen e níquel no altamente cancerígeno nas amostras do material.

CHAME E RECLAME

ESTRAGOS CAUSADOS PELAS CHUVAS

As chuvas fortes que começaram no início de novembro causaram vários estragos para os moradores do Estrada Colônia, no Jardim Santarém. A casa da leitora Elisabeth, que mora no local, sofreu com o barro que escorreu de uma construção de Fabiano Vellozo de Souza. "Graças a Deus, não afetou ninguém", agradece, pedindo socorro às autoridades. "Imagine-se com outras chuvas esse terrível episódio acontecer novamente!", afirma.



Nota da Redação: A Tecno Engenharia e Construções Ltda., a empresa responsável pela construção que aparentemente teria apresentado problema, informou que não é de sua responsabilidade o ocorrido e que a obra adjacente à rua está em se preparação de obra anexa. De qualquer forma, está à disposição para quaisquer outras informações que seja necessária. A Prefeitura do Município de Deus também se manifestou por meio da direção da obra anexa de interesse. Informou que cada cliente de casa a está tomando as providências necessárias para minimizar o problema. No entanto, afirma que a casa do reclamante não possui em área crítica invadida, ou seja, construção que foi construída em área de preservação permanente do corpo hídrico no local.

REIVINDICAÇÕES NO JARDIM DOS YFÊS

Devido ao alto índice de assaltos e seqüestros no Jardim dos Yfês e redondezas, foi convocada uma reunião para discutir essa situação. Compareceram as três representatividades: da polícia (polícia civil, polícia militar e guarda civil municipal) e moradores do bairro e da comunidade vizinha. "Precisamos um patrulhamento mais efetivo, já que a falta de segurança no bairro continua e os seqüestros e assaltos estão aumentando a cada dia", afirmou um dos presentes que preferiu não se identificar. "Sabemos dos problemas e uma equipe está investigando o caso", afirmou Dr. Severo, delegado titular do município de Deus, na ocasião da reunião. Além da questão da segurança, foi discutido o fechamento do campo de futebol (que fica na Rua Recife). "À noite, a pessoal fica fumando maconha", relatou outro morador. A ideia é que o campo se torne uma quadra de futebol society ou um playground.

Nota da Redação: Desde a data da reunião, a polícia está fazendo um patrulhamento mais intenso na área citada pelos moradores e também no local. Quanto ao campo, está sendo estudado o caso.

PROBLEMAS COM A MEIA-ENTRADA

Alguns estabelecimentos não estão seguindo a Ordem de Identidade Educacional emitida pela UPEB (União Municipal dos Estudantes Secundarizados) em relação de alguns cursos, reabrindo-lhes o direito à meia-entrada. A denúncia foi feita por estudantes que tentaram comprar ingressos na casa de shows Creditor Hall. "Atendendo da bilheteria me informaram que não tem carteirinhas de alunos (fundamental, médio e superior) e que, como o meu curso era meio, eu não poderia pagar mais entrada. Fiquei indignado, já que paguei o mesmo valor pelo cartão que os outros alunos pagavam", reclama Carlos Martins.

Segundo Marco Antônio André, presidente da UPEB, tal situação não tem respaldo legal e que providências estão sendo tomadas. De acordo com a Lei 1895, havia três níveis de ensino: Primeiro Grau, Segundo Grau e Terceiro Grau. A partir de 1996, com a nova Lei do Direitos e Deveres da Educação Nacional (LDB), passaram a existir os níveis de ensino secundarizado no LDB: Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional (Cursos livres, técnicos e tecnológicos) e Educação Superior. "Nessa época, mais, foi para a condição dos alunos do Ensino Profissional de Nível Básico, os cursos livres são estudantes, matriculados pelo LDB, nem o mesmo status de quem é um dos outros níveis do Ensino Básico", esclarece, completando que o caso está na justiça, aguardando decisão do juiz.



LOTTEAMENTO GRANJA CAROLINA: COMUNIDADE PROTESTA

Em 26 de novembro, foi realizada uma audiência pública com um encaminhamento que será construído na antiga fazenda Granja Carolina. A suposta obra ocupará uma área de 3.336 760 m², onde se pretende implantar um loteamento de uso misto, mas predominantemente residencial. O projeto prevê também a construção de prédios para uso comercial, escola, biblioteca, igreja e clube. "Não tem como ignorar, não só para a fauna e flora local, mas para moradores de Deus, mas para toda a Grande São Paulo, uma vez que os brejos verdes estão cada vez mais reduzidos e, assim, o risco de uma enchente desastrosa. Além da mata, a qualidade das águas, do ar, do solo, da vegetação, o nível de vida das animais e das pessoas... Tudo será afetado, inclusive os serviços, o meio ambiente, o patrimônio histórico, o patrimônio ambiental, o patrimônio cultural, o patrimônio econômico e social, o patrimônio da qualidade de vida", afirma o vereador. Além disso, há uma série de impactos negativos para a construção. A ONG Graciosa da Mata também encabeça a luta contra a obra. "O único direito que a comunidade mais pobre e mais pobre não pode ter é o direito de ser explorada", afirma José Carlos da Silva, presidente da ONG.



Nota da Redação: O Relatório de Impacto Ambiental foi enviado porque a obra está em andamento. A UPEB também a Participação Unificada, e o projeto não foi aprovado. Além disso, também deve apresentar um novo projeto. Enquanto isso, o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Deus quer que o projeto não seja aprovado. "Não se pode fazer isso", afirma José Carlos da Silva, presidente da ONG.



10%

DE DESCONTO
PARA MATRICULAS
EM DEZEMBRO

SEGURO EDUCACIONAL E SEGURO
DESEMPREGO GRATUITOS



4612-0266

WWW.VIASAFINS.COM.BR

PARCELA
NOVA ASSOCIADA

Movimento Salve a MATA Cotia/Itapevi.

Movimento

"SALVE A MATA"

Cotia - Itapevi

GRANDE ATO PÚBLICO

14 de Dezembro - 10h00

Km. 34 - Rod. Raposo Tavares (em frente à Mata da Granja Carolina)

PARTICIPE. ESTA LUTA É DE TODOS NÓS!!

FORA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA!

Câmara de Vereadores apóia pedido de anulação da Audiência

A maioria dos Vereadores de Cotia também apóia a anulação da audiência pública, sobre o empreendimento Granja Carolina pelo motivo da população não ter sido devidamente convocada a participar.

Paralelamente, o Professor e Doutor Aziz Ab Saber, Livre Docente da USP e ex-presidente da SBPC, residente no município, Doutor Carlos Bocuy, Conselheiro do CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, e o Vereador Santo Siqueira também participam do movimento unindo a mega empreendimento.

Muito Estranho!!!!

Por que será que nem o Prefeito e nenhuma outra autoridade da Prefeitura estiveram presentes na audiência?

ATO PÚBLICO CONTRA MIRA
EMPREENHIMENTO DE 3.000.000 m²
Sábado - 14/12 - 10h00

Reuniões Preparatórias:
Gr. Jota - USP - 11/12 - 20h00
Local: Sub-Solo APOLOXSP
Av. Prof. José Buarque, 525, Centro, Itapetininga

**Vários são os motivos que
conduzem a não realização
do mega empreendimento
Granja Carolina:**

Das centenas de pessoas presentes na audiência (que disse-se de passagem, só ficaram sabendo graças a informações de terceiros), apenas duas se manifestaram favoráveis ao empreendimento: os dois técnicos representantes da empresa empreendedora.

A audiência "Verador" Sumo Siqueira, Ex-olímpico da UNESP - Universidade Estadual Paulista, estiveram por mais de 20 horas dentro da mata da Granja Carolina e constataram que

os dados apresentados no Relatório de Impacto Ambiental e Relatório de Inquérito do Meio Ambiente - ELARIMA são ineficientes para a avaliação dos impactos à fauna e flora.

Segundo relatório assinado pelo Ecólogo e Mestrando em Biologia da Universidade, Alcyon de Paula Teixeira, o ELA-RIMA não lista tudo o que a mata contempla, muitos colheu de fora como número de árvores de grande porte, de espécies vegetais e animais, além de ter sido feita uma pequena amostra de material como colheita, o que é insuficiente.

Atenção!

Entrevistas com Entusiastas Ambientalistas, ONGs, Sítios, Parlamentares, Cientistas, Educadores e todos aqueles que estão comprometidos com a preservação ambiental. Salve a Mata da Cotia, Itapevi e região, não deixem se participar do Ato Público no próximo dia 14 de dezembro, 10h00 - em frente à Mata da Granja Carolina, no Km 34 da Rod. Raposo Tavares.

**A nossa vida e a qualidade da
sua dependem da existência
da MATA da Granja Carolina.
Ajude a salvá-la!**



Participe. Grande Ato Público
Km. 34 - Rod. Raposo Tavares
(em frente à Mata da Granja Carolina)
14 de Dezembro - 10h00

Quem? Povos indígenas
Quanto? 300 mil metros quadrados
Onde? Rod. Raposo Tavares, Km. 34, Granja Carolina

**QUEREM TRANSFORMAR A
MATA ATLÂNTICA
EM SELVA DE PEDRA**

A área total do nosso empreendimento Granja Carolina é 3.235.780,25 m², onde se pretende implantar um bairrinho de uso misto, mas predominantemente residencial. O projeto prevê também a construção de prédios para uso comercial e residencial, escola particular, igreja e clube. Outros 5,5 milhões m² que pertencem ao município de Raposo fazem parte dessa área e igualmente do nosso projeto na segunda fase.

Segundo o projeto Selo de Impacto Ambiental - RIMA, elaborado pela JGP

ATO PÚBLICO
Sábado - 14/12 - 10h00
Km 34 da Raposo Tavares (em frente à Mata da Granja Carolina)

PARTICIPE.
ESTA LUTA É DE TODOS NÓS.

Consulência e Participações Ltda, no local, identificado como remanescente de Mata Atlântica, foram identificadas 14 espécies de aves ameaçadas de extinção, algumas com extinção.

O QUE DEIXARÁ DE EXISTIR NESTA REGIÃO, CASO ESSE EMPREENDIMENTO SEJA EFETIVADO:

Entre os mamíferos estão: Macaco-pi-gu, Sagui da Serra (em extinção), Quati, Veadinho, Bugio (em extinção), Capivara, Pica-pau, Preguiça e a própria Onça, que dá nome ao Município.

Na família das aves estão muitas outras espécies, quatro-queros, Periquitos, Papagaio Verde, Tucano (em extinção), Corujas, Pica-paus, Matucão, Pavão (em extinção), Beija-flor, Bonito, Araponga (em extinção).

Mas, os diácos fêmeas e machos das espécies constroem os seus ninhos e muitas vezes podem estar de fora do braçoamento, segundo a própria consultoria.

O trabalho de fiscalização que ali existia, 16 meses, quatro meses e diversos outros, além de milhares de árvores que atingem cerca de 25 metros de altura.

Movimento
"SALVE A MATA"
Itapetininga - Itapetininga

www.salvemamata.org.br
salvemamata@salvemamata.org.br

Chame as crianças e vizinhos e vá para o Ato Público, no dia 14/12/2002 às 10h00.

A preservação da Mata da Granja Carolina depende de todos nós. Vamos cuidar da sobrevivência do Movimento Salve a Mata!

Casas da Comunidade, Via Vida, Participação, SOS Município, do Rio Preto, Colégio da Mata, Núcleo Criança Menor, Associação Sindical da Bateria, S.A.B. Criança, P.E. 1982 e P.E. 1983, S.A.B. Criança, P.E. 1982 e P.E. 1983.

FAÇA PARTE. VOCÊ TAMBÉM PODE!

Membros:
4302-7642 - AM-ONP
4611-9767 - Casa
4616-7702 - Casa da Comunidade

ambiente

Granja Carolina



Projeto Granja Carolina
(para 100 mil pessoas) em ambiente devastado por
uma antiga usina de carvão

Movimento
"SALVE A MATA"
Cotia - Itapevi

Carta aberta:

As áreas que já sofreram modificações profundas pela presença humana são um desafio. Muitas vezes, desativadas, abandonadas ou em decadência. Seria a qualidade de vida Mundial (pois o mundo é feito de pequenas comunidades), já não foi tocada e a pouco assim o tempo e revitalizá-las em áreas de mata, gostaria de a área próxima ao centro do Códig, que pertenceu ao poder fazer parte de um trabalho de revitalização: tanto cultural, quanto na natureza. Entendo, acredito que possa haver impedimentos jurídicos para usá-la como exemplo do que chamamos de área a ser usada. O aumento de lotes é uma solução a longo prazo.

Porém, para uma cidade de ruas estreitas, com apenas uma avenida para ir. Não temos preocupações de avaliar o impacto ambiental de fazer mais estradas? Onde colocar as pessoas? Onde dar diversão e cultura? Hoje, não aumentamos a arrecadação, mas a economia já está olhando para outros lados, a fim de limpar o ambiente gerado naturalmente pelas árvores (adormecemos placas para sinalizar para rodar artificialmente sobre a floresta). Temos o meio prazo, nos tornarmos naturalmente um centro de riqueza. Lembrando, não usufruimos dela. Ainda os que querem fazer os empreendimentos, em outro lugar e estão apenas interessados no rendimento e não nas consequências. É lembrar que a equação econômica tem dois lados: arrecadação e não se dá, com o aumento da arrecadação e sim, com o controle dos dois lados da arrecadação da forma pretendida para prefeitura, irá trazer um bom e grande aumento. A Europa já devastou mas hoje busca restaurar e já está tendo sucesso.

Tudo o mais próximo, qualidade de vida será muito mais que qualquer que venha a conseguir com todos esses empreendimentos garantidos e sendo previstos em sua gestão.

Wanderley Moutinho de Jesus

Carta ao Secretário de Estado do Meio Ambiente

Pedimos a intervenção e a anulação da audiência pública ocorrida em Cotia, no dia 26 de novembro sobre o empreendimento "Granja Carolina", por concluímos que ocorreram algumas falhas nos aspectos de EIA/RIMA, tornando-o ineficiente.

O loteamento em questão foi projetado para receber 10 mil pessoas entre moradores e visitantes, e para este número de pessoas os representantes do empreendimento colocam que 900 veículos estarão rodando a mais na mesma região.

Para 17 mil pessoas teremos no mínimo, 6 mil veículos a mais em nosso município e na tão conhecida rodovia Raposo Tavares. Isso causará um aumento da poluição do ar, de congestionamentos e acidentes.

Segundo os empreendedores, para a implantação do projeto seria necessário desadornar o decorado 2% da toda a área, o que sabemos não ser suficiente.

O projeto, ao implantado, ocasionará um grande impacto ambiental sobre a fauna e flora da região, destruição de áreas nascentes, assoreamento de cursos d'água, indução de moradores irregulares ao longo do empreendimento, trazendo, com isso, o aumento da violência e outros fatos sociais.

Os empreendedores, num primeiro momento, cita que a Sabesa irá bombear cerca de 9 litros por segundo para o local. Como isso é possível se não há nenhuma distribuição suficiente para toda uma cidade?

Num segundo momento, o empreendedor deixa claro que irá fazer a captação, tratamento e distribuição de água, mas, para isto, terá que fazer algumas barragens nas lagoas existentes no local. O que é considerado crime ambiental e comprometerá todo curso de vida e o equilíbrio que rege as lagoas.

Para a captação e tratamento do esgoto, o empreendedor se propõe a construir uma estação em caráter provisório até a chegada do coletor na região. Sabemos porém, que este coletor vem se arrastando há anos e que nunca foi pronto.

As avenidas e ruas que serão implantadas no empreendimento irão impactar toda a sociedade de animais, matando milhares de animais que vivem em diversas direções, deixando muitos animais confinados em determinados espaços.

O empreendedor afirma que a ocupação total das áreas se dará ao longo de 50 anos quando sabemos, por experiência própria, que esta ocupação se dará em menos de 15 anos.

O empreendedor deixa claro que o comprador, ao adquirir um lote, assinará um documento obrigando-o a preservar a área adquirida. Sabemos que o comprador irá construir sua moradia, ocasionando

Alerta do Grupo Calangos da Mata sobre o Projeto do Gasoduto que passaria em Cotia sem que a comunidade pudesse participar das discussões.

Para o jardim



A primavera já decretou a primavera

Um forquão perfurando o gramado todo para entrar. Depois zera a norada espalhando calúria e desamor. Afinal, uma boa cobertura com terra. Se for impossível, pelo menos todas as passadas por vir uma diferença no gramado. Uma época, enquanto as plantas ainda não se põem de raiz, os golfinhos duem e os cozidos, os cozidos da árvore. Uma boa poda de formação, isto que você determinou. Não tenha medo de podar e não se desanimar.

Gratias para o jardim ou ligue para mim.

Bárbara - 4189-6055

A Granja Viana há 32 anos é proprietária da **Ordinagem e Decoração**.

Grupo Ecológico Calangos da Mata informa:

Um acordo entre o Brasil e a Bolívia prevê a construção do Gasoduto do Gasão para transportar gás natural do Gasoduto Tucumã ao Brasil. A Caspelo será a responsável pelo transporte do gás do Brasil para a Bolívia e a Bolívia para o Brasil.

O trabalho de implantação deste gasoduto será desenvolvido em duas frentes: uma com o gás e a outra com a água, através da Caspelo, onde está prevista uma conexão para Caspelo e outros países, incluindo o Paraguai.

Dentro das atividades de pesquisa, foi realizado um estudo sobre o gás natural, na base de construção do condutor, o Gasoduto do Tucumã, a qual é considerada a 11ª maior do mundo. O estudo de impacto ambiental foi realizado em Cotia, ele contará a Região do Morro Grande, 15 municípios do Rio de Janeiro, 4 municípios da Bolívia e 11 municípios da Bolívia, que também não são relacionados no IMA.

Existem duas etapas de impacto ambiental. A primeira, quando é necessário fazer um estudo de 30m de largura e 30m de profundidade dos dados e a segunda, quando a área já está sendo fundida.

Para os pesquisadores dos dados estão previstas muitas das seguintes etapas que, em São Paulo, estão em fase de implementação.

Após sua instalação, existe o risco da população correr o risco de usar esta área como espaço para recreação, incluindo feiras e festas, o que, na realidade, não é o caso de impacto, segurança e prevenção de acidentes, como o caso de São Paulo.

A população entende a importância de novas fontes de energia mas necessita de maiores informações sobre o projeto de implantação de uma infraestrutura urbana que também envolve a segurança e a qualidade do ambiente.

O Grupo Ecológico Calangos da Mata encaminhou um abaixo-assinado pedindo a realização de audiência pública com a população para participar deste processo.

Mais detalhes: 4702-8424

DONNA
Joias e Acessórios

loja 12 - Pátio Viana II - Centrinho da Granja - Tel: 4612-5534

David
CABELEIREIROS
DE SERVIÇOS
para com. Geradora
e Geradora Capilar

Indo e vindo
para cabelos e unhas
4612-1548 - 4612-4515
4702-5051 / 4702-6084

Fashion Cabeleireiros
com Solange

UNIDADE 1 - R. Dos Venâncios, 100 - Jardim da Glória
(em frente a casa de saúde do 2º andar)
4702-4138

UNIDADE 2 - R. Francisco Alves, 205 - Mirante da Mata
4243-0080

Depilação a Laser
Estética Weirrol Spa A partir de **R\$ 50**
Av. São Camilo, 388 - Granja Viana F. 4702-4024

E.G. Granja
Cabeleireiros Unisex
e Estética

Breve Barbearia 4702-6622
4612-0590
Av. São Camilo, 333 - Granja Viana
(centro da cidade de Cotia)

Fórum de Meio Ambiente na Câmara Municipal de Embu das Artes.

Social

Nova sede para o Projeto Social Olé

A Delphi, maior formadora mundial do mercado automotivo, deu a mais instalação do Centro Social do Projeto Olé, em Cotia, uma iniciativa do Lions Clube local. A iniciativa da Delphi para o projeto promover mais atividades para as crianças e, num segundo momento, estender para todos moradores da região de Cotia.

O projeto nasceu da parceria entre a Prefeitura Municipal e o Lions Club, por meio do pedido do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da luta da infância e da juventude, devido ao grande êxodo das crianças durante o período escolar. O Centro promove atividades de integração, esportes, educação e lazer, autoorientação de equipe pedagógica do Lions, segundo diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal do município. O único pré-requisito

é ter frequência nas aulas e apresentar o boletim mensal aos professores do Olé todos os meses.

Com a sede concedida pela Delphi, foram espaços para ampliar o projeto. Uma das ações para 2004 é abrir dois cursos de teatro, com a Bettem Torres de Silva, um dos idealizadores do Projeto.

Outros projetos Delphi

Além do Projeto Olé a Delphi, ofereceu em duas 12 campanhas sociais entre as ações de agosto nos seguintes setores: adaptação de amputados, também o curso semi-profissional de Formare — curso de nível básico, reconhecido pelo MEC e realizado nas dependências da Delphi em Cotia. Os cursos de FORMARE são dirigidos a adolescentes e têm duração de um ano, incluindo aulas profissionais. Também a Campanha de adaptação de amputados durante esta etapa da Fórmula Truck.

1º Fórum de Meio Ambiente Região Oeste

Embu das Artes realizará um momento que congrega todos os ambientalistas e ONGs da Região Oeste para formar uma frente de conscientização da população sobre a necessidade de preservar o meio ambiente e da busca soluções para os problemas ambientais de cada município.

A Federação Iboica Nossa Casa em Terra é a responsável pela organização do evento que tem apoio institucional do Grupo Ecológico Calangos da Mata, Movimento Sato a Mata, Fundação Chico Mendes, Amecruz, Colégio de Educação Ambientalistas e outras instituições. Ambientalistas, professores e jornalistas farão palestras sobre seus conhecimentos e conhecimentos. Secretário Paulo Badur (arquileto, ex-presidente do CONEPHAI), Mauro da Mota (membro do CONEPHAI), e Antonio Luis Cegolin (USP/FEA).

O próximo Fórum, organizado pelos grupos Calangos da Mata, Movimento Sato a Mata, Nôcleo Chico Mendes e Amecruz, será em março ou abril de 2004, em Otta.

Participe: dia 20 de novembro às 19h - Câmara Municipal de Embu - Rua Marcelino Pinto Teixeira, 60
4702-8424 - Grupo Calangos da Mata - 4781-1012 e 9804-0748 - Associação Iboica

Indicador Médico

TERAPIAS

YOGA Dharma & Co. grupo introdutor em grupo
Maharishi Prasad, Margarete e Tereza de Jesus
Grupos para crianças e adultos
MASSAGEM AYURVEDICA
Atendimento especializado e flexível na YOGA para a saúde física,
GUILIA TEL: 4612-4104 KM 26,5

• Massagem Oriental • Shiatsu • Reiki • Moxa
• Auriculo Acupuntura • Quick Massage
Fones 4616-0507 Hupor das Artes

Valéria Litvack ORT 33320 - AND 02001
TERAPIA CORPORAL HOLÍSTICA - QUIROPATA
TRATAMENTO INTEGRAL: MASSAGEM, SHIATSU, REIKI, AROMA
• CROMOLINA • AROMATOTERAPIA • DIETÉTICA • DERMATOLOGIA
Fones: Embu das Artes, Fones: Embu das Artes, Fones: Embu das Artes
www.valerialitvack.com.br, Biotables Relacionamento

REVER INTEGRAÇÃO E DESENV



ROLFING - Integração e
MARIA DIVA L. P. MOR
Psicóloga e orientação
Especialização em Rolfi

DANÇA

BETH BASTOS utiliza da técnica
Klaus Vianna como base para seu trabalho

Projeto Agito no Parque com reflorestamento nas praças do bairro Parque São George em Cotia.

antecedeu por ter
uma das jogadas
extremamente
quando a seleção
sou oitavo gol na
da formação da Copa

quatro clubes grandes do Rio de Janeiro: Botafogo, Flamengo,
amido logo de 1908 a 1940.

Em 1942, aos 29 anos, Leônidas chegou ao São Paulo
Futebol Clube, onde é um dos maiores ídolos até hoje. No
time paulista, conquistou o campeonato estadual por cinco
vezes (1943, 1945, 1946, 1948 e 1949), e encenou a famosa
cobrinha de glórias.



Leônidas immortalizou o gol "bicicleta"

movimentar Cotia

Sem dúvida, 2004 é um dos anos
mais importantes para a esporte de
Cotia. De 7 a 14 de junho, a cidade será
a grande anfitriã da 46ª edição dos
Jogos Regionais. Cotia se quer cerca
de 7 mil atletas vindos de dezenas de
cidades, estejato no Município
compete do mais diversas
modalidades esportivas.

O evento, que acontece
anualmente, é um dos mais
importantes do esporte amador e
ocorre no Estádio Aberto do
interior. A cidade já está se
preparando para receber os atletas e
para o público que se deslocará por
10 dias.

Após o início dos jogos, o **Jornal
d'Aqui** acompanhará todos os
dias o desenrolar das organizações, das
ações realizadas e do evento. A reportagem
está sendo feita nos jogos.

Começa a Copa Pan-americana

O Estádio Municipal Euclides de Almeida, em Cotia, foi palco da abertura da
abertura da 27ª Copa Pan-americana de Futebol Feminino, em quarta-feira.

Realizada no dia 16 de janeiro, a abertura contou com a presença de várias
autoridades, como o Secretário de Esportes Eduardo Mendes e o Prefeito Quirino
Ferreira, que ressaltou a importância da Copa para a cidade e para o esporte.

Os jogos da Copa estão
sendo disputados simultaneamente em três cidades: São
Paulo, Guarulhos e Cotia, que
tem três campos recebendo
as partidas. Além do Estádio
Euclides de Almeida, o Estádio
de Futebol do Albo e CTAC,
na Rua Califórnia, e o CT do São
Paulo.

Participam da Copa times
do Brasil, Chile e Paraguai. A
cidade de Cotia tem três
representantes: Oitavas de
Bela, Talita e Cláudia, que
começam sua jornada no dia 17
contra o Paraguai. O jogo será
disputado no Estádio do Albo e
Cotia. O jogo será disputado
no Estádio do Albo e Cotia. O
jogo será disputado no Estádio
do Albo e Cotia. O jogo será
disputado no Estádio do Albo e
Cotia. O jogo será disputado
no Estádio do Albo e Cotia.



Agito no Parque São George



É a primeira
plantada

A comunidade do Parque São George, por
iniciativa, realizou uma transformação na praça de
lazer em centro do bairro. A praça, com nome
Praça de Agito no Parque, foi localizada e
funcionará no dia 21 de janeiro com a inauguração de
uma quadra de futebol, uma de vôlei e uma de
basquete. O projeto inclui também três quadras de
basquete e três de tênis e espaços para table e bola de
gole.

Além disso, foram plantadas, com o apoio da Secretaria
de Meio Ambiente de Cotia, 100 mudas de árvores nativas
do Brasil, 500 mudas de plantas nativas do Mato,
impacto e nelas vive a comunidade. Entre as
plantas nativas do projeto estão: Mayrê, Jurema, Pau-
d'água, Cerejeira, Cerejeira, Cerejeira, Cerejeira, Cerejeira,
Rosa, Rosa e Rosa.



Além do futebol, vôlei,
basquete e tênis

por Carlos Rodrigues Junior

Meio ambiente

Vitória na Granja Carolina



No dia 11 de março, o Diário Oficial do Estado publicou o arquivamento definitivo do "Projeto Granja Carolina", proposto pelo empresário imobiliário Sérgio Cipari e a brasileira, que pretendia instalar um grande empreendimento em área com mais de 8 milhões de metros quadrados, do km 31 ao 35 da Rodovia Tereza, nos municípios de Itatiaia e Itaperuna.

Tal empreendimento implantaria no local um loteamento de uso misto com predominância residencial, prédios de 4 andares, lotesamentos luxuosos com terrenos de 200 e 600m², edifício comercial, clubes, teatros e cinemas. Depois de pronta, a Granja Carolina teria como residência habitacional para a região, com infraestrutura em infraestrutura como creches, centros de saúde e transporte, mais destruição de habitat e modificação da paisagem. Seria uma nova cidade sobre uma cidade que ainda não tem seu plano urbano.

Para aceitar um número tão alto de novos moradores, a cidade precisaria, antes de mais nada, de um planejamento e de um estudo de funcionamento urbano para garantir que não se emprenhassem e a cidade não se tornasse insustentável.

Não é preciso ser especialista para perceber que a falta de planejamento e a falta de contribuição para a deterioração da cidade e empobrecimento da população são condições insustentáveis.

Não é preciso ser especialista para perceber que a falta de planejamento e a falta de contribuição para a deterioração da cidade e empobrecimento da população são condições insustentáveis.

O "Movimento Salve a Mata" tem o apoio da população (mas não da estrutura). O grupo pertence políticos. Imprensa e mídia responsável no Professor Aziz Ab'Saber, que com seus conhecimentos a certa

sobre o perigoso processo de construção e implementação da cidade no cinturão verde de São Paulo, pediu o arquivamento do projeto. A pedido do vereador Sérgio Siqueira, colégios da UNESP e da UNICAMP.

Na mata, e constataram que os dados apresentados no Relatório de Impacto Ambiental eram insuficientes para a avaliação da força e saúde, o que mais tarde foi confirmado pelo Ministério Público e reafirmado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAI.

A criação do órgão de diversos segmentos da sociedade tem sido uma das principais ações do "Movimento Salve a Mata" que nasceu de forma espontânea para lutar pelo meio ambiente e da qualidade de vida e contra a especulação imobiliária. Agora os empreendedores, terão que reconhecer o processo de legalização dos projetos e a luta para a criação de uma legislação que garanta a preservação deste patrimônio e a sua biodiversidade como parte da Bacia do Cinturão Verde de São Paulo. A guerra não acabou, mas uma batalha importante já foi vencida. O próximo passo é esperar pelo resultado do pedido de tombamento que está sendo analisado pelo DAI, DPH e Acom, mas a mobilização para que a cidade não seja mais um empreendimento de especulação imobiliária e outros ataques aos moradores da região sejam desfeitos.

Movimento Salve a Mata - Cobrança: 4140-706 / www.salvemata.org.br

Vista aérea de parte da Granja Carolina



Compra da Casa Fundação
Rolando Boldrin

Colabore com a Fundação Rolando Boldrin para que esta possa se estabelecer definitivamente na região, estamos comprando

Cell: (11) 9144-1170 / 4702-9134
4612-4614

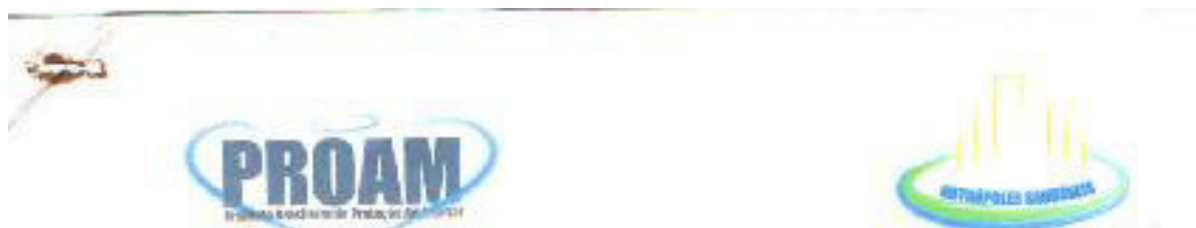


APÊNDICE 5. Cartas convites ao Grupo Ecológico Calangos da Mata.

Carta convite para participar do Programa Metrôpoles Saudáveis no dia 16 de junho de 2004 na Sala Itaim Bibi do StayBridge Suites São Paulo.



Carta convite para participar do Programa Metrôpoles Saudáveis nos dias 25 e 26 de novembro de 2004 na Sala Itaim Bibi do StayBridge Suites São Paulo.



São Paulo, 3 de novembro de 2004

OF. PROAM 01031004

Exmo. Sr.

JOSE CARLOS DA SILVA (146)
Grupo Ecológico Colunpo da Mela
Rua Santa, 302
06708-050 - Gália - SP

Temos o prazer de convidar V. Exa. para participar como parecerista no Seminário Metrôpoles Saudáveis. S

*O programa **Metrôpoles Saudáveis** promove uma discussão pública com ampla participação da sociedade, para o estabelecimento de estratégias institucionais e recomendações de políticas públicas intersetoriais que possam assegurar ambientes saudáveis. Para tanto, diagnósticos e prognósticos para as grandes regiões urbanas serão realizados por meio de uma avaliação da capacidade de suporte e da saúde ambiental, a partir de dois casos de estudo: São Paulo e Buenos Aires.*

*O evento em São Paulo ocorrerá nos **dias 25 e 26 de novembro na Sala Itaim Bibi do StayBridge Suites São Paulo**, à rua Bandeira Paulista, 555, Itaim Bibi - SP. Ao final do evento, serão colhidos os pareceres sobre: quais temas deveriam ser mais destacados, sugestões para inclusão de temas a ser debatidos e comentários gerais. Essas sugestões serão incluídas no termo de referência do Programa Metrôpoles Saudáveis, publicação que servirá de ponto de partida para o debate em outras grandes cidades. Na impossibilidade de sua participação, apreciariamos imensamente a designação de representante.*

*Solicitamos confirmação pelo telefone **3814.8715**, com a **Sra. Ivanete**, ou pelo e-mail proam.org@uol.com.br.*

Sua presença é indispensável.

Atenciosamente

Carlos Bocuhy

PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental

Carta convite do Proam para o Grupo Ecológico Calangos da Mata para participar do ato de assinatura do Manifesto pela vida e sustentabilidade da América do Sul, ocorrido em 22 de março de 2007 no Salão Nobre da Câmara de Vereadores de São Paulo.



São Paulo, 09 de março de 2007

Exmo. Sr.
José Carlos da Silva
M.D. Presidente do Grupo Ecológico Calangos da Mata

Excelentíssimo Senhor

Tem a presente a finalidade de convidar V.S. para participar do ato de assinatura do "Manifesto pela vida e sustentabilidade da América do Sul", que ocorrerá no Dia Mundial da Água, 22 de março de 2007, às 10hs, no Salão Nobre da Câmara dos Vereadores de São Paulo, sito ao Vlado Jacaré, 100, 8º andar, Bela Vista, em São Paulo, SP.

Será uma honra poder contar com sua assinatura no manifesto, num ato de cidadania ambiental, que solicita medidas emergenciais, ações e políticas eficazes para proteção e preservação da floresta amazônica, elemento vital de equilíbrio climático para manutenção da produção hídrica da Bacia Hidrográfica do Plata e Região Sudeste do Brasil. Pesquisas científicas do INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais apontam a inter-relação entre o sul do continente e as massas de umidade provenientes da região amazônica, cujo equilíbrio tem sua origem na evaporação da floresta amazônica, transportada para o sul pelos jatos de vento de baixa altitude provenientes dos ventos alísios do oceano.

O manifesto será enviado aos governos do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, estados brasileiros de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins e Maranhão.

Solicitamos a confirmação de presença pelo e-mail proam@proam.org.br.

Sem mais, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Carlos A. H. Bocuhy
Presidente
PROAM

Haroldo Mattos de Lemos
Presidente
Instituto Brasil-PNUMA

Pedro Del Piero
Presidente
Fundación Metropolitana

PROAM – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – Av. Brigadeiro Faria Lima, 1911 – 1º andar – conj. 127 – Jd. Paulistano – São Paulo – SP – CEP 01452-001 Fone: 35 11 3814-8715 – e-mail: proam@proam.org.br

Cópia da carta convite da Prefeitura de Mogi das Cruzes referente à solenidade de fechamento do aterro sanitário da Volta-Fria nesta cidade que se realizou em 04 de março de 2004.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO nº 0443 / 2004 – GPE – C

Mogi das Cruzes, 4 de março de 2004

Prezado Senhor:

A Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes tem a satisfação de convidar Vossa Senhoria para a **solenidade de fechamento do Aterro Sanitário da Volta-Fria**, a realizar-se no **dia 12 de março de 2004, às 10 horas**, na Estrada da Volta-Fria, s/nº (continuação da Av. Perimetral, após o trevo da Estrada do Pavan), nesta Cidade.

O referido evento marcará o fim do árduo e longo trabalho do Governo Municipal, no sentido de adequar e se dar uma destinação correta aos resíduos domiciliares produzidos no Município.

Certo de poder contar com a prestigiosa presença de Vossa Senhoria, agradeço a atenção e aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de meu alto apreço e especial consideração.

Atenciosamente,


JUNJI ABE
Prefeito Municipal

Ao Senhor
JOSÉ CARLOS DA SILVA
Grupo Ecológico Celangos da Mala
Rua Salma, 382 – Cotia
08708-090 - Cotia - SP

Av. Vereador Nairson Yaguo Guimarães, nº 277 - Centro Cívico - CEP 08760-800 - Tel. 4798-5030

APÊNDICE 6. Convocações das reuniões do Coletivo de Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA.

Modelo de carta convocatória do Coletivo de Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA para participação das reuniões ordinárias ou extraordinárias mensais que ocorriam na sede dos Advogados de São Paulo na Rua da Glória, 246, 3º andar – Liberdade, ou na sede do Proam na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, cj 127, 1º andar no Jardim Paulistano – SP.

Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SP

Convocatória

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007

Estamos convocando Reunião Ordinária do Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, para o próximo dia 26 de fevereiro de 2007, segunda-feira, às 18h30, na sede do PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, à Av. Brig. Faria Lima nº 1811, cj 127, 1º andar, Jardim Paulistano, em São Paulo - Capital (próximo ao Shopping Iguatemi).

Da ordem do dia constará o seguinte ponto de pauta:

1 – Discussão sobre a proposta de realização pelo Coletivo, em abril de 2006, do I Encontro de Cidadania Ambiental e Sustentabilidade.

Atenciosamente,


PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental


SODEMAP - Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba


Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta

Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SP

Convocatória

São Paulo, 09 de março de 2007

Estamos convocando Reunião Ordinária do Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, para o próximo dia **20 de março de 2007**, terça-feira, às 18h30, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, à Rua da Glória, 246, 3º andar, Liberdade, em São Paulo - Capital (próximo à Estação Liberdade do Metrô).

Da ordem do dia constará o seguinte ponto de pauta:

1- Matriz energética de transportes e repercussões na agricultura paulista

Atenciosamente,



PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental



SODEMAP - Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba



Associação Cinthumbebe da Ilha Anchieta

Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SP

Convocatória para Reunião Ordinária

São Paulo, 11 de outubro de 2007

Estamos convocando Reunião Ordinária do Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, para o próximo dia **22 de Outubro de 2007**, segunda-feira, às 18h30, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, à Rua da Glória, 246, 3º andar, Liberdade, em São Paulo - Capital (próximo à Estação Liberdade do Metrô).

Da ordem do dia constarão os seguintes pontos de pauta:

- 1 - Informes Gerais
- 2 - Informe sobre a realização da III Conferência Nacional do Meio Ambiente por representante do Ministério do Meio Ambiente
- 3 - Avaliação crítica do processo participativo e dos resultados das conferências anteriores, deliberação e posicionamento do Coletivo sobre participação na III CNMA

Atenciosamente,



PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental



SODEMAP - Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba



Associação Cumhambebe da Ilha Anchieta

Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SP

Convocatória para Reunião Ordinária

São Paulo, 06 de setembro de 2007

Estamos convocando Reunião Ordinária do Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, para o próximo dia **18 de setembro de 2007**, terça-feira, às 18h30, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, à Rua da Glória, 246, 3º andar, Liberdade, em São Paulo - Capital (próximo à Estação Liberdade do Metrô).

Da ordem do dia constarão os seguintes pontos de pauta:

- 1 - Apresentação e discussão da Minuta de Lei Específica para a represa Billings
- 2 - Perspectivas atuais sobre a descentralização do Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo
- 3 - Ações do Coletivo frente à proposta de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape

Atenciosamente,



PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental



SODEMAP – Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba



Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta

APÊNDICE 7. Convocações do CONSEMA para participação nas audiências públicas no Estado de São Paulo.

Modelo de carta convocatória para participação em audiências públicas no Estado de São Paulo emitidas pelo CONSEMA às Entidades Ambientalistas cadastradas neste órgão.



O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema,
Xico Graziano, convida para participar da Audiência Pública
sobre o EIA/RIMA do empreendimento

"Ampliação Industrial e Agrícola",

de responsabilidade da Florale Açúcar e Alcool Ltda.

Data: 22 de março de 2007

Horário: 17h00

Local: E.M.E.I. Criança Feliz

Rua Eli Kurita, 477 - Flórida Paulista - SP

Local em que cópia do EIA/RIMA encontra-se à disposição para consulta:

Câmara Municipal de Flórida Paulista, Praça Presidente Kennedy, 184 - Centro,
Flórida Paulista - SP, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 11h00, e das 13h00 às
18h30.

Período: 22 de fevereiro a 22 de março 2007.

Apoio:



Informações:

Consema

Fone: (0xx11) 3133-3573 / 3602

Fax: (0xx11) 3133-3621

Realização:

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE





O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema,
Francisco Graziano Neto, convida-o para participar da Audiência Pública
sobre o EIA/RIMA do empreendimento

"Ampliação do Aeroporto de Ribeirão Preto Doutor Leite Lopes"

de responsabilidade do DAESP - Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo

Data: 19 de julho de 2007

Horário: 17h00

Local: Centro de Convenções de Ribeirão Preto
Rua Bomarsino de Campos, 392, Higienópolis
Ribeirão Preto - SP

Local em que cópia do EIA/RIMA encontra-se à disposição para consulta:

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Praça São do Rio Branco, s/nº, Centro,
Ribeirão Preto - SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Avenida Jerônimo Gonçalves, 1200, Centro,
Ribeirão Preto - SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Aeroporto de Ribeirão Preto Doutor Leite Lopes, Avenida Thomaz Alberto
Whitely, s/nº, Parque Industrial Tanquinho, Ribeirão Preto - SP, de segunda a
sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Período: 19 de junho a 19 de julho 2007.

Apoio:



Informações:

Consema

Fone: (0xx11) 3133-3573 / 3522

Fax: (0xx11) 3133-3621

Realização:

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TELEFONANDO COM O STATE

APÊNDICE 8. Modelos de requerimentos para solicitação de vistas a processos.

Modelo de documento utilizado para solicitar vistas a documentos e processos em avaliação no Condephaat.

CONDEPHAAT

REQUERIMENTO DE SERVIÇOS

À
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
— CONDEPHAAT

Senhor Presidente:
Venho requerer, através do presente, a reativação de serviços conforme a documentação anexa e características abaixo discriminadas.

INTERESSADO	Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Poder Público	
	Nome					
	RG / CNP		Telf		CEP	
	Ende				Bairro	
	Mun.				UF	
LOCAL	Exer					
	Bairro				N.º do contribuinte	
	Município					
SITUAÇÃO	Denúncia		Solicitação de regularização		Pedido de Certidão	
	Solicitação de informações		Pedido de tombamento		Retorno de informações (int. Processos)	
	Solicitação de aprovação		Pedido de qualificação como Estância		Outro	
	Data:					
ASSUNTO	Projeto		Informações Gerais		Cartazes / Painéis / Anúncios	
	Data		Reforma		Gráficos	
	Serviços de Conservação		Tombamento		Demolição	
	Alteração do Sistema Viário		Mudança de Uso		Intermediação	
	Outro		Alteração Ambiental		Pesquisa Mineral	
			Licença Mineral		Outro (especificar abaixo)	
N.º Processo CADAN (Semente para Cartazes / Painéis / Anúncios)		N.º Processo em andamento		N.º Processo para referência		
Nome do Processo para referência						

Notas técnicas, pede deferimento, São Paulo, de de de

Assinatura

Observações específicas para o caso de solicitação de informações, de aprovação ou de regularização quando o assunto for "Cartazes / Painéis / Anúncios":

- O presente requerimento deverá ser assinado pelo proprietário do anúncio ou do imóvel, sem firma reconhecida, não sendo aceitas procurações. Serão lidas que o serviço é prestado gratuitamente, sem a cobrança de qualquer taxa.
- As deliberações do CONDEPHAAT serão comunicadas diretamente ao CADAN, não sendo fornecidos efeitos aos interessados, conforme Ordem de Serviço n.º 02/2000.

PARA PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PELO CONDEPHAAT

Defeito		Indeferido	
Data			
(assinaturas no verso)			
(nome do técnico responsável)		(responsável pela indicação)	
Abre processo		Analisa o processo	
N.º processo aberto		É exigido Recibo? ☐ sim ☐ não	
Proc. para referência		Data máxima para resposta	
Área natural		Sítio Arqueológico	
Edificação		Bem Móvel	
Museu Histórico		Patrimônio Imaterial	
Segmento Urbano		Área envolvente de Área Natural	
		Área envolvente de Intervenção tombada	
		Área envolvente de Imóvel Histórico tombado	
		Área envolvente de Sítio Arqueológico tombado	
		Outro:	

Modelo de documento utilizado no DAIA para consulta a documentos em processo de avaliação neste órgão.

CONSULTA A DOCUMENTOS

• ELABORAÇÃO DE SOLICITAÇÃO CONSTANDO

Local e data -

Ex: São Paulo,.....de..... de 2007

Endereçado ao:-

Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretora do DAIA
GEOL. NEIDE ARAÚJO

Texto contendo:

Nome do solicitante, o produto a ser consultado, nome do empreendimento, tipo – Processo, RAP, PRAD etc., e o motivo da consulta.

Deve ainda constar um parágrafo com os seguintes termos:

De acordo com o parágrafo 1º do Artigo 1º da Resolução SMA nº 66 de 17/12/1996, comprometemo-nos a não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, bem como, no caso de divulgação por qualquer meio, apresentar a devida referência à fonte.

Assinatura:

Nome:

Endereço

RG e CIC ou (CGC)

Telefone para contato:

Obs.: Quando empresa fazer em papel timbrado

APÊNDICE 9. Cartaz da Festa Ecológica realizada pelo Grupo Calangos da Noite (atual Calangos da Mata) no Parque CEMUCAM em Cotia no dia 31 de maio de 1996.

Grupo Ecológico

CALANGOS DA NOITE E EQUIPE STUDIO RAP

Convidam todos para participarem da grande festa ecológica e conhecerem nosso trabalho em Prol da Natureza.

Atrações Inclusas no Convite

Super Mesa de frutas
Amostra de slides
Amostra de Quadros (fotos)
Amostra de vídeos

Grupos musicais (Convidados Especiais)

Novo Amanhecer (Samba)
Luz Divina (Samba)
Ninguém (Rock)
Betravers of faces (Rock)
Contrário a Morte (Rap)
Postura Original (Rap)
Renê do Rap & DJ Pelé

c/ show de abertura: Os Moleques do Engenho

Ingressos antecipados R\$ 5,00

Local: CEMUCAM (Km 25 da Raposo Tavares)
Data: 31 de maio de 1996 (Sexta - Feira)
Horário: 22:00 Hs. - Informações: ☎ 492-2540

- *Todo o caminho estará iluminado*
- *Haverá policiamento no caminho e local da festa*
- *Haverá sorteio de passeios ecológicos e camisetas*

CLÁUSULAS ADICIONAIS

São Paulo 30 DEZ 1957



X Carlos Rogério Silva Allyson de Almeida da Silva
CONTRATADO CONTRATADA
ALTA RENDITA S.A. CONTRATADA

CONDIÇÕES E CONDIÇÕES
Rogério de Almeida Allyson de Almeida
CONTRATADO CONTRATADA
ALTA RENDITA S.A. CONTRATADA
ALTA RENDITA S.A. CONTRATADA
ALTA RENDITA S.A. CONTRATADA

FOLHA DE CARTÃO

APÊNDICE 11. Ofício do Ministério Público Federal dirigido ao Movimento Salve a Mata informando o arquivamento de nosso documento denunciando as falhas no EIA/RIMA do antigo projeto urbanístico denominado Loteamento Granja Carolina a este órgão. Porém, nos indicando a prerrogativa de recusar tal decisão do órgão e interpor recurso junto a 4ª Câmara – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.



Ilmos. Senhores do Movimento Salve a Mata,

Cumprimentando-a, encaminho a Vossa Senhoria os termos de minha manifestação de arquivamento do procedimento supramencionado. Em face do disposto no artigo 171, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93, tal manifestação será submetida a uma das Câmaras de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República que poderá ou não homologar o arquivamento ora determinado. Caso Vossa Senhoria discorde do encerramento do procedimento em referência, poderá interpor recurso junto a 4ª Câmara – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, preferencialmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

Queira registrar protestos de consideração.


MARIA CRISTIANA SIMÕES AMORIM
 Procuradora da República

Aos senhores representantes do
MOVIMENTO SALVE A MATA
salveamata@salveamata.org.br
 Av. Professor José Barreto 331 – Térreo
 COTIA - CEP 06703-001



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ref.: Representação – Autos nº 1.34.001.092709/2003-57

Ementa: Meio Ambiente. Movimento Salve a Mata Cotia- Itapevi. Possíveis danos ambientais. Mata Atlântica. Implantação de empreendimento pelo consórcio Scopel e Cipasa.

Interessado: Movimento Salve a Mata

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de representação instaurada após notícia emanada pelo Movimento Salve a Mata Cotia – Itapevi (fls. 03-05), para averiguar eventual ilicitude do Projeto “Granja Carolina”, de autoria dos consórcios Scopel e Cipasa, que pretendem estabelecer junto ao km 34 da Rodovia Raposo Tavares, local que abriga significativo remanescente de Mata Atlântica, empreendimento mobiliário de grande vultuosidade.

Ocorre que, no entanto, a competência para julgar as demandas relativas à Mata Atlântica é local. Senão vejamos:

Reza a Carta Constitucional, em seu art.225, parágrafo 4.º que “*A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.*”

Em que pese tal determinação, a Mata Atlântica, muito embora seja considerada patrimônio nacional, não é bem da União. Sendo assim, não há que ser aventada a aplicação do art 109, inciso IV, da Constituição, a qual trata da competência da Justiça Federal para julgar e processar “*os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União (...).*”

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ademais disso, notório atentar que o meio ambiente é bem difuso, o qual pode ser tutelado por quaisquer das pessoas políticas da República Federativa Brasileira, conforme disposição do art. 24, inciso VI, do Texto Constitucional.

Neste sentido, tem decidido o Supremo Tribunal Federal:

"Competência. Crime previsto no artigo 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Depósito de madeira nativa proveniente da Mata Atlântica. Artigo 225, § 4º, da Constituição Federal. - Não é a Mata Atlântica, que integra o patrimônio nacional a que alude o artigo 225, § 4º, da Constituição Federal, bem da União. - Por outro lado, o interesse da União para que ocorra a competência da Justiça Federal prevista no artigo 109, IV, da Carta Magna tem de ser direto e específico, e não, como ocorre no caso, interesse genérico da coletividade, embora aí também incluído genericamente o interesse da União. - Consequentemente, a competência, no caso, é da Justiça Comum estadual. Recurso extraordinário não conhecido (RE 300244 / SC - SANTA CATARINA, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relatoria: Min. MOREIRA ALVES, Publicação: DJ DATA-19-12-01 PP-00027 EMENT VOL-02054-06 PP-01179 Julgamento: 20/11/2001 - Primeira Turma)."

Por corolário disso, infere-se que este *Parquet* Federal não tem atribuição para opinar sobre o caso em tela, razão pela qual é imperiosa a remessa de cópia integral destes autos ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para que adote as providências que se fizerem necessárias.

Com o reconhecimento da atribuição daquele Ministério Público, é de rigor o arquivamento destas Peças de Informação, posto que o feito se extingue no âmbito desta Procuradoria.

Ante todo o exposto, determino o **arquivamento** dos presentes autos. Encaminhem-se os mesmos à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do inciso IV do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 9º e §§ da Lei nº 7.347/85 (LACP).

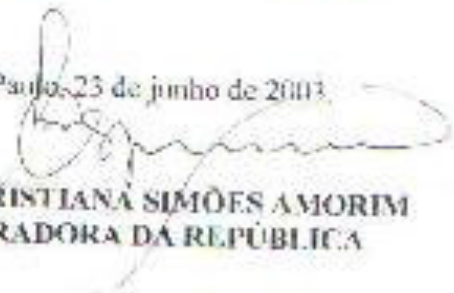
Proceda-se às anotações necessárias nos livros e fichas da Secretária, bem ainda a atualização do banco de dados do ARP, arquivando-se

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cópia da presente manifestação e dos ofícios de encaminhamento dos autos em pasta própria.

Dê-se, preliminarmente, ciência ao interessado.

São Paulo, 23 de junho de 2003.


MARIA CRISTIANA SIMÕES AMORIM
PROCURADORA DA REPÚBLICA

Assinado eletronicamente (assinatura)

APÊNDICE 12. Documento do Grupo Calangos da Mata protocolado durante a audiência pública de Cotia no dia 08 de dezembro de 2014 referente ao projeto Vila Florestal Reserva Cotia. Nesse documento estamos solicitando que os empreendedores reavaliem e revejam 9 pontos que apontamos como irregulares ou inadequados para a implantação do referido empreendimento.

	Referência: Audiência Pública de 08 de dezembro de 2014: sobre o futuro empreendimento urbanístico Vila Florestal – Reserva Cotia, a ser implementado pela Alphaville Urbanismo S.A., localizada nos municípios de Cotia e Itapevi, no Estado de São Paulo. Processo 13.536/2007 c/cópia para a Prefeitura de Cotia; Ministério Público, Consenma
Nós do Grupo Ecológico Calangos da Mata, utilizando o instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituição estadual e leis orgânicas municipais, analisamos o projeto do loteamento Alphaville Vila Florestal – Cotia e solicitamos 9 modificações. Porém, antes reafirmamos que não somos contra a implantação do empreendimento e que as modificações atendem a finalidade de construirmos uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável.	
Sendo assim solicitamos :	
1. Uma audiência pública no Município de Itapevi, pois o loteamento tem parte localizada nesse município. 2. Como área a receber uma compensação ambiental na cidade de ITAPEVI, indicamos a implantação do projeto Rino Levi de 1985 na Pedreira São João. A cidade será impactada com lixo, águas servidas, aterro e águas pluviais que serão enviadas a esse município, conforme EIA-RIMA. 3. Que o modelo de demarcação dos lotes com a retirada de 20 cm de terra, seja alterado, e que este acompanhe o modelo do loteamento vizinho Villa Verde, que está sendo ocupado de forma gradual ao longo de 30 anos, e assim, mantém uma exuberante flora e rica fauna. A demarcação dos lotes com grande movimentação de terra provoca deslizamento de lama, já vivenciado no empreendimento Alphaville Granja Viana no município de Carapicuíba. 4. Que as passagens de acesso aos residenciais projetado sejam em desnível e não em rotatórias. O sistema proposto é semelhante ao de Alphaville Santana de Parnaíba e Barueri, e causam grandes problemas de fluidez de trânsito. 5. Que sejam previstas nas ruas e na estrada do Pau Furado, passagens aéreas e subterrâneas para a circulação da fauna para não interrupção do corredor ecológico.	



Referência: Audiência Pública de 08 de dezembro de 2014, sobre o futuro empreendimento urbanístico Vila Florestal – Reserva Cotia, a ser implementado pela Alpha Villa Urbanismo S.A., localizada nos municípios de Cotia e Guarani, no Estado de São Paulo.

Processo 13.536/2007

cópia para a Prefeitura de Cotia; Ministério Público, Consema

6. Que o cronograma de obras estabeleça **como primeira obra a nova Estrada do Pau Furado e as interligações com o viaduto do Km 36 da Raposo Tavares**, afim de evitar acidentes com as máquinas, caminhões e equipamentos de obra.

7. Que no projeto e construção das calçadas sejam incluídas ciclovias.

8. Que seja retirada a palavra "PROPOSTA" no EIA-RIMA e que esta seja substituída por "PROJETADA" - referente a RPPN.

Referência - EIA 2014

Capitulo_1_Informacoes_Gerais_10set14

cap 1/ 2

O empreendimento urbanístico planejado consiste na implantação de duas áreas com lotes residenciais e comerciais, em conformidade com as exigências das respectivas legislações municipais.

Da área total, o empreendimento será composto por área privada destinada às unidades residenciais e às unidades de comércio e serviços, área pública que compreenderá as áreas verdes, institucionais e sistema viário, e outras que incluem a Reserva Natural do Patrimônio Natural – **RPPN** **proposta**. O detalhamento dessas áreas é apresentado no capítulo de Caracterização do Empreendimento.

9. Que o número de LOTES no município de Cotia obedeça as diretrizes de Uso e Ocupação do solo nº 202 / 2014. Existem 53 lotes a mais do que o especificado.

José Carlos da Silva

José Carlos da Silva

Rua 6 A número 436 – Vila Alemã Rio Claro

calangosdamata@hotmail.com

Secretaria Executiva do CONSEMA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data

08, 10, 2014

Recebido

[Assinatura]

